

2º CICLO DE ESTUDOS

ARQUEOLOGIA

Arqueologia e História das Grandes  
Propriedades do Vale do Baixo Sabor. As  
Quintas da Laranjeira, de Crestelos e Branca  
(da Baixa Idade Média ao século XXI)  
Mauro Carlos Ribeiro Correia

**M**

2019





**Mauro Carlos Ribeiros Correia**

**Arqueologia e História das Grandes Propriedades do Vale do  
Baixo Sabor. As Quintas da Laranjeira, de Crestelos e Branca (da  
Baixa Idade Média ao século XXI)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia orientada pela Professora  
Doutora Teresa Soeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Agosto de 2019



# Arqueologia e História das Grandes Propriedades do Vale do Baixo Sabor. As Quintas da Laranjeira, de Crestelos e Branca (da Baixa Idade Média ao século XXI)

Mauro Carlos Ribeiro Correia

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia orientada pela Professora Doutora Teresa Soeiro

## Membros do Júri

Professor Doutor Gaspar Martins Pereira  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Andreia Arezes  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Teresa Soeiro  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores



## Sumário

Sumário .....	7
Declaração de honra.....	9
Agradecimentos.....	11
Resumo.....	13
Abstract .....	14
Introdução e motivação .....	15
1. Método e fontes.....	18
1.1. As escolhas.....	18
1.2. O contributo da arqueologia.....	22
1.3. As fontes arquivísticas e documentais: ausências, silêncios e idiossincrasias do processo de recolha.....	24
1.3.1. Os arquivos municipais: elementos de <i>desequilíbrio</i> .....	27
1.3.2. Ausências, muitas ausências... a falta de pessoas no <i>registo</i> .....	31
2. Enquadramentos.....	35
2.1. Enquadramento administrativo e geográfico das quintas.....	35
2.2. Enquadramento Geológico.....	38
2.3. Enquadramento Geomorfológico .....	44
2.3.1. Quinta da Laranjeira.....	46
2.3.2. Quinta de Crestelos (e Barrais) .....	47
2.3.3. Quinta Branca (São Gonçalo e Santa Eufémia) .....	48
3. Sínteses Histórico-Arqueológicas .....	50
3.1. Quinta da Laranjeira: paradigma da grande propriedade agrícola de elites (locais) ...	50
3.2. Quinta de Crestelos: da ocupação de um território ao declínio e afogamento de uma grande propriedade .....	62
3.3. Quinta Branca: da povoação morta de Vale de Cabras à grande propriedade agrícola dos séculos XIX e XX .....	78
4. A agricultura na região e a agricultura das Quintas .....	89
4.1. A região.....	89
4.1.1. O Século XVI.....	90
4.1.2. O Século XVII.....	95
4.1.3. O Século XVIII .....	95
4.1.4. O Século XIX: mudança no paradigma produtivo? .....	104
4.1.5. O Século XX .....	109
4.2. Agricultura na Quinta da Laranjeira.....	113
4.3. A exploração agropecuária na Quinta de Crestelos.....	125
4.3.1. Crestelos no século XX: auge e declínio produtivo... e o corruio do quotidiano de uma grande propriedade .....	129

4.4.	A agricultura no território da Quinta Branca.....	137
4.4.1.	Da segunda metade do século XVIII às primeiras décadas do século XX.....	138
4.4.2.	O Século XX .....	141
5.	Considerações Finais.....	150
6.	Bibliografia e Fontes .....	157
6.1.	Bibliografia .....	157
6.2.	Fontes impressas .....	165
6.3.	Fontes arquivísticas e manuscritas.....	168
6.5.	Fontes cartográficas .....	171
6.6.	Fontes orais .....	172
6.7.	Bibliografia de arquitetura e construção, técnicas e tecnologias [Anexo IV].....	172
Anexo I: ilustrações.....		178
Anexo II: registo fotográfico.....		190
Anexo III: documentação transcrita .....		212
Anexo IV: inventário do Património Edificado e Construído (um roteiro).....		294
IV.1.	Método.....	294
IV.2.	Objetos de Estudo e Inventário.....	299
IV.3.	Quinta da Laranjeira (QL) .....	302
IV.3.1.	Laranjeira (L) .....	308
IV.3.1.1.	(Núcleo da) Laranjeira: fichas de inventário.....	314
IV.4.	Quinta de Crestelos (QC).....	363
IV.4.1.	Barrais (B).....	370
IV.4.1.1.	(Núcleo dos) Barrais: fichas de inventário.....	371
IV.4.2.	Crestelos (C) .....	381
IV.4.2.1.	(Núcleo de) Crestelos: fichas de inventário .....	384
IV.5.	Quinta Branca (QB).....	426
IV.5.1.	Branca (B).....	435
IV.5.1.1.	(Núcleo da) Branca: fichas de inventário.....	438
IV.5.2.	São Gonçalo (SG) .....	492
IV.5.2.1.	(Núcleo de) São Gonçalo: fichas de inventário.....	494
IV.5.3.	Santa Eufémia (SE).....	514
IV.5.3.1.	(Núcleo de) Santa Eufémia: fichas de inventário.....	515



## **Declaração de honra**

Declaro que o presente trabalho de dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

[Gondomar, 12 de agosto de 2019]

[Mauro Correia]



## Agradecimentos

Sem qualquer ordem de grandeza, consciente entenda-se, não podemos deixar de fazer os agradecimentos que se seguem.

À Ana Rita e à minha mãe.

À orientadora da dissertação, Professora Teresa Soeiro, pela, passemos a redundância, orientação e paciência.

Ao Paulo Dordio, coordenador do Plano de Salvaguarda do Património do Baixo Sabor, pela oportunidade que me deu de integrar o projeto e pelo conhecimento e experiência partilhados (mesmo durante a redação da dissertação).

Aos colegas de trabalho (alguns deles amigos) no mesmo projeto, com quem partilhei trabalhos de campo, de investigação e conhecimento (muito para lá do arqueológico), e com os quais muito aprendi. Destes quero destacar, porque direta ou indiretamente contribuíram para a dissertação, a Margarida Gonçalves, o Valdemar Pinho, a Ana Rita Ferreira, a Rita Gaspar, o Sérgio Pereira, o Harry Martins, a Lina Oliveira, a Inês Batista, o João Monteiro e, em particular, o Pedro Alves, o José Rodrigues, o Paulo Maximino e a Ana Trindade.

À Dra. Maria João Moita (AHMTM) e ao professor Francisco José Lopes (AHMAFE) pelo precioso auxílio e disponibilidade.

A documentação, troca de informações e fontes proporcionadas pelos investigadores Rui Leonardo, Adília Fernandes, Carlos Prada e Carlos Branco.

A todos aqueles que foram entrevistados, em especial ao Sr. António Alberto Carvalho e Castro por nos ter recebido, amavelmente, em sua casa e pela informação prestada e ao Leonel Brito.

À Lila Reis e seus pais, Sr. Adriano e dona Luz, pelo bem que me receberam, agradecimento extensível aos pais do Pedro e ao Bruno Costa.

E, como não podia deixar de ser, às seguintes instituições: EDP, ACE do Baixo Sabor (Odebrecht Portugal e Lena Construções), Dualidade (topografia), Arquivos Históricos e Municipais de Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé e Mogadouro e Repartições de Finanças dos mesmos Municípios.

*“Dos casos que podia recordar, este da porta era certamente o mais inquietante. Não se tratava de um objecto qualquer, de um utensílio simples, mesmo um móvel, como um sofá da entrada, mas sim de uma peça de grandes dimensões. Que o sofá também não era pequeno. No entanto, tratava-se de um móvel de interior, ao passo que a porta era já parte do edifício, senão a mais importante dele. Afinal, é a porta que transforma um espaço apenas limitado num espaço fechado.” [Coisas (1984). José Saramago, *Objecto Quase*, 6ª edição/2010 (p.92) Ed. Caminho]*

## Resumo

A nossa dissertação tem como objetivo, ao longo dos seus cinco capítulos, o estudo de três sítios e a paisagem envolvente, localizados nas margens da parte final do curso do rio Sabor, hoje submersos pelas albufeiras do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, no distrito de Bragança, nordeste de Portugal. Ocupavam áreas do vale onde este se tornava mais aberto e, conseqüentemente, menos encaixado, com boas plataformas (terraços) para a prática agrícola, e propícias à presença de comunidades humanas com uma base socioeconómica sedentária e agro-pastoril.

Trata-se de três quintas, ou grandes propriedades rurais, nomeadamente a Quinta da Laranjeira (freguesia e concelho de Torre de Moncorvo), a Quinta de Crestelos (freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro) e Quinta Branca (freguesias de Cerejais e Ferradosa, concelho de Alfândega da Fé), de Época Moderna e Contemporânea e índole agrícola, onde, através de escavações de arqueologia de salvaguarda, foi documentada ocupação humana, praticamente sem intervalos, desde, pelo menos, a Pré-história Recente.

Num estudo que se pretende multidisciplinar, ou seja, recorrendo a fontes diversificadas como a das intervenções arqueológicas e etno-arqueológicas, documentais e arquivísticas, levantamentos arquitetónicos, recolha de objetos etnográficos, recolha de memórias vivas (através da entrevista antropológica), cartografia, foto aérea, à geologia e à geomorfologia, bibliográficas e impressas, mas investigando segundo os métodos e as práticas da disciplina arqueológica, na procura de *estratificar* a informação compilada.

Como unidades ou sítios, estas propriedades não se encontravam isoladas do restante território, e seus contextos socioeconómicos, do vale do rio Sabor e do nordeste de Trás-os-Montes, pelo que o seu enquadramento foi fundamental.

Partindo da unidade paisagem, isto é, do *geral* e do território, no espírito de uma ciência (social) que procura conhecer o ser humano através das suas materialidades e relações com o meio e o espaço, ensaiaremos a tentativa, para as épocas Moderna e Contemporânea, no espírito da *arqueologia do passado recente* e da micro-história e da *história anónima*, de chegar aos que habitaram e trabalharam estes espaços, estas quintas e estes territórios, não apenas para saber, por exemplo, os seus nomes, mas, e sobretudo, na procura de narrar o quotidiano nestas propriedades.

Palavras-chave: rio Sabor, baixo Sabor, quintas, paisagem, arqueologia, passado recente, multidisciplinarietà, agricultura.

## Abstract

Our dissertation's objective, throughout its five chapters, is the study of three places and their surrounding landscape, located in the banks at the end of the Sabor river's course, currently submerged by the reservoirs of the Baixo Sabor Hydroelectric Power Station ("Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor") dams, in the district of Bragança, in the Northeast of Portugal. These aforementioned places occupied areas of the valley where it would become a *strath* (the valley gets wider, with vast open areas) rather than a *canyon* (Sabor river valley is characterized for its narrow river bed with "V" shaped slopes), with good platforms (terraces) for agricultural practices, and conducive to the presence of human communities with a sedentary and agro pastoral socioeconomic basis.

These are three countryside farms, or big rural properties, namely the "Quinta da Laranjeira" (parish and municipality of Torre de Moncorvo), the "Quinta de Crestelos" (parish of Meirinhos, municipality of Mogadouro) and the "Quinta Branca" (parishes of Cerejais and Ferradosa, municipality of Alfândega da Fé), all built amid the Modern and Contemporary Ages and of agricultural nature, where, through safeguarded archaeological excavations, human occupation was documented, virtually without interval since, at least, recent Pre-History.

In what is intended to be a multidisciplinary study, meaning, employing diversified sources and methods from archaeological and ethno archaeological interventions, documental and archival sources, architectural surveys, the collecting of ethnographic objects, the collecting of *local knowledge* (through anthropological interviews), cartography, aerial photography, to geology and geomorphology, bibliographical and printed sources, but investigating according to the methods and practices of the archaeological field, aiming to *stratify* the compiled information.

As units or places, these properties were not isolated from the remaining territory and its socioeconomic contexts - that of the valley of the Sabor river and the northeast of Trás-os-Montes - making its framework and placement fundamental.

Commencing from the landscape unit (meaning the *general* and the territory) within the spirit of a (social) science which seeks to comprehend the human being through its materiality and relationship with the environment and space, we shall attempt, for the Modern and Contemporary ages, in the spirit of *archaeology of the recent past* and micro-history and *anonymous history*, those who have inhabited and worked on these spaces, these farms and these territories, not only to know, for instance, their names, but, and mostly, to narrate the everyday of these properties.

Keywords: Sabor river, baixo Sabor, farms, landscape, archaeology, recent past, multidisciplinary, agriculture.

## **Introdução e motivação**

“ (...) num mundo povoado de objectos, o arqueólogo é um mediador de sentidos entre certas materialidades e a curiosidade do presente.”

[JORGE, Vítor Oliveira 2003b, *A irrequietude das pedras, reflexões e experiências de um arqueólogo*, p.25]

A escolha desta temática - *Arqueologia e História das Grandes Propriedades do Vale do Baixo Sabor. As Quintas da Laranjeira, de Crestelos e Branca (da Baixa Idade Média ao século XXI)* - para dissertação de Mestrado surge na sequência, embora com alguma distância temporal, da integração do autor, entre Junho de 2009 e Setembro de 2014, na equipa que levou a cabo o Plano de Salvaguarda do Património (PSP) do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (AHBS), como um dos arqueólogos (responsáveis) que integrava a equipa de minimização de impactes sobre *Elementos edificados e construídos de carácter arquitetónico e etnográfico no Vale do Sabor*, ou seja, do levantamento e estudo das materialidades, sobretudo construções, de época moderna-contemporânea, presentes na área do empreendimento do AHBS, trabalho coordenado por Paulo Dordio Gomes.

Durante esta experiência profissional e de pesquisa tive a oportunidade, fruto do acaso, de pertencer à equipa de campo, composta pelas especialidade da arqueologia, antropologia social, topografia e de desenho técnico, que efetuou os levantamentos e registos das quintas e grandes propriedades afetadas pelo AHBS, bem como da parte de pesquisa bibliográfica e documental e redação dos relatórios técnicos/ memórias descritivas finais das mesmas.

Toda esta envolvimento despertou o interesse pela temática, particularmente porque, com o avançar dos trabalhos, foi surgindo a percepção de dinâmicas comuns no que respeitava ao assentamento destas (grandes) propriedades ribeirinhas, algumas delas sem núcleo habitacional construído, como era o caso da *Quinta da Dona Joana* na freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro [DORDIO GOMES 2013b], concentradas nos locais onde o vale do rio Sabor se tornava mais aberto, de melhores terrenos no que diz respeito às atividades agrícolas, com proximidade a linhas de água, de caudal mais ou menos permanente, subsidiárias do mesmo, junto a locais de atravessamento do rio, fosse através de ponte, a vau ou de barca, estes por vezes controladas, ou de posse, da propriedade.

Para além das semelhanças de implantação geográfica, outras conexões, no que ao surgimento destas grandes propriedades no vale do Sabor diz respeito, começaram a levantar-se. Com o avançar dos restantes trabalhos arqueológicos (sondagens e escavações) visando o estudo de cronologias mais recuadas, da Pré-história à Idade Média (e levantamentos de arte rupestre em contextos de ar livre), veio a verificar-se que as áreas ocupadas pelas quintas (modernas) a serem estudadas apresentavam ocupação, sobretudo nas imediações dos seus núcleos centrais construídos, praticamente contínua, desde, pelo menos, a Pré-história recente (em particular Idade do Bronze), passando pela Idade do Ferro, período da Romanização, Idade Média, e, obviamente, Época Moderna [GASPAR 2014-15; RIBEIRO e outros 2015; GASPAR e outros 2014a; PEREIRA e outros 2015a; FIGUEIREDO e XAVIER 2016; ESPI e outros 2014-15; GASPAR e outros 2015; LARRAZABAL 2018; NETO e outros 2013; PEREIRA e outros. 2015b; REBELO e outros 2015; SASTRE BLANCO e outros 2015; TERESO e outros 2018; PINTO e PEREIRA 2015; etc.]. Este fator veio demonstrar algo de que, empiricamente, já nos havíamos apercebido, serem aqueles espaços e aqueles territórios (hoje submersos) apetecíveis para o estabelecimento de comunidades humanas, em particular as que praticassem atividades ligadas à agricultura e à criação de animais em assentamento, tendencialmente, *sedentário* [LARRAZABAL 2018: 170-171; TERESO e outros 2018: 98-99].

Estes fatores acima expostos, per si, tornam estes territórios por demais interessantes para uma ciência como a arqueologia, que visa o estudo das sociedades humanas através dos vestígios materiais e outras intervenções que estas deixam na paisagem ao longo dos tempos.



Também, para alguém que se encontrava a inventariar, registar e estudar as evidências materiais – sobretudo construções e ruínas – e as intervenções na paisagem em período histórico, surgiram outras questões, para além daquelas a que se pretendia dar resposta nos relatórios técnicos, como, por exemplo - quais as técnicas construtivas aplicadas? Qual a utilidade/funcionalidade e finalidade que as diferentes benfeitorias e construções visavam? Quais as alterações do uso/função das mesmas ao longo de diferentes períodos e quando se construíram? Outras interrogações, de carácter menos técnico, se começaram a levantar e a procurar ser respondidas ainda no decurso dos trabalhos do AHBS: Como se formaram estes territórios (quintas)? Quem foram os seus proprietários/ donatários? Quem os habitou? Como se poderá explicar que nestes locais não se tenham desenvolvido ou mantido aglomerados populacionais, a exemplo de Cilhades, que apresenta implantação e cronologia de edificação semelhantes? Como foi explorado o território de cada uma das propriedades, particularmente no que à agricultura diz respeito, ao longo do período moderno e contemporâneo? Como se explica a sua crescente valorização e aumento de importância para as economias locais e seus habitantes (enquanto mão-de-obra nas quintas) e o repentino declínio a partir de meados do século XX e em particular após o 25 de Abril de 1974? Como se enquadram nos paradigmas socioeconómicos locais e regionais ao longo da era moderna e contemporânea (séculos XVI-XXI)?

Trata-se de três propriedades agrícolas, que ocupam um território muito vasto e descontínuo – três concelhos (Torre de Moncorvo, Mogadouro e Alfândega da Fé), quatro freguesias (Moncorvo, Meirinho, Cerejais e Ferradosa) sendo duas delas constituídas por mais do que um núcleo habitacional construído - Quinta de Crestelos com os núcleos *Crestelos e Barrais* (ou da *Trapa*) e Quinta Branca com os núcleos *Branca (ou das Chousas)*, *S. Gonçalo e St<sup>a</sup> Eufémia* (ou do *Badalo*) - mas que na sua génese, implantação e biografia apresentam uma série de traços comuns entre elas e também a outras grandes propriedades do curso final do rio Sabor (ex. Quinta da Portela, Adeganha, Torre de Moncorvo) podendo servir como casos de estudo para a área abarcada pelo AHBS e imediações.

# 1. Método e fontes

## 1.1. As escolhas

Sabendo de antemão que os objetos de estudo se encontram destruídos e/ou submersos pelas águas da barragem do Baixo Sabor, estava, à partida, excluído qualquer novo levantamento ou análise de património edificado ou recolha de campo de património arqueológico e etnográfico *in situ* para além daquelas que foram efetuadas no âmbito do *Plano de Salvaguarda do Património* (PSP) do AHBS.

Com isto em mente, a dissertação irá sobretudo procurar sistematizar, interpretar e desenvolver os dados recolhidos, durante os trabalhos, levados a cabo no âmbito do AHBS, supracitados, em particular os contidos nas três memórias descritivas/ relatórios finais que dizem respeito às Quintas da Laranjeira, Branca (São Gonçalo e Santa Eufémia) e Crestelos (e Barraís), respetivamente: DORDIO GOMES, Paulo e CORREIA, Mauro (2014a) *AHSB.MDPSP.233.00 Quinta da Laranjeira (Torre de Moncorvo)*, policopiado; DORDIO GOMES, Paulo, CORREIA, Mauro e TRINDADE, Ana Rita (2014) *AHBS.MDPSP.230.01\_MD Quinta Branca, Quinta de Santa Eufémia e Quinta de São Gonçalo*, policopiado; DORDIO GOMES, Paulo, CORREIA, Mauro, PINHO, Valdemar e TRINDADE, Ana Rita (2013) *AHBS.MDPSP.205.00\_QUINTAS DE CRESTELOS e BARRAIS*, policopiado. Construámos, também, um inventário [Anexo IV] do património edificado moderno-contemporâneo das propriedades<sup>1</sup>, no último momento materializado no terreno/território/paisagem e registado. Ao mesmo tempo, procuramos contar a história da formação e transformação das quintas em estudo, da atividade produtiva ao longo da sua existência e verificar se esta ia ao encontro da praticada local e regionalmente entre outras questões.

Na busca de cumprir tais objetivos iremos recorrer a fontes de diversa natureza, que se procurará conjugar entre si: registo(s) arqueológico(s), registo arquitetónico e etnoarqueológico, registos de memória oral, registos fotográficos e cartográficos, bibliografia, fontes impressas e fontes arquivísticas (manuscritas).

Quando aqui nos referimos aos registos arqueológicos, principalmente aqueles que dizem respeito à *arqueologia do passado recente* [CASIMIRO e SEQUEIRA 2018: 91-94; CABAK e outros. 1999: 19-43], serão utilizados não através da apresentação

---

<sup>1</sup> Este inventário (Anexo IV) será apresentado com um modelo que permita que o mesmo possa funcionar autonomamente à dissertação, como um pequeno roteiro pelo património construído que compunha estas três propriedades, hoje submerso pela albufeira do Baixo Sabor. Uma espécie de *matrioska* que vai do geral de cada uma das propriedades, com o seu breve enquadramento histórico e geográfico, técnicas construtivas, até ao registo descritivo, fotográfico e gráfico (em ficha individual) de cada elemento construído.

exaustiva e estudo tipológico e descritivo de espólio, mas naquilo que as evidências materiais e arquitetónicas, conjugadas com as mais diversas fontes, nos permitem aferir, contribuindo para a narrativa (alargada) da ocupação destas áreas do território do vale do rio Sabor, ou seja, daremos mais relevância aos resultados dos trabalhos realizados: datações obtidas, amostras e dados arqueobotânicos, de tipos de assentamento, etc., do que à materialidade exumada propriamente dita.

As informações presentes em cada tipo de fonte, na maioria dos casos de carácter lacónico, fragmentário e diverso, tendem, também, a revelar-se descompensadas entre si, seja porque se contradizem, mesmo quando versam a mesma temática e cronologia, ou porque se apresentam em quantidade e qualidade muito díspares, de que resulta para cada um dos casos em estudo um volume de informação muito desigual. Tal não é de todo surpreendente, já que estamos a tratar de propriedades com histórias e vivências muito particulares, fora do espectro das *Grandes Casas ou Quintas Senhoriais*, embora, como iremos ver, tenham pertencido desde o início às elites locais/regionais e mesmo nacionais. Trata-se de propriedades (quintas) de carácter produtor, localizadas nos limites (*arrabaldes*) dos termos das freguesias onde se enquadram geográfica e administrativamente. Investigamo-las à escala dos *estudos de caso*, ou da arqueologia do quotidiano, micro-história e *história anónima*, metodologias e abordagens aplicadas em trabalhos, principalmente a partir da década de 70 do século XX, e em publicações como, por exemplo, *Montaillou: Cátaros e Católicos numa aldeia Occitana 1294-1324*, editado pela 1ª vez em 1975 e revisto em 1982, da autoria de Emmanuel le Roy Ladurie.

Tal obrigou-nos, particularmente para as fontes documentais, a alargar a nossa pesquisa para além daquelas que seriam as mais *óbvias e imediatas*, contendo informação específica acerca das propriedades e seus proprietários, como, por exemplo, as matrizes prediais (para o século XX sobretudo), arquivos particulares das famílias (praticamente inexistentes para os casos específicos e/ou não acessíveis), de modo a procurar colmatar lacunas (imensas) relativas àquilo que se pretendia estudar. Deste modo foram sondados a quase totalidade dos acervos documentais dos arquivos dos municípios onde se localizam as quintas, ou seja, Torre de Moncorvo, Mogadouro e Alfândega da Fé, também eles muito desiguais no que respeita à variedade e quantidade de fundos disponíveis, o que veio, numa primeira fase, desequilibrar ainda mais o volume e a pertinência da informação para cada um dos casos em estudo. Destes arquivos partimos, mas aqui de forma mais pontual e direccionada, para núcleos muito específicos e previamente identificados, pertencentes a arquivos de carácter regional e nacional.

Acerca da documentação arquivística consultada e estudada, bem como das dificuldades de acesso iremos desenvolver um capítulo específico, já que a complexidade do assunto, em nosso entender, assim o exige.

Não foi pela pesquisa arquivística que o nosso estudo se iniciou. Os primeiros levantamentos a ter lugar foram os de registo patrimonial edificado e de registo de memória oral, ou seja, aqueles que viriam responder àquilo que foram as últimas *vivências* nestas quintas, por outras palavras, as suas estórias: como e quem as explorava; como vivia e quem vivia nas quintas, como se relacionavam estas com os lugares envolventes, como se refletiam as mudanças e hábitos sociais e políticos nestas propriedades localizadas no *limite do termo dos lugares*. As fontes de informação oral conseguem cobrir, ainda que de forma ligeira, o período que vai desde o final do século XIX até à 1ª metade do XX, através daquilo que foi contado aos inquiridos pelos seus avós e pais, e a 2ª metade de XX e 1ª década do século XXI, com as memórias e experiências pessoais.

Ao mesmo tempo (sem, naturalmente, levar a expressão à letra) procurou-se efetuar um levantamento de bibliografia<sup>2</sup> de enquadramento mais ou menos regional, sobretudo para o período temporal comportado entre os séculos XIV e XX, que versasse questões de ocupação do território, no que diz respeito ao povoamento ou à economia, de Trás-os-Montes (nordeste e sudeste), Douro Superior e, mais especificamente, dos concelhos e freguesias onde se localizam as propriedades em estudo, o que se produzia, quem dominava politicamente, como se relacionavam como o restante território nacional e quais as suas especificidades ou ausência das mesmas no que concerne aos contextos históricos regionais.

A recolha bibliográfica pautou-se pela procura de obras de síntese nacional e regional, escritas ao longo dos diferentes séculos, como, a título de exemplo, para o território nacional a *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal (...)* do Padre Carvalho da Costa, de 1706, ou *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario ... de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal (...)* de Pinho Leal (1874). Para um enquadramento de carácter mais regional e local, a fim de aproximar e filtrar a informação a uma escala mais circunjacente ao nosso objeto de estudo, como, por exemplo, *A agricultura da Comarca de Moncorvo, segundo José António de Sá, em finais de setecentos* (SOUSA e outros 2009), ou *Trás-os-Montes nos fins do século*

---

<sup>2</sup> Ver ponto 6: Bibliografia e fontes

XVIII, segundo um manuscrito de 1796 (MENDES 1981), não descurando os estudos de população (ex. FREIRE 1909), etno-antropológicos (ex. O'NEIL 1981; JACOB, 1989), as monografias (ex. VILARES, 1926) e memórias locais (ex. ALVES 2000; ALVES 2003), os estudos de caso, sínteses e transcrições de fontes manuscritas (aqui destacamos CAPELA e outros 2007a; SOUSA 1997), notícias e artigos em periódicos locais, bibliografia temática de arquitetura rural e vernacular e dos métodos e técnicas de construir, bem como artigos, sínteses e trabalhos académicos acerca da região e especificidades locais (JANEIRO 2014; LEONARDO 2013a; GONÇALVES 2014) e os trabalhos e estudos técnicos e de salvaguarda patrimonial produzidos no âmbito do AHBS, procurando mimetizar na escolha das fontes impressas e de bibliografia a perspetiva multivocal e holista que se pretende ser o mote deste trabalho académico. Não se descuidou, igualmente, a pesquisa e análise de fontes e bibliografia onde as descrições do tecido produtivo agrícola local e regional, neste ponto à escala da bacia hidrográfica do rio Douro no que ao seu curso superior diz respeito, ou seja, a montante do Cachão da Valeira, que apenas foi desmantelado em 1792, e cujas *obras complementares* tornaram o leito do rio Douro navegável até Barca de Alva apenas em 1881 [OLIVEIRA e COSTA 1996: 201-202]. Os assuntos mais revisitados ao longo dos últimos cinco séculos, com particular enfoque no cultivo da vinha e do comércio por via fluvial até à foz do mesmo rio, são exemplos *Vinhagos suplementares do Douro Superior no districto de Bragança*, de 1866, do Visconde de Villa-Maior, a *Descrição Económica da Torre de Moncorvo*, de José António de Sá, de 1798, ou a *Descrição do terreno em redor de Lamego duas léguas (1531-32)*, de Rui Fernandes, ou estudos monográficos, etno-arqueológicos, contemporâneos como a Monografia do aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua (coord. CARVALHO e outros 2017, vol. I a III), que permitem o devido enquadramento e comparação num quadro geográfico alargado e, no que respeita à Monografia de Foz Tua, com trabalhos cujos objetivos e metodologias apresentam semelhanças com os que se pretendem desenvolver nesta dissertação.

A estas fontes e bibliografia acrescentaram-se as necessárias para o enquadramento geológico e geográfico do território em estudo.

Também a cartografia foi recolhida e analisada, pese embora a sua recorrente escala alargada a torne, globalmente, de fraca informação para a nossa categoria de análise territorial, isto no que diz respeito, sobretudo, aquela produzida, entre os séculos XVII e finais do século XIX, disponível para a região. A título de exemplo, mapas como a

*Carta Corográfica do Reino*, folha 9, escala 1:100000 de 1900, vulgarmente conhecida como *Cartas Folque*, foi útil para a afinar toponímia e designações das propriedades em estudo, em particular para a Quinta Branca.

Com a chegada do século XX<sup>3</sup>, as peças cartográficas disponíveis, sejam de âmbito geográfico (CMP escala 1:25000 nas suas diferentes séries e edições) ou temáticas (por exemplo, as COS'90 e 2007 – cartas de ocupação do solo, esc. 1:25000) e as Secções Cadastrais do *Cadastramento Geométrico da Propriedade Rústica*, realizadas no 1º quartel do século XX, um levantamento à escala da propriedade onde se assinala a exploração aquando do levantamento. Estas, infelizmente, estão apenas disponíveis, na área em estudo, para o concelho do Mogadouro, permitindo-nos uma melhor e mais detalhada descrição da ocupação destes territórios e do modo como estavam a ser explorados e esta mesma exploração evolui. Também se consultaram a fotografia aérea e imagens de satélite disponíveis. Através de ferramentas SIG, criamos cartografia própria de análise e temática para as quintas abordadas [Anexo I] utilizando como base de trabalho as fontes supracitadas.

## 1.2. O contributo da arqueologia

*“Para uns, «minimalistas», a arqueologia só existe quando se fazem escavações, quando se exuma, do solo ou da água, algum objecto ou estrutura do passado que estava previamente escondido(a). Arqueologia, nesta visão, é essencialmente o estudo de restos, ruínas, vestígios. Que se destinam, antes do mais, a completar a «outra» história, a que se faz com os documentos escritos. (...) “É não só uma forma alternativa de história, como uma herança peculiar no modo de ver o mundo. E portanto o seu objecto é todo esse mundo, material, e preche de significações, que nos rodeia: a paisagem, o território, desde a escala local à global – o que vai entroncar necessariamente com valores ambientais e outras envolventes.”*

[JORGE, Vítor Oliveira 2003a. *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, 22-23]

O Decreto-Lei n.º 164/2014<sup>4</sup>, de 4 de novembro, sublinha no seu preâmbulo que “(...) todo o trabalho arqueológico visa a produção de conhecimento histórico, elemento essencial da cultura dos povos, e como tal, é desenvolvido em respeito pelas premissas

<sup>3</sup> Procurámos consultar o *Esboço Litológico da Região Duriense*, de 1944, da autoria de Luís Azeredo de Sá Fernandes, mas não conseguimos ter acesso ao mesmo durante a redação desta dissertação. Encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, como comprova a ligação:

<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=156C42296000P.16014&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!215712~!0&ri=1&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=esboço+litologico&index=GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=1>

<sup>4</sup> Aprova o Regulamento dos Trabalhos arqueológicos [disponível em: [https://dre.pt/home/-/dre/58728911/details/maximized?print\\_preview=print-preview](https://dre.pt/home/-/dre/58728911/details/maximized?print_preview=print-preview)]

*e procedimentos da investigação científica.*”. É com esta premissa, ou semelhantes, que, como temos vindo a afirmar, avançamos para a nossa dissertação. Mas, sendo uma dissertação em arqueologia, há mesmo a necessidade de expor o contributo desta disciplina no âmbito da mesma?

Há. Como já escrevemos, o nosso estudo parte de territórios, paisagens que “*só recentemente os arqueólogos têm percebido a importância da paisagem, do território, como um todo (...)*” [JORGE 2003b: 71] – muito particulares naquilo que é o baixo vale do rio Sabor, mas centra-se, sobretudo, na ocupação dos mesmos em período Moderno e Contemporâneo, na *história do passado recente*. Facilmente se entende, e tal já veio sendo mencionado, que num estudo deste tipo, que se quer multidisciplinar e utilizando o maior número de fontes de informação disponíveis, faz com que as *fontes arqueológicas puras*, ou seja, aquelas estritamente exumadas do subsolo [JORGE 1990: 371] no decorrer de uma escavação arqueológica, pode dizer-se, sejam residuais quando integradas no bolo global.

No entanto, em nosso entender, tal não invalida, bem pelo contrário, o enquadramento da presente dissertação no âmbito da ciência arqueológica. Tal deve-se a uma visão mais polissémica e fluída da mesma [idem: 367-368; 371-372] em que “*(...) a arqueologia (é), como a arquitectura ou a engenharia, uma forma de actuação no território (...)*” [JORGE 2003b: 37], onde “*(...) o nosso «negócio» não são (apenas os) objectos, são estruturas, são arquitecturas, são espaços, são montes e vales inteiros, são bacias fluviais, etc! (...)*”. [idem: 71], e são-no também, na nossa perspetiva e abordagem, os documentos históricos, as informações decorrentes dos estudos das ciências exatas, a memória viva e a literatura, científica ou de outra natureza, que enquadram o quotidiano destes sítios no tempo, espaço e sociedade envolventes.

As arquiteturas [Anexo IV – inventário], vernáculas, populares, tradicionais, que chegaram até ao momento dos nossos registos, são a materialização no terreno e no território daquilo que foi o modo, por excelência, de explorar e viver nestes espaços rurais: a agricultura e a criação de gado. São parte integrante das *evidências arqueológicas* que contribuem para as narrativas das quintas. As quintas são elas mesmas um sistema gerador de paisagem e não objetos arquitetónicos isolados, *mas um complexo sistema de relações entre o doméstico, o território, a comunidade e os modos de vida* [GONÇALVES 2014: 29].

É o método da investigação arqueológica, o seu *protocolo*, que se adotará no presente estudo, na sua “(...) *forma própria de estudar o mundo material, o mundo da relação do homem com a realidade física que o rodeia e de que ele mesmo faz parte (um ser humano é também um objecto para os outros seres) (...) uma ciência humana (e a seu modo também histórica) (...)*” [JORGE 1990: 369-370]. É a estratificação, cronológica ou outra, das fontes, as suas relações, cruzamentos e interações, partindo dos seus conteúdos fragmentários, lacónicos, por vezes, contraditórios e sem aparente ligação (num complexo *puzzle*, numa *matriz*) produzindo e interpretando as camadas que darão forma à(s) narrativa(s), que contribuíra para a salvaguarda, pelo registo, pelo estudo e pela divulgação, destes locais e das suas vivências. Em que os dados e vestígios obtidos através dos *meios da arqueologia* (da escavação) corroboram, complementam ou desmentem as restantes fontes coetâneas, ao mesmo tempo que documentam a presença, através da ocupação, de comunidades humanas, em cronologias anteriores à modernidade, nos territórios das quintas.

Narrativas (histórias, estórias), ou memórias, que se querem plurais e não vinculativas, enquanto verdades absolutas, mas sim o produto de um questionário (científico) produzido em determinado tempo e por determinado indivíduo segundo as referências e questionamento do mesmo.

Nunca descurando a premissa, em nosso entender fundamental, que enquanto investigadores e produtores de conhecimento histórico e (...) *de memórias plurais, os arqueólogos contribuem socialmente para a construção de um dos garantes da democraticidade e cidadania, por oposição à noção de amnésia associada aos sistemas totalitários enquanto geradores de um passado, através da anulação sistemática de memórias non gratas*” [SARRAZOLA 2018: 25].

### **1.3. As fontes arquivísticas e documentais: ausências, silêncios e idiosincrasias do processo de recolha**

Como acima já se expôs, a componente documental (e arquivística) é um dos aspetos essenciais deste estudo. A sua importância já havia sido sobejamente reconhecida aquando dos registos de salvaguarda no âmbito do AHBS, onde a recolha documental – com gente afeta a essa tarefa – esteve presente, praticamente, desde o início dos trabalhos para dar cumprimento às diretrizes do PSP do Baixo Sabor. No entanto, esta



recolha foi efetuada visando o estudo histórico e arqueológico de todo e vale e região afetados e abrangidos pela albufeira do AHBS, pelo que os critérios definidos para a recolha e tratamento da informação arquivística acabaram por privilegiar a abrangência - temática, cronológica e geográfica/territorial – com as consultas a cobrirem, sempre que possível, a totalidade dos acervos documentais (dos arquivos municipais, entendase), visando a criação de bases de dados específicas para o PSP do Baixo Sabor.

Esta abordagem, que decorria ao mesmo tempo que os registos arqueológicos e antropológicos de campo, efetuada, na esmagadora maioria, por técnicos diferentes daqueles que se encontravam responsáveis pelos relatórios/memórias descritivas, permitiu que num curto período de tempo se processasse um gigantesco volume de informação. Mas, fosse porque um inquirido referia algum proprietário ou acontecimento ocorrido nas quintas, que era até então totalmente desconhecido por nós, ou porque através da análise da documentação e bibliografia novos nomes e acontecimento eram identificados, obrigou a que por vezes a sua análise, para aferir da efetiva pertinência para os sítios em concreto (neste caso as quintas), se tenha tornado uma tarefa morosa e muito sujeita à necessidade de releituras e novas investidas, desta feita mais específicas, aos arquivos anteriormente percorridos, com necessidade de analisar e tratar documentos e informações que num primeiro momento não haviam sido considerados.

À medida que se foram esgotando os acervos municipais, afinando os critérios de pesquisa e o tipo de questionamento a que o estudo pretendia responder, procurámos outras fontes documentais existentes, ou potencialmente existentes, em outras instituições. Foram visitados, visando a consulta de documentos ou fundos documentais muito específicos, os arquivos distritais de Bragança (ADBGC) e Porto (ADPRT) onde, respetivamente, se haviam identificado testamentos e inventários de bens de proprietários das quintas, documentação notarial coeva do período em que o haviam sido, instituição de capela (na quinta da Laranjeira) [PRADA 2018] e escrituras de remissão de foro e posterior venda da quinta de Crestelos em 1882. Fizemos uma breve e muito focalizada missão no acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN-TT), pelos *Cartórios Notariais (2º cartório)*, *Chancelarias de D. Duarte e D. João VI*, *Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigos, Maço 133*, *Casas de Aveiro, Távora e Jesuítas* [posterior a 1758] e *Ministério do Reino, Requerimentos de mercês e privilégios*, Maço 859, fl. 1-2, de 2 de Agosto de 1819, cujas referências se foram colhendo em bibliografia consultada [GUERRA 1954; MACHADO 2001; FONSECA

1995] e através de pesquisas próprias. Focam-se exclusivamente, na presença da Casa (Morgado) de Távora como senhores e donatários de parte do território de Trás-os-Montes – de que os concelhos de Alfândega da Fé e Mogadouro eram parte integrante, e, em consequência, as quintas Branca e de Crestelos - desde, pelo menos, o século XV<sup>5</sup> até ao arresto dos seus bens em 1758 e extinção do Morgadio em 1759 por decreto do Marquês de Pombal [VARIZO 1989: 96]; com o mesmo fim, e mesma orientação – a casa de Távora – foram identificados e consultados, no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), documentos da *Junta da Inconfidência, Casa Távora* [GUERRA e FERREIRA 1950].

Ocupamo-nos, como já vimos, de propriedades ribeirinhas (sitadas nas margens do rio Sabor e linhas de água subsidiárias). Esta relação íntima com o rio não podia ser negligenciada, mesmo ao nível da investigação documental. Trata-se de propriedades sem moinhos hidráulicos identificados em campo, ou presentes nos registos orais e documentais, mas com açudes e poços de rega, pelo que a inicial pesquisa nos *Cadastrros de Moagens* (presentes no Porto e em Vila Real – Administração Regional Hidrográfica do Norte) ou as *Licenças de Porta Aberta* se mostraram infrutíferas. No entanto, quase produto do acaso, durante as pesquisas no *Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte* (Vila Real) e na *Unidade de Investigação e Documentação (CIEMar-Ílhavo)*, *Fundo Especial Octávio Lixa Filgueiras*, por parte de colegas que estavam a proceder a um levantamento e estudo de elementos de *Cultura Ribeirinha* para o Baixo Sabor, foram identificados (para o século XX) algumas licenças de uso de embarcações, para travessia e transporte de produtos, relacionadas com as quintas estudadas.

A tentativa de identificação, e consequente acesso, a documentos relativos às Quintas em acervos pessoais ou familiares não foi, evidentemente, descuidada. A possibilidade de as últimas grandes famílias das elites locais, por nós previamente identificadas, a quem chegaram, ou ainda pertenciam, estas quintas desde, pelo menos, a última metade do século XIX, possuírem documentação histórica e, por exemplo, fotográfica relativa às mesmas era algo em que apostávamos com elevada expectativa, pois, até à década de 70 do século XX, foram propriedades de bom rendimento económico e de prestígio.

As nossas expectativas saíram goradas, ou porque os arquivos pessoais e familiares eram inexistentes ou porque o acesso aos mesmos não nos foi possível.

---

<sup>5</sup> AN-TT, *Chancelaria de D. Duarte*, Carta de mercê dos direitos reais a Álvaro Pires de Távora Liv. 1, fl.3

Dos Rodrigues, da Ferradosa, proprietários da Quinta Branca desde a segunda metade do século XIX até à sua expropriação em 2012, em consequência das partilhas por muitos herdeiros ou por negligência, não havia, segundo um dos últimos proprietários, o Sr. Porberto Silva, qualquer documento referente à quinta, em sua posse ou seus familiares mais chegados.

Para a Quinta de Crestelos nos últimos 150 anos vendida uma série de vezes, havia ainda descendentes diretos da família Santiago Miranda (proprietária durante praticamente todo o século XX) e dos últimos proprietários, a família Salgado Ruano (1984-2014), ambas com origem ou ligação às freguesias de Felgar e Larinho (Torre de Moncorvo), mas, também, não se conseguiram recolher documentos escritos ou fotográficos, apenas registos de memória oral.

No que concerne à Quinta da Laranjeira, através do último descendente do Morgado do Santo António de Moncorvo, ao qual esteve vinculada a propriedade até António de Carvalho e Castro Freire Cortês a ter, alegadamente, *perdido ao jogo*<sup>6</sup> para o Dr. Margarido ainda no decorrer do século XIX, muito provavelmente após a extinção dos vínculos por morgadio e capelas através do decreto de 19 de maio de 1863, que já havia sido iniciada cerca de três décadas antes<sup>7</sup> com vários decretos legislativos de Mouzinho da Silveira, se conseguiu obter um documento relevante, o *Tombo*<sup>8</sup> *do Morgado de S. Antonio que instituiu Alfonso Domingues de Madureyra*<sup>9</sup> e *Felippa Vas primeyros instituidores deste Morgado, de que hoje he administrador Luis Camelo de Castro fidalgo da caza de S. Mag.*<sup>s</sup> (estade). Anno de 1757 Torre de Moncorvo, proveniente do arquivo pessoal do Sr. António Alberto Coelho de Carvalho e Castro.

### 1.3.1. Os arquivos municipais: elementos de *desequilíbrio*

No seguimento do exposto, sentiu-se a necessidade de definir critérios mais específicos para a recolha documental. Os mais imediatos, e que já haviam sido, grosso modo, considerados na primeira abordagem aos arquivos municipais de Torre de Moncorvo (AHMTM), Alfândega da Fé (AHMAFE) e Mogadouro (AHMM), foram o da

---

6 Informação oral obtida junto do Sr. António Alberto Coelho de Carvalho e Castro atual descendente, o morador no solar de Stº António de Torre de Moncorvo, bisneto de António de Carvalho e Castro Freire Cortês, 12º Senhor do Morgado de Santo António, em Torre de Moncorvo. Último administrador do Morgado do Marmeleiro. 1º e único Visconde de Marmeleiro, por decreto de 28 de Abril de 1880. // Informação que também se encontra presente no imaginário popular, embora por vezes confundindo a cronologia e o indivíduo que perde a Laranjeira ao jogo.

7 CALDEIRA, João Luís Cabral Picão (2011-13) *O Morgadio e a expansão nas ilhas atlânticas (Açores, Madeira e Cabo Verde)*, tese de doutoramento em História apresentada à Fac. Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa, policopiado (p.20-21) (disponível em: [http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/550/1/dh\\_joao\\_caldeira\\_tese\\_v1.pdf](http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/550/1/dh_joao_caldeira_tese_v1.pdf)).

8 Voltaremos à história deste Tombo em momento oportuno.

9 Instituído em Moncorvo no ano de 1491 [ALVES 2000 (tomo VI):299] // [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=122876](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=122876) )

denominação das propriedades/quintas e as referências bibliográficas e orais acerca das mesmas ou de seus proprietários, quando se tratava de moradores dos concelhos.

Isto levou a que as primeiras incursões<sup>10</sup> se focassem na identificação de fundos documentais onde estivessem contidos testamentos, inventários orfanológicos de menores e de maiores, pagamentos de impostos ou contribuições, como por exemplo a “décima”, pedidos para construção ou realização de obras de fundo nas propriedades – um tipo de documentos que viemos a constatar ser completamente inexistente para as quintas em estudo – licenças comerciais (para moagens, por exemplo) e registos matriciais das propriedades, com particular atenção às matrizes prediais rústicas e outras dispersas entre as repartições de finanças das vilas e o seus arquivos municipais. À medida que se fossem recolhendo mais informações, sucessões de proprietários, contratos foreiros (e conseqüentemente os enfiteutas em determinados períodos) a pesquisa estender-se-ia a outros nomes.

Como, na maior parte do período que nos propomos analisar, séculos XVI a XX, estas quintas foram pertença ou estiveram a ser exploradas por elites locais ou regionais, a pesquisa de informação acerca destes indivíduos e suas famílias poderia, igualmente, transmitir-nos pistas para o enriquecimento do nosso estudo.

Acórdãos, assentos, autos e vereações e outros ligados à gestão camarária, sobretudo no respeitante a pedidos e gestão de conflitos, onde poderia constar algum assunto relacionado com as propriedades estudadas, fizeram igualmente parte do plano de pesquisa arquivística ao nível dos acervos municipais.

Todo o género de documentação supracitada existe e foi consultada no AHMTM com algum sucesso, inclusivamente, no que diz respeito à Quinta da Laranjeira, seus proprietários e outros assuntos relativos à mesma, com datas extremas entre 1684 e 1905, que podemos estender até 1971 se tivermos em linha de conta a certidão de óbito de Luíz Augusto Ferreira de Carvalho, o último *grande proprietário* da quinta.

No mesmo complexo de edifícios onde se encontra o AHMTM, fica a Biblioteca Municipal e o Centro de Memória de Torre de Moncorvo (afeto ao arquivo). Neste, no Fundo documental Santos Júnior, não tratado arquivisticamente, identificámos em algumas fotografias do Dr. Santos Júnior partes do território da Quinta de Crestelos

---

10 Todas elas ensaiadas no AHMTM com base no catálogo do mesmo (não disponível em linha, tal como o de Alfândega da Fé e Mogadouro)

(Mogadouro), tiradas entre as décadas de 30 e 60 do século XX, de grande serventia para a análise de paisagem da e evolução construtiva de alguns elementos desta quinta.

Se o AHMTM é um arquivo consolidado, com instalações próprias e um acervo documental significativo, bem organizado e trabalhado pelos técnicos que com ele lidam diariamente, no que diz respeito aos AHMAFE e AHMM há problemas de raiz relacionados com a constituição e existência que proporcionaram uma recolha de elementos documentais muito mais reduzida (ou mesmo inexistente) e cronologicamente limitada.

O AHMAFE tem o início da sua história em 1983, pelas mãos do Professor Francisco Lopes, ainda hoje o responsável, e praticamente único dinamizador e zelador do acervo: *«quando, pela primeira vez, nos foi permitido subir ao sótão do edifício da Câmara Municipal para verificar que tipo de documentos ali existia. O que encontramos foi assustador: livros de autos das sessões da Câmara, o Tombo dos Bens do Concelho, livros de outros assuntos municipais, pastas de correspondência, projetos de obras e arrematações, enfim, umas largas dezenas de unidades, considerando cada livro e pasta como tal, sem qualquer tipo de arrumação, cheias de pó e outro lixo que ia caindo do telhado, muita humidade e em vários casos já com os efeitos destruidores da ação dos ratos.*

*Nessa primeira fase, que acabaria por decorrer até 1985, a Câmara Municipal permitiu que se procedesse à limpeza de toda aquela documentação e do próprio espaço e se construíssem umas prateleiras para a arrumar, ali mesmo, pois não existia outra alternativa nas instalações da Câmara Municipal. O trabalho de limpeza e alguma higienização de parte dos documentos foi efetuado (...). Para esta tarefa contribuíram decisivamente muitos jovens do programa de Ocupação dos Tempos Livres, que nos períodos de verão de 1983 a 1985 emprestaram a este propósito a sua dedicação e o seu esforço.*

*Entre os documentos que estavam naquele sótão e outros que se encontravam dispersos por vários armários e secretárias dos gabinetes da Câmara Municipal, reuniram-se mais de três centenas de livros e pastas que constituíram a base inicial do arquivo e são também, de uma forma geral, os mais antigos.*

*Em 1993 a documentação do AHMAFE passou para o edifício da Biblioteca Municipal, acabado de construir, e aí tem permanecido até hoje.*

*No ano seguinte, publicámos o primeiro trabalho sobre o arquivo que referimos (...). A publicação dava a conhecer o plano de classificação e os documentos existentes (...).*

*A partir de 1994 foram sendo incorporados novos documentos (...).*

*O AHMAFE foi crescendo em documentação mas essa realidade não foi acompanhada em organização, conservação e divulgação, tornando-se difícil a consulta dos documentos e até a garantia da sua integridade.» [LOPES 2016: 15-16].*

Foi este cenário que encontramos numa cave da Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé, uma estante encostada a uma parede húmida, cheia de livros, com prateleiras caídas, sem qualquer organização clara do acervo. Estávamos apenas munidos de um catálogo, que não era mais que o constante remendo daquilo que F. Lopes havia publicado em 1994 e cujo conteúdo era praticamente, se não totalmente, desconhecido dos técnicos da biblioteca.

Todo o acervo do arquivo foi consultado e analisado visando informações acerca do complexo Quinta Branca, seus proprietários, habitantes e acontecimentos.

Os resultados obtidos foram consideravelmente escassos face ao tempo investido tendo-se limitado ao surgimento da menção da *Quinta de S. Gonçalo* num testamento datado de 1886 e às matrizes prediais rústicas<sup>11</sup> das propriedades/parcelas que compunham a quinta no ano de 1896 (data de abertura dos livros). Matrizes estas que ao dizerem respeito ao último quartel do século XIX, pese embora o seu conteúdo lacónico, se revelaram de grande importância para a identificação toponímica (com *nuances* face à corrente e presente na memória para a segunda metade do século XX) e do emparcelamento que está na origem desta vasta propriedade agrícola.

Nas atas e sessões da Câmara (1791-1957) não há qualquer assunto ou ponto relativo ao nosso objeto de estudo, passando-se o mesmo nos recenseamentos militares e eleitorais<sup>12</sup>, ou no *Livro do Tombo dos bens do Concelho*, de 1766<sup>13</sup>, indicativo, através da ausência, que o território da quinta Branca se encontrava em posse de privados.

Se no AHMAFE a investigação foi quase estéril, no AHMM foi precisamente isso que aconteceu. Trata-se de um acervo que se encontra nas instalações atuais, a *Casa dos Magistrados*, desde o ano de 2009 e onde existe documentação, sobretudo de gestão municipal, posterior à década de 20 do século passado em consequência de incêndios ocorridos em 1855 e 1927 mas instalações primitivas, no Convento de S. Francisco, tendo ardido todo o património documental recolhido e à guarda do arquivo até essas datas.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Livros que nem deveriam estar nas instalações do AHMAFE e que por esse motivo não constam no roteiro documental, já citado, apresentado em 2016. (Informação pessoal do prof. Francisco Lopes obtida junto do mesmo em dezembro de 2018 aquando da última visita ao arquivo).

<sup>12</sup> No AHMTM já havia sucedido o mesmo.

<sup>13</sup> Documento/ livro mais antigo do arquivo.

<sup>14</sup> Informações obtida via correio eletrónico junto da dra. Rita Gonçalves, Técnica superior de História da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo / AHMM, no dia 23 Novembro de 2018.

Decorre destes incêndios a perda dos registos matriciais de propriedade de todo o concelho de Mogadouro, o que levou à realização e publicação das Secções Cadastrais do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (Distrito Bragança, Concelho Mogadouro<sup>15</sup>) e respetivas Matrizes Prediais Rústicas das freguesias do mesmo concelho<sup>16</sup>, que servem como legenda (nota explicativa) ao cadastro/cartografia desenhada, as quais se vieram a revelar o mais pormenorizado levantamento (escala 1:2500) de ocupação e aproveitamento do solo e recursos agropecuários e florestal e fonte de micro-toponímia para a região no que concerne à primeira metade do século XX. Abrange, evidentemente, o território da Quinta de Crestelos (Meirinhos, Mogadouro).

### **1.3.2. Ausências, muitas ausências... a falta de pessoas no *registo*...**

Um estudo como aquele que nos propusemos fazer, que parte da realidade dos vestígios materiais, sejam eles arqueológicos, etnográficos, arquitetónicos ou documentais, e de sistematização, análise e interpretação dos mesmos de forma a melhor compreender e conhecer a *biografia* dos locais e territórios abordados, bem como o seu posicionamento a nível regional, tem como almejo último o quotidiano desses locais, chegar às comunidades e pessoas que os criaram, habitaram, trabalharam e que ali viveram e os experienciaram.

A historiografia local, bem como a documentação recolhida e compilada no âmbito desta dissertação, muito nos contam acerca daqueles que foram os senhores destas quintas, seja relativamente aos períodos em que estas eram pequenos aglomerados populacionais (lugares) com o seu termo, ou ao tempo da sua consolidação como grandes propriedades agrícolas, exploradas de forma direta ou indireta pelos seus proprietários, ou seja, dão-nos eco apenas das elites que ao longo de seis séculos (nalguns casos mais) orbitaram por esta região: os Marqueses Távora, os Sampaio (e Melo), os Condes de São Vicente, os Madureira e Castro Carvalho (Morgado de Stº António de Moncorvo), António Joaquim Ferreira Pontes, Francisco José da Silva Torres, António Carvalho, os Rodrigues (da Ferradosa), Acácio Santiago, os Miranda e os Salgado Ruano (elites locais do Felgar), Morais Pimentel (Morgado dos Sousa de Afândega da Fé), entre outros.

Ausentes do registo historiográfico, como quase sempre, estão caseiros, jornaleiros, pedreiros, rendeiros e familiares dos mesmos, surgindo apenas em frugais apontamentos

---

<sup>15</sup> Existentes no AHMM e disponíveis para consulta em

[http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro\\_geometrico\\_da\\_propriedade\\_rustica\\_cgpr\\_/consultar\\_seccoes\\_cadastrais/](http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro_geometrico_da_propriedade_rustica_cgpr_/consultar_seccoes_cadastrais/)

<sup>16</sup> Repartição de Finanças de Mogadouro.

sem *grande interesse científico*. Mas era nosso objetivo chegar aos anónimos ao longo dos diferentes séculos para, por exemplo, procurar perceber quantas pessoas viveriam em permanência nestas propriedades, quantas eram necessárias ao dia-a-dia das mesmas, à manutenção do tecido cultivado e construído, qual o aumento de circulação de gente aquando dos picos das atividades agrícolas etc. E, ao mesmo tempo, para dar nomes aos atores de toda a construção histórica destes territórios.

Se para o tempo da memória viva, através das entrevistas<sup>17</sup> efetuados pela antropologia social do AHBS, este objetivo se mostrou muito difícil de alcançar, porque a memória dos inquiridos se encontrava já muito *distante e turvada*, em que o mais vivo são excentricidades e traços de sobrançeria dos padrões e dos períodos em que *ia gente de todo o lado fabricar as terras ou segar e malhar o cereal*, em que o nome de um ou outro caseiro ou feitor era recordado, muitas das vezes com grandes incoerências cronológicas pois a memória pessoal misturava-se muito facilmente com a memória daquilo que lhes havia sido contado, tal tarefa veio a demonstrar-se de todo inconsistente.

Nos acervos dos arquivos municipais e do arquivo distrital de Bragança procurou-se reconhecer documentação específica que pudesse identificar indivíduos – com sua idade, profissão, sexo, etc – que habitassem nas quintas. A nossa pesquisa inicial recaiu, na tentativa de encontrar as listas das Ordenanças (militares) - em vigor até 1832 - relativas às freguesias às quais pertencem administrativamente as quintas em estudo. Tratava-se, como definiu Joaquim Romero de Magalhães de «*um princípio de militarização geral da sociedade*»,<sup>18</sup> através da criação de uma base censitária de todos os súbditos entre os 20 e os 60 anos de idade, sendo documentos que respondem a um modelo e itens muito específicos e normalizados, onde todas as habitações (fogos) são identificadas, mesmos as de viúvas e as devolutas, e ordenadas sequencialmente pela sua freguesia e lugar. Estes censos de reserva e recrutamento militar encontram-se, muitas vezes, nos acervos dos arquivos municipais – por exemplo Porto<sup>19</sup> e Mafra<sup>20</sup> - mas são inexistentes naqueles sobre os quais incidiu o nosso estudo, inclusivamente no que respeita ao ADBGC. Eventualmente podem encontrar-se no Arquivo Histórico Militar (em Lisboa), como parece indicar uma pesquisa pela sua base de dados em

---

<sup>17</sup> No caso particular das entrevistas antropológicas (orais), optámos por manter os acrónimos, alfanuméricos, da base de dados criada no âmbito do AHBS por dois motivos: é esta a nossa fonte e há a hipótese de, futuramente, estes registos (base de dados) serem disponibilizados ao público e investigadores. Outra nota vai para o facto da manutenção do anonimato dos inquiridos por questões de ética e deontologia.

<sup>18</sup> <http://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=204810>

<sup>19</sup> <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?q=ordenan%C3%A7as>

<sup>20</sup> <http://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=204810>



linha<sup>21</sup>, no entanto as condicionantes de tempo, para a pesquisa presencial já que o fundo e secção das *Ordenanças* não se encontra em linha ou digitalizado, e o potencial, relativamente baixo, da informação levaram-nos a abandonar esta linha de investigação<sup>22</sup>.

Dentro da mesma linha de investigação, ou seja, colocar gente a habitar as quintas, pesquisámos, também, se para as freguesias a que pertencem administrativamente as quintas os *Róis de Confessados* (ou da *Desobriga*) haviam sido documentos já estudados, qual o seu paradeiro ou, em última instância, se ainda existem.

«*Estes arrolamentos estavam estruturados por Fogos. "Fogos" era o que se chamava à organização de indivíduos que tinham em comum a residência. Assim, no fogo encontramos o cabecilha em primeiro lugar porque era este que possuía a autoridade e a chefia da habitação; só depois apareciam os restantes elementos onde era indicado o nome, a idade e a relação para com o cabecilha quer fosse ou não uma relação de parentesco. Por último apareciam os expostos e/ou os criados, quando os havia.*» [PEREIRA 2001/02: 373-374]. A elaboração dos Róis de Confessados “*tinha sido rigorosamente regulamentado pela Igreja, quando Paulo V prescreve as normas de elaboração com base no «Rituale Romanum»*» [MOTA 1988: 6], tendo sofrido pequenas alterações no regulamento e método ao longo dos séculos em que foram praticados<sup>23</sup>.

Têm, por norma, as seguintes informações para os indivíduos arrolados em cada fogo: *cabeça da casa* e relação com o mesmo ou profissão, nome, idade (sempre igual ou superior a 7 anos [DIAS 1996: 46-47]), e se comungaram e se confessaram. [PEREIRA 2001/02: 374]

No âmbito da procura pelas listagens das ordenanças e os roís de confessados havíamos entrado em contacto com o professor F. Lopes, na eventualidade de este saber do paradeiro dos respeitantes a Alfândega da Fé. Afirmou-nos desconhecer a primeira tipologia de documentos mas disse ter em sua posse um livro (único), que não faz parte do acervo do AHMAFE, de rol de confessados. Trata-se do livro do *Rol dos*

---

<sup>21</sup> <https://arqhist.exercito.pt/details?id=87800>

<sup>22</sup> Para um estudo monográfico, de uma, ou de cada uma destas propriedades, é, certamente, uma linha de investigação que deve ser seguida, nem que seja, apenas, para o descarte do potencial da mesma.

<sup>23</sup> Aquelas pessoas que habitavam mesmo aqueles locais em permanência, suas idades e estado civil/ religioso. // “*António Xavier de Sousa Monteiro* (em 1867), no seu *Manual de direito acclesiastico parochial (...)* explica como se redigiam esses roís: «*O Parocho em cada anno, [...] fará rol por si, e não por outrem [...] N’este rol se escreverão todos os freguezes por seus nomes e sobrenomes, os logares e ruas onde vivem. [...] nas freguezias ruraes, se assentarão em separado, os logares, aldeias, e quintas e nomes d’ellas; e debaixo do titulo da rua, logar, aldeia ou quinta, assentar-se-há cada casa em separado, lançando um traço horizontal, e deixando algum espaço entre uma e outra casa; e também deve assentar-se em separado cada pessoa, que n’ella viver, por seu nome e sobrenome, e as idades ao menos dos menores impúberes, que são os homens até aos 14 anos e as mulheres até aos 12; declarar-se-há também se essa pessoa pertence à família, ou é estranha vinda de outra parte, que assiste na mesma casa [...]*» (DIAS 1996: 446-47).

*Confessados da Freguesia de Cerejais, arciprestado de Alfândega da Fé* de 1895 [Anexo III: doc.24] onde estão listados os habitantes/almas, maiores de 7 anos, sem referência à profissão, mas apenas à relação dos mesmos com a *cabeça a casa*, dos dois núcleos construídos da Quinta Branca sita nessa freguesia, ou seja, contendo o tipo de informação que se procurava.

Nos arquivos municipais de Moncorvo, Mogadouro ou Alfândega da Fé, bem como no ADBGC não há qualquer livro de Rol dos Confessados, ao contrário do que acontece com instituições congêneres a nível nacional.<sup>24</sup>

Procuramos averiguar da existência destes livros no Arquivo Episcopal da diocese de Bragança. Fomos informados por um antigo diretor do Arquivo do Paço (de Bragança), o Dr. Carlos Prada de Oliveira, que *no arquivo diocesano não existem Róis de Confessados relativos a qualquer paróquia da diocese/distrito de Bragança*.<sup>25</sup>

Mais uma vez saíram frustradas as nossas intenções de trabalhar informação específica e inédita nesta abordagem às quintas do Vale do Sabor.

A hipótese mais viável, mas ainda assim improvável, de encontrar mais registos de róis de confessados passaria pela tentativa de aceder aos acervos – se existentes – das igrejas das paróquias de Torre de Moncorvo, Meirinhos (Mogadouro), Cerejais e Ferradosa (Alfândega da Fé), implicando que para tal conseguíssemos entrar em contacto com cada um dos padres das mesmas, onde não estão em permanência, pois têm a seu cargo mais do que uma paróquia na região, e que estes conhecessem os respetivos acervos e que ali existissem alguns destes livros.

As limitações desta abordagem, logo à partida, e a experiência do mesmo tipo de investimento, durante o período de colaboração no AHBS, quando se levou a cabo investigação semelhante nos arquivos das paróquias de Sambade (concelho de Alfândega da Fé) e do Felgar (Torre de Moncorvo) aos quais o acesso foi sempre muito restrito, dependia de dias e horas específicas, por vezes muito poucas, tratando-se de acervos sem qualquer organização, pouco ou nada conhecidos pelos seus zeladores e, em nenhum dos quais, e estamos perante duas das maiores freguesias destes concelhos e com um maior corpo documental, existia qualquer livro de rol de confessados ou da desobriga, mas apenas os habituais registos de nascimentos, de casamentos e de óbitos, levou a que, para o âmbito desta dissertação, optássemos por não avançar com esta linha de pesquisa<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Exemplos: <http://pesquisa.adb.uminho.pt/viewer?id=1194186> (Arquivo distrital de Braga); <http://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=485255&ht=confessados/confessava> (Arquivo municipal de Mafra).

<sup>25</sup> Informação obtida através de correio eletrónico no dia 28 Dezembro de 2018.

<sup>26</sup> No que concerne aos róis de confessados acreditamos no mesmo que já havíamos afirmado para as ordenanças: *Para um estudo*

Registos de nascimentos, casamentos e óbitos que, para o nosso estudo, não revelam qualquer potencialidade já que, como se sabe, apenas apresentam os nomes dos indivíduos sem referência ao local de morada dos mesmos, ou seja, não referem as quintas.

## 2. Enquadramentos

### 2.1. Enquadramento administrativo e geográfico das quintas

As propriedades que serão alvo de estudo durante a nossa dissertação de mestrado encontram-se localizadas em Portugal continental, região de Trás-os-Montes (Sudeste/Terra Quente) no distrito de Bragança, junto daquilo que eram as margens, até ao enchimento da albufeira do AHBS, do curso (baixo) do rio Sabor, duas na sua margem esquerda: Laranjeira e Crestelos/Barrais e uma na margem direita, em frente a Crestelos, a Quinta Branca/S. Gonçalo/ Santa Eufémia, nas seguintes coordenadas geográficas:

Designação	Latitude Norte (WGS 84)	Longitude Oeste (WGS 84)
<b>Quinta da Laranjeira</b>	41° 12' 32,909"	-07° 04' 03,262"
<b>Quinta de Crestelos</b>	41° 15' 17,742"	-06° 53' 09,816"
Quinta dos Barrais	41° 15' 05,805"	-06° 54' 25,955"
<b>Quinta Branca</b>	41° 15' 47,619"	-06° 54' 37,795"
Quinta de S. Gonçalo	41° 15' 28,590"	-06° 54' 15,790"
Quinta de Santa Eufémia	41° 14' 53,250"	-06° 55' 22,895"

**Quadro 01:** coordenadas centrais (tiradas no núcleos edificados) das propriedades em estudo.

A Quinta da Laranjeira, sita no concelho e freguesia de Torre de Moncorvo, localizava-se no que corresponde ao limite/termo norte/nordeste da freguesia, e da divisória entre esta e a freguesia vizinha do Larinho, com a qual confronta a nascente, e a poente/sul-sudoeste com a propriedade e terrenos da *Pêga*. Na margem oposta do rio confronta com as Quintas da Portela e do Travelo (que chegou a ser parte integrante da unidade produtiva da Laranjeira), da freguesia de Adeganha, cc. Torre de Moncorvo, ocupando uma área de sensivelmente 210 hectares.

A Quinta de Crestelos e Barrais, localizada na freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro, com uma área de cerca de 1127 hectares, dos quais ficaram submersos 338, corresponde ao termo/ limite noroeste da freguesia, o que equivale à totalidade da sua

---

*monográfico, de uma, ou de cada uma destas propriedades, é, certamente, uma linha de investigação que deve ser seguida, nem que seja, apenas, para o descarte do potencial (ou da não existência) da mesma.*

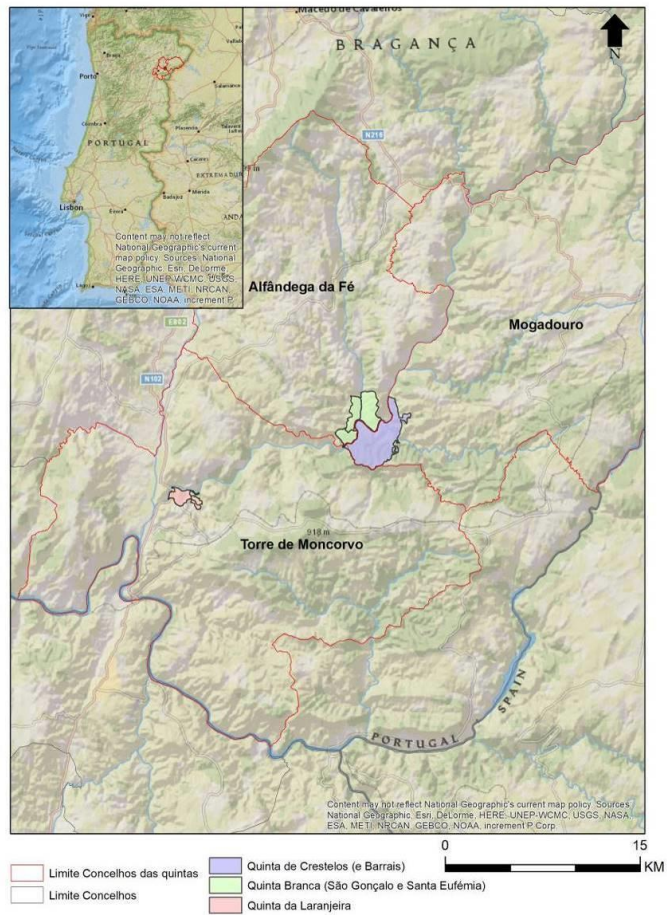
fronteira com a freguesia de Souto da Velha<sup>27</sup> (a poente e sul) e em parte com a freguesia de Carviçais (a sul) (ambas do concelho de T. Moncorvo) e a mais de metade da frente ribeirinha da freguesia de Meirinhos. Na margem oposta do rio confronta com as Quintas Branca, S. Gonçalo (freguesia de Cerejais) e Santa Eufémia (ou *do Badalo*, na união de freguesias Sendim da Serra e Ferradosa) e com o Santuário de Santo Antão da Barca (união de freguesia de Parada e Sendim da Ribeira), concelho de Alfândega da Fé.

As Quintas Branca, de São Gonçalo e Santa Eufémia localizam-se nas freguesias de Cerejais e Sendim da Serra/Ferradosa, no concelho de Alfândega da Fé, ocupando no total, aproximadamente, 587 hectares. As Quintas Branca e de São Gonçalo encontram-se no limite sul-sudeste da freguesia de Cerejais, na foz da ribeira de Zacarias, a primeira na margem direita e a segunda na esquerda, e margem direita do rio Sabor, coincidindo, genericamente, com o termo da mesma freguesia relativamente a Sendim da Ribeira e Parada. A Quinta de Santa Eufémia (ou do Badalo) situa-se no limite sudeste do lugar de Ferradosa<sup>28</sup>, na confrontação com Cerejais e o rio Sabor, e coincide também, em parte, com o limite de freguesia e de concelho com o Felgar e Moncorvo, a sudeste.

---

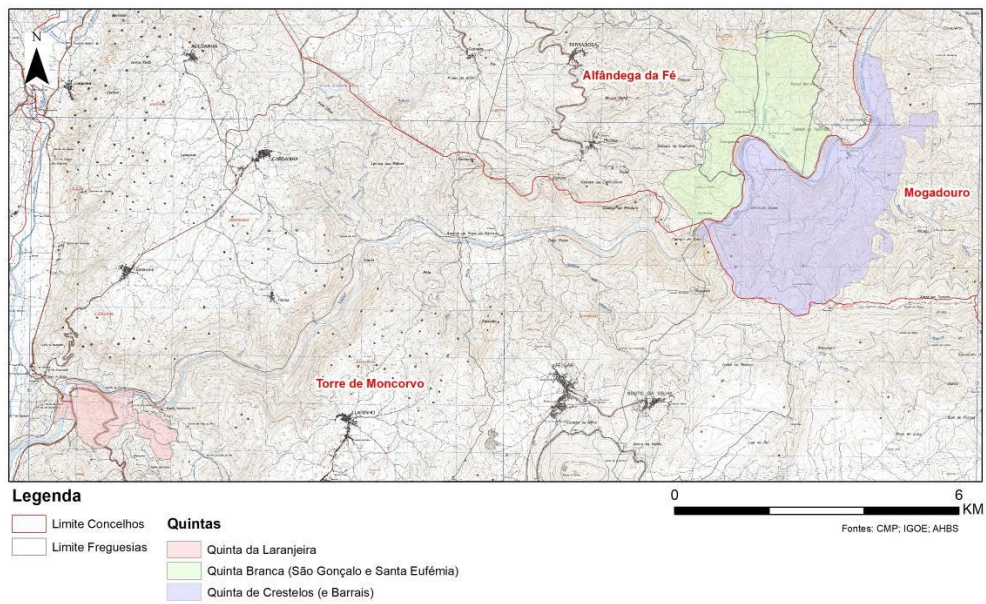
<sup>27</sup> Extinta desde as eleições autárquicas de 29 Setembro de 2013, passando a integrar o agrupamento de freguesias do Felgar, concelho de Torre de Moncorvo.

<sup>28</sup> Hoje união de freguesias Sendim da Serra e Ferradosa.

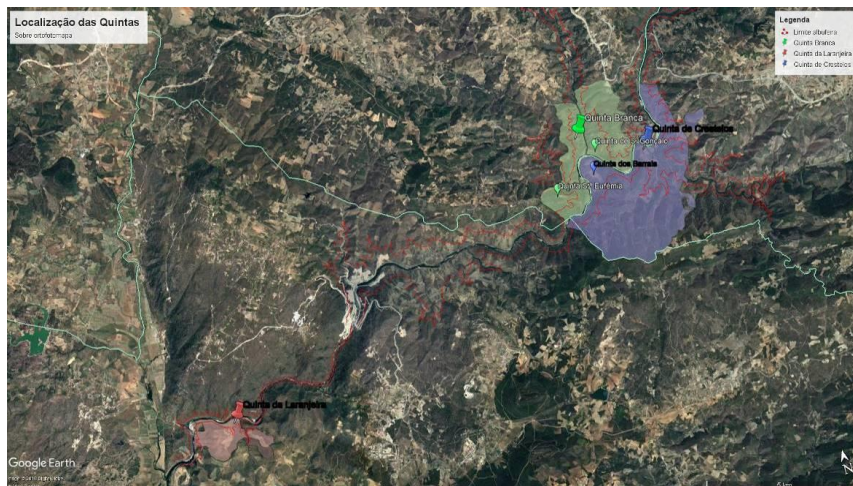


**Ilustração 01:** localização das propriedades (sua área) em estudo em Portugal continental e no termo dos concelhos. [para maior pormenor ver Anexo I, Ilustração 01]

Propriedades em estudo sobre CMP 1:25000 (f.118 e 119)



**Ilustração 02:** [para maior pormenor ver Anexo I, Ilustração 02]



**Ilustração 03:** localização das propriedades (sua área e núcleos centrais construídos) sobre ortofotomapa (Google earth), com indicação toponímica e traçado da albufeira do AHBS. [para maior pormenor ver Anexo I, Ilustração 03]

## 2.2. Enquadramento Geológico

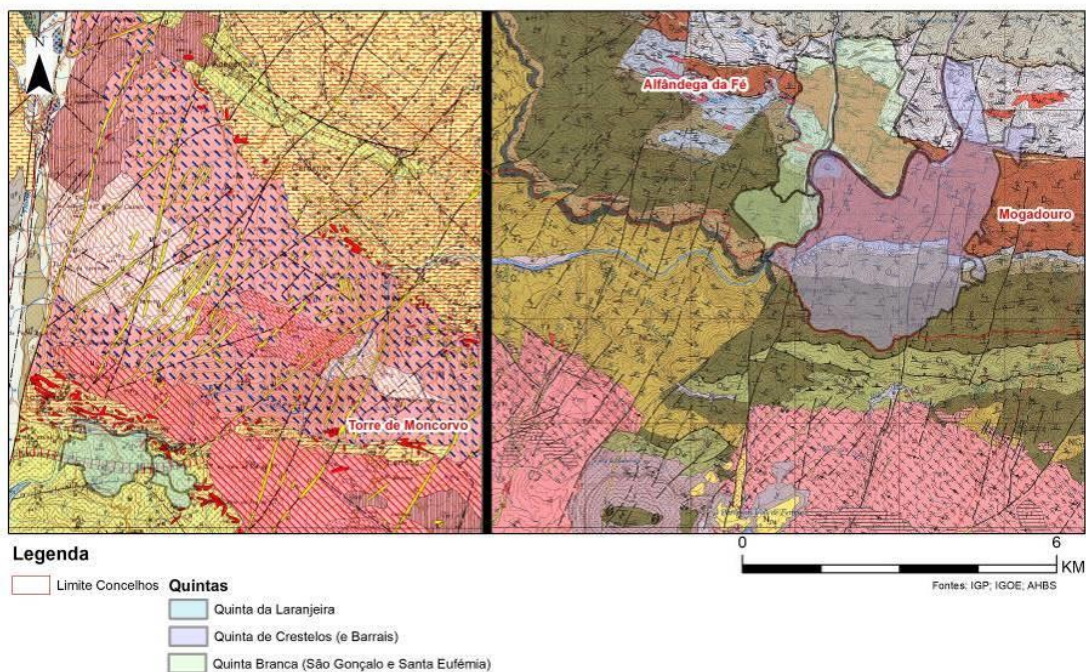
No que respeita à geologia, o vale do Sabor «*enquadra-se no Complexo xisto-quartzítico ante ordivícico, tratando-se de uma formação essencialmente constituída por quartzitos e xistos de natureza variada com várias transições e intercalações múltiplas. (...) Cortando as formações do Complexo Xisto-quartzítico observam-se importantes filões de quartzo bem como filonetes da mesma origem. Verifica-se ainda a existência de pórfiros, ortognaisses, anfibolitos, sobretudo na zona onde o Complexo faz um arco, e onde também se integram rochas de diferentes tipos como sejam os peridotitos, gabros, anfibolitos, pórfiros ácidos e básicos, a Norte de Mogadouro. De uma forma geral pode dizer-se que o Complexo Xisto-quartzítico é composto por elementos que variam entre os quartzitos e xistos-quartzíticos, grauvaques, xistos sericílicos e cloríticos, xistos “borra de vinho” (xistos argilosos, por vezes luzentes), bem como anfibolitos e xistos clorito-anfibólicos*» [GASPAR e outros 2015: 07].

Na zona entre Moncorvo e Mogadouro, e depois da faixa de granitos da Lagoaça, observa-se uma série xisto-quartzítica, onde existem numerosas bilobites (cruziana), seguidos de xistos cinzentos, listrados, que a certa altura são cavalgados pelo complexo xisto-quartzítico, desenvolvendo-se uma zona de esmagamento que se estende, sobretudo, para Norte e Este. Trata-se de rochas de grão médio, com fenocristais de feldspato e quartzo imersos numa matriz filitosa de coloração esverdeada. Fazem parte do grupo dos pórfiros, também aqui existentes, que formam filões subconcordantes com as rochas encaixantes ou pequenas intrusões. Apresentam fenocristais de feldspatos e raros de quartzo, numa matriz onde, a olho nu, predomina o cinzento-azulado [RIBEIRO e outros 1963].

Outra unidade geológica observável nesta região é a dos aluviões. Trata-se de depósitos incoerentes de areias mais ou menos argilosas, de coloração acastanhada, frequentemente associadas a cascalheiras de calhau rolado. No seu conjunto apresentam uma estrutura lenticular mais ou menos alongada e entrecruzada, estando mais bem representados na margem direita, uma vez que na esquerda são de fraca expressão. Como resultado, formam ínsuas, bancos de areias e cascalheiras, bem como praias fluviais nas margens do rio [Ribeiro e outros 1963].

Relativamente às zonas de implantação das quintas em estudo, ao que à geologia diz respeito, apresentamos em seguida a sua representação cartográfica e o respetivo quadro síntese:

#### Propriedades em Estudo sobre carta geológica (nº11c e 11d, esc. 1:50000)



**Ilustração 04:** enquadramento geológico [para maior pormenor ver Anexo I, Ilustração 04].

Tipos de depósitos geológicos (rochas)						Quinta da Laranjeira	Quinta Branca (S. Gonçalo e St <sup>a</sup> Eufémia)	Quinta de Crestelos (e Barraís)	
Carta geológica nº11D (escala 1:50000)	Depósito Sedimentar	Cenozóico	Quaternário	Holocénico	–	a) Depósitos elúvios aluvionares	–	Margem direita da rib <sup>a</sup> de Zacarias e margem do Sabor junto ao edificado de S. Gonçalo até ao sopé do Cabeço do Aguilhão	–
				Plistocénico	–	Qf) Terraço (fluvial)	–	Margem do rio Sabor na área abaixo do edificado da Qt <sup>a</sup> St <sup>a</sup> Eufémia: Olival da Santa	Terraço fluvial a norte do edificado dos Barraís até à margem do rio Sabor
					–	v) Depósitos e cascalheiras de vertentes	–	Terrenos de encosta acima do Olival da Santa	–
	Complexo parautoctone	Paleozóico	Silúrico	Llandovery	Rudaniano	SMe''') Formação de Meirinhos: <u>xistos bandados</u> e <u>xistos negros</u> com intercalações	–	Limite norte do território da	Limite norte do território da



	Superior				de liditos.		propriedade	propriedade
	Complexo parautoctone inferior	Devónico	Devónico inferior	–	<b>Dcr'''</b> ) Formação do Casal do Rato: sequência "flychóide" negativa, com alternância de filitos e <u>metagrauvaques</u> com intercalações de olistólitos de quartzitos (Fm. De Marão)	–	Corresponde à grande maioria da área inundada pelas águas	Corresponde à grande maioria da área inundada pelas águas
	Autóctone	Silúrico	Llandovery a Pridoli indiferenciado	–	<b>S'''</b> ) <u>Xistos bandados, xistos negros</u> , às vezes com nódulos e intercalações de calcários negros com "scyphocrinóides"	–	Área onde se desenvolvia o núcleo central construído Quinta Branca e sua envolvente	Faixa de terrenos imediatamente a sul de <i>Dcr'''</i>
		Ordovicico	Ordovicico Superior	Kosoviano (?)	<b>Ogu</b> ) Formação de Gadramil ("Pelitos com Fragmentos") <u>xistos filito-gresosos cinzentos</u> , contendo micas líticas, manchas ferruginosas e muito escassos fragmentos líticos angulosos	–	–	Faixa de terrenos imediatamente a sul de <i>S'''</i>

				Oretaniano inf. A Dobrotiviano inf.	<b>Omo</b> ) Formação de Moncorvo: <u>xistos cinzentos ardosíferos</u> , com pontuações de pirite oxidada e nódulos siliciosos	-	-	Faixa de terrenos imediatamente a sul de <i>Ogu</i>
			Ordoviciano inferior e médio	Arenigiano médio - superior (?)	<b>Omr''</b> ) Formação de Marão ("Quartzito Armoricano"). Xistos intermédios: <u>xistos cinzentos</u> com intercalações finas de metagrés	-	-	Extremo poente da área da propriedade junto ao rio Sabor
					<b>Omr'''</b> ) Quartzitos superiores: matagrés e quartzitos com intercalações de filitos negros e psamitos	-	Terrenos de vertente e encostas abaixo do núcleo habitacional da St <sup>a</sup> Eufémia	Limites sul. Terrenos de vertente, encosta e cotas mais elevadas
Carta geológica nº11C (escala 1:50000)	Alóctone	Câmbrico (?)	-	<b>Pi</b> ) Metassedimentos. Grupo Douro, Formação de Pinhão. Sequência estratificada de <u>filitos (xistos)</u> quartzos verdes e metaquartzovaques, com predominância para os primeiros.	Área	-	-	

-	-	-	-	-	q) Quartzos (filões intrusivos)	Área	-	-
-	-	-	-	-	ya) Aplitos. Petrográficos que se circunscrevem às vizinhanças imediatas dos contactos granitos-metassedimentos e granitos-falhas	Faixa limite a nascente e sudeste	-	-
		Quaternário	Plistocénico	-	Qp2) Cascalheiras poligénicas, arenitos e argilas	Faixa limite a noroeste (terraço fluvial)	-	-

**Quadro 02:** depósitos geológicos nas quintas. Fontes: carta geológica de Portugal, nº11 C e D (esc. 1:50000) e respetivas notas explicativas [disponíveis em <http://geoportal.lneg.pt/geoportal/egeo/DownloadCartas/login.aspx>]

Em suma, o substrato geológico dominante nas áreas das três propriedades é composto por xistos, com presença relativamente comum e frequente de veios/intrusões de quartzos e quartzitos. Encontrando-se em áreas de transição entre os xistos e o granito e em zonas do vale do Sabor em que este se torna menos encaixado, são igualmente frequentes depósitos tipo cascalheira e terraços de origem fluvial, sondados arqueologicamente, nas propriedades estudadas.

Estes materiais, como iremos expor durante a dissertação, em muito vão influenciar aquilo que foram as técnicas e tecnologias de construção utilizadas no edificado e nas benfeitorias destas quintas [Anexo IV], bem como na forma como estes se implantam no terreno.

### **2.3. Enquadramento Geomorfológico**

*«O Vale do Baixo Sabor impõe-se a quem o observa cavando o curso vigoroso através de uma paisagem de planaltos a perder de vista. As formas são robustas e esmagadoras. Na maior parte do curso, as encostas são abruptas configurando um vale muito encaixado entre arribas. Mas, por vezes, o vale abre, multiplicando-se os subsidiários que rasgam os planaltos de ambos os lados do rio, aplanando as encostas das margens onde se identificam antigos terraços fluviais. São esses nichos alveolares que as populações mais antigas, desde que se começaram a sedentarizar e a criar aldeamentos permanentes, escolheram para centro dos seus territórios.»*

[DORDIO GOMES e outros 2010-2015: 134]

*«Em termos geomorfológicos o vale do rio Sabor insere-se no Maciço Hespérico da Península Ibérica. Durante o Terciário esta região era uma planície em fim de erosão, erguida e fragmentada que, durante o Quaternário, e devido aos movimentos orogénicos hercínicos, post-hercínicos e recentes, se transforma, dando lugar a um conjunto composto por montanhas, planaltos e depressões, marcado por uma tectónica anterior. A leitura desta tectónica antiga permite compreender a estrutura geológica, a complexidade litológica e a disposição de determinados tipos de relevo, sobretudo as cristas quartzíticas, de elevada dureza, que terão resistido à erosão e sendo um testemunho das orientações hercínicas. A tectónica recente, que se estende desde o plioceno e se mantém ainda ativa durante o Quaternário, resulta no contraste entre as superfícies suaves dos cumes das montanhas dos planaltos elevados e as formas agrestes dos patamares mais baixos.»* [Lemos, 1993. Em GASPAR e outros 2015: 06]

*«No oeste transmontano as águas são drenadas sobretudo através das bacias hidrográficas de três grandes rios – o Douro, o Sabor e o Tua. A bacia do Sabor é separada da do Tua através das cumeadas das serras de Nogueira, Bornes e do planalto de Ansiães. O próprio rio apresenta um vale bastante encaixado, e nele desaguam inúmeros cursos de água de média dimensão, sendo que três apresentam um caudal mais significativo, drenando as águas das vastas superfícies do Vale da Vilariça (ribeira da Vilariça), das vertentes orientais da Serra de Bornes e Alfândega (ribeira de Zacarias) e da Serra da Navalheira (ribeira de Estevais), e da vertente ocidental da serra da Taveira (ribeira do Medal). Note-se que nesta zona do país o caudal dos cursos de água é bastante irregular, sendo que neste caso chegam mesmo a secar, em alturas de verões prolongados.»* [Lemos. 1993:122. Em GASPAR e outros 2015: 06]

O vale do rio Sabor apresenta-se, então, com um perfil predominante em “V”, com desníveis e declives muito consideráveis entre o fundo do vale e as superfícies aplanadas localizadas nos topos, delineando um relevo muito acidentado e com variações de cota (altitude/ elevação) assinaláveis, por vezes abruptas [Anexo I: Ilustrações 05 e 06].

Apresenta, assim, três áreas com condições geomorfológicas distintas, que decorrem, precisamente, das “*condições específicas deste território, sejam as distintas resistências apresentadas pelas litologias que o curso de água atravessa ou a neotectónica ativa*” [GASPAR e outros 2014a: 60]. Sendo zonas onde o vale do baixo Sabor se apresentava mais aberto o que permitiu a formação de amplas plataformas<sup>29</sup> de origem fluvial. As boas (ou elevada potencialidade de) condições de habitabilidade destas plataformas e a hipótese de exploração de recursos bióticos e/ou abióticos justificam a utilização recorrente das mesmas. Sendo escassas na região, estas áreas são ocupadas de forma intensiva pelas populações desde a época Pré-Histórica até à Idade Contemporânea.

É nestas plataformas ribeirinhas, onde o vale do rio se torna mais aberto e as suas encostas menos abruptas, que se implantam as quintas em estudo.

Os terrenos das encostas do vale do rio Sabor, na sua generalidade, caracterizam-se por serem esqueléticos e de fraca aptidão agrícola, ou seja, com pouca possança de solo cultivável, a que se associam as dificuldades de os trabalhar (*fabricar*<sup>30</sup>), em consequência dos declives acentuados, e a difícil fixação dos mesmos. “*Só pontualmente é que se verifica a presença de solos mais férteis associados às zonas de declive mais suave (luvissolos e alissolos) e a manchas aluviais (fluvisolos)*” [GASPAR e outros 2015: 06 e 07], como é o caso daqueles terrenos onde se desenvolvem as nossas quintas, como já se havia referido.

O manto vegetal e agrícola apresenta, genericamente, uma natureza mediterrânica, caracterizada pela alternância entre áreas cobertas por densa vegetação rasteira e arbustiva, (giestas, estevais, tojos) e áreas cultivadas (oliveiras, amendoeiras) e florestação.

---

<sup>29</sup> Localmente designadas de *olgas*, que consistem basicamente nos terrenos de horta, aplanados, junto dos cursos de água.

<sup>30</sup> Termo local quando se quer referir o ato de cultivar solos (agrícolas)

### 2.3.1. Quinta da Laranjeira

A Quinta da Laranjeira (área que foi submersa) desenvolvia-se ao longo de um terraço fluvial onde o vale do Sabor se tornava mais aberto e as terras mais férteis, e de uma linha de água, subsidiária do Sabor, de caudal mais ou menos permanente que atravessava a propriedade, a ribeira das Latas, a nascente do núcleo habitacional/central, ocupando desta forma alguns dos terrenos de melhor qualidade da freguesia de Torre de Moncorvo, onde as culturas tipo horta ou pomar se podiam facilmente implementar, sobretudo nas olgas junto da margem do Sabor e do pequeno vale, de uma linha de água sazonal a poente/sudoeste do núcleo habitacional. [Anexo II: fotos 01 a 03]

Tratava-se, igualmente, de uma área onde as cheias eram frequentes [Anexo II: foto 04], promovendo que em invernos mais rigorosos os terrenos - *boedos e barrais* [BRANCO 1996: 72] – mais próximos do rio ficassem alagados. As consequências destas cheias podiam ser de duas naturezas bem distintas: em casos de cheias torrenciais, a força do rio poderia levar (lixiviar) o terreno ou acumular sobre o mesmo uma grande quantidade de detritos, areias e cascalhos, no entanto, nos casos em que as cheias, nesta região conhecidas pela *rebofa*, fossem menos impetuosas, ajudariam, certamente, na fertilização dos terrenos com os lodos e os nutrientes trazidos pelo rio, os *nateiros* [idem: 72], que se depositavam sobre os solos.

Dali, uma espécie de centro da exploração agrícola, o território da quinta desenvolvia-se pelas encostas, por vezes de acentuada inclinação, até às cumeadas ao longo dos terrenos sobranceiros à margem do rio.

As vertentes e terrenos de encosta que compunham a Quinta da Laranjeira orientavam-se, maioritariamente a norte, os *abixeiros*, pelo que, nos locais onde o vale se torna mais fechado, recebiam pouca exposição solar e os solos apresentavam-se pobres e pouco profundos, proporcionando apenas, genericamente, o cultivo do centeio, pastagens, matos e algumas árvores para lenha.

Para montante/nascente, a margem esquerda do rio Sabor torna-se gradualmente mais inóspita, com grandes afloramentos e arribas graníticas. Como já havíamos referido, a Laranjeira encontrava-se numa zona de transição geológica, praticamente sem qualquer terreno cultivável. Para jusante do núcleo habitacional, mesmo com algumas encostas

de assinaláveis declives, os terrenos xistosos apresentavam-se mais aptos ao cultivo do amendoal, por exemplo.

### 2.3.2. Quinta de Crestelos (e Barraís)

A totalidade do complexo Quinta de Crestelos/Barraís apresentava-se muito heterogénea quanto às características geomorfológicas, combinando zonas ribeirinhas mais planas, alguns *planaltos*, vales, vertentes de elevações e seus cumes, o que se refletia na sua «microtoponímia interna, em que vocábulos como *Olga*, *Cova*, *Cabeço*, *Monte* ou *Fraga* surgem como primeiro denominador». [DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: 15] [Anexo I, Ilustração 07; Anexo II: fotos 05 e 06]

A área submersa tinha, maioritariamente, uma morfologia de vales pouco encaixados, com exceção da quase totalidade das vertentes sobranceiras ao rio Sabor, que se mostravam mais íngremes e bem irrigadas, pese a maioria das correntes subsidiárias secarem durante o estio. Algumas zonas dos vales apresentavam-se mesmo abertos, como eram os casos do da foz da Ribeira do Medal e do ribeiro do Salgueirinho e, por consequência, muito propícios a práticas agrícolas de culturas anuais e *de renovo*.

Os núcleos centrais construídos [Anexo II: fotos 05 a 07] desta propriedade encontravam-se localizados em plataformas e planaltos, sobranceiras ao Rio Sabor, com a particularidade daquele que correspondia efetivamente à Quinta de Crestelos se encontrar como que *entalado* entre duas elevações [Anexo I, Ilustração 07]: a *Crista de Crestelos* (sobre o rio) ou *Cabeço do Remanso* [DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: Anexo 1 – ilustração 1] a norte-noroeste, onde existia uma ocupação da Idade do Ferro (*Povoado da Quinta de Crestelos*) [PEREIRA e outros 2015a: 278 a 279] e o Cabeço da Capela [DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: Anexo 1 – ilustração 1] a sul-sudeste, onde existiu, como o topónimo indicia, uma capela e uma necrópole de cronologia medieval [PEREIRA e outros 2015b].

A natureza dos solos da área desta propriedade inundada pela albufeira do AHBS, tal como nos apontam as diferentes fontes consultadas (cartas de ocupação do solo, matrizes prediais e cadastro da Freguesia de Meirinhos<sup>31</sup>, ortofotomapas e entrevistas) e

---

<sup>31</sup> Secções L1 a 5 e L-32 disponíveis em [http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro\\_geometrico\\_da\\_propriedade\\_rustica\\_cgpr/\\_consultar\\_seccoes\\_cadastrais/\\_consultadas\\_dia\\_28/01/2019](http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro_geometrico_da_propriedade_rustica_cgpr/_consultar_seccoes_cadastrais/_consultadas_dia_28/01/2019). O cadastro do Concelho de Mogadouro entrou em vigor a 27 de Outubro de 1944, com base nos trabalhos de

as nossas observações no terreno, é propícia, numa perspetiva de *capacidade produtiva*, para as culturas, há muito quase totalmente abandonadas, do trigo e do centeio, de hortas, em que a vinha e as árvores de fruto são parte integrante, culturas permanentes, como o amendoal e o olival, com especial preferência pelo segundo como no decorrer da dissertação se abordará.

### **2.3.3. Quinta Branca (São Gonçalo e Santa Eufémia)**

A zona onde se situavam os três núcleos centrais construídos, que compunham o complexo agrícola Quinta Branca, integra um dos vales do rio Sabor mais abertos e férteis da área afetada pelo empreendimento AHBS [Anexo II: fotos 08 a 09].

No universo dos três núcleos, o de *São Gonçalo* era o que mais usufruía da *condição de vale aberto*, possuindo grandes áreas de olga, planalto e de encostas de declive pouco acentuado, morfologia concentrada em torno da foz da Ribeira de Zacarias, entre os 160 e os 200 metros de altitude. A zona de olga, com terrenos junto do leito da ribeira, rarefazia-se à medida que se avança para norte, dando lugar a encostas progressivamente mais inclinadas, contrastando um pouco com a margem oposta, ocupada pelo núcleo *Quinta Branca*, onde, embora se desvanecesse a sua área de olga nesta direção, continuava a ser um pouco mais alargada. Na extremidade norte da propriedade, a zona de olga tornava-se praticamente inexistente, ao passo que a extremidade sudeste, junto da margem do Rio Sabor, este tipo de terreno ocupava uma significativa parte da área disponível. O limite nascente da propriedade é dominado pelas elevações de Penas Ruivas e Cabeço do Aguilhão, chegando aos 400m de altitude, tornando-se as suas encostas bastante declivosas e pouco aptas para o cultivo.

O território era atravessado por nove linhas de água sazonais, com seus afluentes, desaguando cinco na Ribeira de Zacarias e as restantes no Rio Sabor. À semelhança das outras quintas, o núcleo central foi construído junto a uma destas linhas de água, que atravessava junto do edificado até seguir para o rio, no *Vau da Pedra*.

Limitado pela linha de cumeada das elevações sobranceiras à Ribeira de Zacarias, a oeste, e este mesmo curso de água, a nascente, o núcleo *Quinta Branca* abrangia terrenos heterogéneos entre os 155 e os 355 metros de altitude. No limite norte, a

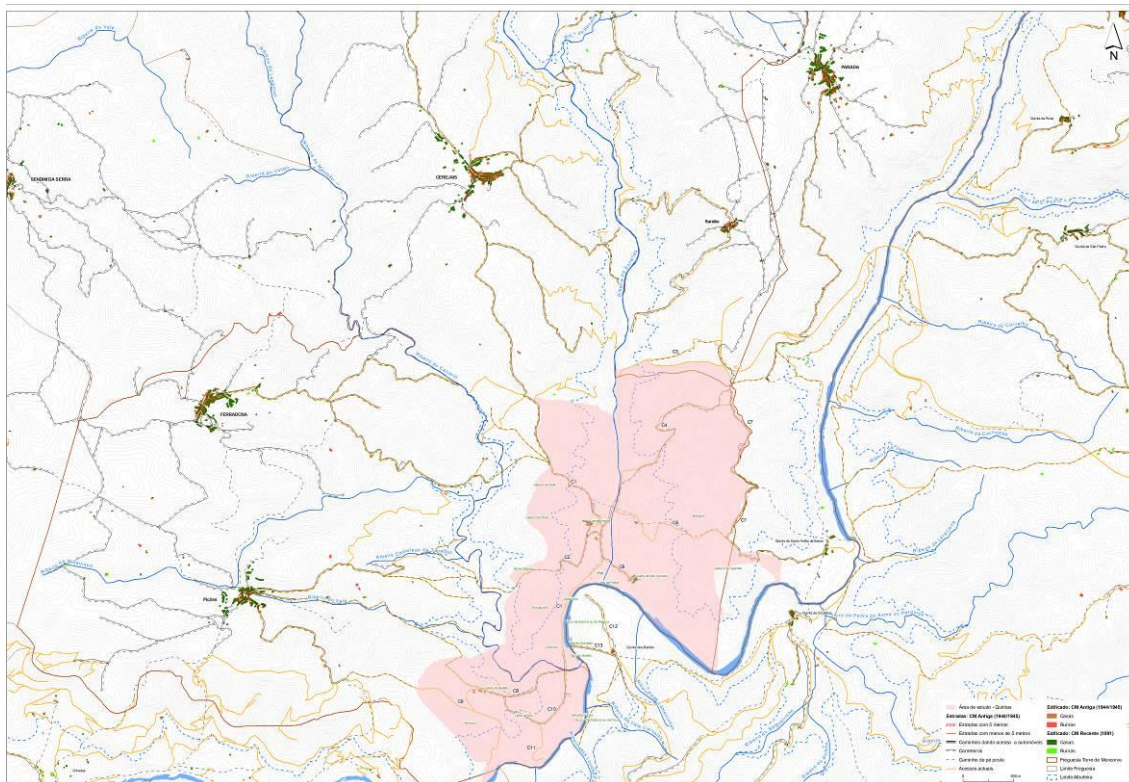
---

demarcação dos prédios rústicos terminados a 04 de Outubro de 1928 (Informação prestada pela Dra. Paula Camacho, Técnica Superior da Direcção Geral do Território, em 10 de Janeiro de 2013). [DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: 16]



orografia do terreno aproximava-se mais da realidade comum à frente ribeirinha (do Sabor) dos Cerejais, com encostas de declive acentuado e estreita área de olga, muita plana e alagadiça (pelas águas do rio Sabor). A zona central, onde se instalou o núcleo da quinta, situava-se numa pequena elevação próxima da foz da Ribeira de Zacarias e inseria-se no vale aberto que caracteriza essa área. Aqui, as encostas apresentavam-se menos declivosas, a área de olga é a mais extensa, o culminar de uma tendência crescente desde norte, e surge um pequeno vale, entre pequenas elevações, muito lixiviado e onde o xisto aflorava à superfície, o local onde se encontrava construído o núcleo central. Imediatamente para sul, passada a foz da Ribeira de Zacarias e sobranceira ao rio Sabor, a elevação da Teixogueira possui uma encosta muito íngreme, praticamente sem área de olga, que volta a surgir à medida da proximidade com a foz do Ribeiro do Calvário ou Malimão.

Tendo como fronteira norte e sul duas linhas de água, nomeadamente o Ribeiro do Calvário e a Ribeira de Zacarias, esta propriedade é servida por mais oito (de carácter sazonal), uma das quais abastecia o núcleo central.



**Ilustração 08:** Localização da Quinta Branca (S. Gonçalo e Santa Eufémia) no termo das freguesias de Cerejais e Ferradosa com indicações de micro toponímia, principais vias de acesso e linhas de água (adaptado sobre Carta Militar de Portugal de 1944/45) [retirado e adaptado de: DORDIO GOMES, CORREIA e TRINDADE 2014: 21 / Anexo 1, 3; Conceção DORDIO GOMES e CORREIA, execução cartográfica de João Monteiro] [para maior pormenor ver Anexo I, Ilustração 08].

A área de olga a sul da *Quinta Branca* espraiava-se neste sentido, marcando a frente ribeirinha do núcleo de *Santa Eufémia (ou do Badalo)* na curva do rio Sabor, onde se encontrava instalado o extenso *Olival da Santa*, local com ocupação de época romana [PINTO e PEREIRA 2015], a uma altitude de cerca de 150m. A restante morfologia do terreno do núcleo de *Santa Eufémia* era marcada pela presença de elevações e pequenos vales, que lhe conferiam um aspeto recortado e muito acidentado, com zonas de muito difícil acesso, tendo a elevação mais alta, no limite poente, cerca de 440m. A meia encosta, sobre uma pequena plataforma do vale formado pela passagem da principal linha de água que atravessa este núcleo da quinta – o Ribeiro do Calvário - para desaguar no rio Sabor, instalou-se a área habitacional de Santa Eufémia, a aproximadamente 300 metros de altitude (fora da afetação da albufeira), e uma horta murada, chamada de *Horta do Avô*.

### **3. Sínteses Histórico-Arqueológicas**

#### **3.1. Quinta da Laranjeira: paradigma da grande propriedade agrícola de elites (locais)**

A Quinta da Laranjeira era uma das mais remotas e bem localizadas grandes propriedades, de cronologia moderna e contemporânea, do vale do rio Sabor no que concerne à freguesia de Torre de Moncorvo.

Para tal contribuía, de forma notória, a boa apetência agrícola dos terrenos que a compunham e a proximidade às principais vias de comunicação da vila, o que permitiria fácil acesso à propriedade e bom escoamento dos produtos.

Uma das principais vias de comunicação terrestre da região, a que levava à Ponte da Portela e caminhos associados, cuja construção data, pelo menos, da primeira metade do século XVI [DORDIO GOMES 2012: 8-11], encontrava-se muito próxima, confrontando com o limite jusante (poente) da Laranjeira. A via principal seguia de Moncorvo para o Vale da Vilariça e o troço da margem esquerda era, tudo indica, realizado pela encosta do *cabeço da Pega*, de modo que confluía com a ponte sobre o rio Sabor vindo de sul, ou seja, atravessaria a *Quinta da Ponte*, nunca passando, diretamente, pela Laranjeira. No entanto, não é de excluir a hipótese de o atual traçado

da EM325, que atravessava a quinta antes do enchimento da albufeira do AHBS, reproduzir um outro caminho antigo ou a existência de vias, caminhos vicinais ou veredas secundárias cujo ponto último de confluência fosse a ponte da Portela.

Fugindo do universo das hipóteses, no que diz respeito ao período que se estende do século XIX até às obras do empreendimento do AHBS, a Quinta da Laranjeira beneficia de uma localização favorável relativamente à rede de caminhos, para carro ou pedonais, de ligação à vila de Torre de Moncorvo, ao vale da Vilariza e às outras quintas e grandes propriedades existentes ao seu redor, bem como, embora se trate de caminhos em quantidade e qualidade inferior, de ligações às povoações do Larinho, Estevais e Póvoa, que a proviam de jornaleiros.

O principal acesso moderno à quinta desde a vila de Torre de Moncorvo era a estrada municipal<sup>32</sup> número 325, que a atravessava e derivações da mesma em caminhos de acesso aos terrenos e casario próprio. Assim se manteve até à construção do IP2 e da variante (EN220) de Moncorvo ao IP2, respetivamente nos anos de 1990 e 2005.

Não sabemos se esta EM235 é o itinerário que vem, de certo modo, mimetizar a Estrada Real nº39<sup>33</sup>, uma estrada de macadame, que seguia de Torre de Moncorvo em direção a Mirandela, passando pelo vale da Vilariza, após atravessar a Ponte da Portela<sup>34</sup> sobre o rio Sabor, e por Vila Flor<sup>35</sup>. Um itinerário existente desde, pelo menos, 1746 [CASTRO 1748: 184-187; ABREU 2003: 91; DORDIO GOMES 2012: 11-12].

A representação mais antiga, e fiel que temos desta estrada, já com uma variante que segue para o casaria da Quinta da Laranjeira, surge-nos na folha nº9 da *Carta Chorographica de Portugal*<sup>36</sup> (escala 1:100000), publicada pela primeira vez no ano de 1900 e republicada em 1945, mas cujos trabalhos de campo remontam, certamente, à segunda metade do século XIX, com indicia o *Quadro de junção das folhas que formam a Carta Chorographica de Portugal*, publicado em 1876.

Para cronologias mais recuadas, importa mencionar o *Caminho do Vale da Pia*, que partia do limite norte da vila de Moncorvo, ou seja, no *Montezinho*. Encontra-se assinalado em todas as fontes cartográficas que temos vindo a usar e citar. Pode tratar-se, eventualmente, do caminho de cronologia medieval, denominado de *Val da Pia*, que

---

<sup>32</sup> Outrora estrada nacional

<sup>33</sup> [PEREIRA 1908: 67] refere estrada de ligação Moncorvo-Vila Flor como “a estrada real a macadam nº38.”

<sup>34</sup> Ponte em cantaria de 7 arcos, com 625 palmos de comprimento e 22 de largura [MATOS 1980: 83]. A sua construção recua, tudo indica, até meados do século XVI [BARROS 1919:120; CAPELA e outros 2007a: 606; DORDIO GOMES 2012: 8-9].

<sup>35</sup> Em 1895, há referência à “Estrada Real para Vila Flor”, em “macadame” [CABRAL 1895: 441].

<sup>36</sup> [http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart\\_100K\\_rslt.asp?folha=9](http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart_100K_rslt.asp?folha=9)

levaria à vila de Moncorvo, mencionado em documento de 7 de março de 1498, transcrito pelo Abade de Baçal [ALVES 2000 (tomo IV): 303].

O território correspondente à grande propriedade moderna da Laranjeira recua até à Idade do Bronze, como espaço ocupado [RIBEIRO e outros 2015: 72-87; 91; 99-101; 108-110; 169-176] e explorado, com base numa economia agrícola e produtora de excedentes [idem: 177] e, tendencialmente, sedentária, com suas inumações, em fossa e cista, de características domésticas, atribuíveis aos final do 3º e inícios do 2º milénio BP [GASPAR e outros 2014b]. Aqui, embora bastante fragmentado e afetado pela ocupação moderna e contemporânea, foram arqueologicamente documentadas, também, ocupações da Idade do Ferro [RIBEIRO e outros 2015: 91-99] e do período Romano [LARRAZABAL GALARZA 2018: 170-171].

Aquando da instituição do morgado de Santo António (de Torre de Moncorvo), a 20 de Novembro de 1491, por Afonso Domingues de Madureira, fidalgo escudeiro da Casa Real, e sua esposa Filipa Vaz [ALVES 2000 (tomo VI): 297-299; LEONARDO 2013b: 51, 53-54] é-lhe vinculada a Quinta da Laranjeira. Tal informação chega-nos através da sua demarcação, em 1757<sup>37</sup>, em que se escreve que *"ficam dentro desta demmarcassam as cazas da quinta cortes tapados Arvores de fructo, e sem elle, e muita olliveyra, sendo tudo pertencente a este Morgado por ja ser parte desta demmarcassam do Morgado Antigo, e o mais o haver o Admenistrador Antonio de Carvalho por varios Titullos de Compra"* [Anexo III: doc.01: fl. 408v].

Este documento é aquele que coloca a Quinta da Laranjeira, enquanto tal, na cronologia mais recuada, sendo, muito provavelmente, de fundação anterior ao século XV. Diz-nos, também, que entre 1491 e 1757 esta, enquanto propriedade, foi crescendo em território através da compra e anexação de parcelas de terreno e outras propriedades contíguas.

Os documentos mais antigos com referência direta à quinta, que identificámos ao longo da nossa investigação, datam de 1684 e 1685 e encontram-se no AHMTM: Câmara Municipal, Contribuições Municipais, Pão do Depósito<sup>38</sup>, *Livro do pão e dinheiro que se dá neste depósito*, nº271 e 272. Nesta documentação, dois livros, mencionam-se os empréstimos e entregas no âmbito dos mesmos, com os respetivos juros, a António Lopes, à data caseiro da Laranjeira.

---

37 Tombo do Morgado de Santo António de Moncorvo (1757), arquivo particular de António Alberto Coelho de Carvalho e Castro (Torre de Moncorvo).

38 Pão do Depósito: contribuição em cereal ou dinheiro para o concelho, por parte dos lavradores, para efeito da supressão de eventuais necessidades em casos de maus anos agrícolas. Cada uma das entradas é um termo de entrega.

Esta documentação dá-nos conta de forma clara, com já referimos acima, da existência da Quinta da Laranjeira, no termo da vila de Moncorvo, com edifícios construídos, pois nela se refere um caseiro, no ano de 1684. Porém, não há, em momento algum, qualquer referência ao proprietário da quinta, que à data seria António de Carvalho Gamboa<sup>39</sup>, o 7º senhor do Morgado de Santo António [ALVES 2000 (tomo VI): 300], mas apenas a um morador na Vila, de nome João Martinz Mendez, que num dos pedidos ao *Pão do Deposito* serviu como fiador ao caseiro da Quinta da Laranjeira. Tal, em nosso entender, é indicador que a quinta, ou parte dela, andaria emprazada a António Lopes.

Cerca de um século depois, na Provedoria da Comarca, documentação da Décima, da Torre de Moncorvo (concelho), ano de 1765, voltamos-mos a cruzar com a Quinta da Laranjeira, desta feita como uma das propriedades de *António Francisco de Carvalho*<sup>40</sup>, *Cavalheiro que vive de suas Fazendas. Rua do Cano, Torre de Moncorvo*<sup>41</sup>, com suas casas, oliveiras e terra para pão: “*Tem hua quinta a Laranjeira que consta de casas oliveiras e Terras de pão, e outra terra por cima que foi de Andre Lopes (...)*” [Anexo III: doc.02: fl.17-17v].

Na segunda metade do século XVIII temos, deste modo, a quinta na posse do 10º senhor do Morgado de Santo António, e, inequivocamente, constituída com suas terras e casas, cuja área parece encontrar-se ampliada com “*outra terra por cima que foi de Andre Lopes, hum Tapado ao Val da Pia*”, o que, como à frente iremos verificar, pode ser relativo às parcelas que são referidas, em cronologias mais recentes, com as denominações de *Laranjeira de Cima* ou *Laranjeirinha*.

António Francisco de Carvalho e a sua Quinta da Laranjeira voltam a surgir-nos noutro documento existente no AHMTM do ano de 1796<sup>42</sup>, que abaixo transcrevemos: “*Auto de Camara de 31 de Julho de 1796*

“*Ano de nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e noventa e seis anos aos trinta e um dias do mes de Julho do dito ano nesta vila da Torre de Moncorvo e cazas da Camara dela ahonde vieram o veriador mais velho e juiz pela ordenaçam*

---

<sup>39</sup> Nasceu a a 02/02/1640 e casou a 22/09/1672 com D. Ana Borges Camelo e Castro. [BORREGO e BRANDÃO 2015: 76; ALVES 2000 (tomo VI): 300].

<sup>40</sup> Nascido em Moncorvo a 23/04/1743 onde viria a falecer a 16/08/1796. Foi o 10º Senhor do Morgado de Santo António, em Torre de Moncorvo; Fidalgo da Casa Real, por alvará de 27 de Janeiro de 1757; Capitão-mor de Moncorvo, por despacho do Conselho de Guerra de 30 de Janeiro de 1777. Comendador da Ordem de Cristo. [BORREGO e BRANDÃO 2015: 76; ALVES 2000 (tomo VI): 301].

<sup>41</sup> AHMTM, Provedoria da Comarca, Décima, Torre de Moncorvo (concelho), Pasta nº 429, Nº 4, Livro da Décima Mestre da Vila e termo, Auto do Lançamento do novo subsídio militar da Décima, 1765.

<sup>42</sup> AHMTM, Câmara Municipal, Órgãos do Município, Acórdãos, Assentos, Autos e Vereações, Livro de Acórdãos 1794-1798, Liv.99, Cx. 49.

*Antonio Luis de Carvalho e os mais veriadores Joze Vicente de Gouvea Sá e Vasconcelos Antonio Xavier Carneiro de Magalhães, e o procurador Manuel Antonio Ribeiro de Carvalho e ahi perante eles me foi mandado fazer este Auto para nele proverem e determinarem o que for mais conveniente ao real serviço e bem comum da republica que assignaram no fim de suas determinações. Eu Luis Antonio de Oliveira Pimentel o escrevi.*

*“Nesta foi apresentado hum requerimento de petição em nome de Antonio Francisco de Carvalho<sup>43</sup> desta vila e nele incerto hum Despacho e Alvara de Sua Majestade que tudo contem o seguinte: “Senhora*

*“Diz Antonio Francisco de Carvalho, fidalgo da Casa de Vossa Majestade e Capitam-mor da vila da Torre de Moncorvo que **distante da mesma vila meia legua tem huma Quinta chamada Laranjeira de Cima que consta de muitas terras, e oliveiras e mais o predio por estar aberto costumam entrar os gados dos mais moradores que na dita Quinta os metem do mesmo modo que nas faceiras abertas, mas em dano do suplicante que precisa guardar os pastos para os seus gados com que agricultura os bens da sua Casa a ate outra Quinta que ahi tem vezinha denominada da Laranjeira de Baixo a que faz muito prejuizo a sobredita entrada dos gados; pelo que recorre a Vossa Majestade para que se digne mandar passar Provisão a fim de ser a predita Quinta guardada e izenta da dita entrada com pena de sincoenta cruzados aos transgressores.***

*“Pede a Vossa Majestade seja servida fazer-lhe esta graça.*

*“E recebera merce. [...]” [Anexo III: doc.03: fl.121-123].*

A questão dos direitos de apascento, nomeadamente a sua regulamentação e relação, tensa, com o da *propriedade privada* (mesmo no que respeita, por exemplo, às propriedades pertencentes à edilidade) é assunto constante, desde a Idade Média até à Contemporaneidade, no concelho de Torre de Moncorvo e na generalidade do território nacional. Comprova-o a sua presença nos forais da Torre de Moncorvo de 1285 (D. Dinis) e de 1512 (D. Manuel I), quando se refere ao *gado de vento* [MARQUES 2005: 20, 36, 58], os persistentes *achados de gado*, e consequentes coimas, que constam nos *Livro de Acórdãos, Actas e Determinações da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo*, entre os anos de 1638 a 1899, existentes no AHMTM, ou, por exemplo, o artigo nº128 do *Código de Posturas do município de Torre de Moncorvo*, de 1890, na página 53, onde se lê: “*Nos terrenos ou prédios possuídos por particulares, é prohibido*

---

<sup>43</sup> O sublinhado e o negrito são nossos.

*apascentar gado de qualquer espécie. Exceptua-se: 1º O gado do possuidor do prédio; 2º O d' aquelle que por contracto celebrado com o possuidor do prédio tiver adquirido direito ao pasto”.*

A luta, mais acesa no período que decorre do final do século XVIII à primeira metade do XIX, ou seja, entre o fim do Antigo Regime e o Liberalismo, prende-se, sobretudo, com o direito à propriedade individual e ao usufruto da mesma aliada às crises, agrária e social, vividas. É uma disputa a nível nacional, amplamente estudada para as regiões da Beira Baixa e Alto Alentejo por Albert Silbert [1978a, b, c], na qual se enquadra o documento citado ao pedir a isenção do acesso dos gados<sup>44</sup>, alheios, à sua quinta como se esta fosse *faceira aberta* (pastos *comunitários*) [SILBERT 1978a: 198 e 302], e o direito de decidir, enquanto proprietário privado, quem e quando ali se podia apascentar. Este desejo, a par de outros, viria a ter grandes avanços com as deliberações das Cortes Liberais (1821-1823) [SILBERT 1985].

Este documento, de 1796, acrescenta, ainda, três interessantes pontos àquilo que seria a quinta no final do século XVIII: para além do olival e terra para cereal a sua apetência para o pasto e, conseqüentemente, para a criação de gado. Era um terreno aberto, não murado, só assim se explica que na propriedade entrassem rebanhos alheios, e, tinha junto, uma outra quinta denominada de *Laranjeira de Baixo* (eventualmente a *Quinta da Ponte?*), que viria nela a ser integrada posteriormente.

Entre o século XVIII e o início da centúria seguinte, a Quinta da Laranjeira, assim o indica a documentação recolhida, deverá ter sido alvo de ampliações, quer de terrenos quer do edificado, e de investimentos no sentido de a dotar de características mais condignas com a sua condição de *vínculo ao morgado*. No já citado *Tombo do Morgado de Santo António de Moncorvo* de 1757, para além da sua medição e delimitação [Anexo III: doc.01: fl.405v-408v], há a referência a uma série de parcelas de terreno que lhe foram sendo acrescentadas através de permuta ou compra [LEONARDO 2013b: 56-57]: *Esccriptura de Troca de Terra a Val travesso com outra a Lorangeyra que foy de Antonio Lopes Lavrador desta villa, 19/01/1701. Escritura feita entre Ana Borges Camelo e Castro, viúva de António de Carvalho de Gamboa (Morgado), e António Lopes Laranjeira e mulher Maria Lopes* (fl. 311 a 315v); *Escritura de compra de terra na Laranjeira a Francisco Monteiro por António de Carvalho Gamboa, em 8/03/1715,*

---

<sup>44</sup> No caso particular, cremos, de rebanhos (ovelhas e/ou cabras) de pastoreio de percurso.

*fls. 315v-319. Escrptura de compra de huã Terra que comprou Antonio de Carvalho e Gamboa a Andre Lopes e Sua mulher Justa Rodrigues, moradores na quinta da Larangeira, 24/11/1715 (fs. 323v-327); Escrptura de compra de dous quinhoiãs de hum Abixeyro [no sítio da barca velha junto da quinta da Larangeira] que fes por Seu Procurador Antonio de Carvalho desta villa a Marianna Fernandes, e a Seu Filho Jozeph Fernandes ambos desta villa, 08/07/1747 (fl. 348v-356); Tresllado de Escrptura de Compra que fes Antonio de Carvalho desta villa da quinta da Larangeyra [junto ao ribeiro de Vale das Latas], a Andre Lopes Larangeyra e mulher Justa Camela, 11/11/1742 (fl. 356-362)<sup>45</sup>.*

A 8 de Junho 1807 é feita a *Escritura de bens para a fábrica da capela de Santo António instituída por António Luís de Carvalho Camelo e Castro e sua mulher D. Joana Bernarda de Aragão Cabral*<sup>46</sup> que “Elles têm Instituido e mandado fundar na sua Quinta da Larangeira [...]” [Anexo III: doc.04, fl.89v; OLIVEIRA 2018: 197-202]. Dotando a quinta de uma capela [Anexo IV: QL-L-05], ou, o mais provável, munindo a já existente de meios, após a sua morte, para que “ (...) *presistise em todo o tempo com o devido culto e veneração para cujo fim lhe doava e davam como património perpetuo e irrevogavel (...)*” [Anexo III: doc.04: fl.89v].

António Luís de Carvalho Camelo e Castro<sup>47</sup> nasceu a 28 de Abril de 1762, filho primogénito de António Francisco de Carvalho o 10º Senhor do Morgado de Santo António de Moncorvo, e faleceu a 12 de Novembro de 1813, sem deixar descendentes. Por motivos que desconhecemos (ou, então, em consequência de algum equívoco das fontes por nós consultadas) não é ele quem sucede a seu pai no morgado. Até à sua morte estaria, tudo indica, a administrar a Quinta da Laranjeira bem como o Solar de Santo António, sito na rua Cano, na vila da Torre de Moncorvo, como nos apontam os livros da *Décima de prédios e maneios da Vila e do Termo* (de Moncorvo) existentes no AHMTM, correspondentes ao período de 1797 a 1815<sup>48</sup>, em que a sequência de proprietários tributados, para as propriedades referidas é, respetivamente, para 1797 António Luís de Carvalho (fl.5v) e para 1815 António Manuel de Carvalho e Castro

<sup>45</sup> Informação cedida gentilmente pelo colega Rui Leonardo que se encontra a estudar o Tombo.

<sup>46</sup> ADBG: 1807, Torre de Moncorvo, Junho, 8. *Escritura de bens para a fábrica da capela de Santo António instituída por António Luís de Carvalho Camelo e Castro e sua mulher D. Joana Bernarda de Aragão Cabral* (fl.89-90).

<sup>47</sup> Foi capitão-mor de Moncorvo, por despacho do Conselho de Guerra de 12 de Janeiro de 1797, capitão-mor das ordenanças da Torre de Moncorvo por carta de 30/01/1777 e condecorado com o hábito de Cristo, por alvará de 11 de Abril de 1799 [BORREGO e BRANDÃO 2015: 77; ALVES 2000 (tomo VI): 301].

<sup>48</sup> Os livros referentes aos anos de 1813 e 18414 não existem.



(fl.3), irmão do primeiro, na posse do qual se encontram, ainda, no último livro da décima disponível no arquivo, datado de 1836.

O 11º Senhor do Morgado irá ser António Manuel de Carvalho e Castro<sup>49</sup> (1765-1845), que, como demonstram os rendimentos tributados<sup>50</sup>, fica com a propriedade da Laranjeira.

No inventário de bens de António Manuel de Carvalho e Castro<sup>51</sup>, viúvo de Maria Amália Freire Cortez de Andrade, falecido em 30 de Setembro de 1845, sendo inventariante o seu filho António de Carvalho e Castro Freire Cortez de Andrade, não consta qualquer menção à Quinta da Laranjeira nos fólios respetivos à listagem (fl.15-32) aludida, apenas a Quinta do Alcaide, uma propriedade *encravada* na Laranjeira.

A Quinta da Laranjeira surge no inventário de bens, apenso ao anterior, de Maria Amália Freire Cortez de Andrade, sua esposa, falecida em 29 de Setembro de 1834, sendo inventariante a sua irmã Mariana Augusta Freire Cortez de Andrade. A falecida deixa os seguintes herdeiros: o marido, António Manuel de Carvalho e Castro, preso na cadeia da Relação do Porto à data da nomeação dos herdeiros, a 11 de maio de 1835, por crime de morte (fl. 5, 96, 96v); António de Carvalho e Castro Freire Cortez de Andrade, filho de 12 anos; António Miguel de Carvalho e Castro Freire Cortez de Andrade, filho de 5 anos; Maria Augusta de Carvalho e Castro Freire Cortez de Andrade, filha de 16 anos (fl. 5-5v). Na relação dos bens de raiz, a Quinta da Laranjeira é mencionada da seguinte forma: “A quinta da laranjeira com [sic] suas terras e mais pertencas” (fl.8v). No mesmo processo surge uma Relação dos bens vinculados ao Morgado de Santo António datada de 18 de Julho de 1835: “Relação dos bens de que se compoem a Caza do Morgado de Santo Antonio de que he Administrador Antonio Manoel de Carvalho e Castro, que todos são de Rigorozo Vincullo com suas confrontaçoes, como se achão descriptas no Tombo do Concelho e do mesmo Morgado, os quaes são os que se seguem (...) (fl.24) 9ª Mais huma Quinta que tãobem

---

<sup>49</sup> Nasce em Torre de Moncorvo a 26 de Agosto de 1765 e falece em 30 de Setembro de 1845. Casa, a 15 de Maio de 1817, com Maria Amélia Freire Cortez. Foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por alvará de 20/03/1786, alferes do segundo regimento de infantaria de Bragança, a 14 de Abril de 1790, tenente do mesmo a 13 de Junho de 1796 Cavaleiro da Ordem de Cristo, por carta de 11/04/1799, coronel dos Regimentos de Milícias da Torre de Moncorvo, por carta de 13/02/1808, condecorado com a Cruz de Ouro da Guerra Peninsular por ordem do dia 28 de Março de 1820 [BORREGO e BRANDÃO 2015: 77, 317; ALVES 2000 (tomo VI): 301].

<sup>50</sup> AHMTM, Registo da Décima da Vila e do Termo, 1824 Pasta 15, Livro 57, “Livro da Décima da Vila”, fl.43v; 1825, Pasta 16, Livro 59, “Livro da Décima da Vila”, fl.37; 1826, Livro 61, “Livro da Décima da Vila”, fl.36v; 1827, Livro 63, “Livro da Décima da Vila”, fl.45v; 1829, Pasta 17, Livro 66, “Livro da Décima da Vila”, fl.34v; 1830, Pasta 17, Livro 68, “Livro da Décima da Vila”, fl.33v; 1832, Pasta 18, Livro 72, “Livro da Décima da Vila”, fl.30; 1834, Pasta 18, Livro 73, “Livro da Décima da Vila”, fl.22v.

<sup>51</sup> ADBG, Fundo JUD/JOJTM, Juízo Ordinário do Julgado de Torre de Moncorvo 1780/1882 Série 001 Inventário de menores 1811/1882 - PT/ADBG/JUD/JOJTM/001/14213 - 1845 - "Inventariado: António Manuel de Carvalho e Castro; -Inventariante: António de Carvalho; -Local: Torre de Moncorvo" - cx545, processo nº213 [fundo não tratado arquivisticamente].

*está no lemite desta Villa, chamada a Laranjeirinha que pega com a Quinta de Val da Pia do Botelho que tãobem pertence ao Morgado de Santo Antonio. 10ª Mais huma Quinta chamada a de Laranjeira que taobem está no lemite desta Villa com Cazas, Capella, e Pesqueira<sup>52</sup> que tudo pertence ao mesmo Morgado de Santo Antonio. 11ª Mais huma Quinta chamada do Alcaide que está tãobem no (fl.24v) lemite desta Villa no sitioaonde chamão a Ponte do Sabor, que pega com Leopoldo Henriques que tãobem pertence ao Morgado de Santo Antonio. [sem numeração] Mais huma Quinta com sua estalagem chamada a da Portella com cazas e hum Tapado, que pega com Francisco Antonio Carneiro, que tãobem pertence o mesmo Morgado de Santo Antonio. 12ª Mais huma Quinta que tãobem está no lemite desta Villa, chamada a Quinta do Travello<sup>53</sup> que pega com a Quinta da Portella de Francisco Antonio Carneiro, que tãobem pertence o mesmo Morgado de Santo Antonio” (fl.25).*

Estando a Laranjeira, ainda, vinculada ao morgado em 1835, mas o seu senhor preso, cremos que esta tenha passado a ser administrada por um familiar até à maioridade de António de Carvalho e Castro Freire Cortez, que estava em linha de sucessão no morgado.

Até aos primeiros anos do século XX, não descobrimos mais qualquer referência documental, direta, à Quinta da Laranjeira. Voltamos a encontrar a propriedade, nos anos 1902 e de 1905, respetivamente no testamento<sup>54</sup> e no inventário orfanológico<sup>55</sup> de Ana Benedita Amaral Margarido [Anexo III: doc.05], viúva de Luís José Ferreira Margarido [ANDRADE 2010: 27; ALVES 2000 (tomo VII): 291], seu 1º marido, e de António Joaquim Ferreira Margarido, falecido em 1876<sup>56</sup>, seu 2º marido, de Torre de Moncorvo, proprietária de metade da *Quinta da Laranjeira*, sendo a outra metade de seu filho do 1º casamento, Dr. António Joaquim Ferreira Margarido (1842-1922) [idem: 27; idem: 291], encontrando-se na mesma situação a *Quinta do Travelo*, que confronta com a Laranjeira na margem oposta do rio, e as terras ao topónimo *Santa Marinha*<sup>57</sup>.

---

<sup>52</sup> Anexo IV: QL-L-19.

<sup>53</sup> Também já vinha mencionada no Tombo do Morgado de Stº António de 1757 [LEONARDO 2013b: 59].

<sup>54</sup> AHMTM - Administração do Concelho, B Funções e Inspeção e Execução de Serviços de interesse Público, B/D Testamentos, 002 Registo de Testamentos EC/P1v. Livro nº20, teste 2/20/, 1905-1906, fl.13-15 (1902/02/19).

<sup>55</sup> AHMTM, Tribunal, Processos Orfanológicos, maço 54, E1/P3, proc.nº 44, Inventario orphanologico por fallecimiento de D. Anna Benedicta do Amaral Margarido - 00/00/1905 [Não Transcrito].

<sup>56</sup> ADBG, Fundo JUD/TCTMC Tribunal da Comarca de Moncorvo 1779/1913 Série 001 Inventário de menores 1779/1913 - PT/ADBG/JUD/TCTMC/001/6003 - 1879 - "Inventariado: António Joaquim Ferreira Margarido Júnior; -Inventariante: Ana Benedita de Amaral Margarido; -Local: Torre de Moncorvo" - cx382, processo nº24 [fundo não tratado arquivisticamente].

<sup>57</sup> AHMTM, Tribunal, Processos Orfanológicos, maço 54, E1/P3, proc. nº 44, Inventario orphanologico por fallecimiento de D. Anna Benedicta do Amaral Margarido - 00/00/1905 fl.5v-6, 8-8v, 26.

A quinta da Laranjeira é, no *Inventario orphanologico por fallecimiento de D. Anna Benedicta do Amaral Margarido*, assim descrita: “Metade da quinta denominada a Laranjeira que parte do nascente com D. Maria Botello a condessa da Azambuja, poente com Alexandre Augusto Carvalho, norte rio Sabor e sul com o olival de Santa Marinha” [número de inventário 1, fl. 27-27v, 37-37v].

As três propriedades supramencionadas, aquando do momento da licitação dos bens da falecida por parte dos herdeiros, em Janeiro de 1906, virão a ficar na plena posse de António Joaquim Margarido [op. cit: fl.58v-59, 63v].

No hiato temporal entre os anos de 1835/45 e 1905<sup>58</sup> a quinta da Laranjeira sai da posse dos herdeiros do morgado de Santo António<sup>59</sup>. No entanto a nossa investigação não consegui averiguar, de forma clara e documentalmente comprovada, quando nem como, ou seja, se por venda ou transmissão por herança ou dote.

António Alberto Coelho de Carvalho e Castro<sup>60</sup>, atual dono do solar e capela de Santo António da vila de Torre de Moncorvo, um dos últimos descendentes diretos vivos do Morgado de Santo António, em conversa connosco a 22 de novembro de 2018, disse-nos que a Quinta da Laranjeira foi perdida ao jogo pelo seu avô ou bisavô, provavelmente este último, e que esta retornaria para a família quando foi oferecida como dote a uma familiar, pelo proprietário que “ganhou” a quinta, o Dr. Margarido (Luís José Ferreira Margarido?). É necessário realçar que tal perda deverá ter acontecido, cremos, após a extinção dos vínculos por morgadio e capelas, com exceção para a Casa de Bragança, através do decreto de 19 Maio de 1863 [CALDEIRA 2011-13: 21;VARIZO 1989: 95; LEONARDO 2013b: 49], visto a quinta estar vinculada ao Morgado de Santo António. Esta hipótese não é, no entanto, 100% fiável, pois, em 1856, no âmbito do inventário por morte de Ana Emília Leite Pereira de Carvalho<sup>61</sup>, 1ª mulher, casados a 19/04/1845, de António de Carvalho e Castro Freire Cortez

---

<sup>58</sup> Possivelmente bem anterior, pois a Quinta da Laranjeira havia sido repartida em herança, por morte de José Luís Ferreira Margarido, entre a sua esposa e o único filho do casal.

<sup>59</sup> AHMTM, Tribunal, Processos Orfanológicos, maço 54, E1/P4, Inventario orphanologico por fallecimiento de António de Carvalho e Castro Freire Cortez [Vol. 1, 2, 3 e 4; Processo do Tribunal da Relação do Porto - Agravo Cível de 1904]: neste processo, relativo ao falecimento, em 1902, já não consta a quinta da Laranjeira como pertencente ao morgado. António de Carvalho e Castro Freire Cortez (1823-1902) foi o 12º Senhor do Morgado de Santo António, em Torre de Moncorvo. Último administrador do Morgado do Marmeleiro e 1º e único Visconde de Marmeleiro, por decreto de 28 de Abril de 1880 [ALVES 2000 (tomo VI): 302]. Foi fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por alvará de 29/02/1865 e presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo por duas vezes [BORREGO e BRANDÃO 2015: 318; ZÚQUETE 2000: 726].

<sup>60</sup> Nasceu a 21/01/1930. Filho de António Eugénio de Carvalho e Castro, neto de António Eugénio de Carvalho e Sá (1875-1946) e bisneto de António de Carvalho e Castro Freire Cortez, 12º Senhor do Morgado de Santo António [BORREGO e BRANDÃO 2015: 324-326].

<sup>61</sup> ADBG, Fundo JUD/JOJTMJ Juízo Ordinário do Julgado de Torre de Moncorvo 1780/1882 Série 001 Inventário de menores 1811/1882 - PT/ADBG/JUD/JOJTMJ/001/8372 - 1856 - "Inventariado: Ana Emília Leite Pereira de Carvalho; -Inventariante: António de Carvalho e Castro Freire Cortez; -Local: Torre de Moncorvo" - cx524 [fundo não tratado arquivisticamente].

[ZUQUETE 2000: 726; BORREGO e BRANDÃO 2015: 318], surge-nos *uma quinta chamada do Alcaide ao pé da ponte do rio Sabor* (fl.17v) que, supostamente, estaria, também, vinculada ao morgado. O movimento de extinção dos morgadios<sup>62</sup> ter-se iniciado em 1832, através de legislação de Mouzinho da Silveira [CALDEIRA 2011-13: 20] e o Rei podia, de forma excepcional, autorizar a venda ou a transferência de bens e propriedades de morgadio, mesmo antes destas legislações.

Na matriz predial rústica de Torre de Moncorvo de 1938, sob o número de artigo 447, surge a *Quinta da Laranjeira*<sup>63</sup>: “*Um prédio denominado a "Quinta da Laranjeira" que se compõe de terra que num ano se cultiva de batatas e outro de trigo, terra que se cultiva cada 2 anos de trigo, terra que se cultiva cada 8 anos de centeio e terra inculta para pastos, olivais que têm 380 oliveiras, tem 7 figueiras, casa com altos e baixos para habitação do caseiro, palheiros e cabanal para mister agrícola e uma capela, o prédio é atravessado pela estrada, confronta pelo W e S antecedente, N rio sabor e E ribeiro*”, como pertencente a Luiz Augusto Ferreira de Carvalho<sup>64</sup>.

No mesmo documento, as terras e olival sob os topónimos *Santa Marinha e Laranjeirinha*<sup>65</sup> encontram-se, também, na posse de Luiz A. F. Carvalho.

Através da experiência nos trabalhos que desenvolvemos na região, no âmbito do AHBS, onde as matrizes prediais rústicas foram amplamente utilizadas e discutidas, sabemos que as datadas da 1ª metade do século XX, geralmente dos anos 30, são o traslado integral das anteriores, cuja data de abertura se situa nos últimos 5 anos do século XIX<sup>66</sup>, nas quais, por vezes, apenas não se transcrevem as sucessões de proprietários anteriores à data de abertura.

---

<sup>62</sup> “A legislação de Mouzinho da Silveira iniciou a extinção dos morgadios, por várias fases, a começar em 1832. Pelo decreto de Mouzinho da Silveira de 4 de Abril de 1835 são abolidos os morgadios e capelas cujo rendimento líquido e livre de encargos e contribuições directas não chegasse aos 200\$00 réis. Pelo decreto de 30 de Junho de 1860 são aumentadas as limitações dos vínculos, só se permitindo a manutenção daqueles cujo rendimento líquido fosse acima dos 400\$00 réis e ordenando o registo de todos eles. O Morgadio e a Expansão nas Ilhas Atlânticas (Açores, Madeira e Cabo Verde). O “golpe de misericórdia” foi dado pela lei de 19 de Maio de 1863, que extinguiu os morgadios em todo o reino, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas, com excepção da Casa de Bragança.” [CALDEIRA 2011-13: 20-21].

<sup>63</sup> Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo: Matriz predial rústica da freguesia de Torre de Moncorvo, artigo nº447, ano de abertura de 1938 [Anexo III: doc.06].

<sup>64</sup> Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo: Matriz predial urbana da freguesia de Torre de Moncorvo, artigo nº128, ano de abertura de 1937 [Anexo III: doc.07], ou seja, anterior ao documento antes citado, em posse do Luiz A. F. Carvalho é descrita “*Uma casa de construção antiga destinada a habitação ocupando área de quarenta e cinco metros quadrados, dois andares com duas divisões para habitação e uma para arrumações que confronta do nascente / norte e sul com bens do casal*” situada na Quinta da Laranjeira.

<sup>65</sup> Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo: Matriz predial rústica da freguesia de Torre de Moncorvo, artigos nº446 e 451, ano de abertura de 1938.

<sup>66</sup> Para a freguesia de Torre de Moncorvo, estas matrizes prediais do século XIX encontram-se perdidas (não estão na Repartição de Finanças, Arquivo Histórico Municipal ou no Arquivo Distrital de Bragança).

A Quinta da Laranjeira e outras propriedades que eram pertença do Dr. António Joaquim Ferreira Margarido terão chegado à posse de Luiz Augusto Ferreira de Carvalho<sup>67</sup>, que com este não tinha qualquer ligação familiar direta, através do seu casamento com Ester Benedita de Sá Margarido<sup>68</sup> (e Carvalho)<sup>69</sup>. Os pais de D. Ester Margarido são Marcolino Márcio Ferreira Margarido (1861-1903) [ANDRADE 2010: 31], filho de Ana Benedita do Amaral e de seu segundo marido António Joaquim Ferreira Margarido, e de D. Adriana Emília de Carvalho Castro e Sá, filha do juiz Abílio de Sá e de Emília Augusta de Carvalho e Castro (1846-1938), filha de António de Carvalho e Castro Freire Cortez [BORREGO e BRANDÃO 2015: 326], o que a coloca na descendência direta do Morgado de Santo António.

António Margarido faleceu solteiro e sem descendentes diretos. As suas propriedades foram deixadas, em 1922 (?), ano da sua morte, aos sobrinhos, e, no caso daquela em estudo, à sobrinha e afilhada. Ou, então, o mais provável, é a Laranjeira ter sido o dote de casamento deste a Ester Benedita, logo no ano de 1910. Desta forma, ainda que de modo enviesado, a quinta regressa à linhagem do morgado.

Na segunda metade da década de 1910, Luiz Carvalho já frequentava a Quinta da Laranjeira, como atesta uma fotografia existente no Fundo fotográfico pessoal do padre Castro<sup>70</sup>.

Na segunda metade de década de 1930 a Quinta da Laranjeira e algumas propriedades e edifícios adjacentes, que assumiremos com parte integrante da unidade produtiva tal como a memória local os recorda, como o prédio de Santa Marinha e *“uma casa de construção antiga para habitação com dois andares, tendo no primeiro duas divisões destinadas a alojamento de animais e no segundo duas para habitação. Confronta do nascente e norte com a estrada, do poente e sul com Luiz Augusto Ferreira de Carvalho”*<sup>71</sup>, situada em terras à *Ponte do Sabor/Laranjeira*, encontram-se em posse de Luiz Augusto Ferreira de Carvalho, e a funcionar como unidade de produção.

---

<sup>67</sup> *Natural* de Torre de Moncorvo, 1886-1971, embora tenha nascido no Brasil [Anexo III: doc.08], onde esteve emigrado o seu pai Alexandre Augusto Ferreira de Carvalho, casou a 20/04/1910 com D. Ester Benedita de Sá Margarido. Moraram na rua do Cano, da Vila de Moncorvo, no edifício onde funcionou o Colégio Campos Monteiro [BORREGO e BRANDÃO 2015: 327]. Era tido como uma figura um pouco excêntrica no contexto da vila de Moncorvo, por ser mulato e um *“(…) senhor, assim grande, que costumava andar de charrete pela vila. Ele veio do Brasil e passava a maior parte do tempo aqui na quinta (da Laranjeira)”* [AFP0666; AFP0719; LBRI0557].

<sup>68</sup> Foi batizada na Torre de Moncorvo a 08/05/1892, sendo padrinhos António Joaquim Ferreira Margarido, solteiro, médico do partido municipal, e D. Ana Benedita do Amaral, avó paterna. [BORREGO e BRANDÃO 2015: 327].

<sup>69</sup> Anexo III: doc.09.

<sup>70</sup> Núcleo Museológico da fotografia do Douro Superior: Fundo fotográfico pessoal do padre Castro” [não catalogado] / <http://lelodemoncorvo.blogspot.pt/2012/01/rio-sabor-quinta-da-laranjeira-1917.html> / [Anexo II: foto 10].

<sup>71</sup> Repartição de finanças de Torre de Moncorvo: Matriz predial urbana da freguesia de Torre de Moncorvo, artigo nº155, ano de abertura de 1937 [Anexo III: doc.07].

Esta será a realidade das propriedades até, sensivelmente, à morte de Luiz Carvalho em 1971 [Anexo III: doc.08]. Passa, de seguida, para as mãos dos seus herdeiros, com particular destaque para o filho, Danilo Margarido Ferreira de Carvalho (1915-1983) [BORREGO e BRANDÃO 2015: 327], aquele que a memória local recorda como tendo sucedido a seu pai na gestão das terras, mas que ao contrário deste não *vivia* ou frequentava a Laranjeira.

Em 1980, a parcela matricial correspondente a Quinta da Laranjeira é vendida à produtora e comercializadora de vinhos *Porto Sandeman* [Anexo III: doc.27] e as restantes a outros proprietários particulares, perdendo a sua unidade.

No decorrer da década de 1990, a Quinta da Laranjeira é adquirida por um investidor local, oriundo de Macedo de Cavaleiros, José Matos Esteves, que compra propriedades por todo o vale do baixo Sabor, na posse de quem se mantiveram até às datas de expropriação.

### **3.2. Quinta de Crestelos: da ocupação de um território ao declínio e afogamento de uma grande propriedade**

A área, hoje em grande parte submersa pelas águas da albufeira do AHBS, e, outrora, ocupada pela Quinta de Crestelos (e Barraís), foi desde muito cedo, na história da humanidade, interessante, do ponto de vista da exploração do território [RODRIGUES 2012:18, 22 e 27] para, por exemplo, a agricultura, as atividades pecuárias e cinegéticas, para o assentamento, sedentário, de populações.

As escavações arqueológicas documentam a presença humana naquele território, praticamente sem hiatos, desde o Madalenense [GASPAR e outros 2015: 108-109], nos terraços das margens direita e esquerda da foz do Ribeiro do Medal, à Pré-história recente (Calcolítico) e Idade do Bronze. [idem; NETO e outros 2013; REBELO e outros 2015; DORDIO GOMES e outros 2014; GASPAR e outros 2014a].

Desde a crista (castro) de Crestelos até à plataforma onde se implantava o núcleo central construído da quinta de cronologia moderno-contemporânea, foram identificadas e escavadas ocupações, e exumadas construções e materiais com cronologia que abrange

do Calcolítico à Baixa Idade Média<sup>72</sup> [ESPI e outros 2014/2015; SASTRE BLANCO e outros 2015; PEREIRA e outros 2014; GASPAR e outros 2014a; PEREIRA e outros 2015a; LARRAZABAL GALARZA 2017 e 2018; PEREIRA e outros 2015b; TERESO e outros 2018], bem como as mais variadas evidências gravadas na pedra, em blocos móveis ou na paisagem, atribuídas a uma cronologia que vai desde a Idade do Ferro até ao período Contemporâneo [FIGUEIREDO e XAVIER 2016].

Mas é a ocupação da Idade do Ferro até à Época Romana e à Tardo Antiguidade, por sinal as que mais bem preservadas se apresentaram no registo arqueológico, e mais se estendem pelo território da quinta, onde parte do edificado do núcleo central de Crestelos [Anexo IV: QC-C-01 a QC-C-17] se ergue sobre as ruínas de construções Alto Imperiais [ESPI e outros 2015: 246], aquela que mais interessante se mostra para o *nascimento da Quinta de Crestelos enquanto lugar para habitar e viver*.

Segundo autores como Pedro Carvalho, Javier Larranzabal Galarza e Damián Romero Perona, os “*castros romanos*”, as *civitates*, as quintas e os casais têm um papel central na formação das paisagens rurais, modernas, transmontanias [CARVALHO 2017: 241 e 270]. Em particular aqueles inseridos em territórios de grande potencial para uma agricultura extensiva com pretensões a intensiva, implantados em vales abertos e em meandro, a cotas baixas, próximos de linhas de água e rodeados de elevações suaves [LARRAZABAL GALARZA 2018: 170], pois, muitas vezes, estão na origem, por continuidade, de lugares e quintas medievais, e onde as técnicas de exploração e ocupação do território, a agropecuária e os modos de viver *romanos* perduram, em bastantes ocasiões, até à modernidade. [CARVALHO 2017: 289-290 e 241].

Para esta continuidade, segundo Damián Romero Perona, a (re)organização do território do nordeste em *civitates*, durante a época de Augusto (27 a.C - 14 d.C) pode ter tido particular influência na forma como os assentamentos da Idade do Ferro/Romanos se converteram, posteriormente, em casais, pequenos lugares, quintas e territórios de senhores "feudais" em época Medieval e Moderna [2015: 260]. «*Las civitates se regirían por el ius peregrinus, por lo que la administración y el acceso a la tierra quedaría en manos de las aristocracias locales, grupos aparecidos tras la conquista y cuya consolidación y formación fue favorecida por Roma, con la imposición de un*

---

<sup>72</sup>Também se documentaram, nas escavações, vestígios de ocupação e materiais anteriores, ou em alguns casos contemporâneos, daquilo que era o património edificado de Crestelos ainda visível à superfície, ou seja, de épocas Moderna e Contemporânea. Estes, grosso modo, foram pouco ou nada cuidados, registados e estudados pelos responsáveis pelas escavações, como é notório pelo teor dos relatórios.

*sistema de explotación que promovía la dependencia directa entre las comunidades campesinas y las familias aristocráticas locales (Sastre 2001: 161). La falta de un mundo urbano dentro de las civitates del Noroeste no impidió que se desarrollase este sistema, por el contrario, en los diferentes centros rurales de una misma civitas debieron aparecer diferentes grupos aristocráticos que pugnaron por aumentar su poder político y económico extendiendo sus redes clientelares (Sastre 1999:355)» [ROMERO PERONA 2015: 262-263].*

Tudo aponta para que o surgimento da Quinta de Crestelos tenha ocorrido num processo, de continuidade ou reocupação, semelhante aos acima patenteados.

Na área do Cabeço da Capela<sup>73</sup>, em Crestelos, foram exumadas uma necrópole (*Necrópole Este*) e vestígios de uma construção associada. A necrópole compunha-se de 33 sepulturas escavadas na rocha, com orientação genérica de oeste-este, seguindo os cânones da Igreja Cristã, cujas características apontam para uma cronologia balizada entre os séculos XII e XIV [PEREIRA e outros 2015b: 171-174], podendo recuar-se, eventualmente, aos séculos X-XI [idem: 175; FRAGA DELGADO e outros 2014: 427-429]. Outros vestígios e estruturas arqueológicas (ligadas à habitação e à agro-pecuária), atribuíveis à Baixa Idade Média, foram identificados em vários pontos da escavação arqueológica que foi levada a cabo na plataforma de Crestelos [SASTRE BLANCO e outros 2015: 524-533], o que vem atestar, a existência de um povoado medieval, algo que a documentação escrita recolhida no âmbito desta dissertação apenas indiciava. Viria a dar origem, ou era já ele mesmo a *Quinta de Crestelos*.

A mais antiga referência bibliográfica, por nós conhecida, à Quinta de Crestelos, surge nos *Tombo da Ordem de Cristo: Comendas de Trás-os-Montes e Alto Douro* e no artigo *Mogadouro – Apontamentos Históricos* de Anibal Varizo, editado em 1989 na revista *Brigantia*, quando este escreve que em 1503 é requerido um tomo à comenda de (S. Mamede de) Mogadouro, com a “*visitação*” para a mesma a ser efetuada em *1507, aos vinte de novembro, por Frei Francisco, capelão de sua alteza*. [2014: 144 e 159; VARIZO 1989: 97-98]. No documento referido dá-se a particularidade de a aldeia de *Crestellos* ser mencionada como uma das *despovoadas da vigaria de Mogadouro* [2014: 144] e, mais à frente, como uma das aldeias povoadas do *titulo das aldeias que pertencem à comenda de Mogadouro* [idem: 159].

---

<sup>73</sup> Topónimo que perdurou até ao século XXI e que levou a que naquela área se fizessem sondagens arqueológicas.



A aldeia de *Crestellos* aparece-nos, de novo, no *Numeramento de 1527-1532*, onde contabiliza 5 moradores [FREIRE 1909: 262], o que poderá corresponder a 5 cabeças de casal e respetivos agregados familiares, num total estimado de cerca de 21-22 habitantes.<sup>74</sup> A mesma fonte situa este núcleo populacional como estando no termo de Mogadouro que “*tem hũ castello onde vyve Luis Alvarez de Tavora, senhor da dita villa, com direitos e rēdas*” [idem: 262-263]. Mogadouro, tal como Alfândega da Fé, Mirandela e Penas Róias faziam parte do senhorio dos Távora desde 1433<sup>75</sup>, quando D. Duarte fez de Álvaro Pires de Távora o seu donatário<sup>76</sup>, com suas rendas e direitos [SALES 1950b: 267-268; FONSECA 1995: 105; VARIZO 1989: 93-94], exopto os dos padroados [SALES 1950a: 125].

Tratava-se, durante o século XVI (e possivelmente nos séculos anteriores) de um núcleo populacional reduzido [SASTRE BLANCO e outros 2015: 533], de tipo aldeia, com suas terras comunitárias/baldias, situado no termo de Meirinhos e pertença da Comenda de Mogadouro<sup>77</sup>, da Ordem de Cristo [2014: 143-164], e que após mercê do senhorio aos Távora, foi sendo apropriado por esta família, conforme documento mais à frente referido indica.

Pouco tempo depois da realização daquele *Numeramento*, a 12 de Junho de 1536 [SALES 1950a: 134], com aprovação de D. João III de 27 de Novembro de 1538 [GUERRA 1954: 140-149], Luís Álvares de Távora e sua mulher Filipa de Vilhena *instituíram morgado “que os de nome de Tavora que de nos descenderem nam haja de ser esquecido”*. *Celebraram a escritura nos seus paços do Castelo de Mogadouro. E reservaram para este morgado os seguintes bens (...)”* em Mogadouro, “*sua terra, a quintam de Castelllos e de a Olga da Trapa e a quintam de Nugueira e os moinhos que estam na Ribeira de Reigados assim os da Ribeira como os do Cabo, as cazas em que vive o ouvidor e a metade das cazas em que vive o bacharel Valença e a Orta*”. [COSTA 2015: 141; VARIZO 1989: 95; ALVES 2000 (tomo IV): 374; FONSECA 1995: 105] [Anexo III: doc.10].

---

<sup>74</sup> Adotou-se o multiplicador de 4,3 pessoas por fogo, segundo cálculo apresentado por João Alves Dias, tendo em conta que tratamos de uma área rural. Veja-se DIAS 1996: 41-61.

<sup>75</sup> Esta doação vem confirmar e reforçar uma anterior, feita a Pedro Lourenço de Távora por D. João I através de carta de 21 de Outubro de 1401, é feito donatário, de juro e herdade, de todos os direitos reais das vilas de Mogadouro, Alfândega, Mirandela e Penas Róias, tais como foros, rendas e tributos [AN-TT, *Chancelaria de D. João I*, Liv. 2, fl. 172; SALES 1950a: 124-125], e é confirmada por D. Afonso V em 1475, e por D. Manuel em 1495 [VARIZO 1989: 94].

<sup>76</sup> AN-TT, *Chancelaria de D. Duarte*, Carta de mercê dos direitos reais a Álvaro Pires de Távora Liv. 1, fl.3

<sup>77</sup> Os Távora “*tinham nas mãos as comendas de S. Mamede de Mogadouro (...) geriam (...) o que dizia respeito à Mesa da Consciência e Ordens*” [MOURINHO 1985: 661]; Em 1578, esta comenda rendia a Luís Álvares de Távora 340 mil réis [ALVES: 2000 (tomo IV): 531].

O mesmo Luís Álvares de Távora e Dona Filipa de Vilhena determinam, como já vimos, como bens vinculados a “*Quinta de Crastellos*” e a “*Quinta da Olga da Trapa*”, que julgamos, visto o topónimo ainda existir, tratar-se da atual *quinta dos Barraís*, à época, no termo do Souto da Velha, no concelho de Torre de Moncorvo [GUERRA 1954: 140-149], entre muitos outros que poderão também ter sido apropriados pela família em prejuízo das comunidades de camponeses, legitimando tal ação por mercê do senhorio daquelas terras.

Neste sentido, reforça-se a afirmação de António Mourinho Júnior: “*os Távora foram o último reduto do sistema feudal no Nordeste Transmontano. Era uma família que na região tudo podia e mandava e que tudo subjogava*” [MOURINHO 1985: 661].

A revolta do povo de Meirinhos, que teve lugar cerca de 1585, é o acontecimento que indicia uma apropriação, aparentemente, despótica das terras comunitárias, baldios e maninhos de Crestelos por parte dos Távora. Motivados por um misto de sentimento de usurpação e necessidade de maiores recursos alimentares, decorrentes do generalizado surto demográfico que marcou o século XVI, a comunidade de camponeses insurgiu-se para recuperar terras baldias, outrora eventualmente destinadas a pastagem, forragens e lenha, e começou a desmatá-las e a lavrá-las, transformando-as em área agricultada, provavelmente destinada a colmatar a mais premente carência, o cereal. Estas terras deveriam situar-se em zona limítrofe da Quinta de Crestelos, não correspondendo ao seu núcleo central que, pelas condições geomorfológicas e históricas, havia muito que seria agricultado. D. Leonor Henriques (de Távora), na tentativa de travar a invasão das suas terras denuncia o caso à justiça e dele pede devassa nesse mesmo ano. Em 7 de Junho 1591, o filho, Luís Álvares de Távora, concede o perdão ao povo de Meirinhos, alegando a sua pobreza. O documento que oficializa este perdão resume o acontecimento atrás descrito. Dele se apresenta um excerto: “*estando elle e a senhora dona llianor anriquez sua maj de pose da sua quintã de crestelos termo da sua villa do Mogadouro per si e per seus antepassados se aleuontou o pouo do llugar de meirinhos termo da dita villa com quem parte a dita quintã asi homens como molheres dizendo que lhes pertença a dita quintã e della tomarão pose forçosamente sem auctoridade de justiça laurando-a e desmoutando os matos da dita quintã. A qual força a dita senhora dona lianor anriquez sua maj como tutora curadora e administradora acodira e ouuera hua prouisam de sua majestade pera do caso se devassar e disso se tirou devassa avera seis anos pouco mais ou menos ou no tempo que na verdade se achar portanto disse*

*elle dito senhor luuis alluarez que Respeitndo elle ao dito pouo e os moradores delle serem seus vassalos e pobres portanto disse que de sua própria e livre vontade pelo amor de deus perdoava como llogo de feito por este publico estromento perdoou llivremente a todo o dito pouo do lugar de meirinhos asi homens como molheres e asi a todas aquellas pessoas que na dita devassa esteueram cullpadas a culpa da dita força e todo o mal dano jnjuria emenda e corregimento em que lhe o dito pouo e as ditas pessoas sejam obrigadas e os não quer por ello mais acusar nem demandar cível nem crimemente em júizo nem fora delle nem por outrem em parte nem em todo aantes disse que desestia da dita deuasa auctos prouisois e proçosos que sobre o dito caso sejam feitos e de todo o direito e aução que lhe comtra elle compete ou competir pode de feito ou de direito” [FONSECA 1995: 105-108].*

Apesar do perdão concedido, os Távora insistiram em recuperar o pleno domínio sobre a Quinta de Crestelos, num processo que terá sido longo, ao ponto de em 1677 mandarem construir a ponte de Meirinhos, como compensação ao povo, segundo relato da memória popular recolhido por António Rodrigues Mourinho Júnior [MOURINHO 1985: 668]. Terá sido a quinta ocupada pelo povo durante quase 100 anos? [FONSECA 1995: 107].

Em obra publicada em meados do século XVIII, mas cujas informações se reportarão, muito provavelmente, à primeira metade do mesmo século, *Crastellos* (Crestelos) é mencionada como uma “*aldea na província de Traz-os-Montes, Arcebispado de Braga, Comarca da T. Moncorvo, termo de Mogadouro, freguesia de S. Bento*” (de Meirinhos). [CARDOSO 1751: 744].

Nas Memórias Paroquiais, de 1758, há de novo referências a Crestelos, anexa ao lugar de Meirinhos, comenda de São Mamede de Mogadouro, mas agora já na plena posse dos Távora, que a exploravam através de dois rendeiros, como uma quinta (grande propriedade): “*Lugar de Meirinhos do concelho da Villa de Mogadouro (...) Hé donatário deste concelho o Illustrissimo Marquês de Távora e seus antecedentes. (...). E tem três quintas annexas que vem a ouvir missa à paróchia, convém a saber (...)* *Quinta de Crastelos que hé do morgado do Illustrissimo Marquês de Távora. E tem hoje dous caseiros e dista huma legoa deste lugar e fica situada da outra parte de huma ribeira que tem seu princípio na serra de Gajope no termo de Bruçó que dista da dita*

*Quinta três léguas e tem seu sepulcro no Rio Sabor em cuja margem fica a dita Quinta*” [CAPELA 2007: 547].

É, deste modo, no decorrer dos segundo e início do terceiro quartel do século XVIII, que a *Quinta de Crestelos* deixa de ser um lugar (aldeia) e passa a ser, apenas, uma grande propriedade explorada, muito provavelmente, através da enfiteuse<sup>78</sup> ou empraçamento, um instrumento legal muito comumente utilizado durante o Antigo Regime, pelos senhores de Távora. Estava concluído o plano de apropriação total, e despótica, destas tão cobiçadas terras? Ou simplesmente aqueles que habitavam Crestelos sentiram a necessidade de procurar outros lugares para viver? O que terá levado ao êxodo?

Apontamos para que tenha sido uma conjugação de fatores que terá provocado este *êxodo*: a sede pelo controlo e exploração direta e plena de Crestelos por parte dos Távora, as grandes cheias do rio Douro de 1727 e 1729<sup>79</sup> [COUTO 2017: 167] que, certamente, foram também sentidas na bacia do Sabor e terão contribuído para uma conjuntura de maus anos agrícolas e, conseqüentemente, para o aumento do défice, congénito, de pão em Trás-os-Montes, pois a *produção cerealífera transmontana apresentou-se frequentemente exígua para o consumo dos habitantes*. [idem: 184] E, o continuar de um movimento observável no vale do Sabor onde, paulatinamente, as gentes tendem a abandonar os aglomerados de vale, mais próximos do rio, concentrando-se nos de meia-encosta e planalto, ou seja, naquelas vilas e freguesias, que maioritariamente chegaram até aos dias de hoje.

Mas, a realidade é que, em momento algum da nossa investigação foi identificado qualquer documento, vestígio arqueológico ou bibliográfico que ajude nas respostas às questões acima colocadas ou que venha corroborar as nossas suposições. Para tal, cremos, muito contribuiu o processo movido contra a família Távora ainda no decorrer do ano de 1758.

Tal processo tem como consequência que dentro do conjunto da documentação consultada, as memórias paroquiais sejam último testemunho da plena posse de Crestelos por parte dos Távora. Todos os seus bens são sequestrados e passam a ser administrados pela Coroa dando origem a inventários, dentro dos quais se descreve,

---

<sup>78</sup> No Antigo Regime a enfiteuse era o instrumento jurídico por excelência que permitiu o acesso ao domínio útil das terras por parte dos fregueses através de prazos, geralmente a 3 vidas, os “*fateozim perpétuo*” [ARAÚJO 2016: 150].

<sup>79</sup> Pode dar o caso de ser gralha na impressão e tratar-se do ano de 1739.

sumariamente, o espaço (no caso particular, Crestelos) e indica por quem e por quanto era arrendada a quinta.

Na *Relação dos bens que possuíam os Marqueses que foram de Távora*<sup>80</sup> [Anexo III, doc.11] datada, ainda, de 1758 ou de ano posterior, no ponto referente a Mogadouro, surge uma referência à Quinta de Crestelos, como constando de muita terra, um grande olival<sup>81</sup> e várias oliveiras dispersas. Tinha uma casa para o caseiro, casas para animais e de apoio agrícola, e ainda um lagar de azeite. O caseiro era quem explorava a quinta, mediante o pagamento anual de 40 mil réis. Um dado curioso que surge nesta descrição é a alusão às “*várias partes*” onde estariam essas oliveiras dispersas, que eram chamadas de “*o acrescentado*”. Estas terras aparentam localizar-se longe do núcleo central, em área limítrofe e é possível que a designação por que eram conhecidas se relacione com o episódio de 1585. O dito “*acrescentamento*” teria acontecido ou por um fenómeno mais antigo de usurpação de terras tradicionalmente exploradas pelo povo, ou, mais tarde, por recuperação da sua posse depois de longos anos de indevida ocupação popular até cerca de 1677. No mesmo ponto dos bens de Mogadouro, surge uma alusão a uma “*Quinta do Souto*”, que é referida como estando no termo do concelho de Torre de Moncorvo. Pela sua localização ambígua, e contiguidade, no texto, com o item de Crestelos, supõe-se que se possa tratar da Quinta da Olga da Trapa, hoje designada como “(núcleo) dos Barrais”.

O auto do sequestro de 10 de Janeiro de 1759<sup>82</sup> [Anexo III, doc.12], documento que resultou da tomada de posse da quinta pela Coroa, fornece mais alguns pormenores acerca do espaço e exploração económica de Crestelos. Além do olival, são mencionadas terras de cereal e matos. Continua a ser referido o mesmo lagar de azeite, que seria composto de três divisões térreas e, ainda, mais três casas de fora. Nas confrontações a Poente, surge a Quinta da Olga da Trapa. O último caseiro a pagar renda aos Távora, foi António Bernardo, de Souto da Velha, constando aquela dos atrás referidos 40 mil réis e um porco, entregues anualmente a 29 de Setembro, dia de São Miguel. António Bernardo continuou como rendeiro da Coroa até 30 de Outubro do

---

<sup>80</sup> AN-TT, Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigos, Maço 133, Casas de Aveiro, Távora e Jesuítas - Relação de dívidas de rendas e de bens administrados pelo Juízo da Inconfidência, relações de bens doados, aforados e vendidos que se achavam incorporados no sobredito Juízo; arrematações de comendas; obrigações de dívidas; doações de bens ao Colégio dos Nobres, etc, Relação dos bens que possuíam os Marqueses que foram de Távora na Província de Trás-os-Montes, s.d. (posterior a 1758), fl.12v

<sup>81</sup> Será este olival o dito, na gíria local, “*dos Távora*” [Anexo II: foto 11 e 16]

<sup>82</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 94, Nº 302 -5, Traslado do Auto de sequestro e Inventario dos Bens que se acharão nesta Comarca de Miranda pertencentes aos Marquezes de Távora, Francisco de Assis Távora e D. Leonor Távora, 1758, fl.11v-12v

mesmo ano, quando a exploração da Quinta de Crestelos foi arrematada por três anos, por Bento Ferreira, do lugar de Meirinhos, que passou a pagar a renda anual de 150 mil réis<sup>83</sup>.

Posteriores relações de receitas relativas aos antigos bens dos Távora<sup>84</sup>, datadas entre 1759 e 1761 [Anexo III, doc.13], dão conta de um pagamento incerto desta renda de 150 mil réis. A receita da Quinta da Olga da Trapa, aqui mencionada como “*das trapas*”, é também inconstante e nunca superior a 58\$666 réis.

Também por esta altura, 1762 a 1765, temos seis moradores de Meirinhos, liderados pelo respetivo pároco, a peticionarem, por «... *no termo desta vila e distrito do mesmo lugar de Meirinhos há uma quinta, chamada de Crestelos, que foi dos infelizes Marqueses de Távora e se acha hoje incorporada no real fisco...*” o aforamento ou empraçamento da Quinta de Crestelos, por 100 mil réis anuais, e com a condição da mesma quinta “... *andar sempre encabeçada nas pessoas dos suplicantes e por morte destes em outras seis pessoas que serão os seus filhos mais velhos... ou nos mais que se seguirem...*» [SEIXAS 2003: 8], num movimento semelhante, a outros já acontecidos, de a Quinta de Crestelos ser *devolvida* à população de Meirinhos, o que não veio a suceder.

Com o reinado de D. Maria I (1777-1815), que fora sempre contra o processo dos Távora, várias das suas propriedades são restituídas aos descendentes. As Quintas de Crestelos e Olga da Trapa são retomadas pelos Condes de São Vicente, casa que, até 1882, recebeu o foro anual sobre estas propriedades [SEIXAS 2003: 8].

Segundo escritura de empraçamento das Quintas de Crestelos e Olga da Trapa, datada de 23 de Junho de 1805<sup>85</sup> [Anexo III, doc.14], estes bens estavam vinculados ao Morgado de Mirandela, de que era administrador, à época, o Conde de São Vicente, Carlos da Cunha Silveira de Lorena. Por aquela mesma escritura ficaram enfiteutas, por três vidas, Manuel António da Cruz Borges, monteiro-mor da Vila de Torre de

---

<sup>83</sup> Op cit. Fl.43v-44

<sup>84</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, n° 307, Conta da receita dos bens confiscados pelo Juizo da Inconfidencia ou R R do Crime de alta traição Marquezes que forão de Tavora da administração da feitoria da Villa de Mirandella pertencente ao anno de 1758 que findou no dia de S. João Baptista de 1759 de que foi administrador Manoel *Fernandes* Guerra do Lugar da adaganha, fl. 1v, 7v e 11v; Receita do rendimento dos bens do morgado dos confiscados Marquezes que forão de Tavora na feitoria da villa de Mirandella do anno *que* teve principio dia de S. João Baptista de mil sete centos cincoenta e nove e findou em outro tal dia de 1760, e todo o mais rendimento que nas mais villas pertencerem ao Morgado, fl.11; Receita dos rendimentos dos bens que se dis serem do morgado dos confiscados Marquezes *que* forão de Tavora na feitoria da Villa de Mirandella Provincia de Tras os Montes do anno que teve principio em dia de S. João Baptista de mil sete centeos, e sessenta, e fudou em véspera de outro tal dia do anno prezente de 1761, fl-19-19v – receitas de 1761-62, fl.7v-8.

<sup>85</sup> AN-TT, Cartórios Notariais, 2° Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas N° 682, Cx. 144 – 6/22/6/6, Primeira escritura de empraçamento das terras de Crestelos e Olga da Trapa, pelo Conde de S. Vicente a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, D. Maria Isabel Soares, de 23 Junho de 1805, fl.79v-82v

Moncorvo, e sua mulher, Maria Isabel Borges Maciel, irmã do Arcebispo de Braga. Sobre estas propriedades nada mais se diz para além de que constavam de *”montes e terras”* e se situavam *“no limite do lugar de Meirinhos, e partem do Nascente e Poente com terras bravias dos moradores do dito lugar, e do lugar do Souto da Velha, do Norte com o dito Rio Sabor e do Sul com caminho do Concelho”*. Até ao emprazamento pelo casal, o complexo Crestelos-Trapa (Barrais), estaria um pouco votado ao abandono, o que explica o pagamento nem sempre certo dos foros, e teria *“padecido grandes ruínas com as enchentes das águas, e tempestades dos rigorosos invernos”*<sup>86</sup> [AN-TT, op cit. fl.80].

Quem sabe se por esta altura não estaria a uso o Forno Telheiro de Crestelos [Anexo IV: QC-C-05], que atesta, para a época Moderna, a continuidade de em Crestelos se produzir e cozer cerâmica de construção, documentada arqueologicamente desde, pelo menos, à época Romana [SASTRE e outros 2015: 44, 58, 112-113, 582]. A única área de extração de barro conhecida na quinta situava-se na margem esquerda da ribeira do Medal a sudeste do Cabeço da Capela<sup>87</sup>. O forno telheiro localizava-se muito próximo desta, a este, no sopé da vertente do mesmo cabeço [DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: 80-81]. Deste não havia memória viva do funcionamento. No entanto, ASD [ASD1028, 01:44:00m] tinha a noção da sua existência e JMBS possuía memória, transmitida pelo seu avô, que ainda testemunhou os seus últimos momentos de atividade, o que pode indicar que neste terão sido cozidas telhas até, o mais tardar, a década de 1960.

Até ao ano de 1809, foi pago o foro anual de 60 mil réis, por dia de São João, tendo sido o mesmo aumentado para 90 mil réis, por escritura de novo emprazamento de 21 de Agosto<sup>88</sup> [Anexo III, doc.15]. Este novo emprazamento surgiu na sequência de uma contenda entre o foreiro e o Conde de São Vicente, que reclamava para si o azeite das oliveiras. A situação foi corrigida pela viúva do Conde, passando as oliveiras a constar do foro que foi aumentado em 30 mil réis. Por provisão de D. João VI, de 3 de Setembro de 1811<sup>89</sup> [Anexo III, doc.16] confirmam-se as novas condições do

---

<sup>86</sup> Como iremos desenvolver no capítulo relativo à agricultura na região, nas últimas décadas do século XVIII e primeira do século XIX, deram-se várias e rigorosas cheias na bacia hidrográfica do rio Douro [COUTO 2017: 167-168].

<sup>87</sup> Informação oral, não gravada, fornecida por JMBS, último caseiro da Quinta de Crestelos, neto do caseiro da mesma quinta, ao tempo de Abílio Santiago e António Ernesto Miranda, que lhe transmitiu essa memória.

<sup>88</sup> AN-TT, Cartórios Notariais, 2º Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas Nº 695, Cx. 146 – 6/22/6/6, 2º Escritura de emprazamento das terras de Crestelos e Olga da Trapa pela Casa de S. Vicente a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, D. Maria Isabel Soares, de 21 de Agosto de 1809, fl 11v-16.

<sup>89</sup> AN-TT, Chancelaria de D. João VI, Livro 3, Cristelos (terras de), com suas pertenças, etc. na Comarca de Moncorvo. Provisão de confirmação do emprazamento das ditas terras a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, foreiras ao Conde de S. Vicente, de 3 Setembro de 1811, fl.344.

emprazamento, sendo feita referência a um conjunto de terras que até aqui não constara na documentação consultada, as “*terras de Pias*”, topónimo que, de facto, confronta com Crestelos no seu limite nascente.

Em 1819, a Quinta de Crestelos surge como estando a ser explorada por D. Maria Isabel Soares Borges Maciel. Numa petição dirigida a D. João VI por causa de uma contenda com um barqueiro, ou mero utilizador de barca, de Santo Antão da Barca, que se serviria, sem sua autorização, de uma travessia do rio Sabor [SEIXAS 2003: 8] [Anexo III, doc.17].<sup>90</sup> Por essa época já deveria ser viúva de Manuel António da Cruz Borges, fato que é explícito na confirmação da provisão de 1811, passada em 1825, por motivo de extravio do documento na posse da família foreira [Anexo III, doc.18]<sup>91</sup>.

Na memória local a ligação da Quinta de Crestelos ao Arcebispo de Braga, irmão da foreira, encontra, nos afloramentos de xisto com marcas de extração de pedra existentes na crista de Crestelos<sup>92</sup>, ou *Cabeço do Remanso*, um testemunho material da mesma, alcunhando-o de “*Canastrão do Bispo*”. Segundo a tradição, diz-se que o dito Arcebispo Frei Miguel da Madre de Deus, se sentava a contemplar a paisagem [SEIXAS 2003: 9] [Anexo II, foto 12]. A propriedade terá sido explorada por esta família de Moncorvo até 1860, nas mãos de Miguel António Soares, solteiro, altura em que passa para António Joaquim Ferreira Pontes [idem: 9].

António Joaquim Ferreira Pontes (1815-1883) nasceu no Peredo dos Castelhanos, concelho de Torre de Moncorvo, formou-se em direito na Universidade de Coimbra e foi deputado nas Cortes em várias legislaturas e governador civil do distrito de Bragança em 1865 e em 1870 [SOUSA e outro 2005: 140; ALVES 2000 (tomo VII): 220 e 424]. Liberal convicto, fez parte do batalhão dos Voluntários da Rainha D. Maria II, tendo sido “*condecorado com as medalhas das campanhas da liberdade e a comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e em memória dos seus serviços foi agraciada sua esposa D<sup>a</sup>. Flora de Sampaio e Melo*<sup>93</sup>, com o título de viscondessa da Alegria, que seu marido rejeitara, quando lho ofereceu o ministro José

---

<sup>90</sup>AN-TT, Ministério do Reino, Requerimentos de mercês e privilégios, Maço 859. Requerimento de D. Maria Isabel Soares Borges Maciel, de 2 de Agosto de 1819, fl.1-2.

<sup>91</sup>AN-TT, Chancelaria de D. João VI, Livro 43, Provisão com salva de confirmação do emprazamento que fez o Conde de S. Vicente a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, D. Maria Isabel Soares, das terras de Cristelos, Olga da Trapa e terras das Pias, de 29 de Abril de 1825, fl.155v-156.

<sup>92</sup> Local de implantação do Castro da Idade do Ferro.

<sup>93</sup> Veja-se a entrada “QUINTA DA ALEGRIA (Viscondessa da)” em ZUQUETE 1989: 183 - “*Foi única Viscondessa da Quinta da Alegria D. Flora Amélia de Sampaio e Melo, que nasceu em Fonte Longa (Carrazeda de Ansiães) a 15-VIII-1800 e morreu em Linhares, a 19-III-1887, filha legitimada e única de Luís António de Sampaio e Melo, fidalgo da Casa Real e proprietário no distrito de Bragança. Casou duas vezes: a primeira, com Miguel Francisco Soares Borges Maciel, fidalgo-cavaleiro da Casa Real, capitão de Cavalaria e bacharel formado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, s. g.; a segunda com António Joaquim Ferreira Pontes; s. g. O título foi-lhe concedido por Decreto de 6-VIII-1870 (D. Luís) ”.*



*Dias Ferreira*” [ALVES 2000 (tomo VII): 424]. A sua esposa, que não deixou descendência, fora casada em primeiras núpcias com Miguel Francisco Soares Borges Maciel, fidalgo da Casa Real e sobrinho do já referido Arcebispo de Braga.

Não conhecemos, de modo inequívoco, como a posse de Crestelos passou para as mãos de António Joaquim Ferreira Pontes mas, sendo casado com uma herdeira dos Borges Maciel, a posse da quinta pode muito bem ter a ver com esta relação familiar. Ao que parece, Miguel Francisco Soares Maciel teve um filho chamado Miguel, aparentemente fora do casamento com Flora de Sampaio e Melo, que poderia por direito herdar. Segundo os dados encontrados, à data, não sabemos mais que o seu nome, Miguel<sup>94</sup>. Possivelmente este filho Miguel é o mesmo Miguel António Soares, o último proprietário descendente desta família, a quem António Joaquim Ferreira Pontes terá arrematado Crestelos, segundo o artigo de Carlos Seixas [SEIXAS 2003: 9]. Será o casamento com Flora de Sampaio e Melo anterior ou posterior a esta tomada de posse da Quinta de Crestelos? Tê-la-á herdado de Miguel e, estando casada com António Ferreira Pontes, este passou automaticamente a herdeiro? A realidade é que Ferreira Pontes terá descurado a administração de Crestelos, de que arrematava o rendimento da quinta a particulares, mesmo estando a pagar o foro da mesma ao Conde de S. Vicente [idem: 8]. Em consequência a propriedade viria a ser arrematada, em 21/08/1874, em Vila Real, por 4 contos de réis, por Francisco José da Silva Torres, esposo da “*Ferreirinha*”, D. Antónia Adelaide Ferreira, que assim sucedeu na posse da Quinta de Crestelos [ibidem: 9]. A aquisição, com outras da região, constitui parte do investimento que esta poderosa casa, que dominava a produção do Vinho do Porto, fez na região do Douro Superior e Baixo Sabor, na segunda metade do século XIX. D. Antónia Adelaide Ferreira viria a comprar a plena posse do foro ao Conde de São vicente em 27/02/1882<sup>95</sup> por um conto e quinhentos e trinta mil réis.

Dona Antónia, por não achar vantajoso o investimento em propriedade tão distante dos seus principais domínios [SEIXAS 2003: 9], acabaria por vender a quinta a João José Dias Galas, em 18/03/1882<sup>96</sup>, por 6 contos e oitocentos e setenta e quatro mil e duzentos e cinquenta réis.

---

<sup>94</sup> [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=57473](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=57473) (recurso pago).

<sup>95</sup> ADPRT, 4º Cartório Notarial do Porto 1546-05-29/ 1922-01-09, 001 Notas para Escrituras diversas 1546-05-29/ 1922-01-09 – livro 4762 Notas para Escrituras diversas 1882-02-11/ 1882-0503. Cota I/29/2, fl.11v-12 [Anexo III: doc.19].

<sup>96</sup> ADPRT, 4º Cartório Notarial do Porto 1546-05-29/ 1922-01-09, 001 Notas para Escrituras diversas 1546-05-29/ 1922-01-09 – livro 4762 Notas para Escrituras diversas 1882-02-11/ 1882-0503. Cota I/29/2, fl.33-34 [Anexo III: doc.20].

João José Dias Galas nasceu em Ligares, concelho de Freixo de Espada à Cinta, em 1841, e morreu na sua Quinta de Crestelos no ano de 1902. Era sobrinho e o descendente mais direto de António Ferreira Pontes, e, tal como o tio, formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, onde concluiu o curso em 1865, sendo depois eleito Administrador do Concelho, Presidente da Câmara e Deputado às Cortes [ALVES 2000 (tomo VII): 200]<sup>97</sup>. O “Galas” permanece ainda hoje na memória de algumas pessoas, pais e avós de caseiros, feitores, jornaleiros e proprietários com quem falámos. Existe, até, um topónimo, numa das elevações da quinta, que figura no levantamento cadastral da freguesia de Meirinhos<sup>98</sup>, denominada de “*Cabeço do Galas*”, consagrando tal personagem.

Segundo nos informou a proprietária da quinta em maio de 2012, ASAL<sup>99</sup>: (...) *o Galas que era o dono da Quinta vivia lá com a criada (D<sup>a</sup>. Maria Eduarda Moita) e estava muito mal e eles aproveitaram e casaram-no e depois o meu marido foi lá visitá-lo e diz-lhe assim: então! Muitos parabéns pelo teu novo estado. Diz ele: não, não eu nunca me casarei, prometi à minha mãe que nunca me casava! Ele morreu sem saber que estava casado*” [ASAL1077, 00:49:00m]. É essa também a informação que tem o Abade de Baçal, trinta anos depois da sua morte, quando escreve: “*casando ali, in articulo mortis, com a doméstica D<sup>a</sup>. Maria, (...) faleceu na sua importante quinta de Crestelos, que deixou à viúva, herdada<sup>100</sup> de seu tio materno doutor António Joaquim Ferreira Pontes pelos anos de 1902*” [ALVES 2000 (tomo VII): 200]. No já citado artigo de Carlos Seixas, é também essa a noção que prevalece [SEIXAS 2003: 9].

Por via do casamento com João José Dias Galas, Maria Eduarda da Moita, quando aquele falece, passa a ser a herdeira universal dos seus bens, entre os quais constava a Quinta de Crestelos. Dona de uma apetecível fortuna, Maria Eduarda da Moita casou poucos anos depois com Acácio Abílio Santiago (1872-1941), “*abastado lavrador e rico proprietário do Felgar*”, que assim acrescentou a Quinta de Crestelos ao seu já vasto património [idem: 9; ALVES 2000 (tomo VII): 200].

---

<sup>97</sup>Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), 2000 (tomo VII), p.200: acrescenta que “*A esta família Galas pertenceram os seguintes indivíduos: padre João José Dias Galas, doutor em direito, desembargador da Relação Eclesiástica de Braga; José Joaquim Gabriel Dias Galas, alferes; Venceslau Gabriel Dias Galas, abade no Minho, professor no Seminário de Braga e ultimamente pároco de Vilarinho da Castanheira, concelho de Carrazeda de Ansiães, há pouco falecido, tio do doutor Galas, acima mencionado.*”

<sup>98</sup>SecçãoL1 disponível em: [www.igeo.pt/servicos/cic/cad\\_seccoas.asp](http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad_seccoas.asp) consultadas no dia 15/04/2019.

<sup>99</sup>ASAL indivíduo do sexo feminino de 88 anos (em 2012, ano de realização das entrevistas), viúva. Natural e residente na freguesia de Felgar, concelho de Torre de Moncorvo. Com o 12º ano de escolaridade, foi toda a vida doméstica e proprietária. De entre as suas propriedades, e de sua família (os Salgado Ruano), constava a Quinta de Crestelos.

<sup>100</sup> Como já comprovamos através de documento, já citado, existente no ADPRT [Anexo III, doc.20] a quinta de Crestelos foi comprada por João José Dias Galas em 1882 e não herdada de seu tio como escreveu o Abade de Baçal [ALVES 2000 (tomo VII): 200].

Acerca de Acácio Santiago [Anexo II: foto 13], as informações e referências recolhidas apontam para um proprietário dinâmico, empreendedor de quem existem muitas recordações. Nasceu no Felgar, mas foi criado em Sendim da Serra, pois ficou órfão de pai bastante cedo. Filho de proprietários de ambas as freguesias, cedo ocupou cargos políticos de alguma relevância, mas apenas a nível local, ao contrário dos seus antecessores proprietários da quinta. Talvez tenha sido por isso dos que mais tempo se ocupou na gestão efetiva da propriedade. No imaginário local é conhecido pelo *Visconde das Estevas* e entre os seus amigos proprietários e doutores era o “*papa-balas*”, depois de um episódio em que numa disputa política em Moncorvo “*levou um tiro nas nalgas quando ia a entrar para a casa do padre Alípio*” [ANDRADE 2010: 83].

Tanto na memória oral, de inquiridos como ASD<sup>101</sup>, como nas informações escritas por Carlos Seixas no artigo que vem sendo citado [2003: 9], se afirma que foi com Acácio Santiago que a quinta atingiu o auge de produtividade<sup>102</sup>, nomeadamente de carácter cerealífero. Quase todas as encostas estavam semeadas de cereal, para cuja malha já se contava com alguma mecanização, nomeadamente através do uso de malhadeiras, inovação que poderá ter chegado a este território por sua iniciativa [Anexo II: fotos 14 e 15].

Acácio Santiago e Dona Maria Moita não deixaram descendentes diretos, existindo duas sobrinhas de cada uma das partes. A sobrinha de Dona Maria, Maria Adelina, tinha sido criada na Quinta de Crestelos com a tia; a sobrinha de Acácio Santiago era Maria Adelaide Santiago (1905-2001), que veio a casar com António Ernesto Miranda, filha do seu irmão, António Manuel Santiago (1869-1935), cónego e Secretário do Governo Civil de Bragança e Santarém [SEIXAS 2003: 9]. Tendo falecido Acácio Santiago primeiro que a esposa, quem acaba por suceder é a sua sobrinha, em detrimento da de Dona Maria. Os relatos recolhidos junto de membros da família dos atuais proprietários resumem, a traços muito largos, esta história: “*o Santiago tinha um irmão que era padre e depois deixou de ser padre e tinha duas filhas, uma de cada mulher. Ele era Governador Civil de Santarém, o irmão do Santiago, tirou as duas filhas às mães e foi ele que as criou, umas senhoras todas educadas (...) eram umas senhoras muito*

---

<sup>101</sup> ASD, indivíduo do sexo masculino de 72 anos (em 2012, ano de realização das entrevistas), casado. Natural, por registo, da freguesia de Felgar, concelho de Torre de Moncorvo, mas nascido e criado na Quinta dos Barrais (parte integrante de Crestelos) de que seu pai era caseiro. Não frequentou a escola mas sabe ler e escrever, foi cabreiro, lavrador e esteve emigrado em França. Cresceu, viveu a juventude e trabalhou em Crestelos.

<sup>102</sup> Mais à frente na dissertação se desenvolverá capítulo dedicado à agricultura e formas de exploração na Quinta de Crestelos.

*distintas e muito diferentes, que eram de diferentes mães, diferentes em feitio, esta que casou com o Miranda era muito bonita e outra era feia, mas muito senhoras, e tão boas, tão boas, e depois o Miranda é que casou com a dona Maria. Estavam as duas a viver aqui e ele casou com a dona Maria Adelaide. E a outra depois casou com um senhor de Alfândega (...) a Quinta não era do Santiago a Quinta era da Dona Maria e aquilo também foi assim um coisa quase como foi da dona Maria ao Dr. Galas. Também fizeram! O Santiago fez a Quinta ao Miranda, à sobrinha à dona Maria Adelaide, na mesma, tiraram-na à Dona Maria (...) ela criou aqui uma sobrinha, estava aqui uma sobrinha com ela (...) Depois o Miranda fez com que o Santiago deixasse tudo à dona Maria Adelaide, só deixou uma quantidade de libras por mês à Dona Maria Adelina a outra sobrinha. Uma pouca coisa que afinal não era nada (...) Dizem que a Dona Maria assinou sem saber o que assinava, dizem, dizem. (...) depois ficou o Miranda com tudo, com a Quinta de Crestelos, com a do Felgar, com a da Cardanha, com um casal em Sampaio muito grande, um olival muito grande e não sei o que mais” [ASAL1077, 00:49:00 m].*

António Ernesto Miranda (1900-1969) casou com a sobrinha de Acácio Santiago (Maria Adelaide Santiago Miranda) e, assim, tornou-se o proprietário pleno da Quinta de Crestelos. Como foi administrador agrícola em Angola, quando regressou, “*continuou as práticas agrícolas do seu antecessor*” [SEIXAS 2003: 9]. No *Anuário Comercial de Portugal* de 1951, à página 3612, aparece como um dos proprietários agrícolas mais importantes do Felgar, com um lagar de azeite e é, inclusivamente, o presidente da Junta de Freguesia do Felgar.

Com a sua morte em 1969, herda a quinta o filho único do casal, António Manuel Santiago Miranda. Este passa a residir em permanência em Crestelos, algo que até aqui não acontecia, e, com esse objetivo, dota a quinta de novas e mais adequadas infraestruturas, como a eletricidade, a linha telefónica - a partir do Souto da Velha - e a regularização e alargamento dos caminhos que ligam as freguesias vizinhas à quinta, bem como a rede interna de caminhos.

O que se diz do “*Miranda filho*” é que “*nasceu em berço de ouro e que nunca quis saber da agricultura para nada*”. Coincidente com essa atitude é a conjuntura histórica marcada pelo êxodo populacional para o estrangeiro e para o litoral, que contribuiu para que a agricultura perdesse a rentabilidade que antes tinha para os grandes proprietários,

que contavam com mão-de-obra abundante e barata. Ambos os fatores deverão ter levado a que o novo proprietário desistisse da propriedade. Assim, depois de quase um século em que a posse da Quinta foi transmitida por herança, ainda que de forma enviesada, foi vendida a uma família de proprietários do Felgar, os Salgado Ruano, em 1984, pela quantia de 22 mil contos.

Quem a comprou foi o médico e proprietário de Mogadouro, José Manuel Ruano (1910-2002), que casou no Felgar com a rica proprietária D. Antónia Maria Salgado, das famílias Castro Valente, Salgado e Guerra. A este, sucedeu o filho José Manuel Salgado Ruano (1950-2011), gestor agrícola, Governador Civil de Bragança de 2002 a 2005 [SOUSA e outros 2005: 143], Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal em Trás-os-Montes e membro ativo do partido político CDS.

A partir de 1984, com os Salgado Ruano, estavam reunidas as condições para que a quinta voltasse ao auge que atingiu em meados do século XX, mas desta vez com um carácter completamente distinto: para atividades e reserva cinegéticas, *alojamento turístico* e floresta. Ao contrário do tempo do último Santiago-Miranda, a conjuntura histórica estava agora a favor dos proprietários, com a adesão de Portugal à CEE dois anos depois da compra da Crestelos, quando começaram a entrar no país fundos comunitários para os mais diversos fins.

A 10 de Julho de 2013, a Quinta de Crestelos foi quase totalmente consumida por um incêndio [Anexo II, foto 17 e 18], sendo o seu núcleo central edificado parcialmente demolido entre 19 e 28 de Novembro [Anexo II, foto 19] do mesmo ano para que os quirópteros (morcegos) não o pudessem utilizar como refúgio, evitando desse modo que ali permanecessem, salvaguardando-os do enchimento da albufeira [Anexo II, foto 20] do AHBS que aconteceu no ano de 2015.

Não podemos deixar de realçar, em jeito de nota, um pormenor que é, praticamente, constante na história da Quinta de Crestelos: esta, e em particular os seus proprietários, aparentam estar, historicamente, *sempre de costas voltadas* para a população de Meirinhos. Seja por via de conflitos ou disputas, seja porque estes nunca são naturais dessa freguesia. Esta estranha relação com a freguesia, à qual pertence administrativamente, era ainda notória nos momentos que antecederam a sua submersão parcial: no terreno, os melhores e principais acessos à quinta eram os oriundos do Souto da Velha e Felgar (concelho de Moncorvo) ou aquele variante ao IC5 vindo desde

Alfândega da Fé; na memória, e conhecimento local, Crestelos é, pela maioria das pessoas com quem falámos, associada ao Felgar, não só através dos seus últimos proprietários mas, inclusivamente, julgavam que era parte integrante do termo da freguesia.

### **3.3. Quinta Branca: da povoação morta de Vale de Cabras à grande propriedade agrícola dos séculos XIX e XX**

No território que correspondia ao complexo agro-pastoril da Quinta Branca encontra-se arqueologicamente documentada ocupação humana, sedentária, desde Época Romana, no sítio do Olival da Santa [PINTO e PEREIRA 2015], junto do local onde a Ribeira do Calvário<sup>103</sup> desaguava no rio Sabor, a jusante (sul) do núcleo central edificado da quinta.

Como já vimos, em capítulo anterior, os núcleos edificados principais da quinta, Branca e São Gonçalo, desenvolviam-se adjacentes a ambas as margens da Ribeira de Zacarias, já muito próximo da sua foz.

Esta linha de água, importante na história e economia regional, subsidiária do rio Sabor, nasce na Serra de Montemel (hoje Serra de Bornes), junto a Soeima, e desaguava no Sabor no sítio que chamavam de *Rio de Cabras*. Esta designação *Rio de Cabras* é a que se reconhece na Idade Média e Moderna nas descrições dos limites de Chacim e depois entre os concelhos de Alfândega da Fé e de Castro Vicente [COSTA 2015: 43].

*«Em 1332, D. Afonso IV confirma e aprova uma carta de foro que o procurador e o escrivão na Terra de Bragança fizeram aos moradores do Rio de Cabras na aldeia de Picões. Esses colonos seriam talvez procedentes da Terra de Bragança, ou arregimentados pela região, por iniciativa do oficial régio, e vieram-se instalar naquele sítio, entre Silhade (Silhades, Felgar, Torre de Moncorvo), junto ao Sabor e a foz do Rio de Cabras»* [COSTA 2015: 107]. Ficando sob o foro de Alfândega da Fé e a pertencer à igreja de S. Pedro da mesma [idem: 248], pedindo os moradores desse local para pagar *«30 foros de 10 soldos cada ao rei, pagos pelo S. Martinho (11 de Novembro) tal qual o foro da vila de Alfândega. O rei aceita o foro e concede-lhes proteção. A carta de aprovação foi feita em Lisboa, a 5 de julho daquele ano»* [ibidem: 107].

---

<sup>103</sup> Também designada de ribeira: do *Malimão* [matrizes prediais]; *Corno do Corvo* [COSTA 2015: 33]; da *Queijada* [idem: 35].

Esta pequena povoação de Rio de Cabras (ou *Ridecabras*), há muito desaparecida [VILARES 1926: 282-283], situava-se junto da foz de Zacarias, provavelmente ocupando, inicialmente, território na margem direita, já que durante o século XIII até 1381, com a integração de Castro Vicente no concelho de Alfândega da Fé [COSTA 2015: 328], era a ribeira o limite entre o concelho de Castro Vicente (Póvoa de Castro Vicente) e de Alfândega da Fé [idem: 94-95]. Posteriormente ocuparia ambas as margens, expandindo-se para a margem esquerda sobre as *terras de S. Gonçalo*.

No *Numeramento de 1527-1532*, sob o título da *Villa dAlfãdega*, Rio de Cabras surge no seu termo com 4 moradores [FREIRE 1909: 260]. Neste mesmo documento constam, também, as povoações de Cerejais, Picões e Ferradosa [idem: 260], ainda hoje existentes e que enquadram, administrativamente, a Quinta Branca, e suas subsidiárias, até à submersão pela albufeira do AHBS.

Em 1536, com a instituição do Morgado dos Távora, viria a ser um dos bens reservados «em Alfândega da Fé “a quintam de Rio de Cabras” (...)» [COSTA 2015: 141; GUERRA 1954: 140-149] e a este ficaria vinculada até ao confisco dos bens em 1758. Alfândega da Fé, tal como Mogadouro, Mirandela e Penas Roias faziam parte do senhorio dos Távora desde 1433, quando D. Duarte fez de Álvaro Pires de Távora o seu donatário<sup>104</sup>. [FONSECA 1995: 105]

Chegados à segunda metade do século XVIII, nas *Memórias Paroquiais*, subtende-se que o lugar de Rio de Cabras se encontraria, de certa forma, despovoado e a *perder a sua identidade* como tal, assumindo, muito provavelmente, uma vocação de território de cultivo ou de grande propriedade rural/agrícola. Passemos a desenvolver. «*O cura de São Paulo dos Cerejais (Sersizaes) diz que a ribeira de Zacarias é identificada por outro nome Rio das Cabras e desagua no rio Sabor, na Quinta de S. Gonçalo*» [COSTA 2015: 35] que é do Marquês de Távora, informação corroborada pelos abades de Alfândega da Fé, S. Miguel de Agrobom, Castro Vicente, Parada e Sambade [idem: 36, 293; CAPELA e outros 2007a: 222, 225, 227 e 236]. Esta *Quinta de S. Gonçalo* corresponderia, pela manutenção do topónimo até hoje, àquela sita na margem esquerda da foz de Zacarias. Desta forma, em 1758, entre os «*bens fundiários pertencentes à Casa de Távora (...) situavam-se (...) em Parada a Quinta de S. Gonçalo, na Foz do*

---

<sup>104</sup>AN-TT, *Chancelaria de D. Duarte*, Carta de mercê dos direitos reais a Álvaro Pires de Távora Liv. 1, fl.3.

*Rio de Cabras. (...) // A Quinta de S. Gonçalo era contínua territorialmente a outra homónima que vinha de Cerejais»* [COSTA 2015: 293].

O abade de Sambade é um pouco menos lacónico na sua descrição e deixa, também, relato daquilo que existia na margem direita: “(...) *huma ribeira que chamam de Zacharias que nasce nesta mesma serra junto do lugar de Soeima e o de Gebelim e corre quasi de Norte para Sul e tem muitos moinhos e pontes de madeira, huma na estrada deste lugar para o Agrobom, e huma de cantaria no lugar de Zacharias. E correndo por este termo, de Soeima, de Agrobom, Val Pereiro, Sendim da Ribeira, Xardom e Parada, que todas estas ficam para a parte do Norte e Nascente da dita ribeira e para o Poente e Sul fica o [...] Castelo, Afândega da Fé, Serijais e dividindo todos estes termos se vai meter no rio Sabor entre a Quinta de [...] e a de Val das [...] terá de comprimento (...)*”[idem: 236]. Como se pode verificar o autor supracitado não foi capaz de transcrever os nomes das quintas que ladeiam a foz da ribeira de Zacarias. Consultando o documento original<sup>105</sup>, ensaiámos a tentativa de uma transcrição, parcial, do mesmo: “*Serijais e dividindo todos estes termos se vai meter no rio Sabor entre a Quinta de Sam Gonçallo e a de Val das Choussas*”.Correspondendo a nossa transcrição ao que foi escrito, a designação das quintas aproxima-se daquela presente nas matrizes prediais rústicas de Cerejais de 1893 [Anexo III: doc.21] onde os artigos referentes a estas as designam por *Quinta de São Gonçalo e Quinta das Chousas*<sup>106</sup>.

Ainda nas memórias paroquiais de 1758, na descrição da freguesia de Cerejais, que não possuiria lugares anexos, pode ler-se uma alusão a uma ermida, a “*Capela de Sam Gonçallo, distante huma legoa na Quinta de Rio de Cabras, junto o rio Sabor*” [CAPELA e outros 2007a: 227]. Esta referência apresenta-se-nos como interessante por dois motivos: é a única que refere, ainda, a quinta de *Rio de Cabras*, talvez por melhor conhecer a freguesia e a sua toponímia, mas não como um lugar, e coloca-lhe uma *Capela de Sam Gonçallo*, que poderá corresponder a uma capela, presente na memória oral de alguns dos nossos inquiridos, que afirmam ter ouvido dizer que terá existido, em local incerto, no território correspondente às quintas Branca e de São Gonçalo, mas da qual não foram identificados, arqueologicamente, quaisquer vestígios.

---

<sup>105</sup> PT-TT-MPRQ-33-36\_m0140.tiff, fl. 257, linhas 08 e 09, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4241578> (consultado a 27/11/2018).

<sup>106</sup> Designação alterada, posteriormente, para Quinta Branca.



No que diz respeito ao núcleo de Santa Eufémia<sup>107</sup> (ou do Badalo), da Ferradosa<sup>108</sup>, não há nas descrições das freguesias consultadas, Ferradosa inclusive, qualquer alusão direta ou indireta ao mesmo.

Voltamos a ter referências, nem sempre diretas, à quinta, ou mais concretamente ao território que por esta viria a ser ocupado, em documentos vários, do século XVIII, existentes na Torre do Tombo<sup>109</sup> e no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, posteriores ao ano de 1758, relacionados com a tomada de posse pela coroa dos bens da casa dos Távora no âmbito do processo movido contra a mesma. As referências à Quinta de São Gonçalo são, novamente, as mais evidentes e claras. Na relação de bens que possuíam os marqueses de Távora na província de Trás-os-Montes, quando se descrevem os *Bens de Afândega e Serejais*<sup>110</sup>, mencionam-se aqueles de “S. Gonçalo, do Morgado (fl.11) *Tem os tapados junto do Rio Sabor que constão de terras e olivais o azeite se colhia para a Caza e pelas terras dão de renda quarenta alqueires de trigo e centeio.*” (fl. 11v) e nos “*Olivais, do Morgado Os olivais da Quinta de São Gonçalo e Rio de Cabras de que já se faz menção na renda a pão*” [COSTA 2015: 296-297; GUERRA 1954: 123-125], e ainda, em Parada, a Quinta de Rio de Cabras que rendia 160 alqueires de trigo e centeio [COSTA 2015: 296]. A *promiscuidade* entre S. Gonçalo e Rio de Cabras é cada vez mais notória e indiciadora de que, na realidade, se trata dos terrenos em ambas as margens de Zacarias.

Sobre a mesma propriedade de S. Gonçalo, agora em documentação existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas [Anexo III: doc.13], há registos das receitas e despesas que a coroa teve com a dita quinta e tapados entre os anos agrícolas de 1758 e 1762, não consecutivamente: (fl. 12v) “*Carrego em despesa doze mil sete centos e dez réis de apanhar a azeitona da quinta de S. Gonçalo, medição, e carreto e limpar as oliveiras - 12\$710*<sup>111</sup>; (fl.10v) *Carrego em receita por sincoenta e dois alqueires de pam miado de renda dos tapados de S. Gonçalo a 280 réis hũ pelo outro quatorze mil*

---

<sup>107</sup> A quinta de Santa Eufémia, nome oficial, nunca nos foi mencionada por este nome pelos inquiridos, exceto pelo seu último proprietário Porberto Silva. Para além da sua designação corrente, *Quinta do Badalo*, era denominada, por vezes, como *Quinta dos Picões, Quinta da Serra ou Quinta de Baixo*.

<sup>108</sup> É donatário da freguesia de Ferradosa, bem como de Cerejais, o Marquês de Távora. Tem anexo o lugar de Picões. [CAPELA 2007: 228 e 229; 226].

<sup>109</sup> AN-TT, *Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigos* - Maço 133.

Casas de Aveiro, Távora e Jesuítas - Relação de dívidas de rendas e de bens administrados pelo Juízo da Inconfidência, relações de bens doados, aforados e vendidos que se achavam incorporados no sobredito Juízo; arrematações de comendas; obrigações de dívidas; doações de bens ao Colégio dos Nobres, etc. (62 documentos) [Anexo III: doc.11].

<sup>110</sup> AN-TT, *Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigo* Relação dos bens que possuíam os Marqueses que foram de Távora na Província de Trás-os-Montes Maço 133, nº 37 (cota provisória), fls. 1 a 21.s.d. (posterior a 1758) [Anexo III: doc.11]

<sup>111</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307 – Despesas de Afândega da Fé, ano de 1758.

réis. – 14\$000”<sup>112</sup>. Para o ano de 1760 não há quaisquer referências a São Gonçalo, voltando as mesmas em 1761-1762, desta feita com receitas e despesas: (fl.7) “*Por 52 alqueires de pam miado da renda dos tapados de S. Gonçalo a 260 réis 13\$550*”<sup>113</sup>; (fl.13v) *Por despeza da apanha da azeitona da quinta de S. Gonçalo sua medição, e carroto dezasseis mil sete centos e vinte e cinco réis 16\$725*”<sup>114</sup>. A estas adicionam-se as propriedades, com seus rendimentos e localização, às *Chouzas*, no limite da freguesia de Cerejais: (fl. 26) “*Pagamento feito ao Ilustríssimo Senhor thezoureiro-mor da Santa Igreja Patriarcal o Senhor Henrique Vicente de Távora, etc.*” (fl. 28v) “*Por vinte e quatro mil réis que (fl. 29) houvera por sinco oliveiras com sua terra aonde chamão as Chouzas lemite do lugar dos Serejais que parte com Manoel Pires - 24\$000 (...)*” (fl. 38) “*Por vinte sete mil réis que houvera por hum tapado que esta as Chozas com oliveiras e tem hum de fora no lemite dos Serejais - 27\$000*”<sup>115</sup>

E, na inventariação de bens, em Alfândega da Fé e Cerejais, por herança Principal Henrique Vicente (Távora), datada de 1759 (data presente na folha nº36 do documento<sup>116</sup>): “*Hum olival às Chousas, no lugar dos Serejais, que parte com Manoel Pires Luiz do dito lugar*” (fl.8).

O núcleo de *Santa Eufémia (ou Badalo)*, ou pelo menos uma parte - o olival - daquilo que o compunha, surge-nos em documentação referente ao ano de 1760, que diz respeito ao rendimento que a Coroa tirava da Quinta de Santa Eufémia<sup>117</sup> após a expropriação aos Távora: “*Carrego em receita vinte mil e quinhentos réis de 50 alqueires de pam miado da renda da Qta de Sta Eufémia a 410 réis*”.

*Santa Eufémia*, mais concretamente o seu olival e tapados: (fl. 23v) “*Tem mais o olival de Santa Eufémia junto ao Rio Sabor lemite dos Serejais termo desta vila com seus tapados de fora*”<sup>118</sup>”, aparecem também referidos, como herança recebida pelo Arcebispo de Évora D. Frei Miguel Távora (1683-1759) [DORDIO GOMES, CORREIA e TRINDADE 2014: 30-31] pela morte de seu irmão Francisco Xavier de

<sup>112</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307 – Receitas de Afândega da Fé, ano de 1759-1760.

<sup>113</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307 – Receitas de Afândega da Fé, ano de 1761-1762.

<sup>114</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307 – Despesas de Afândega da Fé, ano de 1761-1762.

<sup>115</sup> AN-TT, *Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigo* - Mç. 133, nº 37, fls. 26 a 40 (s.d.) *Pagamento feito ao Ilustríssimo Senhor thezoureiro-mor da Santa Igreja Patriarcal o Senhor Henrique Vicente de Távora, que lhe coube na sua legitima por morte de seu pai o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquez de Távora, António Luís de Távora.*

<sup>116</sup> AHTC, Casa de Távora, 297, Bens de Raiz – da herança do Principal Henrique Vicente que se disse pertencerem todos, ou parte deles a Marquesa de Távora Leonor Thomazia (ano 1759 - informação na folha 36).

<sup>117</sup> AHTC, Casa de Távora, 309, Conta do rendimento e despeza dos bens forão do arcebispo que foi de Évora D. Fr. Miguel do anno de 1760, fl. 2v.

<sup>118</sup> AN-TT/ *Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigo* - Mç. 133, nº 37, fls. 22 a 24 (s.d.) *Titulo dos bens que forão adjudicados ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Évora na feitoria de Afândega e Mirandela por morte de seu irmão Francisco Xavier de Távora.*

Távora em 1723<sup>119</sup>, o que atesta a existência deste olival [COSTA 2015: 300], junto do rio Sabor, pelo menos desde antes da referida data de óbito.

No mesmo documento, que tem vindo a ser citado<sup>120</sup>, pode ler-se: “*Tem mais a Quinta dos Picoins aforada aos moradores dos ditos Picoins por duzentos alqueires de pão meado trigo e centeio*”. (fl.23v). A passagem transcrita, quando confrontada com alguns elementos da memória oral, em que muitas das vezes, a Quinta de Santa Eufémia, que nunca nos é mencionada por este nome exceto pelo último proprietário Porberto Silva, para além da sua designação corrente – *Quinta do Badalo* - é denominada, por vezes, como *Quinta dos Picões*, *Quinta da Serra* ou *Quinta de Baixo*, o que nos pode levar a sugerir que esta *Quinta dos Picoins* corresponde, eventualmente, ao local do edificado e terrenos envolventes do núcleo do *Badalo*.

Da década de 1760 até ao segundo quartel do século XIX não identificámos qualquer documentação ou bibliografia com referências à propriedade ou território que viria a compor.

No tomo X das *Memórias Arqueológico-histórias do distrito de Bragança*, do Abade de Baçal, é feita a transcrição de um documento, datado de 1863, mas cujo conteúdo recua, segundo o autor, até 1627. Chegou ao Museu de Bragança em 1936 remetido pela autoridade judicial do Mogadouro. Trata-se de um processo movido, em 1863, por José Maria de Morais Sarmiento, natural de Vilar Douro, concelho de Mirandela, residente em Alfândega da Fé, e seu filho José Abílio de Morais Sarmiento, como autores, contra António José de Morais Pimentel, desembargador, como réu, que passou procuração a seu filho António Augusto de Morais Pimentel, com poder de substabelecer, onde pode ler-se o seguinte: “(...) *Diversas propriedades suas nos Cerejais e Sendim da Serra, entre as quais a quinta de Vale dos Chanos, que «fica ao pé do rio Sabor e foz da ribeira de Zacarias», composta de oliveiras e Pomar (...) Como não havia descendentes directos do último morgado falecido em 1827, segundo fica dito, recorreu-se à linha colateral, e o réu desembargador António José de Morais Pimentel, cujos ascendentes estavam de posse do morgadio desde 1827.*” [ALVES 2000 (tomo X): 590-592].

Pela localização, entendemos que a mencionada *Quinta de Vale dos Chanos*, se trata da Quinta do Vale das Chousas, nome inicial da Quinta Branca, e que a designação seja,

<sup>119</sup> Francisco Xavier de Távora. 1687 - †1723. [DORDIO GOMES, CORREIA e TRINDADE 2014: 31].

<sup>120</sup> AN-TT/ *Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigo* - Mç. 133, n.º 37, fls. 22 a 24 (s.d.) Título dos bens que foram adjudicados ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Évora na feitoria de Alfândega e Mirandela por morte de seu irmão Francisco Xavier de Távora.

muito possivelmente, derivada de um erro de transcrição do documento, consequente da confusão que poderá criar a grafia entre *chanos* e *chousa(o)s*, aliada ao um provável desconhecimento da microtoponímia da freguesia de Cerejais. Desta forma, para o início da segunda metade do século XIX, em 1863, a quinta, ou parte dela, era pertença da família Morais Pimentel, do “*morgado dos Sousas, de Alfândega da Fé, cujo último administrador, Francisco António de Sousa Pinto Tovar Sarmiento, faleceu em 1827 sem descendentes*” [idem: 590]. A instituição deste morgado dá-se a “*18 de Novembro de 1781 em Alfândega da Fé por Francisco Caetano de Sousa Tovar Sarmiento, abade de Gulpilhares, diocese do Porto, e seu sobrinho Francisco António de Sousa Tovar Sarmiento, capitão-mor de Alfândega da Fé, de onde ambos são naturais (...)*” [ibidem: 590-591].

À luz destas informações, podemos supor, que no final do século XVIII e após o sequestro dos bens dos Távora, a propriedade designada de Quinta Vale de Chanos (Vale das Chousas) estaria já na posse deste morgado, proveniente, muito provavelmente, de uma herança ou de bens de vínculos anteriores, dos Sousa: “*Para primeiro administrador do morgado foi nomeado o referido capitão-mor, que vinculou vários bens, e entre eles os legados em testamento por seu tio António Luís de Sousa Sarmiento, abade de Távora, feito a 31 de Julho de 1781. Mais uniram a este vínculo os bens de outro, instituído por Francisco Xavier de Sousa, pai do abade, em 3 de Novembro de 1737; os da capela vinculada, fundada por António Machado Barbosa e sua mulher, que compreendia a Tapada dos Pinheiros, murada sobre si; os de outra instituída pelo abade Francisco de Araújo, que abrangia a propriedade do Acipreste, tapada sobre si, «que vale um conto de réis», e a cortinha dos Mouriscais, outra fundada por Gabriel Rodrigues e ainda outra. Ao todo quatro morgadios, ou, melhor, seis, com o da fundação. Na verdade, são muitos os bens doados, avultando grande número de oliveiras, móveis com as armas da casa, pratas e salvas armoriadas. Entre os imóveis mencionam-se, além de outros, a quinta de Alvarinhos «com suas casas, vinha, castanheiros, amoreiras, figueiras e mais arvores, chãos com abundante agua de rega, tudo tapado sôbre si», no termo de Alfândega da Fé, que «vale mais de um conto e duzentos mil réis», e um olival no sítio das Chaminhas. Diversas propriedades suas nos Cerejais e Sendim da Serra, entre as quais a quinta de Vale dos Chanos, que «fica ao pé do rio Sabor e foz da ribeira de Zacarias», composta de oliveiras e pomar;” [ALVES 2000 (tomo X): 591] e que a sua existência sob a designação de quinta, tal*

como já o indicavam as memórias paroquiais de 1758, remontará no mínimo ao século XVIII.

Para além do documento que foi sendo referido nos parágrafos anteriores, até ao ano de 1893, não detetámos quaisquer outros onde nos surgissem direta ou indiretamente alusões às propriedades alvo do nosso estudo.

Deste modo temos um intervalo de mais de 100 anos (1762-1893) sem qualquer fonte para as quintas/ núcleos de São Gonçalo e Santa Eufémia e um de 30 anos (1863-1893) para a Quinta (do Vale) das Chousas (Branca).

Estes hiatos de informação correspondem, muito possivelmente, aos momentos de afirmação destas três propriedades como grandes unidades produtoras pertencentes a elites locais e regionais e ao processo de emparcelamento que terão sofrido, ou seja, como quintas no sentido de grandes propriedades com suas terras e edificado, tal como nos surgem descritas nas matrizes prediais rústicas de 1893 e 1894 [Anexo III: doc.21 a doc.23].

No ano de 1893 as quintas da Chousa<sup>121</sup> e S. Gonçalo encontram-se na posse da família Rodrigues, da Ferradosa, em que se irão manter até à segunda metade do século XX. São propriedade de António Manuel Rodrigues, mas desconhecemos como as obteve. A de Santa Eufémia passa a propriedade do mesmo em 1897, vinda, não sabemos se por compra ou herança, de D. Maria Pombo e irmãos (Alfândega da Fé).

Estes novos proprietários não as habitavam. No *Rol dos Confessados da freguesia dos Cerejais de 1895*<sup>122</sup>, o núcleo de S. Gonçalo, composto de um fogo, era habitado, em permanência, por oito pessoas: José Paulo Povôa, chefe de família, de 48 anos, sua esposa Ana Joaquina, seus quatro filhos, uma do sexo feminino e três do sexo masculino, já todos maiores de idade e solteiros, e dois criados, sendo um deles ainda menor de idade [Anexo III: doc.24, fl.7]. O núcleo das Chousas, composto por dois fogos, era, também, habitado por oito pessoas: os casais António José e esposa, Maria do Rosário, e Francisco António Ferreira e sua mulher Ignês Cândida, com seus quatro

---

<sup>121</sup> No *Elucidário das Palavras, termos e frases Antiquadas (tomo II) 2ª edição*, Sousa Viterbo, 1865 na entrada Chousa pode ler-se: *Chousa. Huma fazendinha ou pequeno espaço de terra tapado sobre si. Vem do latino claudo, fechar, tapar, encerrar. Ainda em algumas partes dizem Chouso no mesmo sentido. «Duas herdades, hum cortinhal, e huma chousa.» Doc. de Moncorvo de 1407 E na de Chousal. O mesmo que Chousa. Não negaremos com tudo, que nos documentos do seculo XIV, XV, e XVI se toma ordinariamente por uma herdade, que mais serve para pastagem de gados, que para terra de pão, e outros frutos. Chamam hoje na Beira a estas fazendas, Chavascaes, e no Minho Bouças.* No *Vocabulario portuguez e latino etc* (volume II), Rafael Bluteau, 1712 pode ler-se: *Chouso, ou Choiso. Nos coutos de Alcobça & outras partes, he huma fazendinha, ou pequeno espaço de terra tapado* [300].

<sup>122</sup> *Rol dos Confessados da Freguesia de Cerejais, arcprestado de Alfândega da Fé: 1895, fl.7-7v* [Anexo III: doc.24].

filhos, um do sexo feminino e três do sexo masculino, dois destes menores de idade [Anexo III: doc.24, fl.7-7v].

A informação documental supracitada dá-nos conta de dois núcleos habitacionais pequenos. Andariam arrendados ou quem neles habitava trabalharia para os Rodrigues, como feitores. A existência de criados, numa das casas, leva-nos a apontar a primeira hipótese como a mais plausível. Estes iam confessar-se à igreja paroquial.

Cremos que é ainda durante o período de vigência e posse destas propriedades por parte de António Manuel Rodrigues, e posteriormente de sua esposa, Ana Maria Rodrigues<sup>123</sup>, ou seja, antes de se iniciarem as partilhas, que a *Quinta das Chousas* (designação usada nas Finanças, ainda presente nas matrizes prediais rústicas de 1940) começa a adquirir primazia sobre as restantes, com um corpo edificado mais complexo [Anexo IV: QB-B-01 a QB-B-23]. Passando, em momento posterior, a gestão, armazenamento e transformação do produzido pela unidade agrícola, a concentrar-se aqui, modelo semelhante ao que acontecia na margem oposta do rio Sabor com a propriedade de Crestelos.

É, possivelmente, durante os primeiros anos do século XX que a designação *Quinta Branca* se vai estabelecendo, primeiro no uso *popular*, posteriormente oficializado, como indicam os artigos correspondentes da Matriz Predial rústica da década de 1960 [Anexo III: doc.25]. Tal, cremos, pode dever-se à imponência e tonalidade alva (fruto da caiação) que o seu edificado principal [Anexo II: foto 21; Anexo IV: QB-B-01 a QB-B-09] exhibe desde que há memória. Estas construções, ou seus melhoramentos, datarão, tudo indica, também das últimas décadas do século XIX. As exceções serão: a moagem [Anexo IV: QB-B-07], edificada em 1951, os Ed. 6 e 7 [Anexo IV: QB-B-06], contemporâneos da moagem, e a oficina vinária [Anexo IV: QB-B-05], que se aponta ser de cronologia anterior ao século XIX.

Do ano de 1893 para a frente, as três quintas irão manter-se, se bem que não na totalidade, como adiante veremos, na posse de membros da família Rodrigues, como um dos “prédios” da casa, a par das propriedades de menor dimensão dispersas pela freguesia da Ferradosa, conforme se pode observar nas respetivas matrizes prediais.

Através da informação constante nestas matrizes [Anexo III: doc.21 a 23], por volta da década de 1940, António Manuel Rodrigues seria falecido, uma vez que é a esposa Ana Maria Rodrigues que figura como primeira proprietária dos bens em estudo, tendo

---

<sup>123</sup> No ano de 1926 era um dos seis maiores proprietários da freguesia da Ferradosa [VILARES 1926: 197].

existido já partilhas com alguns descendentes, cerca de 10 no total. Não sobreviveria muito mais tempo. Tal viria a causar incerteza sobre a organização e gestão das propriedades depois das partilhas, após as quais, necessariamente, sofreram grandes alterações.

A este propósito, diz-nos o seu neto, Porberto Augusto Silva<sup>124</sup> “ *os meus avós tinham a Quinta Branca, tinham a Quinta de S. Gonçalo, tinham a Quinta de S. Eufémia, tinham um casal aqui na Ferradosa, que é meu, tinham na Gouveia, tinham nos Picões, tinham nos Cerejais e tinham no Sendim, mas tinham 10 filhos de maneira que todos herdaram, uns lá venderam outros ainda têm em posse, de maneira que...* “ [PS0329, 00h06:29m].

Uma parte passa a pertencer ao filho Manuel António Rodrigues [ALVES 2000 (tomo VI: 216)], residente na Gouveia (Alfândega da Fé) com a esposa, Maria da Luz de Moraes Pimentel, dos Pimentel de Castelo Branco (Mogadouro), e a filha única de ambos, Otília Bernardina de Moraes Pimentel Rodrigues. Este casal não vai habitar na Quinta Branca, mas tem aí um caseiro a viver, que administra autonomamente a sua parte correspondente ao artigo nº1 da matriz predial rústica. Nos anos seguintes, esta situação mantem-se, com o Dr. António Manuel Zilhão, notário, presidente da câmara municipal e juiz, que casara entretanto com a Dona Otília.

As partes que pertencem às irmãs Lucinda, Zulmira e Guilhermina são geridas como uma unidade produtiva e correspondem à maioria da área dos terrenos. A estas juntou-se o cunhado, Carlos de Deus Roque, cuja influência fez com que esta unidade se modernizasse e tornasse na maior entidade empregadora, à jeira, da beira-rio do concelho de Alfândega da Fé.

É sob a sua alçada que é construída, em 1951, a moagem mecânica movida com recurso a um motor de combustão [DORDIO GOMES, ALVES, OLIVEIRA e ROLO 2013] [Anexo IV: QB-B-07], e se adquire equipamento agrícola moderno, tal como uma malhadeira mecânica, uma tarara, para limpar o cereal, [CORREIA e MAXIMINO 2018: 211-215; SANTOS JÚNIOR 1977: 80] [Anexo II: foto 22], a forja de ferreiro, ou um jipe, que acompanha uma forte aposta no cultivo do cereal, muito especialmente, no trigo. Ao mesmo tempo, há investimentos nas vias de comunicação, procedendo-se ao alargamento de caminhos [DORDIO GOMES, CORREIA e TRINDADE 2014: 40] e à construção da ponte [Anexo IV: QB-B-23], mais concretamente o seu pilar em xisto e

---

<sup>124</sup> PB, de 82 anos (em 2011, ano da entrevista), do sexo masculino, natural e residente na Ferradosa. Proprietário e herdeiro da Quinta Branca, de que foi gestor.

cimento, sobre a ribeira de Zacarias, que ligava o núcleo central da quinta Branca ao de São Gonçalo. Construção em que o nosso inquirido FAC<sup>125</sup> esteve envolvido [FAC0963, 03:30m; FAC0965, 02:50m e 22:10m a 27:00m], tendo a pedra para esta construção sido retirada da encosta sobranceira à *Olga da Mata*, junto do forno de cal [Anexo IV: QB-B-22] do qual ainda tinha memória.

Durante todo este processo de investimento em novas construções e melhoramentos das existentes, há a memória de, ainda, se fazer telha meia-cana no forno telheiro [Anexo IV: QB-SG-07] que ficava a sudeste do núcleo central de São Gonçalo e do qual registamos, ainda, as ruínas.

A nova aposta produtiva atrai muita e diversificada mão-de-obra à quinta, composta por lavradores, criadas, pastores, um hortelão, padeira, moleiro e os muitos trabalhadores à jeira, para as atividades cíclicas de segada e malhada, que no auge da azáfama, chegavam a mais de uma centena. Era das aldeias vizinhas dos Picões, Ferradosa, Cerejais e Parada que a grande maioria desta mão-de-obra era oriunda.

Os descendentes que ainda tinham terrenos na propriedade, mas que se encontravam a habitar nas grandes cidades, arrendaram-nos a Carlos de Deus Roque, que lhes paga em dinheiro e em géneros.

Após a morte do Dr. Roque, em 1962, as herdeiras que geriam a quinta, já idosas, aproveitaram a experiência que o sobrinho Porberto Silva tinha adquirido na escola de regentes agrícolas de Tchivinguiro, em Angola, para onde tinha ido alguns anos antes. Convenceram-no a regressar e a tomar conta da organização e gestão da propriedade. A moagem ainda funcionou alguns anos, mas a grande aposta de Porberto Silva iria ser na produção em grande escala de fruta e produtos hortícolas, pimento, melão e tomate, para o então recém-criado Complexo Agroindustrial do Cachão. Os restantes proprietários apostaram no olival, no amendoal e na criação de gado.

Mas, a dinâmica e o vigor da quinta manter-se-ão ainda bem vivos até à década de 1970. Por ali viveu e trabalhou muita gente, chegou a funcionar uma escola, para os filhos dos trabalhadores e jornaleiros da quinta, ainda bem presente memória das pessoas do

---

<sup>125</sup> FAC, de 88 (em 2012, ano da entrevista), sexo masculino, natural dos Picões, Ferradosa, concelho de Alfândega da Fé. Não andou na escola. Foi agricultor, pedreiro e barbeiro, tendo trabalhados para a família Rodrigues na Quinta Branca, em São Gonçalo e Santa Eufémia durante os períodos do Dr. Roque e de Porberto Silva.



concelho de Afândega da Fé [PB0329, PB0944, 6:00m; 7:40m; MADEP<sup>126</sup>0942, 04:40m; Francisco José Lopes (não gravado)] [Anexo IV: QB-B-03 (Ed.3)].

Algumas das parcelas das quintas foram vendidas logo no decorrer da década de 1960, como, por exemplo, aquelas que a partir do ano 1965 passaram a pertencer a Jaime Feijó [ANEXO III: doc.25], correspondentes, grosso modo, ao núcleo de S. Gonçalo. As restantes foram sendo vendidas no decorrer das décadas de 1980, 1990 e algumas já no século XXI [ANEXO III: doc.25].

## 4. A agricultura na região e a agricultura das Quintas

### 4.1.A região

*“As terras boas produzem seguidamente (em todos os anos); outras a folha, e as piores cada seis anos. Muitas são tão férteis que dão no mesmo dois ou três renovos de trigo, legumes, nabal, etc., principalmente nas canameiras e partes baixas. (...)”*

*“As terras ladeirosas em várias partes da Comarca não produzem por causa das neves e geadas, as quais formam na superfície uma camada rija e tão forte que só derrete a força de chuva. (...)”*

*“...os baixos do Sabor etc. produzem mais sem comparação alguma a 10, 20, 30, 40, 50 por um, e algumas destas terras são por si tão adubadas que não precisam de estrume; não obstante os renovos que dão num mesmo ano.”*

[SOUSA, Fernando de e outros (2009) *A agricultura da Comarca de Moncorvo, segundo José António de Sá, em finais de setecentos* (317-318)]

Tratando o nosso objeto de estudo, de propriedades rurais e de carácter iminentemente agrícola (e pecuário), torna-se necessário abordar, ainda que de forma sumária, aquilo que é o tecido produtivo da região e dos concelhos em que se inserem, de maneira a enquadrá-las nesse contexto: assemelham-se ou não aos mesmos? Acompanham, ou não, as tendências evolutivas das culturas agrícolas regionais?

São escassas, e um pouco lacónicas, as fontes disponíveis que versem acerca da agricultura (setor primário) nos concelhos e freguesias abrangidas pelo nosso estudo. No entanto, e à medida que nos vamos aproximando do século XIX estas aumentam em quantidade e qualidade, muito graças a memórias e relatórios de autores como José António de Sá [SOUSA e outros 2009] e Francisco Pereira Rebelo da Fonseca (1791) para os finais de XVIII, do Visconde de Villa-Maior (1866) para o século XIX. Para o

---

<sup>126</sup> MADEP, de 57 (em 2012, ano da entrevista), sexo feminino, natural de Vilarinho das Azenhas e residente em Afândega da Fé. Foi professora na Quinta Branca.

século XX as fontes e a bibliografia são já mais abundantes, desde monografias locais a artigos e estudos que abrangem a temática.

No entanto, como seria de esperar, não limitámos a nossa pesquisa acerca da agricultura local à bibliografia ou estudo específicos. Fontes arqueológicas, documentais e cartográficas são igualmente parte integrante de base de trabalho às quais se junta, sempre que pertinente, alguma literatura de viagem e estudos de regiões adjacentes ou de âmbito mais alargado, bem como, embora estes com uma contribuição muito reduzida, trabalhos no âmbito da arqueologia moderna e contemporânea.

#### **4.1.1. O Século XVI**

*“Desde el rio (Douro) hay três millas a Freixo, lugar con un castillo grande y bello (...) este lugar esta rodeado de muchas y buenas viñas.  
“De Freixo a Torre de Moncorvo hay cinco millas e media; esta ciudad está situada en un lugar montañoso, y los caminos que llevan a ella son difíciles y ásperos; en estos montes se crian arboles que ni yo ni los que conmigo venian habiamos bisto nunca (...)”*  
[Viaje del noble Bohemio Leon de Rosmithal de Blatana por España y Portugal, hecho del año 1465 a 1467. GARCIA MERCADAL 1952: 171-173]

No relato, de que acima se cita um pequeno excerto, datado da segunda metade do século XV, muito pouco se escreve acerca da realidade do nordeste transmontano, com exceção da menção às vinhas em Freixo e a árvores desconhecidas em Moncorvo, ou à dificuldade de calcorrear os poucos e fracos caminhos existentes. Ficam maioritariamente relatos de efabulações e descrições curiosas de animais de carácter onírico e quase mitológicos que habitariam as terras a nascente e nordeste da Serra do Marão [GARCIA MERCADAL 1952: 172-174].

Deixemos então o domínio da fantasia e centremo-nos na agricultura e, inclusivamente, no século pelo qual limitamos o recuar deste capítulo, o XVI.

Ao longo da nossa investigação identificamos, apenas, uma fonte que se debruça, ainda que de forma indireta, nos concelhos abrangidos pelo nosso estudo durante a 1ª metade deste século. Trata-se do dízimo que pagavam as comunidade da *Comenda do Mogadouro*, de 1507, e daquilo que era cultivado nas suas pertenças nos concelhos de Mogadouro e Torre de Moncorvo. Aqui há referência ao pão (centeio o trigo), à cevada, ao vinho, ao linho, às amoreiras, às figueiras e à criação de gados [2014: 144-152].

Menos lacónico é o texto de Rui Fernandes *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas Léguas* (1531/1532) [FERNANDES 1531-1532] descreve os principais produtos

que eram comercializados desde o Douro Superior para Lamego e o Porto uma realidade que não deveria ser muito diferente – já que tratamos de um território com condições geoclimáticas semelhantes [FERNANDES 1531-1532: 38] – daquela existente nos concelhos de Moncorvo, Mogadouro e Alfândega da Fé na primeira do século XVI.

As culturas dominantes durante este período seriam a do linho-cânhamo (para lonas, panos de linho e velames), de que o Vale da Vilarça era o principal fornecedor [p.19-20]. O vinho, o pão (cereais), a castanha, as nozes, o azeite e sumagre [p.38-42], leguminosas, por exemplo o feijão [idem: 46], e vários tipos de fruta: cerejas, figos, maçã, melões e citrinos [ibidem: 34], peras, marmelos, romãs, ameixas, nêspers, pêssegos e as hortaliças [ibidem: 47-48], bem como outros produtos como o mel e a seda [ibidem: 46], algumas madeiras [ibidem: 74], a carne de porco e seus derivados [ibidem: 34].

Mas, pelo menos no que respeita à abundância da produção, alguns destes produtos ainda não estariam totalmente enraizados no território transmontano. Afirma que o sumagre e o feijão seguiam, ainda que em pouca quantidade, para aquela região, e acerca do azeite é ainda mais perentório escrevendo “(...) soma o azeite de dízimo que há nas Igrejas 2 900 alqueires de maneira que soma o que se colhe neste compasso 29 000 alqueires, e é dos bons do reino; o qual azeite se gasta em parte de Entre Douro e Minho, e Trás-os-Montes, que o não há lá, e levam-no almocreves, que andam a isso, à maior parte da Galiza (...)” [FERNANDES 1531-1532: 45].

Aqui é importante que nos detenhamos numa particularidade, de sobeja importância, e que deve ser levado em conta para todo o período analisado: a diferença entre a *terra fria* e a *terra quente* transmontanas [GUEDES 2010: 29-33]. A *terra fria*<sup>127</sup> é composta pelos concelhos de Vinhais, Bragança, Miranda do Douro e Mogadouro (este apenas em parte do seu território), pauta-se por fazer parte da periferia da Meseta Ibérica num território em que as altitudes variam, em média, entre os 400 e os 1000m, “com extensos campos de cereal e pastagens (Ribeiro, 1989), num clima de extremos: Inverno muito frio (...) e Verão quente e seco” [GONÇALVES 2014: 29].

Tais características têm muita influência no tecido produtivo, sendo uma “região marcada por prados permanentes (lameiros), grandes extensões de carvalho negral,

---

<sup>127</sup> <http://www.rotaterrafria.com> (consultado a 15/03/2019).

*magníficos soutos de castanheiros e searas de trigo e centeio. Está ainda desesperadamente presa a uma agricultura atávica e de subsistência, que o rigoroso clima de verões quentes e secos e invernos frios e chuvosos, escarmenta e desengana. Como se diz na cultura popular “nove meses de inverno e três de inferno”.<sup>128</sup> Onde ainda influenciado pela Terra Quente Transmontana, o Vale do Sabor<sup>129</sup> apresenta a jusante uma paisagem policultural, com uma forte expressão do olival e do amendoal.”*

A terra quente transmontana<sup>130</sup>, onde se inserem as quintas em estudo, é constituída pelos Concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor, Valpaços e Torre de Moncorvo. Caracteriza-se “*por um clima com Verões muito quentes, secos e prolongados que determinam uma vegetação e uma agricultura tipicamente mediterrânica. A estação fria é também muito marcada, com um elevado número de geadas anuais, sendo as estações intermédias da Primavera e Outono relativamente curtas em termos climáticos.*

*Os solos são predominantemente pouco profundos, com origem em rochas xistosas, ácidos e com baixos teores de matéria orgânica. A agricultura tem, na região, um peso muito significativo, (...) permitindo (...) a produção de variados produtos agrícolas, de entre os quais se salientam a cereja em Alfândega da Fé, a maçã e a uva em Carrazeda de Ansiães (...) e a azeitona em Mirandela e Vila Flor. Destacam-se ainda os produtos hortícolas do vale da Vilariça. Na pecuária predominam os ovinos e caprinos, produzindo carnes e queijo com menção protegida”.<sup>131</sup>*

As características específicas e diferenciadoras entre estes dois territórios não devem ser esquecidas aquando da realização de uma análise à agricultura transmontana. Exemplificando. Situando-se as nossas quintas em territórios de altitude, tendencialmente, inferior aos 400m, e na área da *terra quente*, não é de todo expectável que nelas, a não ser para mero consumo interno da casa ou *carolice*, haja grandes plantações de castanheiros, uma cultura típica da *terra fria*.

De regresso à descrição de Rui Fernandes, ressalta um outro pormenor de particular interesse, se bem que referente a um produto que, como iremos verificar mais à frente, não tem grande expressividade no tecido produtivo da região englobada no nosso estudo, é o modo como a cortiça era levada desde os portos de São João da Pesqueira

<sup>128</sup> <http://www.rotaterrafrica.com/pages/88> (consultado a 15/03/2019).

<sup>129</sup> Onde se localiza a Quinta de Crestelos (Mogadouro).

<sup>130</sup> <http://www.amtqt.pt/> (consultado a 15/03/2019).

<sup>131</sup> <http://www.amtqt.pt/pages/298> (consultado a 15/03/2019)

(pelo que teria de vir deste território e de montante do mesmo) até, sobretudo, à cidade do Porto: “*Deste São João da Pesqueira também vêm ao Porto almadias feitas de cortiça que trazem 100 dúzias de cortiça e mais, ligadas (?) com paus, e esta cortiça se vende a pescadores para bóias e a sapateiros. E sobre ela trazem muitos odres de vinho, vinagre e mel e muitos sacos de sumagre, e vem homens nelas que as governam. São mais seguras de perigo que as barcas*” [FERNANDES 1531-1532: 51]. Dá-nos, desta forma, o retrato de um tipo de navegação no Douro, para transporte de produtos, há muito desaparecida, sobre uma espécie de jangadas feitas com a cortiça, que era ela também parte do produto a comercializar, vindo desde as povoações do curso superior do rio Douro e de entre estas, muito possivelmente, das terras de Moncorvo e do Baixo Sabor.

Uma outra mercadoria que convém destacar, e que se viria a tornar, durante a centúria seguinte, num dos produtos de excelência no Douro Superior, é o vinho. Durante a 1ª metade do século XVI, este e os investimentos em propriedades e na plantação de vinha vindos desde as metrópoles eram já notórios, assistindo-se “*(...) ao entardecer do Douro dos casais e ao nascimento do Douro das quintas. À interferência da cidade no campo, à chegada de novos mercadores e novos recursos financeiros, à modificação do regime de propriedade e à aposta nas culturas que alimentavam o comércio. Se o tratador das lonas ainda pode enaltecer a multiplicidade das produções da sua terra, o tempo fará dela, do Douro, uma região de quase monocultura do vinho, celebrizado em todo o mundo com o nome da cidade que o exportou: o Porto.*” [FERNANDES 1531-1532: 38; 48].

O vinho e a vinha, que não são necessariamente os vinhos finos daquilo que viria a ser região demarcada, embora mais tardiamente (séculos XVIII a XX), adquirem igualmente uma importância acrescida no território e quintas por nós estudadas, refletindo-se até ao momento do nosso registo patrimonial nas oficinas vinárias – de dimensão considerável – que cada uma das propriedades ostentava [Anexo IV: QL-L-06; QC-C-03; QB-B-05].

João de Barros, na sua *Geographia d’Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes* com uma cronologia coeva à da publicação que vem sendo citada – 1545-1553 - oferece-nos, se bem que de forma mais genérica, uma imagem semelhante de economia agrária duriense e transmontana àquela descrita por Rui Fernandes: “*(...) É terra que da todo o genero de Cousas que em diuerças partes se podem criar, Assi como trigo, senteio,*

*milho, painço, seuada, vinho, azeite, mel, frutas, legumes, carnes mui gordas, pescados em grande abundancia (...)*”[BARROS 1545-1553: 28-29].

Quando procura pormenorizar mais acerca do território de Trás-os-Montes (aquele que comporta a designada *terra quente*) escreve que as terras de Murça e Mirandela são territórios de pão, vinho, azeite e mel, e que nos vales de Mirandela se haviam plantado as primeiras oliveiras, que agora *há muito azeite na terra*. As suas montanhas encontram-se cheias de alecrim, rosmaninho, arruda, manjerona, dormideiras e outras ervas cheirosas [BARROS 1545-1553: 118-119]. O Vale da Vilarça (que se estende até à foz do Rio Sabor onde desagua a ribeira da Vilarça) é rico em pão (muito) e muito linho cânhamo, que já vinha do século anterior [BRANCO 1996: 74], bem como muita abundância em pombos e pombais em quantidade como *não há no restante território visitado*. [BARROS 1545-1553: 119]. Quando passa pela vila de Moncorvo e seus arredores (Mós) menciona, de novo, o pão, o mel, porcos monteses, e ainda as indústrias do ferro e da fiação. Por fim, em Freixo (de Espada à Cinta) refere pão, oliveiras e bom vinho, as indústrias ligadas à fiação onde se *“tecem panos de peneiras para Hespanha”*, havendo muito zimbros, aroeiras e amendoeiras pelos montes [idem: 120].

Uma síntese das fontes é o panorama global que nos dá da região o historiador e investigador Amândio Barros, no que concerne à passagem do século XV para XVI e deste para o XVII [BARROS 2006]. Apresenta a região transmontana como em pleno desenvolvimento de uma economia agrícola e ganadeira, onde, muito impulsionada pelas comunidades judaicas e de cristãos-novos – em Moncorvo e Mogadouro, por exemplo [BARROS 2006: 94-95] – as indústrias dos têxteis da lã e da seda ganham relevância [idem: 94-96] para o mercado ibérico e atlântico. Terá sido o período do início da *especialização* e do investimento visando o mercado, e não só o do consumo interno (*para a casa*) para a região duriense e transmontana, primeiro com os vinhos, seguindo-se o sumagre (para curtumes), linhos e lã e a seda [ibidem 96], esta última ainda muito embrionária, como iremos verificar, nos territórios aqui estudados. Não obstante, a economia transmontana continuava dominada pelo cereal.

Em suma, durante o século XVI vemos já como principais produtos, ou com um grande destaque, aqueles que até, pelo menos, meados do século XX serão os de maior abundância nas regiões e propriedades por nós estudadas: pão, vinho (na região estudada em concreto ainda sem expressividade comercial, pois nem sempre supria sequer as necessidades de consumo local [BARROS 2006: 91-92]) e azeite, este ainda de

introdução recente, e a, ainda por introduzir, amêndoa. Os produtos para a indústria têxtil são também de sobeja importância. A par destes, outros, também, nunca deixam de marcar a paisagem agrária de região, como o castanheiro (na *terra fria*), as figueiras ou os citrinos (frutas de espinho), em particular das encostas do Douro, e as hortícolas e leguminosas para *consumo da casa*.

#### **4.1.2. O Século XVII**

No início da centúria de 1600, o cenário seria muito semelhante ao do século anterior. Em 1609 fez o “*Sõr Manuel Seuerim d’Faria Chantre e conego da See d’Euora e Miranda*”, uma viagem desde Évora até Miranda (e depois outra de regresso por itinerário diferente) [SERRÃO 1974]. Este itinerário, à 16ª jornada (dia de viagem), no dia 25 de mês de novembro, vindo desde Foz Côa, passa por Torre de Moncorvo “*villa de setecentos uizinhos, cabeça de comarca e onde começa a de tralos montes (...)*”, cuja “*(...) principal fazenda desta terra he linho canemo (...) tambem há grande copia de oliueiras todas de vinte annos a esta parte como esta dito. Há tambem abundancia de uinho. Colhese nas defezas do concelho muita madeira de pinho e carualho (...)*” [idem: 112-113; REBANDA 2016: 252]. Desta vila parte, no dia seguinte, para Fornos, com passagem por Freixo, mencionando, para este território de continuidade com o de Moncorvo, o “*bom vinho, o trigo, uvas e figos (secos) e toranjas (também secas) e outras frutas de espinho*” [SERRÃO 1974: 120].

Temos, deste modo, para o território em estudo, uma economia agrícola baseada nas culturas arvenses (do cereal), no azeite (como cultura em franco investimento), no cânhamo e no vinho.

#### **4.1.3. O Século XVIII**

Para o século XVIII, as fontes de que dispomos são já mais abundantes, menos telegráficas e mais específicas no que se refere ao panorama geral do tecido produtivo da comarca e freguesia de Torre de Moncorvo, de Meirinhos no Mogadouro e de Cerejais e Ferradosa em Alfândega da Fé.

O relato setecentista mais antigo acerca da comarca de Moncorvo, à qual pertenciam as vilas de Torre de Moncorvo e Alfândega da Fé [COSTA 1706: 415-416], é o de António Carvalho da Costa. Foi publicado no ano de 1706 no tomo 1 da *Corographia Portugueza*, onde pode ler-se: “*(...) abunda esta comarca de muito pão de todos os grãos, recolhe fértil colheita de azeite, logra superabundantes provimentos de vinhos,*

*muitas frutas, legumes, figos, amendoais, castanhas, sumagre, linhos, mel e cera (...) e bichos da seda e as amoreiras(...)*” [Idem: 418] que se exportavam para as terras vizinhas, Galiza, reino de Castela, cidade do Porto e outros pontos de Portugal, acontecendo o mesmo aos gados e derivados (queijos, manteiga e lãs).

Para além desta descrição impressionista, o mesmo autor menciona, relativamente à freguesia de Moncorvo, que o gado é abundante, o azeite a sua maior riqueza, que exporta, e nos últimos 15 a 10 anos se tem investido na plantação de novos olivais. Cereal (trigo, centeio e cevada) produz-se o necessário para a vila, o mesmo quanto a frutos, com particular destaque para os melões da Vilariça, área onde sobeja, igualmente, o cânhamo, e que o vinho falta [COSTA 1706: 425].

Quando descreve a vila de Alfândega e seu termo, diz que abunda em pão e azeite, que o vinho é pouco, bem como o gado e a caça, e que em alguns lugares (para a Serra de Bornes) se recolhe muita castanha [idem: 456].

Mogadouro, Meirinhos e Crestelos eram parte do território da Comarca de Miranda [COSTA 1706: 479; 489], mas, para estes, não faz o autor qualquer menção àquilo que produziam ou faltava.

*“Portugal faz ao longo do século XVIII, um enorme esforço de mais profundo conhecimento do seu território, das suas gentes, dos seus costumes, da sua civilização.”* [CAPELA 2003]. Este esforço, com a máxima *“para bem governar – é preciso conhecer o objecto de governação (...) conhecer para cultivar, para reformar, para ilustrar”* [idem] foi realizado ao longo de toda a centúria, reinados de D. João V, D. José I e D. Maria, primeiro sob a tutela da Academia Real da História, fundada em 1720. A esta *“será encomendada, ex-ofício, a escrita da História Antiga e Moderna do Reino de Portugal, a Eclesiástica e a Civil”* [CAPELA e outros 2007b], tornando obsoleto o *“ «enclausuramento» topográfico e cultural em que a corografia”*- tendo, como exemplo final, a de 1706-1712, do padre António Carvalho da Costa – *“fechara a descrição do território e das sociedades”* [CAPELA 2003].

Entramos, a partir de 1721, na fase dos *inquéritos* sistemáticos e multitemáticos, realizados ao nível da paróquia e com cobertura nacional. Os resultados do primeiro começaram a ser divulgados no *Diccionario geografico, ou, Noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos reynos de Portugal, e*



*Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas: que escreve, e offerece ao mutio alto, e mutio poderoso rey D. Joaõ V. nosso senhor* (1749-1751) da autoria de Luiz Cardozo, com apenas dois volumes publicados, das letras A a C, tendo muitos dos registos para os seguintes tomos desaparecido durante o Terramoto de 1755. Esta obra, mais concretamente o seu inquérito e objetivos, cristalizando os tópicos essenciais da descrição regional e local de Portugal desenvolvidos ao longo da primeira metade do século [CAPELA e outros 2007b], estarão na génese, com a adição de alguns itens, das *Memórias Paroquiais de 1758*, que “vão construir uma descrição do território muito mais de perto, mas focalizada do todo nacional e do centro político lisboeta. O objectivo do seu inspirador o Padre Cardoso é produzir um Dicionário Geográfico, de certo modo actualizar a velha e desactualizada Corografia Portuguesa de 1708. A nova corografia paroquial e a nova geografia fixar-lhes-ia ambos os horizontes e as articulações possíveis” [CAPELA 2003].

As Memórias de 1758 e seu inquérito são, também, um elemento de charneira, “um ponto de partida para a descrição económica e estatística que ao longo da segunda metade do século XVIII sob o signo do governo «ilustrado» de D. José I e do Ministro Pombal se realizarão” [CAPELA e outros 2007b], continuadas e grande parte promovidas a partir do reinado de D. Maria I pela nova Academia Real das Ciências (fundada em 1779), como mais à frente se desenvolverá.

Para a década de 1730, Luís Caetano de Lima, para a província de Trás-os-Montes, na sua *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...*, Tomo II [LIMA 1734/1736: 61-64], apresenta-nos um cenário semelhante ao da Corografia de 1706, embora de forma telegráfica, pelo que não nos alongaremos na sua análise.

De cronologia semelhante é o *Diccionario geografico, ou, Noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas: que escreve, e offerece ao mutio alto, e mutio poderoso rey D. Joaõ V. nosso senhor* da autoria de Luiz Cardozo, de que apenas se publicaram, como já vimos, dois volumes em 1749 e 1751 respetivamente. Para Afândega da Fé indica, em linha com os anteriores, o trigo, centeio, cevada, vinho, azeite, feijões, grãos, *muitas castas de frutas* [CARDOSO 1749: 269], mel e seda. Acerca da aldeia de Cerejais, concelho de

Alfândega da Fé, escreve que “*cria muitas ovelhas cuja lã hé finíssima, e por isso muy procurada de outras terras*” [CARDOSO 1751: 608].

Datada do início da segunda metade do século, a melhor fonte de informação que consultámos foram as *Memórias Paroquiais* de 1758, transcritas na obra coordenada por José Viriato Capela, publicada em 2007, *As freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758*. As respostas ao inquérito contêm a descrição das freguesias, onde se localizam as quintas. De Moncorvo diz: “*São os rendimentos principaes desta vila azeite e pão, colhe bastante vinho, grande quantidade de canhamo e dos mais frutos em abundancia. (...) “As margens de ambos estes rios (Sabor e Douro) no distrito desta vila cultivam-se e dão bastantes frutos, como são pão, cânhamo, feijão*” [CAPELA e outros 2007a: 604-606].

Há uma coerência descritiva com os relatos anteriores para esta vila, faltando, no entanto, a referência ao amendoal.

Esta ausência de menção à amêndoa volta a acontecer, já próximo da viragem do século, em José António de Sá. Na sua *Descrição económica da Torre de Moncorvo*, escreve que as principais e mais abundante culturas são o azeite, pão, cânhamo e sirgo (amoreiras e bicho da seda) e que “*a Torre de Moncorvo he abundante em pão, vinho, carne de porco, caça e pesca (...)*” [Sá 1791: 270].

A amêndoa, segundo o investigador Nelson Rebanda, encontrava-se, no final deste século, em expansão no concelho de Torre de Moncorvo, mas tal produção só se tornará digna de consideração no decorrer do século XIX [REBANDA 2006: 261].

Em 1758 o tecido produtivo das freguesias de Cerejais e da Ferradosa, em Alfândega da Fé, é descrito assim, respetivamente: “*Os frutos que dá a terra são azeite, pam e vinho, porem azeite em maior abumdancia*”, e “*Os frutos de que os moradores mais se utelizam são centeo, trigo, cevada, azeite, sera, vinho, estes não são em muita abundancia*” [CAPELA e outros 2007a: 227; 229].

No que concerne a Meirinhos, a mesma fonte afirma que “*os fructos que os moradores colhem sam trigo, centeio, sevada e também algum serôdio e linho e vinho e azeite, tem gados como sam ovelhas, cabras e também criam alguns bezerros E há colmeias que dam bom mel, tudo medianament.*” [CAPELA e outros 2007a: 547-548].

Denota-se, para os meados do século, uma continuidade face às décadas anteriores, o cereal continua a ser o produto mais cultivado na região, embora deficitário para alimentar a necessidade da província [COUTO 2017: 184]. A criação de gado, sobretudo ovelhas, é uma das fortes alavancas da economia e da subsistência destas populações.

Para as últimas décadas do século, bastantes autores debruçaram-se sobre a agricultura transmontana e do Douro Superior e, em particular, da comarca de Torre de Moncorvo. São incontornáveis nomes como os de José António de Sá [SÁ 1791; SOUSA 1997, 2009; MENDES 2009] Columbano Pinto Ribeiro de Castro [MENDES 1981, 1995, 2009], Francisco Pereira Rebelo da Fonseca [FONSECA 1791] e Medeiros Velho [OLIVEIRA e COSTA 1996; SOUSA 1998], cujos relatos em muito refletem o *espírito reformista e iluminista* da época, por vezes, como veremos, com críticas incisivas à forma como os terrenos e os territórios são geridos e ao atraso, congénito, que identificam.

Estes autores e seus escritos surgem, como acima se escreveu, num momento histórico de charneira daquilo que viria a ser o princípio da *crise* do Antigo Regime em Portugal. A morte de D. José (24/02/1777) e o afastamento do Marquês do Pombal [OLIVEIRA 1973-1974: 10] levaram a que no tempo de D. Maria I, tenham assomado tendências políticas menos autoritárias, se bem que ainda num regime de absolutismo e privilégio das classe aristocráticas, e um pensamento científico mais audaz.

A 24 de dezembro de 1779, e em consequência do espírito político e social da época, é fundada a Academia Real<sup>132</sup> das Ciências de Lisboa sob o lema: “*se não for útil o que fizermos a glória será vã*”<sup>133</sup>. Esta criação “*veio ao encontro de necessidades de um país onde, em pleno Iluminismo, se sentia crescente necessidade de desenvolver o conhecimento das Ciências, Humanidades, Tecnologia e Economia*”<sup>134</sup>. Numa continuidade, mas desta feita mais audaz, de outras academias que se tinham criando em Portugal desde o século XVII, como, a título de exemplo, a supramencionada Academia

---

<sup>132</sup> O termo “Real” apenas será atribuído a 13 de Maio de 1783 quando lhe foi reconhecida a utilidade pública da Academia, que foi nobilitada, passando a designar-se por “Academia Real das Ciências de Lisboa”, beneficiando de protecção régia e usufruindo de vários privilégios, tais como o da concessão de livre acesso dos académicos aos arquivos do reino, de as obras académicas deixarem de estar sujeitas a censura e a permissão de os livros impressos pela Academia poderem ser transportados livremente para qualquer parte do território. A designação de “Real” viria a desaparecer em 1910 com a implantação da República. <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e31.html> (consultado em 20/03/2019).

<sup>133</sup> <http://www.acad-ciencias.pt/academia/historia-da-academia-das-ciencias-de-lisboa> (consultado a 20/03/2019).

<sup>134</sup> Idem.

Real da Historia Portuguesa, fundada em 1720<sup>135</sup> [SERRÃO e MARQUES 2001: 536-542], mas cuja gênese se caracterizava, normalmente, pelo cultivo das letras e da história (pelo *passado histórico português*) e onde as preocupações científicas eram meramente pontuais e misturadas sem critério com mitos e credices, onde a “*ciência propriamente dita e as considerações fantasiosas caminham a par*” [SERRÃO e MARQUES 2001: 564-565].

Em suma a criação da Academia e a publicação das suas *Memorias Económicas e Agrícolas* [SILBERT 1985: 22], onde muitos dos autores seguidamente citados irão ser publicados, “*correspondia a uma tentativa de incentivar o desenvolvimento científico e cultural do país, e de divulgar os conhecimentos científicos e técnicos de forma a que pudessem ser aplicados no desenvolvimento cultural e económico do país. Dentro do espírito utilitário característico do Iluminismo, pretendia contribuir para o progresso através da aplicação dos novos conhecimentos. A par destas preocupações, era um objectivo primordial contribuir para o aperfeiçoamento e expansão da educação. Estes objectivos são explicitados no artigo 1º do Plano de Estatutos da Academia publicado em 1780; onde se afirma que “...esta Academia consagra à glória e felicidade pública, para adiantamento da Instrução Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes e aumento da indústria popular”*.<sup>136</sup>

Espírito consagrado, para o tema que aqui interessa, no preâmbulo escrito por José Corrêa da Serra da 1ª edição das *Memorias economicas da Academia real das sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas* de 1789 [p.VIII a IX]: “*O clima feliz de Portugal, a sua situação, suas conquistas, a variedade das suas produções, preparam a esta Monarquia hum alto gráo de riqueza, e poder, quando queira aproveitar suas vantagens. (...) Dar providencias, remover obstáculos, extripar abusos, compete somente aos Ministros do poder soberano; influir com grandes exemplos, intentar grandes estabelecimentos, cabe só nas forças dos ricos proprietários; propagar as luzes, que para este fim lhe subministra a natureza dos seus estudos, he tudo quando podem, e devem fazer as corporações letterarias.*

---

<sup>135</sup> <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e31.html> (consultado em 20/03/2019).

<sup>136</sup> <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e31.html> (consultado em 20/03/2019).

*“As sciencias naturaes, as exactas, e a literatura Portugueza, são o assumpto dos trabalhos da Academia. (...) o agricultor, o artífice, o fabricante, o navegador podem receber luzes, de que se aproveitem para a perfeições dos seus officios.*

*“O primeiro passo (...) he conhecer as terras que habita, o que em si encerraõ, o que de si produzem, o de que são capazes. A História Natural he a única sciencia que taes luzes pode dar (...)*

*“(...) o melhoramento dos methods, e maquinas que nellas se usaõ, a diminuição dos gastos, e dos preços que dahi resulta, os planos sólidos, e calculados de canaes de navegação, e rega (...)”*

Em sùmula, tudo aquilo que, segundo o pensamento vigente, não havia sido praticado anteriormente e, ao mesmo tempo, conhecer a história da nação, incentivar os particulares a usarem os conhecimentos produzidos no seio da academia onde os baldios e maninhos dos concelhos eram vistos como nocivos ao desenvolvimento e, portanto, deveriam ser *alienados e cultivados*. Declaram a sua aversão ao luxo, ao supérfluo e à imobilidade da nobreza... a necessidade de arriscar e investir, o excesso de clérigos e a desconsideração das atividades agrícolas e de lavoura.

Já bem entrados na segunda metade do século, é desta forma, quase edílica, que a região é, genericamente, descrita: *“Provincia de Trás-os-Montes: «sendo de opinião geral que hum paíz estéril e menos povoado hoje se acha em mui diversa figura porquanto produz muito centeyo, trigo, milho, azeite o melhor e mais saboroso e puro do Reyno; com pastos abundantíssimos, gados, linhos e muito fennos», com «espagozas veigas, com águas regadias. As famosas e riquíssimas produções dos vinhos d’Alto Douro fazem recomendável este continente montanhoso, sendo tão considerável o produto que se consegue em hum tão limitado terreno, como hé notório, pois sendo a extenção por donde se limita a demarcação Real Companhia”* [OLIVEIRA 1973-1974: 31].

Como já antes se mencionou, José António de Sá, em trabalho de recolha que datará, muito provavelmente, da década de 1780 [SOUSA 1997: 363], escreve que as principais produtos das terras da província de Trás-os-Montes são o trigo, centeio, azeite, vinhos, frutas de todo o género, melões e melancias, linho, feno, castanhas (na terra fria), batatas, milho, legumes, sumagre, cera, gados, cavalos, presuntos, lã e sirgo (amoreiras e bicho da seda) [idem: 382-383; SOUSA 2009: 301], e que *“a Torre de Moncorvo he abundante em pão, vinho, carne de porco, caça e pesca”* [Sá 1791: 270] *“e o mesmo se pode dizer de legumes e milho, e deste genero nao se cultiva tanto porque dele nao*

*usam para pao*” [SOUSA 2009: 303]. Relato que corrobora um seu contemporâneo para a mesma comarca, onde o trigo, centeio (em maior quantidade no aspeto global da comarca), cevada, milho, feijão, amêndoa, vinho (palhete com alguma madureza), azeite (com uma produção ligeiramente superior à de vinho, mas com o valor do almude a ser muito superior, se comparados), sumagre, linho cânhamo e lã, tudo muito graças à grande produtividade das terras da Vilarça e Sabor [OLIVEIRA e COSTA 1996: 218; 232-233; MENDES 1995: 241-247; MENDES 1985: 18-29; SOUSA 1998: 428-429]. Dando-se a particularidade de, em Moncorvo, o trigo, ao contrário do restante território transmontano, ser em quantidade superior à do centeio – para tal muito contribuindo, de novo, os vales da Vilarça e do rio Sabor [MENDES 1995: 73; SÁ 1791:273]. A isto se juntava a amêndoa em franco desenvolvimento [OLIVEIRA e COSTA 1996: 210; REBANDA 2006: 261].

É este mesmo panorama [MENDES 2009: 102-103] geral da região que Columbano Pinto Ribeiro de Castro, cujo trabalho de redação tem início em 1793 mas que ainda decorre em 1796, descreve, com a expansão, em curso, do cultivo da oliveira, da vinha, do milho e do pinheiro. O centeio era, ainda, a cultura predominante, com o trigo e cevada também apresentando grande importância, bem como as amoreiras. A área de incultos estaria igualmente a diminuir [MENDES 1995: 49]. Divide o cereal pelos seus usos: o centeio, o trigo e o milho eram os cereais panificáveis, a cevada destinada à alimentação animal. A batata estava a ser introduzida e o vinho, o azeite, a castanha e a carne eram a base agro-económica da região [idem: 71].

Os olivais proliferavam nos vales da terra quente (até aos 700m de altitude) como os de Moncorvo, Alfândega e Mogadouro [ibidem: 79]. Em Mogadouro a *“agricultura está pouco adiantada e só consiste em pão de centeio e algum trigo. Nos lugares, porem, do termo não hé assim, porque se cuida deveras em trabalhar não só em pão mas nos outros géneros de azeite, vinho, amoreiras, castanheiros e outras miudezas.”* [ibidem: 209].

Para o concelho de Alfândega da Fé, o autor tem um discurso mais animador, referindo que *“a agricultura está em aumento em pão e vinho, em que se pode adiantar mais hé na plantação de oliveiras (...) principalmente nas margens dos rios, ribeiras e sítios abrigados”*. Se bem que careça de muitos víveres, *“os géneros do seu negocio e que exportão são lãas, sedas e azeite em alguns povos, e de todos os mais necessitão”* [ibidem: 255].

Em suma, para o final deste século há a referência ao início da introdução dos cultivos da batata, mas que ainda não chegava à comarca de Moncorvo [MENDES 1995: 49; 2009: 102], e da difusão do milho, da vinha<sup>137</sup>, do pinheiro e, de modo mais massivo que nas décadas anteriores, da oliveira [FONSECA 1791: 36-38]. Dá-se um grande incremento do amendoal [MENDES 2009: 102]. O centeio continuava a cultura dominante e a mais bem adaptada às condições naturais e à necessidade de subsistência quotidiana [MENDES 1981: 44-45; 69; OLIVEIRA 1973-1974: 31].

Nas duas últimas décadas de 1700, os autores começam abertamente a escrever sobre os problemas do tecido produtivo transmontano<sup>138</sup>, que já vêm do passado e se irão prolongar até à contemporaneidade e de como estavam distribuídas as propriedades e quais as suas formas de exploração.

Salientam o atraso tecnológico com as “*deficientes e antiquadas técnicas agrícolas*” [MENDES 1995: 58], a ociosidade de quem trabalhava a terra: “*Os lavradores são extremamente ociosos; no tempo que lhes resta de trabalhar na terra, que hé bastante, não se occupão mais que em viver no descanço, não sabem officios; nem os pretendem aprender. Se o anno hé abundante, e os fructos lhe dão para passarem, não se querem exercitar em jornaes, nem outras couzas em que podião ganhar dinheiro*” [SOUSA 1997: 376]. O atraso na introdução de adubos e novas alfaias, o excesso de terrenos baldios (reservas de pastos, matos e lenhas), os incultos, que a par dos maninhos e bens do concelho ocupariam, em média,  $\frac{3}{4}$  do território [MENDES 1995: 85] e a escassez de lenha – causada por intensas desflorestações e fraca reposição [SOUSA 2009: 292-293; VAZ 2009: 264] são, de longe, os problemas mais vezes apontados para a agricultura e economia da região [SOUSA 1997 376; 383; MENDES 1985: 27; OLIVEIRA e COSTA 1996: 218; SÁ 1791: 260-261; SOUSA 1998: 429; 430-436].

A pequena dimensão das propriedades, indiciada pelo excesso de lavradores em comparação com os trabalhadores rurais (jornaleiros); grandes propriedades ligadas a capelas e morgados [MENDES 1985: 26-27; SÁ 1791: 261] com seus vínculos, emprazamentos e alodialidade típicos da propriedade rural do Antigo Regime [MENDES 1985: 27], população diminuta, e conseqüente falta de mão-de-obra; falta de água e de boas estradas [SOUSA 1997: 383; MENDES 1985: 27-28; 1995: 85, 246 e

---

<sup>137</sup> Columbano Ribeiro de Castro, em 1796, menciona que a cultura do vinho se intensifica em concelhos como Moncorvo e Mogadouro [MENDES 1995: 78].

<sup>138</sup> Muito semelhantes, senão iguais, ao da generalidade do restante território nacional. [OLIVEIRA 1973-1974: 43-66] [1789: 164-174 - *Sobre a Agricultura deste Reino, e das suas Conquistas*, Domingos Vandelli].

255; SÁ 1791: 260-261; SOUSA 1998: 415; 430-436] são as que se seguem. A tudo isto se junta um sistema de aforamentos em condições excessivas e muito desvantajosas, na maior parte das vezes, para os foreiros, [MENDES 2009: 101] e uma série de invernos demasiado secos e rigorosos, que vinham dificultar a agricultura, afetando, em particular, o olival/azeite que era o produto mais interessante em quantidade e valor (à época) [MENDES 1995: 246; 2009: 101-102]. Aumentam os maus anos agrícolas [COUTO 2017: 168] e condições adversas, a título de exemplo a *Guerra do Mirandum* (1762) durante a qual as tropas espanholas provocam destruição e saques em vilas como Miranda do Douro e Torre de Moncorvo [PEREIRA 1989: 317], constrangimentos que se iriam prolongar para o início da centúria seguinte e que já provocavam a pobreza de muitos dos que viviam do trabalho no setor primário [MENDES 2009: 101-102].

As principais soluções apontadas por estes autores para os problemas por si mencionados passam pela: aposta na formação dos agricultores; diminuição de forma drástica da área de baldios e aforamento, ou venda, dos bens dos concelhos; prioridade, ainda mais vincada, ao cultivo da oliveira e da vinha, que, segundo os mesmos, melhor se adaptavam e mais rendimento traziam para a região [MENDES 2009: 102-103; 1995a: 79; SOUSA 1998: 436-444]; diminuição das rendas sobre o cultivo e comércio do vinho e de outros impostos sobre os camponeses [SOUSA 1998: 435; VAZ 2009: 264-265], entre outras que aqui não iremos explorar.

Uma realidade nacional, e conseqüentemente regional, “agrária, com tudo o que representa de estagnação mental, imobilismo técnico e institucional, essencialmente conservador (...) Um sistema «para-feudal», dominou ainda toda a realidade campesina nacional até fins do século XVII.” [OLIVEIRA 1973-74: 20-21] mas que alguns personagens procuravam alterar.

#### **4.1.4. O Século XIX: mudança no paradigma produtivo?**

São bem menos vastas as fontes disponíveis para a 1ª metade do século XIX se comparado com o anterior. Para tal não serão, certamente, alheios os maus anos agrícolas e de cheias na bacia hidrográfica do rio Douro acontecidas no final de setecentos, uma espécie de “pequena idade do gelo” [COUTO 2017: 168], que se viria a prolongar para as primeiras décadas de 1800: “muito frio, gelos e nevoeiro na passagem de ano 1843-1844” [PINHO LEAL 1875: 387]. Somam-se a estas condições



naturais adversas ocorrências históricas muito relevantes: as Invasões Francesas (1807-1811), a Guerra Civil Portuguesa, também designada por Guerras Liberais, que tiveram lugar entre os anos de 1828 e 1834 e a Revolta da Maria da Fonte e Patuleia entre os anos de 1846 e 1847. Para a segunda metade do século, o panorama agrícola continuou pouco animador, exemplo disso são as novas pragas, oídio e filoxera, que atacaram numa primeira fase as vinhas da região demarcada do Douro<sup>139</sup> [FAUVRELLE e BARBOSA 2017: 315] e posteriormente toda a região duriense e transmontana. Começadas a ser debeladas as primeiras pragas da vinha, com o oído, por exemplo a ser tratado a partir de 1854, em 1870 observaram-se os primeiros casos de filoxera<sup>140</sup> no Douro [CABRAL 1895: 382] e em 1893 é detetado o 1º surto de míldio que viria a atacar os vinhedos que haviam resistido à filoxera [idem: 387-388; FERREIRA 1999: 23].

Tais eventos não pararam, no entanto, o fluxo de investimentos e a procura de inovação que transitaram do século anterior, mas terão, certamente, contribuído para o seu abrandamento.

No decorrer da primeira metade do século XIX, as alterações ao tecido produtivo na região de Moncorvo devem ter sortido efeito. Pese, no entanto, o facto do Visconde Vila-Maior, em 1866, escrever acerca da não aproveitada, em quantidade e qualidade, aptidão dos solos do concelho (em particular os da Vilarça, do Sabor e de *meia encosta*) para a produção vinícola [371-376]. Em 1875, o seu contemporâneo Pinho Leal, descreve Moncorvo como grande produtora de seda<sup>141</sup>, em linha com o século anterior. Ali se cultivava, também, trigo, centeio, milho, linho, hortaliças, legumes, fruta, muito azeite e algum vinho [PINHO LEAL 1875: 385-388]. Destaca, em particular, a produção, transformação, e exportação da amêndoa e as famosas “*amêndoas cobertas*” [REBANDA 2006: 278].

A amêndoa, a par dos tradicionais cereais, que continuam a dominar a região, em particular o centeio [JACOB 1989: 153-154], o olival e as amoreiras, para alimento do

---

<sup>139</sup> Numa primeira fase as pragas, da vinha, favoreceram o incremento do seu cultivo na região do Douro Superior, que, pode dizer-se, toca levemente os territórios ocupado pelas quintas em estudo.

“*Pelas suas características esta sub-região fora já privilegiada por alguns proprietários para a formação de grandes quintas vinhateiras. Como o aparecimento das pragas é aqui mais tardio, houve tempo para que se descobrissem os meios de combate necessários, evitando assim a perda total das culturas*” [FAUVRELLE e BARBOSA 2017: 359, nota 27].

<sup>140</sup> O primeiro caso documentado, no ano 1863, ocorreu em Gouvinhas, na Quinta da Azinheira ou dos Montes, de António de Melo Vaz de Sampaio [FERREIRA 1999: 23]

<sup>141</sup> Há investigadores com hipóteses diferentes. Por exemplo, para Nelson Rebanda a seda e, conseqüentemente, o cultivo da amoreira e a criação do bicho-da-seda entram em declínio a partir dos meados do século XIX [2006: 266]; a crise da cultura serícola dá-se entre os anos de 1876 e 1877 [JACOB 1989:153].

bicho-da-seda, são a força produtiva em Torre de Moncorvo até à passagem dos meados do século. O cânhamo, outrora sempre referido, encontra-se já ausente. A aposta setecentista no amendoal deve ter-se dado com força tal que passado um século não só é um produto de exportação, como afamado.

No texto, publicado em 1895 no *Boletim da direcção geral de agricultura*, de Afonso do Valle Pereira Coelho Cabral, o autor escreve que o olival é a cultura mais rentável do concelho de Moncorvo, seguida dos cereais e da vinha [CABRAL 1895: 444 e 482], referindo ainda o amendoal [idem: 363], as hortas e os pomares [ibidem: 442] e, na Vilarica, adiciona às culturas referidas o cultivo do cânhamo, do linho e de frutas variadas [ibidem: 444].

A batata era já conhecida [BRANCO 1996: 67] e, na última década do século, um dos géneros agrícolas tributados, o que demonstra a sua plena introdução e importância, a par do azeite, vinho, feijão branco, feijão de cor, milho, centeio, trigo, serôdio, cevada, amêndoa, castanha e da lã [idem: 83-87].

É menor em quantidade, e qualidade, a informação disponível para os concelhos de Alfândega da Fé e Mogadouro, e ainda mais escassa para as freguesias específicas onde se situam as propriedades em estudo nesta dissertação.

No seu *Portugal Antigo e Moderno. Dicionario de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*, Augusto S. d’Azevedo B. de Pinho Leal descreve Alfândega de Fé como terra fértil em centeio, em vinha, colmeias, fruta e seda [1873: 113-114] e a sua freguesia de Cerejais como terra pouco fértil onde se criam muitas ovelhas e boa lã [1874a: 246-247]. No que respeita à Ferradosa, não apresenta qualquer menção ao que ali se produzia [1874b: 169]. É ainda mais lacónico quando acerca de Mogadouro afirma, apenas, que é terra fértil [1875: 353] enquanto sobre Meirinhos nada diz [1875: 162].

De modo ainda que indireto é possível afirmar, com alguma segurança, que a vinha e o vinho<sup>142</sup> começaram a ser olhados, sobretudo neste século, como um produto rentável<sup>143</sup>

---

<sup>142</sup> Aqui não falamos, necessariamente, de vinho do Porto/ feitoria/ fino ou companhia, até porque com exceção da freguesia de T. Moncorvo, hoje parte da área demarcada dos vinhos do Douro, nenhuma das restantes faz ou fez parte desta demarcação. Referimo-nos a vinhos *de ramo* [FERREIRA 1999: 21], ou de mesa ou até mesmo de uvas para a produção de aguardentes. Tal pormenor não vem, todavia, retirar potencial comercializável, regional e nacional, aos vinhos da região (Douro Superior).

<sup>143</sup> Em meados dos anos 50 do século XIX inicia-se o fomento do arroteamento do solo, estimulado pela legislação liberal que possibilitava o desmatamento de terrenos não cultivados, facilitando a expansão da vinha pela sua capacidade de gerar maior lucro quando comparada com outras culturas (...) com “o incremento rápido da área vinhateira fruto da política do liberalismo (2ª metade de XIX), transportes e vias de comunicação, aliadas à “crise” cerealífera provocada pela importação de trigo a baixo

e de qualidade na região estudada, promovendo-se investimentos nesta cultura. Investimentos que se viriam a dissipar com a chegada da filoxera em 1880 a Alfândega da Fé e em 1881 a Torre de Moncorvo [PEREIRA 1989: 325; CABRAL 1895: 444].

A aposta na vinha, no *Douro Superior* [CABRAL 1895: 344] e região em estudo, surge em consequência de uma vasta conjugação de acontecimentos e vontades, como algo defendido por muitos, como vimos, desde o século anterior: a destruição do Cachão da Valeira em 1792 e posteriores obras de regularização do leito rio Douro [JACOB 1989: 145] aliada à introdução, se bem que paulatina, do caminho-de-ferro na bacia hidrográfica do Douro, a partir da década de 1870 [PEREIRA 1996: 189]. A abolição da demarcação dos vinhos do Douro, de 11 de outubro de 1852<sup>144</sup>, [FAUVRELLE e BARBOSA 2017: 315] terá, também, contribuído para estes investimentos, que sofrem a alavancagem definitiva com a deteção do *oídio da videira* (cerca de 1852) [PEREIRA 1989: 318; FAUVRELLE e BARBOSA 2017: 315] e depois da filoxera (1ª deteção em 1863 no concelho de Sabrosa) [idem: 325] nas tradicionais áreas de produção e através extinção dos privilégios de velha Companhia da agricultura das vinhas do Alto Douro, através de carta de lei de 7 de dezembro de 1865, que veio liberalizar a exportação através da barra do Douro para todos os vinhos portugueses [PEREIRA 1989: 319], barra até então exclusiva para o vinho do Porto [PEREIRA 1996: 188]. Este *livre-câmbio* veio revogar legislação que até 1866 “*tolhia o passo*” aos vinhos do Douro Superior [CABRAL 1895: 345].

Resultou que na segunda metade do século XIX se intensificasse uma aposta [FAUVRELLE e BARBOSA 2017: 315], como já vimos, iniciada na década de 20 do mesmo século [ibidem: 318], e, no caso particular do concelho de Torre de Moncorvo, entre os anos de 1854 e 1880 [CABRAL 1895: 444], no investimento em quintas e plantação de vinha no curso denominado de *Douro Superior*<sup>145</sup>, cuja qualidade dos vinhos era amplamente reconhecida [PEREIRA 1996: 189 e nota 28 da mesma].

Esta aposta na vinha, ainda que não generalizada e centrada em grandes produtores/investidores, e posterior afetação da mesma pelas pragas, é notória no volume de vinho produzido entre 1866 e 1892 [PEREIRA 1989: 329]. Para Alfândega

---

preço vindo da América do Norte (...)quando a diferença de preço para o trigo mais cresceu, com rentabilidade 3x superior à do cereal.” [LEITÃO s/d: 21-25].

<sup>144</sup> Medida parcialmente *revogada*, através de medidas protecionistas e reguladoras da marca Porto, no ano de 1886 [PEREIRA 1996: 190].

<sup>145</sup> No qual as nossas quintas se enquadram, se bem que em área limite/marginal, ou não fossem todas elas providas de oficinas vinárias.

da Fé temos em 1866 273.000 litros, em 1882 777.300 litros e em 1892 192.000 litros e para Torre de Moncorvo 387.200 litros, 1.542.960 litros e 489.000 litros respetivamente.

As produções do ano de 1892 dão-nos, igualmente, o cenário de devastação que a filoxera trouxe à vinha desta região. Já em 1885 num Inquérito feito pela *Comissão Parlamentar para o estudo da Emigração Portuguesa*, relativamente a Torre de Moncorvo, é referido que o que restava dos baldios encontrava-se a ser vendido a baixo preço, diminuía o aforamento, aumentava-se a área destinada a cereal<sup>146</sup> e a produção de vinho diminuía [JACOB 1989: 166]. O cenário dos mortórios e incultos [CABRAL 1895: 383] e a continuidade da luta contra o inseto foi de tal forma marcante que, no ano de 1926, na Monografia do Concelho de Alfândega da Fé, quando se trata a vinha diz-se que *«A videira produz bem em qualquer terreno, mas nos vales fundos desenvolve-se melhor, sendo, no entanto, mais atacada por certas doenças que às vezes lhes prejudicam o crescimento dos cachos. (...) Há tratos de terrenos hoje incultos que noutras eras possuíram florescentes vinhedos, por exemplo as ladeiras do Sabor, e de Zacarias e Agrobom que, cheias de socalcos ainda, atestam bem a sua antiga riqueza. (...) A filoxera empobreceu aquelas terras. (...) O proprietário previdente daqueles tempos que ao lado das videiras plantou oliveiras ou amendoeiras, ficou com o seu rendimento garantido; quem assim não o fez, olha agora, arrependido, para essas enormes encostas áridas, denegridas, pedregosas e desvalorizadas»* [VILARES 1926: 96].

Muito semelhante é o relato, de 1962, de Joaquim dos Santos Júnior sobre o vinhedo e o culto ao vinho na freguesia de Meirinhos quando refere que *«há uns 90 ou 100 anos, talvez 70 ou 80 em Meirinhos se colhia muito e bom vinho. Com a praga da filoxera, que em 1862 há precisamente 100 anos, apareceu no Alto Douro em Gouvinhas, e que em poucos anos se estendeu a todo o país, as videiras em Meirinhos morreram e a sua reconstituição até à data não se fez senão muito parcialmente»* [SANTOS JUNIOR 1962: 9].

A crise agrícola, com maus anos aliados às doenças da vinha<sup>147</sup>, agudiza-se de tal forma que na última década do século XIX são comuns os apelos ao Governo por parte dos executivos camarários para a criação de postos de trabalho, na construção e arranjo de

<sup>146</sup> Iremos verificar que no período que corresponde às primeiras 6 décadas do século XX a aposta produtiva nestas quintas vai ser precisamente o cereal [PEREIRA 1908: 358-359].

<sup>147</sup> Em 1895, no concelho de Moncorvo, havia, já, tentativas, por parte de grandes investidores, de restabelecer a cultura da vinha, se bem que de forma ainda muito ligeira [CABRAL 1895: 444].

estradas, entre outras tarefas, para dar trabalho e rendimento aos agricultores e jornaleiros [BRANCO 1996: 135] que não conseguiam obter o seu sustento através do cultivo da terra, e, por exemplo, a permissão pedida ao Rei pela Câmara de Torre de Moncorvo, datada de 1893 [Anexo III: doc.26], para a substituição da cultura da vinha pela do tabaco, devido à filoxera que havia atacado os vinhedos do concelho [idem: 178].

#### 4.1.5. O Século XX

*“Os patrões só nos querem bem e são nossos amigos se lhe trabalharmos e dermos rendimento, senão dão-nos um pontapé no rabo e põem-nos na rua, sem consideração nenhuma.”* [Júlio Alves<sup>148</sup> (2003) *As marcas do Destino*]

É durante a 1ª metade do século XX, em linha com o que vinha acontecendo desde o século anterior, em particular nas quatro décadas iniciais, que se promovem as condições para o atingir do auge da produtividade na região – também porque a população aumenta - durante o período compreendido entre as décadas de 1940 e o final da década de 1960, quando o seu declínio se iniciará.

Em termos regionais<sup>149</sup>, é um período em que as apostas produtivas recaem maioritariamente nas tradicionais culturas arvenses, no olival (a mais rentável) [LE MOS 1907: 120-121] e no amendoal. A par, em áreas junto das margens do rio Douro, foz do Sabor e Vilarça sobretudo, da revitalização da vinha<sup>150</sup> (nas grandes quintas, como por exemplo a de Vila-Maior), desta feita com culturas complementares como o olival<sup>151</sup> [idem: 127]. Por outro lado, nos terrenos xistosos e de aluvião, a vinha é substituída pelo cultivo do trigo [ibidem: 105-107]. A exploração, produção e escolha daquilo que se cultivava fazia-se em função da natureza e qualidade dos solos. *«Em terrenos mais fundos e férteis semeam-se batatas, hortas, e toda a casta de legumes da primavera, e que devem ser colhidos no verão, como: grão-de-bico, o feijão, as aboboras, os melões, as melancias, etc., para consumo doméstico. Depois, ao restolho d’estes dá-se segunda*

<sup>148</sup> Viveu e trabalhou na Quinta da Laranjeira.

<sup>149</sup> Ainda sofrendo as repercussões das crises da sericultura, míldio e filoxera (entre as décadas de 1870 e 1900) e da emigração, sobretudo para o Brasil [JACOB 1989: 168-169].

<sup>150</sup> O decreto de 27 Novembro de 1908, que vem regular uma demarcação excessiva do ano anterior, define a região demarcada do Douro por freguesias e estende-a até à fronteira (Barca de Áiva) [PEREIRA 1996: 192]. Configuração muito semelhante àquela definida pelo decreto-lei 166/86 de 26 junho de 1986. [<https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/pt101pt.pdf>]. Esta demarcação abarca apenas uma das freguesias em que se situam as quintas, a de Torre de Moncorvo.

<sup>151</sup> Estudámos casos, no vale do Sabor no âmbito do AHBS, como por exemplo a Quinta de Dona Joana (São Pedro, Meirinhos), em que as estacas de oliveira eram plantadas entre as fiadas de vinha de modo a que até o olival estar a produzir o vinho fosse fonte de rendimento [AHBS.MDPSP.218.00\_QUINTA DA DONA JOANA].

*lavra o faz-se a cultura do trigo, da cevada e do centeio, cujas sementeiras costumam ser feitas no mez de outubro.*

*Em charnecas e terrenos pedregosos faz-se a cultura do centeio, e quando nem a esta cultura se prestam deixam-se em pousio por muitos anos, para matto e pastagens que servem para ovelhas e cabras.*

*É n'estes terrenos montanhosos e de relevo que se encontram os grandes latifúndios da região, e onde o carvalho, as estevas, as giestas, a urze, a arça (alfazema), o tojo e outros arbustos revestem com mais ou menos rapidez, espontaneamente, o terreno, formando pastagens abundantes e apropriadas ao gado lanígero e caprino (...)*» [PEREIRA 1908: 430-431].

João M. N. Jacob descreve as grandes explorações locais entre o fim do século XIX e inícios do XX como: «*As unidades de maior produção eram os casais e as quintas, algumas com dezenas de hectares de superfície e onde se praticava já um tipo de agricultura capitalista, quase inteiramente destinada ao mercado em que grande parte dos seus proprietários era absentista*»<sup>152</sup> [1989: 151-152].

O concelho de Torre de Moncorvo, especificamente, é descrito por Tavares Teixeira em publicação de 1905<sup>153</sup> intitulada *Ethnographia transmontana. A agricultura (concelho de Moncorvo)*. Aqui os “*cereais, sobretudo o trigo e centeio, constituem o principal objecto da nossa agricultura e uma das receitas mais importantes* mas ainda seguindo, maioritariamente, métodos de cultivo arcaicos onde *os lavradores usam como adubo os estrumes dos gados lanígero e caprino, com estrumes feitos nas lojas ou côrtes, nas ruas e caminhos públicos e já se começam a introduzir o costume dos adubos químicos*” [TEIXEIRA 1905: 630]. O concelho é também abundante em vinho [idem: 630 e 633] e em oliveiras “*de que o azeite se vende para fora*” [ibidem: 633, 636 e 638].

A amendoeira, o castanheiro e árvores de pomar como, por exemplo, as laranjeiras, pereiras e pessegueiros entre outras, também eram cultivados [ibidem: 633], a par de espécies como o feijão e o milho [ibidem 638].

Menciona, também, a muita pecuária de lanígeros e caprinos, a par da escassez de gado bovino [ibidem 636], com uma apicultura farta mas muito rudimentar, onde ainda se “*usam os muros apiários, as silhas*” [ibidem: 635].

---

<sup>152</sup> Que não é uma situação generalizada nos casos de estudo.

<sup>153</sup> Aquilo que descreve reporta-se, por vezes, à realidade do final do século XIX, o que supõe uma continuidade para o 1º quartel do XX.

Na região, para além das medidas de revitalização da agricultura em virtude das *pragas* do final do século anterior, havia, igualmente, alguma exaltação e exagero no modo como o concelho de Torre de Moncorvo e em particular as margens dos rios Douro e Sabor eram descritas e promovidas em termos de capacidade e potencial produtivo: “*as margens do rio Douro e Sabor são incontestavelmente a terra da amendoeira e da oliveira, além disso pode aqui produzir-se quasi todos os géneros continentaes (...) As arvores fructiferas produzem aqui fructos maravilhosos.*”

*Produz, enfim, este concelho com abundancia trigo, centeio, cevada, milho, amêndoa, azeite, vinho, castanha, batata, fructa, legumes, hortaliça, linho. Lã e seda*” [PEREIRA 1908: 42].

Nos terrenos da Vilarça, e seus congéneres por todo o concelho, procurava-se a substituição do centeio, dominante, pelo trigo: “*tem diminuído bastante a importância da cultura d’este cereal na Villariça, porque hoje se estão aproveitando para trigo terras que ainda há poucos anos não eram cultivadas senão de centeio, apesar de, ainda tanto os pequenos agricultores como os operários ruraes consumirem bastante centeio na sua alimentação e de se terem desbravado muitas terras para nellas se cultivar este cereal, terras que dantes estavam ocupadas por monte, o que faz com que em toda a Villariça haja uma extraordinária falta de lenha*” [LEMOS 1907: 57].

Mais contidas, mas ainda assim reveladoras do investimento agrícola, são as descrições que nos deixa João B. Vilares, em 1926, acerca das freguesias de Ferradosa e Cerejais. A primeira tinha como principais riquezas o centeio, o trigo, o azeite, que era excedentário e se vendia para fora da freguesia e a amêndoa, e, ainda, legumes, laranjas e “*outras frutas em abundância*”, sem nunca esquecer a importância do gado ovino e caprino [VILARES 1926: 278].

Sobre Cerejais diz-nos que não é das freguesias “*mais férteis do concelho. Produz algum centeio, bastante azeite e amêndoa que são a sua maior riqueza. É escassa em batata, vinho, etc.; tem fracas hortas, porque o terreno da freguesia é deveras falho de nascentes*” [idem: 190]. No entanto “*exporta azeite e amêndoa em grande escala, sendo o valor desta exportação, no ano de 1925, de 2.000\$00 para dentro do concelho e de 260 contos para fora do concelho*” [ibidem 63 e 190], chegando a ser a 2ª maior produtora de amêndoa em casca do concelho no mesmo ano [ibidem: 79].

Cenário semelhante na freguesia de Meirinhos, onde o centeio, a oliveira e a amendoeira eram as maiores produções, às quais se juntava o trigo [DORDIO GOMES e outros 2014: 43-46], sendo a vinha muito residual e maioritariamente produção de vinho para consumo caseiro [JANEIRO 2014: 44].

É a tríade pão<sup>154</sup>/cultura arvense<sup>155</sup> (centeio e trigo), azeite, com grande implementação no vale do rio Sabor [TABORDA 1932: 87], e amêndoa<sup>156</sup> que a região transmontana, que enquadra o nosso estudo, irá manter como a base produtiva até aos inícios do declínio da agricultura no território na década de 1960 e que se torna exponencial na de 1970. A opção por estes produtos prende-se com a boa rentabilidade e adaptabilidade dos segundos à região e a facilidade do seu cultivo em conjugação com a cultura arvense. Esta mantém-se pela necessidade imposta pelo consumo de pão e pelas políticas protecionistas e de controlo<sup>157</sup> que vigoram sobre o cereal. O trigo, graças a estas medidas protecionistas, e às melhorias de técnicas agrícolas, de adubagem e conhecimento das espécies e dos terrenos, sempre que possível, vinha substituindo o centeio como cultura predominante: *“convém esclarecer que o centeio foi, durante séculos, em todo ou quase todo o Leste transmontano, o cereal mais cultivado. Hoje já são muitas as sementeiras de trigo, que, nos últimos 30 ou 40 anos, têm aumentado progressivamente, em detrimento do centeio”* [SANTOS JÚNIOR 1977: 46].

Neste século o cultivo da batata já se encontrava generalizado [TABORDA 1932: 85], fosse para consumo da casa ou para comercialização.

Com o início das grandes vagas de emigração e a conseqüente falta de mão-de-obra ou encarecimento da mesma, marcantes entre os anos de 1960 a 1975, há uma tendência para o abandono das terras de cereal. A oliveira mantém o seu estatuto de rentável (até hoje) e a amêndoa perde algum fulgor. Nos concelhos de Moncorvo e Afândega da Fé, principalmente no primeiro, há novas vagas de investimento na vinha. Mas é o abandono da produção que mais se vai fazer sentir, ao qual, sobretudo a partir da entrada de Portugal na CEE, se vão juntar os projetos de florestação intensiva de eucalipto, pinheiro e algum zimbro.

---

<sup>154</sup> O centeio foi, ao longo dos séculos, tão predominantemente cultivado no Entre Sabor e Douro que o seu grão tinha como sinónimo corrente a designação de pão. [SANTOS JÚNIOR 1977: 44-45].

<sup>155</sup> Onde vigora o tradicional sistema de afoalhamento (a dois, ou mais anos, consoante a natureza e profundidade dos terrenos) [TABORDA 1932: 83].

<sup>156</sup> Esta, pontualmente, substituída e/ou ultrapassada em valor pela vinha [TABORDA 1932: 82].

<sup>157</sup> Era obrigatória a entrega do trigo aos Grémios de Lavoura da FNTP (Federação Nacional dos produtores de trigo), em SEBORRO 2001: x-xxi.



Se até aos meados do século XX assistimos a uma tendência da concentração das terras num pequeno número de proprietários, elites locais, ou investidores da cidade, assim que começam a perder rentabilidade, passam a retalhar as suas grandes parcelas e quintas procurando vender. Quem as compra são maioritariamente os que saíram para a emigração e que querem investir em propriedades no locais de onde são originários com a finalidade de regressar como *senhores*.

Sumariamente pode afirmar-se que o tecido produtivo na região transmontana do Baixo Sabor, entre os séculos XV e a década de 1960, manteve a tendência para dar primazia ao cultivo do cereal, com o centeio e o trigo a serem omnipresente, sobre as restantes culturas, acontecendo algo semelhante com a criação de animais lanígeros.

Aproveitando as palavras do professor Santos Júnior, para a segunda metade do século XX, acerca das culturas arvenses: “*No Entre Sabor e Douro (onde se incluem os concelhos em estudo) cultiva-se o trigo, o centeio, a cevada, pouca aveia, e, em algumas terras, milho-miúdo ou painço, a que chamam milho burreiro, pardas (ou lentilhas ou garrobas) e ainda também tremoços, favas e grão-de-bico*” [1977: 46].

O vinho e o olival são igualmente uma constante, se bem que com valências diferentes ao longo dos séculos variando entre o produto comercializável e o de consumo interno ou *para a casa*. Assiste-se ao progressivo abandono, até ao total desaparecimento, de cultivos como o do cânhamo e do sumagre, sendo substituídos numa primeira fase pelas amoreiras (para as sedas) e posteriormente pela amêndoa e, em alguns locais, pela batata.

Estranhámos o quase total silêncio acerca de culturas como as da laranja – como veremos no ponto seguinte será presença nas quintas estudadas – que outrora terá tido alguma importância e valor comercial, e também da cortiça.

#### **4.2. Agricultura na Quinta da Laranjeira**

São escassas, para não afirmar mesmo inexistentes, as fontes disponíveis acerca do que era cultivado e da forma como era explorada a quinta até ao último quartel do século XVII.

Apenas sabemos, como em capítulo anterior já demonstrámos, que a Quinta da Laranjeira, ainda que parcialmente, era pertença do vínculo do Morgado de Santo António da Torre de Moncorvo desde a formação em 1491, vindo a *ser acrescentada* desde então até, pelo menos, a última metade do século XVIII.

Em consequência da ausência de fontes, documentais ou arqueológicas<sup>158</sup>, acerca do que era cultivado na quinta desde os finais do século XV até ao último quartel de XVII, somos levados a conjecturar que se enquadrasse naquilo que era o tecido produtivo da comarca de Moncorvo para o mesmo período temporal: cereais (centeio e trigo), árvores de fruto, leguminosas e hortícolas, a criação de gado, pombos e abelhas. Eventualmente, e porque era uma produção que se concentrava sobretudo nos terrenos do Vale da Vilariça, o cânhamo-linho não fosse ali produzido, não obstante os seus terrenos abaixo do núcleo edificado junto da margem do rio, apresentassem características propícias ao mesmo.

Durante o século XVII, o panorama não seria muito distinto, eventualmente o investimento em olival estaria já a dar frutos [SERRÃO 1974: 112-113]. No entanto as fontes específicas continuam ausentes.

Sabemos apenas, através de documentos existentes no AHMTM - Câmara Municipal, Contribuições Municipais, Pão do Depósito<sup>159</sup>, *Livro do pão e dinheiro que se dá neste depósito*, nº271 e 272, datados de 1684 e 1685, respetivamente, que a quinta era dada à exploração, ou seja, arrendada, total ou parcialmente, a António Lopes e sua mulher, e que a produção de trigo nesses anos, e anteriores provavelmente, havia sido escassa ou mesmo nula, levando à necessidade de empréstimos de trigo pelo fomento e, consequente, pagamento posterior dos mesmos.

*“Vila/ Quinta /da Laranjeira / Antonio Lopez / Pagou/*

*“Mandarão dar a Antonio Lopez / da quinta da Laranjeira cinco alqueires de trigo os quais rece-/beo pera ele sua molher e deu por / seu fiador João Martinz mendez / desta*

---

<sup>158</sup> As escavações levadas a cabo na Quinta da Laranjeira vieram documentar uma ocupação daquele território desde, pelo menos, a Idade do Bronze (há níveis arqueológicos sob estes) até à Contemporaneidade, no entanto no que diz respeito às evidências materiais e/ou estratigráficas foi identificado um hiato, no registo arqueológico, que vai desde a Idade do Ferro (século I d.C.) até ao século XIX [RIBEIRO et al 2015: 71; 88; 91-93].

<sup>159</sup> Pão do Depósito: contribuição em cereal ou dinheiro para o concelho, por parte dos lavradores, para efeito da supressão de eventuais necessidades em casos de maus anos agrícolas. Cada uma das entradas é um termo de entrega.

*villa que se obrigou ao tor-/nar a entregar neste depozito com /os acessimoz na forma costuma-/da e assinou Domingos Gomez / Rebello(...)*”<sup>160</sup>(18/6/1684)

*“Mandarão dar (...) a Antonio Lopes / caseiro da Laranjeira otros / dois alqueires e meyo de tri-/guo (...)”*<sup>161</sup>(10/04/1685)

E os respetivos pagamentos dos pedidos supracitados:

*“Vila / Laranjeira / João Martinz Mendez /*

*“Entregou João Martinz mendez / da dita villa sinxo alqueires e / meyo de trigo per sinco al-/queires de trigo que levou este // perzente anno para Antonio Lo-/pez da quinta da Laranjeira.”*<sup>162</sup> (13/08/1684)

*“Antonio Lopes da Laranjeira /*

*“Entregou Antonio Lopes caseiro da / laranjeira dois alqueires e três quo-/artas de trigo por dois e meyo (...)”*<sup>163</sup> (02/09/1685).

Chegados ao século XVIII, em particular à sua segunda metade, as fontes documentais de que dispomos, especificamente, para a quinta, enquadram o seu tecido produtivo, principal, no que acerca da freguesia foi descrito de modo global, com exceção para o cânhamo, cujo centro produtor era sobretudo o vale da Vilarça, e para as amoreiras<sup>164</sup> e a resultante criação do bicho-da-seda.

No ano de 1765, no Livro da Décima Mestre da Vila e termo (da Torre de Moncorvo), Auto do Lançamento do novo subsídio militar da Decima, assim se descreve a Laranjeira: *“hua quinta a Laran-/jeira que consta de casas oliveiras / e Terras de pão, e outra terra por si-/ma que foi de Andre Lopes, hum / Tapado ao Val da Pia outro ao Pozio sizo, e / com algumas Arvores comprehendidas que / tudo lhe Rende cem alqueires de ceiteyo”*<sup>165</sup> [Anexo III: doc.02].

E, 31 anos depois, em 1796, o cenário seria praticamente o mesmo: *“ Quinta chamada Laranjeira de Cima que consta de muitas terras, e oliveiras e mais o predio por estar*

---

<sup>160</sup> AHMTM - Câmara Municipal, Contribuições Municipais, Pão do Depósito, *Livro do pão e dinheiro que se dá neste depósito*, n.º272 (Fl. 9v).

<sup>161</sup> AHMTM - Câmara Municipal, Contribuições Municipais, Pão do Depósito, *Livro do pão e dinheiro que se dá neste depósito*, n.º272 (Fl.51).

<sup>162</sup> AHMTM - Câmara Municipal, Contribuições Municipais, Pão do Depósito, *Livro do pão e dinheiro que se dá neste depósito*, n.º271 (Fl. 66v-67).

<sup>163</sup> AMTM - Câmara Municipal, Contribuições Municipais, Pão do Depósito, *Livro do pão e dinheiro que se dá neste depósito*, n.º271 (Fl. 115).

<sup>164</sup> No decorrer dos nossos trabalhos (ano de 2012), e na memória de nossos inquiridos que na quinta habitaram no início da década de 1950 [JALVES1370, 2h05:42m], está bem presente a existência de amoreiras (pretas) que faziam uma espécie de alameda ente o núcleo central da quinta e o casebre QL-L-12 [Anexo IV], no entanto sem qualquer lembrança relativa ao bicho-da-seda. Tratar-se-á de uma reminiscência de algo que ali foi explorado? Ou meramente uma *opção decorativa* e para fazer sombra?

<sup>165</sup> AHMTM, Provedoria da Comarca, Décima, Torre de Moncorvo (concelho), Pasta n.º 429, N.º 4, Livro da Décima Mestre da Vila e termo, Auto do Lançamento do novo subsídio militar da Decima, 1765 (fl. 17-17v).

*aberto costumam entrar os gados dos mais moradores que na dita Quinta os metem do mesmo modo que nas faceiras abertas, mas em dano do suplicante que precisa guardar os pastos para os seus gados com que agricultura os bens da sua Casa a ate outra Quinta que ahi tem vezinha denominada da Laranjeira de Baixo a que faz muito prejuizo a sobredita entrada dos gados (...) ”<sup>166</sup>.*

Em síntese, no virar do século XVIII para o XIX, a Quinta da Laranjeira, propriedade senhorial do morgado de Santo António de Moncorvo, consistia de terras cultivadas de pão (centeio e trigo), com seu olival, e terras de pastagem e seus gados.

Relativamente ao modo como era explorada, crê-se, seria através de caseiros, e jornaleiros, diretamente contratados pela casa de António Francisco de Carvalho, pois, na denúncia e pedido que faz em 1796, no âmbito da entrada de rebanhos alheios na sua quinta da Laranjeira<sup>167</sup>, como acima se transcreve, procura garantir que as suas terras são para o seu gado, “*precisa guardar os pastos para os seus gados com que agricultura os bens da sua Casa*”.

Entrando no século XIX, não temos qualquer fonte que diga respeito, particularmente, àquilo que na Laranjeira se cultivava ou ao modo como esta se encontrava a ser explorada. Há, no entanto, indícios, nos livros do *Registo da Décima da Vila e do Termo*<sup>168</sup>, de como seriam rentabilizados campos em pousio e as áreas de pastagem da quinta entre os anos de 1762 e 1834. Se em grande parte deste período a rentabilização passaria pela sua utilização por rebanhos próprios da quinta, que incitam a reclamações como a supracitada, para os anos de 1799, 1801 e 1824 há rendimentos tributados, respetivamente, às [“*Partes de Fora*”] “*A quem tras as terras da Quinta da Laranjeira oitocentos réis*”<sup>169</sup>, [“*Partes de Fora*”] “*A quem tras as terras da Quinta da Laranjeira a seiscentos réis*”<sup>170</sup> e [“*Adição do Maneio dos Arrendamentos*”] “*A quem tras os pastos da Quinta da Laranjeira quatrocentos réis*”<sup>171</sup>, que interpretamos como sendo indiciativo que os pastos da Laranjeira, ou parte dos mesmos, andavam arrendados. Uma prática que se tornou constante no período que decorre entre 1825 e 1834:

---

<sup>166</sup> AHMTM, Câmara Municipal, Órgãos do Município, Acórdãos, Assentos, Autos e Vereações, *Livro de Acórdãos 1794-1798*, Liv.99, Cx. 49 (fl.121v) [Anexo III: doc.03].

<sup>167</sup> Op. Cit. (fl121)

<sup>168</sup> AHMTM, Provedoria da Comarca, Décima, Torre de Moncorvo (concelho)

<sup>169</sup> AHMTM, Registo da Décima da Vila e do Termo, 1799 Pasta 10, Livro 35, “Livro da Décima da Vila”, fl.17

<sup>170</sup> AHMTM, Registo da Décima da Vila e do Termo, 1801 Pasta 11, Livro 38, “Livro da Décima da Vila”, fl.18v

<sup>171</sup> AHMTM, Registo da Décima da Vila e do Termo, 1824 Pasta 15, Livro 57, “Livro da Décima da Vila”, fl.43v

[“Fazendas da Ribeira”] “A quem tras os pastos da Quinta da Laranjeira duzentos réis”<sup>172</sup>.

Para a última década do século XIX, e, extrapolando do exemplo das matrizes prediais de Alfândega da Fé, coloca-se a hipótese de as matrizes prediais rústicas da freguesia de Moncorvo de 1938<sup>173</sup> serem uma cópia do conteúdo de outras, perdidas, datadas da década de 1890. Nestas é-nos apresentada uma propriedade onde já se encontrava introduzida a novidade da batata, com um olival composto de 380 árvores, mas onde o domínio era, ainda, o do centeio: “terra que num ano se cultiva de batatas e outro de trigo, terra que se cultiva cada 2 anos de trigo, terra que se cultiva cada 8 anos de centeio e terra inculca para pastos, olivais que têm 380 oliveiras, tem 7 figueiras<sup>174</sup>, à qual acrescentaríamos os terrenos, contíguos, da Laranjeirinha, Santa Marinha e da Abeleira”, com seus olivais, terras de centeio e pasto<sup>175</sup>.

Deste modo, a Quinta da Laranjeira e suas terras complementares, mais uma vez, estariam em linha com o panorama global da região, com a exceção da ausência do amendoal, apresentando-se como uma potencial unidade produtora com cereal, azeite, horta e fruta.

Também ausente encontra-se a vinha, apesar de o edificado da Laranjeira apresentar no seu conjunto uma oficina vinária e uma destilaria [Anexo IV: QL-L-06 e QL-L-07] que correspondem aos cânones das construídas nas quintas do Douro, que começa a difundir-se na região a partir de finais do século XVIII, tornando-se num *modelo clássico*, amplamente reproduzido, ao longo do século seguinte [FERREIRA 1999: 51-58]. Tal não indica, necessariamente, em nosso entender, que durante o decorrer do século XIX a cultura do vinho não tenha sido praticada na Laranjeira (o edificado desmente-o<sup>176</sup>) mas, ter-se-á perdido durante a invasão da filoxera, que chega a Moncorvo no ano de 1881 [PEREIRA 1989: 325] e do mÍldio. Numa década final do século XIX em que, como já se expôs em capítulo anterior, o cultivo da vinha é

<sup>172</sup> AHMTM, Registo da Décima da Vila e do Termo, 1825, Pasta 16, Livro 59, “Livro da Décima da Vila”, fl.37; 1826, Livro 61, “Livro da Décima da Vila”, fl.36v;1827, Livro 63, “Livro da Décima da Vila”, fl.45v;1829, Pasta 17, Livro 66, “Livro da Décima da Vila”, fl.34v;1830,Pasta 17, Livro 68, “Livro da Décima da Vila”, fl.33v; 1832, Pasta 18, Livro 72, “Livro da Décima da Vila”, fl.30; 1834, Pasta 18, Livro 73, “Livro da Décima da Vila”, fl.22v

<sup>173</sup> Repartição de Finanças de T. Moncorvo, Matriz predial rústica de Torre de Moncorvo, ano 1938, nº 447, fl. 89v, nº451, fl.90v, nº446, fl.89v; Matriz predial rústica de Torre de Moncorvo, ano 1938, nº1119 [Anexo III: doc.06].

<sup>174</sup> Áreas parciais e total: terra de batatas e trigo: 6 geiras; terra de trigo 18 geiras; terra de centeio 200 geiras; terra inculca 200 geiras; olivais 6 geiras. Total: 430 geiras [Anexo III: doc.06].

<sup>175</sup> [Anexo III: doc.06]

<sup>176</sup> Durante as sondagens arqueológicas no EP0076 (Terraço das Laranjeiras) do AHBS, valas para plantação, de cronologia moderno-contemporânea, possivelmente de vinha, foram identificadas. A ausência de materiais que permitam a atribuição de uma datação relativa, ou de outro tipo de método de datação não nos permitem, infelizmente, afirmar que possa tratar de vinha anterior ao século XX. [informação obtida junto da equipa de arqueologia que intervencionou o local].

drasticamente reduzido ou mesmo abandonado na totalidade e substituído, maioritariamente, pelo cereal [JACOB 1989: 166; PEREIRA 1908: 358-359].

Nas primeiras décadas do século XX, o tecido produtivo da Laranjeira pouco deveria diferir daquele que é apresentado pelas descrições já analisadas, das matrizes prediais rústicas de 1938, e conseqüentemente daquilo que terá sido a sua realidade para o final do século anterior.

No entanto, o investimento em novas culturas visando uma produção em quantidade assinalável, isto é, destinada não exclusivamente à casa mas, e sobretudo, ao mercado, surge-nos como uma hipótese forte a apontar, em particular nos casos do amendoal, do olival, da vinha e, principalmente, no trigo. Não obstante continua o centeio a ser a cultura que ocupa a maioria do território cultivado.

Fundamentamos a hipótese apresentada, maioritariamente, nas descrições da quinta que são efetuadas durante o ano de 1950<sup>177</sup>, no âmbito da nova série de matrizes prediais rústicas da freguesia de Moncorvo [Anexo III: doc.27]. Nas parcelas que compõem a propriedade contamos já, e em produção, 10.000<sup>178</sup> videiras, 15.000 amendoeiras e um outro amendoal, 533 oliveiras (e mais oliveiras), terras para batata e várias árvores de fruto, 11 das quais laranjeiras, isto para além do trigo, centeio, horta e pastos.

Deste modo, na Quinta da Laranjeira, ainda no final da 1ª metade do século XX ter-se-ão começado a colher os frutos dos investimentos<sup>179</sup> das décadas anteriores, muito provavelmente promovidos por Luiz Carvalho.

Estranha-se que a vinha apenas tenha sido aqui introduzida já no decorrer do século XX. Tal poderá, no entanto, ficar a dever-se, como já vimos, à falta de informação específica acerca da Laranjeira para todo o século XIX, onde um investimento do género poderia ter-se dado e, em consequência das *maleitas* da vinha nas duas últimas décadas do mesmo século, ter desaparecido, quase por completo, como produto rentável ou encontrar-se em fase de revitalização através da enxertia, replantada *em cavalo*, em vinha americana. Não obstante, não se pode colocar de parte que esta cultura apenas seja introduzida na propriedade em pleno século XX.

---

<sup>177</sup> Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo, Matriz predial rústica de Torre de Moncorvo, ano 1950, artigo nº 471, 472 (também ano de 1980); 281; Matriz predial rústica do Larinho, ano de 1950, artigo nº1579; ano de 1992, artigo nº1779

<sup>178</sup> Esta quantidade de vinha ocuparia cerca de 2,2 hectares, com uma produção média de 7000 kg de uvas por hectare, numa média de 12100 litros vinho ano (relação 700kg uva ≡ 550 litros vinho): informação obtida junto de um produtor da região

<sup>179</sup> Algum edificado e outras benfeitorias da quinta datarão igualmente deste período

O proprietário, pelo menos no que diz respeito às duas últimas décadas da 1ª metade do século XX, vivia mais ou menos em permanência na Laranjeira, funcionando esta, como a *centralidade* das suas propriedades na região.<sup>180</sup>

*“Já o sol ia declinando e novamente começava a labuta do campo, muitas vezes, eu parava nos caminhos e admirava os campos de trigo ondulantes, que iam tombando na mão dos segadores, cheios de suor, com as mãos calejadas, com os chapéus de palha na cabeça. Eu via na cara de alguns, tristezas e sofrimento, noutros, além de tristeza via-se a resignação pelo cumprimento da vida. São eles os homens rijos e de coragem de ferro, que passam calores e frios, tempestades e bonanças, que das planícies e dos montes transformam terras férteis para tirarem o sustento de que se vivia.”*

[ALVES, 2003]

É para o período que corresponde à segunda metade do século XX que mais informação e fontes se conseguiu reunir acerca da Quinta da Laranjeira, no que à exploração da terra e ao tecido produtivo diz respeito.

É o período a que se reportam as memórias recolhidas em entrevistas durante os trabalhos de mitigação do AHBS, para o qual há fontes cartográficas sobre a ocupação do solo, fotografia aérea, com a possibilidade da sua análise através do cruzamento com as fontes orais e das matrizes prediais rústicas de 1950 e posteriores [Anexo I: Ilustração 09].

É a época do “*era tudo semeado (...)*”<sup>181</sup>, expressão recorrente na região, a par de outra: “*era tudo fabricado!*”, quando se pergunta acerca do período que vai da década de 1940 à de 1970. E do “*a quinta tinha de tudo (...)*” [AFP0666, 03:45m]<sup>182</sup>.

No seguimento do que vinha acontecendo nas duas décadas anteriores, em consequência de leis protecionistas ao mercado cerealífero nacional, na década de 1950 era o trigo que dominava o tecido produtivo na Laranjeira. E onde este não se conseguia cultivar, plantava-se a cevada, para os animais, e o centeio [JALVES1370, 57:40m e 1h01:32m], em menor quantidade e apenas nos terrenos onde o *trigo não se dava*.

O cereal era malhado na propriedade, parte na eira da Ponte [Anexo IV: QL-L-16] e o restante numa eira que existia a nascente de um dos cardenhos da quinta [Anexo IV:

---

<sup>180</sup> Sabemos, quer por inquérito quer pelos registos prediais que Luís Carvalho possuía, inclusivamente, mais quintas na região, por exemplo a Quinta do Zimbro (no vale da Vilarça, freguesia da Adeganha).

<sup>181</sup> “*Batatas, feijão, hortaliças, trigo, olival, amendoal, etc*” [JALVES1370, 1h10:52m]. JALVES, indivíduo do sexo masculino de 78 anos (em 2013, ano de realização da entrevista), natural de Freixo de Espada à Cinta. Concluiu o ensino secundário, foi agricultor, mineiro, ferreiro e militar, tendo trabalhado e habitado, quando jovem, na Quinta da Laranjeira.

<sup>182</sup> AFP, indivíduo do sexo masculino de 74 anos (em 2011, ano de realização da entrevista), natural de Torre de Moncorvo. Tem a 4ª classe e foi eletricitista. Toda a vida viveu em Moncorvo e teve uma relação próxima com o rio Sabor e as propriedades existentes nas suas margens, nomeadamente a Quinta da Laranjeira, e suas atividades e vivências: a pesca, a barca, as bateiras, a agricultura e a história da Laranjeira.

QL-L-12], que terá sido destruída, ainda antes dos trabalhos do AHBS, pela surribo mecânica do terreno para a plantação de árvores [JALVES1370, 56:00m].

A produção do trigo era entregue à Federação Nacional dos Produtores de Trigo em Moncorvo, ficando na quinta apenas o necessário para o consumo da propriedade. Antes disto, era moído na Moagem Montenegro, em Moncorvo, junto da antiga estação do caminho-de-ferro, uma moagem mecânica, pois a Laranjeira não tinha moinhos próprios. [JALVES1370, 59:47m e 1h51:40m].

O olival e o amendoal, embora ocupando uma área muito reduzida em comparação com a do cereal, eram uma importante fonte de rendimento da quinta. O olival situava-se na margem esquerda da ribeira das Latas [JALVES1370, 1h48:38m], junto da margem do Sabor, ao redor do edificado central e na propriedade da Ponte, junto da fonte do Alcaide. A azeitona seguia para um lagar em Torre de Moncorvo.

O amendoal encontrava-se, sobretudo, junto do edificado central [JALVES1370, 1h48:38m], na margem esquerda da ribeira das Latas e nas proximidades, ladeando a estrada municipal que atravessa a quinta.



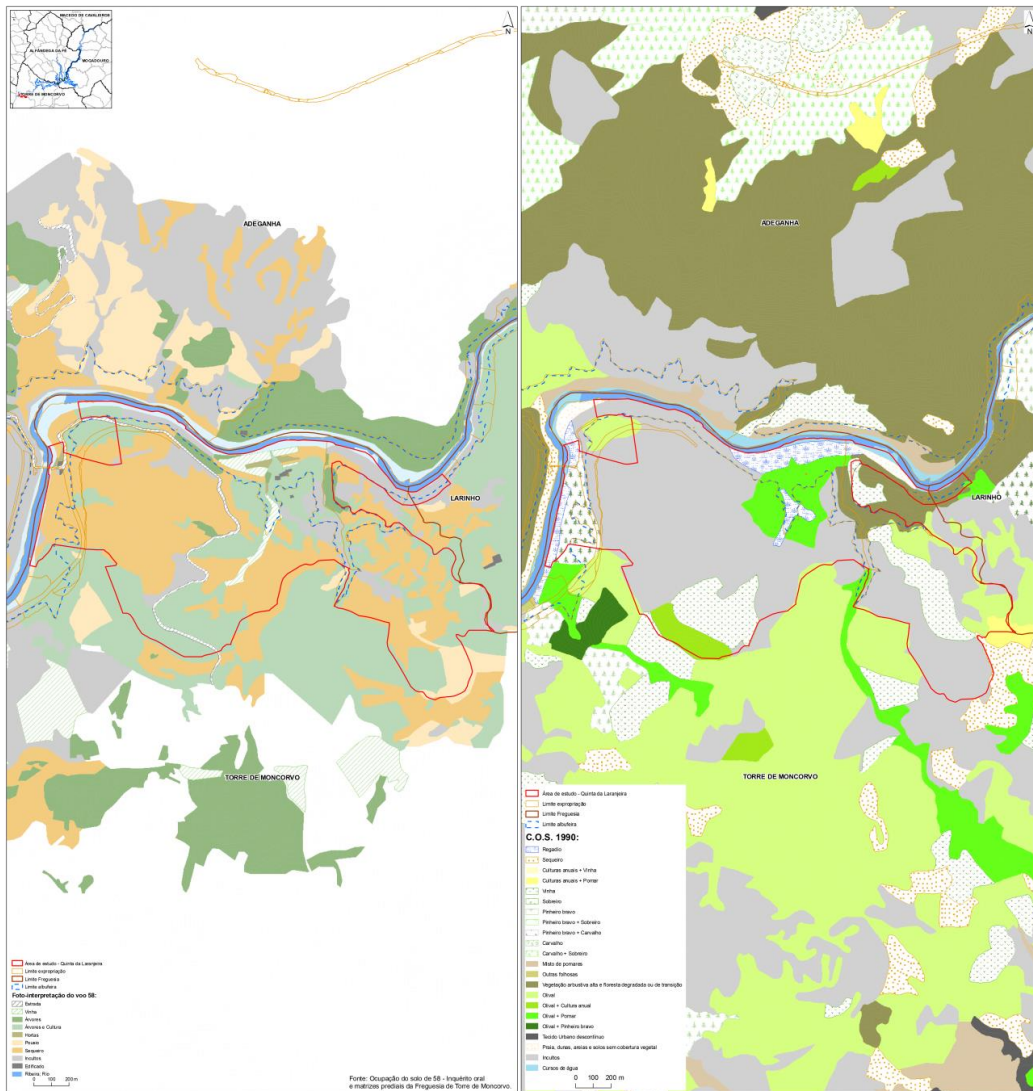


Ilustração 09: – Culturas agrícolas e respetiva distribuição, para os períodos entre as décadas de 1950-60 e a de 1990 [Retirado e adaptado DORDIO GOMES e 2014: 39 / Anexo 1, 4; Conceção DORDIO GOMES e CORREIA, execução cartográfica de João Monteiro] [Para melhor leitura: ANEXO I: Ilustração 09]

O vinho e a aguardente eram produtos relevantes na economia da Laranjeira [HAP<sup>183</sup>0752, 00:30m]. Pese embora a vinha, para as três primeiras décadas da segunda metade do século XX, nunca ter chegado a ultrapassar os 2,5ha de terreno cultivado. Situava-se, sobretudo, junto do caminho a sul do lugar de vinho que ligava esta área da quinta à estrada municipal [JALVES1370, 56:34m], como que a ladeá-lo, mais umas poucas videiras nos terrenos mais escarpados, em cordões junto ao rio e, sobretudo, nas olgas, entre as casas e o Sabor, em particular naquela a poente da destilaria [Anexo IV: QL-L-07]. Para além da vinha na Laranjeira, Luís Carvalho tinha-as noutras propriedades, mas era para a Laranjeira que canalizava a colheita, ali ficava o lugar, a

<sup>183</sup> HAP, indivíduo do sexo masculino de 80 anos (em 2012, ano de realização da entrevista), natural de Torre de Moncorvo. Com a 4ª classe, foi membro da Junta de Freguesia de Moncorvo durante 25 anos, guarda-rios (1959-2002), pedreiro e chegou a trabalhar nas Ferrominas, antes de ir para a tropa. Pelas profissões e cargos políticos que exerceu, apresentava um conhecimento muito relevante para a história do rio Sabor, da quinta da Laranjeira e do quotidiano dos mesmos e da vila de Moncorvo.

adega e a destilaria, onde a uva era processada: “O vinho. A vinha era a parte de baixo, entre o rio e a quinta. Depois tinha mais vinha noutras sítios, noutras quintas, mas trazia para aqui porque aqui é que tinha o lagar. As uvas eram transportadas nuns cestos feitos de vime, não eram dornas, eram de vime. Depois vinham para aqui e eram esmagadas: a pé” [AFP0719, 13:50m].

Existia, na mesma altura, um pomar de laranjeiras, no pequeno vale, onde corria uma linha de água sazonal, a oeste da destilaria, ali se fazia, igualmente, horta [JALVES1370, 1h06:45 a 1h10:54m]. Havia mais hortas abaixo dos currais, entre estes e o rio, para além de outras árvores de fruto dispersas pelo território da quinta.

A criação de animais era, como seria de esperar, igualmente praticada. Desde *machos* e bovinos, para tração e trabalho no campo, passando por aves de capoeira [JALVES1370, 1h24:00m], pombos [JALVES1370,52:12m; 1h03:54m], como atesta o pombal [Anexo IV: QL-L-22], abelhas, no apiário junto ao casario [JALVES, 1h53:30m / Anexo IV: QL-L-17], um rebanho e uma cabrada, dos quais se aproveitavam o leite, a carne, a lã e o precioso estrume. Como nos explicou JALVES1370, o rebanho e a cabrada da Laranjeira, no tempo mais quente, dormiam nos redís e bardos, que eram mudados de sítio diariamente para haver estrume em toda a área da quinta. O pastor dormia junto do bardo, numa espécie de cabana ou abrigo móvel em materiais perecíveis, provavelmente semelhante àqueles (esteiras) fotografados na Horta da Vilarça, Sendim ou Carvalho da Ega<sup>184</sup>, pois havia que guardar o gado dos lobos [JALVES1370, 1h56:00m].

O proprietário, Luís Carvalho, neste período, vive de forma quase permanente na Laranjeira. Tem caseiro, feitor, criadas, criados e pastor em permanência, que ali habitam, distribuídos pelos diferentes edifícios da quinta. Mas a gestão efetiva, contarmos, era feita pela sua governanta e pelo feitor [JALVES, 24:00m; AFP0666, 01:30m], praticando aquilo que podemos designar como um *modelo misto* de exploração agrária<sup>185</sup>, em que a presença física do dono na quinta não implica, necessariamente, que este faça a gestão da mesma, delegando-a em terceiros e chegando mesmo a arrendar algumas parcelas de terreno.

Ocupava-se, maioritariamente, da vida social da Quinta Laranjeira [Anexo II: foto 10], cujas “peixadas” (grelhadas de peixe do rio, sável, lampreia, etc), idas para a praia da “Califórnia”, os fados e os piqueniques junto dos eucaliptos da quinta, estão ainda hoje

---

<sup>184</sup> OLIVEIRA, GALHANO e PEREIRA, 1988 – 2ª edição, fotos: 52, 53 e 54.

<sup>185</sup> Diferente do *modelo absentista*, que seria o predominante na região, apresentado por João M.N. Jacob [1989: 151-152]

muito presentes nas memórias de quem a frequentou no período em que Luís Carvalho lá viveu [LBRI<sup>186</sup>0557, 53:33m; AFP0666, 00:00m, 06:35m, 17:06m e 42:55m; JALVES1370, 1h27:15m]: *“Estas quintas eram dos sítios preferidos para os ricos fazerem as suas festas. Era aqui e depois ali do outro lado da Serra do Reboredo, que é a Sr.<sup>a</sup> da Teixeira e a Nossa Sr.<sup>a</sup> da Esperança que ainda é tradição agora. Quando eu era miúdo ia à 2.<sup>a</sup> feira de Pascoela e ia tudo para Sr.<sup>a</sup> da Teixeira ou para a Sr.<sup>a</sup> da Esperança que era mais perto. Aqui era todo o ano, as pessoas, o rio, não tinham nada que fazer, faziam grandes piqueniques, grandes festas... Esse espírito de piquenique prolongou-se depois pela classe média, os funcionários que eram os que se juntavam aqui com o meu pai... já são os gajos do garrafão, já não são os senhores que punham as toalhas no chão... traziam os seus garrafões de vinho, desciam ali ao Lino ou assobiavam: “traz o peixe!” faziam ali jantares”* [LBRI0557, 53:33m].

Para além da questão da gestão da quinta, e da sua vocação complementar como local de veraneio, é o que acima foi exposto que vai caracterizar as opções e os locais para as culturas agrícolas na Laranjeira no período que vai da década de 1950 até, praticamente, o final da década de 1970 [ANEXO I: Ilustração 09]. Ao observar-se a folha nº 118 da *Carta agrícola florestal de Portugal* (escala 1:25000)<sup>187</sup>, cujo reconhecimento de campo aconteceu no ano de 1975, podemos verificar que a mudança mais significativa em relação às duas décadas anteriores se prendeu com o abandono quase total das áreas de sequeiro, assinaladas como incultos e zimbreiros, o aumento da área de olival e duas pequenas manchas de culturas arvenses de regadio, junto das casas e margem da ribeira das Latas, que acreditamos possam ter correspondido à cultura da batata ou do milho.

Na segunda metade de 1975 estamos já numa fase de transformação da Quinta da Laranjeira, que culminará nos primeiros anos da década de 1980 com a sua venda e consequente desmembramento da propriedade enquanto unidade produtora e, até, como quinta/ grande propriedade.

É um momento de abandono de grande parte dos terrenos de qualidade inferior, de sequeiro (centeio, maioritariamente). O cereal não é rentável, a mão-de-obra torna-se escassa e a jeira demasiado cara.

---

<sup>186</sup> LBRI, indivíduo do sexo masculino de 70 anos (em 2011, ano de realização da entrevista), natural de Torre de Moncorvo e residente em Évora. Licenciado em Engenharia Técnica e Agrária, é um entusiasta e divulgador da história e do quotidiano passado de Torre de Moncorvo, onde cresceu e viveu grande parte da sua vida, tendo exercido as profissões de cineasta, fotógrafo, jornalista e editor, muitas vezes com o trabalho focado em Moncorvo e no rio Sabor.

<sup>187</sup> Impressa no Instituto Geográfico e Cadastral em 1980.

Após o momento de abandono, iniciar-se-á, durante a década de 1980, a surribo destes terrenos visando a florestação, com zimbros, sobretudo na área junto à ponte do Sabor, e a plantação de novas vinhas [AAM<sup>188</sup>0110, 36:40m]. A área tradicional da vinha, entre o edificado e o rio Sabor, é plantada com olival e amendoal e a vinha surge maioritariamente nos terrenos acima do edificado, entre este e a estrada municipal, ou seja, na encosta sul da quinta [ANEXO I: Ilustração 09], condição que se irá consolidar com o decorrer da década de 1990.

Este investimento é, num primeiro momento, efetuado por uma das tradicionais empresas produtoras e comercializadoras de vinhos do Douro, a Sandeman<sup>189</sup>, num processo que, acreditamos, se enquadraria num plano de expansão da marca na região. Mas, por motivos que desconhecemos, foi abandonado<sup>190</sup> no que diz respeito à Quinta da Laranjeira e margem esquerda do rio Sabor. Um processo muito semelhante àquele que na região terá ocorrido, como já anteriormente se expôs, durante a crise do míldio e da filoxera no Douro Vinhateiro, durante a segunda metade do século XIX.

Os olivais, por vezes em conjunto com outras culturas, são mantidos em produção, enquanto os amendoais e o pomar vão sendo paulatinamente abandonados. Os terrenos de culturas de regadio continuam a ser cultivados e os pastos são arrendados. A vinha e a criação de animais são, aparentemente, a aposta mais forte. É construído um edifício de raiz para animais, a norte do edificado central, em bloco de cimento, uma *vacaria*. E outros são transformados e adaptados para finalidades diferentes daquelas para que originalmente haviam sido construídos. É exemplo o Curral 2 da Laranjeira [Anexo IV: QL-L-11], que foi adaptado, com materiais contemporâneos (tijolo industrial e cimento tipo Portland), para pocilga.

Durante este mesmo período, entre as décadas de 1980 e 1990, a eletricidade terá, também, chegado à quinta.

No decorrer do século XXI acontece aquilo que a última década do século anterior, de certa forma, anunciara: a plantação de vinha estagna, os projetos de florestação param

---

<sup>188</sup> AAM, 20 Setembro de 1932 – 10 maio de 2012 (79 anos), natural do lugar de Estevais, freguesia da Adeganha, concelho de Torre de Moncorvo. Com a 3ª classe, foi pastor, agricultor, jornalista e emigrante em França. Grande conhecedor do rio Sabor e das suas encostas, onde andou com os rebanhos, chegou a trabalhar nas quintas (Portela, Travelo e Laranjeira), pelo que conheceu o dia-a-dia das mesmas.

<sup>189</sup> “os da capa preta” [AAM0110, 37:40m]

<sup>190</sup> Através de informação pessoal do Professor Doutor Gaspar Martins Pereira, sabemos que a Sandeman foi adquirida, em 2002, pelo Grupo Sogrape, o que pode explicar a mudança de política empresarial.

ou são abandonados, as áreas *a monte* são cada vez maiores, os edifícios entram, igualmente, em rápido estado de degradação.

Os animais passam a ser apenas os rebanhos de pastores que arrendam as terras da quinta. A vinha e algum olival (culturas permanentes) continuam a ser cuidados e os seus frutos colhidos. Ou seja, são mantidas as culturas de carácter anual e a floresta plantada, sobretudo nas encostas mais íngremes junto do rio Sabor e a montante da *Fonte do Alcaide*, continua a desenvolver-se.

O lagar já não é usado para ali se fazer vinho, nem tampouco para o armazenar, é convertido em arrumos de alfaias agrícolas e materiais de construção.

Com a chegada da expropriação parcial (2009-2012) da área a submergir, dá-se um duplo movimento no que diz respeito ao cultivo na Laranjeira. Se, por um lado, a área a submergir é definitivamente abandonada, ficando, momentaneamente, *entregue a rebanhos* [Anexo II: foto 23], na vinha, que ficará fora da cota de enchimento, aparenta ter-se iniciado uma nova fase de plantação, ampliando a sua área. Curiosamente, o pombal, onde outrora se terá podido ler, desde a estrada, “*Quinta da Laranjeira*” [JALVES, 52:12m] foi alvo de obras de reabilitação [Anexo IV: QL-L-22].

#### **4.3.A exploração agropecuária na Quinta de Crestelos**

A Quinta de Crestelos, aquando dos nossos trabalhos de campo, era uma pálida amostra do que deverá ter sido no seu auge de exploração e ocupação agrícola, que, tudo indica, ter-se-á dado entre as décadas de 20 e 70 do século XX [Anexo II: foto 24].

Podemos afirmar que é exasperante o silêncio, praticamente total, das fontes consultadas no que diz respeito à exploração agrária da quinta até ao sequestro dos bens dos Távora em 1758.

De forma indireta, é-nos possível supor que a já referida revolta do povo de Meirinhos, que teve lugar cerca de 1585, quando a comunidade de camponeses se insurge para recuperar terras que teriam sido maninhas e à data se encontravam integradas em Crestelos e sob domínio dos Távora, outrora, eventualmente, destinadas a pastagem, forragens e lenha, começaram a desmatá-las e a lavrá-las, transformando-as em área agricultada, provavelmente destinada a suprir a mais premente carência, o cereal.

O cultivo do cereal, como já vimos, foi praticado na região, como cultura dominante, até aos meados do século XX, e Crestelos, certamente, não fugiu a essa tendência<sup>191</sup>. Se recuarmos cronologicamente, antes da Quinta de Crestelos o ser, encontraremos vestígio do seu cultivo nos celeiros da Idade do Ferro e de Época Romana exumados no povoado da “*Crista de Crestelos*” (Cabeço do Remanso) [PEREIRA e outros 2015a: 284-285; SASTRE BLANCO e outros 2015: 44, 84; TERESO e outros 2018], bem como na zona mais baixa junto ao núcleo central edificado, atribuíveis ao período Romano /Tardo-Romano [PEREIRA e outros 2014: 115; TERESO e outros 2018], autênticos antepassados das tulhas, de época moderna, registadas nos baixos da quinta [Anexo IV: QC-C-01, Ed. 7 e 8].

A partir da segunda metade do século XVIII, através da documentação produzida no âmbito do sequestro dos bens dos Távora (1758-1759) [Anexo III: doc.11 a 13], documentos de que resultou a tomada de posse da quinta pela Coroa, é-nos fornecida informação mais concreta e detalhada: “*A Quinta de Crestelos junto ao Rio Sabor que consta de muita terra tem hum grande olival e muitas oliveiras em varias partes a que chamam o acrecentado e o cazeiro tem sua caza donde se recolhe e outras mais para as suas crias e frutos com seu lagar de azeite (...)*”<sup>192</sup> E que na dita quinta (de Crestelos) *que consta de Terras de Pão, e olival e Matos seu lagar de Azeite com mais tres Cazas de fora e o dito Lagar consta de tres cazas terreas junto do Rio Sabor parte a dita quinta com o mesmo rio da parte do norte e do Sul com termo do lugar do Souto, e do Leste com o Medal, e da parte do Poente com a Quinta da Olga da Tapa* “<sup>193</sup>.

O grande olival centenário, dito “dos Távora” [Anexo II: foto 11, 16 e 25], que técnicos da UTAD apontaram poder remontar ao século XVIII [SASTRE BLANCO et al 2015: 536], que existia junto ao núcleo central, a oeste e sul, até à sua destruição no incêndio de 10 de Julho de 2013 [Anexo II: foto 18] lá estava a dar testemunho da antiguidade da vocação olivícola de Crestelos, realidade que a documentação setecentista, mesmo que parca em descrições, não deixa de referir, aludindo não só a esse mesmo olival, como também às oliveiras dispersas.

---

<sup>191</sup> Veja-se, a título de exemplo, que ali existia uma eira para malhar e secar o cereal [Anexo IV: QC-C-13].

<sup>192</sup> AN-TT, Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigos, Maço 133, Casas de Aveiro, Távora e Jesuítas - Relação de dívidas de rendas e de bens administrados pelo Juízo da Inconfidência, relações de bens doados, aforados e vendidos que se achavam incorporados no sobredito Juízo; arrematações de comendas; obrigações de dívidas; doações de bens ao Colégio dos Nobres, etc, Relação dos bens que possuíam os Marqueses que foram de Távora na Província de Trás-os-Montes, s.d. (posterior a 1758), fl.12.

<sup>193</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 94, N° 302 -5, Traslado do Auto de sequestro e Inventario dos Bens que se acharão nesta Comarca de Miranda pertencentes aos Marqueses de Távora, Francisco de Assis Távora e D. Leonor Távora, 1758, fl.12

Sintomática do protagonismo do azeite é a menção a um lagar, que, segundo o *Auto de Sequestro* de 1759 [Anexo III, doc.12], era composto de três divisões. Não sabemos (mas a hipótese é forte) até que ponto se trata do mesmo lagar, do qual foram identificados vestígios dos canais de escoamento das “águas russas”, da prensa [Idem: 536-567] e da fornalha [Anexo II, foto 26], que nele se integrava e estava, parcialmente, sob o ED1 [Anexo IV: QC-C-02], e ainda com mais dois elementos móveis, talhados em granito, identificados fora do edifícios – em consequência do seu desmantelamento – que serviriam para decantar azeite, ou seja, parte das tarefas do lagar. Outra hipótese é corresponderem a uma estrutura desaparecida, talvez mais próxima do rio, e não identificada nos registos arqueológicos ou dissimulada no palimpsesto construtivo que era o núcleo central de Crestelos. Não obstante e segundo a memória local, “*a única recordação que ainda existe do tempo dos Távora é um antigo e frondoso olival, junto às casas de habitação*” [SEIXAS 2003: 8].

Entrando no século XIX, o panorama produtivo de Crestelos em pouco difere da centúria anterior. Segundo escritura de empraçamento da Quinta de Crestelos e Olga da Trapa, datada de 23 de Junho de 1805 [Anexo III, doc.14], a quinta constava de “*montes e terras*”. Até ao empraçamento, o complexo Crestelos-Trapa (Barrais), estaria um pouco votado ao abandono e teria “*padecido grandes ruínas com as enchentes das águas, e tempestades dos rigorosos invernos*”. Este contrato é revisto poucos anos depois, em 1809, por escritura de novo empraçamento de 21 de Agosto [Anexo III, doc.15]. Este novo empraçamento surgiu na sequência de uma contenda entre o foreiro e o Conde de São Vicente que reclamava para si o azeite das oliveiras, havendo, deste modo, nova menção ao olival da quinta, o qual, claramente, continuava a ser fonte de rendimento.

Embora sem qualquer indício documental, no decorrer do século XIX, e vindo, muito possivelmente, já do século anterior, o vinho seria, também, produzido em Crestelos. Durante as escavações arqueológicas, em particular naquelas que incidiram sobre as margens, próximas da foz, da ribeira do Medal, “*foram identificadas valas de plantação de vinhas, onde os materiais associados apontam para o séc. XVIII-XIX*” [SASTRE e outros 2015: 56]. Esta hipótese é reforçada pela existência de uma oficina vinária (lagar + adega) [Anexo IV: QC-C-03] de dimensão considerável na quinta. Esta encontra paralelo direto naquela identificada na Quinta da Laranjeira [Anexo IV: QL-L-06] e, na sua configuração e implantação, mostra tipologia semelhante à das oficinas vinárias das

quintas do Douro Vinhateiro, que começa a difundir-se na região a partir de finais do século XVIII, tornando-se num modelo clássico amplamente reproduzido ao longo do século seguinte [FERREIRA 1999: 51-58].

Desconhece-se, portanto, quando a vinha foi introduzida em Crestelos, mas poderíamos supor ter sido uma produção alvo de especial incentivo por Francisco José da Silva Torres, esposo da Ferreirinha, após ter arrematado a exploração direta da Crestelos em 1874 [SEIXAS 2003: 9]. À semelhança dos outros investimentos da Casa Ferreira, a aposta na cultura vinícola em Crestelos inserir-se-ia num fenómeno geral de procura desta região por parte dos produtores de vinho, na segunda metade do século XIX, acontecimento para o qual, como já vimos, a crise provocada pela epidemia da filoxera deu o seu contributo, motivando os empresários a fazer investimentos onde esta ainda não chegara.

A possibilidade supramencionada é fortalecida pela documentação coeva. Nos documentos de remissão do foro e da venda da Quinta de Crestelos, ambos de 1882 [Anexo III: doc. 19 e 20], presentes no mesmo livro de notas do 4º Cartório Notarial do Porto, existente no ADPRT, a quinta é descrita como compondo-se de *terras lavradas, vinha, olivais e mattos, casas para vivenda e para abegoaria e mais pertenças* (fl 11v; fl 33). Para além da vinha, o olival e as terras para cereal (lavradas) continuavam a ser uma aposta, tal como a criação de gado.

Tinha as suas casas para viver, abegoarias para alojar os gados, os produtos e as alfaias agrícolas, e *mais pertenças*, numa configuração que não deveria ser muito diferente daquela por nós registada [Anexo IV: QC-C-01 a QC-C-16]. O lagar de azeite estaria já desativado? E a adega vinária? Ou encontravam-se integrados dentro da expressão genérica *e mais pertenças*?

Na última década de XIX, por iniciativa de João J. D. Galas é encetada uma aposta no cultivo da amêndoa (Am<sup>a</sup>). Manda plantar o *Amendoal das Casinhas*<sup>194</sup> [SEIXAS 2003: 9] com aproximadamente 14.000 pés, que fica na área defronte do Santuário de Santo Antão da Barca e Miragaia e se estende, de forma não consecutiva, até, praticamente, o limite da quinta, junto do ribeiro da Cachoêda, e, conseqüentemente, da freguesia de Meirinhos, ocupando uma área de 25,311 hectares das margem do Sabor [Anexo III: Doc.28, secção L-32, nº15 a 19], área da *Carvoeira* [CMP 1:25000 nº106]. Um outro fica mais a jusante, sobranceiro ao terraço fluvial da ribeira do Medal (margem direita)

---

<sup>194</sup> O topónimo estará, tudo indica, relacionado com as ruínas, de uma casa ou casebre, registadas nessa área [Anexo IV: QC-C-10]



[op cit: nº10]. Só viriam a estar em plena produção nas primeiras duas décadas do século XX.

#### **4.3.1. Crestelos no século XX: auge e declínio produtivo... e o corruipio do quotidiano de uma grande propriedade**

Chegados ao século XX, tal como para as outras propriedades em estudo, a qualidade e quantidade de informação disponível acerca do tecido produtivo aumenta consideravelmente.

Em 1900 era montado mais um tonel no interior da adega<sup>195</sup>, que ainda fotografámos, *in situ*, ostentando, gravada, essa data [Anexo II: foto 27]. A vinha, no período do Galas, era ainda uma realidade e o modo como a quinta era explorada em pouco ou nada deveria diferir da realidade das últimas décadas de XIX. É no período em que a Quinta de Crestelos é pertença e se encontra debaixo da gestão de Acácio Santiago (1902-1941) que o auge produtivo, como já afluámos anteriormente, terá sido alcançado e continuado, posteriormente, por António Ernesto Santiago.

Nas palavras de Carlos Seixas “*Acácio Santiago, que era um excelente administrador e muito ufano na sua quinta, que esta, no que concerne à agricultura tradicional, atingiu o seu momento áureo, atenta a riqueza que produzia e o movimento de pessoas e assalariados que registava na lide diária, visto nela residirem, com carácter permanente, largas dezenas de pessoas.*

*“Foi o apogeu da cultura cerealífera. Em Crestelos produziam-se toneladas de cereal, além de outros produtos como o azeite e o vinho, mas estes em menor escala, isto sem esquecer a caça, a actividade piscatória, a pastorícia com 3 rebanhos permanentes a pastorearem e os variados produtos hortícolas, atento os vastos pomares espalhados pelas hortas”* [2003: 9].

Esta realidade é ilustrada pelas construções [Anexo III: doc.29] e benfeitorias existentes por toda a área da quinta. Foi registada em pormenor pelas *Secções Cadastrais do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (Distrito Bragança, Concelho Mogadouro, freguesia Meirinho, secção L1 a L5 e L-32)*<sup>196</sup>, cujo trabalho de campo é efetuado durante os inícios da década de 1920, e pela *Matriz Predial Rústica da*

---

<sup>195</sup> Ao contrário do lagar de azeite, a oficina vinária não terá sofrido grandes transformações e manteve a sua função até, aproximadamente, o início da década de 1990 [informação oral não gravada].

<sup>196</sup> [http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro\\_geometrico\\_da\\_propriedade\\_rustica\\_cgpr/consultar\\_seccoes\\_cadastrais/](http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro_geometrico_da_propriedade_rustica_cgpr/consultar_seccoes_cadastrais/)

*freguesia de Meirinhos, artigo nº1, secções L1, L2, L3, L4, L5 e L-32*<sup>197</sup>, datada de 1940, mas feita com base nas secções cadastrais correspondentes a Crestelos.

A cultura arvense (C.A.), do trigo e do centeio, continua a ser aquela que mais território ocupa, constituindo uma das grandes apostas agrícolas desta unidade produtiva. Esta cultura ocupava praticamente toda a encosta e vales, mais acentuados, da quinta, a cotas mais altas, sendo apenas pontuada por um olival (Ol.) [L2, nº3 + L3, nº32] de 4,625ha e duas, pequenas, áreas de horta (H) [L2, nº5 e 6] nas proximidades do *Curral dos Cerejais*, na margem direita da ribeira do Azibrio, uma outra horta, a jusante, sobranceira à *Trapa/Barraís*, junto da margem direita do ribeiro de Lodões [L5-5], e algumas áreas de pinhal (Pn.): L5, nº16, 18, 20 e 21 e L2-16 que perfazem, aproximadamente, 17,93ha dos 999,5672ha registados na matriz predial de 1940.

Mais próximo da margem do rio Sabor, as culturas começam a apresentar-se variadas, se bem que em área continua a dominar o cereal, em particular onde os terrenos se apresentam mais aplanados e com maior possança, ou seja, nas olgas, terraços (fluviais) e zonas de vale, menos encaixadas, das linhas de água subsidiárias do Sabor, com particular relevância para as margens da Ribeira do Medal. O *Olival dos Távora*, com os seus 5,625ha [L3, nº5], continua a figurar no entorno NO-O-S do casario, ao qual se juntam outros, de menores dimensões: um a Este do *Cabeço da Capela* [L3, nº10: 0,5625ha]; outro [L3, nº18: 0,0812ha] a NE do Forno Telheiro [Anexo IV: QC-C-05] entre este e o Cabeço da Capela, L3-24 um olival, de 75 árvores, plantado em zona de vinha (V), localizado no fértil vale, provavelmente as melhores terras de cultivo em Crestelos, formado pela confluência do ribeiro do Azibrio com a margem esquerda da ribeira do Medal - a *Olga do Pereira*. Contam-se mais 240 oliveiras à Trapa (margem direita do ribeiro de Lodões), L4,nº14 e 15, respetivamente entre horta e vinha.

Neste levantamento das décadas de 1920 a 1940 destaca-se, pela área ocupada de 38,4991ha à qual se devem somar as 298 árvores dispersas por L-32nº1 (C.A.) na zona da *Casinha* e outras junto do *Olival dos Távora* [L3, nº6], o amendoal. Situa-se, como já vimos, sobretudo a montante, para lá da margem direita do Medal, a que se junta a grande mancha próxima da margem esquerda do ribeiro do Vale de Carvalho [L4, nº11], a sul do núcleo construído dos Barraís, e um outro à Trapa [L4, nº24].

---

<sup>197</sup> Repartição de Finanças de Mogadouro; Anexo III: doc.28.

Menos expressiva, mas ainda assim presente, é a cultura da vinha. Encontrava-se presente na *Olga do Pereira*<sup>198</sup> [L3-22 e L3-24], em conjugação com árvores de fruto e, mais a montante, na Trapa [L4-15], ocupando uma área pouco superior aos 3ha.

Às culturas predominantes e potencialmente comercializáveis juntavam-se as zonas de horta (H), onde se cultivavam produtos para consumo dos habitantes da quinta: batata, feijão, hortaliças, etc. e os pomares.

Segundo ASD, nascido em 1941, um dos 22 filhos do caseiro da *Quinta dos Barraís*, onde nasceu e viveu até aos vinte anos, na altura do “*Santiago*” existiam dois caseiros com a respetiva família nas quintas adjacentes, Barraís e Curral dos Cerejais, pois a Trapa seria já uma ruína [Anexo IV: QC-B-03], e um feitor no núcleo central, mas sempre sob a supervisão do proprietário. O seu pai, Claudino Dias, foi caseiro nos Barraís mais de 30 anos, tendo trabalhado para Abílio Santiago, e para o proprietário seguinte, António Ernesto Miranda. No seu tempo, o sistema de arrendamento funcionava como pagamento *a meias* para o cereal, para o gado e para as batatas. O “*gado, o cereal e as batatas era a meias* [metade do rendimento para o patrão e outra metade para o feitor], *o que semeava nas hortas* [feijão, hortaliças: couve, alface, etc.] *era tudo para o caseiro. (...) o cereal era verificado o rendimento porque vinha a malhadeira e o Santiago e depois o Miranda sabia o que era seu e o que não era. Nas batatas, quando elas se arrancavam vinha o feitor dele e eram tantas sacas para ele e outras tantas para o caseiro. O leite do gado era um dia para o caseiro e outro dia para o patrão*” [ASD1028: 38:10m]. Um cenário, do modo como a quinta era explorada, que se pode complementar com o que escreve Carlos Seixas relativamente aos lavradores que vinham fabricar a terra de cereal: “*Continuavam a vir lavradores de Meirinhos, do Souto da Velha e demais arredores a fabricarem a terra. Ao dono entregavam a percentagem que «Deus a dava» traduzida em 10% por cada pousada colhida.*” [2003: 9]. Produtos como a azeitona, a amêndoa e as uvas seriam inteiramente de exploração direta e para o proprietário.

---

<sup>198</sup> Esta área destacava-se como umas das zonas mais férteis da Quinta de Crestelos, que se estendia pelo vale formado entre a margem esquerda da ribeira do Medal, a margem direita do ribeiro do *Azibrio* e o *Cabeço do Cuco*. Toda ela estava trabalhada, antropizada, de forma a se poder tirar o melhor rendimento, visível desde a cartografia mais antiga a que temos acesso. O ribeiro do *Azibrio* encontrava-se encanado e desviado para poente através de um caneiro murado, em alvenaria seca de xisto por toda a extensão do vale [Anexo IV: QC-C-16; Anexo II: foto 28 e 29] e todo o vale estava, igualmente, cercado pela continuação do mesmo muro.

Da época do auge da produção cerealífera (1920-1950/60<sup>199</sup>) conhece-se uma fotografia que retrata uma malhada, em 1942, a ser efetuada na eira da quinta [Anexo II: foto 14 / Anexo IV: QC-C-13], publicada no artigo “*Quintas com História – A Quinta de Crestelos*” já aqui largamente citado [SEIXAS 2003]. Nela podemos observar em primeiro plano, com o casario, o *Olival dos Távora* e o pombal em fundo, a azáfama dos malhadores, auxiliados por uma malhadeira acionada por motor de combustão, dando testemunho da introdução da mecanização, como forma de otimizar o trabalho face à elevada produtividade do cereal. Malhadeira semelhante foi por nós identificada, abandonada e em avançado estado de degradação, próximo ao núcleo central construído dos Barraís [Anexo II: foto 15].

A maior parte do cereal cultivado, em particular o trigo, era para vender ou entregar à Federação Nacional dos Produtores de Trigo.

Aquele que ficava para a quinta, depois de separado o grão da espiga e ser seco na eira, era armazenado nas tulhas [Anexo IV: QC-C-01, Ed. 7 e 8] para a sementeira do ano seguinte e para o consumo. Parte seguia para moagens alheias para ser transformado em farinha, já que não dispunha de moinhos. Com esta fazia-se o pão, elemento base da alimentação dos habitantes da quinta e dos trabalhadores à jeira, utilizando-se para isso os fornos de que dispunha.

A estrutura do forno [Anexo IV: QC-C-02, Ed. 4] propriamente dita não tem cronologia definida, mas seguramente é anterior à segunda metade do século XX, tendo em conta os relatos sobre a sua utilização recolhidos junto do filho do caseiro da Quinta de Barraís, Claudino Dias. ASD, o inquirido, refere que, durante o tempo em que habitou nos Barraís, não existia outro forno senão o da Quinta de Crestelos, pelo que numa primeira fase, os habitantes de Barraís tinham de utilizar esse para cozer o seu pão, cabendo mais tarde essa função ao moleiro que ia à quinta recolher o grão: “*porque nós não tínhamos fornos e primeiramente íamos a Crestelos, a minha irmã e a minha mãe, as mulheres que puderam, depois desde que deixaram de cozer, levavam o pão para cima, o moleiro levava o pão para cima e depois trazia-o cozido, levava o grão moía, tinha um moinho, moíam e coziavam e depois traziam*” [ASD1028, 01:14:19m]. O forno de Barraís, segundo o seu testemunho, é de construção posterior à sua saída da quinta, em 1960, apontando para uma data no período entre 1965 a 1970, quando estavam em funções os “*caseiros dos Picões*” [ASD1028, 01:14:45m].

---

<sup>199</sup> “(...) em especial, nos anos 30, quando se introduziu em Portugal as campanhas do cereal, que obrigavam toda a terra, com o mínimo de aptidão agrícola, a serem semeadas” [SEIXAS 2003: 9].

As tulhas serviam para o armazenamento de produtos agrícolas secos, passíveis de conservação duradoura, tais como o grão de cereal obtido depois da malha, que era suposto ficar para a sementeira seguinte, a farinha que não era vendida, as leguminosas como o grão-de-bico ou o feijão, ou até mesmo as batatas. A sua localização na zona mais nobre da quinta, sob os aposentos pessoais do proprietário e do feitor, sendo possível aceder-lhe através de alçapões, tem uma função prática de segurança e controlo, bem como simbólica, evidenciando-se a sua pertença.

A criação de gado (ovelhas, cabras, bovinos), de outros animais domésticos (porcos, galinhas, coelhos, pombos, cavalos, jumentos, etc.) e de abelhas é parte integrante e fundamental de qualquer economia doméstica rural, a que a Quinta de Crestelos não foi exceção. Com esta atividade obtêm-se elementos essenciais para o normal funcionamento de uma casa agrícola. Para além de fonte de proteínas (carne) e do leite (para consumo e fabrico de queijos), deles pode aproveitar-se, também, as peles, a lã (ovelhas), os excrementos, fundamentais para a fertilização das terras de cultivo, o mel (fonte de açúcares naturais) e a cera das abelhas. Fundamentais são também os bois, cavalos e jumentos como força de tração para transporte e auxílio às atividades agrícolas. São testemunhos desta importância e vitalidade a área preservada de prados naturais (Pr.n) assinaladas nas secções cadastrais, 2,6971 hectares, aos quais devem ser adicionadas as áreas de culturas arvenses/sequeiro em pousio e parte da palha proveniente do cereal que seria, certamente, utilizada para alimentação do gado, sem excluirmos, também, alguma vegetação arbustiva rasteira que crescia nas zonas designadas de estéréis (St.), alimento para gado ovicaprino. Outro testemunho são as várias dependências construídas para guardar e criar animais: currais, cortes, cercados, curriças, pombal e apiários [Anexo IV: QC-B-01, QC-B-03, QC-C-01, QC-C-02, QC-C-04, QC-C-06 a QC-C-12], bem como estruturas perecíveis e móveis, bardos que seriam montados ao longo da quinta, fotografados por Joaquim Santos Júnior [Anexo II: foto 30 e 29].

As fontes orais, cuja memória recua até à década de 1940, informam-nos que, dentro da Quinta de Crestelos, as áreas de circulação dos rebanhos, as *voltas do gado*, estavam definidas, assim como quais as espécies que se poderia criar em cada um dos três núcleos: em Crestelos e no Curral dos Cerejais (ou *Quinta da Serra*) encontravam-se os rebanhos de ovelhas e nos Barrais a cabrada. ASD, como já vimos, conta que até o modo como eram divididos os rendimentos dos rebanhos estava bem aclarado: metade

para o feitor e metade para o patrão, inclusivamente no que diz respeito ao leite que “era um dia para um e no seguinte para o outro” [ASD1028].

Muito semelhante àquilo que foi Crestelos na primeira metade do século XX, seria a realidade fixada em 1958, data de um voo, e registo através de fotografia aérea, de que se apresenta a fotointerpretação.

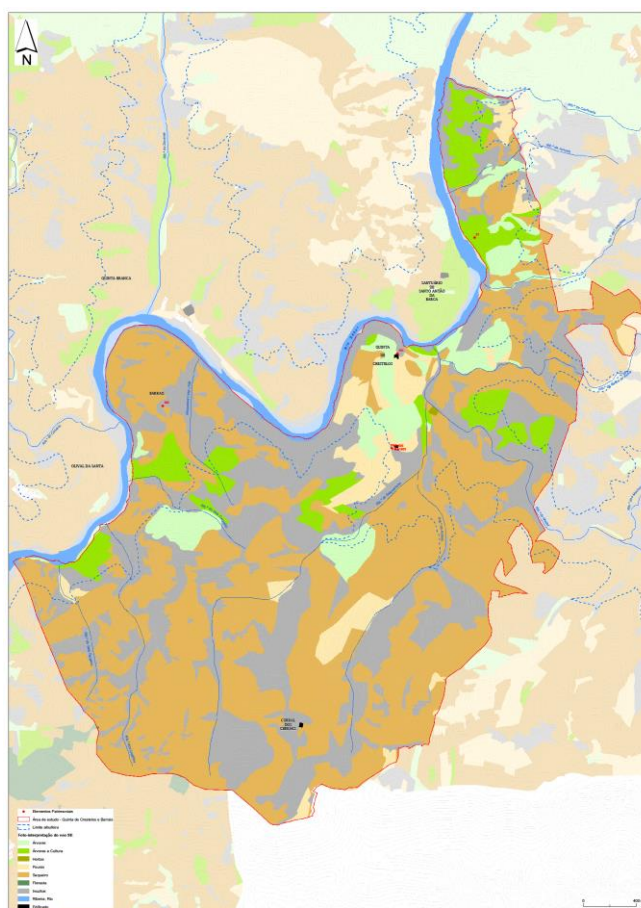


Ilustração 10-Interpretação de fotografia aérea de 1958 [Retirado e adaptado DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: 40 / Anexo 1, 10; Conceção DORDIO GOMES e CORREIA, execução cartográfica de João Monteiro] [Para melhor leitura: Anexo I: Ilustração10]

Há, no entanto, algumas transformações já identificáveis. A jusante da *Carvoeira*, entre os vales do ribeiro da Preguiça (ou Pedra de Asma) e a margem direita da ribeira do Medal, onde nos registos das matrizes prediais e secções cadastrais (L3 e L-32) apenas se assinalam manchas de cultura arvense (centeio e trigo) e alguns pastos naturais, ao observarmos as fotografias aéreas do Voo de 1958 identifica-se uma generosa área, correspondente ao *terraço fluvial da foz do Medal*, plantada de árvores, que cremos ser de pomar de laranjeiras com vinha<sup>200</sup>, oliveiras e amendoeiras à mistura.

<sup>200</sup> Culturas referidas na memória oral e de que restavam ainda vestígios aquando dos trabalhos de campo.

Junto do troço final da margem direita do ribeiro Vale Carvalho, a jusante dos Barraís, a imagem do voo mostra, uma significativa plantação com um misto de árvores e outras culturas. Ainda mais a jusante, à Trapa, a vinha mais próxima do rio Sabor havia já desaparecido dando lugar ao olival.

As mudanças, embora ténues, começavam a sentir-se. Era o abandono, paulatino, da cultura do cereal a iniciar-se na década de 1960, e a tornar-se efetivo a partir dos anos 70 do século XX com o “*fim das campanhas cerealíferas, as convulsões socais... o êxodo das populações rurais para o litoral, a escassez de mão-de-obra e o conseqüente ao mento dos custos de produção*” [SEIXAS 2003: 9]. Irão dar-se profundas alterações na estrutura agrícola e estratégias de exploração da quinta: necessidade de apostar em outras produções e reforço da política de incrementação de inovações de auxílio à produção como os sistemas de rega e a maquinaria.

Grande parte dos terrenos, outrora destinados ao *pão*, foi ocupada por outras culturas, sobretudo de carácter permanente, ou ficou a monte. O muro-apiário junto ao edificado de Crestelos [Anexo IV: QC-C-11], há muito despojado destas funções, foi transformado em horta, regada com recurso ao motor-bomba, que retirava água do Sabor no local do *Poço do Remanso ou da Bomba*. No terraço em torno no núcleo dos Barraís, entre as décadas de 1960 e 1970, o dono da quinta, António Miranda, mandou plantar um pomar de pessegueiros e vinha [ASD1028].

As áreas de olival, amendoal, pomar e parte da vinha continuam a ser exploradas, mas o investimento nas culturas em Crestelos é pouco, ou nenhum, e a quinta definha.

Com a chegada dos Ruano à propriedade há, aparentemente, uma tentativa de revitalização, em particular dos olivais e de alguns pomares, e de novos investimentos. Nos Barraís é plantado um novo olival [AD1028: 37:20m], ainda existente em 2012, que passa a partilhar o espaço com a vinha. Esta realidade é bem ilustrada pela Carta de Ocupação do solo de 1990 (COS'90).

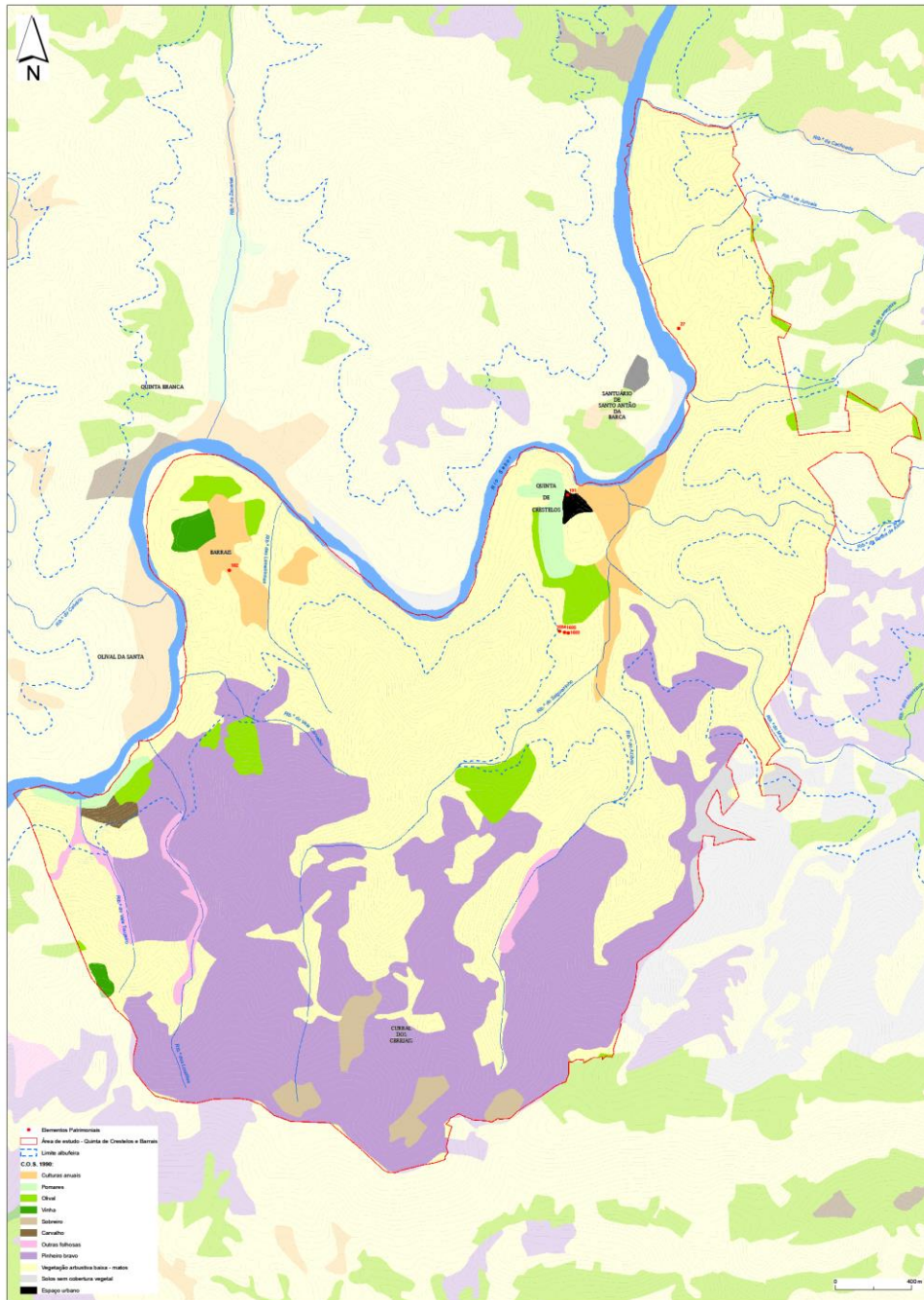


Ilustração 11- Interpretação de COS de 1990 [Retirado e adaptado DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: 41 / Anexo 1, 11; Conceção DORDIO GOMES e CORREIA, execução cartográfica de João Monteiro] [Para melhor leitura: Anexo I: Ilustração 11]

A COS'90 assinala que a grande área de amendoal que existia à Carvoeira (*Amendoal da Casinha*) se encontra inculta. Tal, acreditamos, é sintomático do grande projeto de florestação, com eucaliptos e alguns pinheiros, pensado para a quinta, e aquela zona em particular, que se estava a iniciar e se prolongaria até aos primeiros anos do século XXI.



Chegados ao novo milénio, a Quinta de Crestelos apresentava-se com grande parte do seu território inculto e a *monte*, ou plantado de floresta onde predominava o eucalipto, o pinheiro e os cedros, cuja materialização no terreno era visível, não só, pelas próprias árvores, mas também pelas benfeitorias relacionadas com a sua plantação e manutenção, de que são exemplo as charcas e os patamares de surriba mecânica. A pouca dinâmica que a quinta mantinha, centrava-se, portanto, nos cerca de 22 hectares de olival<sup>201</sup> ainda em produção, e em algumas culturas temporárias como as hortas, leguminosas e milho nas margens da Ribeira do Medal e Olga do Pereira [COS 2007], nos pequenos rebanhos que por ali circulavam [Anexo II: foto 31] e a sua vocação cinegética, de reserva de caça, aproveitando os 700ha florestados [SEIXAS 2003: 8].

#### 4.4. A agricultura no território da Quinta Branca

*“Tinha mais movimento aquela Quinta que têm as aldeias. Ele tinha o pastor das cabras, tinha o pastor da... Tinha dois gados, tinha os pastores dos gados, tinha o que andava com os bois, tinha lavradores dos bois. Tinha o hortelão para tratar das hortas.*

*“Aquele gente ali dos picões foi ali toda criada, por ali. Começavam em Maio a trabalhar, só iam ao fim de semana a casa, as raparigas e tudo, e ali estavam a apanhar milho a apanhar feijão (...) Olhe cantavam e dançavam naquele curral, olhe eu vivi lá tanto tempo, ali numa varanda numa casa velha, mas lá vivemos, elas dançavam e faziam ali tudo”.*

[MACARLOS<sup>202</sup>1002, 07:00 a 13:00m]

As zonas junto das margens da ribeira de Zacarias [Anexo II: foto 32 e 33] e parte da frente voltada ao rio Sabor daquilo que foi o complexo agrícola da Quinta Branca eram das mais férteis do concelho de Alfândega da Fé “*ali dava-se tudo!*” [FAC<sup>203</sup>0958, 21:10m], a par daqueles do vale da Vilariça. O restante território da propriedade, que correspondia à maioria da sua área, era composto maioritariamente por terras *ladeirosas* e *delgadas*, ou seja, com um declive muito acentuado e pouco possança de solo.

Estas características do território, onde a natureza das terras é muito distinta entre diferentes zonas da propriedade, têm, como iremos verificar, grande influência no modo e tipo de cultivo que se praticou nos vários momentos cronológicos que aqui nos propomos a analisar.

---

<sup>201</sup> *Olival dos Távora e Olival dos Barrais.*

<sup>202</sup> MACARLOS, de 76 (em 2012, ano da entrevista), sexo feminino, natural do Sardão, Parada, concelho Alfândega da Fé. Com a 4ª classe, foi padreira e agricultora/jornaleira durante toda a sua vida, tendo exercido essas funções, temporariamente, na Quinta Branca.

<sup>203</sup> FAC, de 88 (em 2012, ano da entrevista), sexo masculino, natural dos Picões, Ferradosa, concelho de Alfândega da Fé. Não andou na escola. Foi agricultor, pedreiro e barbeiro, tendo trabalhados para a família Rodrigues na Quinta Branca, em São Gonçalo e Santa Eufémia durante os períodos do Dr. Roque e de Porberto Silva.

#### 4.4.1. Da segunda metade do século XVIII às primeiras décadas do século XX

Como já se expos em capítulo anterior, referente à história do território de exploração agrícola que designamos por Quinta Branca, é no decorrer das últimas décadas do século XIX que, através de um processo de emparcelamento, pelas mãos de uma das famílias de lavradores mais abastada da Ferradosa, esta grande propriedade, efetivamente, se forma.

Até à sua constituição, o seu território, sob os topónimos Rio de Cabras, Chousas, São Gonçalo e Santa Eufémia, seria explorado segundo os modelos que se praticava na região (e nas freguesias onde se encontra), com particular enfoque nas cultuas arvenses, com vínculos que seus senhores dão a arrendar [SÁ 1785: 162; MENDES 2009: 101], o que pode certificar uma tendência para a concentração das parcelas agrícolas [MENDES 2009: 106]. Tal se atesta com os exemplos concretos, existentes na documentação produzida no âmbito do sequestro dos bens dos Távora, que têm vindo a ser citados<sup>204</sup>. Por exemplo, aqueles relativos ao rendimento que a Coroa tirava da Quinta de Santa Eufémia após a sua expropriação no ano 1760: “*Carrego em receita vinte mil e quinhentos réis de 50 alqueires de pam miado da renda da Qta de Sta Eufémia a 410 réis*”<sup>205</sup>, e de São Gonçalo e Rio de Cabras: “*Tem os tapados junto do Rio Sabor que constão de terras e olivais o azeite se colhia para a Caza e pelas terras dão de renda quarenta alqueires de trigo e centeio.*

“(…) *Os olivais da Quinta de São Gonçalo e Rio de Cabras de que já se faz menção na renda a pão*”(fl.23v).<sup>206</sup> “*Tem mais o olival de Santa Eufémia junto ao Rio Sabor lemite dos Serejais termo desta vila com seus tapados de fora*”.<sup>207</sup>

As citações anteriores apresentam-nos uma exploração agrícola do território, pelo menos na componente que respeita aos produtos comercializáveis, baseada nos cereais e no azeite, em linha com aquilo que acontecia na região. Um panorama que nos é transmitido pela restante documentação produzida no âmbito do processo dos Távora aquando das notas acerca dos *Bens de Afândega e Serejais*<sup>208</sup>, mencionam-se que aqueles de “*S. Gonçalo, do Morgado (fl.11) Tem os tapados junto do Rio Sabor que*

<sup>204</sup> Anexo III: Doc.11 a 13

<sup>205</sup> AHTC, Casa de Távora, 309, Conta do rendimento e despeza dos bens forão do arcebispo que foi de Évora D. Fr. Miguel do anno de 1760, fl. 2v.

<sup>206</sup> AN-TT, *Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigo*, Relação dos bens que possuíam os Marqueses que foram de Távora na Província de Trás-os-Montes, Maço 133, nº 37 (cota provisória), fls. 1 a 21. s.d. (posterior a 1758), fl. 11 e 11v.

<sup>207</sup> AN-TT, *Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigo - Mç.* 133, nº 37, fls. 22 a 24 (s.d.) Título dos bens que forão adjudicados ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Évora na feitoria de Afândega e Mirandela por morte de seu irmão Francisco Xavier de Távora.

<sup>208</sup> AN-TT, *Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigo*. Relação dos bens que possuíam os Marqueses que foram de Távora na Província de Trás-os-Montes Maço 133, nº 37 (cota provisória), fl. 1 a 21. s.d. (posterior a 1758).

*constão de terras e olivais o azeite se colhia para a Caza e pelas terras dão de renda quarenta alqueires de trigo e centeio*". Nos registos das receitas e despesas que a Coroa teve com as propriedades entre os anos agrícolas de 1758 a 1762 (não consecutivamente) lemos: (fl. 12v) "*Carrego em despesa doze mil sete centos e dez réis de apanhar a azeitona da quinta de S. Gonçalo, medição, e Carreto e limpar as oliveiras - 12\$710*"<sup>209</sup>; (fl.10v) *Carrego em receita por sincoenta e dois alqueires de pam miado de renda dos tapados de S. Gonçalo a 280 réis hũ pelo outro quatorze mil réis - 14\$000*"<sup>210</sup>.

Para o ano de 1760 não detetamos quaisquer referências a São Gonçalo, voltando as mesmas em 1761-1762, desta feita com receita e despesa: (fl.7) "*Por 52 alqueires de pam miado da renda dos tapados de S. Gonçalo a 260 réis 13\$550*"<sup>211</sup>; (fl.13v) "*Por despeza da apanha da azeitona da quinta de S. Gonçalo sua medição, e carreto dezasseis mil sete centos e vinte e cinco réis 16\$725*"<sup>212</sup>. Nas terras às Chousas: (fl. 26) "*Pagamento feito ao Ilustríssimo Senhor thezoureiro-mor da Santa Igreja Patriarcal o Senhor Henrique Vicente de Távora, etc.*" (fl. 28v) "*Por vinte e quatro mil réis que (fl. 29) houvera por sinco oliveiras com sua terra aonde chamão as Chouzas lemite do lugar dos Serejais que parte com Manoel Pires - 24\$000*".

(fl. 38) "*Por vinte sete mil réis que houvera por hum tapado que esta as Chozas com oliveiras e tem hum de fora no lemite dos Serejais -27\$000*"<sup>213</sup>.

Por fim, na inventariação de bens, em Afândega da Fé e Cerejais, por herança Principal Henrique Vicente (Távora), datada de 1759 (data presente na folha nº36 do documento<sup>214</sup>): (fl. 8) "*Hum olival às Chousas, no lugar dos Serejais, que parte com Manoel Pires Luiz do dito lugar*".

Na última década do século XIX, o território encontrava-se já consolidado como uma grande propriedade agrícola, pertencente à família Rodrigues da Ferradosa, composta por três núcleos edificados.

<sup>209</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307 – Despesas de Afândega da Fé, ano de 1758.

<sup>210</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307 – Receitas de Afândega da Fé, ano de 1759-1760.

<sup>211</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307 – Receitas de Afândega da Fé, ano de 1761-1762.

<sup>212</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307 – Despesas de Afândega da Fé, ano de 1761-1762.

<sup>213</sup> AN-TT, Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigo - Mç. 133, nº 37, fls. 26 a 40 (s.d.).

*Pagamento feito ao Ilustríssimo Senhor thezoureiro-mor da Santa Igreja Patriarcal o Senhor Henrique Vicente de Távora, que lhe coube na sua legitima por morte de seu pai o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquez de Távora, António Luís de Távora.*

<sup>214</sup> AHTC, Casa de Távora, 297, Bens de Raiz – da herança do Principal Henrique Vicente que se disse pertencerem todos, ou parte deles a Marquiza de Távora Leonor Thomazia (ano 1759 - informação no fl. 36).

Das matrizes prediais de 1893<sup>215</sup> [Anexo III, doc.21 a 23] a informação que se obtém é de carácter genérico, tendo como cultura dominante o centeio. No núcleo de Santa Eufémia há a referência a 104 oliveiras, no de São Gonçalo ao trigo, à batata, ao milho, a um lameiro para pasto e a árvores para lenha, tal como no das Chousas, onde acresce um pequeno amendoal de 50 árvores, 24 oliveiras, vinha com 50 pés, 9 figueiras e uma horta com a respetiva nascente. Para além da predominância do centeio, como produto que ocupa a maioria do território desta propriedade, em particular aquele que se cultivava a espaços de cada 8 anos, há a destacar que cerca de um terço do seu território está referenciado como *inculto ou a monte* e a escassa quantidade de vinha, que se explica, facilmente e mais uma vez, pelas pragas que sofreu ao longo das duas últimas décadas de 1800, cujos ecos, para o território de Alfândega da Fé, já havíamos referido: *“Há tratos de terrenos hoje incultos que noutras eras possuíram florescentes vinhedos, por exemplo as ladeiras do Sabor, e de Zacarias e Agrobom que, cheias de socalcos ainda, atestam bem a sua antiga riqueza.*

*“A filoxera empobreceu aquelas terras. O proprietário previdente daqueles tempos que ao lado das videiras plantou oliveiras ou amendoeiras, ficou com o seu rendimento garantido; quem assim não o fez, olha agora, arrependido, para essas enormes encostas áridas, denegridas, pedregosas e desvalorizadas”* [VILARES 1926: 96].

À luz destas afirmações de João Batista Vilares é fácil imaginar a propriedade aqui estudada como um exemplo de ladeiras do Sabor e Zacarias cultivadas de vinha, que no fim do século XIX estava já praticamente desaparecida, sem que nelas houvesse ainda qualquer outra produção, o que poderá, também, explicar a grande percentagem de território inculto que ali se identifica até ao processo de aquisição de todo este território por uma única família. Como iremos verificar, a vinha não viria mais a ser uma aposta produtiva relevante, enquanto produto comercializável, nesta propriedade.

Outro pormenor que desperta a atenção é a pouca expressão do olival e do amendoal, culturas que se encontravam em franco desenvolvimento na região.

Em todas os núcleos há a referência a áreas de habitação, baixos para animais e arrecadação, palheiros e curral, sem que, no entanto, surja qualquer menção a estruturas transformadoras<sup>216</sup> como fornos, eiras ou lagares. Não conseguimos destrinçar se tal

---

<sup>215</sup> As matrizes prediais rústicas de 1940 mimetizam estas por completo, sem qualquer atualização [Anexo III: doc.21 a 23].

<sup>216</sup> A mesma ausência acontece nos registos de matrizes prediais rústicas e urbanas consultadas, posteriores às de 1983, ou seja, as de 1940 e da década de 1960.

acontece pela inexistência deste género de estrutura à data<sup>217</sup>, ou, e é para esta hipótese que mais nos inclinamos, por estas não serem alvo deste tipo de registo predial.

Para a forma como os proprietários exploravam as suas três quintas não temos qualquer informação concreta, mas, por indícios indiretos, ou seja, a entrevista antropológica [FAC956, 2:13m; FAC965, 14:15m], em que há frequentes referências à saída do *Badalo*, caseiro de Santa Eufémia, no decorrer, provavelmente, da década de 1940 quando Carlos Roque começa a gerir as propriedades e opta por um sistema de exploração direta, indiciando que até aí as terras andariam arrendadas e, conseqüentemente, não funcionando como unidade produtiva.

Como nos conta AMAJO<sup>218</sup> [AMAJO1013, 1h07:32m], nas *quintas anexas* (São Gonçalo e Santa Eufémia), embora estivessem ocupadas por caseiros, estes não eram autónomos, quem geria as *três quintas* era o Dr. Roque e um feitor. Naquela altura, a única parte não gerida por eles era a que pertencia ao Dr. Zilhão, que tinha caseiro próprio para lhe cuidar dos terrenos herdados.

#### 4.4.2. O Século XX

*“Os pobres é que trabalhavam e os ricos é que o recebiam”* [GSC<sup>219</sup>0950, 31:00m].

É a partir da segunda metade da década de 1930 e, sobretudo, da década de 1940 que começamos a ter informação e documentação mais específica acerca do quê e como se cultivava nesta propriedade.

Durante as quatro primeiras décadas do século XX, algumas transformações e investimentos ter-se-ão dado, cujos resultados são visíveis no decorrer das duas décadas seguintes. O *pão* continua a ser aposta mais forte, vinda já de períodos anteriores, atestado, também, de forma indireta, pela presença de uma eira junto a cada um dos três núcleos edificados. A da Quinta Branca foi por nós registada [Anexo IV: QB-B-17] e das restantes prevalece, apenas, a memória oral, pois foram destruídas no âmbito dos projetos de florestação [FAC0958, 14:00m; MGBFM<sup>220</sup>1368, 37:35m].

---

<sup>217</sup> Por exemplo, o lagar vinário da Quinta Branca apresenta características morfológicas e construtivas enquadráveis no século XVIII e inícios do XIX [Anexo IV: QB-B-05].

<sup>218</sup> AMAJO, de 86 (em 2012, ano da entrevista), sexo masculino, natural de Agrobom, concelho de Alfândega da Fé. Foi feitor na Quinta Branca entre 1949 e 1956.

<sup>219</sup> GSC, de 86 (em 2012, ano da entrevista), sexo masculino, natural da Gouveia, concelho de Alfândega da Fé. Não frequentou a escola. Foi lavrador, pastor e jornalista na Quinta Branca até emigrar na segunda metade da década de 1960.

<sup>220</sup> MGBFM, de 51 (em 2013, ano da entrevista), sexo feminino, nasceu na Quinta de Crestelos, mas viveu na Quinta de São Gonçalo em Alfândega da Fé. Com a 4ª classe, é filha de um dos últimos proprietários, Jaime Feijó, de São Gonçalo, onde cresceu, viveu e trabalhou.

É da década de 1940 em diante que as memórias vivas [FAC0951, 0958, 1000; MACARLOS1002; MADEP0942; AMAJO1005; JCG<sup>221</sup>0922; LN<sup>222</sup>0265; LB<sup>223</sup>0977; GSC0950; PS0329, 0944; MGBFM1368; HF.AP<sup>224</sup>1001] [Anexo II: foto 34] mais têm presente a vida na quinta, do seu apogeu ao declínio, e nelas muito iremos suportar o nosso discurso interpretativo, devidamente cruzadas como o registo do voo de 1958 e as matrizes prediais de 1940 e 1960 [Anexo I: Ilustração 12 e 13; Anexo III: doc.25].

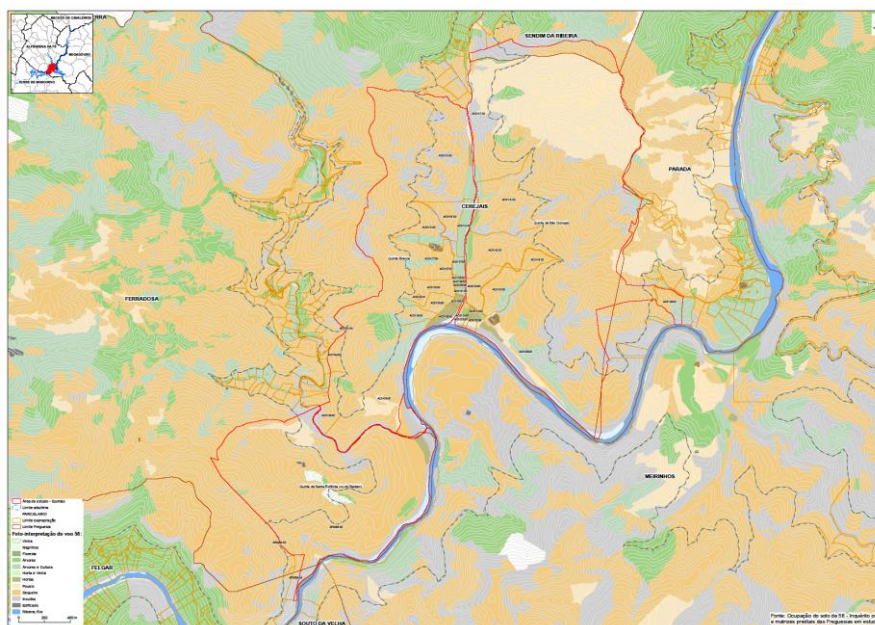


Ilustração 12- Fotointerpretação da ocupação do solo a partir de fotografia aérea de 1958. Culturas agrícolas, e respetiva distribuição [Retirado e adaptado DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: 48; Conceção DORDIO GOMES e CORREIA, execução cartográfica de João Monteiro] [Para melhor leitura: ANEXO I: Ilustração 12]

*“Chegou lá a trazer 70 segadores durante um mês. (...) Tinha dois rebanhos de gado, uma cabrada, sete juntas de bois. Aquilo era uma alegria, ao chegar, por exemplo ia-se daqui e ao chegar à Quinta era uma alegria. Gado a berrar, cães a ladrar... Aquilo ali havia de tudo”.*  
Testemunho acerca de Carlos de Deus Roque: [FAC0951,09:00m]

Iniciadas as partilhas pelos vários herdeiros, as quintas Branca e de São Gonçalo são divididas em vários artigos matriciais [Anexo III: doc.25], mantendo-se apenas a de Santa Eufémia como artigo único. No entanto, esta divisão não contribuiu, numa primeira fase, para o desmembramento da unidade produtiva que se vinha a estabelecer,

<sup>221</sup> JCG, de 60 (em 2012, ano da entrevista), sexo masculino, natural de Vilar Chão, concelho de Alfândega da Fé, mas habitante nos Cerejais. Com o 5º ano de escolaridade, foi agricultor na Quinta Branca.

<sup>222</sup> LN, de 70 (em 2010, ano da entrevista), sexo masculino, natural de Parada, concelho de Alfândega da Fé. Com o antigo 7º ano de escolaridade, é consultor/solicitador. Conhecedor da história da Quinta Branca e da Família Rodrigues, chegou a ser proprietário de algumas das parcelas da quinta antes da expropriação no âmbito do AHBS.

<sup>223</sup> LB, de 67 (em 2011, ano da entrevista), sexo masculino, natural da Ferradosa, concelho de Alfândega da Fé. Com a 4ª classe, foi agricultor e pastor, chegando, também, a ser presidente da junta de freguesia da Ferradosa. Grande conhecedor do território, gentes e costumes da freguesia e das quintas junto do rio Sabor.

<sup>224</sup> HF.AP, entrevista conjunta. HF, de 77 (em 2012, ano da entrevista), sexo feminino, natural da Cardanha, concelho de Torre de Moncorvo. Foi agricultora, padeira e costureira, em parte na Quinta Branca. AP, de 77 (em 2012, ano da entrevista), sexo masculino, natural da Ferradosa. Foi agricultor e caseiro na Quinta Branca.

bem pelo contrário, pois é durante este período que Carlos de Deus Roque vai tomar para si a gestão das propriedades - das suas e de sua esposa, e dos restantes herdeiros, com exceção, como já vimos, das terras de António Zilhão (Manuel António Rodrigues) - consolidando assim a *Quinta Branca* como uma grande unidade produtora e em breve transformadora de cereal. Apenas as terras de pior qualidade e difíceis de trabalhar eram dadas a arrendar [MACARLOS1002, 07:00m; PS0944, 24:40m], mediante a entrega de uma percentagem daquilo que era produzido, que rondaria os 10 a 50% <sup>225</sup>, segundo os nossos inquiridos, e dependia igualmente do produto. No caso específico do cereal, o proprietário ficava ainda com a palha.

O investimento, para comercialização, passou por outras culturas, com destaque para a das laranjas, que eram vendidas nas feiras [MACARLOS1002, 06:30m] e a da batata. O olival e o amendoal, com milhares de novas árvores a serem plantadas, como atestam os artigos prediais, onde se menciona, muito frequentemente, *amendoeiras em criação* [Anexo III: doc.25], também foram fomentados, mas, numa primeira fase, ainda com pouca expressão. O restante que na quinta se cultivava era maioritariamente para consumo interno, para a casa dos proprietários, para os caseiros, feitores, assalariados, etc. Referimo-nos aos produtos de horta, o milho e cevada para os animais, a fruta (figos e melão, por exemplo), feijão, *botelhas* (abóboras) e o vinho [AMAJO1005,16:58m].

A horta e o quintal assumiam uma tal importância para a manutenção plena da vida da quinta que existia, e ali vivia em permanência, um hortelão, cuja única função, ao longo de todo o ano, era cuidar dos terrenos cultivados com produtos hortícolas [AMAJO1013, 46:15].

Também eram criados animais na quinta, ovelhas e cabras para comercialização e leite, bois, machos e cavalo para tração, porcos, galinhas, patos e pombos para consumo da casa. Pelo que os terrenos de pasto e monte persistiram.

Cada um dos produtos cultivados nas quintas tinha locais e terrenos próprios, como nos indicam os nossos inquiridos. As hortas ficavam junto das casas das quintas, nas margens da ribeira de Zacarias, nas olgas do rio Sabor e no cercado da *horta do avô*, abaixo no núcleo de Santa Eufémia. Partilhavam terreno com a batata e algumas árvores de fruto. A vinha existente dispersava-se pelas olgas da ribeira de Zacarias e, maioritariamente, na quinta de Santa Eufémia, *com 5775 cepas* [Anexo IV: doc.25],

---

<sup>225</sup> O sistema *de meias* é aquele que mais nos referem como prática corrente nesta quinta.

entre os edifícios do núcleo central e a *horta do avô*. Um olival, pequeno, no local denominado Olival da Santa, outro a nascente das casas de S. Gonçalo, e as árvores para lenha encontravam-se dispersas por todo o território e nas margens das linhas de água, tal como mais algumas oliveiras e amendoeiras [Anexo I: Ilustração 12].

Os restantes terrenos encontravam-se ocupados pelo trigo e centeio, ou em pasto e pousio, ou seja, com os produtos comercializáveis da exploração, ou por *árvores de lenha* como, por exemplo, os negrilhos.

Dentro da cultura arvensê, a aposta recaí, sempre que os solos o permitem, no trigo, mais rentável que o centeio, como por exemplo nos barreiros da Quinta de Santa Eufémia acima do olival da santa que era: “*terra de trigo, mas trigo em condições!*” [FAC0958, 20:50m]. O centeio *fabricava-se* nos terrenos mais pobres, ou seja, a maioria da área da terra disponível: “*Nos abicheiros, lá pra cima, que era mais frio botávamos centeio e para baixo trigo. O trigo era melhor nas canadas.*” [FAC0958, 12:10m].

Cultiva-se o cereal em sistema de afolhamento, decidido pelo proprietário e seu feitor [LB0977, 13:50m; MACARLOS1002, 07:00m e 12:50m; PS0944, 24:40m; HF.AP1001, 17:27m], mas o conhecimento deste sistema por parte dos lavradores era empírico, todo sabiam que se tentassem semear todos os anos na mesma terra esta não dava nada [LB0977, 13:50m]. Ou seja, não existia uma linha rígida que definisse onde se cultivava, ou não, a cada ano, dependia do sítio e tipo de terreno [AMAJO1013: 1h11:30m].

A aposta no cereal, por parte de Carlos Roque, é contínua e concertada. Investe, para além da construção da moagem, na compra de uma malhadeira, do motor a gasóleo que a fazia trabalhar, e de uma máquina de triagem e limpeza do cereal, a *tarara* [Anexo II: Foto 35, 36 e 22].

Estes incrementos tecnológicos permitiam a agilização dos processos de malha e limpeza do cereal, ao mesmo tempo que criavam uma dinâmica *de clientelismo* por parte dos lavradores a quem arrendava terras: quem manobrava a malhadeira era pago pelo Roque, mas este não cobrava o serviço aos lavradores das suas terras. O cereal do lavrador era malhado nas eiras das quintas, a parte do que cabia ao proprietário era ali escolhida e retirada das medas (*relheiro*) antes da malhada [AMAJO1005, 15:30m;



AMAJO1013, 1h11:30m; PS0329, 32:30m; HF.AP1001, 17:27m] e, eventualmente, levada para a malhadeira mecânica.

Carlos Roque tinha a ambição de ser o maior produtor de cereal da região. Enquanto tomou conta da quinta, para além daquilo que produzia, diz-se, comprava cereal em muitas das aldeias vizinhas e aos seus rendeiros, pagando valor semelhante ao que pagava o celeiro da vila<sup>226</sup>, aliviando-os assim das custas de transporte, mas ficando-lhe com a palha para forragens, alimentação de animais e adubo/estrumes [AMAJO1313, 1h11:30m; 1h16:46m]. Depois ia armazenado o cereal na sua propriedade para em seguida entregar ao celeiro da vila. Conseguiu atingir o objetivo, como comprova documentação recolhida na Quinta Branca [ANEXO III, Doc.30], pois no triénio de 1950/52 é declarado como o maior produtor de trigo do concelho pela Junta da Lavoura de Afândega da Fé.

Durante a década de 1950 e primeira metade da de 1960, a par da continuação do investimento no cereal, podemos observar, através das descrições das parcelas que compõem as quintas, na matriz predial rústica, cuja data de abertura é o ano de 1960, que nas pertencentes a António Rodrigues e António Zilhão, e naquelas partilhadas entre estes e outros herdeiros [Anexo III: doc.25], para além de uma tendência maior para a policultura, há uma clara opção pelo olival e sobretudo o amendoal, com milhares de *árvores em criação*, algo confirmado por um inquirido que trabalhou na plantação dos amendoais da *Teixogueira* e da encosta entre o núcleo central construído da Quinta Branca e a olga da ribeira de Zacarias, e na edificação de uma casa de construção contemporânea [FAC0958: 36:48m], para Armando Rodrigues.

---

<sup>226</sup> Era obrigatória a entrega do trigo aos Grémios de Lavoura da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, em SEBORRO 2001: x-xxi.

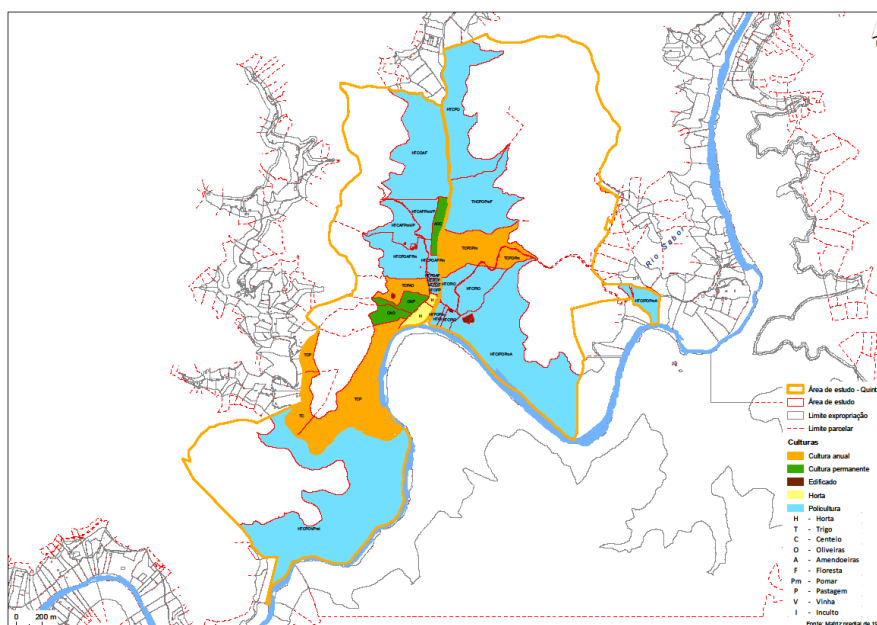


Ilustração 13- Culturas segundo informação constante nos artigos da Matriz predial rústica de 1960 [Retirado e adaptado DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: 49; Conceção DORDIO GOMES e CORREIA, execução cartográfica de João Monteiro] [Para melhor leitura: ANEXO I: Ilustração 13]

Até à década de 60 do século XX, mais concretamente até ao ano de 1962 que assinala a morte de Carlos Roque, a exploração manteve a tendência apontada, o cereal como cultivo dominante, e a coesão, ou seja, as três *quintas* a funcionar como unidade, possível.

Com a morte de Carlos Roque, o paradigma da exploração das quintas rapidamente se vai alterar. Porberto Silva, chamado para tomar conta e dirigir as propriedades, afirma que à sua chegada: “*Quando eu vim de África eu era o maior produtor aqui, de trigo selecionado, quer dizer, trigo para semente, fornecia a Federação dos Trigos*” [PS0329, 11:30m].

Dão-se mais partilhas e alguns dos herdeiros começam a alienar parcelas das quintas, em particular as da Quinta de São Gonçalo. O caso mais notório desta transferência é o de Jaime Francisco Rodrigues Moreira, que entre os anos de 1962 e 1977 [Anexo III: doc.25] vende grande parte dos seus terrenos a Jaime Abreu Feijó, antigo pastor da quinta, que vai precisamente apostar no negócio do gado e fica a viver numa das casas de São Gonçalo, onde irá investir na construção de mais edifícios.

A exploração das quintas muda, deixando de ser integralmente exploradas de forma direta pelos proprietários, um pouco ao modo do que era já praticado nas propriedades de A. Zilhão.

Porberto Silva opta maioritariamente por dar as *terras de pão* a arrendar, fazendo o mesmo com os rebanhos, de cabras e ovelhas, a meias: “*Os meus pais ainda estiveram aqui. Em 1964, os meus pais estiveram aqui, tínhamos 680 ovelhas e cabras, tínhamos 18 vitelos, criávamos aí e fazíamos tudo e ao fim do ano ficava 93 contos limpos, era muito dinheiro, era uma fortuna*” [LB0977, 13:50m]. O pouco cereal que na quinta se continua a semear por via direta dos proprietários é para consumo interno das pessoas e do gado [MADEP0942, 25:00m], a par do que acontecia com os produtos das hortas.

A aposta produtiva recai, sobretudo, no cultivo intensivo dos terrenos junto da ribeira de Zacarias, as *olgas*, com produtos hortícolas - pimento, tomate, pepino, batatas, beterrabas, piri-piri, morangos, malaguetas - que depois eram comercializados para o Complexo Agroindustrial do Cachão FGLNT (Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano) [PS0329, 10:40m; 11:30m; 35:40m; MGBFM1368, 37:55m; MADEP0942, 04:40m e 08:30m] [Anexo III: doc.31]. Ao mesmo tempo, mantem-se a aposta no laranjal, no olival e amendoal, que já existiam. A moagem continua a laborar, mas durante poucos anos. As salas do seu piso superior, outrora celeiro, passam a servir para armazenar a fruta e outros produtos até que fossem enviados para fora da quinta.

Nas parcelas de António Rodrigues e de António Zilhão, a aposta continua a recair nos amendoais e olivais; naquelas que partilham com os restantes proprietários, predomina a policultura.

É durante este período que, como já se referiu, algumas parcelas da Quinta de S. Gonçalo são vendidas para fora do círculo familiar dos Rodrigues, a J.A. Feijó, criando dentro da nossa área de estudo um interessante exemplo de uma exploração de carácter familiar de subsistência no interior daquilo que era, por costume, uma *exploração senhorial*.

Pastor e negociante de gado, Jaime Feijó, nas terras e edificado que adquire, aposta na criação de animais de rebanho para produção de leite, queijo e venda dos mesmos, de que tirava os rendimentos para a família. Os terrenos passam a ser, essencialmente, para pasto, mas não exclusivamente. Uma sua descendente afirma que tinham algumas

oliveiras e no terreno junto ao ribeiro ficava a horta onde colhiam melância, melão, feijão, batata, milho, alface e *tudo o que era preciso*, “*o meu pai tinha sempre gente à jeira a trabalhar ali. Ali, também, nas oliveiras, era vinha. E tínhamos outra lá para cima para a ribeira.*”. Tinha também alguns pessegueiros [MGBFM1368, 18:55m e 26:21m]. Cultivavam, igualmente para casa, algum cereal: “*o meu pai ainda semeava muito trigo, tínhamos muitos dias de malhada e depois íamos moer o trigo ali na Quinta Branca. E também me lembra de irem aos Picões*”. Para além do trigo, diz-nos que também semeavam cevada para os animais [MGBFM1368, 12:18m e 37:35m].

Com o avançar das décadas, o cultivo do cereal era cada vez mais diminuto, apenas se semeava para os animais, com a aveia, cevada e milho-miúdo como apostas, até que praticamente cessou. Os motivos? Aqueles que tradicionalmente se apontam para o abandono das culturas arvenses no nordeste transmontano: a emigração, falta de mão-de-obra, jeiras demasiado altas, fracos índices de produtividade e trigo mais barato vindo de fora, com a consequente ausência de rendimento proveniente desta atividade.

*“Desfiz-me das ovelhas, desfiz-me das cabras... Fiquei a trabalhar por conta direta... E a Quinta foi acabando, a única coisa que fiz foi plantar um olival na Quinta de Santa Eufémia (Olival da Santa), que tem uns oito hectares, fiz lá mais umas coisas, mas aquilo foi desaparecendo”* [PS0329, 11:00m].

Esta frase espelha e sintetiza a curva de declínio produtivo sofrida nas duas últimas décadas de 1900 que se vinha já sentindo nas anteriores.

A moagem cessa definitivamente a laboração, o aproveitamento intensivo das olgas das margens de Zacarias começa a deixar de ser rentável, o cereal havia sido já abandonado por completo, e deixam de existir, à exceção dos pastores, interessados em arrendar as terras.

Porberto Silva aposta nos pomares e culturas anuais ao longo das margens da ribeira de Zacarias e mantém aqueles que já existiam; na quinta de Santa Eufémia, o laranjal e o olival, acima do *Olival da Santa*; junto do edificado central da Quinta Branca continua a cuidar e explorar o olival e o amendoal existentes.

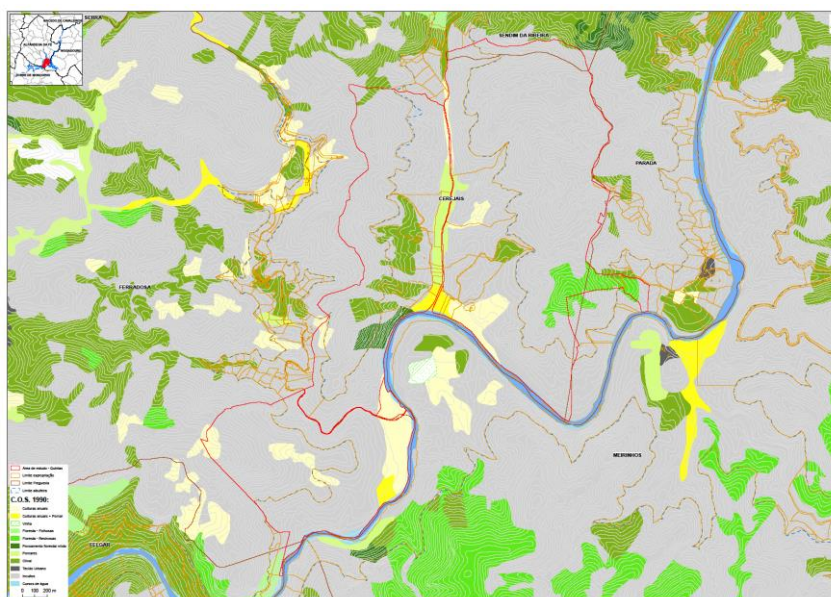


Ilustração 14- Vectorização de Carta de Ocupação de Solo de 1990 [Retirado e adaptado DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: 56; Conceção DORDIO GOMES e CORREIA, execução cartográfica de João Monteiro] [Para melhor leitura: ANEXO I: Ilustração 14]

À medida que se aproxima o final da década de 1980 e durante a de 1990, a aposta passará pela venda de mais algumas parcelas da Quinta de São Gonçalo [Anexo III: doc.25], onde se irá investir em projetos de florestação.

Nas parcelas da Quinta Branca é mantida a aposta nos pomares e olival, e na Quinta de Santa Eufémia recai em projetos financiados de florestação, que, por exemplo, acabaram com toda a área de vinha, e num olival novo, de maior dimensão que veio aumentar a área do Olival da Santa: “*o Olival que eu tenho na Quinta de Santa Eufémia tem 1200 oliveiras novas (...) tem cerca de 20 anos*” [PS0329, 14:30m].

Os restantes proprietários de parcelas que constituíam a propriedade, ou seja, os herdeiros de António Zilhão e de António Rodrigues, continuaram, até largarem em definitivo a quinta, a apostar no amendoal e no olival, chegando a mandar plantar parte do olival novo que existia a norte dos edifícios da Quinta Branca. Também estes apostaram em projetos de florestação.

Na Quinta de São Gonçalo, Jaime Feijó, até abandonar a propriedade nos inícios do século XXI, continuou com o negócio do gado e a agricultura de subsistência.

Para além do olival e amendoal e da floresta, tudo vai sendo abandonado à medida que a década de 1990 avança, tudo vai ficando *a monte*.

Nestas terras que ficam *a monte*, na continuidade do que já vinha acontecendo, há alugueres ou cedências a pastores e cabreiros, para aproveitamento dos seus pastos, cultivo de aveia e *erva do sudão*, ou de hortas, como, por exemplo, o caso do último cabreiro de Santo Antão da Barca que ainda em 2011 tivemos a oportunidade de ver cultivar as olgas das margens da foz da ribeira de Zacarias.

Em 2013, pouco antes de se iniciar a 1ª fase do enchimento da albufeira, a 10 de Julho, deu-se um incêndio que destruiu quase por completo o edificado e árvores ainda em produção [Anexo II: foto 37 a 40].

## 5. Considerações Finais

Passar pela experiência de escrever uma dissertação de mestrado revelou-se uma tarefa árdua.

Em consequência de uma série de limitações de tempo, de espaço, aqui entenda-se o espaço pelo limite máximo de páginas permitidas, das fontes disponíveis, da nossa investigação e da nossa capacidade de sintetizar, pensar e trabalhar essas fontes, chegamos ao final da nossa dissertação com a impressão de ter-nos produzido algo que se materializa entre o *desequilíbrio* e o *inacabado*.

Se é verdade que nenhum dos objetivos que nos propusemos abordar neste trabalho ficou sem resposta, um dos que seria, *a priori*, de maior monta, o da *história anónima* e *micro história* foi, em nosso entender, apenas tocado superficialmente, incapazes, como fomos, de *reconstituir* as famílias e grupos domésticos que nas quintas habitaram. As causas? Acreditamos que a limitação de espaço, que poderia ser minimizada, por exemplo, pelo desenvolvimento da investigação apenas em torno de um dos casos estudados, é a causa mais premente. Não devemos, contudo, olvidar o pouco eco que as fontes, escritas e orais, nos transmitiram para um mais robusto desenvolvimento deste ponto. A pesquisa e recolha de documentação de natureza diferente daquela utilizada e o desenvolvimento de entrevistas mais direcionadas ao dia-a-dia ajudariam, certamente, a colmatar algumas lacunas. A que se poderia juntar, eventualmente, o estudo dos materiais modernos exumados durante as escavações arqueológicas e do espólio etnoarqueológico, recolhido [CORREIA e MAXIMINO 2018] e inventariado, das quintas no decorrer do PSP do AHBS.

Regressando ao *desequilíbrio*, este, como havíamos discutido, advém das fontes disponíveis para cada uma das quintas em estudo e, também, da própria gênese e natureza de cada uma. Como resultado, construímos e adaptámos as narrativas, ao nível da história ou do tecido produtivo de cada uma das propriedades, que primam pela heterogeneidade dos conteúdos e da forma quando comparados. Se estas características da narrativa da dissertação podem, por um lado, ser encaradas como falhas no método e na concretização da investigação, por outro, podem considerar-se como uma mais-valia que decorre do carácter, sempre assumido e desejado, multivocal, multidisciplinar e da abordagem a cada sítio, e consequente narrativa, como único, com as suas características e idiosincrasias próprias, não obstante, como já vimos, partilharem particularidades e condições geo-ambientais semelhantes.

É aqui, acreditamos, que se encontra a principal contribuição do nosso trabalho para o conhecimento da região e, mais concretamente, para pensar e estudar o modo como as grandes propriedades ribeirinhas, quintas, ali se formaram e desenvolveram, especialmente na Época Moderna, com a particularidade, que lhes pode atribuir um carácter exemplar (paradigmático) para estudos e intervenções arqueológicas em áreas ribeirinhas de características semelhantes, já que vêm demonstrar uma continuidade de ocupação humana bastante ampla.

Através dos três exemplos estudados, demonstrámos que, se na origem estávamos perante três sítios, potenciados pelas condições geomorfológicas e de assentamento humano com cronologias bem anteriores à modernidade, os métodos e estratégias das elites para se apropriarem dos territórios e os transformarem em grandes propriedades privadas foram completamente distintos.

A Quinta da Laranjeira, assim o apontam as fontes consultadas, foi desde cedo, pelo menos o século XV, uma grande propriedade de exploração agrícola sob a posse da nobreza local que foi crescendo em área e tecido construtivo e assim se manteve até à segunda metade do século XX, quando começou o seu processo de desmantelamento enquanto unidade produtiva.

No caso das Quintas de Crestelos e Branca, a origem e consolidação são completamente distintas da primeira. O território que as viria a constituir era ocupado, respetivamente, pelo menos desde os séculos XV e XIV (mas indiciando cronologias mais antigas) por duas pequenas povoações, de carácter rural, sobre as quais os Távora exerciam direitos e

poderes desde 1433, quando D. Duarte fez de Álvaro Pires de Távora seu donatário, sendo ambas mencionadas, nos bens vinculados em Trás-os-Montes, no ano de 1536, aquando da instituição do Morgado dos Távora. Partindo de contextos semelhantes, a realidade da sua constituição como quintas, grandes propriedades agrícolas e senhoriais verificou-se ser bastante díspar no modo e na cronologia.

Em Crestelos, o processo de emparcelamento e constituição tem início, como demonstrámos, logo no decorrer do século XVI e na segunda metade do século XVIII já se encontrava perfeitamente consolidado. A Quinta Branca só se viria a constituir e consolidar como tal, até no que à designação diz respeito, já no decorrer do século XIX, muito possivelmente na segunda metade, através de um processo de aquisição de edificado e parcelas agrícolas contíguas, que faziam parte das quintas da Chousa/Rio de Cabras e de São Gonçalo, nas margens da foz da Ribeira de Zacarias, culminando na gestão direta pelos proprietários, de um vasto território rural controlado e centralizado no núcleo central construído da Quinta Branca, como uma das maiores unidades agrícolas do concelho de Alfândega da Fé durante o século XX.

Estas três formas distintas de procedimento e desenvolvimento são paradigmáticas (exemplares) das estratégias de apropriação dos melhores terrenos, neste caso ribeirinhos, por parte das elites, nas épocas moderna e contemporânea, e sua conseqüente transformação em grandes propriedades ligadas à agropecuária.

A concretização destas estratégias permitia a criação e manutenção de relações de dependência das classes social e economicamente mais carenciadas, em particular dos lavradores e jornaleiros, que não possuíam terras suas ou as tinham em muito pouca quantidade e insuficiente área, a quem arrendavam os terrenos. Por norma arrendavam os de menor aptidão e rendimento, para que neles pudessem praticar uma agricultura de subsistência e para autoconsumo, um sistema que subsistiu no nordeste transmontano como um dos modos de vida mais comum até à primeira metade do século XX. As melhores terras eram, por princípio, exploradas diretamente pelos proprietários, numa lógica, pode dizer-se, comercial.

A prática agrícola nestas propriedades, com algumas *nuances* e particularidades, pode afirmar-se que esteve em linha com aquilo que foi o cânone regional ao longo dos séculos abordados.



Estas quintas eram, para além de fonte de rendimento e manutenção de um estilo de vida enquanto (*grande*) *proprietário (rural)*, elementos de prestígio e poder social. Demonstram-no, por exemplo, a instituição de capelas ou o seu emprazamento, geralmente a três vidas, a outros membros das elites locais, nobres e, particularmente, burgueses, ficando o ónus da exploração e manutenção para o foreiro. Por esta via, os enfiteutas obtinham, assim, o usufruto, prestígio e rendimento que dali pudessem, eventualmente, advir.

Embora sem qualquer *novidade científica*, não deixa de ser necessário chamar a atenção para o exercício, aqui tocado ao de leve, do ato de partir de uma paisagem histórica (com seus documentos, arquiteturas, etc.), muitas vezes sem qualquer evidência de materialidades arqueológicas à superfície, como um método, viável, de identificação de sítios arqueológicos. Esta abordagem - arqueologia da paisagem - é particularmente frutífera em contextos rurais e/ou de ocupação agrícola, como aqueles aqui estudados, visto a natureza destas serem menos evasivas e destrutivas das ocupações anteriores, dando-lhes continuidade e, muitas vezes, reaproveitando e integrando-as parcialmente, em particular no que diz respeito a edificações e materiais e/ou elementos arquitetónicos de construção.

Apontadas aquelas que, em nosso entender, são as principais valências e debilidades da nossa dissertação, por outras palavras, o *desequilíbrio* identificado, é chegado o momento de explicar o sentido, ou sentimento, de *inacabado* que a mesma nos deixou.

Caímos, novamente, nos limites de espaço (*as páginas!*) e do tempo que é espectral para concretização de um mestrado. Em consequência, cremos, muitas ideias, enquadramentos e conceitos ficaram por desenvolver, e muita informação e fontes recolhidas e disponíveis ficaram por tratar e analisar devidamente. Elenquemos.

No plano da historiografia, um mais robusto desenvolvimento, contextualização e confrontação da história das propriedades estudadas com os acontecimentos políticos, económicos, sociais, entre outros, mais significativos a nível regional e nacional, iria permitir, por exemplo, averiguar com maior rigor a real influência dos mesmos nos processos de formação, afirmação e momentos de declínio destas quintas. A este nível, as relações sociais destas quintas com os aglomerados populacionais que as enquadram, no que respeita aos movimentos de pessoas e bens de e para elas, seria, também, um tópico a carecer de maior desenvolvimento.

No respeitante aos casos de estudo, e em resultado do contexto rural e vocação marcadamente agrícola destas quintas, foi, naturalmente, nesse âmbito e problemática que mais se centrou a dissertação. Não obstante, muitas vezes escrevemos que se tratava de propriedades ribeirinhas sem que, realmente, tenhamos desenvolvido a nossa narrativa nesse sentido.

O rio, nos casos específicos o Sabor, e ribeiras subsidiárias - das Latas, Medal, Zacarias e Calvário - foram elementos preponderantes para a cobiça destes territórios e a sua apropriação e cimentação como grandes propriedades, não só pela fertilidade, em consequência da presença de caudais de irrigação permanentes como pela deposição dos *nateiros* que o Sabor deixava nestes terrenos aplanados junto das suas margens. Ou, mais simplesmente, a água para regar e dar de beber a pessoas e a animais, materializada no terreno, por exemplo, através do motor [Anexo II: foto 41], sito no *Poço da Bomba, do Motor ou do Remanso*, que retirava água do Sabor levando-a para as casas de Crestelos.

O rio era também uma via de comunicação, através de barcas, bateiras ou vaus, mais comuns nos locais, como os das quintas, onde o vale se apresentava mais espraído, permitindo o trânsito e controlo de pessoas e produtos. Algo a que não era alheio quem explorava estes territórios e de que nos dão conta, por exemplo, o litígio entre proprietários de Crestelos e o barqueiro de Santo Antão da Barca, ou as licenças<sup>227</sup> [Anexo III: doc.32] para ter embarcações, já em pleno século XX, para transporte de bens e pessoas associadas a estas quintas e seus proprietários ou habitantes. Nem sempre estas embarcações eram de exploração das quintas e seus senhores, tomemos como exemplo a *bateira do Rabeca*<sup>228</sup>, que terá ligado a Quinta Branca ao núcleo central de Barraís até 1958 [DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: 19; DORDIO GOMES e outros 2013: 12-13], ano em que viria a ser destruída por

---

<sup>227</sup>Luís Carvalho, quinta da Laranjeira, 1957/59: *Biblioteca Municipal de Vila Real, Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5ª secção*, ano de 1957, pasta de processos 01-100, processo nº16 [fundo não tratado arquivisticamente]; (herdeiros de) Acácio Abílio Santiago, quinta de Crestelos, 1941: 5ª secção, ano de 1941, pasta de processos 101-200, processo nº123 [fundo não tratado arquivisticamente]; António Miranda, quinta de Crestelos, 1971-73: 5ª secção, ano de 1971, pasta de processos 200-250, processo nº213 [fundo não tratado arquivisticamente]; António Miranda, quinta dos Barraís, 1965: 5ª secção, ano de 1965, pasta de processos 1-100, processo nº068 [fundo não tratado arquivisticamente].

<sup>228</sup> Museu Marítimo de Ílhavo, Unidade de Investigação e Documentação (CIEMar-Ílhavo), Fundo Especial Octávio Lixa Filgueiras, OLF, 3-1, Separador 29, Fl. 18. Documento existente no âmbito de um esboço de estudo elaborado pelo arquiteto Octávio Lixa Filgueiras tendo em conta um trabalho efetuado por um seu estudante, Fernando Gouveia, de Alfândega da Fé, no ano letivo 1965/1966. Segundo este, a *barca do Rabeca* teria sido construída em 1940, operando junto à *Quinta Branca*, na foz da *Ribeira de Zacarias*, deixando de fazer a travessia em 1958 quando uma trovoadas a destruiu. [DORDIO GOMES e outros 2013: 12-13].

uma trovoada, no sítio do *Poço da azenha*<sup>229</sup> ou *do Rabeca*, sito a jusante do *Vau da Pedra* [Anexo I: Ilustração 08].

Num rio não navegável, em que a pesca era livre [CAPELA e outros 2007a: 231], e no século XVIII referida em várias das freguesias que o Sabor atravessa [idem: 590-591; 596; 606], onde “*em todo o anno se pescam peixes nelle (...) lamprea, barbos, bogas e com anzóis anguias*” [ibidem: 548] e se encontra documentada, pela existência de pesqueiras ou açudes, pelo menos desde o século XV [ALVES 2000 (tomo IV): 300-304; 432]. Esta não terá sido uma atividade descurada pelos habitantes das quintas como complementar à sua dieta e/ou subsistência económica [CORREIA, BATISTA e RAIMUNDO 2014: 125]. Se apenas na Quinta da Laranjeira a pesca deixou uma marca muito evidente na paisagem, por causa da monumental pesqueira<sup>230</sup> [idem: 127-128; 131] que ali existia, com seu açude, que servia também para atravessar o rio, boqueiros [Anexo IV: QL-L-19] e, possivelmente, uma plataforma, semelhante em planta a uma azenha *barquiforme* [Anexo II: foto 42-43], idêntica aos aparelhos automáticos de pesca descritos para o ano de 1886 por Baldaque da Silva [SILVA 1891: 302-321], a qual se localizava na margem oposta à da Laranjeira, na Quinta do Travelo, que era também do morgado de Santo António, pelo menos até ao ano de 1835<sup>231</sup>. Na Quinta de Crestelos, um pouco a jusante do Poço do Remanso, identificou-se um açude ou represa [DORDIO GOMES e outros 2013: 31-32] [Anexo II: foto 44] que pode, eventualmente, ter pertencido à quinta e funcionado como pesqueira.

Num plano de “*cultura material*”, embora conste em inventário anexo à dissertação, uma discussão mais alargada sobre o que nestes territórios foi edificado (as benfeitorias) e as transformações daí resultantes seria, também, de maior interesse. Tentar afinar cronologias para as construções com base nos métodos e materiais utilizados, comparando-os entre si, com os vestígios de construções anteriores exumadas durante as escavações e, também, entre as diferentes quintas.

Perceber e comparar as estratégias de armação do terreno e de controlo, por exemplo, das linhas de água através do seu encanamento ou muramento. Ou, numa perspetiva

---

<sup>229</sup> Ali não havia quaisquer vestígios de azenha ou moinho nem memória do mesmo.

<sup>230</sup> ADBG, Fundo JUD/JOJTMJ Juízo Ordinário do Julgado de Torre de Moncorvo 1780/1882. Série 001 Inventário de menores 1811/1882 - PT/ADBG/JUD/JOJTMJ/001/14213 - 1845 - "Inventariado: António Manuel de Carvalho e Castro; -Inventariante: António de Carvalho; -Local: Torre de Moncorvo" - cx545, processo nº213. Apenso de 1834/35, fl.24 [fundo não tratado arquivisticamente]

<sup>231</sup> Op. Cit. Fl.24

mais *urbanística*, tentar interpretar se a disposição do tecido construído dos núcleos centrais, que na Quinta da Laranjeira se distribui em torno de pátio, e nas de Crestelos e Branca mais se assemelham a um arruamento, pode estar relacionado com a sua génese ou se tratam de acomodações, mais ou menos empíricas, de adaptação à morfologia do terreno e de otimização do espaço.

No plano teórico, a discussão e definição do conceito, ou conceitos, de *quinta*<sup>232</sup> na região do nordeste transmontano, onde a designação é aplicada, de forma, aparentemente, *indiscriminada*, desde, pelo menos, os inícios da Época Moderna até aos dias de hoje, para nomear pequenos aglomerados populacionais, por exemplo, a ainda existente Quinta de São Pedro, concelho de Mogadouro, como grandes propriedades privadas e produtoras agrícolas numa ótica comercial (como as que aqui estudamos), por vezes sem habitação associada, de que é exemplo a Quinta de Dona Joana [DORDIO GOMES, CORREIA e TRINDADE 2013b], que pertence à família do Professor Santos Júnior, situada a montante de Crestelos ainda na freguesia de Meirinhos, ou mesmo pequenos terrenos *tapados* com sua casa [SILBERT 1978: 208], as *quintas de pobre* ou quinteiros [RODRIGUES, REBANDA e DORDIO 1984: 3; 5-6]. Averiguar, entre outras coisas, se a utilização do termo vem variando no seu significado ao longo dos séculos e, conseqüentemente, se continuar a nomear lugares e aldeias como *quintas* não se tratará da persistência de um arcaísmo e da tradição de uso.

Para concluir, não conseguimos deixar de assinalar que a nossa dissertação é um, ainda que modesto, contributo para a perpetuação, através do registo e publicação, da memória destes territórios e daqueles que os frequentaram, trabalharam e habitaram, até à sua submersão e desaparecimento da paisagem, pela subida das águas da barragem do Baixo Sabor, demonstração, inequívoca, da capacidade de apagar séculos de vida humana em poucos anos, iniciando um novo processo narrativo nas novas margens (?) do rio Sabor.

---

<sup>232</sup> Por exemplo em BLUTEAU 1720: 65 - *Quinta. Casa de campo, ou fazenda de lavoura no campo com sua casa. Chamou-se assim porque de ordinário o que arrenda a Quinta, dà ao dono della a quinta parte do que colhe de frutos (...) Ter húa Quinta à sua conta, ter quinteyro.*

## 6. Bibliografia e Fontes

### 6.1. Bibliografia

2009 *Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo (PSP)*, Torre de Moncorvo, EDP.

ABREU, Carlos (2003) *A Iteneração na Antiga Comarca de Torre de Moncorvo*, Douro – Estudos e Documentos, vol. VIII (15) (87 a 101).

ALVES, Júlio (2003) *As marcas do Destino*, Coleção Escritores Populares de Freixo de Espada à Cinta nº6, C.M. Freixo Espada à Cinta (41-47).

ANDRADE, António Júlio (2003) *Quintas com história 8 – A Quinta do Marmeleiro*, Jornal Terra Quente, 15 Junho de 2003.

ANDRADE, António Júlio (2010) *História Política de Torre de Moncorvo, 1890-1926*, Ancora editora.

ARAÚJO, César Filipe da Silva (2016) *Famílias e migrações: exploração de róis de confessados de Santiago de Bougado (1744-1760)*. Omni Tempore, Encontros da Primavera, FLUP (143-173).

BARROS, Amândio Jorge Morais (2006) *Trás-os-Montes e Alto Douro na construção da economia Moderna (séculos XV-XVII)*. Actas do III congresso de Arqueologia: Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. 04 da Idade Média à contemporaneidade, ambientes e musealização, sessão 1 – acta 8 (90-98).

BARROS, Vítor Fernando (2002) *Dicionário dos falares de Trás-os-Montes*. Porto, Campo de Letras.

BORREGO, Nuno e BRANDÃO, João (2015) *Sampaio e Melo da Torre de Moncorvo a Marialva*, Lisboa.

BRANCO, Ilda Amália Fernandes (1996) *Aspectos económico-sociais de Torre de Moncorvo nos finais do século XIX*. Universidade Portcalense, dissertação de mestrado em História Ibero-Americana, policopiado.

CABAK, Melanie A. e outros (1999) *Rural Modernization during the recent Past: Farmstead Archaeology in the Aiken Plateau*. The Journal of the Society for Historical Archaeology, vol.33, #34 (19-43).

CANINAS, João e outros (conselho editorial) (2010) *Muros altos, entre abelhas e os ursos*. AÇAFA online, nº3, Associação de Estudos do Alto Tejo. ([http://www.altotejo.org/acafa/acafa\\_n3.asp](http://www.altotejo.org/acafa/acafa_n3.asp))

CAPELA, José Viriato (2003) *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, s.n. (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11885>)

CAPELA, José Viriato e outros (2007b) *As freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património (parcial)*, Braga, s.n. (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11884>)

CARVALHO, Pedro C. Carvalho, GOMES, Luís F. C. e MARQUES, João N. (coord.) (2017) *Estudo histórico e etnológico do vale do Tua (concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)* Vol. I, II e III, Aproveitamento hidroeléctrico de Foz Tua, EDP, Porto.

CARVALHO, Pedro C. (2017) *Época Romana*. Estudo histórico e etnológico do vale do Tua (concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor) Vol. I, coord. Pedro C. Carvalho, Luís F. Coutinho Gomes e João N. Marques, Aproveitamento hidrelétrico de Foz Tua, EDP, Porto (240-383).

CASIMIRO, Tânia e SEQUEIRA, João Luís (2019) *Os Deuses devem estar loucos... ou a emergência de uma Arqueologia Contemporânea em Portugal*. Revista Al-Madan (online), #22 (tomo 3), Centro de Arqueologia de Almada (88-97).

CONDE, Manuel Sílvio Alves Conde, VIEIRA, Marina Afonso (2005) *A habitação e a arquitectura corrente do Norte Transmontano em finais da Idade Média*. Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas, Actas das Primeiras Jornadas, coord. Iria Gonçalves, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005 (65-122).

CORREIA, Mauro, BATISTA, Inês e RAIMUNDO, Francisco (2014) *As Pesqueiras do rio Sabor no concelho de Torre de Moncorvo: notícia e inventário*. Revista Côa Visão, nº16, C.M. Vila Nova de Foz Côa (123-138).

CORREIA, Mauro e MAXIMINO, Paulo (2018) *Para além dos objectos: uma recolha de património etnográfico no Baixo Sabor*. Revista Memória Rural nº1, C.M. Carrazeda de Ansiães (201-217).

COSTA, Paulo Sousa (2015) *A Torre do Relógio e o Castelo de Alfândega da Fé 1258-1758*. DH Debater a Historia – Porto, C. M. Alfândega da Fé.

COUTO, Manuel A. P. (2017) *Época Moderna e Contemporânea. Organização e território, quinhentos anos de vida em redor do Tua: poderes, (a)gentes e maneiras de viver*. Estudo histórico e etnológico do vale do Tua (concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor) Vol. II, coord. Pedro C. Carvalho, Luís F. Coutinho Gomes e João N. Marques, Aproveitamento hidroeléctrico de Foz Tua, EDP, Porto (126-243).

CRUZ, Carlos Manuel Simões (2000) *A Paisagem e o Povoamento na longa duração. O Nordeste Transmontano – Terra Quente*. Universidade do Minho, Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais, dissertação de mestrado em Arqueologia da Paisagem, policopiado.

DIAS, João José Alves (1996) *Gentes e Espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XV*, vol.1, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

DORDIO GOMES, Paulo e outros (2010-2015) *O Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (PSP do AHBS)*.  
([https://www.academia.edu/25827403/O Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor PSP do AHBS 2010 2015](https://www.academia.edu/25827403/O_Planho_de_Salvaguarda_do_Património_do_Aproveitamento_Hidroeléctrico_do_Baixo_Sabor_PSP_do_AHBS_2010_2015) )

DORDIO GOMES, Paulo, COELHO, Rui e FEIO, Jorge (2010) *Memória Descritiva EP013*, policopiado.

DORDIO GOMES, Paulo (2012) *AHBS.MDPSP.129.00\_PONTE DA PORTELA*, policopiado.

DORDIO GOMES, Paulo, BATISTA, Inês, CORREIA, Mauro e RAIMUNDO, Francisco (2012) *AHBS/MDPSP.096.00 Pesqueiras do Sabor*, policopiado.

DORDIO GOMES, Paulo e CORREIA, Mauro (2012) *AHBS.MDPSP.178.00 EP0573 Casebre com cercado*, policopiado.

- DORDIO GOMES, Paulo e CORREIA, Mauro (2013<sub>a</sub>) *AHBS.MDPSP.203.00\_QUINTA DAS LACEIRAS*, policopiado.
- DORDIO GOMES, Paulo, CORREIA, Mauro e TRINDADE, Ana Rita (2013<sub>b</sub>) *AHBS.MDPSP.218.00\_Quinta da Dona Joana ou de São Pedro (Meirinhos)*, policopiado.
- DORDIO GOMES, Paulo e CORREIA, Mauro (2013<sub>c</sub>) *AHBS.MDPSP.209.00\_QUINTA DOS QUINTOS (Vilar Chão)*, policopiado.
- DORDIO GOMES, Paulo, ALVES, Pedro, OLIVEIRA, Sara e ROLO, André (2013) *AHBSMDPSP.215.00\_MOAGEM QUINTA BRANCA EP184*, policopiado.
- DORDIO GOMES, Paulo, CORREIA, Mauro, PINHO, Valdemar e TRINDADE, Ana Rita (2013) *AHBS.MDPSP.205.00\_QUINTAS DE CRESTELOS e BARRAIS*, policopiado.
- DORDIO GOMES, Paulo e outros (2013) *AHBS.MDPSP.179.00\_Elemento de cultura ribeirinha entre os Barraís e Miragaia*, policopiado.
- DORDIO GOMES, Paulo e CORREIA, Mauro (2014a) *AHSB.MDPSP.233.00 - Quinta da Laranjeira (Torre de Moncorvo)*, policopiado.
- DORDIO GOMES, Paulo e CORREIA, Mauro (2014b) *AHBS.MDPSP.236.00\_EP2390 e EP0632 (Quinta do Travelo), Adeganha*, policopiado.
- DORDIO GOMES, Paulo, CORREIA, Mauro e TRINDADE, Ana Rita (2014) *AHBS.MDPSP.230.01\_MD Quinta Branca, Quinta de Santa Eufémia e Quinta de São Gonçalo*, policopiado.
- DORDIO GOMES, Paulo e outros (2014) *Meirinhos, Ribeira do Medal (Mogadouro) – AHBS/MDPSP.237.00*, policopiado.
- DORDIO GOMES, Paulo e LIMA, Alexandra (2015) *Plano de Salvaguarda do Património do Baixo Sabor. Discussão das opções metodológicas do estudo do edificado*. Revista CEPIHS (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), #5. ([https://www.academia.edu/25827049/Plano\\_de\\_Salvaguarda\\_do\\_Património\\_do\\_Baixo\\_Sabor\\_Discussão\\_da\\_opções\\_metodológicas\\_do\\_estudo\\_do\\_edificado](https://www.academia.edu/25827049/Plano_de_Salvaguarda_do_Património_do_Baixo_Sabor_Discussão_da_opções_metodológicas_do_estudo_do_edificado))
- ESPÍ, Israel e outros. (2014/15) *EP1652: Povoado de Crestelos (relatório final) AHBS/RPSP.927.00*. Crivarque. Coord: Rita Gaspar, Sérgio Pereira e José Sastre, policopiado.
- FAUVRELLE, Natália e BARBOSA, Rui P. (2017) *Paisagem agrícola: Paisagem agrícola do Tua Memória de um vale antigo*. Estudo histórico e etnológico do vale do Tua (concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor) Vol. III, coord. Pedro C. Carvalho, Luís F. Coutinho Gomes e João N. Marques, Aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua, EDP, Porto (308-367).
- FERREIRA, David, DORDIO, Paulo e LIMA, Alexandra (2012) *A Paisagem como fonte Histórica*. Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna, vol.1, coord. André Teixeira e José António Betencourt, CHAM-FCSH/UNL (305-314).
- FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa (1999) *Quintas do Douro. As arquitecturas do vinho do Porto*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, dissertação de Mestrado em História da Arte, policopiado.
- FIGUEIREDO, Sofia e XAVIER, Pedro (2016) *As gravuras rupestres de Crestelos (Trás-os-Montes, Portugal) e a sua longa diacronia desde a Idade do Ferro ao período Contemporâneo*. Estudos de Arqueologia, Prehistoria e Historia Antiga: achega dos novos investigadores, 1ª ed.

[https://www.academia.edu/28658971/As\\_gravuras\\_rupestres\\_de\\_Crestelos\\_Trás-os-Montes\\_Portugal\\_e\\_a\\_sua\\_longa\\_diacronia\\_desde\\_a\\_Idade\\_do\\_Ferro\\_ao\\_período\\_Contemporâneo\\_2016](https://www.academia.edu/28658971/As_gravuras_rupestres_de_Crestelos_Trás-os-Montes_Portugal_e_a_sua_longa_diacronia_desde_a_Idade_do_Ferro_ao_período_Contemporâneo_2016))

FONTE, Barroso da (1998, 2001 e 2003) *Dicionário dos Mais Ilustres Transmontanos e Alto Durienses*. Volumes 1, 2 e 3. Guimarães.

FONSECA, Jorge (1995) *Um levantamento contra os Távoras em Mogadouro*. *Brigantia*, v. XV, nº2, 3, 4 (105-108).

FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da (2013) *O recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814): clausura e destinos femininos*. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, tese de doutoramento em História Moderna, policopiado (117-156, Capítulo III: A comarca de Torre de Moncorvo no Antigo Regime).

FRAGA DELGADO e outros (2014) *El Baixo Sabor y el Valle de Vilariza entre los siglos V y VIII. Territorio y Espacios Funerário*. Actas de las III jornadas de jóvenes investigadores del valle del Duero 2013 (413-438).

JACOB, João Manuel Neto (1989) *A Agricultura no distrito de Bragança durante o século XIX*. *Brigantia* v.IX, nº2 (144-172).

GASPAR, Rita (2014-15) *Estruturas funerárias da Idade do Bronze no nordeste português. O caso do Terraço das Laranjeiras (vale do Sabor)*. 3º Colóquio ENARDAS: Living places, experienced places. The Northwestern Iberia in Prehistory.

GASPAR, Rita e outros (2014a) *Espaço para a morte. O Terraço da Foz do Medal (vale do Sabor, nordeste de Portugal) durante a Idade do Bronze*. Estudos do Quaternário, 10, APEQ, Braga (59 a 72) ([https://www.academia.edu/7232106/2014\\_Espaço\\_para\\_a\\_morte.\\_O\\_Terraço\\_da\\_Foz\\_do\\_Medal\\_vale\\_do\\_Sabor\\_nordeste\\_de\\_Portugal\\_durante\\_a\\_Idade\\_do\\_Bronze](https://www.academia.edu/7232106/2014_Espaço_para_a_morte._O_Terraço_da_Foz_do_Medal_vale_do_Sabor_nordeste_de_Portugal_durante_a_Idade_do_Bronze))

GASPAR, Rita e outros (2014b) *Bronze Age Funerary contexts in Northeast Portugal. Terraço das Laranjeiras (Sabor valley)*. *Corpos e Metais na Fachada Atlântica da Ibéria. Do Neolito à Idade do Bronze*, coord. Ana M. S. Bettencourt e outros (49-62).

GASPAR, Rita e outros (2015) *EP193MD: Terraço Fluvial da Foz do Medal (4ª, 5ª e 6ª fases) (relatório final) AHBS/RPSP/956.00*. Coord. Rita Gaspar, policopiado.

GUEDES, Maria Teresa Valente de Sousa (2010) *O Alto Douro na obra de Orlando Ribeiro*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em riscos, cidades e ordenamento do território, policopiado (29-33).

JANEIRO, Eduardo Emanuel Rebordão (2014) *Agropecuária no concelho de Mogadouro em meados do século XX: técnicas e práticas tradicionais*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, dissertação apresentada no âmbito do 2º ciclo de Estudos em Arqueologia, policopiado.

JORGE, Vítor Oliveira (1990) *Arqueologia e História: algumas reflexões prévias*. *Revista da Faculdade de Letras - História*, Faculdade de Letras do Porto, s. II, vol. 7 (367- 372).

JORGE, Vítor Oliveira (2003a) *Olhar o mundo como arqueólogo*. Coleção Caminhos, nº5, Quarteto Editora, Coimbra.

JORGE, Vítor Oliveira (2003b) *A Irrequietude das Pedras, Reflexões e experiências de um arqueólogo*. Coleção Biblioteca de Arqueologia, nº1, Ed. Afrontamento, Porto.

LADRA, Lois (2008) *A pesca tradicional nos rios de Galiza: caneiros, pescos e pesqueiras*, Santiago de Compostela.



- LADRA, Lois (2017) *Etnologia. Três estudos de Etnologia fluvial no rio Tua: pesca artesanal, moagem de cereais e travessia ribeirinha*. Estudo histórico e etnológico do vale do Tua (concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor) Vol. II, coord. Pedro C. Carvalho, Luís F. Coutinho Gomes e João N. Marques, Aproveitamento hidroeléctrico de Foz Tua, EDP, Porto (244-348).
- LARRAZABAL GALARZA, Javier (2017) *Tierra, madera y piedra. Arquitecturas, mobiliario y diacronías de la II Edad del Hierro en Trás-os-Montes Oriental: Quinta de Crestelos (Mogadouro)*. Estudos do Quaternário / Quaternary Studies, América do Norte, 0. (<http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq/article/view/240>)
- LARRAZABAL GALARZA, Javier (2018) *Changes and Continuities in the the Sabor river valley between the end of second Iron Age and early Roman times*. Cultural interactions and changing Landscapes in Europe (2<sup>nd</sup> century BC/ 2<sup>nd</sup> century AD) (169-175).
- LEITÃO, Carlos Farinha (s/d) *A cultura da vinha em Portugal e as consequências da adesão à União Europeia. Caso de estudo: a Região demarcada do Douro*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, dissertação para o Grau de Mestre em Gestão do Território: Área de Especialização em Ambiente e Recursos Naturais, policopiado (<https://run.unl.pt/handle/10362/16155>)
- LEITE, Antero (1999) *As Pesqueiras do Rio Minho: economia, sociedade e património*. Corema – Associação de Defesa do Património, Caminha.
- LEMOS, Mário Miller Pinto de (1907) *As culturas da Vilariça*. Lisboa: instituto.
- LEONARDO, Rui Leal (2013a) *O Baixo Vale da Vilariça entre o Antigo Regime e o Liberalismo: território, propriedade e culturas*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, dissertação apresentada no âmbito do 2º ciclo de Estudos em Arqueologia, policopiado.
- LEONARDO, Rui Leal (2013b) *O Tombo do Morgado de Santo António de Moncorvo*. Revista do Colégio Campos Monteiro (espaço de cultura), Torre de Moncorvo (47-62)
- LOPES, António dos Santos (2008) *O Santuário de Santo Antão da Barca*, C. M. Alfândega da Fé.
- LOPES, Francisco José (2006) *Alfândega da Fé: registo de um percurso histórico* (vol.1), C. M. Alfândega da Fé.
- LOPES, Francisco José (2016) *Roteiro documental do Arquivo Histórico Municipal de Alfândega da Fé*, C. M. Alfândega da Fé.
- MACHADO, António Guilherme de Marcos (2001) *Referências*. Mirandela.
- MARQUES, Maria Alegria F. (2005) *Os Forais de Torre de Moncorvo*. Município de Torre de Moncorvo, Reviver editora.
- MARQUES, José (2009) *Moncorvo e os seus antecedentes no contexto transmontano, na Idade Média*. Moncorvo. Da tradição à Modernidade, coord. Fernando Sousa. Porto, CEPESSE / Publicações Afrontamento (17-48).
- MATOS, Artur Teodoro (1980) *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade do Açores.
- MENDES, José Maria Amado (1981) *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Coimbra.
- MENDES, José Maria Amado (1985) *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII: alguns aspectos económico-sociais*, Bragança, Instituto politécnico.

- MENDES, José Maria Amado (1995) *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- MENDES, José Maria Amado (2009) *Moncorvo em finais de Setecentos. Moncorvo*. Da tradição à Modernidade, coord. Fernando Sousa. Porto, CEPESE / Publicações Afrontamento (97-107).
- MONTEIRO, José Rodrigues (1995) *Recursos Agrícolas (e Agricultura) no Trás-os-Montes do século XVIII*. Brigantia. Revista de Cultura, v.XV, n.º 1, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança (15-37).
- MOTA, Guilhermina (1988) *Estruturas familiares no mundo rural, grupos domésticos no bispado de Coimbra em 1801*. Revista Portuguesa de História, 24, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social (1-66).
- MOURINHO, António Rodrigues (1985) *Memórias do Tempo dos Távora no Nordeste Transmontano*. Brigantia, Revista de Cultura, v.X (659-682).
- NETO, Nuno e outros (2013) *EP181: Terraço Fluvial da Quinta dos Barrais (relatório final) AHBS/RPSP/647.00*. Neoépica e Archecélis. Coord. Rita Gaspar, policopiado.
- OLIVEIRA, Aurélio de (1973-74) *Mappa Historico e Político do Reyno de Portugal*. Revista da Faculdade de Letras - História, Faculdade de Letras do Porto, série I vol.4/5, Porto (9-87).
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim (1988) *Construções Primitivas em Portugal*, 2ª edição (1ª edição de 1969), Publicações D. Quixote, Lisboa.
- OLIVEIRA, Carlos Prada de (2018) *Da Fábrica da Capela de Santo António da Laranjeira*. Revista 8 – CEPIHS: Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social Trás-os-Montes e Alto Douro (197-202).
- O'NEILL, Brian Juan (1981) *Proprietários, Jornaleiros e Criados numa aldeia transmontada desde 1886*. Revista Estudos Contemporâneos n.º2/3, Porto, Secção de Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Humanísticos, dir. Joaquim Azevedo (31-73)
- PEREIRA, José Manuel Martins (1908) *As Terras de entre Sabor e Douro*. Setúbal, J.L. dos Santos e C<sup>a</sup>.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1989) *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera*. Revista da Faculdade de Letras - História, Faculdade de Letras do Porto, Vol.VI n.º 21, Porto (311-353).
- PEREIRA, Gaspar Martins (1996) *A Região do vinho do Porto – origem e evolução de uma demarcação*. Revista Douro – Estudos & Documentos, vol.I (1) (177-194).
- PEREIRA, Vera Lúcia Cavaco (2001-2002) *Rol dos Confessados da freguesia de S. Clemente da vila de Loulé 1840*. Al-ulyã, revista do arquivo histórico municipal de Loulé, n.º8 (373-389).
- PEREIRA, Sérgio e outros (2014) *A Romanização no vale do rio Sabor. De Meirinhos a Remondes (Mogadouro)*. I Encontro de Arqueologia do Município do Mogadouro (95-143).
- PEREIRA, Sérgio e outros (2015a) *O Povoado da Quinta de Crestelos (Meirinhos, Mogadouro, Portugal): Fortificação e controlo de um território* ([https://www.academia.edu/22926403/AA.VV.2015 -  
\\_O Povoado da Quinta de Crestelos Meirinhos Mogadouro Portugal Fortificação e controlo de u  
m territorio](https://www.academia.edu/22926403/AA.VV.2015_-_O_Povoado_da_Quinta_de_Crestelos_Meirinhos_Mogadouro_Portugal_Fortifica%C3%A7%C3%A3o_e_controlo_de_um_territ%C3%B3rio))

PEREIRA, Sérgio e outros (2015b) *Espaços funerários no sítio da Quinta de Crestelos: do Baixo-império à Idade Média (Mogadouro, Portugal)*. Documentos de Arqueología Medieval 8, Universidad del País Vasco (161 a 179).

([https://www.academia.edu/21783414/AA.VV.\\_2015\\_-\\_Espacos\\_funerarios\\_no\\_sitio\\_da\\_Quinta\\_de\\_Crestelos\\_do\\_Baixo-império\\_à\\_Idade\\_Média\\_Mogadouro\\_Portugal](https://www.academia.edu/21783414/AA.VV._2015_-_Espacos_funerarios_no_sitio_da_Quinta_de_Crestelos_do_Baixo-império_à_Idade_Média_Mogadouro_Portugal) )

PEREIRA, Eurico, RIBEIRO, António, REBELO, José Almeida e CASTRO, Paulo (2008) *Notícia Explicativa da folha 11-B, Mogadouro*. Laboratório Nacional de Energia e Geologia (área de geologia), Lisboa.

PINTO, Filipe e PEREIRA, Gabriel (2015) *Relatório Final da Intervenção Arqueológica no sítio do Olival da Santa*. Empatia Arqueologia, policopiado.

PIRES, Fabíola Franco e BARROS, Fernando Cerqueira (2017) *Arquitectura e Território: o vale do Tua nas épocas Moderna e Contemporânea. Povoamento, património arquitetónico e técnicas construtivas tradicionais*. Estudo histórico e etnológico do vale do Tua (concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor) vol.III, coord. Pedro C. Carvalho, Luís F. Coutinho Gomes e João N. Marques, Aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua, EDP, Porto (230-307).

REBANDA, Nelson Campos (2006) *A Evolução da Paisagem agrária no Douro Superior*. Viver e Saber Fazer, tecnologias tradicionais na região do Douro, 2ª edição, coord. Teresa Soeiro. Peso da Régua, Fundação Museu do Douro (241-315).

REBELO, Paulo e outros (2015) *EP193ME: Terraço Fluvial da Foz do Medal (margem esquerda) (relatório final) AHBS/RPSP/930.00*. Neoépica, coord. Rita Gaspar, policopiado.

REDENTOR, Armando (2003) *A produção tradicional de cal no extremo setentrional dos concelhos de Vinhais e Bragança: contributo para o seu estudo*. Brigantia, v. XXIII, Nº 3 e 4

RIBEIRO, A; MARQUES, M. M., REBELO, J. de A. (1963) *Notas prévias sobre a geologia de Trás-os-Montes Oriental. 3 – Alguns aspectos geológicos da região de Mogadouro*. Boletim da Sociedade Geológica de Portugal. Vol. XV, fasc. I. (63-77).

RIBEIRO, Ricardo Ávila e outros (2015) *EP76:Terraço fluvial da Quinta da Laranjeira (relatório final) AHBS/RPSP/933.0*. Neoépica, coord. Rita Gaspar, policopiado.

RODRIGUES, Maria da Assunção Carqueja (1955) *Subsídios para uma monografia de Torre de Moncorvo*. Coimbra.

RODRIGUES, Miguel (2012) *A ocupação humana no Baixo Vale do Sabor. Património Arqueológico e Arquitectónico*. Revista do Colégio Campos Monteiro (espaço de cultura), Torre de Moncorvo (9-36).

RODRIGUES, Miguel (2013) *A ocupação humana no baixo vale do Sabor: património etnográfico*. Revista do Colégio Campos Monteiro (espaço de cultura), Torre de Moncorvo (11-46).

RODRIGUES, Miguel, REBANDA, Nelson e DORDIO, Paulo (1984) *Quintas e quinteiros da região de Moncorvo (Freguesias de Mós/ Carviçais)*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, policopiado.

ROMERO PERONA, Damián (2015). *Territorio y formaciones sociales en la zona Astur-lusitana del Duero*. Universitat de València, Facultat de Geografia i Història, Departament de Prehistòria i Arqueologia. València, dissertação de Doutoramento (<http://roderic.uv.es/handle/10550/50843>)

SALES, Ernesto Augusto Pereira de (1950a/1950b) *Mirandela, apontamentos históricos* (vol. I e II). C. M. Mirandela.

SANTOS JUNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1962) *Contribuição para o estudo do culto do vinho no Leste de Trás-os-Montes*. Separata das «Jornadas Vitivinícolas», 1962. Vol. 5. Porto: Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia.

SANTOS JUNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1977) *A Cultura dos cereais no leste trasmontano*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto: Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa». Vols. XXIII, fasc. 1 (41-159)

SASTRE BLANCO, José e outros (2015) *EP189 (Quinta de Crestelos), EP1652 (Povoado da Quinta de Crestelos) e EP1659 (Plataforma da Quinta de Crestelos) – relatório síntese (AHBS/RPSP.977.00)*. policopiado.

SARRAZOLA, Alexandre (2018) *Arqueologia de Salvaguarda, lei, território e desordem*. Edições Mazu Press, Oeiras.

SEBORRO, Manuel (2001) *Cereais em Portugal no século XX, Instrumentos de pesquisa para a História dos Organismos Responsáveis pela Política Cerealífera em Portugal no Século XX* (vol. I). Secretária-geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

SEIXAS, Carlos (2003) *Quintas com História 10 - A Quinta de Crestelos*. Jornal Terra Quente nº 287 (15/08/2003) (8-9)

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (direc.) (2001) *Nova História de Portugal. Volume VII - Portugal: da paz da Restauração ao ouro do Brasil*. Editora Presença.

SILBERT, Albert (1978a, b, c) *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIII<sup>e</sup> – début du XIX<sup>e</sup> siècle: Contribution à l'histoire agraire comparée* (vol. I a III, 2<sup>a</sup> edição). Instituto Nacional de Investigação Científica.

SILBERT, Albert (1985) *Le Problème Agraire Portugais au temps des Premières Cortès Libérales (1812-1823)*. 2<sup>a</sup> edição. Fundacion Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris.

SILVA, A Pereira da, REBELO, J. Almeida e RIBEIRO, M. Luísa (1989) *Notícia Explicativa da folha 11-C, Torre de Moncorvo*. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

SILVA, A. A: Baldaque da (1891) *Estado Actual das Pescas em Portugal compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do reino, referido ao anno de 1886*. Lisboa, Imprensa Nacional.

SILVA, Henrique Dias da (2012) *Reformas administrativas em Portugal desde o Século XIX*. Jurismat: revista Jurídica nº1 (65-97)  
(<http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/3891/1/Reformas%20administrativas%20em%20Portugal%20desde%20o%20século%20XIX.pdf> )

SILVA, Lourdes da Graça C. C. e SILVA, Raúl Teixeira da Cunha (2003) *Gentes se terra, Terras sem gente: transformações na sociedade rural do Concelho de Alfândega da Fé (1940-1970)*. Alfândega da Fé

SOEIRO, Teresa (1987) *Penafiel, o Tâmega de Ontem*. Penafiel, Boletim Municipal de Cultura (separata), 3<sup>a</sup> série – nº4-5, Penafiel (95-253)

SOEIRO, Teresa (coord.) (2006). *Viver e saber fazer; Tecnologias tradicionais na Região do Douro; Estudos Preliminares*, Peso da Régua, Fundação Museu do Douro. 2.<sup>a</sup> Edição (revista).

SOUSA, Fernando de e outros (2005) *Os Governadores Civis do Distrito de Bragança* [em linha: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/governadores-civis-de-braganca>]. Consultado em 11/2013.

Indisponível a 15/04/2019, terá transitado para: 2017 SOUSA, Fernando de. *Os Governadores Cívicos de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança (no prelo)]

SOUSA, Fernando de e outros (2009) *A agricultura da Comarca de Moncorvo, segundo José António de Sá, em finais de setecentos*. Moncorvo. Da tradição à Modernidade, coord. Fernando Sousa. Porto, CEPESE / Edições Afrontamento (289-338)

TABORDA, Virgílio (1932-1987) *Alto Trás-os-Montes, Estudo Geográfico*. 2ª edição (1987). Coleção Espaço e sociedade, nº6, ed. Livros Horizonte, Lisboa.

TAVARES, Teixeira (1905) *Ethnographia Transmontana – A Agricultura (Concelho de Moncorvo)*, Revista Portugália, 2º vol., ano 1905/1908, Porto (627-638)

TERESO, João e outros (2018) *Os horrea da Quinta de Crestelos (Mogadouro) na Idade do Ferro e Romanização: dados arqueoborânicos sobre armazenamento e construção*. Cadernos do GEEvH 7 (2) Special issue – Encontro de carpologia Ibérica (95-137) (<https://geevh.jimdo.com/cadernos-do-geevh/arquivo-archive/vol-7-2/>)

VARIZO, Aníbal (1989) *Mogadouro – Apontamentos Históricos*. Brigantia, v. IX nº3/4 (79-106)

VAZ, Francisco Lourenço (2009) *Ideias e projectos de José António de Sá para o desenvolvimento económico de Moncorvo*. Moncorvo. Da tradição à Modernidade, coord. Fernando Sousa. Porto, CEPESE / Edições Afrontamento (261-274)

VICENTE, António Maria Balcão (2005) *Macedo de Cavaleiros – da Terra de Lapaças ao concelho. Os forais e a sua época*.

VILARES, João Baptista (1926) *Monografia do concelho de Afândega da Fé*. Porto, Companhia Portuguesa Editora, lda.

ZUQUETE, Afonso (1989) *Nobreza de Portugal e do Brasil - Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliarquia, Numismática*. Vol.3. Lisboa, Edições Zairol Lda.

ZÚQUETE, Afonso (2000) *Nobreza de Portugal e do Brasil - Tomo II*. Lisboa, Edições Zairol

## 6.2. Fontes impressas

1789 *Memórias económicas da Academia real das sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas*. Vol.1. Academia Real das Ciências, Lisboa.

1890 *Código de Posturas do município de Torre de Moncorvo* (1890).

1951 *Anuário Comercial de Portugal*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade

2014 *Tombo da Ordem de Cristo, vol. VII: Comenda de Trás-os-Montes e Alto Douro (1507)*. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

ALVES, Francisco Manuel (2000) *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. Repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, bibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana*

como *eclesiástica do distrito de Bragança*, Tomos IV; VI; VII; X. (coord. Gaspar Matins Pereira e outros), C. M. de Bragança e Instituto Português de Museus.

BARROS, João de (1522-1553) *Geographia D'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Edição da Biblioteca Municipal do Porto (1919).

BLUTEAU, Raphael (1712 e 1720) *Vocabulário Portuguez e Latino aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos...* vol. II e VII. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.

CABRAL, Afonso do Valle Pereira Coelho (1895) *A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*, Boletim da direcção geral de agricultura, Lisboa

CAPELA, José Viriato e outros (2007) *As Freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga, s.n.

CARDOSO, Luíz (1747; 1751) *Diccionario geografico, ou, Noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas : que escreve, e offerece ao mutio alto, e mutio poderoso rey D. Joaõ V. nosso senhor*, volumes I e II. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real.

CASTRO, João Bautista de (1748) *Roteiro Terrestre de Portugal em que se ensinão por jornadas e summarios não só os caminhos, e as distancias, que ha de Lisboa para as principaes terras das Provincias deste Reino, mas as derrotas por travessia de humas a outras povoações delle*. Lisboa: na Offic. de Miguel Manescal da Costa

COSTA, António Carvalho da (1706) *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Tomo Primeyro. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade.

FERNANDES, Rui (1531-1532) *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas, 1531-1532 Rui Fernandes*. Ed. Estudo Introdutório e Apêndice Documental por BARROS, Amândio Morais (2012). Casal de Cambra, Caleidoscópio (<https://issuu.com/066239/docs/descricaooredorlamegoduasleguas>)

FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da (1791) *Descrição económica do território que vulgarmente se chama Alto-Douro*. Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815), Tomo III, Lisboa (36 - 72).

FREIRE, Anselmo Braamcamp (1909) *Povoação de Trás-os-Montes*. Archivo Histórico Portuguez, Vol. VII, n.º7, Julho. Lisboa, Oficina Tipográfica Calçada do Cabra (241-290).

GARCIA MERCADAL, Jose (1952) *Viajes de Extranjeros por España y Portugal, desde los tempos más remotos hasta fines del siglo XVI*. Aguilar S.A. Ediciones Madrid (271-275).

GUERRA, Luiz de Bívar de Sousa Leão e FERREIRA, Manuel Maria (1950) *Catálogo do Arquivo do Tribunal de Contas. Casa dos Contos e Junta da Inconfidência*. Lisboa, Tribunal de Contas.

GUERRA, Luiz de Bívar (1954) *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia*, Lisboa, Tribunal de Contas.

IGP (Instituto geográfico português – direcção de serviços de informação cadastral) (2010) *Especificações Técnicas para a Informatização do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica, versão 3.0.* ([http://www.dgterritorio.gov.pt/static/repository/2013-05/2013-05-22112445\\_b511271f-54fe-4d21-9657-24580e9b7023\\$\\$69BD5E0B-472B-47C8-A64C-0D135C095571\\$\\$7FBA36D5-F505-493B-8540-58BF3D2121CE\\$\\$file\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://www.dgterritorio.gov.pt/static/repository/2013-05/2013-05-22112445_b511271f-54fe-4d21-9657-24580e9b7023$$69BD5E0B-472B-47C8-A64C-0D135C095571$$7FBA36D5-F505-493B-8540-58BF3D2121CE$$file$$pt$$1.pdf))

LIMA, Luís Caetano de (1734) *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, com as mudanças, que houve nos seus Dominios, especialmente pelos tratados de Utreche, Rastad, Baden, da Barreira, da Quadruple Alliança, de Hannover, e de Sevilha, e com as Genealogias das Casas reynantes, e outras muy principaes.* Tomo II., Officina de Joseph António da Sylva, Impressor da Academia Real, Lisboa, 1734- [1736].

MURRAY, John (1887) *A Handbook for Travellers in Portugal. A complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, Evora... with a short account of Madeira, the Azores and the Canary Islands.* 4<sup>th</sup> Edition, London.

OLIVEIRA, Aurélio de, COSTA, Natália Fauvrelle da (1996) *Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII.* Douro – estudos & documentos, ano 1, nº1 (199-259).

PINHO LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de (1873; 1874a; 1874b;1875; 1876) *Portugal Antigo e Moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias .* vol. 1, 2, 3, 5 e 7. Lisboa: Livr. Ed. de Mattos Moreira & Companhia.

SÁ, José António de (1791) *Descrição Económica da Torre de Moncorvo.* Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em portugal, e suas conquistas. tomo III. Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Off. da Academia Real das Sciencias (253-290).

SERRÃO, Joaquim Veríssima (1974) *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria: 1604-1609-1625.* Academia Portuguesa de História, Lisboa.

SOUSA, Fernando de (1997) *Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá.* População e Sociedade nº3 (359-399).

SOUSA, Fernando de (1998) *Uma descrição de Trás-os-Montes em finais do século XVIII.* População e Sociedade, nº 4 (413-452).

VILLA-MAIOR, Visconde de (1866) *Vinhagos supplementares do Douro Superior no districto de Bragança.* Archivo Rural, vol. IX (371-376).

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1865) *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram. Obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam.* Tomo II, segunda edição. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.

Diário da Republica, 2ª série – Nº 46 – 6 Março de 2009, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional; Gabinete do Secretário de estado do Ordenamento do Território e das Cidades; Despacho nº: 7019/2009

### 6.3. Fontes arquivísticas e manuscritas

#### ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (AN-TT)

Cartórios Notariais, 2º Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas Nº 682, Cx. 144 – 6/22/6/6, de 23 Junho de 1805; Livro de Notas Nº 695, Cx. 146 – 6/22/6/6, de 21 de Agosto de 1809

Chancelaria de D. Duarte, Carta de mercê dos direitos reais a Álvaro Pires de Távora Liv. 1, fl.3

Chancelaria de D. João VI, Livro 3, fl. 344, de 3 Setembro de 1811; Livro 43, fl. 155v – 156, de 29 de Abril de 1825

Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigos, Maço 133, Casas de Aveiro, Távora e Jesuítas, [posterior a 1758]

Ministério do Reino, Requerimentos de mercês e privilégios, Maço 859, fl. 1-2, de 2 de Agosto de 1819

Memória Paroquial de Sambade: PT-TT-MPRQ-33-36\_m0140.tiff, disponível em:  
Digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4241678 (consultado a 26 Janeiro 2018)

#### ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS (AHTC)

Junta da Inconfidência, Maço 94, Nº 302-5, 1758

Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307, 309

Junta da Inconfidência, Casa de Távora, Maço 92, nº297

#### ARQUIVO DISTRITAL DE BRANGANÇA (ADBGC)

Cartório Notarial de Torre de Moncorvo 1606/1971, Notas para Escrituras Diversas 1606/1958, 143 Notas para Escrituras diversas de Lourenço Manuel Botelho 1804-10-05/ 1809-11-09, fl.89v-90v. (código de referência: PT/ADBGC/NOT/CNTMC/001/143)

Fundo JUD/JOJTCM Juízo Ordinário do Julgado de Torre de Moncorvo 1780/1882 Série 001 Inventário de menores 1811/1882 - PT/ADBGC/JUD/JOJTCM/001/14213 - 1845 - "Inventariado: António Manuel de Carvalho e Castro; -Inventariante: António de Carvalho; -Local: Torre de Moncorvo" - cx545, processo nº213 [fundo não tratado arquivisticamente]

Fundo JUD/JOJTCM Juízo Ordinário do Julgado de Torre de Moncorvo 1780/1882 Série 001 Inventário de menores 1811/1882 - PT/ADBGC/JUD/JOJTCM/001/8372 - 1856 - "Inventariado: Ana Emília Leite Pereira de Carvalho; -Inventariante: António de Carvalho e Castro Freire Cortez; Local: Torre de Moncorvo" - cx524 [fundo não tratado arquivisticamente]

#### ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADPRT)

ADPRT - 4º Cartório Notarial do Porto 1546-05-29/ 1992-01-09, Notas para Escrituras Diversas 1546-05-29/ 1922-01-09, Notas para Escrituras diversas 1882-02-11/ 1882-05-03, fl.11v-12 e 33-34. (código de referência: PT/ADPRT/NOT/CNPRT04/001/4762)



## ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO (AHMTM)

Câmara Municipal, Contribuições Municipais, Pão do Depósito, *Livro do pão e dinheiro que se dá neste depósito*, n.º272

Câmara Municipal, Contribuições Municipais, Pão do Depósito, *Livro do pão e dinheiro que se dá neste depósito*, n.º271

Provedoria da Comarca, Décima, Torre de Moncorvo (concelho), Pasta n.º 429, N.º 4, Livro da Décima Mestre da Vila e termo, Auto do Lançamento do novo subsídio militar da Decima, 1765, fl.17-17v

Provedoria da Comarca, Décima, Torre de Moncorvo (concelho), Pasta n.º 430, N.º 5, Livro da Décima da vila e termo, Auto do Lançamento do Novo subsídio militar da Decima, 1766, fl. 4

Registo da Décima da Vila e do Termo: 1762, 1763, 1764 Pasta 1, Livro 1, 2 e 3 “Livro da Décima da Vila”, fl.17; 1799 Pasta 10, Livro 35, “Livro da Décima da Vila”, fl.17; 1801 Pasta 11, Livro 38, “Livro da Décima da Vila”, fl.18v; 1824 Pasta 15, Livro 57, “Livro da Décima da Vila”, fl.43v; 1825, Pasta 16, Livro 59, “Livro da Décima da Vila”, fl.37; 1826, Livro 61, “Livro da Décima da Vila”, fl.36v;1827, Livro 63, “Livro da Décima da Vila”, fl.45v;1829, Pasta 17, Livro 66, “Livro da Décima da Vila”, fl.34v;1830,Pasta 17, Livro 68, “Livro da Décima da Vila”, fl.33v; 1832, Pasta 18, Livro 72, “Livro da Décima da Vila”, fl.30; 1834, Pasta 18, Livro 73, “Livro da Décima da Vila”, fl.22v

Câmara Municipal, Órgãos do Município, Acórdãos, Assentos, Autos e Vereações, *Livro de Acórdãos 1794-1798*, Liv.99, Cx. 49

Administração do Concelho, B Funções e Inspeção e Execução de Serviços de interesse Público, B/D Testamentos, 002 Registo de Testamentos EC/P1v. *Testamento de Ana Benedita do Amaral Margarido – 1902 - Livro n.º20, teste 2/20/, 1905-1906, fl. 13 - 15 (1902/02/19)*

Tribunal, Processos Orfanológicos, maço 54, E1/P3, proc.n.º 44, *Inventario orphanologico por fallecimento de D. Anna Benedicta do Amaral Margarido - 00/00/1905*

Tribunal, Processos Orfanológicos, maço 54, E1/P4, *Inventario orphanologico por fallecimento de António de Carvalho e Castro Freire Cortez [Vol. 1, 2, 3 e 4; Processo do Tribunal da Relação do Porto - Agravo Cível de 1904]*

## ARQUIVO MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ (AHMAFE)

Testamentos – registos de testamentos 1840-1899, Livro 24 - 1873-1886 (livro 24) // 1886 – Ferradosa - Manuel António Rodrigues – Solteiro (fl.03-09)

N.º 1533, Matriz predial rústica de Cerejais (ano de 1896), Artigo n.º 862, 863

N.º 1104, Matriz predial rústica de Cerejais, Artigo n.º 863

N.º 1113, Matriz Predial Rústica de Ferradosa, Artigo n.º 1273

N.º 1114, Matriz Predial Rústica de Ferradosa, Artigo n.º 1273

## BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA REAL

Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5ª secção, ano de 1941, pasta de processos 101-200, processo nº123; ano de 1965, pasta de processos 1-100, processo nº068; ano de 1971, pasta de processos 200-250, processo nº213 [fundo não tratado arquivisticamente]

Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5ª secção, ano de 1957, pasta de processos 01-100, processo nº16 [fundo não tratado arquivisticamente]

## MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO

Unidade de Investigação e Documentação (CIEMar-Ílhavo), Fundo Especial Octávio Lixa Filgueiras, OLF, 3-1, Separador 29, Fl. 18

## REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE TORRE DE MONCORVO

*Matriz predial rústica da freguesia de Torre de Moncorvo, 1938, 1950 e 1971*

*Matriz predial urbana da freguesia de Torre de Moncorvo, 1937*

*Matriz predial rústica da freguesia de Larinho, 1950*

## REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE ALFÂNDEGA DA FÉ

*Matriz Predial Rústica de Cerejais (artigos 1 a 20, 1054 a 1056)*

*Matriz Predial Urbana de Cerejais (artigos 129, 130, 231, 404 a 406 e 414 a 417)*

*Matriz Predial Rústica de Ferradosa (artigo 1646)*

## REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE MOGADOURO

*Matriz predial rústica da freguesia de Meirinhos, artigo nº1, secções L1, L2, L3, L4, L5 e L32.*

*Matriz predial urbana da freguesia de Meirinhos, artigo nº331, 1940*

## OUTROS ARQUIVOS

Arquivo particular de António Alberto Coelho de Carvalho e Castro (Torre de Moncorvo), *Tombo do Morgado de Santo António de Moncorvo (1757)*

Núcleo Museológico da fotografia do Douro Superior, *Fundo fotográfico pessoal do padre Castro* [não catalogado]

Núcleo Museológico da fotografia do Douro Superior, *Fundo fotográfico Cheias do rio Sabor a 7 Dezembro 2000*, fotografia por Arnaldo Silva [não catalogado]

Arquivo pessoal de Francisco José Lopes, *Rol dos Confessados da Freguesia de Cerejais, Arciprestado de Alfândega da Fé (1895)*

Direção-geral do Território, *Carta Corográfica do Reino 1:100000, folha 9 (1900)*  
([http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart\\_100K\\_rslt.asp?folha=9](http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart_100K_rslt.asp?folha=9))

#### **6.4.Fontes digitais**

Google Earth (pro)

GENEALL- [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=57473](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=57473)

FARRAPOS DE MEMÓRIA - <http://lelodeconcorvo.blogspot.pt/2010/10/torre-de-moncorvo-notaveis-do-passado.html>

*Notáveis de outros tempos - Abade Tavares e um grupo de amigos em Carviçais (1914)*, foto cedida por Conceição Serra, disponível em: <http://lelodeconcorvo.blogspot.pt/2012/02/notaveis-de-outros-tempos.html> (acedido a 25 Janeiro de 2018).

#### **6.5.Fontes cartográficas**

CIGEOE – CENTRO DE INFORMAÇÃO GEOESPACIAL DO EXÉRCITO

Cartas Militares de Portugal, escala 1:25000 (décadas 40 e 90), nº118, 119 e 130

Fotografias Aéreas do voo de USAF de 1958

Fotografias Aéreas de 2011

DG TERRITÓRIO – DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO (DGT)

Carta Corográfica do Reino 1:100000, folha 9 (1900), DGT Museu Virtual:  
[http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart\\_100K\\_rslt.asp?folha=9](http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart_100K_rslt.asp?folha=9)

Secções Cadastrais do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (Distrito Bragança, Concelho Mogadouro, freguesia Meirinho, secção L1 a L5 e L32):  
[http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro\\_geometrico\\_da\\_propriedade\\_rustica\\_cgpr\\_/consultar\\_seccoes\\_cadastrais/](http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro_geometrico_da_propriedade_rustica_cgpr_/consultar_seccoes_cadastrais/) (consultado a 28/01/2019)

Série cartográfica nacional 1:50000, folhas 11c e 11b (1940; 1961), DGT Museu Virtual:  
[http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart\\_50K\\_rslt.asp?folha=11C](http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart_50K_rslt.asp?folha=11C);  
[http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart\\_50K\\_rslt.asp?folha=11B](http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart_50K_rslt.asp?folha=11B)

Carta de Ocupação do Solo – COS'90, 1:25000

Carta de Ocupação do Solo – COS' 2007 (níveis 1 e 2), 1:25000

LNEG - LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA E GEOLOGIA

Carta Geológica de Portugal, escala 1:50000, nº 11b, 11c e 11d

Geoportal: <http://geoportal.lneg.pt/geoportal/egeo/DownloadCartas/login.aspx>

## 6.6. Fontes orais

Data da entrevista	Código da entrevista	Tipo	Duração	Depósito	Produtor / Proprietário
26/04/2010	AAM0110	Gravação áudio	01:30:44 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
15/12/2010	LN0265	Gravação áudio	01:12:13 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
05/05/2011	PS0329	Gravação áudio	00:54:10 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
14/10/2011	LBRI0557	Gravação áudio	01:35:47 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
11/01/2012	AFP0666	Gravação áudio	01:13:03 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
25/09/2012	JCG0922	Gravação áudio	01:12:57 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
02/10/2012	MADEP0942	Gravação áudio	00:34:01 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
03/10/2012	PS0944	Gravação áudio	00:41:12 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
08/10/2012	GSC0950	Gravação áudio	00:40:17 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
09/10/2012	FAC0958	Gravação áudio	02:03:52 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
10/10/2012	FAC0963	Gravação áudio	00:07:11 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
11/10/2012	FAC0965	Gravação áudio	01:25:43 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
15/10/2012	LB0977	Gravação áudio	02:16:24 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
25/10/2012	HF.AP1001	Gravação áudio	00:29:00 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
29/10/2012	MACARLOS1002	Gravação áudio	00:41:47 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
13/11/2012	ASD1028	Gravação áudio	02:47:31 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
05/12/2012	ASAL1077	Gravação áudio	02:11:03 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
21/11/2013	JALVES1370	Gravação áudio	03:09:26 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
14/11/2013	MGBFM1368	Gravação áudio	00:59:18 minutos	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP
-	JMBS	Não gravado	não se aplica	Arquivo digital do AHBS	ACE, Baixo Sabor / EDP

## 6.7. Bibliografia de arquitetura e construção, técnicas e tecnologias [Anexo IV]

ALVES, Pedro (2015) *A alvenaria de pedra seca dos casebres das encostas do vale do Baixo Sabor*. Revista CEPIHS (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social) (p.425-441), nº 5

- APPLETON, João (2003) *Reabilitação de edifícios antigos - patologias e tecnologias de intervenção*. Alfragide/Amadora, Edições Orion.
- BARBOSA, José Carlos (2001) *Valorização e aproveitamento das construções rurais tradicionais em Trás-os-Montes, como elementos do meio rural e da actividade agrária*. Comunicação apresentada ao 1º Congresso de estudos rurais.
- CARVALHO, R. (2008) *Arquitectura vernácula alto-duriense*. Arquitectura D'ouro em linha. (<http://arquitecturadouro.blogspot.pt/2008/01/arquitectura-vernucula-alto-duriense.html>.)
- CASELLA, Guida. (2003) *Gramáticas da pedra: Levantamento de tipologias de construção murária*. Porto: CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais.
- CORREIA, João Manuel Pinto (2012) *Materiais e Sistemas construtivos na arquitectura local: a Casa do Povo de Santo André – Mogadouro*. Universidade Lusíada, dissertação para obtenção do grau de Mestre, Porto, policopiado.
- COSTA, A.M. (2008d) *Adobe, tijolos e tabiques*. Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão, coord. V. Ribeiro. Porto: Afrontamento (74-77).
- COSTA, A.M. (2008b) *Alvenarias de xisto*. Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão, coord. V. Ribeiro. Porto: Afrontamento (64-69)
- COSTA, A.M. (2008f) *Execução de alvenarias de xisto*. Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão, coord. V. Ribeiro. Porto: Afrontamento (194-207).
- COSTA, F.P.d. (1955<sub>1</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Asnas de madeira I* (fascículo 1). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F.P.d. (1955<sub>2</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Asnas de madeira II* (fascículo 2; 3.<sup>a</sup> edição). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>3</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Escadas de madeira I* (fascículo 03). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>4</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Escadas de madeira II* (fascículo 04). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>5</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Escadas de madeira III* (fascículo 05). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>6</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Escadas de madeira IV* (fascículo 06). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>7</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Pavimentos de madeira* (fascículo 07). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F.P.da (1955<sub>8</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Madeiramentos e telhados I* (fascículo 8). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa

- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>9</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil; fascículo 09; Madeiramentos e telhados II*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa.
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>10</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil; fascículo 10; Madeiramentos e telhados III*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa.
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>11</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil; fascículo 11; Madeiramentos e telhados IV*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa.
- COSTA, F. P. (1955<sub>12</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Tectos diversos (fascículo 12)*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>13</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil; fascículo 13; Obras de alvenaria I*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa.
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>14</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil; fascículo 14; Obras de alvenaria II*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa.
- COSTA, F.P.d. (1955<sub>15</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Arcos e abóbadas (fascículo 15)*. (2.<sup>a</sup> edição). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa.
- COSTA, F.P.d. (1955<sub>16</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Obras de cantaria (fascículo 16)*. (2.<sup>a</sup> edição). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira (1955<sub>17</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Obras de cantaria II (fascículo 17)* (2.<sup>a</sup> edição). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>18</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Pavimentos diversos (fascículo 18)*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>19</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Vãos de janelas (fascículo 19)*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F.P.d. (1955<sub>20</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Vãos de janelas II (fascículo 20)*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F.P.d. (1955<sub>21</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Portas exteriores (fascículo 21)*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>22</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Portas interiores (fascículo 22)*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>23</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Instalações sanitárias I (fascículo 23)*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>24</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Instalações sanitárias (fascículo 24)*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>25</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Instalações sanitárias (fascículo 25)*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>26</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Interiores e exteriores (fascículo 26)*. Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa

- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>27</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Chaminés e aquecimento* (fascículo 27). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>28</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Trabalhos de ferro* (fascículo 28). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>29</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Ventilação e acústica* (fascículo 29). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- COSTA, F. Pereira da (1955<sub>30</sub>) *Enciclopédia prática da construção civil: Diversos trabalhos* (fascículo 30). Edição do autor (distribuição da Portugália Editora), Lisboa
- FAUVRELLE, Natália (2001) *Quintas do Douro: as arquiteturas do Vinho do Porto*. Cadernos da revista Douro-Estudos & Documentos n.º8; GEHVID e C. M: de S. João da Pesqueira.
- FLÓRIDO, Flávio Miguel Saraiva (2010) *Tipificação de soluções de reabilitação de paredes de madeira em edifícios antigos*. Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, dissertação de mestrado apresentada no âmbito do Mestrado Integrado em Engenharia Civil – 2009/2010, policopiado
- GONÇALVES, Carla Patrícia Barbosa (2010) *Construção de tabique da associação de municípios da terra quente transmontana (amtqt)*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola de Ciências e Tecnologia (ECT), Departamento de Engenharia, dissertação de mestrado em engenharia civil, policopiado
- GONÇALVES, Joana Maria dos Santos (2014) *Tradição em Continuidade, levantamento das Quintas da Terra Fria do Nordeste Transmontano e contributos para a sustentabilidade*. Universidade do Minho, Escola de Arquitectura, dissertação de mestrados + anexos, policopiado
- HENRIQUES, F., Caninas, J.C., Correia, F.B., Santos, C. & Gardete, J.J. (2000) *Muros-apiários da bacia do médio Tejo (regiões de Castelo Branco e Cáceres)*. Lisboa: Colibri.
- LADRA, Lois (2010) *O património rural construído no Baixo Côa*. ADRA n.º5, Santiago de Compostela (45-62)
- LARA, L.F.G. (2008) *Arquitecturas anónimas I: Barracas de piedra en seco*. Coleção IN SITU (serie Índicios). N.º 21, Barcelona. (<http://insitucoleccion.jimdo.com/coleccion/C3%b3n/n%C2%BA-15-29/>)
- MILETO, Camila e VEGAS, Fernando (2008) *Homo Faber: Arquitectura preindustrial del Rincón de Ademuz*. Ed. Mancomunidad de Municipios Rincón de Ademuz
- MOUTINHO, Mário (1995) *A Arquitectura popular portuguesa*. Editora Estampa
- MATEUS, João Mascarenhas (2002) *Técnicas tradicionais de construção de Alvenaria*. Livros Horizonte
- OLIVEIRA, Ernesto V. e GALHANO, Fernando (1992) *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- POLION MARCUS, Vitruvio. *De Architectura*. Alianza Forma edições – 1995. Madrid. ([http://aparejadoresacc.com/wp-content/uploads/Vitruvio\\_Polion\\_Marco.pdf](http://aparejadoresacc.com/wp-content/uploads/Vitruvio_Polion_Marco.pdf))
- REDENTOR, Armando e outros (2000) *Montezinho, num olhar à arquitectura popular [catalogo da exposição]*. Bragança, Parque Natural de Montezinho

SEGURADO, João Emílio dos Santos: *Construção Civil (vol. III) – Alvenaria e Cantaria*. Lisboa, Bibliotheca de Instrução Profissional, livraria Bertrand

SOEIRO, Teresa (1998) *A pesca fluvial no Baixo Tâmega e Douro*. Antopoloxía Mariñeira: Actas do Simposio Internacional in memoriam Xosé Filgueira Valverde, Ponencia de Antopoloxía Cultural, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega. (231-252).

TEIXEIRA, G.d.B. e BELÉM, M.d.C. (1998) *Diálogos de edificação: Estudo de técnicas tradicionais de construção*. Porto: CRAT (Centro Regional de Artes Tradicionais).

TEIXEIRA, Joaquim (2004) *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentado à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. (<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/39475>)

RIBEIRO, Vítor (coord.) (2009) *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Porto: Afrontamento.





## Anexo I: ilustrações

<b>Índice de Ilustrações</b>		
<b>Nº Ilustração</b>	<b>Legenda</b>	<b>Produtor/ Fonte</b>
1	Localização das propriedades (sua área) em estudos em Portugal continental e nos termos dos concelhos	Mauro Correia
2	Propriedades em estudo sobre CMP 1:25000, folhas 118 e 119	Mauro Correia
3	Localização das propriedades (sua área e núcleos centrais construídos) em estudo sobre ortofotomapa (Google earth), com indicação toponímica e traçado da albufeira do AHBS	Mauro Correia
4	Propriedades em estudo sobre carta geológica, folhas 11c e 11d, escala 1:50000	Mauro Correia
5	Mapa de elevações da área em estudo	Mauro Correia
6	Mapa de declives da área em estudo	Mauro Correia
7	Toponímia e microtoponímia na área da Quinta de Crestelos	João Monteiro / ACE Baixo Sabor
8	Localização da Quinta Branca (S. Gonçalo e St <sup>a</sup> Eufémia) no termo das freguesias de Cerejais e Ferradosa com indicações de: microtoponímia, principais vias de acesso e linhas de água (adaptado sobre Carta Militar de Portugal de 1944/45)	João Monteiro / ACE Baixo Sabor
9	Culturas agrícolas, e respetiva distribuição, para os períodos temporais entre as décadas de 1950-60 e a de 1990 respetivamente. Quinta da Laranjeira	João Monteiro / ACE Baixo Sabor
10	Fotointerpretação de fotografia aérea de 1958, Quinta de Crestelos	João Monteiro / ACE Baixo Sabor
11	Interpretação de Carta de ocupação do solo de 1990, Quinta de Crestelos	João Monteiro / ACE Baixo Sabor
12	Fotointerpretação da ocupação do solo a partir de fotografia aérea de 1958. Culturas agrícolas, e respetiva distribuição, Quinta Branca	João Monteiro / ACE Baixo Sabor
13	Culturas segundo informação constante nos artigos da Matriz Predial rústica de 1960, Quinta Branca	João Monteiro / ACE Baixo Sabor
14	Vectorização de Carta de Ocupação de Solo de 1990, Quinta Branca	João Monteiro / ACE Baixo Sabor

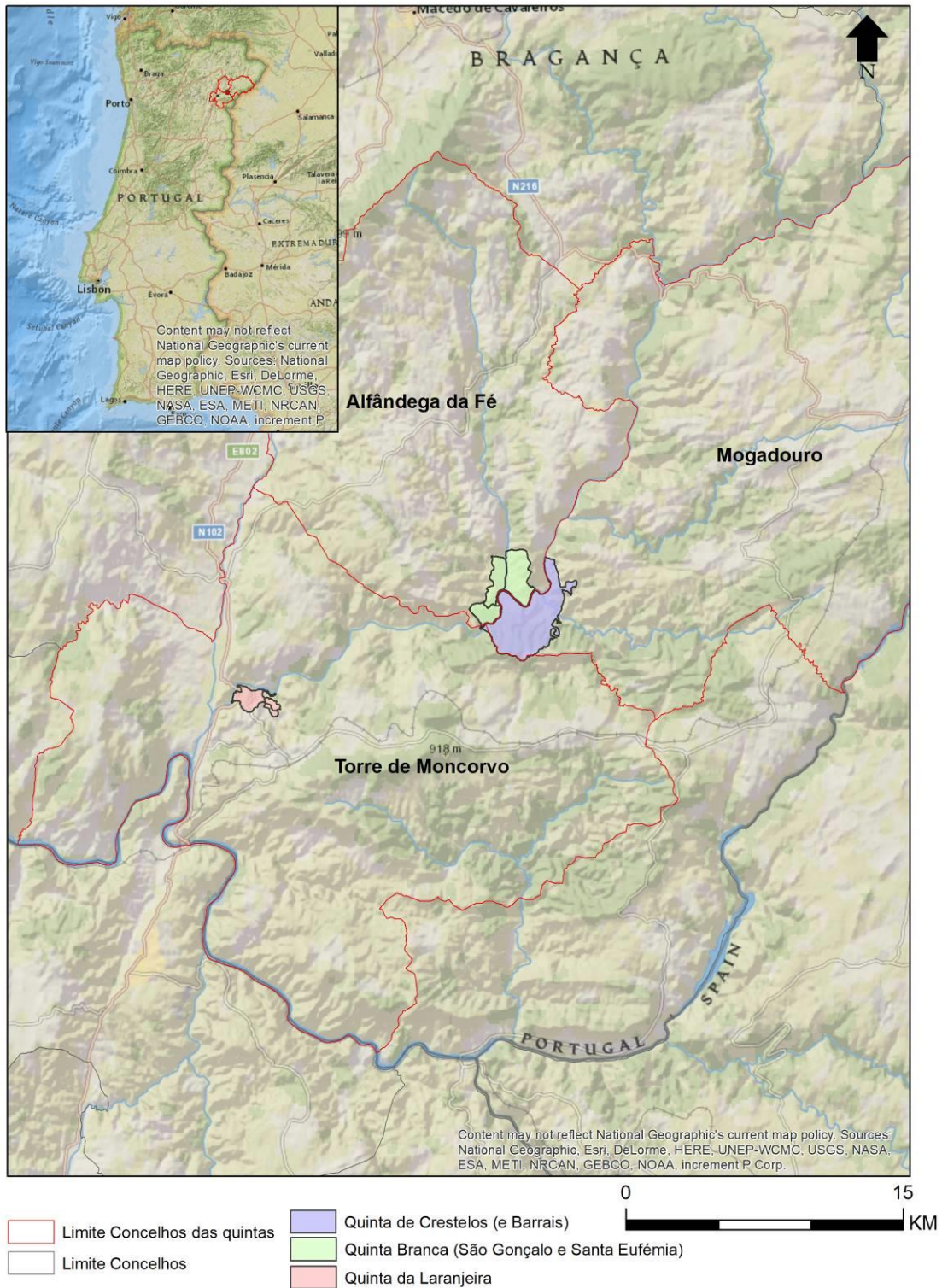


Ilustração 01

Propriedades em estudo sobre CMP 1:25000 (f.118 e 119)

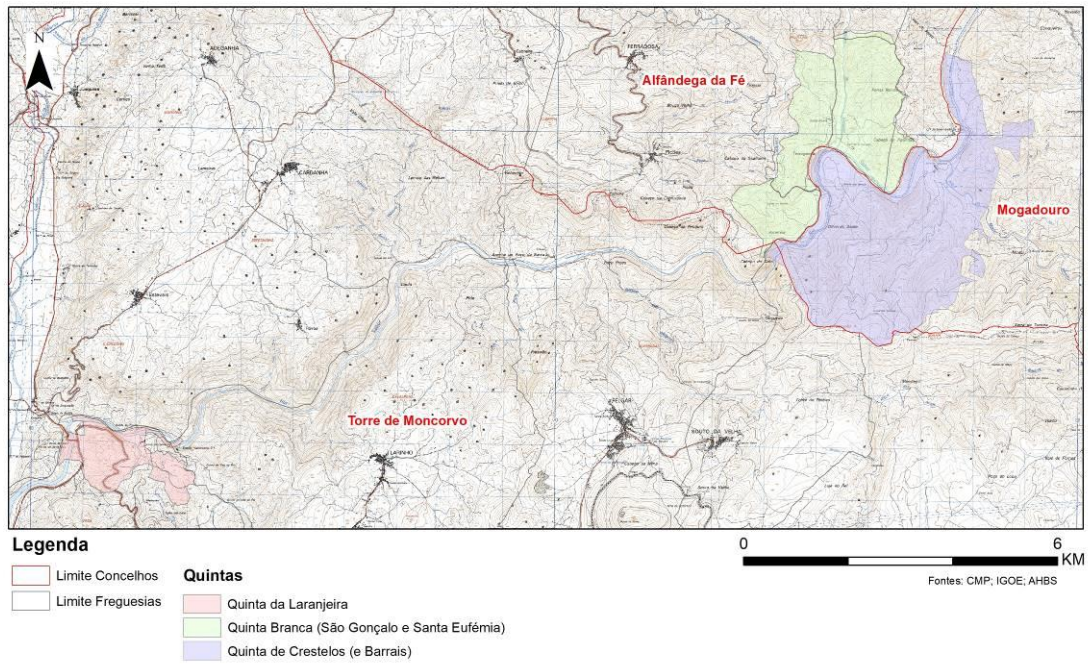


Ilustração 02

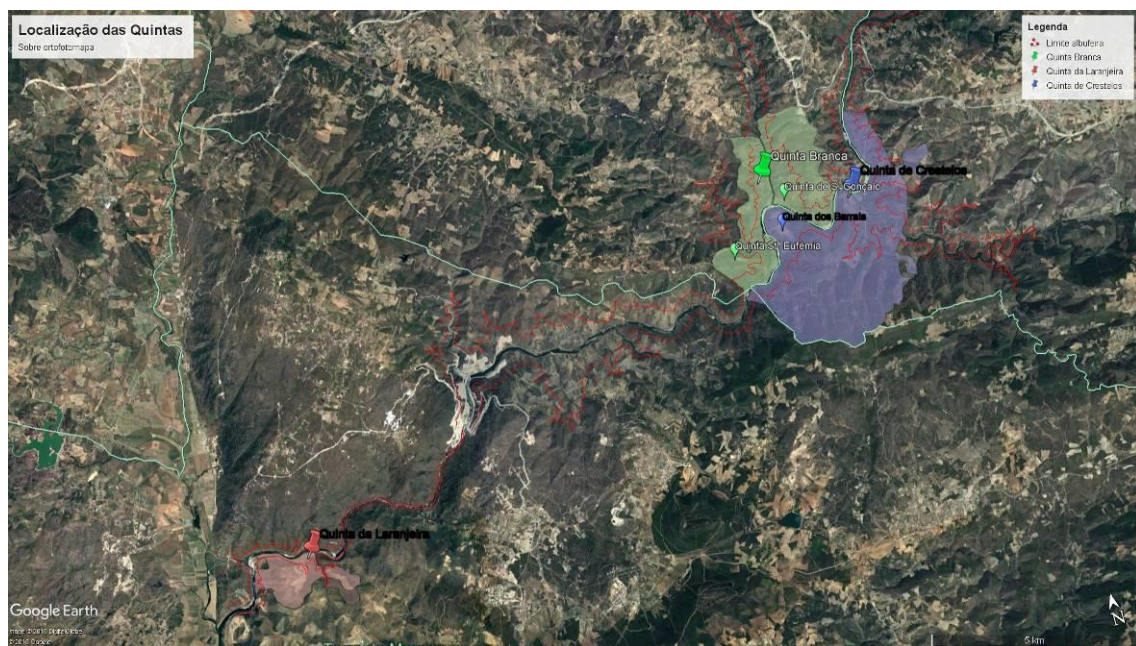


Ilustração 03

Propriedades em Estudo sobre carta geológica (nº11c e 11d, esc. 1:50000)

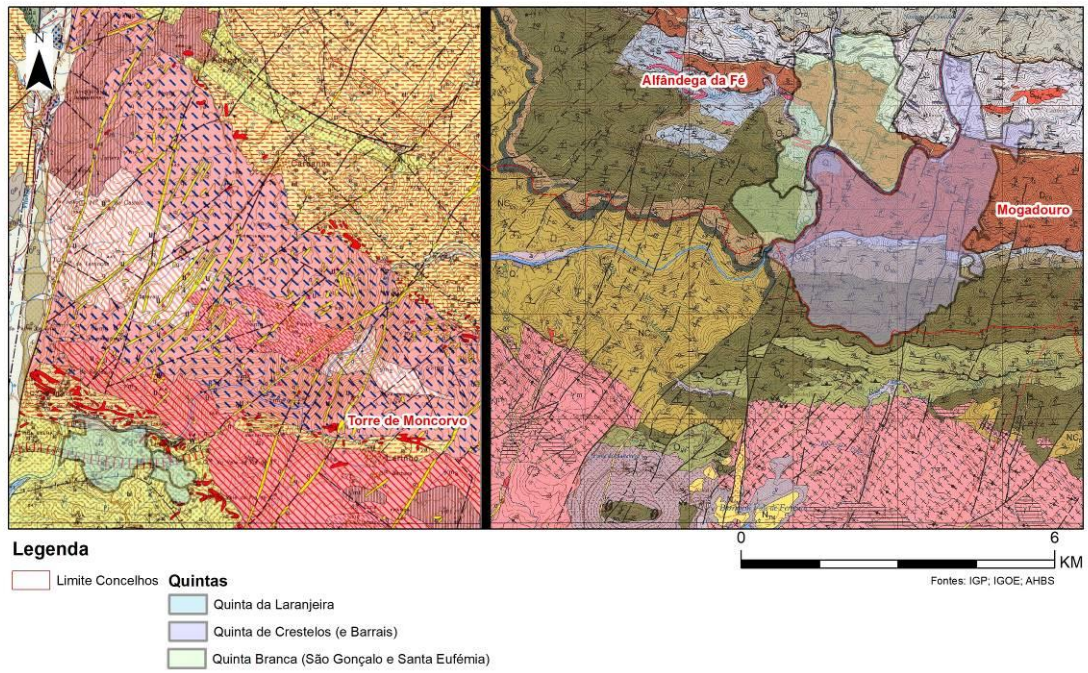
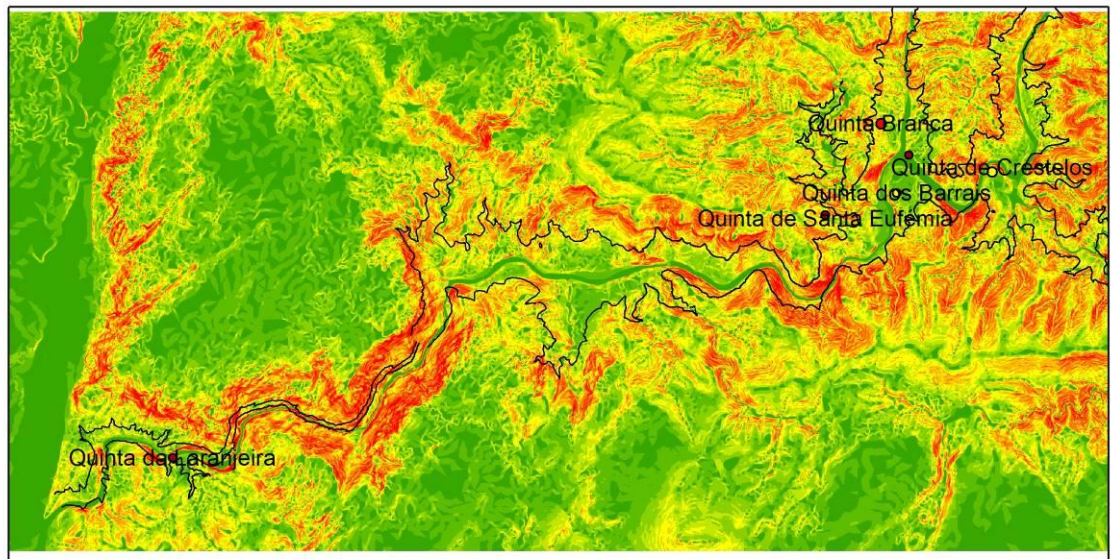
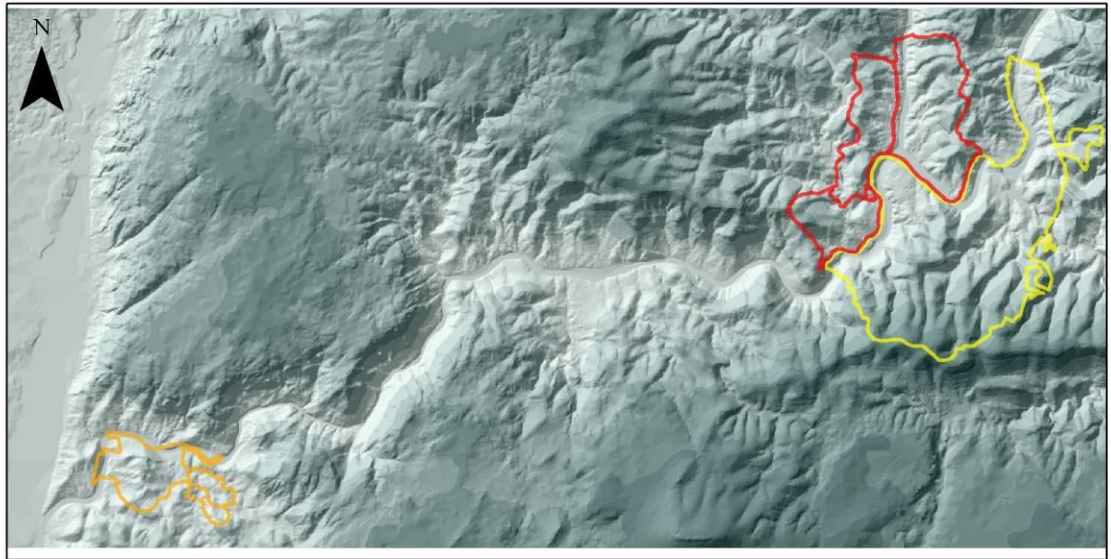


Ilustração 04

## Cartografia de elevações, relevo e declives



Fontes: IGOE; AHBS

Ilustração 05 e 06

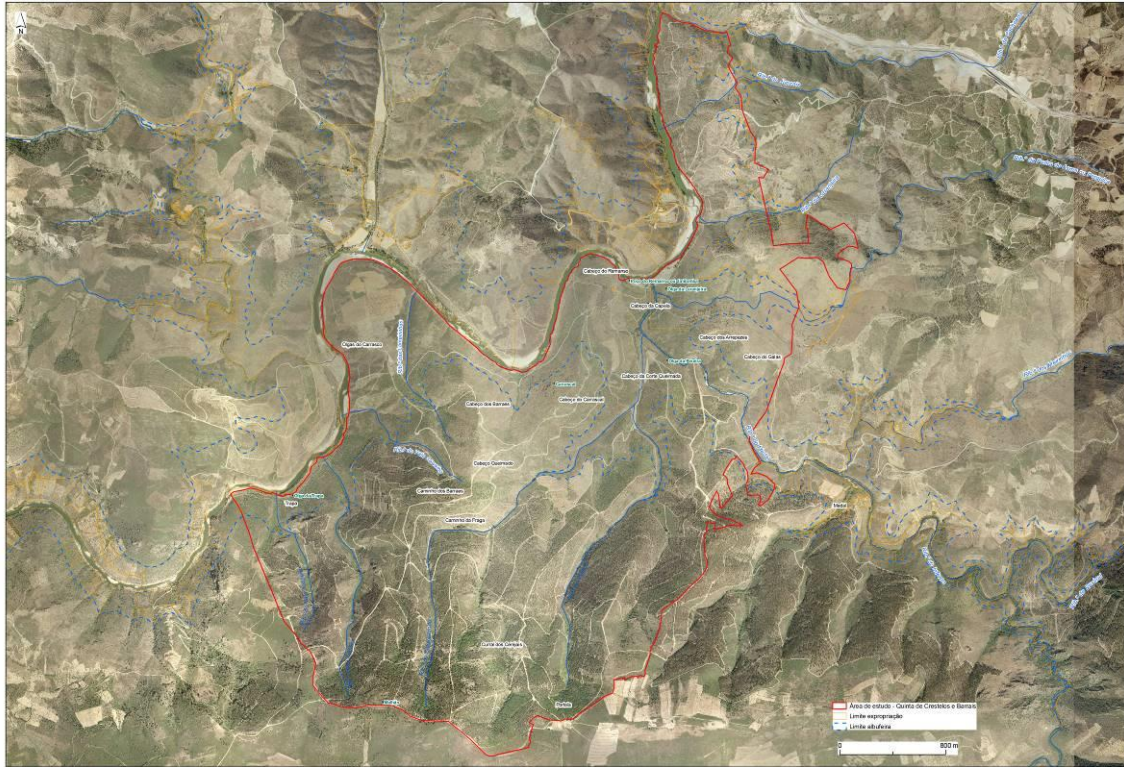


Ilustração 07

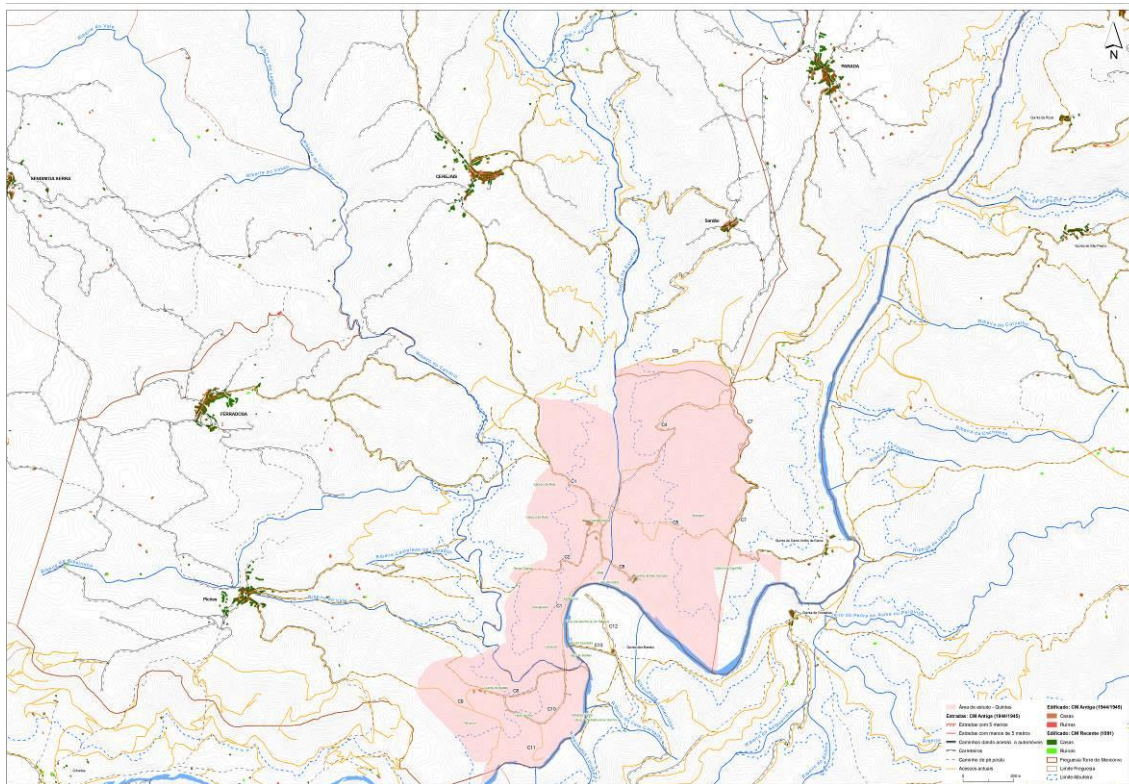


Ilustração 08

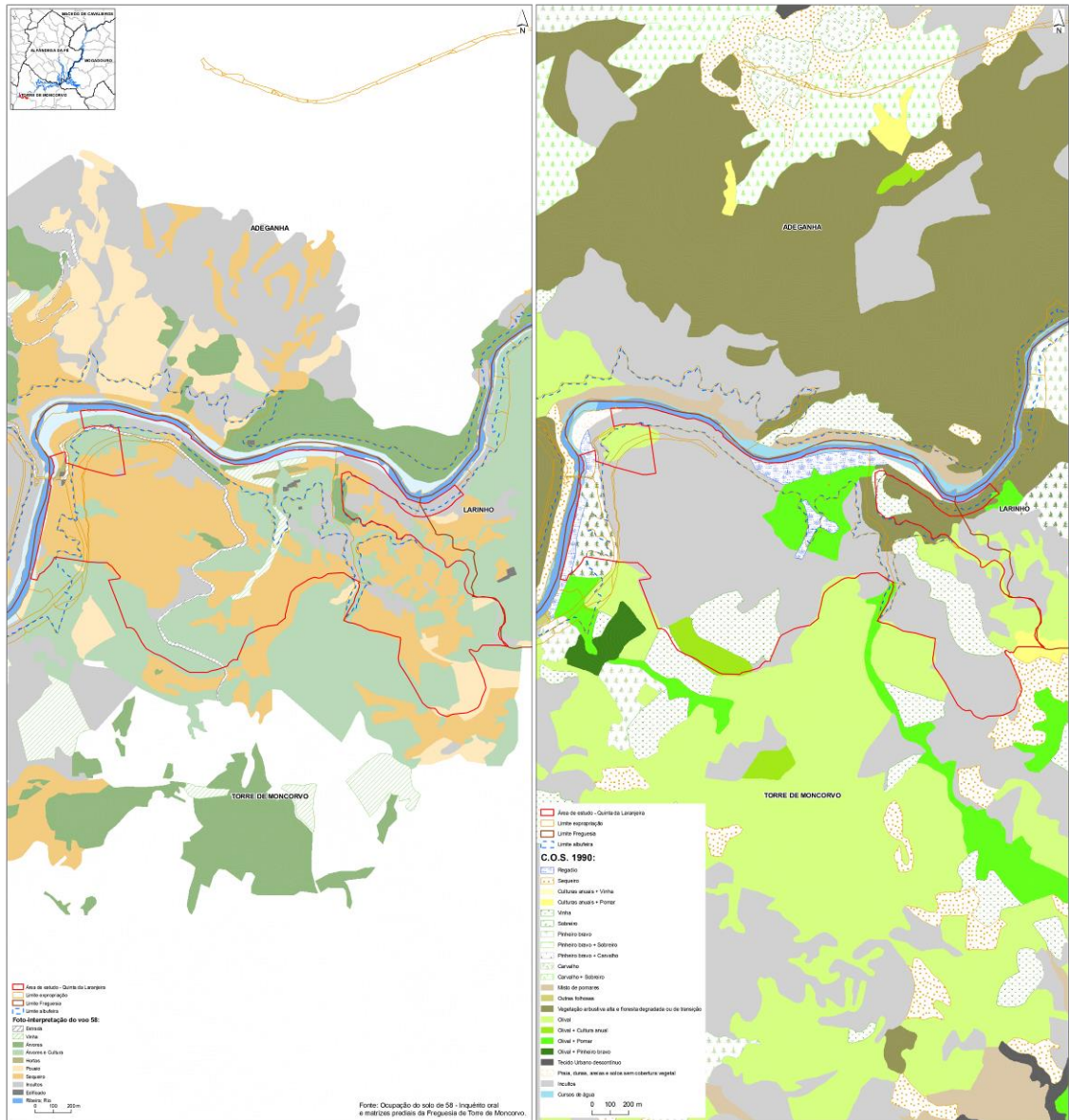


Ilustração 09



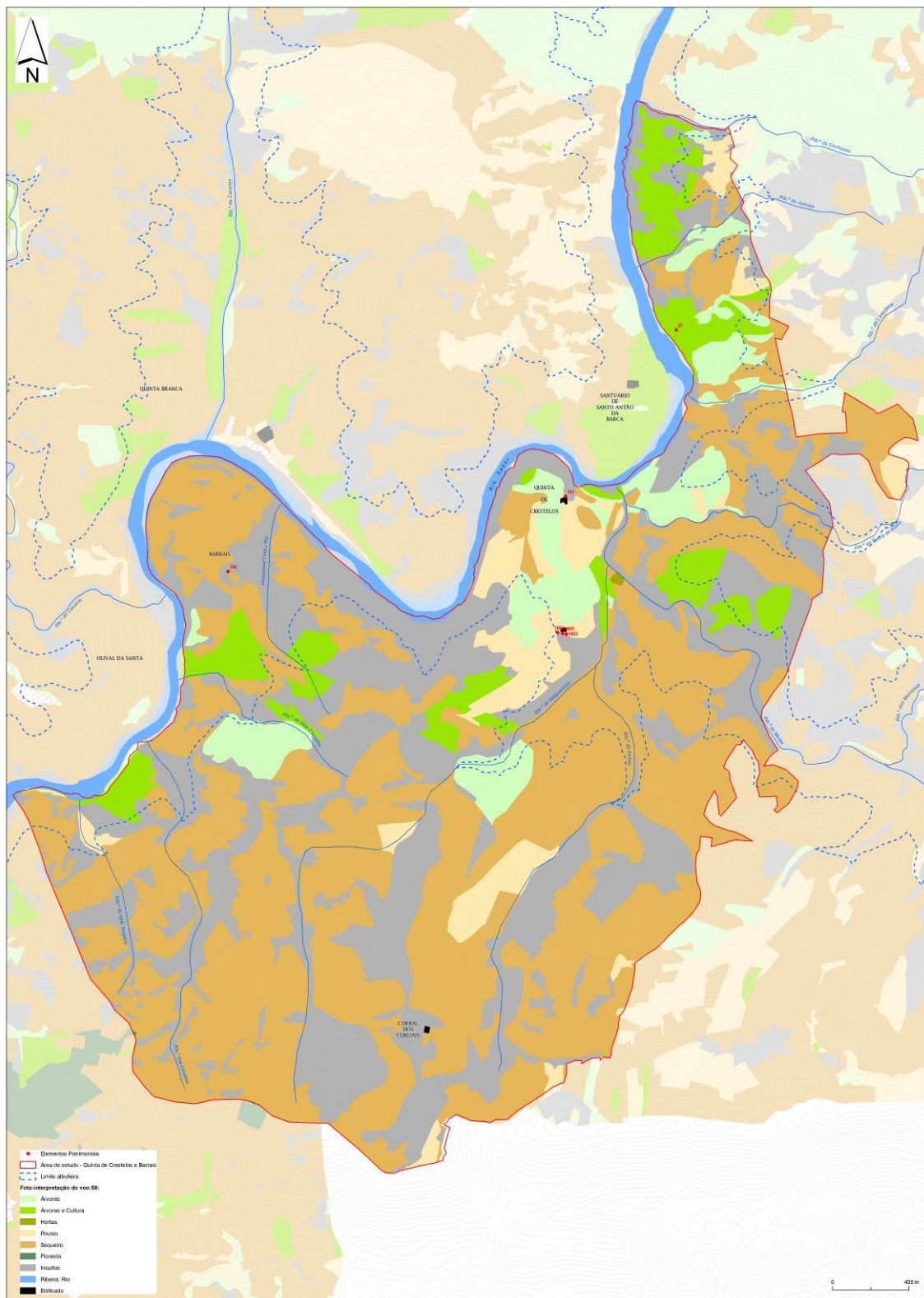


Ilustração 10

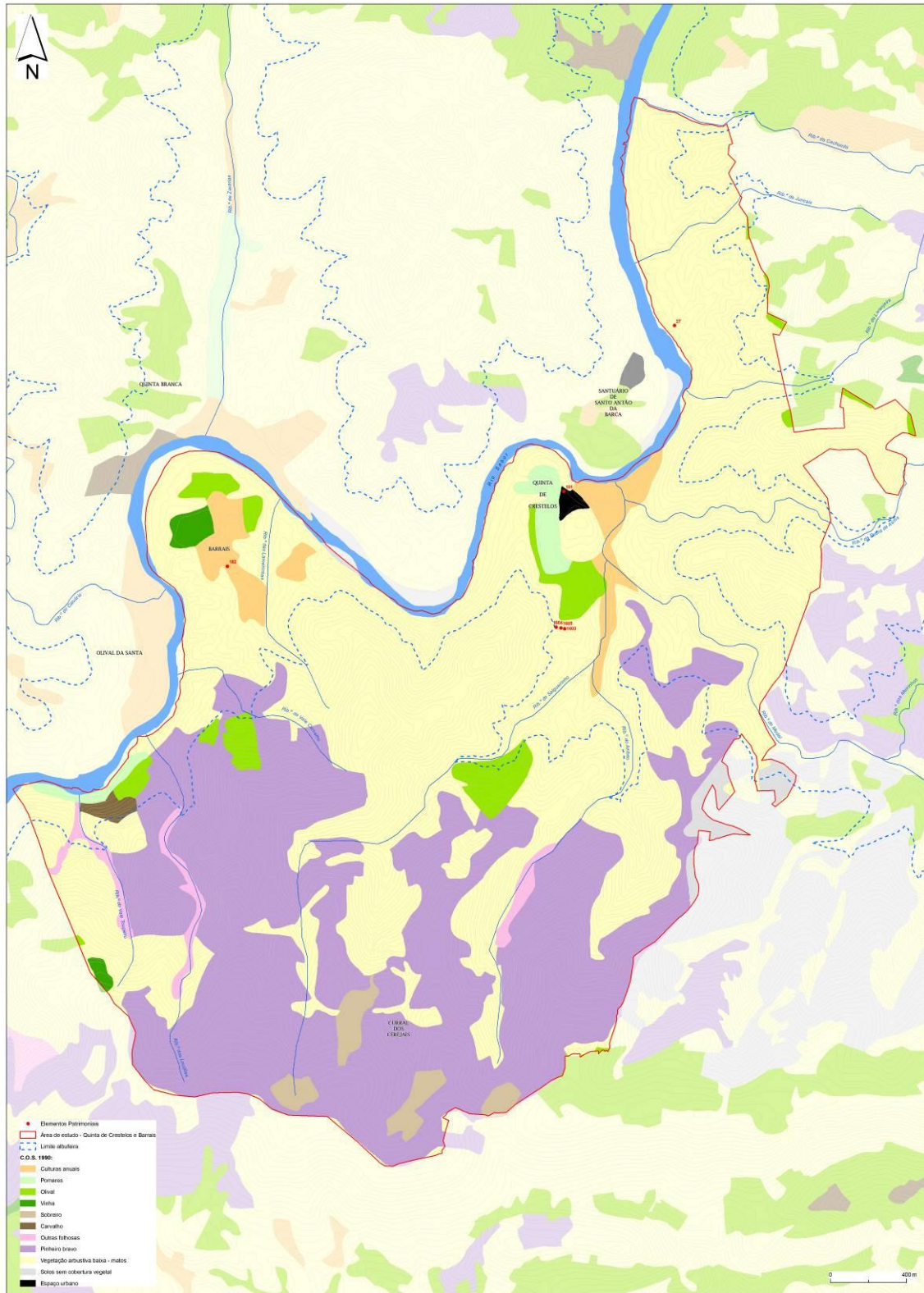


Ilustração 11

# Anexo I

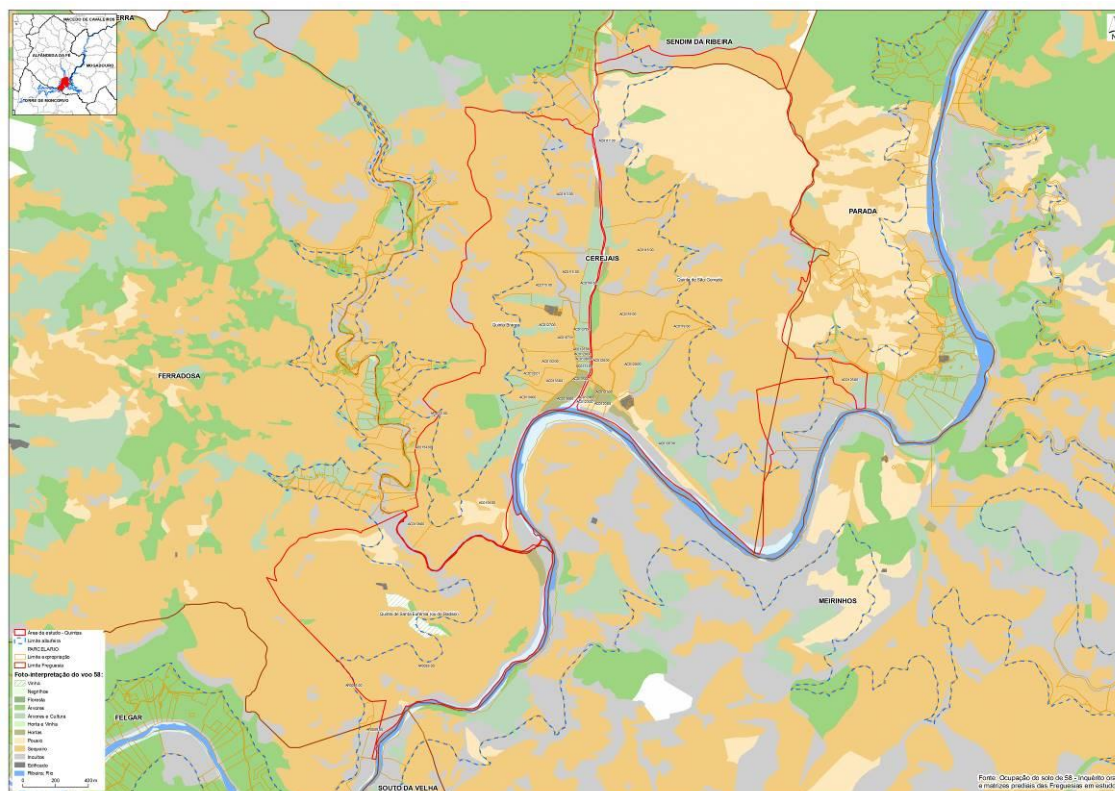


Ilustração 12

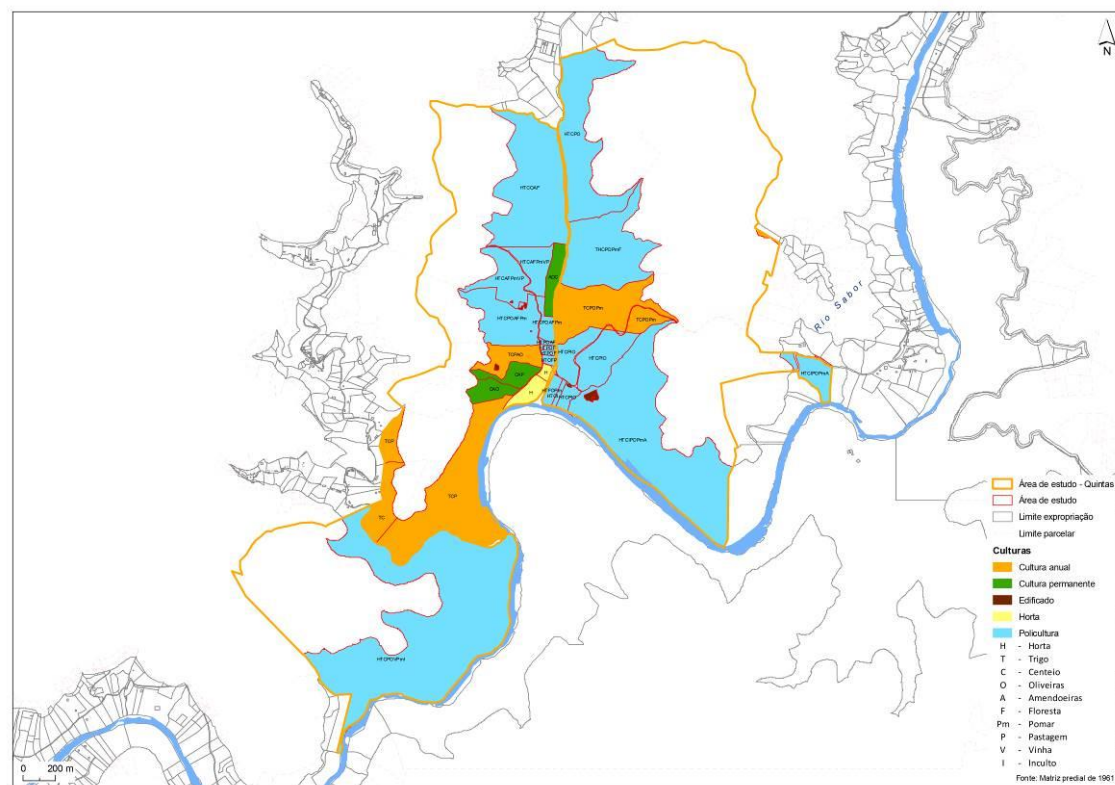


Ilustração 13

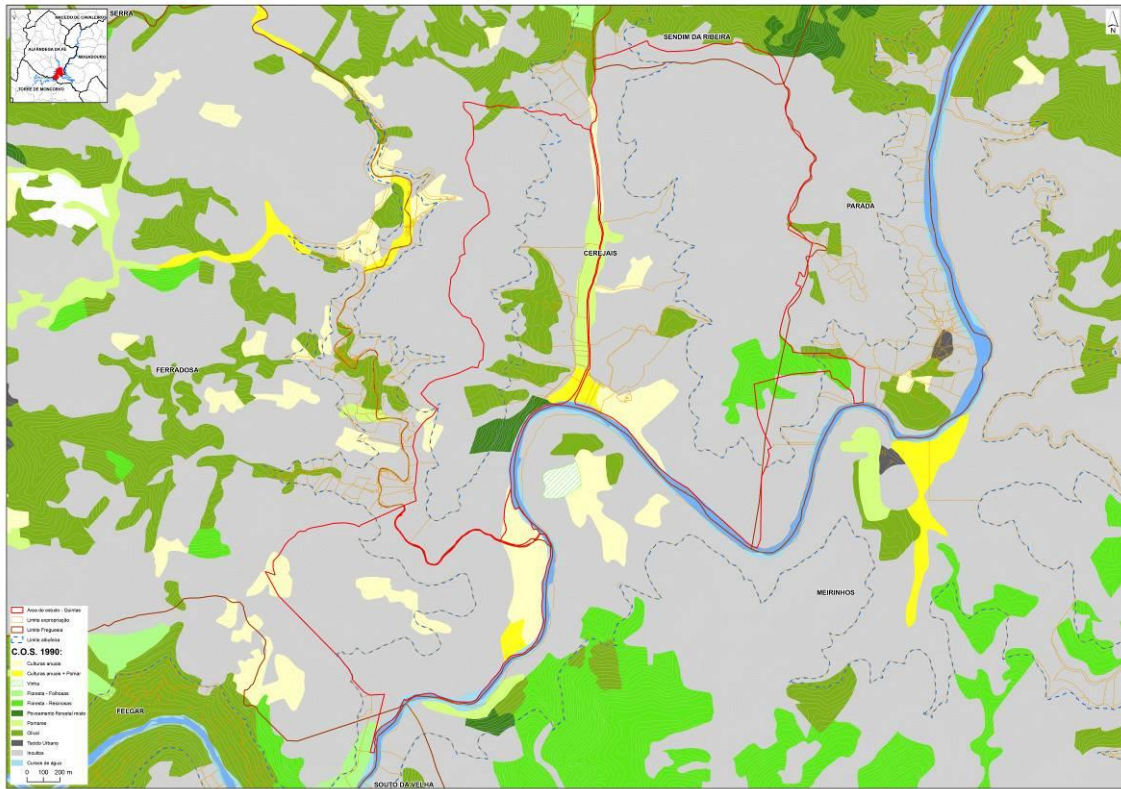


Ilustração 14



## Anexo II: registo fotográfico

Índice das fotografias		
Nº Foto	Legenda	Autor/ Fonte
1	Vista de ponte/jusante da Quinta da Laranjeira, desde o Cabeço dos Apostólicos	Mauro Correia
2	Vista aérea sobre o núcleo central da Quinta da Laranjeira	ArteFotográfica / ACE Baixo Sabor, 22.5.2013
3	Vista geral desde a estrada nacional (margem esquerda do Sabor) sobre a Quinta da Laranjeira	José Rodrigues / ACE Baixo Sabor
4	Cheia do rio Sabor, à Quinta da Laranjeira, de 7 de Dezembro de 2000	Arnaldo Silva / Núcleo Museológico da Fotografia do Douro Superior
5	Quinta de Crestelos vista desde o Cabeço do Remanso	Mauro Correia
6	Quinta de Crestelos vista desde o Cabeço do Aguilhão (margem oposto do rio)	Mauro Correia
7	Núcleo dos Barrais visto desde sul	Mauro Correia
8	Núcleos centrais da Branca e São Gonçalo vistos desde a Quinta de Crestelos	Mauro Correia
9	Vale e foz da Ribeira de Zacarias (foto desde montante, margem direita)	Mauro Correia
10	Luiz de Carvalho, ao centro, na Quinta da Laranjeira em 1917	Núcleo Museológico da Fotografia do Douro Superior, Fundo fotográfico pessoal do padre Castro (não catalogado)
11	Exemplo de oliveira centenária, em Crestelos, de um olival que ficou na gíria popular como tendo sido plantado pelos Távora	Mauro Correia
12	Cadeirão do Bispo, Quinta de Crestelos, Cabeço do Remanso	Mauro Correia
13	Grupo de amigos em Carviçais, no dia São João em 1914. Acácio Abílio Santiago encontra-se na fila de baixo com um jarro na mão	Retirado de : <a href="http://lelodemoncorvo.blogspot.pt/2010/10/torre-demoncorvo-notaveis-do-passado.html">http://lelodemoncorvo.blogspot.pt/2010/10/torre-demoncorvo-notaveis-do-passado.html</a> (consultado em 18/10/2013). Fotografia cedida por Conceição Serra
14	“Uma malhada em 1942” na eira da Quinta de Crestelos	SEIXAS 2003: 9

Anexo II

15	Malhadeira, abandonada, no caminho de Crestelos para os Barraís	Mauro Correia
16	“Olival do tempo dos Távora”. Foto datada da década de 40/50	SEIXAS 2003: 8
17	Quinta de Crestelos após o incêndio de 10/07/2013. Vista desde o Cabeço do Aguilhão	José Rodrigues / ACE Baixo Sabor
18	Oliveira dos "Távora" após o incêndio de 10/07/2013	Mauro Correia
19	Trabalhos de demolição, noturna, do núcleo central edificado de Crestelos (19/11/2013)	Mauro Correia
20	Albufeira do AHBS em plena fase de enchimento na Quinta de Crestelos (18/03/2014)	Mauro Correia
21	Núcleo construído da Quinta Branca visto desde São Gonçalo	Mauro Correia
22	Tarara da Quinta Branca	Mauro Correia
23	Rebanho de ovelhas a ocupar o pátio da Quinta da Laranjeira no ano de 2013	Mauro Correia
24	Vista desde norte do núcleo central de Crestelos a partir da eira. Anterior ao período de vigência de Acácio Santiago	Publicada na capa do jornal Terra Quente, nº 287, de 15 de Agosto de 2003, onde figura o artigo SEIXAS 2003: 8-9
25	Olival do Távora, à direita, no ano de 2012	Mauro Correia
26	Vestígios de canais do lagar de azeite de Crestelos exumados durante as escavações arqueológicas	ACE Baixo Sabor
27	Tonel do lagar vinário de Crestelos com o cronograma 1900	Mauro Correia / ACE Baixo Sabor
28	Vista desde nordeste do pomar e Olga do Pereira, Quinta de Crestelos	Mauro Correia
29	Foto do Dr. Santo Júnior, tirada desde o Cabeço da Corte Queimada, de parte da Olga do Pereira e de um bardo temporário, sem data	Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Santos Júnior [não tratado arquivisticamente]
30	Curral do Cabeço da Corte Queimada em fotografia de Joaquim dos Santos Júnior. Foto possivelmente datada da década de 1940, pois encontra-se no mesmo maço que outras com esta data.	Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Santos Júnior [não tratado arquivisticamente]
31	Pequeno rebanho na Quinta de Crestelos em 2012	Mauro Correia
32	Olgas, das margens da ribeira de Zacarias, da Quinta Branca	Mauro Correia

## Anexo II

33	Foz da ribeira de Zacarias, entre as olgas da Quinta Branca e São Gonçalo	Mauro Correia
34	Entrevista/ inquérito antropológico na Quinta Branca	Ana Rita Trindade / ACE Baixo Sabor
35	Malhadeira da Quinta Branca	Mauro Correia
36	Motor de combustão para a malhadeira da Quinta Branca	Mauro Correia
37	Vista geral do território da Quinta Branca, desde o cabeço do Aguilhão, após o incêndio de 10/07/2013	José Rodrigues / ACE Baixo Sabor
38	Núcleo construído da Quinta Branca após o incêndio de 10/07/2013	Mauro Correia
39	Edificado da Quinta Branca após o incêndio de 10/07/2013	Mauro Correia
40	Núcleo construído de São Gonçalo após o incêndio de 10/07/2013	José Rodrigues / ACE Baixo Sabor
41	Motor de extração de água da Quinta de Crestelos, situado junto do leito do rio Sabor ao Poço do Remanso	Mauro Correia
42	Pesqueira e travessia da Quinta da Laranjeira vista desde a Quinta do Travelo	Mauro Correia
43	Estrutura "barquiforme", na margem direita do rio Sabor, da pesqueira da Laranjeira	Mauro Correia
44	Açude do Cabeço do Remanso	André Rolo / ACE Baixo Sabor



Fotografia 01: Vista de ponte/jusante da Quinta da Laranjeira, desde o Cabeço dos Apostólicos





Fotografia 02: Vista aérea sobre o núcleo central da Quinta da Laranjeira



Fotografia 03: Vista geral, desde a estrada nacional (margem esquerda do Sabor), sobre a Quinta da Laranjeira



Fotografia 04: Cheia do rio Sabor, à Quinta da Laranjeira, de 7 de Dezembro de 2000

Anexo II



Fotografia 05: Quinta de Crestelos vista desde o Cabeço do Remanso



Fotografia 06: Quinta de Crestelos vista desde o Cabeço do Aguilhão (margem oposta do rio)



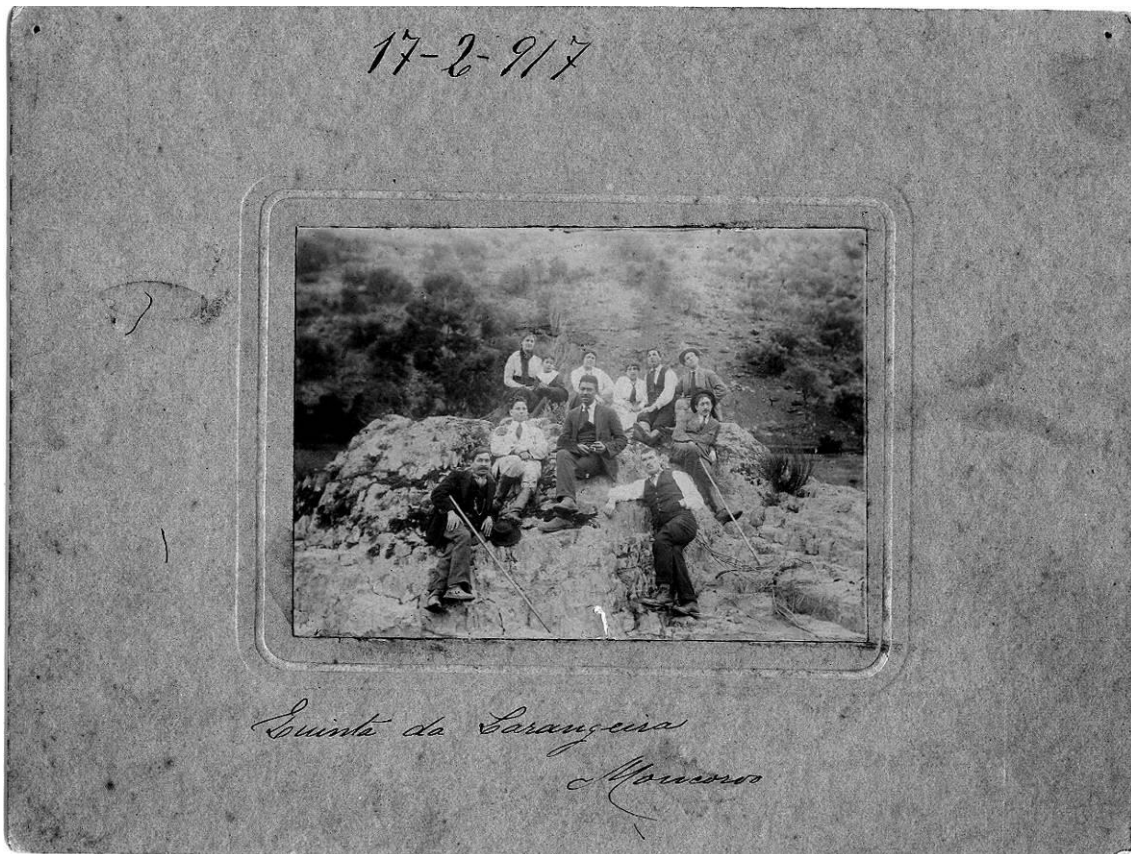
Fotografia 07: Núcleo dos Barrais visto desde sul



Fotografia 08: Núcleos centrais da Branca e São Gonçalo vistos desde a Quinta de Crestelos



Fotografia 09: Vale e foz da Ribeira de Zacarias (foto desde montante, margem direita)



Fotografia 10: Luiz de Carvalho, ao centro, na Quinta da Laranjeira em 1917



Fotografia 11: Exemplo de oliveira centenária, em Crestelos, de um olival que ficou na gíria popular como tendo sido plantado pelos Távora



Fotografia 12: Cadeirão do Bispo, Quinta de Crestelos, Cabeço do Remanso



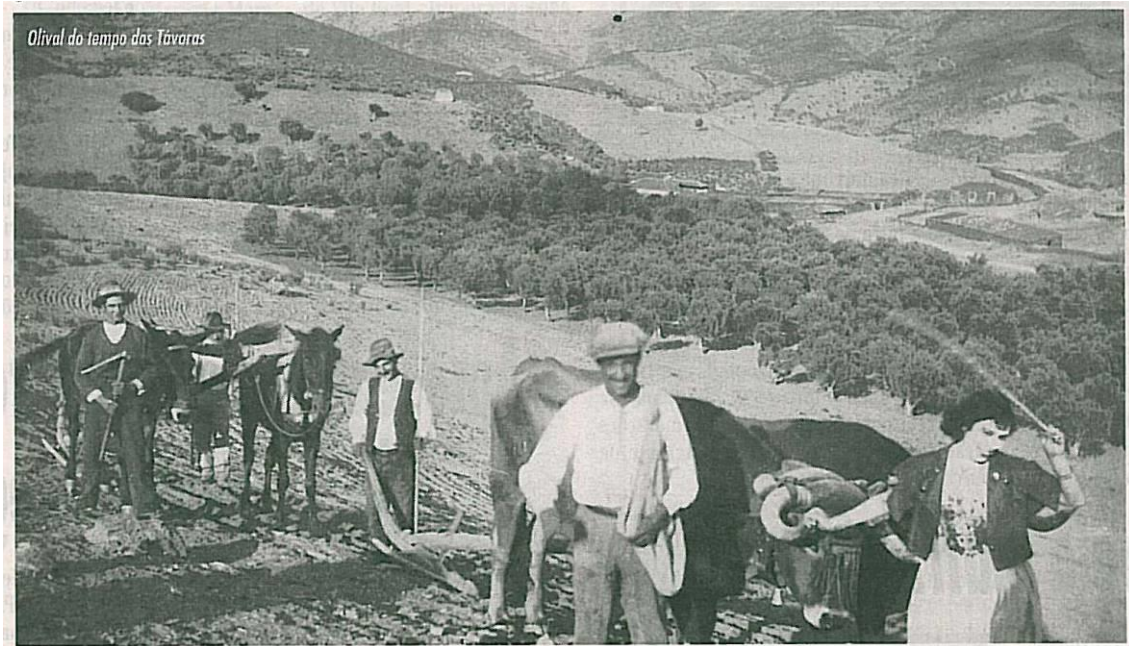
Fotografia 13: Grupo de amigos em Carviçais, no dia São João em 1914. Acácio Abílio Santiago encontra-se na fila de baixo com um jarro na mão



Fotografia 14: “Uma malhada em 1942” na eira da Quinta de Crestelos



Fotografia 15: Malhadeira, abandonada, no caminho de Crestelos para os Barrais



Fotografia 16: “Olival do tempo dos Távora”. Foto datada da década de 40/50



Fotografia 17: Quinta de Crestelos após o incêndio de 10/07/2013. Vista desde o Cabeço do Aguilhão



Fotografia 18: Oliveira dos "Távora" após o incêndio de 10/07/2013



Fotografia 19: Trabalhos de demolição, noturna, do núcleo central edificado de Crestelos (19/11/2013)





Fotografia 20: Albufeira do AHBS em plena fase de enchimento na Quinta de Crestelos (18/03/2014)



Fotografia 21: Núcleo construído da Quinta Branca visto desde São Gonçalo



Fotografia 22: Tarara da Quinta Branca



Fotografia 23: Rebanho de ovelhas a ocupar o pátio da Quinta da Laranjeira no ano de 2013



Fotografia 24: Vista desde norte do núcleo central de Crestelos a partir da eira. Anterior ao período de vigência de Acácio Santiago



Fotografia 25: Olival do Távora, à direita, no ano de 2012

Anexo II



Fotografias 26 e 27: Vestígios de canais do lagar de azeite de Crestelos exumados durante as escavações arqueológicas / Tonel do lagar vinário de Crestelos com o cronograma 1900



Fotografia 28: Vista desde nordeste do pomar e Olga do Pereira, Quinta de Crestelos



Fotografia 29: Foto do Dr. Santo Júnior, tirada desde o Cabeço da Corte Queimada, de parte da Olga do Pereira e de um bardo temporário, sem data



Fotografia 30: Curral do Cabeço da Corte Queimada em fotografia de Joaquim dos Santos Júnior. Foto possivelmente datada da década de 1940, pois encontra-se no mesmo maço que outras com esta data.



Fotografia 31: Pequeno rebanho na Quinta de Crestelos em 2012

Anexo II



Fotografia 32: Olgas, das margens da ribeira de Zacarias, da Quinta Branca



Fotografia 33: Foz da ribeira de Zacarias, entre as olgas da Quinta Branca e São Gonçalo



Fotografia 34: Entrevista/ inquérito antropológico na Quinta Branca



Fotografia 35: Malhadeira da Quinta Branca



Fotografia 36: Motor de combustão para a malhadeira da Quinta Branca

## Anexo II



Fotografia 37: Vista geral do território da Quinta Branca, desde o cabeço do Aguilhão, após o incêndio de 10/07/2013



Fotografia 38: Núcleo construído da Quinta Branca após o incêndio de 10/07/2013



Fotografia 39: Edificado da Quinta Branca após o incêndio de 10/07/2013





Fotografia 40: Núcleo construído de São Gonçalo após o incêndio de 10/07/2013



Fotografia 41: Motor de extração de água da Quinta de Crestelos, situado junto do leito do rio Sabor ao Poço do Remanso



Fotografia 42: Pesqueira e travessia da Quinta da Laranjeira vista desde a Quinta do Travelo



Fotografia 43: Estrutura "barquiforme", na margem direita do rio Sabor, da pesqueira da Laranjeira



Fotografia 44: Açude do Cabeço do Remanso

### Anexo III: documentação transcrita

<b>Índice de Documentos transcritos/ tratados</b>			
<b>Acrónimo documental</b>	<b>Título</b>	<b>Proveniência</b>	<b>Assunto(s)</b>
doc.01	Demarcação da Quinta da Laranjeira do Morgado de Santo António de Moncorvo, 1757	Tombo do Morgado de Santo António de Moncorvo (1757), arquivo particular de António Alberto Coelho de Carvalho e Castro (Torre de Moncorvo)	Quinta da Laranjeira; Morgado de Santo António
doc.02	Livro da Décima Mestre da Vila e termo, Auto do Lançamento do novo subsídio militar da Decima, fl. 17-17v, 1765	Arquivo Histórico e Municipal de Torre de Moncorvo (AHMTM), Provedoria da Comarca, Décima, Torre de Moncorvo (concelho), Pasta nº 429, Nº 4	Quinta da Laranjeira; António Francisco de Carvalho
doc.03	Auto de Câmara de 31 de Julho de 1796, fl.121-123	AHMTM, Câmara Municipal, Órgãos do Município, Acórdãos, Assentos, Autos e Vereações, Livro de Acórdãos 1794-1798	Quinta da Laranjeira; invasão dos pastos e destruição de culturas
doc.04	Escritura de bens para a fábrica da capela de Santo António instituída por António Luís de Carvalho Camelo e Castro e sua mulher D. Joana Bernarda de Aragão Cabral, 1807, fl89-90	Arquivo Distrital de Bragança (ADBGC), Notas para escrituras diversas de António Vaz	Capela da Quinta da Laranjeira
doc.05	Testamento de Ana Benedita do Amaral Margarido	AHMTM - Administração do Concelho, B Funcões e Inspeção e Execução de Serviços de interesse Público, B/D Testamentos, 002 Registo de Testamentos EC/P1v. Livro nº20, teste 2/20/, 1905-1906, fl.13-15 (1902/02/19)	Quinta da Laranjeira
doc.06	Quinta da Laranjeira nas Matrizes Prediais Rústicas (1938, 1950, 1972)	Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo	Quinta da Laranjeira
doc.07	Quinta da Laranjeira nas Matrizes Prediais Urbanas (1937, 1971)	Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo	Quinta da Laranjeira
doc.08	Certidão de óbito de Luiz Augusto Ferreira de Carvalho	AHMTM	Luiz Augusto Ferreira de Carvalho

Anexo III

doc.09	Certidão de óbito de Ester Benedita de Sá Margarido	AHMTM	Ester Benedita de Sá Margarido
doc.10	Registo e confirmação da instituição do Morgado dos Távora em Trás-os-Montes, por Luís Álvares de Távora e sua mulher, D. Filipa de Vilhena. 1536	Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN-TT), Chancelaria de D. João III, Liv. 49, fls. 86v-88 (Microfilme: 7014)	Quinta de Crestelos; Trapa; Quinta de Rio de Cabras
doc.11	Relação dos bens que possuíam os Marqueses que foram de Távora na Província de Trás-os-Montes Maço 133, nº 37 (cota provisória), fl. 1 a 21. s.d. (posterior a 1758)	AN-TT, Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigos Maço 133 Casas de Aveiro, Távora e Jesuítas	Quinta de Crestelos; Trapa; Quinta de Rio de Cabras; Quinta de São Gonçalo
doc.12	Auto de Sequestro da Quinta de Crestelos e Auto de Rematação da renda da Quinta de Crestellos a Bento Ferreira de Meyrinhos por tres anos Cada hum a cento e cinquenta mil réis, 1758-1759, fl. 11v-12v e 43v-44	Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), Junta da Inconfidência, Maço 94, Nº 302 -5, Traslado do Auto de sequestro e Inventario dos Bens que se acharão nesta Comarca de Miranda pertencentes aos Marquezes de Távora, Francisco de Assis Távora e D. Leonor Távora, 1758	Quinta de Crestelos
doc.13	Receitas e despesas dos bens confiscados aos Távora entre 1759 e 1761	AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307	Quinta de Crestelos; Quinta de São Gonçalo; Chousas
doc.14	Primeira escritura de emprazamento das terras de Crestelos e Olga da Trapa, pelo Conde de S. Vicente a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, D. Maria Isabel Soares, de 23 Junho de 1805, fl.79v-82v	AN-TT, Cartórios Notariais 2º Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas Nº 682, Cx. 144 – 6/22/6/6	Quinta de Crestelos; Olga da Trapa
doc.15	Escritura de emprazamento das terras de Crestelos e Olga da Trapa pela Casa de S. Vicente a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, D. Maria Isabel Soares, de 21 de Agosto de 1809	AN-TT, Cartórios Notariais, 2º Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas Nº 695, Cx. 146 – 6/22/6/6	Quinta de Crestelos; Olga da Trapa

Anexo III

doc.16	Cristelos (terras de), com suas pertenças, etc. na Comarca de Moncorvo. Provisão de confirmação do emprazamento das ditas terras a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, foreiras ao Conde de S. Vicente. 1811, 3 Setembro	AN-TT, Chancelaria de D. João VI, Livro 3, fl.344	Quinta de Crestelos
doc.17	Requerimento de D. Maria Isabel Soares Borges Maciel, de 2 de Agosto de 1819	AN-TT, Ministério do Reino, Requerimentos de mercês e privilégios, Maço 859, fl.1-2	Quinta de Crestelos
doc.18	Provisão com salva de confirmação do emprazamento que fez o Conde de S. Vicente a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, D. Maria Isabel Soares, das terras de Cristelos, Olga da Trapa e terras das Pias. 1825, 29 de Abril	AN-TT, Chancelaria de D. João VI, Livro 43, fl. 155v - 156	Quinta de Crestelos; Trapa
doc.19	Remissão de foro e domínio directo que dão os Exmos António José Carlos da Cunha Silveira e Lorema, sua mulher e filho, à Exma D. Antónia Adelaide Ferreira, em 27 de Fevereiro de 1882.	Arquivo Distrital do Porto (ADPRT), 4º Cartório Notarial do Porto 1546-05-29/ 1922-01-09, 001 Notas para Escrituras diversas 1546-05-29/ 1922-01-09 – livro 4762 Notas para Escrituras diversas 1882-02-11/ 1882-0503. Cota I/29/2. Fl.11v-12	Quinta de Crestelos
doc.20	Venda que faz a Exma D. Antónia Adelaide Ferra ao Illustrissimo João José Dias Gallas em 18 de Março de 1882.	ADPRT, 4º Cartório Notarial do Porto 1546-05-29/ 1922-01-09, 001 Notas para Escrituras diversas 1546-05-29/ 1922-01-09 – livro 4762 Notas para Escrituras diversas 1882-02-11/ 1882-0503. Cota I/29/2, fl.33-34	Quinta de Crestelos
doc.21	Quinta Branca nas Matrizes prediais rústicas, antigas, de Cerejais (1893 e 1940)	Arquivo Municipal de Alfândega da Fé (AHMAFE), nº 1533, Matriz predial rústica de Cerejais, Artigo, nº 862, 1893; nº 1104, Matriz predial rústica de Cerejais, Artigo, nº 862, 1940	Quinta Branca (Chousas)
doc.22	Quinta São Gonçalo nas Matrizes prediais rústicas, antigas, de Cerejais (1893 e 1940)	Arquivo Municipal de Alfândega da Fé (AHMAFE), nº 1533, Matriz predial rústica de Cerejais, Artigo, nº 863, 1893; nº 1104, Matriz predial rústica de Cerejais, Artigo, nº 863, 1941	Quinta de São Gonçalo

Anexo III

doc.23	Quinta Santa Eufémia nas Matrizes prediais rústicas, antigas, de Ferradosa (1894 e 1940)	Arquivo Municipal de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Ferradosa, nº 1114, 1894. Artigo nº 1273; Matriz Predial Rústica de Ferradosa, nº 1113, 1940. Artigo nº 1273	Quinta Santa Eufémia
doc.24	Quintas das Chousas e S. Gonçalo no Rol dos Confessados da freguesia de Cerejais no ano de 1895. fl.7-7v	Arquivo pessoal de Francisco José Lopes	Habitantes da Quinta das Chousas e S. Gonçalo
doc.25	O complexo agrícola da Quinta Branca nas matrizes prediais, rústica e urbanas atuais (iniciadas nas décadas de 1960 e 1970), das freguesias de Cerejais e Ferradosa	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé. Matriz predial rústica de Cerejais e Ferradosa; Matriz predial urbana de Cerejais	Nucleos Branca, S. Gonçalo e St <sup>a</sup> Eufémia. Emparcelamento da Quinta Branca
doc.26	Carta da Câmara ao Rei, pedindo a substituição da cultura da vinha pela do tabaco, devido à filoxera, que atacou os vinhedos do concelho. 1893	AHMTM: BRANCO 1996: 178	Crise na vinha no concelho de Moncorvo.
doc.27	Artigos rústicos da Quinta Laranjeira: 1950 à atualidade	Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo	Agricultura na Quinta da Laranjeira
doc.28	Quinta de Crestelos na Matriz Predial Rústica de Meirinhos, 1940	Repartição de Finanças de Mogadouro. Matriz predial rústica de Meirinhos, L1 a L5 e L-32	Agricultura na Quinta de Crestelos
doc.29	Quinta de Crestelos na Matriz Predial Urbana de Meirinhos, 1940	Repartição de Finanças de Mogadouro. Matriz predial urbana de Meirinhos. Artigo 331	Habitação da Quinta de Crestelos
doc.30	Carlos de Deus Roque, maior produtor de trigo do conselho de Alfândega da Fé, 1950 a 1952	Arquivo AHBS. Cota: BS.A.0004	Quinta Branca, cereais
doc.31	Guias de Entrega, da Quinta Branca, de produtos ao Complexo Industrial do Cachão. (9 guias)	Arquivo AHBS. Cota: BS.A.0006 a BS.A.0014	Quinta Branca, produção após o cereal
doc.32	Pedido de Licenciamento de barco na Quinta da Laranjeira. Luíz Carvalho, 1957	Biblioteca Municipal de Vila Real, Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5 <sup>a</sup> secção, ano de 1957, pasta de processos 01-100, processo nº16 [fundo não tratado arquivisticamente]	Embarcação na Quinta da Laranjeira

**Doc.01**

**Tombo do Morgado de Santo António (Torre de Moncorvo), 1757. Arquivo particular de António Alberto Coelho de Carvalho e Castro (Torre de Moncorvo) [transcrição parcial]**

(fl.01) *Tombo do Morgado de S. Antonio que instituiu Alfonso Domingues de Madureyra e Felippa Vas primeyros instituidores deste Morgado, de que hoje he administrador Luis Camelo de Castro fidalgo da caza de S. Mag.<sup>s</sup> (estade). Anno de 1757 Torre de Moncorvo.*

(fl.405v) 17. *Larangeyra, de marcação*

*Prencipia a sua demarcação / em a fôs do Ribeyro de Val'das /Latas junto ao arcal do rio / Sabor o qual ribeyro fica da / parte do nascente, e virando o / poente pello norte a redor do rio / Sabor abayxo com quem vay par- / tindo athe chegar chegar a olga que cha- / mam do Alcayde tem mil e / duzentas e noventa e três varas //*

(fl.406) *E noventa e três vazas e virando / o sul pello poente sobe asima / por perto digo asima hindo por / perto da fonte do Alcayde atra- / vesando o caminho que vem da Po- / nte para o Larinho sobe asima / da dita fonte alguã cousa a / honde fas chave, e honde se pu- / zeram dous Marcos hum que fe- / re para o Rio, e outro para dian- / te para a chave que aquy fas, / e tem athe aquy noventa e seis / varas parte com a dita olga do / Alcayde, e virando o Nascente pe- / Sul na chave corre adiante a- / the torna a meterse a estrema / pello dito Caminho que vay pello / Larinho hindo por elle adiante / tem quatro centas e trinta e / duas varas, e ahonde fas esta me- / diçam se pos outro Marco par- / te a prencipio com Josefa Bote- / lho e depois com Francisco Xavier / de Morais Aroza, e virando ou- / tra ves o Sul corre pello Poente / athe sobir ao Alto hindo no Sima //*

(fl.406v) *No sima o redor do Fragam que fi- / cam dentro desta de marcação / athe chegar o dito Alto que chamam / o Cabeço da Barca honde se puzeram / dous Marcos hum cortando para o / Rio e outro para dentro da Quinta / tem athe aquy duzentas e vinte e seis varas parte com o mesmo Fran- / cisco Xavier Aros digo Xavier de Mo- / rais Aroza, e virando o Nascente pe- / llo Sul corre pello Alto o redor de / fragas que ficam ficam dentro desta / demarçam, e dahy deçe abai- / xo como quem vay para a quinta / tem athe tornar a virar, e honde se / puseram outros dous Marcos du- / zentas e dezasseis varas parte com o Sargento Mor Francisco Xavier Carneyro, e virando outra ves na / cova ao Sul tem pello Poente athe / honde se puseram outros dous / Marcos cento e quarenta e oito varas parte com o dito Sargento Mor Francisco Xavier Carneyro e virando outra ves o Poente pello / Norte sobe asima o Alto athe / topar na parede de Jozefa Liopoldo //*

(fl.407) *De Jozefa Liopoldo Botelho a Ri- / mado a qual se puzeram outros / dous Marcos tem cento e noven- / ta e sete varas, e parte com o mesmo / Francisco Xavier Carneyro por / ficar a terra deste como metida / dentro desta quinta, e virando o / Sul pello Poente corre o redor da / parede de Jozefa Liopoldo Bote- / lho com quem vay partindo athe / chegar o Altinho das Borrallyras / honde se puseram outros dous / Marcos tem athe aqui duzentas / trinta e oito varas, e virando a / baixo o redro das Borrallyras a- / the chegar a quita que hera do / Mouram donde estam dous Mar- / cos tem pello Norte duzentas e sincoenta e hua varas parte com / o mesmo Jose (?) Liopoldo, e viran- / do o Sul pello Poente corre pella / baixa e torna a sobir ao Alto do / Fragam athe chegar a parede de Francisco Ignacio Botelho honde / estam dous Marcos tem trezentas / e cinquenta varas parte com Anna / de Mesquita Viuva do Mouram / e virando no Alto o Nascente tem //*



### Anexo III

(fl.407v) *Tem pello Sul o redor da dita pa-/ rede de Francisco Ignacio quaren-/ ta e seis varas, e aqui se na pos / Marco por ficar logo contigo a / esta terma huã que he do Praso / da Comenda de Santa Maria de / Castello Branco que vay medi-/ da em seu titullo por perten-/ cer a este Morgado, e virando o / Norte pello Nascente corre pello / Lombo abaixo, e trezentas e vinte / e quatro varas parte com a dita / terra do Prazo de Castello Bran-/ co que (?) o mesmo Ademenis-/ trador, e virando outra vez o Nascen-/ te torna a descer abaixo correndo / pello Sul athe chegar o fim de / outra parede de Francisco Igna- /cio Botelho ahonde se puseram / outros dous Marcos tem duzentas e sincoenta varas parte a prenci- / pio com a dita terra do Prazo e de- / pois com Francisco Ignacio Bote- / lho, e virando o Sul pello Poente / desce ao Ribeiro, e dahy sobe ao / Alto de Val da Perdiz ahonde se / puseram outros dous Marcos a ala-/ bar neste Alto emponta, e tem a //*

(fl.408) *Em ponta, e tem athe aqui trezentas e sessenta varas, parte com o mês / mo Francisco Ignacio Botelho vin / do a mayor parte partindo por / parede, e virando quasi o Norte / correndo esguilhado entre o Sul / e Nascente passando o redor de / huã Corte que está derrubada / e fica dentro desta demarcação / tem trezentas e noventa e seis varas pondose aqui donde fas / este cumprimento outros dous / Marcos parte com Joanna da Cos- / ta Beçanas e com Francisco de / Azevedo, e virando o Nascente / pello Sul corre direyto athe a / atravessar o Caminho desta mesma / quinta e chegar o Ribeyro de Val das Latas abai-/ xo athe honde principiou a me-/ diçam honde se pos primeyro Marco //*

(fl.408v) *Marco tem quinhentas e oitenta / e sete varas parte com o dito Ribey-/ ro e por elle em meyo com quinta / de Carllos Joze de Freyxo, e ficam / dentro desta de marcação as / cazas da quinta cortes tapados arvores de fructo e sem elle e mui-/ ta oliveyra sendo tudo pertencen-/ te a este Morgado por ia ser par-/ te desta de marcação do Mor-/ gado Antigo e o mais haver o / Admenistrador Antonio de Carvalho por vários titullos de com-/ pra que vam lançados neste Tom-/ bo em seu lugar ficando somen-/ te dentro desta demarçam / huã terra alheya que he pertença do Prazo da Serveira e hum tapa-/ dinho com suas oliveyras, e terra de fora que he de Antonio Gon-/ çalves Zavelheto desta villa, e tu-/ do mais he deste Morgado.*

#### Doc.02

**Transcrição paleográfica, com adaptação para apresentação de: Provedoria da Comarca, Décima, Torre de Moncorvo (concelho), Pasta nº 429, Nº 4, Livro da Décima Mestre da Vila e termo, Auto do Lançamento do novo subsídio militar da Decima, fl. 17-17v, 1765, Arquivo Histórico e Municipal de Torre de Moncorvo (AHMTM)**

(fl. 17-17v) *António Francisco de Carvalho, Morador na Rua do Cano da Torre de Moncorvo, cavalheiro que vive de suas fazendas.*

*Tem huas cazas em que / vive com sua propriedade de traz / que consta de Azeite, vinho, e Pumar, / e hum Lagar de Azeite que valerá / de Renda sessenta mil Réis. / Tem outras cazas na Rua / do quebra costas que valem de / Renda dois mil e quatro centos Réis. / Tem outras na mesma Rua / em que mora Francisco Dias / que valem de Renda mil Réis. / Tem outra morada de / cazas Pequenas em que vive Fran-/cisco galego que valem de Renda / mil Réis. / Tem um olival ao pé / de S. Francisco , outro ao carvalhal , /dois no Rego da Barca, outro ao Travelo, que todos darão heiras an-/nos por outros sessenta almudes de / Azeite. / Tem duas cortinhas a / S. António, outra à boa vista / outra à Fonte das Oritas, a Saber / as duas a S. António lhe*

*darão cinco-/enta alqueires de centeyo, a da boa / vista lhe paga Francisco de Almeida / des mil réis, e a da fonte das / ortas Rende-lhe de Renda sabida / mil quatro centos Réis. // **Tem hua quinta a Laran-/jeira que consta de casas oliveiras / e Terras de pão , e outra terra por si-/ma que foi de Andre Lopes, hum / Tapado ao Val da Pia , outro ao Pozio sizo , e / com alguas Arvores comprehendidas que / tudo lhe Rende cem alqueires de ceiteyo./ Tem hum Barral de cinco / sortes, na vilariça, outro a granja / outro Thapado à Portella, duas cou-/rellas ao Buedo, outra ao Pero Lavasias / que puderão Render a dinheiro trin-/ta mil Réis. / Aos Barraís com mais hum / Pequeno ás Frieiras que vale de Ren-/da duzentos alqueires de Trigo. / Tem hua vinha a Sam / Francisco que Renderá dois mil Réis.***

**Doc.03**

**AHMTM, Câmara Municipal, Órgãos do Município, Acórdãos, Assentos, Autos e Vereações,**

**Livro de Acórdãos 1794-1798, Auto de Câmara de 31 de Julho de 1796, Liv. 99, Cx. 49**

(Respeitante à Quinta da Laranjeira, fl. 121-123)

(fl. 121) *Auto de Camara de 31 de Julho de 1796*

*Ano de nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e noventa e seis anos aos trinta e um dias do mes de Julho do dito ano nesta vila da Torre de Moncorvo e cazas da Camara dela ahonde vieram o veriador mais velho e juiz pela ordenaçam Antonio Luis de Carvalho e os mais veriadores Joze Vicente de Gouvea Sá e Vasconcelos Antonio Xavier Carneiro de Magalhães, e o procurador Manuel Antonio Ribeiro de Carvalho e ahi perante eles me foi mandado fazer este Auto para nele proverem e determinarem o que for mais conveniente ao real serviço e bem comum da republica que assignaram no fim de suas determinações. Eu Luis Antonio de Oliveira Pimentel o escrevi.*

*Nesta foi apresentado hum requerimento de petiçam em nome de Antonio Francisco de Carvalho desta vila e nele incerto hum Despacho e Alvara de Sua Majestade que tudo contem (fl. 121v) o seguinte: Senhora*

*Diz Antonio Francisco de Carvalho, fidalgo da Casa de Vossa Majestade e Capitam-mor da vila da Torre de Moncorvo que distante da mesma vila meia legua tem hua Quinta chamada Laranjeira de Cima que consta de muitas terras, e oliveiras e mais o predio por estar aberto costumam entrar os gados dos mais moradores que na dita Quinta os metem do mesmo modo que nas faceiras abertas, mas em dano do suplicante que precisa guardar os pastos para os seus gados com que agriculta os bens da sua Casa a ate outra Quinta que ahi tem vezinha denominada da Laranjeira de Baixo a que faz muito prejuizo a sobredita entrada dos gados; pelo que recorre a Vossa Majestade para que se digne mandar passar Provisão a fim de ser a predita Quinta guardada e izenta da dita entrada com pena de sincoenta cruzados aos transgressores. Pede a Vossa Majestade seja servida fazer-lhe esta graça.*

### Anexo III

*E recebera merce.*

*O corregedor da Camara informe com o seu parecer ouvindo os officiais da Camara nobreza (fl.122) e povo*

*Lisboa hum de Julho de mil setecentos noventa e seis*

*Com duas rubricas*

*Alvará*

*Dona Maria por graça de Deos Rainha de Portugal e dos Algarves e dos Algarves de aquem e d'alem mar em Africa Senhora de Guiné etecetera.*

*Mando a voz corregedor da Camara de Moncorvo que vos informeis do contheudo na petição retro e do que achardes me escreveréis com o vosso parecer ouvindo os officiais da Camara nobreza e povo e com vossa carta me tornará esta.*

*A Rainha Vossa Senhora.*

*E mandou pelos Ministros abaixo assinados de seu Concelho e seus dezembargadores do Paço*

*Joze Joaquim Curvo Sem Medo a fes em Lisboa a tres de Julho de mil e setecentos noventa e seis*

*Pedro Norberto de Sousa Padilha a fes escrever*

*Joze Joaquim Vieira Godinho*

*Manuel Nicolau Esteves Negram*

*Cumpra-se e respondam os officiais da Camara ouvindo sobre este requerimento nobreza e povo na forma do Despacho*

*Moncorvo trinta de Julho de mil setecentos noventa e seis*

*Morais Pimentel*

*E logo na forma e por vertude do mesmo Alvará tendo sido convocadas as pessoas da nobreza e governança por avizo do Meirinho desta Camara do povo por pregões na forma costumada para responderem ao sobredito requerimento de (fl. 122v) Antonio Francisco de Carvalho; e depois de com efeito comparecerem huns e outros neste acto e lhes ser lido por mim escrivam a ele responderam uniformemente que era justo o requerimento do suplicante para o fim a que se dirigia porquanto não se seguia prejuizo ao publico, e uzar o suplicante do que hera seo pelo que se fazia digno da comissam da Provizam que suplicava tanto para a goarda dos pastos da Quinta denominada da Laranjeira de Cima como da outra denominada da Laranjeira de Baixo vezinha ou proxima a sobredita.*

*E nesta conformidade o mercerá por respondido em firmeza de que assignaram uns e outros*

*E eu Luiz Antonio de Oliveira Pimentel o escrevi*

*Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães*

*Lourenço Manuel da Silva*

*Joaquim Bazilio da Silva Saldanha*

*Antonio Joaquim de Sousa*

### Anexo III

*Francisco Joze Nunes da Fonseca Monis*

*Alexandre Joze da Rocha*

*Manuel Antonio Freire de Granada*

*(fl. 123)*

*E por parte do povo assignou Antonio Joze Botelho Simão desta vila*

*Antonio Joze Botelho Simão*

*E logo por eles ministros do Senado desta Camara foi deliberado que se conformavão com a resposta antecedentemente dada pelas pessoas da nobreza governação e povo afim de melhor o suplicante uzar de seos predios nobres e poder utilizar-se das pastajens que dos mesmos provierem por serem seos proprios ou assim se deverem reputar; e por isso digno da Provizam que suplica; e assignarão.*

*E eu Luis Antonio de Oliveira Pimentel o escrevi*

*Carvalho*

*Sa e Vasconcelos*

*Carneiro*

*Ribeiro*

#### **Doc.04**

**ADBGC: Notas para Escrituras diversas de António Vaz. 1807, Torre de Moncorvo, Junho, 8.**

***Escritura de bens para a fábrica da capela de Santo António instituída por António Luís de Carvalho Camelo e Castro e sua mulher D. Joana Bernarda de Aragão Cabral.***

**PT/ADBGC/NOT/CNTMC/001/146 Lv143, fls. 89v-90v.**

[em: OLIVEIRA, Carlos Prada de 2018. *Da Fábrica da Capela de Santo António da Laranjeira*, in Revista 8 – CEPIHS: Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social Trás-os-Montes e Alto Douro (197-202)]

*Esriptura de bens de Patrimonio que faz Antonio Luis de Carvalho e Castro Fidalgo da Casa Rial, Profeço na ordem de Cristo e Capitam Mor de Moncorvo.*

*Saibam quantos este Instromento de Esriptura publica de Patrimonio de como Em Direito melhor lugar haja dizer e chamar se posa ver em que tendo no Anno do Nascimento de Noso Senhor Jesus Cristo de mil outo Centos e sete anos Aos outo dias do mes de Junho do dito anno nesta Villa da Torre de Moncorvo e meu Escriptorio Ahi pareseu presente Antonio Luis de Carvalho e Castro Fidalgo da Casa Rial Cavalleyro Profeço e Capitão Mor Pessoa reconhecida de mim Tabalião e das testemunhas ao diante nomiadas e no fim destta Notta assignadas. Ahi por Elle foi dito na minha perzença e das testemunhas ao adiante nomiadas juntamente com sua Molher Donna Joanna de Aragam Cabral que elles // [90] Elles tinham Instituido e mandado fundar na sua Quinta da Larangeira huma Capella denominada de Santo Antonio a qual era sua vontade presistise em todo o tempo com o devido culto e veneração para cujo fim lhe doava e davam como património perpetuo e errevogavel Huma ortta que esta no Simo da rua de Canno com Arvores e Pareiras, que parte dambos os lados com caminho do Conselho em preço de duzentos mil réis = Mais huma terra na Quinta do Marmeleiro que era de Francisco Bras do Larinho e parte com a mesma quinta em preço de quenta digo quarenta mil réis, cujas propriedades disse sam suas livres e desembaraçadas sem dellas pagar foro nem pensam so*

### Anexo III

*Disimo a Deus e que como tais lhas doava, protestando aplicar de hoje para todo o sempre o seu rendimento para culto da mesma Capella, ficando por este modo os referidos bens ligados pera o dito fim querendo outro sim que seus herdeiros e susores [sic] conservem o culto da mesma Capella com os rendimentos dos referidos bens obrigando-se assim como Elles outorgantes se obrigam a não os vender aliar ou de alguma forma descambar por quanto como dito tem he sua vontade tenham a referida aplicação. E nesta forma assim // [90v] Assim o outrogaram huns e outros e pediram como Pessoa publica estipulante e aseitante esta lhe estipulase e aseitase a qual lha estipulei e aseitei em nome das partes presentes e absentes a quem toca e tocar posa por me ser destribuida pello bilhete da distribuição a que me reporto e ao livro della de que foram testemunhas Joze Bernardo de Azevedo, Manoel Antonio de Barros que assignaram comigo. Francisco Antonio Mendes Vinagre Tabalião a escrevy e asigney.*

as) Francisco Antonio Mendes Vinagre

as) Antonio Luis de Carvalho

as) D.Joanna Bernarda

as) Jose Bernardo de Azevedo

as) Manoel Antonio de Barros

### Doc.05

**AHMTM - Administração do Concelho, B Funções e Inspeção e Execução de Serviços de interesse Público, B/D Testamentos, 002 Registo de Testamentos EC/P1v Livro nº20, teste 2/20/, 1905-1906, fl. 13 - 15 (1902/02/19)**

*Testamento de Ana Benedita do Amaral Margarido – 1902*

[transcrição parcial]

(fl. 13) *Moncorvo = traslado do testamento de Dona Anna Benedita d'Amaral Margarido, viuva, proprietária, de setenta e oito anos de idade, domiciliada nesta villa (...)*

(fl.13v) (...) *E por ela foi dito: que o seu testamento e ultima vontade é pela maneira seguinte: que é catholica, apostólica, romana e por isso crê nos ... de sua santa Igreja = Que deixa a terça parte de todos os seus bens mobiliários e imobiliários a seu filho Doutor António Joaquim Ferreira Margarido, medico da Camara Municipal d'este Concelho, devendo entrar n'essa terça, além dos demais bens que nas forças das mesma possam caber metade da **Quinta da Laranjeira, sita na margem do Sabor, limite d'esta Villa**, na qual, já o mesmo seu filho tem a quarta parte, sendo a outra quarta parte de um seu filho José Alfredo Ferreira Margarido, capitão de cavallaria = das outras duas terças partes (fl.14) de seus bens institui por únicos e seus universais herdeiros os seus referidos filhos António Joaquim Ferreira Margarido (doutor) e José Alfredo Ferreira Margarido e seus dois netos menores Esther e Oscar, como representantes de seu fallecido pai, filho d'ella testadora Marcolino Marcio Ferreira Margarido, casado que foi com dona Adriana de Sá Margarido, mãe d'aquelles menores (...)*

## Doc.06

## O parcelário da Quinta da Laranjeira na Matriz Predial Rústica (1938, 1950, 1972).

## Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo

Nº artigo	Topónimo	Sucessão de proprietários na Matriz Predial	Descrição na Matriz Predial	Medição ou área total	Observações	Fonte
447	Laranjeira; Quinta da Laranjeira	Luiz Augusto Ferreira de Carvalho	Um prédio denominado a "Quinta da Laranjeira" que se compõe de terra que num ano se cultiva de batatas e outro de trigo, terra que se cultiva cada 2 anos de trigo, terra que se cultiva cada 8 anos de centeio e terra inculta para pastos, olivais que têm 380 oliveiras, tem 7 figueiras, casa com altos e baixos para habitação do caseiro, palheiros e cabanal para mister agrícola e uma capela, o prédio é atravessado pela estrada, confronta pelo W e S antecedente, N rio Sabor e E ribeiro	Terra de batatas e trigo: 6 geiras; terra de trigo 18 geiras; terra de centeio 200 geiras; terra inculta 200 geiras; olivais 6 geiras. Total: 430 geiras	-	Matriz predial rústica de Torre de Moncorvo, ano 1938, nº 447, fl. 89v
451	Laranjeira	Luiz Augusto Ferreira de Carvalho	Um prédio denominado a "Laranjeirinha" que se compõe de olival que tem 64 oliveiras e terra que se cultiva cada 8 anos de centeio. Confronta pelo W ribeiro e S nº453	Olival 1 geira; terra 50 geiras	-	Matriz predial rústica de Torre de Moncorvo, ano 1938, nº 451, fl. 90v
446	Santa Marina	Luiz Augusto Ferreira de Carvalho	Uma terra que se cultiva cada 6 anos de centeio, tem 85 oliveiras e é atravessa pela estrada, as terras dão pastos nos anos que não se cultivam. Confronta pelo sul com antecedente e norte e este com o nº 448 (Alcaide)	30 geiras	Pelas confrontações e proprietário julgamos que pode tratar-se da Quinta da Ponte	Matriz predial rústica de Torre de Moncorvo, ano 1938, nº 446, fl. 89v
1119	Abeleira	Luiz Augusto Ferreira de Carvalho	Uma terra que se cultivada 4 anos de centeio. Confronta a nascente Manuel Joaquim Cardanho e outro e poente com o rio Sabor	-	Parte da Quinta da Laranjeira na freguesia do Larinho	Matriz predial rústica de Larinho, ano 1938, nº 1119
278	Quinta da Ponte	Luiz Augusto Ferreira de Carvalho - 1952 Ernani Ferreira de Carvalho e Danilo Ferreira de Carvalho	Área total: 264,638 m <sup>2</sup> Terra para trigo, centeio e pastagem com 92 oliveiras. Confronta a norte José Santos Paiva (266), leste com o próprio, sul M <sup>a</sup> Fátima Martins, oeste rio Sabor	264,638 m <sup>2</sup>	Passou aos artigos 471 e 472 no ano de 1980.	Matriz predial rústica de Torre de Moncorvo, ano 1950, nº278

Anexo III

448	Alcaide	Dr. António Pio Cavalheiro (Moncorvo) - 1944 José dos Santos Paiva (Moncorvo)	Um prédio denominado a "Quinta do Alcaide", compõe-se de terra que se cultiva cada 8 anos de centeio, tem 92 oliveiras é atravessa pela estrada. Confronta pelo este com antecedente (Luiz Carvalho) e norte rio.	15 geiras	-	Matriz predial rústica de Torre de Moncorvo, ano 1938, nº 448, fl. 89v
280	Alcaide	José dos Santos Paiva e herdeiros	terra para centeio com 66 oliveiras	45,600m <sup>2</sup>	-	Matriz predial rústica de Torre de Moncorvo, ano 1950 e 1972, nº280

**Doc.07**

**O edificado da Quinta da Laranjeira na Matriz Predial Urbana (1937, 1971). Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo**

Nº artigo	Topónimo	Sucessão de proprietários na Matriz Predial	Descrição na Matriz Predial	Medição ou área total	Observações	Fonte
128	Quinta da Laranjeira	Luiz Augusto Ferreira de Carvalho (Moncorvo) - 1980 Sandman e C. lda. (V.N. Gaia) - 1992 Sandman e C.A.S.A - 1998 José Matos Esteves	Uma casa de construção antiga destinada a habitação ocupando área de quarenta e cinco metros quadrados, dois andares com duas divisões para habitação e uma para arrumações que confronta do nascente / norte e sul com bens do casal	45m <sup>2</sup>	-	Matriz predial urbana de Torre de Moncorvo, ano 1937 e 1971, nº 128
155	Ponte do Sabor; Laranjeira	Luiz Augusto Ferreira de Carvalho - 1952 Ernani Ferreira de Carvalho e Danilo Ferreira de Carvalho	Uma casa de construção antiga para habitação com dois andares, tendo no primeiro duas divisões destinadas a alojamento de animais e no segundo duas para habitação. Confronta do nascente e norte com a estrada, do poente e sul com Luiz Augusto Ferreira de Carvalho	-	Uma casa localizada nas propriedades que estudamos, mas que já não se encontrava materializada no terreno	Matriz predial urbana de Torre de Moncorvo, ano 1937 e 1971, nº 155

**Certidão de óbito de Luiz Augusto Ferreira de Carvalho, 1971**

*Afonso*

(a) Deve mencionarse o nome do cônjuge se o falecido é casado. *Marcos José Antunes Afonso*

N.º 6

Nome Luiz Augusto Ferreira de Carvalho

Aos quatro dias do mês de Dez do ano de mil novecentos setenta e um na freguesia de \_\_\_\_\_, arcepiestado de Lourenço, diocese de Bragança, faleceu (não) tendo recebido os Sacramentos \_\_\_\_\_

um indivíduo do sexo masculino de nome Luiz Augusto Ferreira de Carvalho

de idade de oitenta e cinco anos, de profissão \_\_\_\_\_

de estado (a) viúvo de Ester Benedita de Sá Margarido

natural da freguesia de Brasil, filho legítimo de Alexandre Augusto Ferreira de Cova de profissão \_\_\_\_\_, e de Francisca de profissão \_\_\_\_\_

e foi sepultado catolicamente no cemitério público da freguesia de Lourenço. E, para constar, lavrei este assento que assino.

O Pároco, *Marcos José Antunes Afonso*

(a) Deve mencionarse o nome do cônjuge se o falecido é casado.

Edição oficial da Diocese de Bragança

**Certidão de óbito de Ester Benedita de Sá Margarido, 1948**

1948

N.º 3

Nome Ester Benedita de Sá Margarido Carvalho

Aos oito dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e quarenta e oito na freguesia de Espinho, Vila, arcepiestado de \_\_\_\_\_, diocese de Faro, faleceu (não) tendo recebido o Sacramento \_\_\_\_\_

um indivíduo do sexo feminino de nome Ester Benedita de Sá Margarido Carvalho

de idade de cinquenta e cinco anos, de profissão doméstica

de estado (a) casada com Luiz Augusto Ferreira de Carvalho

natural da freguesia de Lourenço, filha legítima de Marcos José Antunes Afonso de profissão procurador e de Adriana Benedita de Sá Ferreira Margarido, de profissão doméstica

e foi sepultado catolicamente no cemitério público da freguesia de Lourenço. E, para constar, lavrei este assento que assino.

O Pároco, *Paulo Rodrigues Afonso*

(a) Deve mencionarse o nome do cônjuge se o falecido é casado.



**Doc.10**

**AN-TT, Chancelaria de D. João III, Liv. 49, fls. 86v-88 (Microfilme: 7014)**

**Registo e confirmação da instituição do Morgado dos Távora em Trás-os-Montes, por Luís Álvares de Távora e sua mulher, D. Filipa de Vilhena.**

**Instituição: 1536, 12 Junho**

**Confirmação: 1538, 26 Novembro**

[Transcrição paleográfica de Lina Maria Marrafa de Oliveira]

(fl. 86v)

*Confirmação da instituição do Morgado e declaração dele que fizeram Luís Álvares de Távora e Dona Filipa de Vilhena, sua mulher.*

*Além Douro*

*Luís Alvares de Távora*

*e sua mulher*

*instituição de Morgado*

*Dom João cetera. A quantos esta minha carta virem, faço saber que por parte de Luis Alvares de Tavora, do meu Conselho e de sua mulher Dona Filipa de Vilhena me foi apresentada uma instituição de Morgado e um estromento d'aprovação e acrecentamento que ambos fizeram de que o teor de verbo a verbo tal he /  $\text{C}$  En nome da Santíssima Trindade Padre Filho e Spiritu Santo tres pessoas realmente destintas em uma essência. Eu Luis Alvares de Conselho d'el-Rei nosso senhor e Dona Filipa de Vilhena, minha mulher consirando serviço de Deus e honra e serviço dos que decenderem de nós outros e pera que melhor e mais honradamente possam servir a el-Rei nosso senhor e aos Réis que depós ele vierem e desejando muito que o nome dos de Távora que de nós decenderem não haja de ser esquecido / prossopomos de apartar todos nossos bens de raiz e deles segundo adiante trataremos fazer e instituir um Morgado o qual queremos que pera sempre ande em pessoa da linhagem de nós outros enquanto puder ser e não podendo ser se cumprirá então com a declaração que ao diante faremos com tal entendimento e condição que sempre que sempre aquele ou aquela que for administrador do dito Morgado e bens dele possuir se chame d'alcunha de Tavora e pera este nosso propósito e desejo se cumprir / e aver efeito dizemos que tomamos todos nossos bens de raiz que temos pera o dito Morgado / os quais são os seguintes. / As honras de Mirandela que são Carvalhais e Mascarenhas Vilar de Ledra as Pousadas a metade da Paradela / Val Bom / todos do termo de Mirandela que são a nos foreiros / E assi as casas d'aposeno que temos na dita vila e os moinhos abaxo da Ponte da Ribeira de Tua. E outros moinhos junto de Carvalhais e a orta que esta a Fonte Fria. E asi em Alfandegua **a quintã de Rio de Cabras** e a quintã de Zacarias com a Vendada. E os bens da Varzea e os de Santa Justa e a erdade e bens de Vilarelhos e os bens de Pombal e os bens da Gouvea e os da Cardenha e os soutos e erdade de Covelos e Sãobade com as casas que no dito Sãobade temos e os bens dos Sandis e a quintam do Sardão que a nos pagam rendas e foros nesta dita vila d'Alfandegua e seu termo e assi no termo de Crasto Vicente Caravelas que esta no termo de Lombo. E os bens de Peredo e no Mogadouro e sua terra a **quintam de Crestelos e da Olga da***

*Trapa e a quintam de Nogueira e os moinhos que estão na Ribeira de Riaguados asi os da Ribeira como os do cabo / as casas em que vive o ouvidor e a metade das casas em que vive o Bacharel Valença e a orta de junto delas em São João da Pesqueira / os pardieiros e casas que se começaram d'apousento com a quintam delas e bens de Aimão e olival de Nogoselo e lagar d'azeite. E em Favães as casas e bens que a eles pertence dos quais bens asi como acima são declarados ordenamos e fazemos morguado pera sempre. Item que todos andem juntamente e não se possam partir nem por meio nem por modo algum todos nem parte deles nem enlear antes aquele que o dito morguado aja de suceder e ordenar os aja e possua todos em sua vida e os leixe a seu subcessor os quaes bens todos como acima são declarados queremos e ordenamos que tanto que per morte natural falecer da vida presente os aja e logre em todos os dias de sua vida o filho legitimo varão primeiro que nos ouvermos ao qual leixamos o dito morgado e bens a ele per nos dotados com a bênção de Deus e nossa com encarguo de mandar dizer em cada somana uma missa pelas almas dos passados e presentes e por vir desta casa e morgado de Tavora. E que sendo caso que falecendo eu Luis Alvares primeiro que a dita Dona Filipa minha mulher avendo respeito ao merecer de sua pessoa e linhagem da dita minha mulher e lhe nom ficar com que se possa sustentar segundo sua cantidade e viver como quem he quero e me praz que ela em sua vida possua e aja o dito morgado e rendas dele não se casando e casando-se fique logo livremente o seu filho e meu ou filha quando assi filho não ouver porque minha tenção e vontade he que ela em sua vida possua o dito morgado e rendas dele assi e tão inteiramente como eu possuía em minha vida / E por falecimento nosso queremos e ordenamos que o dito morgado e bens dele aja e possua o dito seu filho maior varão natural e lidimo e não havendo filho varão natural e lidimo queremos que o dito morgado e bens dele venham a sua filha maior natural e legitima e per morte de cada um destes que os bens deste dito morgado erdar e possuir depois do dito falecimento nosso quer seja filho quer seja filha quando ahi filho não ouver queremos que o dito morgado e bens dele aja e possua o filho mor natural e legitimo do dito filho ou filha nosso e nama vendo hi filho varão natural e lidimo que o aja e logra sua filha natural e lidima como dito he / e asi ande sempre o dito morguado e bens dele de descendente em descendente per linha direita nossa em tal maneira e com tal condição que avendo hi filho varão natural e lidimo daquele que o dito morguado herdar (fl. 87) e possuir não possa vir a filha posto que a dita filha seja mor que o dito filho / E acontecendo caso que o possuidor do dito morgado e bens dele não tenha filhos naturais e lídimos então vira a sua filha mor e natural e lidima como dito he. E posto que o dito morgado e bens dele venham a filha natural e lidima em desfalecimento de varão natural e lidimo como dito he a dita filha possuira o dito morgado e bens dele somente em sua vida e por sua morte o dito morgado se tornara logo ao seu filho mor se o ela ouver varão natural e lidimo e não avendo varão vira a sua filha mor natural e lidima como dito he e a todos estes que o dito morgado erdarem e possuirem lhe roguo e encomendo que de suas terças leixem ao dito morgado o que lhes parecer que podem escusar por descareguo de suas almas e consciencias em modo e maneira que o dito morgado seja sempre acrecentado e se chamara d'alcunha de Tavora quer seja varão quer femea / E não querendo aquele ou aquela a que o dito morgado e bens dele segundo esta instituição*

*pertencer tomar a dita alcunha de Tavora perca loguo o dito morgado e venha loguo aquele ou aquela que o dito morgado viria não sendo vivo este que o dito apelido e alcunha não quiser tomar. E acontecendo caso que eu dito Luis Alvares faleça sem filho varão natural legitimo nem filha natural e legitima em tal caso aja e suceda a dita dona Filipa minha mulher em sua vida <e> por sua vida o dito morgado e bens dele pera sustentar sua honra como dito he não se casando como dito he e por seu falecimento erde e aja o dito morgado o parente mais chegado de mim Luis Alvares de Tavora o qual sera obrigado a se chamar de Tavora como dito he e por sua morte o aja e suceda o seu filho varão maior natural e legitimo e em desfalecimento de varão venha a filha maior natural e lidima e assi ao neto ou neta e a outros quaisquer per linha direita dele descendentes assi e pola maneira que o nos possuimos com toda-las clausulas e condições acima spritas (= escritas) assi e pola dita maneira e com as ditas clausulas e condições andara sempre o dito morgado em o parente que se achar mais chegado ao dito Luis Alvares de Tavora meu marido e sendo caso que este morgado e bens dele fique a filha femea natural e lidima em tal caso queremos e mandamos que esta tal em quem o dito morgado e bens dele ficar case com parente que se achar de linhagem de Tavora pola maneira que o dito ande sempre na dita linhagem de Tavora e quando se ouver de casar que antes que o faça o faça saber a dous ou tres homens principais e mais honrados da dita linhagem de Tavora pera que por seu conselho e acordo deles se case e não o fazendo assi queremos e nos apraz que aquela que o assi nom fizer que perca loguo o dito morgado e bens dele e se torne loguo ao outro parente ou parenta que se diretamente lhe viera assi como se esta que se assi não casar com o dito parente e por os ditos conselhos dos de Tavora fosse morta. E acontecendo caso que aja dous parentes ou parentas em defeito de varões em igual grau aquele ou aquela que for o mais velho em idade e pelos costumes e manhas o não desmerecer o aja ao qual parente seu se entendera e nos apraz que seja contado por linha direita da parte da casa e morgado de Tavora porque estes bens ou a maior parte deles são e ficaram da dita linhagem de Tavora. E acontecendo caso que per nosso falecimento ou de nossos filhos e netos ou de cada uma das pessoas em que ouver de suceder o dito morgado e bens dele aja um filho ou mais e tambem aja hi netos ou netas filhos do filho maior que em a vida de seu pai falecer por morte em tal caso o dito morgado e bens dele avera e sucedera nele o neto filho do filho maior que faleceu em vida de seu pai e isto ordenamos assi porque nossa vontade he que nesta instituição de morgado não suceda femea nenhuma salvo em defeito de varão ou varões e se aquele ou aquela que este morgado ouver d'aver de direito fizer alguma tal cousa que ele ou os que dele descenderem ouverem de perder os bens ou parte deles segundo costume e direitos do Regno e da terra ou per qualquer outra maneira que deva perder os ditos bens ou parte deles como dito he em tal caso queremos e mandamos que se fizer alguma traição ante lesa majestade que Deus não mande em tal caso e perca sem nunca o aver mais e se tornara loguo e o avera e aja aquele ou aquela que diretamente viria se este tal fora morto e sendo caso que o perca por fazer alguma cousa qua não seja contra a pessoa real como dito he se o perder em defendimento de sua vida e honra como bom cavaleiro queremos e nos praz que em tal caso que o nom perca mas antes o aja e goze e os rendimentos dele onde quer que estiver e por seu falecimento o avera o seu filho maior*

*e natural ou filha em desfalecimento de filho como dito he e por a maneira acima e atras declarada ainda que por o tal caso este (= esteja) fora do Regno e la faleça da vida presente e do seu filho varão ou filha em defeito de varão por linha direita de descendente em descendente como acima esta declarado como se não tivera feito cousa per que o perdesse /. E sendo caso que este a que assi o dito morguado vira por linhagem direita pola maneira sobredita viver fora dos Reinos de Portugal e estiver fora dos Regnos em acrecentamento de sua honra e não desservindo el-Rei nosso Senhor então o guozara e avera como se nos Regnos estiver e se el-Rei que entoncez for neste Regno o mandar que se venha então o fara e se vira com tal que não seja com ofensa de sua honra e não o fazendo em tal caso queremos e nos apraz que o aja e logre o parente mais chegado como acima está declarado e assi como se este fosse morto / e sendo caso que este a que o dito morgado ouver de vir polo modo sobredito tiver dous filhos ou filhas ou mais e o primeiro nacer ceguo ou mudo ou sandeu ou aleijado em tal modo que nom possa servir a el-Rei nem ao Regno em tal caso torne loguo o dito morgado ao segundo filho macho se o ouver lidimo e natural e não avendo filho macho venha a filha femea maior e natural polo modo e maneira acima e atras declarado que não tenha algumas das ditas aleijões mas que seja são e escorreito ou escorreita e depois lhe acontecer alguma das ditas aleijões que acima são declaradas tirando se a tal aleijão for que tire o entender de todo porque nossa tenção e vontade he que se este tal não ouver filho ou filha ou neto ou neta ou outro que lidimamente dele decender que se torne este morgado ao outro segundo e queles que lidimamente descenderem dele pola maneira sobredita / e sera porem obrigado aquele a quem o dito morgado subceder como dito he a manter aquele que por não ter entender ou outro defeito foi privado dele enquanto ele viver polas rendas e frutos do dito morguado como pertencer a sua pessoa e se aquele que depois de sua nascença perdeu o entendimento e depois o cobrou compridamente temos por e ordenamos que se lhe torne a ele o dito morgado / e se acontecer que não ouver mais que um filho e for ceguo mudo ou sandeu ou aleijado de pés ou mãos como dito he então temos por bem e queremos e mandamos que se requeira ao Rei que então for neste Reino de Portugal que de a este um homem-bom da linhagem de Tavora que mais achegado for e pera isto for auto e convinhável que aja d'aver e procurar e adereçar as rendas e frutitos do dito morgado e que outrossi procure e faça quanto nele for por casar o sobredito que assi naceu aleijado sendo auto e pertencente pera isso e lhe de mantimento necessário pera seu suportamento e de sua mulher e casa e se este aleijado ouver filho varão de sua mulher lidima que seja são e escorreito temos por bem que tanto que este filho for em idade lidima a qual se entende de dezoito anos pera reger e guovernar o dito morgado loguo lhe serão (fl. 87v) entregues os ditos bens e fazenda com as rendas e frutitos que ouver até asse tempo que lhe deva ser entregue e que seja loguo erdeiro e governador e mantedor do dito morgado pola<s> maneiras sobreditas e que dê a seu pai mantimento necessário em sua vida e mandamos e queremos e ordenamos que per esta guisa va este morgado de primeira pessoa de pai a filho de filho a neto de todos aqueles que erdarem lidimamente e per linha derecha como acima he dito e declarado com as clausulas e condições sobreditas. E sendo caso que algum de nos per falecimento do outro ou dos outros que depois de nos vierem a suceder no dito morgado entrar em ordem alguma*

*tirando as de cavalaria de Cristo São Tiago e Avis e não ouver outro que dele decedesse lidimamente como dito he ordenamos e mandamos e declaramos que em tal caso o dito morgado se torne livremente e sem contenda aquele a quem dereitamente veria se este que se assi meteu na hordem fosse falecido per morte / e que a hordem não possa em modo algum ter direito no dito morgado nem em parte dele ainda que seja direito que a hordem erde os bens daquele, que nela entrar se erdeiro lidimo não tiver porque declaramos e queremos que em tal caso o Direito não haja lugar nem se entenda nesta nossa determinação antes o dito morgado venha loguo aquele a quem segundo acima he dito / e o deve d'aver a'dministração dele E declaramos que a'dministração deste morgado e bens dele não possa suceder clerigo nem frade nem freira nem cavaleiro d'ordem cujos freires cavaleiros não podem casar antes a sucessão dele loguo dereitamente passara a outra pessoa a que dereitamente pertencer se o dito clérigo frade ou freira ou freire não fosse vivo E encomendamos e mandamos a nosso filho neto e a seus sucessores do dito morgado a que dereitamente pode suceder segundo esta nossa instituição que assi seja sobr'ele e sobre cada um deles a bênção de Nosso Senhor e a nossa que sempre se trabalhe de em todo cumprir e que per nos esta nossa determinação he instetuido e ordenado avendo sempre respeito ao acrecentamento desta Casa e nome de Tavora de quem ficaram os ditos bens ou a maior parte deles e sempre se trabalhem no acrecentamento deste morgado e se guardem de não cobrar cousa alguma do que per nos he mandado e ordenado e instituido e declarado. Os quais bens e morgado nos sobreditos Luis Alvares de Tavora e Dona Filipa de Vilhena minha mulher desde oje trespassamos o juro e a posse e a'dministração deles ao filho maior que Nosso Senhor nos der como acima está declarado e a seus sucessores que depois dele vierem ou da filha que nos Deus der em defeito de varão pera que os ajão e possuam com as clausulas e condições acima expressas e declaradas com a bênção de Deus e a nossa depois de nossos dias porque desd'agora pera então e desd'então pera agora lhe damos o juro e a posse e o senhorio e administração deles como dito he / E eu Francisco Alvares tabelião do Público e Judicial da vila de Mogadouro e seus termos por ele dito Luís Alvares de Tavora que em nome dos futuros e sucessores acepto pera então a posse e o juro e a'dministração dos ditos bens do dito morgado como pessoa pública estepulante e acceptante que são. E por firmeza de verdade o outorgaram e mandaram ser feito este estromento de instituição de morgado em Nota por eles assinado pera lhe dele ser dado um trelado e quantos cumprirem em publico o qual foi feito per mim dito Francisco Alvares tabelião e outorgado na dita vila de Mogadouro no Castelo e pousadas onde pousam os ditos Luis Alvares de Tavora e Dona Filipa de Vilhena sua mulher aos doze dias do mês de Junho do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesu Cristo de mil quinhentos trinta e seis anos testemunhas que a todo foram presentes Gonçalo Dias de Jaem estante ora nesta vila e Antonio Rodrigues e Francisco Mendes e Dioguo Lopes moradores em a dita vila e Bernaldim de Chaves morador em a vila de Miranda do Douro perante as quais testemunhas e outorgantes eu dito tabelião li esta instituição de morgado em voz alta em maneira que eles outorgantes e testemunhas declaradamente e inteiramente o ouviram de verbo a verbo e eles ditos Luis Alvares de Tavora e Dona Filipa de Vilhena sua mulher outorgantes disseram perante as ditas testemunhas que assi e da maneira*

*que se nela contem assi o hão por bom e firme e valioso pera sempre e o assinaram com as testemunhas e eu dito Francisco Alvares tabelião o sprevi(= ecrevi) e este trelado fiz treladar da própria Nota que em meu poder fica sprita por mim o qual mandei treladar por estar maldisposto e vai bem e fielmente treladado de verbo a verbo e vai em sete folhas spritas com estes e vai sem entrelinha nem borradura que duvida faça que não va per mim ao pe desta salvado e o concertei com Gaspar Teixeira tabelião na dita vila e assinei de meu publico sinal que tal he / ℄ saibam quantos este estromento d'aprovação e acrecentamento virem como no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesu Cristo de j bc xxxbj (=1536) anos aos dez dias do mês d'Outubro em a vila do Mogadouro no castelo e pousadas onde pousa Luis alvares de Tavora em presença de mim tabelião e das testemunhas que ao diante serão nomeadas estando hi de presente o dito Luis Alvares de Tavora e Dona Filipa de Vilhena sua mulher per eles ambos juntamente marido e mulher foi dito que era verdade que eles fizeram ora há dias uma instituição de morgado a qual eu Francisco Alvares tabelião fiz e dei o trelado aos ditos Luis Alvares de Tavora e Dona Filipa de Vilhena sua mulher pera o mandarem confirmar a el-Rei nosso Senhor e ora antes de ser confirmado disseram que aviam por seu conselho de acrecentar o dito estromento de instituição de morgado em as partes que se dirão e em o mais todo o confirmam o dito estromento feito assi e da maneira que se em ele contem . scilicet. Disseram eles ditos Luis Alvares de Tavora e Dona Felipa de Vilhena sua mulher que consirando eles em o temor de Deus e descarguo de suas conciencias que a eles lhe aprazia como de feito aprouve que avendo estes mais de um filho ou filha (fl. 88) que o dito morgado e bens dele ouver d'aver e erdar e por seu falecimento deles ditos Luis Alvares de Tavora e Dona Filipa de Vilhena sua mulher ficarem outros mais bens fora dos que em o dito morgado são declarados que os mais filhos ou filhas ajam na mais fazenda dos bens duzentos mil reais pera satisfação alguma do dito morgado e que o dito filho ou filha maior em desfalecimento de filho ouverão d'aver nos quais ijc mil reais o dito seu filho ou filha que o dito morgado erdar não haverá parte nem avera partição em eles com os mais filhos ou filhas tirando se mais bens ou fazenda ouver porque então entrará a partição nos mais bens tirados os ditos ijc mil reais. E não avendo ao tempo de seu falecimento os ditos duzentos mil reais queremos e nos praz que aquele ou aquela que o dito morgado ouver d'aver e erdar os de e inteire os ditos duzentos mil reais por sua fazenda e bens aos ditos seus irmãos ou irmãs. / e disse mais ela Dona Filipa de Vilhena mulher do dito Luis Alvares de Tavora que lhe aprazia e de feito aprouve que falecendo ela da vida presente primeiro que o dito Luis Alvares de Tavora seu marido sem dela ficar filho nem filha pera que o dito morgado aja d'erdar e suceder que em tal caso deixa loguo livremente o dito morgado com todos seus mais bens de sua parte dela ao dito Luís Alvares de Tavora seu marido porquanto o dito morgado e bens dele são e ficaram da linhagem do dito Luis Alvares de Tavora seu marido como dito he e com estas declarações acrescentadas hão o dito estromento de instituição por retificado e acrecentado e confirmado e mandaram eles ditos Luis Alvares de Tavora e sua mulher Dona Filipa de Vilhena a mim dito tabelião que de todo lhe desse este estromento em publico pera com ele mandarem pedir por merce a el-Rei nosso Senhor que lhes faça merce de lhes confirmar o dito estromento de instituição de morgado com estas*

*declarações e acrescentamentos aqui declarados e em testemunho de verdade o outorgaram e mandaram ser feito este em Nota por eles assinado testemunhas que presentes foram Manuel Lopes e Pedro Coelho moradores em a dita vila e eu Francisco Alvares tabelião do Publico e Judicial em ela por ele dito Luis Alvares de Tavora que o sprevi e aceitei em nome dos futuros sucessores este aceitei assi e da maneira que dito estromento de instituição de morgado por mim mesmo tabelião tambem he aceptado e este da Nota que em meu poder fica tirei e o assinei de meu publico sinal que tal he / ¢ Pedindo-me os ditos Luis Alvares de Tavora e Dona Filipa de Vilhena sua mulher por merce lhe confirmasse a dita instituição de morgado e estromento d'aprovação e acrecentamento segundo em tudo era conteúdo e suprisse quaisquer defeitos que na dita instituição e estromento ouvesse pera tudo ser firme e valioso e eu por lhe fazer merce ei por bem de confirmar como de feito confirmo a dita instituição de morgado e estromento d'aprovação e quero que se cumpra e guarde e valha e seja firme e pera sempre como se em todo contém porquanto eu vi a dita instituição estromento d'aprovação / o que assi ei por bem de meu moto próprio certa sciencia poder real e absoluto e quero e me praz que todos os sucessores do dito morgado assi o cumpram e guardem em todo como polos ditos instituidores he ordenado sem embargo de quaisquer leis e ordenações e opiniões de doutores que em contrario da dita instituição e estromento aqui declarado aja ou possa ver ao diante porque todas ei por deroguadas e cassadas e quero que se não cumpram em este caso sem embargo do livro Segundo título 49 que diz que não valha derrogação d'ordenação ou lei se não fizer especificadamente (sic.) da sustancia da tal ordenação ou lei porque em este caso quero que não aja lugar e se cumpra em toda a dita instituição e estromento d'aprovação como se em tudo contem e por firmeza de todo lhe mandei dar esta minha carta per mim assinada e selada do meu selo de chumbo Dioguo Lopes a fez em Evora a doze dias do mês de Dezembro ano do nascimento de Nosso Senhor Jesu Cristo de j mil bc xxxbj (= 1536) anos. Officiais da Chancelaria mando-vos que passeis por ela esta carta posto que sei a passado o tempo em que a ouvera de passar e pagar a Chancelaria singela Domingos de Paiva o fez em Lisboa a xxbj de Novembro de j mil bc xxx biiiº (= 1538).*

#### **Doc.11**

**AN-TT, Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigos  
Maço 133 Casas de Aveiro, Távora e Jesuítas - Relação de dívidas de rendas e de bens administrados pelo Juízo da Inconfidência, relações de bens doados, aforados e vendidos que se achavam incorporados no sobredito Juízo; arrematações de comendas; obrigações de dívidas; doações de bens ao Colégio dos Nobres, etc. (62 documentos)**

Relação dos bens que possuíam os Marqueses que foram de Távora na Província de Trás-os-Montes

Maço 133, nº 37 (cota provisória), fls. 1 a 21. s.d. (posterior a 1758)

[Transcrição paleográfica de Lina Maria M. Oliveira]

(fl. 1)

*Relação de todos os bens que os confiscados Marquezes que foram de Távora possuem na Provincia de Traz-os-Montes, antes do sequestro, com destinação dos que são do Morgado e livres e dos que possuem da Coroa e Ordens*

*Bens do Morgado no termo e vila de Mirandela*

*O palácio feito de novo, no antigo pelo Marquez Antonio Luiz, cujas cazas erão do Morgado com sua Capela*

*Huma cavalharice com seu palheiro mistico*

*Hum lagar de azeite com sua caza (fl.1v) de tulhas e almazém cheio de talhas*

*Hum forno de poia, que costuma andar arrendado por 18\$ até 20\$000*

*A orta da Fonte Fria Velha que consta de pomar de frutas notaveis, com muitas moreiras e humas cazas de quinta muito boas anda arrendada por*

\_\_\_\_\_ 169\$700

*A propriedade ou Quinta da Fonte Fria a Nova que tem suas cazinhas algumas arvores de fruto, oliveiras, moreiras, costuma render \_\_\_ 123\$000*

*A orta de S. Sebastião que consta de arvores de fructo e moreiras arrendada em*

\_\_\_\_\_ 52\$000

*A Cortinha de S. Cosme, sem arvores que costuma andar arrendada por*

\_\_\_\_\_ 19\$200

*A canameira d'Alem da Ribeira arrendada por \_\_\_\_\_ 10\$000*

*A canameira dentro do Olival da Maravilha que costuma render \_\_\_ 3\$000*

*Propriedades do Morgado em Carvalhais*

(fl. 2)

*A propriedade das Amoreiras arrendada por \_\_\_\_\_ 24\$000*

*A orta piquena arrendada por \_\_\_\_\_ 5\$000*

*A cortinha da Barreira arrendada por \_\_\_\_\_ 3\$200*

*A orta do Ribeiral arrendada por \_\_\_\_\_ 1\$300*

*A caza da sege arrendada por \_\_\_\_\_ 1\$440*

*A propriedade do Gorrão arrendada por \_\_\_\_\_ 10\$000*

*O pomar das Cazas arendado por \_\_\_\_\_ 10\$000*

*A propriedade da Rocha arrendada por \_\_\_\_\_ 21\$000*

*A cortinha ao pé da porta de Manuel de Morais \_\_\_\_\_ 4\$000*

*As cazas que forão do Prazo de Jozé de Souza arrendadas por \_\_\_\_\_ 3\$000*

*A caza do lagar do mesmo arrendada por \_\_\_\_\_ 0\$960*

*O lagar do linho que hoje serve de azeite arrendado por \_\_\_\_\_ 0\$960*

*A cortinha do mesmo Jozé de Souza arrendada por \_\_\_\_\_ 14\$400*

*A vinha que foi do mesmo casal arrendada por \_\_\_\_\_ 6\$000*

*As cazas do prazo de Matheus Luiz arrendadas por \_\_\_\_\_ 1\$200*



*Todo este lugar de Carvalhaes era foreiro a Caza dos Marquezes que forão da Caza de Távora, e só nele (fl. 2v) há hum Prazo de Malta que pessue Dom Henrique morador no dito lugar que tambem tem vários prazos da Caza e nele tinham os ditos Marquezes muitas fazendas de prazos devolutos e olivaeas, tanto velhos como novos e já hoje colherão deles mais de trinta pipas de azeite e de pão meado trigo e centeio tanto dos enfiteutas como das terras devolutas poderão colher cada ano mil alqueires pouco mais ou menos e tudo o que há neste lugar pertence ao Morgado e he o melhor do termo de Mirandela e de maior rendimento que a Caza tinha, e do rendimento liquido de pão que a Caza tem no dito lugar consta do Livro da Cobrança que o feitor he obrigado a fazer todos os anos, donde estão apontados os Prazos que nele há tanto em vidas como perpétuos, e as escripturas dos ditos Prazos parão no archivo da dita Caza que o Doutor Corregedor quando foi do sequestro mandou entregar ao sargento-mor Manuel Fernandez da Guerra quando o elegeo para administrador-geral de todos os bens confiscados.*

*(fl. 3)*

*Propriedades no lugar de Contins termo da Vila de Mirandela pertencentes ao Morgado*

*Contins*

*A propriedade do Monte que consta de arvores de fruto e sem ele e huma vinha que costuma dar quinze pipas de vinho quando muito, arrendada excepto o vinho por*

\_\_\_\_\_ 6\$000

*A canameira por cima da azenha de Domingos Teixeira arrendada por*

\_\_\_\_\_ 20\$000

*A propriedade e pumar defronte da dita azenha que consta de arvores de fruta e de oliveiras arrendada excepto o azeite por \_\_\_\_\_ 19\$200*

*O Prazo que foi de Vicente Escovar que hoje se acha devoluto ao direito senhor arrendado por \_\_\_\_\_ 4\$800*

*Uma tapada que esta a Ribeira cheia de oliveiras no termo deste lugar de Contins com sua insoa de salgueiros pela parte do Rio, e se arrenda fora o azeite, a pão*

*(fl. 3v)*

*Olivaeas no termo de Mirandela, do Morgado*

*O grande olival da Maravilha*

*O olival do Ramalhetete*

*O olival do Ramalhetinho*

*Terras na dita vila, do Morgado*

*Huma terra ao canal*

*Outra terra ao Prado de Carvalho*

*Outra terra ao Val da Azenha*

*(fl. 4)*

*Chelas, do Morgado*

<sup>233</sup> Na margem: “Mais as cazas que forão do Prazo de Francisco da Fonseca devolutas ao Morgado”.

### Anexo III

*Neste lugar tem os olivais seguintes*

*Hum olival muito comprido ao pé do rio com a sua insoa onde chamam a Ribeira Huma Quinta no lemite do dito lugar muito grande chamado a Perfeita murada com muitas oliveiras velhas e novas*

*Um Prazo de 8 alqueires de pão meado chamado de Andre Afonso está medido e tombado de novo*

*Val Pereiro, do Morgado*

*Tem este lugar os olivais seguintes*

*O olival chamado do Arieiro*

*Quarenta oliveiras ao pé do dito olival*

*O olival chamado do patinho com 420 oliveiras*

*(fl. 4v)*

*Mais quarenta e nove oliveiras que pegão com o dito olival*

*Hum olival grande no lemite da dita Quinta de Val Pereiro chamado da Coutada*

*Lugares foreiros ao Morgado*

*O lugar de Mascarenhas que he todo foreiro exceto hum cazal que he livre que se diz derão os seus antepassados a hum seo criado*

*Neste lugar estão devolutas muitas terras e oliveiras ao direito senhor, que se arendão e colhem pela Caza, tudo o mais he foreiro, e pagão os enfiteutas couza de setecentos alqueires de pão meado o que melhor constará do Livro da Cobrança, está feito tombo de novo de que ainda se não tirou sentença.*

*(fl. 5)*

*Lama de Cavallo, do Morgado*

*Este lugar he metade foreiro e está medido de novo e tombado cujo rendimento consta do tombo e Livro de cobrança*

*Paradela, do Morgado*

*Este lugar he metade foreiro, está medido e tombado, e do dito tombo e Livro da Cobrança constará o seu rendimento*

*Valbom, do Morgado*

*Este lugar tambem he metade foreiro a maior parte dos bens estão metidos nos Prazos de Mascarenhas com quem confina, e querendo-se medir os mais, impugnarão os moradores a medição, com os quais corria pleito que hoje está parado o que pagava consta de hum tombo velho*

*(fl. 5v)*

*Vilar, do Morgado*

*Este lugar he todo foreiro pagava couza de quinhentos alqueires de pão meado com suas pitaças segundo a mesma lembrança o que melhor constará do tombo que de novo se fez e do Livro da Cobrança. Neste lugar há muitas terras e oliveiras devolutas ao direito senhor por desistirem delas os enfiteutas, e no novo tombo ficarão gravemente carregados de foro pela destreza que o escrivão do tombo Manuel Mendes*

### Anexo III

*Flores uzou favor de algum dos moradores do dito lugar de que requerendo nova avaliação o procurador da Caza, o dito escrivão lhe armou tal selada que no Porto sahio sentença contra o direito senhor e ainda se não deo execução a dita sentença e a cobrança esta parada por não quererem apresentar em juízo a dita sentença para que se não embargue.*

*(fl. 6)*

#### *Pouzadas, do Morgado*

*Este lugar tambem he todo foreiro nele há alguns cazaes devolutos ao direito senhor, querendo-se medir com Provisão régia impugnarão a medição sobre que corre o pleito que sahio a favor do direito senhor que querendo-lhe dar a execução vierão com novos embargos que athe agora se não pode medir nem tombar nem executar pelo que estão devendo desde o ano de 1735 athe'gora os cazaes devolutos se costumão arrendar.*

#### *Cotas, do Morgago*

*Neste lugar há dois cazaes hum deles tem huma vinha e o outro paga de foro oito alqueires e huma digo e tres quartas de pão meado e duas galinhas que paga o cazal que foi de Amaro Pires.*

#### *Alvites, do Morgado*

*Neste lugar há outro cazal que foi de Braz Jorge e Francisco Pires ambos do dito lugar que pagão vinte alqueires de pão meado, e dois capoens (fl. 6v) está metido e repartido por todos os herdeiros.*

#### *Vale de Lagoa, do Morgado*

*Neste lugar há dois cazaes cada hum de quinze alqueires de centeio e duas galinhas hum que foi de Afonso de Moraes e outro que pagava João Afonso e Afonso Pires.*

#### *Vila Verde, do Morgado*

*Neste lugar há hum cazal que foi de Antonio Francisco e Domingas Lopes, viuva de Antonio Lopes que pagão nove alqueires de trigo, um de centeio e huma galinha*

#### *Foros de azeite, do Morgado*

*De foros de azeite havia no ano de 1757 treze almudes que não sei se deles se terá distratado algum*

*(fl. 7)*

#### *Eixes, do Morgado*

*Neste lugar dos Eixes há mais dois olivais hum chamado a Garalheira, outro Val Direito cada hum tapado sobre si, forão adjudicados na 3<sup>a</sup> da avo da confiscada Marqueza, cujo remanente pagos os legados ficou para o Morgado, estes dois olivais forão dados ao Bispo do Porto como testamenteiro de sua mai por pagar do seu bolcilho muita parte dos legados e depois passaram a confiscada Marqueza de que não sei a cauza e como ignoro se pertencem ao Morgado se aos bens livres, faço esta declaração.*

### Anexo III

*Olivais no termo de Lamas, do Morgado*

*A tapada chamada a Corrica que consta de oliveiras com sua terra de fora.*

*O olival tapado chamado do Touredo todo cheio de oliveiras.*

*O olival tapado chamado de S. Gil.*

*(fl. 7v)*

*Huma tapada chamada da Boa Vista toda cheia de oliveiras com mais tres oliveiras de fora.*

*Hum olival com seu monte de fora digo por baixo da Azenha de Miguel machado dos Eixes.*

*O olival nos Eixes chamado Lameirão cujo lameiro anda arrendado a pão.*

*O olival chamado da Carva.*

*A azenha com sua lameda por cima da Ponte de Mirandela no termo de Lamas.*

*Esta feitoria de Mirandela he das maiores que a caza dos confiscados tinha, e por cauza dos lugares foreiros se necessita de hum procurador ou administrador home de muita honra zelo e verdade consciencia e bastantemente inteligente para correr com as infinitas demandas que a cada instante se estão movendo com os enfiteutas dos lugares foreiros que (fl. 8) não há destreza que deixem de usar para se eximirem de pagar, e de tal sorte confundem com vendas e trocas os prazos e cazaes que cada dez anos he preciso andar fazendo tombos. O mesmo cuidado deve haver em aproveitar a azeitona que os ventos lanção abaixo que pela má guarda que há a maior parte comem os gados; como tambem devem cuidar muito que os arrendatários das propriedades as não destruão, cortando as arvores de fruto como costumão no fim dos arrendamentos. Este administrador deve existir em Mirandela porque todo o ano lhe não falta que fazer e não convem seja daquela vila.*

*O mais que convinha era arrendar-se para se evitarem as grandes despesas que com a referida admenistração se fazem e com o reparo das paredes das milhores propriedades que como estão a maior parte e milhores entre dois rios lhe prejuificação muito as inundaçoens, mas tem os inconvenientes acima ponderados.*

*(fl. 8v)*

*A feitoria de Mirandela poderá render sendo ano de azeite dez mil cruzados deductis expensis. Tem olivais que podem dar cem pipas de azeite, e cada vez darão mais por serem a maior parte deles olivais novos mas como claudicão muitos anos se não pode fazer calculo certo.*

*A rezão porque não convem que o ademenistrador seja daquela vila he pela boa armonia que tem com os enfiteutas de todos os lugares foreiros como a experiencia tem mostrado.*

*(fl. 9)*

#### **Alfândega da Fé**

*Nesta feitoria tem o Morgado os bens seguintes*

*O lagar de azeite obra primorosa que se conpoem de tres cazas huma de tulhas donde se recolhe azeitona, outra de fazer o azeite, e outra que serve de almazém de talhas para receber o azeite, muitas das talhas que nele existem são de vários herdeiros que como costumavam fazer o seo azeite no mesmo lagar assim conservavão as que lhe*

### Anexo III

*forão adjudicadas nas suas cartas de partilhas, e contudo corria o mesmo administrador.*

*Nesta vila não têm os Marquezes confiscados cazas e se servião das de seu tio o Principal Henrique Vicente que lhe forão adjudicadas na sua carta de partilhas paternas.*

*(fl. 9v)*

*Tem a Quinta de Zacarias que algum dia foi lugar foreiro a Caza e hoje se acha despovoado e a maior parte das cazas arruinadas, sem haver quem na dita Quinta ou lugar haja que tenha bens alguns. Costuma arrendar-se a hum cazeiro por duzentos alqueires de pão meado trigo e centeio e nisso anda arrendada, e o azeite se colhe para a Caza.*

*Tem mais esta Quinta muitas terras as quaes se arrendão a varias pessoas a pão e costumão render cada ano setenta e cinco alqueires de pão meado trigo e centeio e de pitaça dão \_\_\_\_\_ 4\$600*

*Pegão com a mesma Quinta outras terras à Vendada de Vilar Chão, de que pagão os cazeiros sessenta alqueires de pão meado de trigo e centeio*

*Pegão com a mesma Quinta dez varias outras terras a que chamão a Vendada de Sendim que já renderão oitenta alqueires de pão meado trigo e centeio e hoje andão arrendadas por quarenta.*

*Sendim da Ribeira, do Morgado*

*Tem neste lugar hum Prazo de que os enfiteutas pagão de foro sessenta alqueires (fl. 10) de pão trigo e centeio e de pitaça \_\_\_\_\_ 1\$800*

*Queizia, do Morgado*

*Tem neste lugar hum Prazo que paga de foro vinte seis alqueires de pão trigo e centeio e de pitaça \_\_\_\_\_ \$960*

*Santa Justa, do Morgado*

*Tem este lugar hum Prazo que o enfiteuta paga sete alqueires de pão meado trigo e centeio, e duas galinhas ou \_\_\_\_\_ \$300*

*Cardenha, do Morgado*

*Tem neste lugar hum Prazo que o enfiteuta paga cinco alqueires de pão meado de trigo e centeio*

*Vilarelhos, do Morgado*

*Tem este lugar 2 oliveas a que chamão a Mata e paga com hum com outro o azeite se colhia para a Caza e pela terra davão de renda \_\_\_\_\_ 10\$000*

*Tem mais no dito lugar hum Prazo de que paga João Francisco Lopes do lugar de Ferradoza, termo de Alfândega vinte alqueires de trigo e centeio e de pitaça \_\_\_\_\_ \$400*

### Anexo III

(fl. 10v)

*Pombal, do Morgado*

*Tem neste lugar um Prazo que pagão de foro trinta e sete alqueires de centeio e 2 galinhas \_\_\_\_\_ \$300*

*Covelas, do Morgado*

*Tem nesta Quinta varios cazais que constão de terras e castinheiros que hums anos se arrendão e ficão alguns por arrendar em outros anos, e o ano passado renderão vinte alqueires de trigo e treze e tres quartas de centeio, as castanhas 2\$160 e de pitaça \_\_\_\_\_ \$400*

*E hums castinheiros velhos que pouco ou nada dão se arrendão por \_ \$600*

*Castelo, do Morgado*

*Tem nesta Quinta um Prazo de quinze alqueires de pão meado trigo e centeio que pagão os enfiteutas de foro, e as oliveiras que tem nas ditas terras são da caza e se apanhão para ela a qual tem obrigação de apanhar os ditos enfiteutas*

(fl. 11)

*Nuzelos, do Morgado*

*Tem nesta Quinta varias terras que costumão arrendar-se a centeio conforme se pode e o ano passado renderão trinte e nove alqueires.*

*Xardão, do Morgado*

*Tem nesta quinta hum Prazo que rende cento e sincoenta alqueires de pão meado trigo e centeio e de pitaça \_\_\_\_\_ 1\$600*

***S. Gonçalo, do Morgado***

***Tem os tapados junto do Rio Sabor que constão de terras e olivais o azeite se colhia para a Caza e pelas terras dão de renda quarenta alqueires de trigo e centeio.***

*Vila de Crasto Vicente e seu termo*

***A Quinta de Rio de Cabras que é do Morgado consta de terras que anda arrendada por cento e sessenta alqueires de pão trigo e centeio.***

*Hum Prazo junto ao Rio Sabor chamado da Barca que rende vinte alqueires de pão trigo e centeio.*

*Tem no lugar do Lombo hum Prazo de que o enfiteuta paga dezasseis alqueires de trigo.*

(fl. 11v)

*Olivais, do Morgado*

*Os olivais de Zacarias de que já se faz menção quando filhou na renda que se paga a dinheiro.*

*Os olivais das duas Vendadas tando de Vilar Chão como da do Sendim.*

*O olival de Val de Favaios na quinta dos Nuzelos.*

***Os olivais da Quinta de São Gonçalo e Rio de Cabras de que já se faz menção na renda a pão.***

### Anexo III

*Pertence a esta feitoria mais hum prazo que a Caza tinha na vila de Favaios de que o enfiteuta para de foro \_\_\_\_\_ 1\$000*

*Esta feitoria sendo sendo ano de azeite renderá dois mil cruzados de dutis expensis. Costuma dar de azeite de 350 almudes te 500 pode arrendar-se por não ter embaraço. (fl. 12)*

*Mogadouro*

*Nesta feitoria tinhão os confiscados os bens seguintes de Morgado*

*A Tapada da Nogueira toda murada que compreende duas logeas em redondo digo em circuito com emencidade de gamos e veados. Tem suas cazas de quinta muito boas, caza de forno e cazinha e hum grande reducto todo a roda cuberto donde se recolhiam de noite as egoas de inverno, e hum grande palheiro. Tem seo quinteiro a quem se costumavam dar vinte mil réis e setenta e sinco alqueires de pão meado trigo e centeio. A Quinta de Mormonis com dois pumares de boas frutas hum grande bosque toda a quinta cheia de castinheiros tem boa terra para hortaliças e renovos de verão, lameiro belas agoas com tres tanques. Tem muito boas cazas de quinta e outras para o cazeiro e huma Capela de São Luis. Da-se a hum homem para que trate dela e dada de renda só \_\_\_\_\_ 8\$000*

*(fl. 12v)*

*Tem mais junto a esta Quinta um tapado a que chamão a Cortinha de Mormonis.*

*Tem mais outro tapado a que chamão a Cortinha de Santa Cruz e huma terra da parte de trás hoje andão arrendadas estas tres terras por dezasseis alqueires de pão meado trigo e centeio.*

*Tem mais hum moinho que foi do vento que não conserva mais do que as paredes.*

*Tem mais huma caza grande junto a Capela do Spirito Santo que algum dia servio de Fabrica de Sabão e pegado a mesma outra caza de tulhas.*

*Tem mais tres cazas de tulhas que servião de recolher o pão da Comenda de Santa Maria a Velha de Castelo Branco, huma no lugar de Paradela, outra no lugar de Val da Madre ambas no termo do Mogadouro, e outra na vila do Azinholo.*

*Tem mais a Cortinha chamada do Conde tapada toda em roda que anda arrendada por \_\_\_\_\_ 19\$200*

*Tem mais os foros do Medal de que alguns andão perdidos e se não podem aclarar athe se não tombar (fl. 13) dos quaes se cobrão cento e tres alqueires de trigo e cento e tres de centeio.*

*Costuma-se meter hum colhedor que pelo trabalho de os ajuntar se lhe dão doze testoens e tres alqueires de cevada.*

*A Quinta das Pias no termo do lugar de Meirinhos que consta de terras montuosas e algumas oliveiras estas se apanhão para a Caza e pelas terras dão de renda \_\_\_\_\_ 22\$000*

*A Quinta do Souto no termo da Torre de Moncorvo que consta só de terras e costuma arrendar-se por \_\_\_\_\_ 48\$000*

*A Quinta de Crestelos junto ao Rio Sabor que consta de muita terra tem hum grande olival e muitas oliveiras em varias partes a que chamam o acrecentado e o cazeiro tem*

*sua caza donde se recolhe e outras mais para as suas crias e frutos com seu lagar de azeite anda arrendada por*

**40\$000**

*A Quinta de São Gonçalo que pega com a de Nogueira que compreende meia legoa em circuito e se andava para unir a de Nogueira; tem muitos prados muitas agoas muitos carvalhos e castinheiros e huma Capela (fl. 13v). A Romana de São Gonçalo anda por hora arrendada com quarenta e oito alqueires de cevada.*

*Esta feitoria se pode tambem arrendar excepto a Tapada de Nogueira que serve para Sua Majestade mandar fazer como costuma a criação dos gamos e veados todos os anos.*

*(fl. 14)*

*São João da Pesqueira*

*Nesta feitoria tinhão os confiscados do Morgado os bens seguintes*

*Hum lagar de azeite com sua orta que costuma andar arrendado por tantos almudes da mesma especie.*

*O Prazo de Olas de que os enfiteutas pagão de foro trezentos e oitenta alqueires de trigo.*

*O Prazo chamado de Campelo de que os enfiteutas pagavam quarenta alqueires de centeio e vinte de trigo e duas frangas.*

*Mais cento e oitenta alqueires de centeio do prazo de Sebadelhe de que os enfiteutas pagão cada ano o referido e quarenta arateis de presunto.*

*Desta feitoria se pagava todos os anos aos religiosos bernardos do Convento de S. Pedro das Aguias de que os Marquezes confiscados erão padroeiros cento e dois mil réis por tres anaes de missas que dizião pelos antepassados da Caza.*

*Alem das grandes rendas que lhe derão os seos antecessores (fl. 14v) os bens descriptos ate aqui todos herão do Morgado.*

*(fl. 15)*

*Bens livres que tinha a Caza*

*Mirandela*

*Hum olival no lugar dos Eixes termo de Lamas chamado a Garalheira.*

*Outro no dito lugar aonde chamão o Val Direito tapado sobre si cada hum e distantes hum do outro.*

*Estes dois olivais são livres.*

*A Quinta de Mourel aforada a dois enfiteutas por cento e sete alqueires de pão meado trigo e centeio e vinte oito arrates de marrão consta de terras e oliveiras, pelas terras he que se paga o dito foro e o azeite de todos os olivaes que tem a dita quinta pertence ao direito senhor se colhia para a Caza. Este Prazo veio segundo entendo aos Marquezes confiscados por morte de seo tio Francisco Xavier que morreo com falta de júizo o que melhor constará do seu inventário. Os enfiteutas ficarão devendo algum pão dos anos antecedente a sua morte, enquanto se fez inventário que não sei a quem pertence o que melhor constará do dito inventário.*

*(fl. 15v)*



### Anexo III

#### *Alfândega da Fé*

*Dois olivais no Ribeiro de São Martinho do lugar da Adeganha que pega hum com outro que os confiscados tomarão por huma divida que lhe devia o Capitam-mor que foi da dita vila Rodrigo de Sá Machado.*

*O olival da Gravanceira que foi do dito Capitam e lho tomarão os ditos confiscados por huma divida ou pela mesma, fica hindo da dita vila para o lugar dos Serejais.*

*(fl. 16)*

#### *Mogadouro*

*O Lameiro do Chafaris que foi co Capitam-mor da dita vila Francisco Xavier de Souza que o Marquez confiscado lhe comprou para a criação dos poldros.*

*A Lameira das Orretas de Sima parte do qual comprou o dito Marquez confiscado ao Tenente-Coronel Antonio de Souza Moreira e parte aforou ao Concelho.*

*O Lameiro das Arrotheas de Baixo que o dito Marquez confiscado aforou ao Concelho e comprou a alguns particulares.*

*O Lameiro da Esmeralda que nas partilhas do Marquez Antonio Luis foi adjudicado a seo filho o Principal Henrique Vicente. Este o deo a sua sobrinha a confiscada para se unir ao Morgado e he o que posso informar nesta materia com toda a verdade.*

*(fl. 16v)*

#### *Lordelo*

*Nesta vila vierão aos Marquezes confiscados por morte de seo tio Francisco Xavier demente as propriedades seguintes que este la pessuia que lhe forão adjudicadas no seo inventário*

*O Lameiro de Bolim que anda arrendado em \_\_\_\_\_ 17\$000*

*A Orta da Barreira que anda arrendada por \_\_\_\_\_ 4\$000*

*As terras baldias que andão arrendadas por \_\_\_\_\_ 2\$080*

*Tinhão mais humas cazas principiadas com sua orta e pumar que se costumava dar ao feitor pela sua administração*

*Tinhão mais huma propriedade grande chamada a Quinta da Primavera que se arenda a milho.*

*Outra chamada a Quinta Precioza que se arenda a milho das quaes ficarão livres trezentos sessenta e seis alqueires de milho*

*(fl. 17)*

#### *Bens da Coroa que tinham os confiscados*

##### *Mirandela*

*As terças que costumão render huns anos por outros hum conto athe*

\_\_\_\_\_ 12\$000

*Os direitos reais da dita vila e seu termo que a 36 réis cada fogo costumão render*

\_\_\_\_\_ 50\$000

*A portagem que apenas rende \_\_\_\_\_ 4\$800*

*Há tres barcas huma no lugar de Contins outra em Abambres, e outra no de Chelas, as duas primeiras rende cada huma seo cruzado novo a de Chelas se dá de graça ao barqueiro por passar sem paga a azeitona dos olivares de Chelas para o lagar da vila.*

*(fl. 17v)*

### Anexo III

#### *Alfândega da Fé, da Coroa*

*Esta vila entre lugares e quintas tem vinte seis destes pagão a 18 réis cada fogo os lugares seguintes*

*Afândega, Valverde, Sendim da Serra, Ferradoza, Picoens, Serejaes, Sendim da Ribeira, Xardão, e Pombal.*

*Pagão a trinta réis os seguintes*

*Castelo, Sambade, Covelas, Vila Nova, Vales, Colmeaes, e Vilar de Sima.*

*Somão regularmente estes lugares a dinheiro \_\_\_\_\_ 18\$000*

*Tem mais os lugares seguintes que pagão a quatro alqueires e quarta de cevada, e seis réis cada fogo que são*

*Vilarelhos, Santa Justa, Rio de Vides, Nuzelos, Junqueira, Adeganha, Cardenha, Gouvea, Cabreira e Ovezia.*

*Cujos lugares regularmente somão (fl. 18) 278 fogos que a 4 alqueires e ¼ cada fogo são 1182 alqueires de cevada que vendida a 16 réis somão*

*\_\_\_\_\_ 189\$120*

*Somão os 6 réis que paga cada fogo \_\_\_\_\_ 1\$668*

#### *Mogadouro, da Coroa*

*O castelo tem muito boas cazas donde os confiscados e seos acedentes costumavam assestir com seos picadeiros cavalharisse palheiros pombal e galinheiro.*

*Os direitos reaes da dita vila e seo termo que pagão a trinta e seis réis, que com os da vila de Penas Roias e parte dos moradores da de Azinchozo costumão-se arrendar por*

*\_\_\_\_\_ 67\$000*

*A portagem costuma andar a rendada em que entra a ferraria do Azinchozo por*

*\_\_\_\_\_ 13\$000*

*(fl. 18v)*

#### *Penas Roias, da Coroa*

*Tem nesta vila o prazo da alcaidaria-mor do castelo da dita vila que traz Ignacio da Fonseca e rende sessenta alqueires de pão meado trigo e centeio.*

*Mais a Quinta chamada da Alfacima de que pagão os enfiteutas sincoenta e sinco alqueires de trigo de foro.*

#### *Miranda, da Coroa*

*Os direitos reaes de Miranda e de Outeiro que os confiscados pessuião como alcaides-mores, costumavam arrendar-se a rezão de 36 reais o fogo por*

*\_\_\_\_\_ 63\$000*

*A portagem da dita cidade que nunca pagão costuma arrendar-se por*

*\_\_\_\_\_ 1\$200*

*Tem mais pertencente a dita alcaidaria-mor de Miranda a Quinta de Val de Fontes que anda arrendada por \_\_\_\_\_ 40\$000*

*Tem mais na dita cidade humas cazas que não sei se são pertencentes a dita (fl. 19) alcaidaria-mor se do Morgado já muito velhas que andão arrendadas por*

*\_\_\_\_\_ 14\$000*

### Anexo III

*Tem no termo da vila d'Outeiro a Quinta de Vale de Pena pertencente a alcaidaria-mor do castelo emprazada a varios enfiteutas por quarenta e seis alqueires de trigo e duas galinhas digo quarenta e sinco alqueires de trigo e seis galinhas.*

*São João da Pesqueira, da Coroa*

*Somão os direitos reaes desta vila e seo termo a que chamão Paradas em que paga cada fogo hum alqueire de cevada hum cantaro de vinho e dois paens cujo presso lhe poem a Camera pelo São Martinho que regularmente sai cada Parada a 200 réis que em 610 que ouve o ano passado somão*

\_\_\_\_\_ 122\$000  
A portagem costuma arrendar-se \_\_\_\_\_ 2\$400  
O mordomado como chamão naquela vila por \_\_\_\_\_ 1\$600  
Hum canameira chamada de (fl. 19v) Tramil que anda arrendada por  
\_\_\_\_\_ \$700

*Há uma pesqueira que o ano passado não ouve quem a quisesse arrendar. Estas duas parcelas de canameira e pesqueira não sei ao certo se são da Coroa se do Morgado.*

*Tem os direitos reaes de Távora que rendem cada ano \_\_\_\_\_ \$500*  
*Os direitos reaes de Favaio que rendião cada ano \_\_\_\_\_ 2\$425*  
*Os direitos reaes de Alijo que rendião \_\_\_\_\_ 3\$425*  
*Os direitos reaes de honra de Galegos \_\_\_\_\_ 2\$400*  
*Os direitos reaes de Lordelo que rendem todos os anos \_\_\_\_\_ \$600*

*Tinha o confiscado Francisco de Assis os foros de Vila Real que forão da Caza de Alvor que costumavam andar arrendados por sem moedas e doze arrobas de presuntos o capitam-mor de Afândega Manuel Ignacio de Souza com procuração do dito Marquez lhos arrendou a huns homens (fl. 20) do pé de Vila Real por 540\$ reaes e 12 arrobas de presuntos destes foros não sei qual seja a sua natureza.*

*Tinha mais o dito Marquez confiscado em Marialva humas terras pertencentes a alcaidaria-mor da dita vila que rendião segundo minha lembrança 700 alqueires de centeio.*

<sup>234</sup>

*Bens de Ordens*

*A Comenda de Santa Maria a Velha de Castelo Branco tem 29 tulhas apresenta tres Abadias que são Castelo Branco, São Martinho e Bemposta. A primeira rende 300\$ réis as outras duas a 200\$ réis apresenta 20 curas em outras tantas igrejas nos lugares da dita Comenda chamadas curatos anuaes e são os seguintes Soutelo, Remondes, Brunhozo, Figueira, Val de Porco, Lagoaça, Bruço, Vilarinho, Ventuzelo, Vila dos Sinos, Vila d'Ala, Figueira, Peredo, Brinhozinho, Tó, Sanhoane, Varis, Castinheira, Macedo, S. Paio, Vidoedo.*

<sup>234</sup> Na margem: "Findão os da Coroa".

### Anexo III

*Os lugares em que tem tulhas e recebem neles os frutos da dita Comenda são os seguintes Val da Madre, Soutelo, Remondes, Paradela, Valverde, Meirinhos, Castelo Branco, Estevaes, Lagoaça, Bruço, Vilarinho, Vila dos Sinos, Ventuzelo, Vila d'Ala, Vilar do Rei (fl. 20v) Val de Porco, Figueira, Azinhozo, Vidoedo, Macedo, São Martinho, Castinheira, Varis, Sanhoane, Brinhozinho, Bemposta, Peredo e Tó rende regularmente esta Comenda de 15 mil cruzados para sima e tem poucos de 15 mil cruzados para baixo que he quando o pão está muito barato. Tem esta Comenda hum prazo de que he enfiteuta Luis Camelo da Torre de Moncorvo de que paga de foro cada ano \_\_\_\_\_ 1600*

*Aprezentava mais a Caza duas Abadias a de Vinhas que rende 3 mil cruzados athe 4 e a de Távora que rendem 200\$réis os frutos e os passais que lhos deixou hum abade com pensão de tres missas cada semana outros duzentos hoje não renderão tanto pelos deixar destruhidos e as cazas arruinadas e abade antecessor do que hoje lá está estas duas não pertencem a Comenda e era da Caza o padroado.*

*Da terça ficou da senhora Marqueza que foi de Távora D. Leonor Maria Antonia de Mendonça se pagarão os legados e o remanente que ficou são as propriedades apontadas com a nota 3<sup>a</sup> a fls. 7v (fl. 21) e fls. 9 que estão vinculados na forma da despozição da dita senhora e estão obrigados a penção de 150\$000 réis cada ano a seo filho o senhor Bispo do Porto emquanto vivo for e se lhe achão pagos the Fevereiro de 1758.*

*Como tambem se achão obrigados a penção de dois mil réis cada mes a Elena Tereza e outros 2000 réis a Clara maria criadas que forão da mesma senhora e se achão pagas the Dezembro do dito ano.*

*Francisco Xavier de Souza*

#### **Doc.12**

**AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 94, Nº 302 -5, Traslado do Auto de sequestro e Inventario dos Bens que se acharão nesta Comarca de Miranda pertencentes aos Marquezes de Távora, Francisco de Assis Távora e D. Leonor Távora, 1758**

[transcrição paleográfica de Ana Rita Trindade, AHBS.MDPSP.205.00, 2013 p.AV12-AV13]

(fl. 11v-12v) *Auto do sequestro na quinta de Crestellos*

*Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jezus Chisto de mil sette centos e cincoenta e nove anos aos des dias do Mes de Janeiro do dito anno em esta quinta de Crestellos aonde veio o Doutor Antonio Luis Pargana Corregedor nesta Comarca de Miranda Conego e Escrivão e Meyrinho da Correição fizemos sequestro (fl.12) Na dita quinta que consta de Terras de Pão, e olival e Matos seu lagar de Azeite com mais tres Cazas de fora e o dito Lagar consta de tres cazas terreas junto do Rio Sabor parte a dita quinta com o mesmo rio da parte do norte e do Sul com termo do lugar do Souto, e do Leste com o Medal, e da parte do Poente com a Quinta da Olga da Tapa que era das mesmas Cazas dos Marquezes de Tavora, da qual quinta elle dito Ministro em virtude das ordens de sua Magestade tomou posse Civel notarial para a fazenda do mesmo Senhor fazendo*

### Anexo III

*todos os actos em direito nessarios e sequestrou para a Real Fazenda de El Rey nosso Senhor como bens patrimoniais que erão dos Referidos Marquezes com todas as suas confrontações e devizoens na mesma forma que os ditos a pessuirão e logo apareceo prezente perante elle dito Menistro Antonio Bernardo do lugar do Souto da Villa, Cazeiro e arrendatário que desse por da mesma Quinta o preço de quarenta mil Réis e hum porco, que se há de vencer pelo São Miguel do prezente anno que elle entregou pessoalmente a dita quinta na forma acima sequestrada para que a todo o Tempo desse comta della a quem por ordem de Sua majestade ou por ordem deste juízo da Correição lhe fosse determinado como Tambem o seu Rendimento ao Tempo de vencido na forma da sua obrigação o que elle assim o prometeo fazer E mandou a mim Escrivão o noteficasse (fl. 12v) para que não conhecesse outro Senhorio da mesma Quinta e seus Rendimentos mais do que a Real Fazenda de Sua Magestade e as determinações do mesmo Senhor por Elle dito Menistro, Eu o notefiquei e o sobredito assim o prometeo fazer de que para constar foi este Auto de posse e sequestro de que foram Testemunhas Bento Ferreira e Domingos Martins do lugar de Meirinhos ambos que assignarão todos com elle dito Menistro, Eu Simão Pedro de Moraes Escrivão da Correição que o Escrevi .*

*Pargana*

*Simão Pedro de Moraes*

*Costodio Joze Ribeiro*

*Antonio Bernardo. Domingos Martins*

*Bento Ferreira*

*(fl. 43v-44) Auto de Rematação da renda da Quinta de Crestellos a Bento Ferreira de Meyrinhos por tres anos Cada hum a cento e cincoenta mil réis*

*Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Chisto de mil setecentos e cincoenta e nove anos aos Trinta dias do mes de Outubro do dito anno nesta villa do Mogadouro e cazas da Apozentadoria do Doutor Antonio Luis Pargana do Dezembargo de sua Magestade fidelíssima e seo Corregidor e Provedor nesta cidade de Miranda ecetera. Ali por Elle dito Menistro haver mandado por em praça e arrendamento a quinta de Crestellos que foi confiscada aos Marquezes que forão de Tavora, e andando na praça o porteiro desta villa João Antonio pondo a llances da dita quinta pello tempo de dous anos digo de tres anos dizendo em altas vozes Ha quem de mais dio que cento e cincoenta mil réis pelos Rendimento da Quinta de Crestellos em cada hum anno venha a mim Receberlheei Lance e por não haver quem mais desse da dita quantia que Lançou Bento Ferreira do Lugar de Meyrinhos mandou Elle Menistro ao Porteiro que (fl. 44) arrematasse dizendo afronta faço que mais não acho e se mais achara mais tomara doulhe hua doulhe duas doulhe outra mais pequenina e metendo-lhe o Ramo na mão Finalizarão dizendolhe Façalhe muto bom proveito Em cuja quantia houve Elle ditto Menistro por mui bem arrematado pella dita quantia de cento e cincoenta mil Réis em cada hum anno para a qual deo por fiador a Antonio Martins Anjo desta villa cujo arrendamento principiara no primeiro de Novembro de mil sete centos digo do prezente anno e acaba em outro tal dia de mil setecentos e sessenta e dous de que foram testemunhas presentes Belchior de Almeida e Manoel Ferreira ambos do mesmo Lugar alias da mesma villa Eu Simão Pedro de Moraes que o escrevi declaro que sera em dous pagamentos metade em dia de São João e outra metade em dia de Natal e o sobredito o escrevi de Antonio Martins Anjo fiador.*

### Anexo III

*Pargana*

*Bento Ferreira*

*Belchior de Almeida Ribeiro*

*Antonio Ferreira Coelho*

*João António Porteiro*

#### **Doc.13**

**AHTC, Junta da Inconfidência, Maço 97, nº 307, Conta da receita dos bens confiscados pelo Juízo da Inconfidência ou R R do Crime de alta traição Marqueses que forão de Tavora da administração da feitoria da Villa de Mirandella pertencente ao anno de 1758 que findou no dia de S. João Baptista de 1759 de que foi administrador Manoel Fernandes Guerra do Lugar da adaganha**

[transcrição parcial]

Fl. 12

*Mugadouro*

*Carrego em receita do redimento do azeite da quinta de Crestellos cento e trinta e tres mil, e outo centos réis - 133\$800*

Fl. 7v (outro caderno)

*Mugadouro*

*Carrego da receita sem mil réis de renda da quinta de Crestellos – 100\$00*

*Carrego em receita sincoenta e oito mil seis centos e sessenta réis de renda da quinta das trapas -58\$666*

Despezas

f. 12v

*Alfândega da Fé*

*Carrego em despesa doze mil sete cententos e dez réis de apanhar a azeitona da quinta de S. Gonçalo, medição, e Carreto e limpar as oliveiras- 12\$710*

Receitas

Fl.11v

*Carrego em receita cem mil réis de renda da quinta de Crestellos- 100\$000*

*Carrego em receita quarenta e quatro mil réis da renda da quinta das trapas – 44\$000*

Despezas

### Anexo III

Afândega da fé

Fl. 18-v

Carrego em despesa doze mil setecentos e des réis de geiras de apanhar azeitona da quinta de s. Gonçalo carreto para o Lagar, medição e Limpar as Oliveiras-12\$710

**1759-1760**

**Receita do rendimento dos bens do morgado dos confiscados Marquezes que forão de Tavora na feitoria da villa de Mirandella do anno que teve principia dia de S. João Baptista de mil sete centos cincoenta e nove e findou em outro tal dia de 1760, e todo o mais rendimento que nas mais villas pertencerem ao Morgado**

[Em AHBS.MDPSP.205.00, 2013 p.AV14-AV15]

Alfândega da fé

Fl.10v

Carrego em receita por sincoenta e dois alqueires de pam miado de renda dos tapados de S. Gonçalo a 280 réis hũ pelo outro quatorze mil réis. – 14\$000

Fl.11

Carrego em receita da renda das terras de Crestelos vencida no *dito* anno quarenta e seis mil réis -46\$00

Carrego em receita quarenta e oito mil réis da renda da quinta das trapas- 48\$000

1760-1761

**Receita dos rendimentos dos bens que se dis serem do morgado dos confiscados Marqueses que forão de Tavora na feitoria da Villa de Mirandella Provincia de Tras os Montes do anno que teve principio em dia de S. João Baptista de mil sete centeos , e sessenta, e fudou em véspera de outro tal dia do anno prezente de 1761**

Fl. 19

Da renda da quinta de Crestelos cento cincoenta mil réis em que foi arrendada pelo *Corrigedor* da *Comarca* de Mirande -150\$000

Fl.19v

Da renda da quinta das trapas vencida em dia de S. Miguel de 1760 quarenta e quatro mil réis- 44\$000

Receitas 1761-1762

Fl.7

Por 52 alqueires de pam miado da renda dos tapados de S. Gonçalo a 260 réis 13\$550

Fl.7v

### Anexo III

Carrego em receita da renda da quinta de Crestellos cento e sincoenta mil réis- 150\$000

Fl.8

Carrego em receita da renda da quinta das trapas quanrenta e quatro mil réis – 44\$000

Despezas

Fl.13-v

Por despesa da apanha da azeitona da quinta de S. Gonçalo sua medição, e carreto dezasseis mil sete centos e vinte e cinco réis 16\$725

#### **Doc. 14**

**AN-TT, Cartórios Notariais 2º Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas Nº 682, Cx. 144 – 6/22/6/6**

**Primeira escritura de empraçamento das terras de Crestelos e Olga da Trapa, pelo Conde de S. Vicente a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, D. Maria Isabel Soares.**

**1805, 23 Junho. fl. 79v – 82v**

[Transcrição paleográfica de Lina Maria Marrafa de Oliveira, AHBS.MDPSP.205.00, 2013 p.AV1-AV4]

(fl. 79v)

*Em nome de Deus Amen. Saibam quantos este instrumento de empraçamento em vida de três pessoas, e obrigação virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos e cinco aos vinte e três dias do mês de Junho nesta cidade de Lisboa na Rua Direita do Chiado, e escritório do Doutor José da Fonseca e Silva, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, e advogado da Casa da Suplicação desta Corte, onde eu tabelião vim, e aí estava presente de uma parte, e como Procurador do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde de São Vicente Miguel Carlos da Cunha e Silveira de Lorena, Comendador da Ordem de Cristo e do Conselho do Príncipe Regente, por um seu Alvará de procuração que apresentou, reconheço ser verdadeiro e ao diante irá trasladado, e de outra parte o Reverendo Beneficiado António Manuel Soares da Cruz assistente nesta cidade no Hospício da Conceição no sítio da Carreira (fl. 80) dos Cavalos, Freguesia da Pena, em nome e como procurador do sub'estabelecido de Manuel António da Cruz Borges, Monteiro-mor da vila da Moncorvo onde é morador, e de sua mulher D. Maria Isabel Soares, por uma procuração, e sub'estabelecimento que apresentou reconhecida cujos reconhecimentos reconheço serem verdadeiros, e ao diante irá trasladada. E logo por ele Doutor José da Fonseca e Silva foi dito perante mim tabelião e testemunhas ao diante nomeadas que entre os mais bens pertencentes ao Morgado de Mirandela que o dito Excelentíssimo Conde de São Vicente seu constituinte é administrador, bem assim como os montes e terras de Cristelos, e suas anexas, e Olga da Trapa aquém do Rio sabor, separadas de*



*todas as mais*<sup>235</sup> *sitos no limite do lugar de Meirinhos, e partem do Nascente e Poente com terras bravias dos moradores do dito lugar, e do lugar do Souto da Velha, do Norte com o dito Rio Sabor e do Sul com caminho do Concelho, e partem mais por suas devidas, e verdadeiras confrontações, com quem por direito diretamente devam, e hajam de partir, e confrontar cujos bens muitos anos nada rendem, e em outros andaram arrendados por trinta mil réis, alem das ditas terras terem padecido grandes ruínas com as enchentes das águas, e tempestades dos rigorosos invernos, por não haver quem as defenda, e repare, e por ser de maior utilidade aos Administradores do dito Morgado andarem os ditos bens emprazados pela certeza do foro, e laudémio, se resolvera o dito Excelentíssimo Conde de São Vicente seu constituinte dá-los de emprazamento em vida de três pessoas aos ditos Manuel António da Cruz Borges, e sua mulher D. Maria Isabel Soares, que os pretendiam aforar, pelo foro anual de sessenta mil réis, livres, e com o laudémio de Décima no caso de venda. E assim disse ele dito Doutor José da Fonseca e Silva (fl. 80v) que pela presente escritura na melhor forma de Direito, em nome do dito Excelentíssimo Conde de São Vicente seu constituinte, por virtude dos poderes do dito seu Alvará de procuração empraza, e dá de emprazamento os bens acima declarados, e confrontados, situados no dito lugar de Meirinhos, no Distrito da referida vila de Moncorvo, e separados de todos os mais bens do dito Morgado, que não tem altura e são bravios aos ditos Manuel António da Cruz Borges e sua mulher D. Maria Isabel Soares por foro e pensão em cada um ano de sessenta mil réis, livres para*<sup>236</sup> *o Excelentíssimo Conde de São Vicente, e mais Administradores seus sucessores no dito Morgado de Décima, e de todo e qualquer tributo pensão ou encargo presente e futuro porque tudo fará por carta dos enfiteutas, em um só e prompto pagamento nesta Corte em casa do dito Excelentíssimo Administrador ou a quem seus poderes tiver para o receber, e façam os enfiteutas o primeiro pagamento do dito foro para o São João do ano próximo futuro de mil outocentos e seis por ter o princípio este emprazamento no primeiro de Julho próximo futuro do corrente ano, e irão os enfiteutas continuando com o pagamento do foro dos mais anos por outros três dias, sucessivos, e pontualmente, sem falta, nem dúvida alguma. E esta escritura outorgaram eles Procuradores nos nomes que representam na forma referida, e debaixo das mais cláusulas, e condições seguintes // Que eles Manuel António da Cruz Borges e sua mulher D. Maria Isabel Soares, serão neste Prazo a primeira e segunda vida, e o último que ficar poderá 'té a hora da sua morte nomear a terceira, em um de seus filhos ou filhas que mais quiser, e na falta de descendência, em parente da linha dele enfiteuta marido*<sup>237</sup> *, de sorte que nes-(fl. 81) te emprazamento sejam vidas três pessoas, e findas fica o dito Prazo devoluto para os Administradores do referido Morgado o haverem de renovar a quem o direito de sua renovação pertencer. Que assim eles enfiteutas primeira, e segunda vida, como seus sucessores serão obrigados a fazerem nos ditos bens muitas benfeitorias naquelas partes que forem susceptíveis, e os trazerem sempre melhorados, e aumentados à sua própria custa, e despesa, e bem reparados, e defendidos das enchentes das águas, e de outra qualquer ruína que lhe*

<sup>235</sup> Entrelinhado: “ que Sua Excelência tem em Alfândega da Fé, Mirandela e naquela Província”.

<sup>236</sup> Ms. repete: “para”.

<sup>237</sup> Palavra entrelinhada.

*possa acontecer, e vindo em algum tempo a perecerem os ditos bens, ou arruinarem-se por causa de águas, fogo terremotos, corrimentos de terra ou outro qualquer caso furtuito, ou insólito que acontecer possa, os tornam os enfiteutas, e seus sucessores, a pôr em nóprio(sic.), ou melhor estado em que de antes estavam, e isto tantas quantas vezes os tais casos acontecerem, e sempre à sua própria custa, e despesa, sem que por isso deixem de pagar o dito foro por inteiro, nem poderão alegar esterilidades algumas gerais, nem particulares, de secas ou muitas águas, nem poderão fazer encampação ou duzação deste Prazo, o qual andar sempre unido e encabeçado em uma só pessoa sem se poder dividir mais que o valor das benfeitorias entre herdeiros. Item que eles enfiteutas e seus sucessores não poderão em tempo algum vender, trespassarem, nem por outro algum modo alienarem o útil domínio deste Prazo sem licença dos Administradores do dito Morgado senhorios directos, e quando o vender quiserem lho farão primeiro saber por sua petição, para verem se o querem para si tanto pelo tanto que outrem por ele der, porque querendo-o, estarão em primeiro lugar, mas não o querendo então com sua licença e expresso consentimento que (fl. 81v) procederá por escrito, o poderão os enfiteutas vender a quem quiserem contanto que não seja a pessoa poderosa, nem das em direito defesas mas sim a tal que bem pague o dito foro, e cumpra as clausulas desta escritura, e do preço porque assim for vendido se pagará primeiro o laudémio da Décima em razão do seu terrádego // Que todas as pessoas que no útil domínio deste Prazo sucederem por qualquer título que seja serão obrigados a dentro dos primeiros dous meses de sua sucessão a apresentarem-se com ele aos Administradores do referido Morgado senhorios directos, e fazerem-lhe seu reconhecimento de foreiro na forma do estilo. Que faltando os enfiteutas com a prompta satisfação do referido foro três anos sucessivos, ou a qualquer das mais cousas a que ficam obrigados, cairão em comisso, observando-se a este respeito, e de tudo o mais a forma da lei. E nesta forma disse ele Doutor José da Fonseca e Silva em nome do dito Excelentíssimo Conde de São Vicente seu constituinte por bem feito este emprazamento aos ditos Manuel António da Cruz Borges e sua mulher D. Maria Isabel Soares, que poderão logo, ou quando quiserem tomarem posse do útil domínio dos bens deste Prazo, e quer o tome ou não desde já lha há por dada, e transferida pela cláusula constitui, e obriga ao dito Excelentíssimo seu constituinte, a que per si, e mais administradores do referido Morgado farão sempre bom este emprazamento. E por ele Reverendíssimo Beneficiado António Manuel Soares da Cruz foi dito aceitava este emprazamento na forma dele para os ditos Manuel António da Cruz Borges, e sua mulher D. Maria Isabel Soares, e os obriga a que tudo cumprirão, e pagarão o dito foro de sessenta mil réis em dinheiro livres de Décima e de todos, e quaisquer tributos, pensões, e encargos presen-(fl. 82)tes, e futuros e em um só e prompto pagamento, e pelos dias de São João de cada um ano, e no caso de venda o laudémio de Décima, e a tudo assim cumprirem lhe obriga geralmente todos os seus bens móveis, e de raiz havidos e por haver, e o melhor parado deles, e o útil domínio do referido Prazo com todas as suas benfeitorias, e os submete, e sujeita à via executiva, como se costuma proceder na cobrança de semelhantes foros, para poderem ser penhorados por simples Mandado de qualquer Julgador, assim eles enfiteutas primeira, e segunda vida, como seus sucessores; que todos responderam pelo aqui conteúdo nesta cidade de Lisboa*

*perante as Justiças a que for requerido o cumprimento desta escritura, para o que ele seu Procurador lhe renuncia o juízo de seu foro, domicílio, e privilégios presentes e futuros, que em seu favor alegar possam. E é declaração expressa deste empraçamento que se os ditos bens empraçados merecerem mais de foro, além dos sessenta mil réis, serão eles enfiteutas, e seus sucessores obrigados a pagarem a maioria no caso que mereçam maior foro no estado presente por dever este ser correspondente ao que os ditos bens merecem de renda, por não experimentar a renda do dito Morgado diminuição alguma. E disse outrossim ele Doutor Procurador que quando os enfiteutas para maior validade deste empraçamento requerer a Sua Real Alteza Provisão de Confirmação deste empraçamento o poderão fazer fazendo por conta deles enfiteutas todas as despesas, para o que lhe presta em nome de Sua Excelência o necessário consentimento. E em testemunho de verdade assim o outorgarem, pediram e aceitaram, e eu tabelião por quem tocar ausente sendo testemunhas presente o Doutor João Custódio de Sousa Cotta, também advogado da Casa da Suplicação desta Corte, e Bento Carneiro de Morais Abreu de Lima familiar da casa dele Doutor Procurador que nesta nota todos assinaram, e eu conheço serem eles procuradores os próprios e eu Joaquim José Barbosa tabelião o escrevi // entrelinhei: que Sua Excelência tem em Alfândega da Fé, Mirandela, e naquela (fl. 82v) Província.*

*José da Fonseca e Silva*

*Padre António Manuel Soares da Cruz*

*João Custódio de Sousa Cotta*

*Bento Carneiro de Morais Abreu e Lima*

**Doc.15**

**AN-TT, Cartórios Notariais, 2º Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas Nº 695, Cx. 146 – 6/22/6/6**

**Escritura de empraçamento das terras de Crestelos e Olga da Trapa pela Casa de S. Vicente a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, D. Maria Isabel Soares, de 21 de Agosto de 1809**

[Transcrição paleográfica de Lina Maria Marrafa de Oliveira, AHBS.MDPSP.205.00, 2013 p.AV4-AV18]

(fl. 11v)

*Em nome de Deus Amen. Saibam quantos este instrumento de empraçamento em vida de três pessoas, e obrigação virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos e nove aos vinte e um dias do mês de Agosto nesta cidade de Lisboa na Rua Nova do Carmo, Freguesia do Santíssimo Sacramento, e escritório do Doutor José da Fonseca e Silva, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, e advogado da Casa da Suplicação desta Corte, onde eu tabelião vim, e aí estava presente de uma parte como Curador da Administração da Casa da Ilustríssima e Excelentíssima Senhora Condessa de São Vicente D. Isabel Fausta Cândida José de Melo, e de seu filho menor, e de outra parte estava o Reverendo Padre Gaspar Liberato Soares da Cruz, presbítero secular, morador nesta cidade na Rua dos Fanqueiros, Freguesia de Santa Justa em nome e como Procurador de Manuel António da Cruz (fl. 12) Borges,*

*Monteiro-mor da vila da Torre de Moncorvo e seu Concelho, e de sua mulher D. Maria Isabel Soares, moradores na mesma vila, o que fez certo por uma procuração que apresentou feita por um e assinada por ambos <que> reconheço ser verdadeira, e ao diante irá tresladada. E logo por ele Doutor Curador José da Fonseca e Silva foi dito perante mim tabelião e das testemunhas ao diante nomeadas que por uma escritura outorgada em minha Nota aos vinte e três dias do mês de Junho do ano de mil outocentos e cinco havia o falecido Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde de São Vicente Miguel Carlos da Cunha e Silveira de Lorena em sua vida dado de emprazamento em vida de três pessoas aos ditos Manuel António da Cruz Borges e sua mulher D. Maria Isabel Soares vários bens pertencentes ao Morgado de Mirandela de que foi Administrador, cujos bens são situados no lugar de Meirinhos termo da vila de Moncorvo e são os seguintes os montes e terras de Crestelos, e suas anexas, Olga da Trapa aquém do Rio Sabor, separada de todas as mais que Sua Excelência tem em Afândega da Fé, Mirandela, e naquela Província, e por foro e pensão em cada um ano de sessenta mil réis livres para os Administradores do dito Morgado de Décima, e de todo e qualquer tributo pensão ou encargo presente, e futuro, e no caso de venda o laudémio de Décima, e com as mais clausulas, condições e obrigações declaradas na citada escritura do dito emprazamento a que se refere e porque no dito emprazamento não foram compreendidas as oliveiras que estão nas terras e montes de que se compõe o Prazo, e o rendeiro do referido Morgado movia causa ao dito Manuel António da Cruz Borges no Juízo da Administração da dita Excelentíssima Casa de São Vicente, com o pretexto de que o azeite que produzia <m> as oliveiras do dito Prazo lhe pertencia, e querendo o enfiteuta evitar toda e qualquer dúvida que possa haver para o futuro havia requerido por sua petição ao Meritíssimo Doutor Juiz Administrador da dita Excelentíssima Casa de (fl. 12v) São Vicente fosse servido mandar-lhe lavrar escritura de emprazamento por aquilo em que se ajustara com o Doutor Curador, e com as clarezas, clausulas e condições que fossem justas, e mandando o dito Ministro responder à dita Excelentíssima Condessa de São Vicente, e a ele Doutor Curador, à vista de suas respostas lhe mandara lavrar escritura na forma pedida, digo respostas por seu Despacho final lhe deferia na forma delas como tudo melhor consta da Petição, Respostas e Despachos do teor seguinte // Diz Manuel António da Cruz Borges, e sua mulher D. Maria Isabel Soares da vila de Moncorvo, que sendo enfiteutas do Prazo de que reza a escritura junta, de que é senhorio directo o Excelentíssimo Conde de São Vicente, o rendeiro do Morgado, que o mesmo Excelentíssimo Conde tem na vila de Mirandela, lhe moveu uma causa que corre no Juízo da Administração da dita Casa, debaixo do pretexto de que o azeite que produzia o dito Prazo lhe pertencia, e os suplicantes querendo evitar toda e qualquer dúvida que possa haver para o futuro, estão prontos a reformar a escritura, dando aquilo em que se ajustarem com o actual Administrador, ou seu Curador, com as clarezas, clausulas e condições que forem justas, pondo deste modo termo à referida causa, por isso // Pede a Vossa Senhoria Senhor Juiz Administrador se digne mandar que ouvidas as partes interessadas se lavre nova escritura com aquelas condições, e por aquele justo foro que entre si contratarem // E receberá mercê // Responda a Excelentíssima Senhora Condessa de São Vicente, e o Doutor Curador. Lisboa quinze de Julho de mil outocentos, e nove // Araújo // Não tenho dúvida que se afores ao suplicante o que requer, e muito principalmente aumentando o foro de trinta mil réis mais. Lisboa vinte e um de Julho de mil outocentos, e nove // Condessa de São Vicente // Não só pelo que ponderam os suplicantes na sua Petição, e responde nela a Excelentíssima Senhora Condessa de Sam Vicente, mas muito principalmente por terem as respectivas terras e montes de Crestelos, e suas anexas, e Olga da Trapa, padecido muitas ruínas (fl. 13) com as*

*enchentes das aguas do Rio Sabor, e tempestades de rigorosos invernos que tem havido, sem que nenhum dos rendeiros da Casa acudisse a isso, nem a repará-lo, achando-se por esse motivo, no mais deplorável estado, tanto assim que já os povos vizinhos usavam e pastavam nelas como terras e montes sem dono, querendo que fossem públicas e de baldio, já levantando-se com este pretexto contra todos, visto ficarem muito distante da mais terra do respectivo Morgado, sendo por isso necessário ao suplicante usar de justiça e do seu respeito, para poder em virtude do seu emprazamento junto restituir outra vez as ditas terras e montes ao domínio da Excelentíssima Casa de São Vicente, e reconhecerem agora todos que são próprios dela, e pertencentes ao Morgado da extinta Casa que foi dos infelizes Távoras, hoje pertencente à dita Excelentíssima Casa de São Vicente, por demanda que a mesma obteve contra o Desembargador Fiscal do Juízo da Inconfidência dos Confiscados, sabendo mais que os suplicantes são vizinhos das mesmas, e os mais capazes de as poderem benefactorizar, requerer e defender de ruína, insultos, e despotismos que tem padecido em que há-de gastar grosso cabedal, de cujo beneficio também resulta a utilidade aos povos, e ao público não duvido por isso, que sendo de foro cada ano noventa mil réis, em metal, livres de Décima para o Excelentíssimo Senhorio, e de qualquer outro tributo, pensões, e encargos velhos ou novos e lhe faça escritura de emprazamento em vidas pelo tabelião da Excelentíssima Casa Joaquim José Barbosa, compreendendo-se também as oliveiras que nas mesmas terras e montes, para que fiquem redondamente sendo do domínio útil dos ditos suplicantes, e seus sucessores, com obrigação de as benefactorizar, consideravelmente com o de que forem susceptíveis, reparar, e defender não só das enchentes das aguas, e rigores dos invernos, mas ainda de qualquer pessoa que a isto se oponha, o qual emprazamento é por três vidas em que o suplicante marido será a primeira vida, e a mulher a segunda, pois reforma da Ordenação não podem ambos fazer uma só vida, e a dita segunda poderá nomear a terceira até ao tempo da sua morte, e na falta disso sucederá aquele que chamar a Lei pagando-lhe todos o laudémio de Décima no caso de vendas ao Excelentíssimo Senhorio, e (fl. 13v) com mais clausulas, condições e obrigações que constam do dito emprazamento junto, pois que nada ficou valendo, desde o instante em que faleceu o Conde de São Vicente, que fez o mencionado emprazamento, e com mais obrigação de pagarem os ditos suplicantes desde o tempo da data dele até o presente o mesmo foro de noventa mil réis cada ano, na forma acima referida, ficando assim usando, e caducando a causa de que fazem menção. Bem entendido que a dita escritura se há-de lavrar comigo como Curador que sou da Excelentíssima Casa administrada e a poderem os suplicantes ao depois confirmar pela Mesa do Desembargo do Paço se lhes parecer, para sua perpétua validade para o que desde já se lhes presta consentimento. Mas Vossa Senhoria determinará o mais acertado. Lisboa quatro de Agosto de mil outocentos, e nove // José da Fonseca e Silva // Como pedem na forma das respostas, assistindo à escritura o Doutor Curador. Lisboa cinco de Agosto de mil outocentos, e nove // Araújo // E trasladadas as concertei com as próprias a que me reporto. E disse outrossim ele Doutor Curador José da Fonseca e Silva que pela presente escritura ou melhor forma de Direito como Curador da Administração da Excelentíssima Casa de São Vicente e em observância do Despacho do Meritíssimo Doutor Juiz Administrador dela, empraza e dá de emprazamento em vida de três pessoas os ditos montes e terras de Crestelos, e suas anexas, Olga da Trapa, aquém do Rio Sabor, separadas de todas as mais pertenças do dito Morgado em Alfândega da Fé, e Mirandela, e naquela Província sitas no limite do dito lugar de Meirinhos em cujo emprazamento entram também todas as oliveiras que se achem nos ditos montes, e terras, e partem os ditos bens do Nascente e Poente com terras bravias dos moradores do dito lugar e do lugar*

<sup>238</sup> do Souto da Velha, do norte com o Rio Sabor, e do Sul com o caminho do Concelho, e partem mais por suas devidas e verdadeiras confrontações com quem por direito (fl. 14) diretamente devam e hajam de partir, e confrontar e isto aos ditos Manuel António da Cruz Borges e sua mulher D. Maria Isabel Soares, pelo foro e junção em cada um ano de noventa mil réis, em moeda metálica, por assim se oferecerem a pagar, e pagos em um só, e porém este pagamento pelos dias de São João Baptista de cada um ano tendo princípio o pagamento da dita quantia em dia de Sam João do ano de mil outocentos e seis pretérito, por ficar principiando agora<sup>239</sup> este emprazamento no primeiro dia do mês de Julho do <sup>240</sup> ano futuro<sup>241</sup> de mil outocentos e nove<sup>242</sup>, e sendo o dito foro livre para os Administradores do referido Morgado de Décima, e de todos e quaisquer tributos, pensões, e encargos velhos, ou novos porque tudo farão dos enfiteutas, e seus sucessores, e continuarão os enfiteutas a fazerem o pagamento do foro dos mais anos sempre sucessiva e pontualmente sem falta, nem dúvida alguma. E esta escritura outorgam a eles partes nos nomes que representam na forma referida, e debaixo das mais clausulas, e condições seguintes // Que eles Manuel António da Cruz Boges, e sua mulher D. Maria Isabel Soares, serão neste Prazo, a primeira e segunda vida, e o último que ficar poderá até a hora da sua morte nomear a terceira em um de seus filhos, ou filhas que mais quiser, e na falta de descendentes, em parente da linha dele enfiteuta marido, de sorte que neste emprazamento sejam vidas três pessoas, e findas fica o dito Prazo devoluto para os Administradores do referido Morgado o haverem de renovar a quem o direito de sua renovação pertencer // Que assim eles enfiteutas, primeira e segunda vida, como seus sucessores serão obrigados a fazerem nos ditos bens muitas benfeitorias naquelas partes que forem susceptíveis, e os trazerem sempre me-(fl. 14v)lhorados, e aumentados à sua própria custa, e despesa, e bem reparados, e defendidos das enchentes das águas, e de outra qualquer ruína que lhe possa acontecer, e vindo em algum tempo a perecerem ou arruinarem-se os ditos bens por causa de água, fogo, terremotos, corrimentos de terra ou outro qualquer caso furtuito, ou insólito que acontecer possa, os tornarão os enfiteutas, e seus sucessores, a pôr no próprio, ou melhor estado em que de antes estavam, e isto tantas quantas vezes os tais casos acontecerem, e sempre à sua própria custa, e despesa, sem que por isso deixem de pagar o dito foro por inteiro, nem poderão alegar esterilidades algumas gerais, nem particulares de secas ou muitas águas, nem casos furtuitos, ou insólitos porque com tudo o que acontecer possa nem poderão fazer encampação ou duzação deste Prazo, o qual andarà sempre unido e encabeçado em uma só pessoa sem se poder dividir mais que o valor das benfeitorias entre herdeiros // Item que eles enfiteutas e seus sucessores não poderão em tempo algum vender, trespassar, nem por outro algum modo alienarem o útil domínio deste Prazo sem licença dos Administradores do dito Morgado senhorios directos, e quando o vender quiserem lho farão primeiro saber por sua petição, para verem se o querem para si tanto pelo tanto que outrem por ele der, porque querendo-o, estarão em primeiro lugar, mas não o querendo então com sua licença e expresso consentimento que procederá por escrito, o poderão os enfiteutas vender a quem quiserem contanto que não seja a pessoa poderosa, nem das em direito defesas mas sim a tal que bem pague o dito foro, e cumpra as clausulas desta escritura, e do preço porque assim for vendido se pagará primeiro o laudémio da Décima aos Administradores do referido Morgado em ra-(fl. 15)ção de seu terrádego // Que todas as pessoas que no útil domínio deste Prazo sucederem por qualquer título que seja

<sup>238</sup> Ms. repete: “ e do lugar”.

<sup>239</sup> Palavra entrelinhada.

<sup>240</sup> Riscado: “dito”.

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> Riscado: “ e cinco”, e entrelinhado: “ e nove”.

*serão obrigados a dentro dos primeiros dous meses de sua sucessão a apresentarem-se com ele aos Administradores do referido Morgado senhorios directos, e fazerem-lhe seu reconhecimento de foreiro na forma do estilo // Que faltando os enfiteutas com a prompta satisfação do referido foro por inteiro três anos sucessivos, ou a qualquer das mais cousas a que ficam obrigados, e cairão em comisso, observando-se a este respeito, e de tudo o mais a forma da lei. E nesta forma disse ele Doutor José da Fonseca e Silva, havia como curador da Administração da dita Excelentíssima Casa de São Vicente por bem feito este empraçamento aos ditos Manuel António da Cruz Borges e sua mulher D. Maria Isabel Soares, os quais poderão logo, ou quando quiserem tomarem posse do útil domínio dos bens deste Prazo, e também de todas as oliveiras que há nas terras e montes dela e quer o tomem ou não desde já ele Doutor Curador lha há por dada, e transferida pela cláusula constitui, e obriga a dita Excelentíssima Casa administrada a que em todo o tempo fará sempre boa esta escritura e empraçamento na forma dele, ficando assim usando, e caducando a causa que o rendeiro do dito Morgado movia aos enfiteutas os quais poderão para maior validade deste empraçamento requerer ao Príncipe Regente nosso Senhor que Deus guarde pelo seu Régio Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço, Provisão de Confirmação fazendo todas as despesas por conta dos enfiteutas, para o que ele Doutor Curador lhe <dê> por esta consentimento. E por ele Reverendíssimo Padre Gaspar Liberato Soares da Cruz foi dito aceitava esta escritura de empraçamento na forma dela, para os ditos seus constituintes Manuel António da Cruz Borges, e sua mulher D. Maria Isabel Soares, e os obriga a que tudo cumprirão, e pagarão o dito foro de noventa mil réis por in-(fl. 15v)teiró em moeda metálica por assim se ter oferecido a pagar, em um só pagamento pelos dias de São João de cada um ano tendo princípio o pagamento dos ditos noventa mil réis em dia de São João do mencionado ano de mil outocentos e seis, e livres de Décima, e de toda, e qualquer pensão ou encargo novo, ou velho, e a tudo assim cumprirem disse ele Reverendo padre Procurador obrigava geralmente todos os bens móveis, e de raiz presentes, e futuros dos ditos seus constituintes, e o útil domínio do referido Prazo com todas as suas benfeitorias, e os submete, e sujeita à via executiva como se costuma proceder na cobrança de semelhantes foros, para poderem ser penhorados por simples mandado de qualquer Julgador, assim eles enfiteutas primeira, e segunda vida, como seus sucessores, que todos responderam pelo aqui conteúdo nesta cidade de Lisboa perante as Justiças a que se requerer, o cumprimento desta escritura, para o que ele seu Procurador lhe renuncia o juízo de seu foro, domicílio, e privilégios que em seu favor alegar possam. E em testemunho de verdade assim o outorgarem, pediram e aceitaram, e eu tabelião por quem tocar presente, sendo testemunhas presentes José Duarte Ribeiro e Joaquim Duarte Ribeiro, familiares da Casa dele Doutor Curador que nesta Nota assinaram com eles partes, a quem todos conhecemos, e deu fé serem os próprios; e eu Joaquim José Barbosa tabelião o escrevi // entrelinhei: presente // e nove // agora // risquei: dito e cinco.*

*José da Fonseca e Silva  
Joaquim Duarte Ribeiro*

*Gaspar Liberato Soares da Cruz,  
José Duarte Ribeiro*

(...)

(fl. 16)

[Traslado da procuração dada a Gaspar Liberato Soares da Cruz]

**Doc.16**

**AN-TT, Chancelaria de D. João VI, Livro 3, fl.344**

**Cristelos (terras de), com suas pertenças, etc. na Comarca de Moncorvo. Provisão de confirmação do empraçamento das ditas terras a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, foreiras ao Conde de S. Vicente. 1811, 3 Setembro**

[Transcrição paleográfica de Lina Maria M. Oliveira, AHBS.MDPSP.205.00, 2013 p.AV8-AV9]

(fl. 344)

*D. João etc. Faço saber que Manuel António da Cruz Borges, Monteiro-mor na vila de Moncorvo, e sua mulher, me representaram em sua petição que tendo aforado ao Conde defunto de S. Vicente, em vidas de três pessoas, e pelo foro anual de 60\$ réis, as terras de Cristelos com suas pertenças, Olga da Trapa e terras das Pias, sitas no limite do Souto da Velha, Comarca de Moncorvo, pertencentes ao Morgado de que era administrador o defunto, sucedera que o rendeiro da mesma Casa questionara se as oliveiras eram compreendidas na dita escritura, e que os suplicantes para evitarem demandas, e mesmo por ter falecido o administrador, reformaram a escritura de aforamento pelo foro anual de 90\$ réis, com as condições que declarava a escritura que ofereciam lavrada nas Notas do tabelião desta Corte Joaquim José Barbosa, e como para perpétua validade da sobredita escritura precisava de confirmação minha por serem bens de Morgado, me pediam lhes fizesse mercê conceder-lhe Provisão de confirmação da dita escritura procedendo-se as diligências do estilo. E visto seu requerimento e informação aqui mandei proceder pelo Provedor da Comarca de Moncorvo, ouvindo ao imediato sucessor que respondeu por seu curador que não teve dúvida, e constar pela dita informação que se fizeram todas as diligências da lei e estilo, e tendo a tudo consideração, e ao mais que me foi presente em consulta da Mesa do meu Desembargo do Paço: Hei por bem confirmar e aprovar, como por esta confirmo, e aprovo o empraçamento dos bens de que se trata, na forma da mencionada escritura, sem embargo de serem de Morgado e da lei em contrário, a qual escritura mostrava ser feita pelo tabelião desta Corte Joaquim José Barbosa, aos 21 dias do mês de Agosto de 1809, pagando os suplicantes o foro anual de 90\$ réis, que lhes foi arbitrado, pelo que mando às justiças a que o conhecimento desta Provisão pertencer, a cumpram e guardem como nela se contem. E valerá posto que seu efeito haja de durar mais de um ano sem embargo da Ordenação do Livro 2º, título 40 em contrário. E esta será trasladada no tombo e instituição dos bens do Morgado respectivo para constar a todo o tempo que eu assim o houve <r> por bem.*

*Pagarão de novos direitos 18\$ réis que se carregarão ao tesoureiro deles a folhas 241 do Livro 12 de sua receita e se registou o conhecimento em forma no Livro 78 do Registo- Geral, a folhas 243.*

*O Príncipe Nosso Senhor o mandou pelo seu especial mandado pelos Ministros abaixo assinados do seu Conselho e seus Desembargadores do Paço.*

*José Joaquim Curvo Semedo a fez, em Lisboa a 3 de Setembro de 1811 anos.*

*Desta 600 réis e de assinaturas 960 réis.*



### Anexo III

*Pedro Norberto de Soiza Padilha e Seixas a fez escrever.*

*José António de Oliveira Leite de Barros*

*Bernardo Carneiro Vieira de Soiza*

*Por imediata resolução de Sua Alteza Real, de 12 de Setembro de 1810, tomada em consulta da Mesa do Desembargo do Paço.*

*Manuel Nicolau esteves Negrão*

*Pagou 400 réis e aos oficiais 810 réis.*

*Lisboa, 7 de Setembro de 1811*

*D. Miguel José da Câmara Maldonado*

*Conferida*

*Tomás António Lopes da Costa*

### **Doc.17**

#### **AN-TT, Ministério do Reino, Requerimentos de mercês e privilégios, Maço 859. Requerimento de D. Maria Isabel Soares Borges Maciel, de 2 de Agosto de 1819**

[Transcrição paleográfica de Ana Rita Trindade, AHBS.MDPSP.205.00, 2013 p.AV10-AV11]

(fl.1) *Siga os meios competentes*

*Senhor*

*Diz D. Maria Isabel Soares Borges Maciel da vila de Moncorvo, que sendo senhora e possuidora de uma Quinta nobre denominada Cristelos com suas anexas no Distrito e termo de Mogadouro, fazendo extrema pela parte do Norte com o Rio Sabor, que banha a mesma Quinta; a qual pelas antigas graças concedidas pelos Réis antecessores de Vossa Majestade de saudosa memória, tem o privilégio que no Distrito da dita Quinta em que passa o referido Rio, sem licença do senhorio da mesma não pode pessoa alguma servir-se do mesmo Rio para pesca ou outro algum exercício que possam prejudicar a mesma Quinta, nem por barca de passagem, por não haver ali estrada publica; cuja graça se tem conservado em seu vigor até que debaixo do pretexto de transportes de madeiras para a edificação do Santuário ou Capela de Santo Antão, fez um particular uma pequena barca em que transportaram a madeira, a qual sem autoridade da suplicante pretendia ficar servindo de passagem aos viajantes, com grave dano da dita sua Quinta. Por cujo motivo e para se desforçar em continente e conservar em seu vigor os privilégios concedidos, passou o filho da suplicante Francisco António Borges Maciel a inutilizar a dita barca e suspender-lhe o seu curso naquele porto. Acontece porém que o Juiz de Fora d'Alfândega da Fé, Francisco António Salgado Negrão que é também de Castro Vicente, Distrito da parte oposta d'alem do Rio, passou arbitrariamente a tomar um conhecimento criminal do facto simplesmente referido, sem que houvesse para o dito fim re-// (fl. 1-v) querimento da parte, nem ordem particular ou lei geral porque pedisse ou devesse conhecer de um facto praticado na Quinta da suplicante fora do Distrito daquele Juiz, passando a pronunciar ao dito seu filho a prisão e livramento, querendo na mesma Pronuncia envolver o carácter respeitoso do Excelentíssimo Arcebispo de Braga, tio do pronunciado, mostrando dele a malícia com animo positivo de insultar aquele prelado, nascido talvez do rancor antigo por factos praticados por este Juiz no ano de 1814 antes de ser empregado no sobredito magistério*

### Anexo III

*em que foi cabeça de motim na resistência que no lugar de Felgar, Concelho de Moncorvo donde é oriundo, se fez a justiça eclesiástica que em diligencias do seu juízo se achavam naquele lugar e foram obrigados a ceder à violência do cabeça de motim e seus sequazes, de cujo facto houve Pronuncia, como mostra o documento junto, e 'inda que os autos foram remetidos ao Tribunal que o mesmo declara tem passado mais de três anos sem que se tenha mostrado sem culpa aquele magistrado, facto este que se tem feito visível a todos que do mesmo tem notícia e que se fosse presente a Vossa Majestade com todas as suas rigorosas circunstâncias lhe não faria a graça de o despachar para o lugar que ocupa, pois que não é da mente de Vossa Majestade que homens de tal natureza e em tais circunstâncias ocupem lugares tão dignos e que nas mãos destes estejam depositadas as sagradas leis que requer esta monar-// (fl. 2 )quia para que tomando mão das mesmas sejam arrastadas para o complemento de tão injustos fins e que pelo rancor particular de um homem sejam oprimidos os fieis vassallos de Vossa Majestade, motivo para que vendo-se a suplicante e seu inocente filho oprimida com um tal procedimento nascido das razões expostas, devendo considerar aquele Juiz como seu particular inimigo, não podendo usar do recurso ordinário da justiça perante o mesmo.*

*Recorre a este meio extraordinário e a alta contemplação de Vossa Majestade para que tomando em consideração o referido seja o dito seu filho livre de uma tal Pronuncia e aquele Juiz visto o estado em que se acha sem livramento da culpa, a que sujeito mereça ser castigado, não só segundo o seu absoluto procedimento como o que merece um cabeça de motim por tal pronunciado.*

*E Receberá Mercê*

*Como Procurador, José da Silva*

*[2 de Agosto de 1819]*

### **Doc.18**

**AN-TT, Chancelaria de D. João VI, Livro 43, fl. 155v - 156**

**Provisão com salva de confirmação do emprazamento que fez o Conde de S. Vicente a Manuel António da Cruz Borges e sua mulher, D. Maria Isabel Soares, das terras de Cristelos, Olga da Trapa e terras das Pias. 1825, 29 de Abril**

[Transcrição paleográfica de Lina Maria M. Oliveira, AHBS.MDPSP.205.00, 2013 p.AV9-AV10]

(fl. 155v)

*Dom João etc. Faço saber aos que esta minha Provisão com salva virem que Dona Maria Isabel Soares, viúva de Manuel António da Cruz Borges, da vila de Moncorvo, me representou que em resolução de consulta da Mesa de meu Desembargo do Paço, eu fora servido confirmar o emprazamento em três vidas que o dito seu marido e ela haviam recebido do Conde de São Vicente das terras de Cristelos, com suas pertenças, Olga da Trapa e terras das Pias, sitas no limite do Souto da Velha, da Comarca da dita vila, por escritura de 21 de Agosto de 1809, de que lhe passara Provisão a 3 de*

### Anexo III

*Setembro de 1811, a qual se lhe tinha desencaminhado. E porque se lhe fazia preciso aquele título, pedia lhe mandasse passar outra com salva. E visto o que alegou, a consulta a que se referia, e os papeis porque a mesma se tinha obrado, e neles a dita escritura que mostrava ser lavrada em Notas de Joaquim José Barbosa, tabelião delas nesta Corte, a resposta da imediata sucessora, as diligências a que se procedeu da lei e estilo, e a informação que sobre tudo se tinha havido do Provedor da sobredita Comarca. Ao que atendendo, e ao mais que lhe foi presente na dita Consulta, hei por bem, e pelo foro anual de 90\$000 réis, de confirmar-lhe o empraçamento em três vidas das mencionadas terras, e que fora feito ao dito seu marido e a ela suplicante, que fazia a segunda vida, pela sobredita escritura, que confirmo, e hei por (fl. 156) confirmada. Pelo que mando que esta se cumpra como nela se contém, que se registará e averbará onde necessária for, e valerá posto que sem efeito haja de durar mais um ano sem embargo da Ordenação do livro 2º titulo 40 em contrário. Pagou de novos direitos 18\$000 réis, que foram carregados ao tesoureiro deles no Livro 12 de sua receita a folhas 241, o que constou do conhecimento registado a folhas 243 do livro 78 do Registo-Geral. E por ter jurado o descaminho da Provisão mencionada, lhe mandei dar esta com salva, que se cumprirá como nela se contém, e aparecendo a primeira não valerá. Pagando de novos direitos 40 réis, que foram carregados ao tesoureiro deles no Livro 39 da sua receita a folhas 116, o que constou do conhecimento registado a folhas 148 do Livro 35 do Registo-Geral.*

*El-Rei Nosso Senhor o mandou na conformidade da sua real resolução pelos Ministros abaixo assinados de seu Conselho, e seus Desembargadores do Paço.*

*Manuel Joaquim Pereira da Silva a fez, em Lisboa a 29 de Abril de 1825.*

*De feitio desta 1600 réis, e da segunda 4.000 réis.*

*Joaquim Nicolau da Fonseca e Silva a fez escrever.*

*João de Carvalho Martins da Silva Ferrão.*

*D. José Francisco de Lencastre.*

*Por Despacho da Mesa do Desembargo do Paço de 23 de Março de 1825, na conformidade da real resolução de Sua Majestade de 12 de Setembro de 1810, em consulta da dita Mesa de 26 de Maio do dito ano.*

*António Gomes Ribeiro.*

*Pagou 400 réis, e aos oficiais 1810 réis.*

*Lisboa, 28 de Maio de 1825.*

*Francisco José Bravo*

*Confirmado*

*Comigo*

*José Joaquim da Costa Moreira Joaquim José de Almeida*

**Doc.19**

**ADPRT, 4º Cartório Notarial do Porto 1546-05-29/ 1922-01-09, 001 Notas para Escrituras diversas 1546-05-29/ 1922-01-09 – livro 4762 Notas para Escrituras diversas 1882-02-11/ 1882-0503. Cota I/29/2. Fl.11v-12**

***Remissão de foro e domínio directo que dão os Ex<sup>mos</sup> António José Carlos da Cunha Silveira e Lorema, sua mulher e filho, à Ex<sup>ma</sup> D. Antónia Adelaide Ferreira, em 27 de Fevereiro de 1882.***

(fl.11v) *Saibão os que esta escriptura virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e oitenta e dois, aos vinte e sete dias do mez de Fevereiro, nesta Cidade do Porto e meu cartório na rua do Almada, perante mim tabelião e as testemunhas edoneas ao diante declaradas e minhas conhecidas e compareceram c'uma parte o Excellentissimo Doutor Luiz de Bessa Correa, solteiro da mesma cidade, procurador e advogado nos auditórios d'esta Cidade, morador na freguesia de São João do Douro, na qualidade de procurador dos Excellentissimos António José Carlos da Cunha Silveira e Lorema e de sua mulher e filho, Dona Maria Isabel de Sequeira e Manuel da Cunha, solteiro e de maior idade, moradores à Cruz da Pedra do Concelho dos Olivais e Comarca de Lisboa; e da outra o Illustrissimo António José Claro da Fonseca, casado, proprietário e morador na rua dos Ingleses e na qualidade de procurador da Excellentissima Dona Antónia Adelaide Ferreira, viúva do Par do Reino Francisco José da Silva Torres, proprietária e domiciliada na freguesia de São José de Godim da Comarca da Régua e ora temporariamente em Lisboa; qualidade que um e outro fizeram certo pelas procurações lavradas publicas que me appresentaram e ficão no meu cartório archivadas como parte d'esta escriptura para serem transcriptas nos seus (...) e certidões; ambos do bairro ocidental d'esta Cidade; e reconhecidos pelos próprios de este tabelião e das testemunhas de que dou fé; E na minha presença e das testemunhas disse o primeiro ortorgante o Excellentisso Doutor Luiz de Bessa Correa, que seu constituintes os Excellentissimos António José Carlos da Cunha Silveira e Lorena e sua mulher e filho, são os senhores directos da Quinta chamada de Cristellos sita nos limites de Meirinhos do concelho de Mogadouro, que se compõe de terras lavradas, vinhas, olivais e mattos digo limites da freguesia de Meirinhos do Concelho e Comarca do Mogadouro, que se compões de terras lavradas, vinha, olivais e mattos, casas para vivenda e para abegoaria e mais pertenças, formando toda uma área que confronta do nascente com o limite de Meirinhos, de poente com o limite de Felgar, do norte com o rio Sabor e do sul com o caminho que conduz de Souto da Velha para o Medal, e d'esta quinta é actual emphyteuta e legitima senhora e possuidora a Excelentissima Dona Antónia Adelaide Ferreira aqui representada pelo segundo outorgante e pela qual (fl.12) é obrigada a pagar-lhe de foro em cada anno a quantia de noventa mil réis que os mesmos seus constituintes estão na posse de receber e tem o laudémio da escriptura.*

*Que no uso dos poderes da sua procuração, em nome dos mesmos seus constituintes os Excellentissimos António José Carlos da Cunha Silveira e Lorena e sua mulher e filho, dava por esta ecriptura a euphyteuta a Excelentissima Dona Antónia Adelaide Ferreira a remissão para sempre d'aquelle foro anual de noventa mil réis e de todos os direitos dominicais e senhoriagem que seus constituintes na referida quinta tinham; ficando por efeito d'esta remissão extincta e acabada para sempre a obrigação do pagamento d'aquelle foro e direitos dominicais e bem e alludial a quinta de Crestellos em que erão impostos; sendo o preço ajustado de tudo a quantia de um conto e quinhentos e trinta mil réis que seus contribuintes já tinham recebido da Excelentissima Dona Antónia Adelaide Ferreira como corre da sua*

*procuração, e de que elle primeiro outorgante em nome deles dava plena quitação e (...) à Excelentissima Dona Antónia Adelaide Ferreira. Que na forma e termos expostos lavra esta remissão por bem feita e valiosa e obrigava seus constituintes não só a (...), como a def(...) e a responder (...) de direito. O que tudo aceitou o segundo outorgante o Illustrissimo António José Claro da Fonseca em nome de sua constituinte. O teor do conhecimento da contribuição de registo que no (...) apresentado é o seguinte = (...) numero oito = Numero sesenta e seis = Districto administrativo de Bragança, concelho de Mogadouro. Contribuição de registo por titulo oneroso. Importância da contribuição cento e vinte e oito mil e quinhentos e (...). Sello dous mil quinhentos e sessenta. Total cento e trinta e um mil e novecentos. Pagou a Senhora Dona Antónia Adelaide Ferreira, viúva, de Lisboa, a quantia de cento (...) e cem mil e noventa réis proveniente da compra do foro ou domínio directo a António José Carlos da Silveira Lorema e mulher Dona Maria Isabel de Sequeira e filho Manuel da Cunha de Lisboa que estes tinham na Quinta de Crestellos nos limites de Meirinhos d'este concelho, pela quantia de um conto quinhentos e trinta mil réis; quatorze de Fevereiro de mil oitocentos e oitenta e dous. O escrivão de (...) Paulo José Fernandes. O recebedor proposto Francisco José Baptista. = Nada mais se contem no original a que aponta em meu cartório. [segue-se o valor de selo e assinaturas]*

**Doc.20**

**ADPRT, 4º Cartório Notarial do Porto 1546-05-29/ 1922-01-09, 001 Notas para Escrituras diversas 1546-05-29/ 1922-01-09 – livro 4762 Notas para Escrituras diversas 1882-02-11/ 1882-0503. Cota I/29/2, fl.33-34**

***Venda que faz a Ex<sup>ma</sup> D. Antónia Adelaide Ferr<sup>a</sup> ao Illustrissimo João José Dias Gallas em 18 de Março de 1882.***

*(fl.33) Saibão os que esta escriptura virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e oitenta e dois, aos dezoito dias do mez de Março, nesta Cidade do Porto e meu cartório na rua do Almada, perante mim tabelião e as testemunhas edoneas ao diante declaradas e minhas conhecidas e compareceram d'uma parte o Illustrissimo António José Claro da Fonseca casado, proprietário e morador na rua dos Ingleses d'esta Cidade, na qualidade de procurador da Excellentissima Dona Antónia Adelaide Ferreira, viúva do Par do Reino Francisco José da Silva Torres, proprietária e domiciliada na freguesia de São José de Godim do Concelho e Comarca da Régua, qualidade que faz certo pella procuração me appresentou e fica no meu cartório archivada como parte d'esta escriptura para ser manuscripta nos seus (...) e certidões; e da outra parte o Illustrissimo João José Dias Gallas, solteiro, bacharel formado em direito e morador em Moncorvo; reconhecidos pelos próprios das testemunhas e o primeiro outorgante o Illustrissimo António José Claro da Fonseca também meu conhecido, do que dou fé. E na minha presença e das testemunhas pelo mesmo primeiro outorgante foi dito: que a sua constituinte era senhora d'uma Quinta denominada de Crestellos sita nos limites da freguesia de Meirinhos no Concelho do Mogadouro, que se compõe de terras lavradas, vinhas, olivais e mattos, casas d'habitação e abegoarias; a partir do nascente com o limite de Meirinhos, do poente com o limite de Felgar, do norte com o rio Sabor e do sul com o caminho que conduz do Souto para o Medal: Cuja Quinta lhe proveio pela arrematação feita por seu falecido marido o Excellentissimo Francisco José da Silva Torres, de que é única e universal herdeira, na execução que moveram na Comarca de Villa Real pelo cartório do escrivão João Peres da Costa, contra o Bacharel António Joaquim Ferreira Pontes, viúvo de Moncorvo; arrematação que teve lugar em vinte e um d'Agosto de mil oito centos e setenta e quatro, como se vê do respectivo auto, pela quantia de quatro contos*

*de réis em conta da maior quantia (...). Esta arrematação acha-se registada na respectiva Conservadoria do Mogadouro em três de Fevereiro de mil oito centos e setenta e cinco; e conquanto a dita quinta fosse de natureza de prazo foreira ao senhorio directo Conde de São Vicente, António José Carlos da Cunha Silveira e Lorema, com foro anual de noventa mil réis, contudo, todo esse domínio directo esta reunido actualmente pella escriptura de vinte e sete de Fevereiro d'este anno lavrada nesta minha nota pela quantia de um conde quinhentos e trinta mil réis em que a mesma Excellentissima Dona Antónia Adelaide Ferreira pagou áquelle senhor para tornar a dita quinta livre e aludial. Esta quinta de Crestellos tem estado ate agora em mão do executado por contemplação de amizade dos arrematantes; mas pagaram ao senhorio vários foros d'esses anos e ficaram outras despesas. A mesma Excellentissima Dona Antónia Adelaide Ferreira, procura, quando agora (fl.33v) vender a mencionada quinta por lhe não convir deixala por mais tempo na mão do comprador digo do executado sem receber o seu dinheiro, ou criar uma administração especial para ella em um concelho tão distante aonde não tem outros bens; ofereceu ao executado a sua compra pelo mesmo preço em que a arrematara, acrescida somente da importância do laudémio e contribuição de registo dos ditos foros e outras despesas e o preço da remissão do domínio directo; e como o executado lhe fez saber que não podia efectuar a compra por falta de meios pecuniários; por isso a mesma Excellentissima Constituinte então o offereceu ao segundo outorgante sobrinho d'aquelle, nas mesmas condições que por este foram aceites. E em virtude de que o primeiro outorgante em nome da sua Excellentissima Constituinte pela presente escriptura vende ao segundo outorgante João José Dias Gallas a mencionada quinta de Crestellos pela quantia e preço certo de seis contos oito centos e sessenta e quatro mil duzentos e cincoenta réis e lhe transmite todo o direito que na mesmas lhe possa pertencer por virtude d'aquella arrematação; podendo desde já tomar conta e posse da mesma quinta e suas pertenças, mas sem responsabilidade alguma para ella vendedora por qualquer correção, nem em todo nem em parte, nem por outra qualquer cousa ou motivo de nulidade ou defeito da arrematação ou execução, ou falta de direito do executado; pois só lhe mais passa para venda os direitos que lhe possam pertencer por virtude da dita arrematação, de maneira que nunca possa ser incomodada por ella nem por esta venda, ou por seu preço, do qual se dá a vendedora por paga e satisfeita para com o segundo outorgante comprador e confirma quitação, ficando sobre este a pesar todas aquellas responsabilidades. E pelo segundo outorgante João José Dias Gallas foi dito que aceitava a presente venda e queração do preço com as condições e nos termos que ficão declarados pelo primeiro outorgante; e apresentou o documento do pagamento da contribuição de registo dela ainda que não obstante o preço estipulado ser apenas de seis contos oitocentos sessenta e quatro mil duzentos e cincoenta réis, como fica dito, contudo fora necessário pagar a contribuição de registo de quantia de onze contos quatro centos e sessenta mil e quatro centos réis por ser este o valor em que aquella quinta anda na respectiva, e não por ser a do preço da compra efectuada; e mais declara que recebeu da vendedora os títulos que tem de sua aquisição. O teor d'aquello documento é o seguinte = Modelo numero oito = Numero setenta e oito = Destricto administrativo de Bragança e Concelho de Mogadouro = Contribuição de registo por titulo oneroso. Importância da contribuição novecentos e sessenta e quatro mil e dezassete = Sello dezanove mil duzentos e oitenta = total novecentos e oitenta e oito mil e duzentos e noventa e sete. = Pagou o Excellentissimo Senhor Doutor João José Dias Gallas, de Moncorvo a quantia de nove centos oitenta e três mil duzentos e noventa e sete réis, procedente da compra que fez a Dona Antónia Adelaide Ferreira, viúva, de São José de Godim da Comarca da Régua, de uma quinta no sitio de Crestellos e assim denominada no limite de Meirinhos pela quantia de onze contos quatro centos e setenta mil e quatro centos réis, igual*

### Anexo III

*preço porque se acha na matriz com o rendimento de quinhentos e setenta e três e nove centos e quarenta e dous, que fica lavrada (...) Recebedoria do Mogadouro, vinte e oito de Fevereiro de mil oito centos e oitenta e dous. O Escrivão da Fazenda Paulo José Fernandes. O recebedor proposto Francisco José (...) = Nada mais contem no original a que me reporto em meu cartório. Dou por fé todo o expedido e porque pagaram o sello de mil nove centos e sessenta réis por meio as estampilhas que vão coladas e autenticadas em seguida a esta escriptura. A tudo foram testemunhas presentes o Excellentissimo Doutor Luiz de Bessa Correa, solteiro, advogado e (...), morador na freguesia de São João da Foz do Douro. Eduardo Daniel de Mattos, solteiro, de maior idade, empregado no Commercio, morador na rua dos (fl.34) Ingleses d'esta Cidade, que vão assignar com os outorgatnes depois de lida esta ecriptura em voz alta perante todos por mim (...) Augusto (...)*

## Doc.21

Quinta Branca nas Matrizes prediais rústicas, antigas, de Alfândega da Fé (adaptado das fontes)

Nº	Proprietários	Descrição	Área total	Nº de árvores/pés	Espécies / produções / ocupação do solo	Periodicidade	Porção de sementeira que os prédios comportam (litros)	Quantidade das produções (sem indicação da unidade na fonte)	Área	Fonte
21.1	António Manuel Rodrigues (Ferradosa); Dona Ana Maria Rodrigues	"Um prédio misto denominado a quinta das Chouzas composto de: cazas com altos e baixos, curral e palheiros . (...)  Confronta do norte com o prédio nº861 e do nascente com o nº863"  Indicado como situado no topónimo "Costa".	318 geiras		Centeio	cada 2 anos	960	3840	30 geiras	Arquivo Municipal de Alfândega da Fé, nº 1533, Matriz predial rústica de Cerejais, Artigo, nº 862, 1893
					Centeio	cada 4 anos	1280	5120	40 geiras	
					Centeio	cada 8 anos	3200	12800	100 geiras	
					Trigo	cada 2 anos	480	2880	10 geiras	
					Batata	anualmente	384	3072	6 geiras	
					Milho	anualmente	96	1152	6 geiras	
					Horta (com nascente de água)					
				24	Oliveira			25		
				50	Amendoiras			14		
					Vinha			50		
				9	Figueiras					
					Incultos					
	Habitacão									



Anexo III

21.2	Dona Ana Maria Rodrigues (Ferradosa) 4/5; Dr. Carlos de Deus Roque e Lucinda da Conceição Dona Rodrigues (Ferradosa) 1/5 - 1956	"Um prédio misto denominado a quinta das Chouzas composto de: cazas com altos e baixos, curral e palheiros . (...)  Confronta do norte com o prédio nº861 e do nascente com o nº863"  Indicado como situado no topónimo "Costa".	318 geiras		Centeio	cada 2 anos	960	3840	30 geiras	Arquivo Municipal de Alfândega da Fé, nº 1104, Matriz predial rústica de Cerejais, Artigo, nº 862, 1940
					Centeio	cada 4 anos	1280	5120	40 geiras	
					Centeio	cada 8 anos	3200	12800	100 geiras	
					Trigo	cada 2 anos	480	2880	10 geiras	
					Batata	anualmente	384	3072	6 geiras	
					Milho	anualmente	96	1152	6 geiras	
					Horta (com nascente de água)				2 geiras	
				24	Oliveira			25	1 geira	
				50	Amendo eiras			14	2 geiras	
					Vinha					
				9	Figueiras					
					120 geiras					

## Doc.22

Quinta de São Gonçalo nas Matrizes prediais rústicas, antigas, de Alfândega da Fé  
(adaptado das fontes)

Nº	Proprietários	Descrição	Área total	Espécies/ produções /ocupação do solo	Periodicidade	Porção de sementeira que os prédios comportam (litros)	Quantidades das produções (sem indicação da unidade na fonte)	Área	Fonte
22 .1	Manuel António Rodrigues (Ferradosa); António Manuel Rodrigues ; Dona Ana Maria Rodrigues	Um prédio misto denominado a quinta de S. Gonçallo composto de cazas com altos e baixos e palheiros. (...)  Confronta do poente com o prédio nº862 e do norte com o prédio nº864	345 geiras	Centeio	Cada 2 anos	960	3840	30 geiras	Arquivo Municipal de Alfândega da Fé, nº 1533, Matriz predial rústica de Cerejeiras, Artigo nº 863, 1893
				Centeio	Cada 4 anos	960	3840	30 geiras	
				Centeio	Cada 8 anos	3200	12800	100 geiras	
				Batata	anual	384	3072	6 geiras	
				Milho	anual	112	1344	7 geiras	
				Lameiro (pasto)				2 geiras	
				Trigo	Cada 2 anos	480	2880	10 geiras	
				Incultos (lenha)				120 geiras	
				Monte de estevas				40 geiras	
				Habitacão					

Anexo III

22 .2	Dona Ana Maria Rodrigues (Ferrado sa) 4/5; Dr. Carlos de Deus Roque e Lucinda da Conceição Dona Rodrigues (Ferrado sa) 1/5 - 1956	Um prédio misto denominado a quinta de S. Gonçall o composto de cazas com altos e baixos e palheiros (...) Confronta do poente com o prédio nº862 e do norte com os prédios nº1720 e 1721.	345 geiras	Centei o	Cada 2 anos	960	3840	30 geiras	Arqui vo Municipal de Alfândega da Fé, nº 1104, Matriz predial rústica de Cereja is, Artigo , nº 863, 1940
				Centei o	Cada 4 anos	960	3840	30 geiras	
				Centei o	Cada 8 anos	3200	12800	100 geiras	
				Batata	anual	384	3072	6 geiras	
				Milho	anual	112	1344	7 geiras	
				Lameir o (pasto)				2 geiras	
				Trigo	Cada 2 anos	480	2880	10 geiras	
				Inculto s (lenha)				120 geiras	
				Monte de estevas				40 geiras	
Habita ção									

**Doc.23****Quinta de Santa Eufémia (Badalo) nas Matrizes prediais rústicas, antigas, de Alfândega da Fé (adaptado das fontes)**

Nº	Proprietários	Descrição	Área total	Fonte
23.1	D. Maria Pombo Ferreira e irmãos, Afândega da Fé António Manuel Rodrigues (1897); Ana Maria Rodrigues, Ferradosa	Prédio denominado (quinta das Nogueiras) Quinta de Santa Eufémia composto de casa. Terra que produz cada 2 anos. Dita cada 4 com 104 oliveiras e terras incultas. Confronta de poente com o prédio anterior de nascente com o rio Sabor	420 geiras	Arquivo Municipal de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Ferradosa, nº 1114, 1894. Artigo nº 1273
23.2	Ana Maria Rodrigues, Ferradosa	Prédio denominado Quinta de Santa Eufémia composto de casa. Terra que produz cada 2 anos. Dita cada 4 com 104 oliveiras e terras incultas. Confronta de poente com o prédio anterior de nascente com o rio Sabor	420 geiras	Arquivo Municipal de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Ferradosa, nº 1113, 1940. Artigo nº 1273

## Doc.24

**Quintas das Chousas e S. Gonçalo no Rol dos Confessados da freguesia de Cerejais no ano de 1895. Arquivo pessoal de Francisco José Lopes**

1895. Diocese de Bragança. Arciprestado de Alfândega da Fé. Freguesia de S. Paulo dos Cerejais									
Mapa das pessoas confessadas e comungadas e confessadas somente no supra									
Nº de fogos	Nome	Nº de pessoa	Estado	Posição na família	Idade	Confessados e comungados	Confessados somente	Chirmados	Observações
<b>Quinta de S. Gonçalo</b>									
1	José Paulo Povôa	1	casado	chefe	48	c c		†	fl.7
	Anna Joaquina	2	=	mulher	47	c c		†	fl.7
	António Maria	3	solteiro	filho	26	c c		†	fl.7
	João Povôa	4	=	=	23	c c		†	fl.7
	Adriano Povôa	5	=	=	19	c c		†	fl.7
	Raquel do Nascimento	6	=	=	25	c c		†	fl.7
	António Francisco	7	viúvo	criado	47				fl.7
	António	8	solteiro	=	15				fl.7
<b>Quinta das Chousas</b>									
2	António José	1	casado	chefe	42	c c			fl.7
	Maria do Rosário	2	=	mulher	51	c c			fl.7
3	Francisco António Ferreira	3	casado	chefe	55	c c		†	fl.7v
	Ignes Cândida	4	=	mulher	52	c c			fl.7v
	Maria Augusta	5	solteiro	filho	24	c c			fl.7v
	Manuel Augusto	6	=	=	22	c c			fl.7v
	António José	7	=	=	15	c c			fl.7v
	Álvaro Adelino	8	=	=	13				fl.7v

**Doc.25**

**O complexo agrícola da Quinta Branca, núcleos Branca, São Gonçalo e Santa Eufémia, nas matrizes prediais, rústica e urbana, atuais (iniciadas nas décadas de 1960 e 1970), das freguesias de Cerejais e Ferradosa. Repartição de Finanças de Alfândega da Fé (adaptado das fontes)**

Unidade	Nº de Matriz predial	Topónimo	Sucessão de proprietários na Matriz Predial	Descrição na Matriz Predial	Fontes
Quinta Branca	13 rústica	Quinta Branca	D. Raquel Rodrigues (Quinta Branca); Armando Adolfo Rodrigues (Quinta Branca) - 1986; José Alberto Bebiano ( R. Dr. Ricardo de Almeida, nº 78) - 2005	Área total: 39,440 ha. Terra que produz batata, trigo, centeio, pastagens com 96 oliveiras, 9 amendoeiras e 22 freixos em produção. Confronta do norte com Manuel Inácio Silva e outros (21), nascente Ribeira de Zacarias, Sul D. Lucinda da Conceição Rodrigues (12) e poente caminho.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 13
Quinta Branca	12 rústica	Quinta Branca	D. Lucinda da Conceição Rodrigues (Quinta Branca); Armando Adolfo Rodrigues (Quinta Branca) - co-proprietário de 1/12; António Rodrigues (Lisboa) – co-proprietário de 1/12; Porberto Augusto Silva (Ferradosa)	Área total: 1,2876 ha. Terra que produz centeio com 962 amendoeiras em produção e 1491 em criação, 197 oliveiras em criação e 25 em produção. Confronta de norte com o caminho publico para os Picões, nascente e Sul e Poente D. Zulmira da Conceição Rodrigues	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 12
Quinta Branca	11 rústica	Quinta Branca	D. Lucinda da Conceição Rodrigues, irmã Zulmira e cunhado Carlos de Deus Roque , (Quinta Branca); Armando Adolfo rodrigues (Quinta Branca) - co-proprietário em 1980; Porberto Augusto Silva (Ferradosa) - co-proprietário em 2001; António Rodrigues (Lisboa) - co-proprietário em 2001; Porberto Augusto Silva (Ferradosa) -	Área total: 30,7455 ha. Terra que produz batata, trigo centeio, 53 oliveiras, 46 amendoeiras em produção e 300 em criação , 4 choupos, 80 freixos, pomar com 36 laranjeiras em produção, 5 em criação, 40 videiras e 2 árvores de fruta e pastagem de cabras confronta do norte com Raquel rodrigues (13), nascente ribeira de zacarias e caminho; sul armando Manuel Pimentel rodrigues zilhão e irmã maria (1) e poente	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 11

Anexo III

			proprietário em 2002	termo da Ferradosa (picões).	
Quinta Branca	231 urbana	Quinta Branca	Zulmira Amélia Rodrigues (Ferradosa) - usufrutuária, com 1/24; Armando Adolfo Rodrigues (Quinta Branca) - 1/24; António Rodrigues (Lisboa) - 1/2, desde 2001	Área: 200 m2. Uma casa que serve de moagem de cereais e celeiro com altos e baixos. Tem três divisões ao rés-do-chão e duas no primeiro andar. Confrontações: Norte –Lucinda da Conceição Rodrigues, Nascente – idem, Sul – idem; Poente – Armando Rodrigues Zilhão e irmã	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Cerejais, artigo nº 231
Quinta Branca	417 urbana	Quinta Branca	Maria Teresa Pimentel, Rodrigues Zilhão Fernandes Pinto; Miguel Fernandes Pinto (2006)	Área: 90m2. Palheiro.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Cerejais, artigo nº 417
Quinta Branca	414 urbana	Quinta Branca	José Carlos Geraldes (2010)	Área: 50 m2; Prédio. 2 pisos, 1 logradouro	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Cerejais, artigo nº 414
Quinta Branca	129 urbana	Quinta Branca	António Manuel Rodrigues (Ferradosa)	Uma casa de viver com altos e baixos varanda e curral, armazém e palheiros contíguos e prédio misto. Confronta por todos os lados com o proprietário	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Cerejais, artigo nº 129
Quinta Branca	1 rústica	Quinta Branca	Armando Manuel Pimentel Rodrigues Zilhão e irmã Maria	Área total: 27,3050 ha. Terra que produz batata, trigo, centeio e pastagens. Tem 82 oliveiras, 130 amendoeiras em produção e 50 em	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial

Anexo III

				criação, mato de negrilhos, 127 árvores para lenha, 6 figueiras e 6 árvores de fruto e confronta do norte Carlos de Deus Roque (17), Nascente Ribeira de Zacarias, Sul Benedito Ramos (2) e Poente termo da Ferradosa (Picões).	Rústica de Cerejais, artigo nº 1
Quinta Branca	415 urbana	Quinta Branca	Maria Teresa Pimentel Rodrigues Zilhão Fernandes Pinto; Miguel Fernandes Pinto (2006)	Área: 45m2. Arrecadação e arrumos. Antigo pombal	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Cerejais, artigo nº 415
Quinta Branca	2 rústica	Quinta Branca	Benedito Ramos	Área total: 0,2168 ha. Terra que produz batata e trigo e pastagem com 6 oliveiras, 15 amendoeiras e 16 freixos. Confronta do norte com Armando Manuel Pimentel Zilhão e irmã Maria (1), nascente ribeira de Zacarias, Sul António Pombo (3), e poente Armando Pimentel Rodrigues Zilhão e irmã Maria (1)	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 2
Quinta Branca	3 rústica	Quinta Branca	António Pombo (Felgar), Armando Adolfo Rodrigues (Quinta Branca) – 1987, Cristina Maria Pimentel Zilhão Fernandes Pinto Borges (V.N.Gaia) - 2003	Área total: 0,2208 ha. Terra que produz batata, trigo e pastagem com 6 oliveiras em produção e 32 freixos. Confronta do norte com Benedito Ramos (2), nascente Ribeira de Zacarias, Sul Adolfo Rodrigues (4), e poente Benedito Ramos (2).	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 3
Quinta Branca	4 rústica	Quinta Branca	Adolfo Armando Rodrigues (Felgar) - 1962; Conceição Zulmira Rodrigues (Felgar) – 1987; Cristina Maria Pimentel Zilhão Fernandes Pinto Borges (V.N.Gaia) -	Área total: 0,2176 ha. Terra que produz batata, trigo, pastagem com 3 oliveiras e 10 freixos, confronta do norte com António Pombo (3), nascente Ribeira de Zacarias, Sul Armando Rodrigues (5)	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais,



Anexo III

			2003	e poente caminho.	artigo nº 4
Quinta Branca	5 rústica	Quinta Branca	Adolfo Armando Rodrigues (Felgar); Cristina Borges (V.N.Gaia)	Área total: 0,4352ha.Terra que produz batata e trigo com 7 oliveiras, 24 freixos para lenha e pastagem e 1 oliveira decrépita; confronta do norte com Adolfo Rodrigues (4), nascente Ribeira de Zacarias, Sul e poente caminho público.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 5
Quinta Branca	9 rústica	Quinta Branca	Adolfo Armando Rodrigues (Felgar); Maria Helena Silva Rodrigues (Felgar) – 1962; Armando Adolfo Rodrigues (Qtª Branca) – 1987; Cristina Borges (V.N.Gaia)	Área total: 8,2880ha. Terra que produz trigo, centeio e pastagens, com 9 amendoeiras, 1 oliveira em produção e 2 em criação. Confronta de norte com António Pombo (7) nascente D. Lucinda da Conceição Rodrigues (8), sul caminho publico para Picões e poente termo da Ferradosa (Picões).	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 9
Quinta Branca	416 urbana	Quinta Branca	Cristina Maria Pimentel zilhão Fernandes Pinto Borges (2010)	Área: 194m2 Habitação.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Cerejais, artigo nº 416
Quinta Branca	7 rústica	Quinta Branca	António Pombo (Felgar); Armando Adolfo Rodrigues (Quinta Branca) - 1987; Cristina Borges (V.N. Gaia) - 2003	Área total: 7,0700 ha. Prédio que produz centeio com 130 amendoeiras em produção e 1623 em criação, 52 oliveiras em criação e pastagem. Confronta do Norte com Benedito Ramos (6), nascente D. Lucinda da Conceição Rodrigues (8), Sul, Adolfo Rodrigues e poente termo da Ferradosa (Picões).	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 7

Anexo III

Quinta Branca	10 rústica	Quinta Branca	Armando Rodrigues (Felgar); Cristina Maria Pimentel Zilhão Fernandes Pinto Borges (V.N. Gaia)	Área total: 7,840 ha. Terra que produz centeio com 962 amendoeiras em produção e 1491 em criação, 197 oliveiras em criação e 25 em produção. Confronta de norte com o caminho publico para os Picões, nascente e Sul e Poente D. Zulmira da Conceição Rodrigues.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 10
Quinta Branca	1054 rústica	Quinta Branca	Mário Augusto Ferreira Alves (Parada)	Área total: 0,5865 ha. Terra de horta a confrontar: norte-caminho público; sul-Porberto Augusto Silva; Nascente- ribeira de Zacarias; poente-caminho público.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 1054
Quinta Branca	1053 rústica	Quinta Branca (Olga Grande: Mata)	Porberto Augusto da Silva (Ferradosa)	Área total: 1,2000 ha. Terra de horta a confrontar: Norte-Mário Augusto Ferreira Alves; Sul Rio Sabor; Nascente – Ribeira de Zacarias; Poente-caminho público.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 1053
Quinta Branca	1055 rústica	Quinta Branca	Gilda Maria de Oliveira Rodrigues Moreira Pimenta (Porto)	Área total: 11,000ha. Terra para trigo e centeio a confrontar de norte e nascente, Artur Alberto Silva, Lucinda Armanda da Silva Miranda e Maria Emília Costa Enes; Sul e Poente- Ribeira de Zacarias	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 1055
Quinta Branca	1056 rústica	Quinta Branca (Zambulhal; Teixogueira; Vale da Queijada, Corseda, Olga do	. Artur Alberto Silva (1/3); Lucinda Armanda da Silva Miranda, Rio Tinto (1/3); Maria Emília da Costa Enes, Parada (1/3)	Área total: 49, 0180ha. Terra para trigo, centeio e pastagem a confrontar a norte caminho público, nascente rio sabor; sul Gilda Maria de oliveira Rodrigues Moreira Pimenta e ribeira; poente ribeira de Zacarias	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº

Anexo III

		Badalo)			1056
Quinta Branca	233 urbana	Quinta Branca	Zulmira Amélia Rodrigues (Ferradosa) - usufrutuária; Alcino Augusto Gualter (Cerejais) – sucede em 1994	Uma casa de viver com rés-do-chão e primeiro andar. Tem uma divisão ao rés-do-chão e duas ao primeiro andar. Norte: Zulmira Rodrigues e herdeiros; Nascente: Lucinda da Conceição Rodrigues; Sul: Armando Rodrigues Zilhão e irmã; Poente: Lucinda da Conceição Rodrigues. 35 m <sup>2</sup>	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz predial urbana de Cerejais, Artigo 233, 1977
Quinta de São Gonçalo	20 rústica	Quinta de São Gonçalo	D. Lucinda da Conceição Rodrigues, irmã Zulmira e cunhado Dr. Roque (Quinta Branca); Armando Adolfo Rodrigues (Quinta Branca) – co-proprietário de 1/36 em 1980; Porberto Augusto Silva (Ferradosa) 1/3; António Rodrigues (Lisboa) - co-proprietário de 1/3 em 2001; Mário Augusto Ferreira Alves (Parada) - co-proprietário de 1/3 em 2003; Maria da Conceição Neves de Sousa Alves (Parada) - co-proprietária de 2/3 em 2003	Área total: 68,400 ha. Terra que produz batata, trigo, centeio, pastagem, com 27 oliveiras em produção. Confronta de norte com o termo da Parada, nascente caminho de Sto. Antão, sul Maria do Rosário Trigo Rodrigues da Silva (19) e poente ribeira de Zacarias.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo n° 20
Quinta de São Gonçalo	19 rústica	Quinta de São Gonçalo	Maria do Rosário Trigo Rodrigues da Silva (Valverde); Jaime Abreu Feijó (Cerejais) – 1977; Jaime Abreu Feijó (Cerejais) – 1983	Área total: 75,6400ha. Terra que produz trigo, batata, centeio, pastagem com 92 oliveiras, 2 figueiras. 1 pereira e sobreiros. Confronta do norte com D. Lucinda da Conceição Rodrigues e irmã Zulmira e cunhado Dr. Roque (20) nascente termo da Parada, Sul Jaime Rodrigues Moreia (18) e poente Ribeira de Zacarias.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo n° 19

Anexo III

Quinta de São Gonçalo	18 rústica	Quinta de São Gonçalo	Jaime Francisco Moreira Rodrigues (Porto) – 1962; Jaime Abreu Feijó (Quinta de São Gonçalo) – 1974	Área total: 56,5800ha. Terra que produz trigo, centeio, pastagem com 88 oliveiras em produção, 1 castanheiro branco que não produz, 64 freixos. Confronta do norte com maria do Rosário Trigo Rodrigues da Silva (14), nascente termo da Parada, sul Dr. Roque (17) e poente Ribeira de Zacarias.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 18
Quinta de São Gonçalo	16 rústica	Quinta de São Gonçalo	D. Lucinda da Conceição Rodrigues e irmã Zulmira e cunhado Dr. Roque (Quinta Branca); Armando Adolfo Rodrigues (Quinta Branca) – 1980 co-proprietário de 1/12; António Rodrigues (Lisboa) – 2001 ; co-proprietário de 1/12; Porberto Augusto Silva (Ferradosa) – 2002; Luís Júlio Neves (Alfândega da Fé) - 2004	Área total: 8,9020ha. Terra que produz batata, trigo, centeio, lameiro, pastagens e mato com 12 oliveiras em produção e 1 retocada com novo rebento, sendo 4 alheias; confronta de norte com Jaime Rodrigues Moreira (15).	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 16
Quinta de São Gonçalo	16-A rústica	Quinta de São Gonçalo	Jaime Francisco Rodrigues Moreira (Porto); Jaime Abreu Feijó (Cerejais)	4 oliveiras ao prédio de D. Lucinda da Conceição Rodrigues, irmã Zulmira e Cunhado Dr. Roque	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 16 A
Quinta de São Gonçalo	130 urbana	Quinta de São Gonçalo	António Manuel Rodrigues (Ferradosa) e herdeiros	“Uma casa de viver com altos e baixos e curral com 1 divisão no 1º andar e 2 no segundo. Confronta por todos os lados com o proprietário”	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Cerejais, artigo nº 130
Quinta de São	405	Quinta de São	Herdeiros de Jaime Abreu Feijó (2010)	Área total: 90m2. Prédio não licenciado, de condições	Repartição de Finanças de

Anexo III

Gonçalo	urbana	Gonçalo		deficientes de habitabilidade. 2 pisos e 6 divisões. Confrontações: Norte, Sul, Nascente e Poente-Herdeiros de Jaime Abreu Feijó	Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Cerejais, artigo nº 405
Quinta de São Gonçalo	404 urbana	Quinta de São Gonçalo	Luís Júlio Neves (2010)	Área total: 2932m2. Armazém para atividades industriais. 2 pisos e 7 divisões. Confrontações: Norte e Sul – José Matos Esteves; Nascente-caminho e herdeiros de Jaime Abreu Feijó; Poente- caminho.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Cerejais, artigo nº 404
Quinta de São Gonçalo	406 urbana	Quinta de São Gonçalo	Cândida Perpétua (2010)	Área total: 66,600m2. Arrecadação e arrumos. 1 Piso e 1 divisão. Confrontações: Norte, Sul, Poente- Luís Júlio Neves; Nascente - José Matos Esteves	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Cerejais, artigo nº 406
Quinta de São Gonçalo	15 rústica	Quinta de São Gonçalo	Jaime Francisco Rodrigues Moreira (Porto) – 1962; Jaime Abreu Feijó (Quinta de São Gonçalo) - 1974	Área total: 0,3920 há. Terra que produz batata, trigo e lameiro com 1 oliveira. Confronta do norte com o caminho, nascente D. Lucinda da Conceição Rodrigues e irmã Raquel e Cunhado Dr. Roque (16), Sul Rio Sabor e poente Maria do Rosário Trigo Rodrigues da Silva (14)	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 15
Quinta de São Gonçalo	14 rústica	Quinta de São Gonçalo	Maria do Rosário Trigo Rodrigues da Silva (Valverde)	Área total: 0,7500ha. Terra que produz batata, trigo, lameiro com 18 freixos, 17 oliveiras e 1 figueira. Confronta do norte com o caminho, nascente Jaime Rodrigues Moreira (15) Sul Rio Sabor) e poente Ribeira de Zacarias.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 14

Quinta de São Gonçalo	17 rústica	Quinta de São Gonçalo	Carlos de Deus Roque (Quinta Branca);  Celulose Beira Industrial (Celbi) S.A. (Leirosa, Figueira da Foz) – 1989; José Matos Esteves (Macedo de Cavaleiros)- 2003	Área total: 92,160ha. Terra que produz batata, trigo, centeio, lameiro, pastagem e mato com 32 oliveiras, 3 figueiras, 4 amendoeiras e 150 freixos. Confronta do norte com D. Lucinda da Conceição Rodrigues irmã Zulmira e cunhado Dr. Roque (20) nascente termo da Parada Sul Rio Sabor e poente D. Lucinda Conceição Rodrigues e irmã Zulmira e cunhado Dr. Roque.	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Cerejais, artigo nº 17
Quinta de Santa Eufémia	1646 rústica	Quinta de Santa Eufémia (Quinta do Badalo; Olival da Santa; Horta do Avô; Pereiros)	Zulmira Amélia Rodrigues (Cerejais);  1986- Porberto Augusto Silva (Ferradosa).	Área:99,9025 ha. Terra de horta, trigo, centeio, pastagem, com 98 oliveiras, 5775 cepas, 12 árvores de fruto, 5 noqueiras, 194 laranjeiras, com eira, casa de recolha, e mato baixo, 3 figueiras, confrontando a norte com caminho da serra pelada, nascente com ribeiro de Malimão, Sul Rio Sabor, e poente, com Inácia Maria pinto	Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Ferradosa, artigo nº 1646

**Doc.26****AHMTM Carta da Câmara ao Rei, pedindo a substituição da cultura da vinha pela do tabaco, devido à filoxera, que atacou os vinhedos do concelho. 1893**

[Em: BRANCO, Ilda Amália Fernandes (1996) *Aspectos económico-sociais de Torre de Moncorvo nos finais do século XIX*. Univ. Portcalense, dissertação de mestrado em História Ibero-Americana, policopiado. P.178]

“29 de Julho de 1893

“Senhor!

“A lei de 12 de Março de 1884, que permite a cultura do tabaco na região filoxerada do Douro não foi aplicada neste concelho de Moncorvo. Havia certamente nessa época razão para isso porque então ainda muitos vinhedos estavam indumnes, hoje porem está todo o concelho afectado de tão terrível mal. A camara municipal deste concelho, pois no interesse dos seus munícipes e em vista dos importantes prejuízos já causados pelo terrível parasita, julga ser seu dever não se demorar em pedir como respeitosa mente pede a Vossa Majestade para que este

concelho seja incluído no numero daqueles a que foi concedido o favor da cultura tabaco, por iguais motivos.

“Pede a Vossa Majestade a graça de deferimento”

### Doc.27

#### A Quinta da Laranjeira, seus terrenos, na matriz predial rústica de Torre de Moncorvo (adaptado das fontes)

Nº de Matriz predial (artigo)	Topónimo	Sucessão de proprietários na Matriz Predial	Descrição na Matriz Predial	Fontes
471 Rústica	Laranjeira ou Ponte	Sandman e C. lda. (Vila Nova de Gaia) – 1988 C.A.S.A – 1992 José Matos Esteves	Área total <sup>243</sup> : 256009m <sup>2</sup> – 840000m <sup>2</sup> . Terra que produz trigo e centeio com 92 oliveiras. Confronta de norte: estrada nacional; nascente: Inácia Maria Ferreira de Carvalho (h <sup>os</sup> ); sul: Luiz Augusto Ferreira de Carvalho (h <sup>os</sup> ); poente: rio Sabor	Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo, Matriz Predial Rústica de Torre de Moncorvo, artigo nº 471 (ano 1950)
472 Rústica	Ponte – rio Sabor; Quinta da Ponte; Alcaide	Danilo Margarido Ferreira de Carvalho e Ernani Ferreira de Carvalho – 1981 José Joaquim Correia	Área total: 8625m <sup>2</sup> . Terra de horta para batatas. Confronta a norte com o rio Sabor, nascente herdeiros de Inácia Carvalho, sul estrada e poente com a ponte	Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo, Matriz Predial Rústica de Torre de Moncorvo, artigo nº 472 (ano 1980)
281 Rústica	Quinta Laranjeira	Luiz Augusto Ferreira de Carvalho (Moncorvo) - 1980 Sandman e C. lda. (V.N. Gaia) – 1992 Sandman e C.A.S.A - 1998 José Matos Esteves	Área total: 1040050m <sup>2</sup> . Terra para batata, trigo e centeio, pastagem, vinha com 10000 videiras, 533 oliveiras, 1500 amendoeiras, 27 árvores de fruto, 11 laranjeiras, é cortada pela Estrada Nacional; Norte: Rio Sabor, Leste: termo do Larinho; Sul e Oeste: José dos Santos Paiva e outros	Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo, Matriz Predial Rústica de Torre de Moncorvo, artigo nº 281 (ano 1950)
1779 Rústica	Quinta da Laranjeira; Vale da Pia	Urbano Adelardo Diogo (Felgueiras) – 1995 José Antº Alves Dobrões (Stº Cruz da Vilariça, Vila Flor) ½ - 1999 Maria do Ceu Sampaio e Melo Diogo (Felgueiras) 1/2	Terra com oliveiras e amendoeiras, árvores de lenha e terra de trigo e centeio. Confronta a norte com o rio Sabor, nascente Urbano Adelardo Diogo, sul Céu Branca Diogo e poente Urbano Adelardo Diogo e termo do Larinho	Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo, Matriz Predial Rústica de Larinho, artigo nº 1779, livro 2 (ano 1992)

<sup>243</sup> Retificação de 9.3.1998

Anexo III

Nº de Matriz predial (artigo)	Topónimo	Sucessão de proprietários na Matriz Predial	Descrição na Matriz Predial	Fontes
1579 Rústica	Canal; Ribeiro Vale da Pia	Luis Augusto Ferreira carvalho (Torre de Moncorvo) – 1980 Sandman – 1992 Sandman e C.A.S.A – 1996 José Matos Esteves	Área total: 15,62 hectares (retificada em 1988 para 21800m <sup>2</sup> ) Terra de centeio. Confronta a norte com o rio Sabor, nascente Camilo Cardanha, sul e Poente com Carlos Acácio Diogo (Qº Vale da Pia, art nº1575)	Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo, Matriz Predial Rústica de Larinho, artigo nº 1579, livro 2 (ano 1950)

**Doc.28**

**Quinta de Crestelos na Matriz Predial Rústica de Meirinhos, 1940**

Nº de artigo	Secção	Área (ha)	Sítio ou Nome do Prédio	Proprietários	Nº	Nº árvores	Cultura ou fim a que se destina	Classe	Área (ha)	Obs.
1	L1	127,4876	Quinta de Crestelos	António Miranda (Felgar, Moncorvo); 1984 - Afonso Salgado Ruano, Manuel Salgado Ruano, Maria Salgado Ruano (Felgar, Moncorvo)	1		C.A	5ª	41,1004	siza nº 363/84
						1	Nog. <sup>a</sup>	3ª		
						12	Olv. <sup>a</sup>	5ª		
					2		St.		1,9937	
					3		St.		4,3437	
					4		C.A	2ª	0,0312	
					5		C.A	2ª	0,2	
						2	Olv. <sup>a</sup>	2ª		
					6		C.A	2ª	0,1125	
	7		C.A	5ª	2,6187					
	8		C.A	5ª	77,0874					
	L2	138,181	Quinta de Crestelos	António Miranda (Felgar, Moncorvo); 1984 - Afonso	1		C.A	5ª	0,0375	siza nº 363/84



Anexo III

Nº de artigo	Secção	Área (ha)	Sítio ou Nome do Prédio	Proprietários	Nº	Nº árvores	Cultura ou fim a que se destina	Classe	Área (ha)	Obs .
1				Salgado Ruano, Manuel Salgado Ruano, Maria Salgado Ruano (Felgar, Moncorvo)	2		C.A	5ª	111,663	
						2	Nog. <sup>a</sup>	2ª		
						1	Nog. <sup>a</sup>	3ª		
					3		Ol.	4ª	2,125	
					4		St.		0,4875	
					5		H	3ª	0,0812	
					6		H	3ª	0,2187	
					7		St.		0,4312	
					8		C.A	5ª	1	
					9		St.		3,0875	
					10		St.		1,0437	
					11		St.		0,5	
					12		C.A	5ª	3,4562	
					13		C.A	5ª	3,5437	
					14		St.		2,325	
					15		C.A	3ª	7,9562	
16		Pn	única	0,225						
	L3	256,0021	Quinta de Crestelos	António Miranda (Felgar, Moncorvo); 1984 - Afonso Salgado Ruano, Manuel Salgado Ruano, Maria Salgado Ruano (Felgar, Moncorvo)	1		C.A	5ª	136,525	siza nº 363/ 84
					2		C.A	5ª	1,656	
					3		St.		2,8312	
					4		C.A	3ª	0,3718	
						3	Ol. <sup>a</sup>	3ª		
					5		Ol	1ª	5,625	

Anexo III

Nº de artigo	Secção	Área (ha)	Sítio ou Nome do Prédio	Proprietários	Nº	Nº árvores	Cultura ou fim a que se destina	Classe	Área (ha)	Obs .
1					6		C.A	3ª	5,6562	
						38	Amª			
					7		C.A	5ª	2,225	
						1	Ol.ª	6ª		
					8		C.A	1ª	0,3812	
						6	Ol	5ª		
					9		Pr.N	5ª	0,4156	
					10		Ol.	3ª	0,5625	
					11		C.A	1ª	1,1875	
					12		C.A	5ª	4,5875	
					13		Pr.N	5ª	0,1	
					14		C.A	1ª	0,2228	
							Árvores		0,0084	
						8	Amª			
						2	Ol.ª	3ª		
					15		St.		0,0593	
					16		C.A	5ª	0,1156	
					17		C.A	2ª	0,0718	
					18		C.A	3ª	0,0812	
					19		H	1ª	0,3312	
					20		C.A	2ª	0,2062	
						3	Ol.ª	4ª		
21		C.A	2ª	0,3093						
	5	Ol.ª	4ª							
22		V		0,5562						

Anexo III

Nº de artigo	Secção	Área (ha)	Sítio ou Nome do Prédio	Proprietários	Nº	Nº árvores	Cultura ou fim a que se destina	Classe	Área (ha)	Obs.
						2	Ol. <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>		
					23		H	1 <sup>a</sup>	0,3468	
					24		V		0,9335	
							Arvores		0,0352	
						22	Ol. <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>		
						46	Ol. <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>		
						7	Ol. <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>		
					25		C.A	4 <sup>a</sup>	0,925	
						1	Nog. <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>		
					26		Am.		0,7312	
					27		C.A	3 <sup>a</sup>	0,3375	
					28		H	1 <sup>a</sup>	0,5625	
					29		St.		74,075	
					30		St.		1,7875	
						12	Am <sup>a</sup>			
					31		C.A	5 <sup>a</sup>	9,7312	
					32		Ol.	4 <sup>a</sup>	2,5	
					33		C.A	1 <sup>a</sup>	0,0875	
						7	Am <sup>a</sup>			
					34		C.A	5 <sup>a</sup>	0,0531	
	L4	206,7114	Quinta de Crestelos	António Miranda (Felgar, Moncorvo); 1984 - Afonso Salgado Ruano, Manuel Salgado Ruano, Maria Salgado Ruano (Felgar,	1		C.A	5 <sup>a</sup>	149,984	
					2		St.		4,35	
					3		St.		0,4937	
					4		C.A	3 <sup>a</sup>	13,8687	

Anexo III

Nº de artigo	Secção	Área (ha)	Sítio ou Nome do Prédio	Proprietários	Nº	Nº árvores	Cultura ou fim a que se destina	Classe	Área (ha)	Obs .
1				Moncorvo)	5		St.		1,9875	
					6		St.		6,4905	
					7		St.		3,625	
					8		C.A	3ª	0,3125	
					9		C.A	3ª	0,3062	
					10		Pr.N	5ª	1,0875	
					11		Am.		9,2312	
					12		St.		0,225	
					13		Pr.N	5ª	0,8218	
					14		H	3ª	1,2708	
							Arvores		0,0292	
						73	Ol. <sup>a</sup>	5ª		
					15		V		1,5721	
							Arvores		0,0716	
						2	Nog. <sup>a</sup>	3ª		
						167	Ol. <sup>a</sup>	5ª		
					16		St.		0,0906	
					17		H	3ª	0,15	
					18		H	3ª	0,1531	
					19		St.		0,9875	
					20		St.		3,8062	
					21		C.A	5ª	0,1	
					22		C.A	5ª	0,0531	
					23		H	3ª	0,0625	
24		Am.		2,8437						

Anexo III

Nº de artigo	Secção	Área (ha)	Sítio ou Nome do Prédio	Proprietários	Nº	Nº árvores	Cultura ou fim a que se destina	Classe	Área (ha)	Obs .
					25		St.		2,4875	
					26		St.		0,1125	
					27		St.		0,1375	
1	L5	227,6717	Quinta de Crestelos	António Miranda (Felgar, Moncorvo); 1984 - Afonso Salgado Ruano, Manuel Salgado Ruano, Maria Salgado Ruano (Felgar, Moncorvo)	1		St.		0,1875	siza nº 363/84
					2		St.		0,3187	
					3		C.A	5ª	140,755	
					4		St.		9,8875	
					5		H	3ª	0,125	
					6		St.		4,3562	
					7		St.		2,2375	
					8		St.		0,8031	
					9		Pn		0,2875	
					10		St.		1,3312	
					11		St.		1,2812	
					12		St.		3,3587	
					13		C.A	5ª	3,5344	
					14		St.		3,3062	
					15		St.		1,1238	
					16		Pn		16,6937	
					17		C.A	4ª	32,6374	
						6	Cts.	4ª		
					18		Pn		0,0625	

Anexo III

Nº de artigo	Secção	Área (ha)	Sítio ou Nome do Prédio	Proprietários	Nº	Nº árvores	Cultura ou fim a que se destina	Classe	Área (ha)	Obs .
					19		St.		1,6875	
					20		Pn		0,625	
					21		Pn		0,3282	
					22		C.A	5ª	3,6562	
					23		C.A	5ª	2,0782	
1	L-32	171,001	Quinta de Crestelos	António Miranda (Felgar, Moncorvo); 1984 - Afonso Salgado Ruano, Manuel Salgado Ruano, Maria Salgado Ruano (Felgar, Moncorvo)	1		C.A	5ª	56,25	siza nº 363/84
						298	Amª			
					2		Pr.N	5ª	0,875	
					3		St.		0,084	
					4		C.A	2ª	0,734	
					5		Pr.N	5ª	0,356	
					6		C.A	1ª	0,356	
					7		C.A	3ª	0,886	
						Arvor es			0,008	
						20	Ol.ª	5ª		
					8		C.A	2ª	0,175	
						16	Ol.ª	6ª		
					9		Pr.N	5ª	0,219	
					10		Am		0,362	
					11		C.A	5ª	22,031	
					12		C.A	4ª	0,169	
						7	Ol.ª	4ª		
					13		C.A	4ª	0,087	

Anexo III

Nº de artigo	Secção	Área (ha)	Sítio ou Nome do Prédio	Proprietários	Nº	Nº árvores	Cultura ou fim a que se destina	Classe	Área (ha)	Obs .
					14		St.		4,584	
					15		Am		0,156	
					16		Am		6,331	
					17		Am		5,394	
					18		Am		5,919	
					19		Am		7,531	
					20		St.		1,494	
					21		C.A	5ª	58,175	
					22		C.A	5ª	1,125	

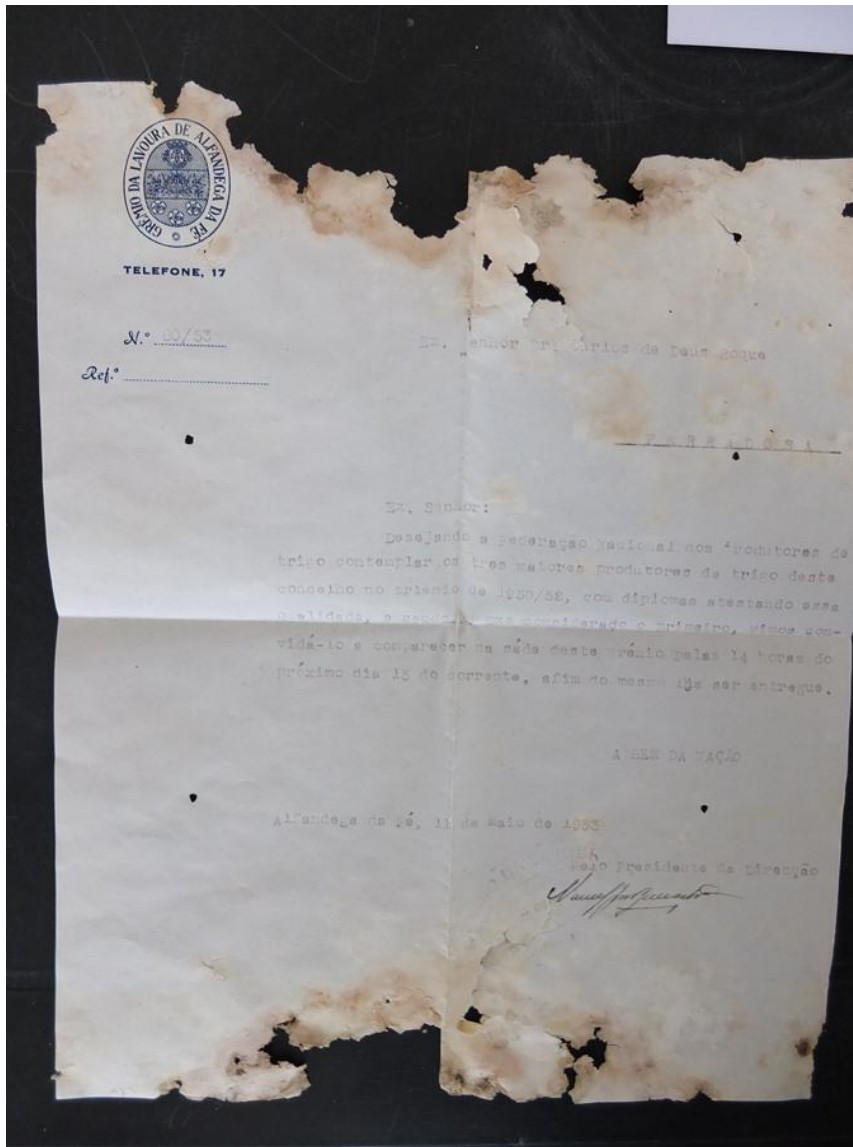
**Doc.29**

**Quinta de Crestelos na matriz predial urbana de Meirinhos, 1940**

Nº de artigo	Área (m2)	Sítio ou Nome do Prédio	Proprietários	Descrição
331	264 m2	Quinta de Crestelos	Herdeiros de Acácio Abílio Santiago (Felgar)	Uma casa de habitação que confronta de todos os lados com o proprietário

**Doc.30**

**Documento da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, em que concedem diploma ao Dr. Roque por ser o maior produtor de Trigo do Concelho no triénio 1950-52. Documento recolhido na Quinta Branca e indexado ao arquivo documental do AHBS. (ACE-Baixo Sabor / EDP)**





Anexo III

Doc.31

Guias de entrega de Pimento verde à F.G.L.N.T. Cachão proveniente da Quinta Branca / Porberto Silva (1968) Documento recolhido na Quinta Branca e indexado ao arquivo documental do AHBS. (ACE-Baixo Sabor / EDP) BS.A.0006 a BS.A.0014

**Receipt 1 (Left):**  
 Nota de peso n.º 234-H11  
 Data: 29.11.68  
 Campanha de 1968  
 Produto: Pimento  
 Embalagens: 2 40, 14 60  
 Preço Unit: 2.00  
 Valor: 2.80  
 P.S.N.: 2.956  
 Rf. J.R.: 1029

**Receipt 2 (Right):**  
 Nota de peso n.º 214-HEP  
 Data: 21.11.68  
 Campanha de 1968  
 Produto: Pimento  
 Embalagens: 2 30, 14 30  
 Preço Unit: 2.00  
 Valor: 2.00  
 P.S.N.: 2.913  
 Rf. J.R.: 788

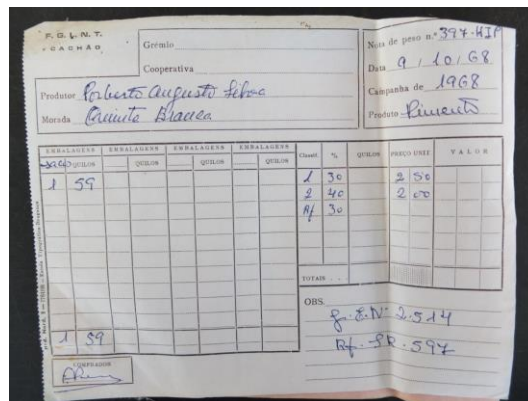
**Receipt 3 (Left):**  
 Nota de peso n.º 662-HEP  
 Data: 19.11.68  
 Campanha de 1968  
 Produto: Pimento  
 Embalagens: 1 60, 2 30, 14 10  
 Preço Unit: 2.50, 2.00  
 Valor: 2.50, 2.00  
 (26 kg de mais)  
 P.S.N.: 2.877  
 Rf. J.R.: 952

**Receipt 4 (Right):**  
 Nota de peso n.º 591-HEP  
 Data: 4.11.68  
 Campanha de 1968  
 Produto: Pimento  
 Embalagens: 1 50, 2 35, 14 15  
 Preço Unit: 2.50, 2.00  
 Valor: 2.50, 2.00  
 (14 kg de mais)  
 P.S.N.: 2.791  
 Rf. J.R.: 864

**Receipt 5 (Left):**  
 Nota de peso n.º 515-HEP  
 Data: 24.10.68  
 Campanha de 1968  
 Produto: Pimento  
 Embalagens: 1 50, 2 35, 14 15  
 Preço Unit: 2.50, 2.00  
 Valor: 2.50, 2.00  
 (40 kg de mais)  
 P.S.N.: 2.700  
 Rf. J.R.: 777

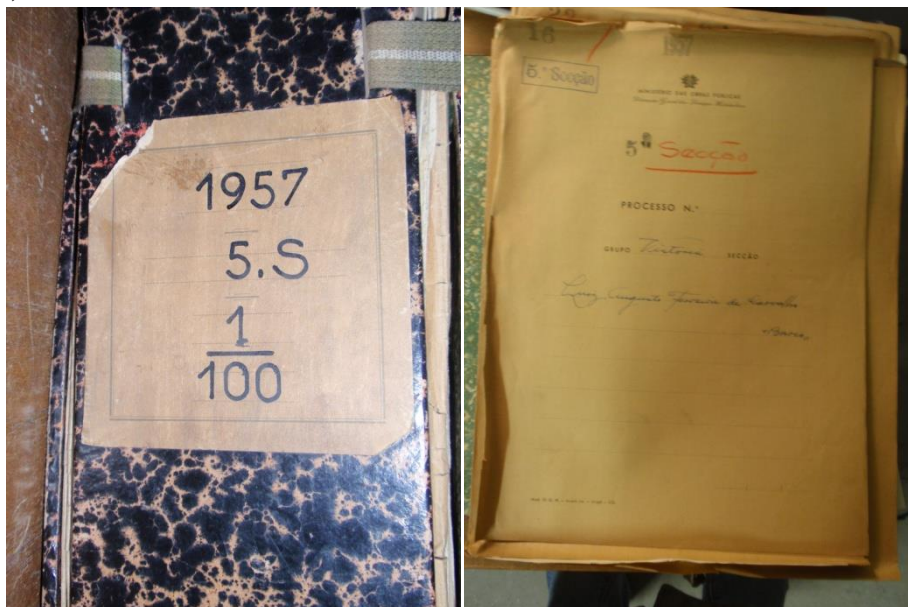
**Receipt 6 (Right):**  
 Nota de peso n.º 469-HEP  
 Data: 18.10.68  
 Campanha de 1968  
 Produto: Pimento  
 Embalagens: 1 60, 2 35, 14 5  
 Preço Unit: 2.50, 2.00  
 Valor: 2.50, 2.00  
 (38 kg de mais)  
 P.S.N.: 2.630  
 Rf. J.R.: 710

Anexo III



Doc.32

(exemplo de) Pedido de Licenciamento e vistoria de barco na Quinta da Laranjeira. Luíz Carvalho, 1957





F.ª. 260/987  
F.ª. 26/987  
S. S. S. S. S. 147

Ministério das Obras Públicas  
Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos  
Mirandela, 2 de Março de 1957.

Ex.º Sr. ENGENHEIRO DIRECTOR

NOTA DE SERVIÇO  
**MATRICULA DE BARCO**

N.º 1267

Junto tendo a honra de enviar a V. Ex.ª, a título devolutivo, um requerimento de **LUÍS AUGUSTO FERREIRA DE CARVALHO**, a solicitar vistoria a um seu barco para efeitos de matrícula, rogando a V. Ex.ª se digne autorizar a realização da mesma vistoria e de visar a factura junta, n.º 5, e a ela respeitante.

O Chefe da 5.ª Secção Ext.ª,  
António Alberto Pinto Magalhães.

REGISTO DE ENTREGA

1.º Secção	/	/	/	/
2.º Secção	/	/	/	/
3.º Secção	/	/	/	/
4.º Secção	/	/	/	/
5.º Secção	/	/	/	/
6.º Secção	/	/	/	/
7.º Secção	/	/	/	/
8.º Secção	/	/	/	/
9.º Secção	/	/	/	/
10.º Secção	/	/	/	/

NOTA: Leito no caso, informações em baixo e no verso.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS  
Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos  
DIRECÇÃO HIDRÁULICA DO DOURO

3.ª Secção  
Factura N.º 5

Nos termos do art.º 7.º do Decreto 12.445, o Sr. **Luís Augusto Ferreira de Carvalho**, na qualidade de depositário (a), tem a satisfazer a importância abaixo indicada pelos serviços que lhe foram prestados e a seguir são devidos:

Item	Categoria	Quantidade	Serviço que desempenhou	Valor em Din.
1			Vistoria a 1 barco para efeitos de matrícula	1

Ajudas de custo: (a) 25\$ (b) 25\$

Em reembolso de ferro no barco . . . \$

Subsídios de Marcha justificados na vosa (c)  
A pé, cavalo ou bicicleta . . . 2500 . . . \$ 2500  
Em auto-diligência . . . \$ 500 . . . \$ 500  
Em automóvel . . . \$ 560 . . . \$ 560  
Total . . . \$ 8560

Maravilha, 2 de Março de 1957

O Chefe da Secção

Justificação dos subsídios de marcha

Prestar conta de gastos efectuados marcha no desempenho serviço	MENSAL		ANUAL		TOTAL	
	1957	1958	1957	1958	1957	1958
1.º						
2.º						
3.º						
4.º						
5.º						
6.º						
7.º						
8.º						
9.º						
10.º						
Somas						

NOTAS - A prova e quem for designado a prestação de serviços deve, antes de iniciar os trabalhos, apresentar ao superior do organismo a quem se refere a prestação, a prova do direito ao subsídio de marcha, e, no caso de ser designado para o desempenho de serviços, a prova do direito ao subsídio de marcha.



## **Anexo IV: inventário do Património Edificado e Construído (um roteiro)**

### **IV.1. Método**

Não se afigurou como simples a tarefa de delinear e elaborar uma base de dados e o respetivo inventário dos objetos, construções no presente documento, de estudo daquilo que é a nossa Dissertação de Mestrado.

As três grandes propriedades, quintas, estudadas, partilham, logicamente, características comuns: estavam localizadas em zonas onde o vale do rio Sabor se tornava mais aberto; a sua grande extensão e polo agregador e produtor agropecuário de amplo espectro; terem sido largamente afetadas, submergidas, pela albufeira do Aproveitamento Hidrelétrico do Baixo Sabor (AHBS), aqui com particular enfoque para os seus núcleos centrais construídos; a predominância do xisto como substrato geológico e material de construção das benfeitorias das diferentes propriedades; encontrarem-se em avançado estado de declínio e abandono em período anterior ao do AHBS.

Às similitudes que as unem contrapõem-se características que a diferenciam: situam-se administrativamente em conselhos e freguesias diferentes, duas localizam-se na margem esquerda do rio Sabor e uma na direita; apresentam diferentes níveis de complexidade no que diz respeito ao modo como os seus territórios eram ocupados, sobretudo no que respeita aos núcleos edificados - como concentração de construções e onde conste, pelo menos uma, zona (corpo edificado) claramente destinada à habitação (casa<sup>244</sup>) permanente – em que a um único núcleo concentrado com áreas de habitar – com casa – da Quinta da Laranjeira, se opõem os dois da Quinta de Crestelos e os três da Quinta Branca; a distância e facilidade de acesso a estas propriedades eram, também, muito díspares (se nos alhear-mos de vias de comunicação de construção contemporânea e muito posteriores à desativação destas propriedades como polos produtores e agregadores de mão de obra, como, por exemplo, o IC5, esta disparidade torna-se ainda mais evidente) com a Quinta da Laranjeira em localização privilegiada muito próxima e com ligação à Vila de Torre de Moncorvo (hoje por estrada nacional, antes por estrada real), à (vale da) Vilariça e territórios a norte através da Ponte do Sabor, enquanto Crestelos e a Quinta Branca se localizavam em zonas bem mais marginais no que respeita à proximidade a vilas, aldeias e lugares, sem nenhum eixo viário (moderno) principal a passar junto das mesmas, por exemplo.

Como conjugar tudo isto num catálogo e inventário geral – anexo ao corpo da dissertação – de modo a que não se tornasse num mero repositório de fichas (de elementos construídos, e património móvel) de inventário? É o desafio.

---

<sup>244</sup> Embora a denominação “casa” posso não tratar-se do conceito mais indicado para designar os espaços destinados a habitar, é aquela que virá a ser utilizada ao longo deste trabalho pelos seguintes motivos: é o termo de uso comum contemporâneo e remete-nos para um conceito mais amplo, que é aquele que se pretende, da casa como local, espaço construído, para múltiplas formas de ocupar/habitar por parte do homem como, por exemplo, dormir, atividades domésticas e sociais várias, guardas as suas maiores posses, bens e viveres, etc...

## Anexo IV

O conceito adotado passa pela tentativa de criar uma espécie de roteiro<sup>245</sup> da materialidade das propriedades, que possa ser lido e consultado autonomamente ao corpo da dissertação, internamente organizado em vários níveis de pormenor: do geral de cada uma das propriedades (conjuntos), ao particular de determinada construção ou tipologia construtiva, por exemplo.

Os elementos construídos inventariados são, com pontuais exceções, aqueles identificados e registados no âmbito dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património do AHBS. Este critério deveu-se, sobretudo, a dois fatores essenciais: praticamente a totalidade das construções e benfeitorias destas propriedades foram submersas pela albufeira do AHBS, pelo que a amostra é bastante representativa, e aquelas que não foram submersas tratam-se, maioritariamente, de muros, socalcos, ruínas de casebres ou construções claramente contemporâneas (em bloco) que em pouco ou nada viriam enriquecer o nosso estudo; o outro é o de que continuam a ser propriedade privada, por vezes de mais que um proprietário, pelo que o acesso e a realização de um registo capaz seria uma tarefa praticamente inexecutável. Abrimos uma exceção para duas construções pertencentes ao conjunto Quinta da Laranjeira (QL-L-22 e QL-L-23) por serem dois elementos com significância para o estudo do modo como a quinta era explorada, tratando-se, respetivamente, de um pombal e de um casebre, em localização limítrofe da propriedade, onde era recolhido um dos seus rebanhos e ficava o seu pastor(a)/guarda.

Para a concretização deste roteiro foram definidos 4 grandes níveis de abordagem, dentro de cada um devem, impreterivelmente, constar determinados conteúdos, que apresentamos a seguir de forma esquemática:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
	<b>Objeto de estudo</b>	<b>Conjunto</b>	<b>Núcleo</b>	<b>Edificado</b>
Itens	<b>Três grandes propriedades ribeirinhas afetadas e submergidas pelo AHBS</b>	Quinta da Laranjeira (QL)	Laranjeira (L)	Construções e benfeitorias que integram o núcleo definido QL-L-00
		Quinta de Crestelos (QC)	Barrais (B)	Construções e benfeitorias que integram o núcleo definido QC-B-00
			Crestelos (C)	Construções e benfeitorias que integram o núcleo definido QC-C-00
		Quinta Branca (QB)	Branca (B)	Construções e benfeitorias que integram o núcleo definido QB-B-00
			São Gonçalo (SG)	Construções e benfeitorias que integram o núcleo definido QB-SG-00

<sup>245</sup> Se tivermos em linha de conta que este património foi destruído e de que dele restam apenas os registos feitos no âmbito do AHBS esta necessidade de (re)criação de um roteiro afigura-se ainda mais premente e ao mesmo tempo difícil (não se pode regressar ao local e observar ou registar de novo).

Anexo IV

			Santa Eufémia (SE)	Construções e benfeitorias que integram o núcleo definido QB-SE-00
Conteúdo	Apresentação, sumária das propriedades em estudo com a sua localização global e relativa cartográfica e administrativa.	Breve resenha histórica de cada uma das propriedades (conjuntos). Localização e ligação com a(s) povoações mais próximas. Localização global das construções e benfeitorias e levantamento arquitetónico (planta) global.	Definição e delimitação do termo de cada núcleo. Descrição global de cada um dos núcleos no que respeita à sua orgânica construtiva ( <i>urbanismo</i> ) e tipos de benfeitorias (construções) dentro do termo sejam as concentradas ou sejam dispersas, com a apresentação da sua listagem, localização e levantamento arquitetónico geral.	Conteúdos apresentados sob a forma de ficha de inventário onde constam os seguintes itens: código de inventário; Número de localização geográfica, designação (do elemento), tipologia, localização (geográfica e geológica), caracterização (técnicas, tecnologias e usos), descrição, fotografias e registo gráfico.

Definidos e apresentados os conteúdos, afigura-se necessário elucidar a forma e a necessidade de alguns dos mesmos, em particular dos que constam nas fichas de *Nível 4 – Edificado*, mas que surgem, sobretudo ao nível das peças gráficas, ao longo dos dois níveis anteriores, referimos-mos concretamente ao *Código de inventário* e ao *Número de localização geográfica*.

Ambos aparecem da necessidade de proporcionar uma leitura mais expedita das peças cartográficas e gráficas, em particular as de carácter geral/global, já que se tratam de territórios com grandes áreas ocupadas de construção ou muito dispersa ou muito concentrada, o que torna a leitura da localização, dos pontos coordenados e respetiva legenda, demasiado penosa, seja pela pequenez dos caracteres seja pela sua sobreposição, ou demasiado intrusiva sobre a base cartográfica ou sobre o levantamento arquitetónico. De forma a minimizar estes efeitos sentiu-se a necessidade de criar uma designação numérica simples, sequencial e continua, que nos permitisse representar/localizar os elementos cartograficamente, o *Número de localização geográfica*: 1 a 21 e 80 e 81 – Laranjeira; 22 a 25 – Barrais; 26 a 42 – Crestelos; 43 a 65- Branca; 66 a 74 – São Gonçalo; 75 a 79 Santa Eufémia.

No que diz respeito ao *Código de Inventário* este é aquele criado para seja possível, ao mesmo tempo, identificar cada uma das construções de modo individualizada e a sua remissão para o núcleo e conjunto a que pertencem, facilitando a pesquisa. Este código apresenta a seguinte organização, que vai do geral ao particular (culminando num acrónimo alfanumérico):



## Anexo IV

Conjunto	Quinta da Laranjeira (QL)	Quinta de Crestelos (QC)		Quinta Branca (QB)		
Núcleo	Laranjeira (L)	Barrais (B)	Crestelos (C)	Branca (B)	São Gonçalo (SG)	Santa Eufémia (SE)
Número (dentro do núcleo)	01 a 23	01 a 04	01 a 17	01 a 23	01 a 09	01 a 05
Acrónimo	<b>QL-L-00</b>	<b>QC-B-00</b>	<b>QC-C-00</b>	<b>QB-B-00</b>	<b>QB-SG-00</b>	<b>QB-SE-00</b>

Outro critério que carece, em nosso entender, de esclarecimento adicional é campo da *Tipologia*. Aqui procurou-se simplificar o intuito para o qual determinada construção foi erguida, qual o seu uso/função na orgânica do conjunto e dentro de cada núcleo, sabendo de antemão que a maior parte das construções inventariadas tiveram, geralmente, mais do que uma finalidade - com exceção para edificações muito específicas e especializadas como, por exemplo, os lagares de vinho, ou os fornos.

Dentro do universo inventariado as tipologias definidas foram:

Tipologia	Finalidade
Habitação	Construção edificada/ corpo construído com intuito principal de servir de casa/habitação. Com a associação de servir de abrigo aos bens e objetos mais valiosos. Espaço de viver.
Casebre	Construção sem função principal definida, de amplo espectro servindo desde local para dormir, e até habitar temporariamente, guardar alfaias, bens, animais, etc.
Curral	Corpo construído e coberto (com telhado) para guardar e abrigar animais de rebanho. Tem sempre presente manjedoura ou a base para a mesma.
Curriça	Corpo construído e coberto (com telhado) para guardar e abrigar animais de grande porte/tração ou de rebanho. Caracterizam-se por ser espaços sem qualquer divisão ou pormenor construtivo no interior.
Cercado	Espaço delimitado por muros, mas sem qualquer cobertura. Podem servir para guardar animais ou para proteção de culturas (geralmente hortas) dos mesmos.
Oficina Vinária	Construção, muito especializada, destinada à transformação da uva em vinho (lagar) e o armazenamento e preservação do mesmo (adega)
Destilaria	Construção, muito especializada, destinada à transformação de subprodutos do vinho em aguardente e bagaço.
Apiário	Espaço delimitado por muro(s) com socalcos/patamares no interior destinado à colocação de cortiços e colmeias para criação de abelhas e extração do mel.
Capela	Construção destinada em exclusivo a atividades religiosas
Eira	Construção destinada a malhar e secar cereal
Pombal	Construção destinada à criação de pombos para alimentação e recolha de estrumes
Abrigo	Aproveitamento, com ligeiras modificações e construção de muro de fraco paramento, de cavidades e palas naturais para espaços de abrigo temporário
Pesqueira	Açude em leito de rio destinado à colocação de armadilhas de pesca
Forno	Construção, geralmente em pedra, tijolo ou telha, em forma de cúpula, para cozer pão e outros alimentos
Forno Telheiro	Construção destinada à cozedora de telha
Tanque	Estrutura para armazenamento de água

## Anexo IV

Moagem	Edifício destinado à implantação de um engenho moageiro mecânico (apenas existente em QB-B)
Ponte	Travessia, elevada, sobre linha de água
Armazém	Construção, contemporânea, para armazenar bens e animais
Alminha	Construção, junto a caminho, de finalidade apotropaica e religiosa
Estrutura de Combustão	Possível forno de cal existente no termo de QB-B
Muro	Construção, autoportante, com a finalidade de delimitar ou demarcar determinado espaço ou caminho
Socalco	Muro destinado a armar e segurar terrenos agrícolas (patamares) e/ou caminhos
Levada	Muro, ou sulco de contenção e/ou orientação de linha de água
Quinta	No caso do núcleo central construído de Crestelos (QC-C-01 e QC-C-02) a divisão por corpo edificado iria tornar a descrição e análise demasiado pobres e redundante pelo que aqui se optou por uma divisão por ala (nascente e poente) segundo o eixo central das construções e uma marcação em planta dos diferentes corpos com o acrónimo ED (ED01 a ED10)

O último critério desenvolvido para este roteiro – Inventário – foi o da progressão geográfica. Como já acima se escreveu, os conjuntos em estudo encontravam-se em diferentes concelhos, freguesias e até margens do rio Sabor, não sendo contíguos entre si, pelo que havia que definir como se progrediria no terreno e, posteriormente, internamente dentro de cada conjunto. O critério definido foi de jusante para montante no que ao curso do rio diz respeito e da margem esquerda para a direita, consequentemente: Quinta da Laranjeira, Quinta de Crestelos, Quinta Branca foi a ordem de entrada. Dentro de cada um dos conjuntos o critério não respeitou, necessariamente uma progressão geográfica linear, dando-se a primazia na descrição aos núcleos centrais construídos, ou seja, aqueles mais densamente edificados e que definem o *Nível 3 – Núcleo* – e destes partir, radialmente, para as construções e benfeitorias que se encontravam no limite de cada um. Fechado um núcleo, com as fichas de edificado de cada uma das construções que o constituía (*Nível 4*), passa-se ao núcleo seguinte dentro do conjunto.

## IV.2. Objetos de Estudo e Inventário

As propriedades, conjuntos, a que o inventário que se segue diz respeito, encontram-se localizadas em Portugal continental, na região de Trás-os-Montes (sudeste/ terra quente) no distrito de Bragança, junto daquilo que eram as margens, até ao enchimento da albufeira do AHBS, do curso (baixo) do rio Sabor. Dois dos conjuntos na sua margem esquerda: *Núcleo da Laranjeira* e *Núcleo de Crestelos e Barrais* e um na margem direita, em frente à Quinta de Crestelos, a Quinta Branca, composta pelos núcleos *Branca*, *São Gonçalo* e *Santa Eufémia*.

Os seus núcleos, nível 3 do inventário, situavam-se nas seguintes coordenadas geográficas (ponto central no edificado):

Designação	Latitude Norte (WGS 84)	Longitude Oeste (WGS 84)
<b>Quinta da Laranjeira (L)</b>	41° 12' 32,909"	-07° 04' 03,262"
<b>Quinta de Crestelos (C)</b>	41° 15' 17,742"	-06° 53' 09,816"
Quinta dos Barrais (B)	41° 15' 05,805"	-06° 54' 25,955"
<b>Quinta Branca (B)</b>	41° 15' 47,619"	-06° 54' 37,795"
Quinta de S. Gonçalo (SG)	41° 15' 28,590"	-06° 54' 15,790"
Quinta de St <sup>a</sup> Eufémia (SE)	41° 14' 53,250"	-06° 55' 22,895"

A Quinta da Laranjeira (QL), no concelho e freguesia de Torre de Moncorvo, localizava-se naquilo que corresponde ao limite/termo norte/nordeste da freguesia, e da divisória entre esta e a freguesia vizinha do Larinho, com a qual confronta a nascente, e a ponte/su-sudoeste com a propriedade e terrenos da *Pêga*. Na margem oposta do rio confronta com as Quintas da Portela e do Travelo, da freguesia de Adeganha, cc. Torre de Moncorvo, ocupando uma área de sensivelmente 210 hectares.

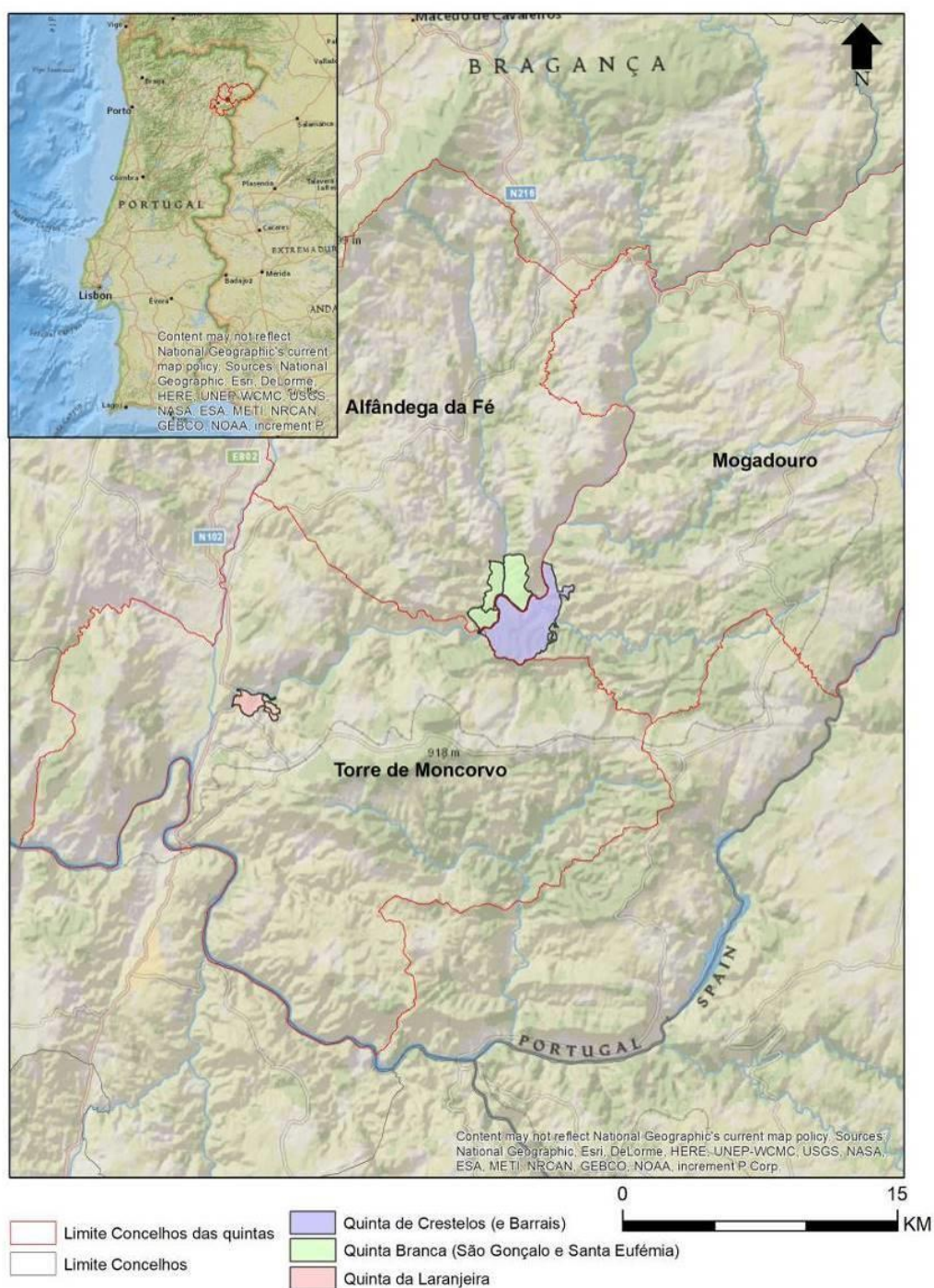
A Quinta de Crestelos (QC), localizava-se na freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro, com uma área de cerca de 1127,0548 hectares, dos quais ficaram submersos 338,4993, corresponde ao termo/ limite noroeste da freguesia, o que equivale à totalidade da sua fronteira com a freguesia de Souto da Velha<sup>246</sup> (a ponte e sul) e em parte com a freguesia de Carviçais (a sul) (cc. T. Moncorvo) e a mais de metade da frente ribeirinha da freguesia de Meirinho. Na margem oposta do rio confrontava com as Quintas Branca, S. Gonçalo (freguesia de Cerejais) e Santa Eufémia (ou *do Badalo*, na união de freguesias Sendim da Serra - Ferradosa) e com o Santuário de Santo Antão da Barca (união de freguesia de Parada – Sendim da Ribeira).

A Quinta Branca (QB) localizava-se nas freguesias de Cerejais e Ferradosa no concelho de Alfândega da Fé, ocupando no total, aproximadamente, 587 hectares. Os núcleos Branca (B) e de São Gonçalo (SG) encontravam-se no limite Sul-Sudeste da freguesia de Cerejais junto daquilo que era a foz da ribeira de Zacarias, a primeira na margem

<sup>246</sup> Extinta desde as eleições autárquicas de 29 Setembro de 2013, passando a integrar o agrupamento de freguesias do Felgar, concelho de Torre de Moncorvo

## Anexo IV

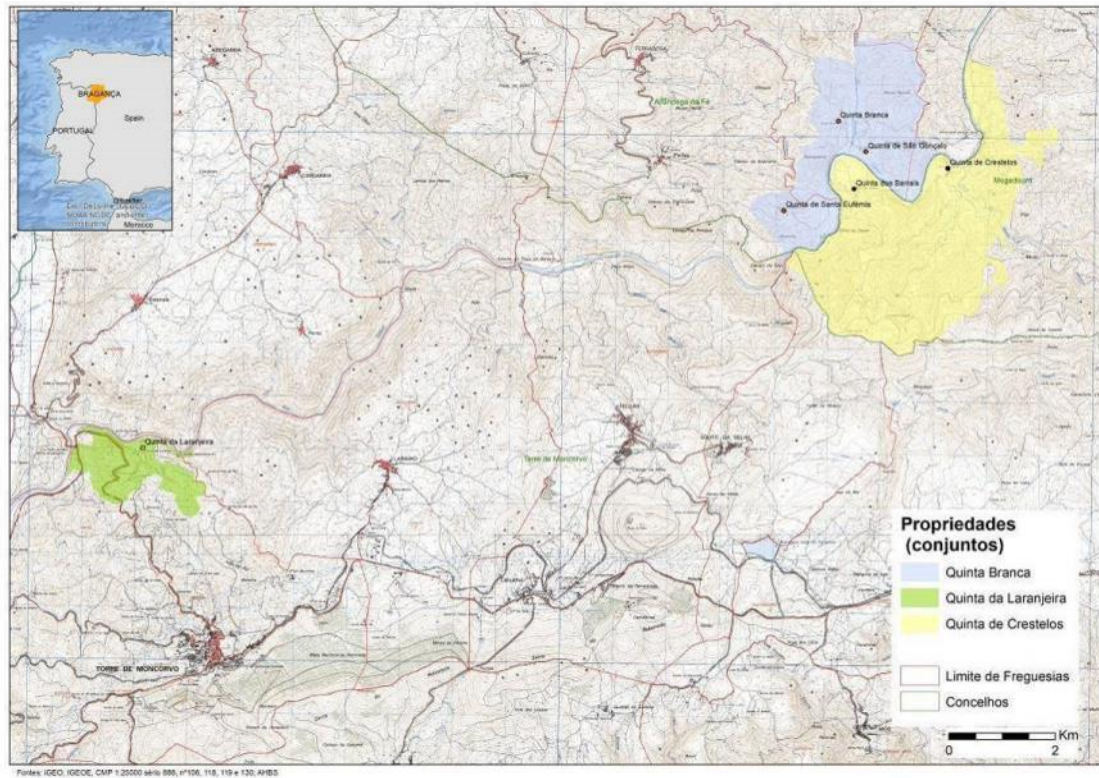
direita e a segunda na esquerda, e margem direita do rio Sabor. Coincidindo, genericamente, com termo da mesma freguesia de Cerejais relativamente a Sendim da Ribeira e Parada. O núcleo de Santa Eufémia (SE) (ou *do Badalo*) sita no limite sudeste da freguesia/lugar de Ferradosa<sup>247</sup>, na confrontação da mesma com Cerejais e com o rio Sabor, coincide, também, em parte com o limite de freguesia e de concelho com o Felgar e Moncorvo a sudeste.



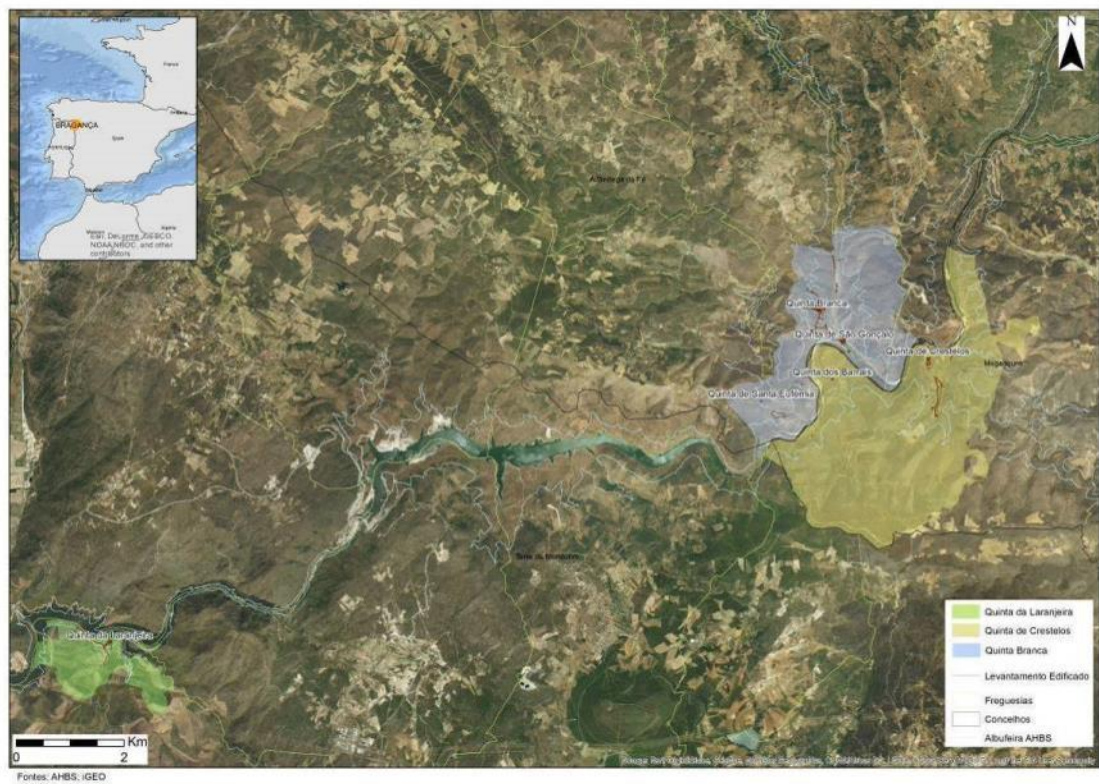
**Figura 01:** localização dos conjuntos (sua área) em estudo em Portugal continental e nos termos dos concelhos.

<sup>247</sup> Hoje união de freguesias Sendim da Serra e Ferradosa

## Anexo IV



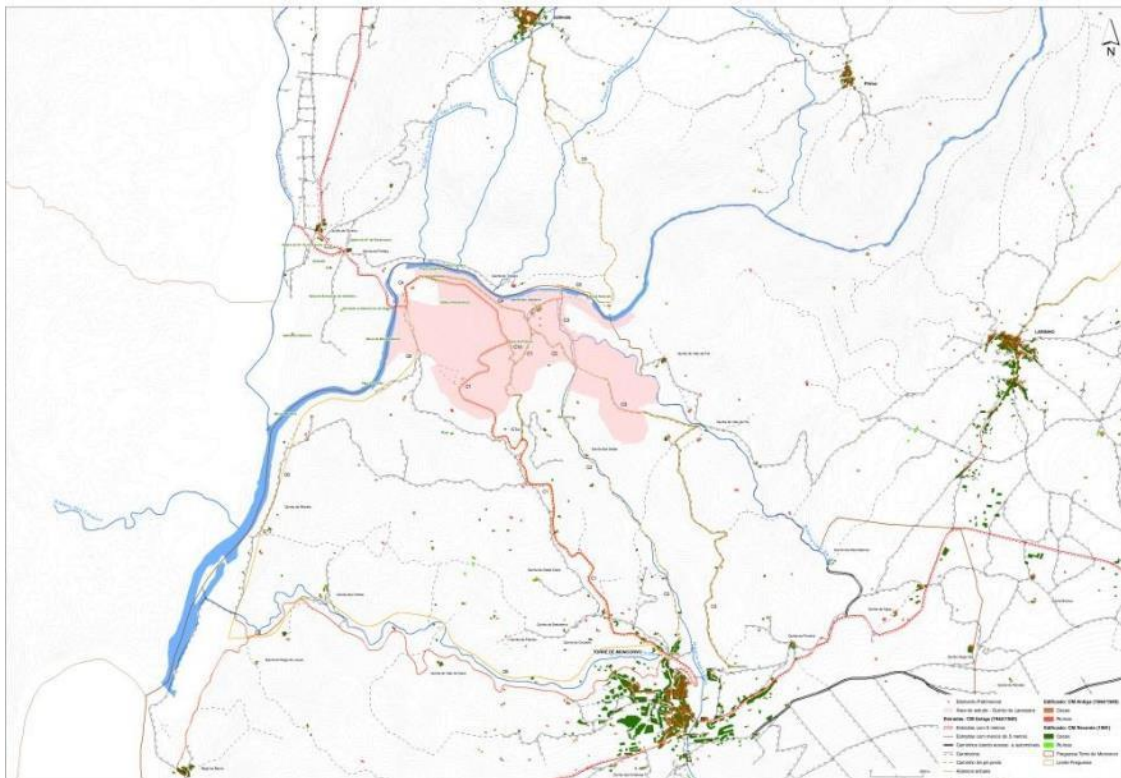
**Figura 02:** localização dos conjuntos, e núcleos centrais em estudo sobre Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, série M888.



**Figura 03:** localização das propriedades (sua área e núcleos centrais construídos) sobre ortofotomapa, com desenho esquemático do levantamento arquitetónico geral e traçado da albufeira do AHBS.

### IV.3. Quinta da Laranjeira (QL)

A envolvente em torno da Quinta da Laranjeira (QL) era, maioritariamente, composta por outras grandes propriedades (quintas) seja no que diz respeito à margem esquerda do rio Sabor com a Quinta do Vale da Pia (Larinho) a montante e a Quinta da Pega a jusante, na margem oposta as quintas do Travelo e da Portela e na encosta do vale da ribeira das Latas a Quinta das Gatas.



**Figura 04:** Localização da Quinta da Laranjeira relativamente à vila de Torre de Moncorvo, com a marcação dos principais acessos e linhas de água. [retirado de *AHBS.MDPSP.233.00 Quinta da Laranjeira (Torre de Moncorvo)*, 2014]

Esta localização, junto do rio Sabor, da Ponte do Sabor, da estrada que ligava Moncorvo aos concelhos da margem direita e ao vale da Vilarça e do caminho antigo Moncorvo-Vilarça (ambos a atravessar a propriedade) e a extensão da propriedade, colocavam-na, nas sete primeiras décadas do século XX, quando terá, provavelmente, atingido o seu pico produtivo, numa posição privilegiada para, por exemplo, o escoamento dos produtos que nela se cultivavam.



**Foto 01:** Vista, desde jusante, das áreas construídas da Quinta da Laranjeira (à direita) e Quinta do Travelo

No que se refere à morfologia e à geologia dos terrenos, a Quinta da Laranjeira desenvolvia-se em torno de um terraço fluvial onde o vale do rio Sabor se tornava mais aberto e as terras eram mais férteis, em estreita proximidade do núcleo central/habitacional (L), com uma linha de água, subsidiária do Sabor, de caudal mais ou menos permanente do rio que atravessa a propriedade, no caso específico a ribeira das Latas, ocupando desta forma alguns dos terrenos de melhor qualidade da freguesia, onde as culturas tipo horta ou pomar se poderiam facilmente implementar. Tratava-se, igualmente, de uma área onde as cheias eram frequentes, mesmo já no decorrer do século XXI, promovendo que em invernos mais rigorosos os terrenos mais próximos do rio fossem alagados. As consequências das cheias podiam ser de duas naturezas bem distintas: em casos de cheias torrenciais a força do rio poderia levar (lixiviar) os terrenos ou acumular sobre os mesmos uma grande quantidade de detritos (areias), mas, nos casos em que as cheias, nesta região conhecidas pela *rebofa*, fossem menos impetuosas, ajudaria, certamente, na fertilização dos terrenos com lodos e nutrientes do rio.

Dali, uma espécie de centro da exploração/ habitacional junto do rio, a sua área desenvolvia-se pelas encostas, por vezes de acentuada inclinação, até às cumeadas e ao longo da margem do Sabor. O edificado é deste modo um local rodeado de terras de cultivo e de *monte*.

As vertentes que formavam a quinta encontram-se, maioritariamente, orientadas a norte – os *abixeiros* - pelo que nos locais onde o vale era mais fechado, recebiam pouca

exposição solar, proporcionando, genericamente, o cultivo<sup>248</sup> do centeio, as pastagens, e o crescimento de matos e árvores para lenha. Para montante/nascente a margem esquerda do rio Sabor e as encostas tornam-se gradualmente mais inóspitas com grandes afloramentos e arribas graníticas, praticamente sem qualquer terreno cultivável.



**Foto 02:** Panorâmica da Quinta da Laranjeira vista desde a margem oposta do rio Sabor.

O substrato geológico na área da quinta consiste numa transição de granitos para xistos (de montante para jusante) e, para além das rochas já referidas, os filões de quartzo e quartzito bem como os seixos rolados de dimensões variáveis eram uma constante na área do terraço fluvial. Mas, domina o xisto, o que se refletia, inclusivamente, no material utilizado na construção dos edifícios e benfeitorias existentes, com iremos ver.

As referências documentais mais antigas relativas à Quinta da Laranjeira, que identificamos, remontam ao último quartel do século XVII. Trata-se de documentos dos anos de 1684 e 1685, existentes no AMTM Câmara Municipal, Contribuições Municipais, Pão do Depósito, *Livro do pão e dinheiro que se dá neste depósito*, nº271 e 272. Nesta documentação (dois livros) mencionam-se os empréstimos e entregas no âmbito dos mesmos, com os respetivos juros, a António Lopes, à data caseiro da Laranjeira.

Esta documentação dá-nos conta, com já referimos acima, da existência da Quinta da Laranjeira, no termo da vila de Moncorvo, com edifícios construídos e seu caseiro no ano de 1684. Deste modo, somos igualmente levados a sugerir que a sua existência enquanto grande propriedade com edificado – quinta – seja anterior a esta data.

Nestes mesmos documentos não há, em momento algum, qualquer referência ao proprietário da quinta, mas apenas a um morador na Vila (de Moncorvo) de nome João Martinz Mendez que num dos pedidos ao *Pão do Depósito* serviu como fiador ao caseiro da Quinta da Laranjeira.

Cerca de um século depois, na Provedoria da Comarca, Décima, Torre de Moncorvo (concelho) ano de 1765, voltamos-mos a cruzar com a Quinta da Laranjeira, desta feita como uma das propriedades pertencentes a *António Francisco de Carvalho, Cavaleiro / que vive de suas Fazendas. / Rua do Cano, Torre de Moncorvo*<sup>249</sup>, com suas casas, oliveiras e terra para pão.

<sup>248</sup> Quando era praticado

<sup>249</sup> AHMTM, Provedoria da Comarca, Décima, Torre de Moncorvo (concelho), Pasta nº 429, Nº 4, Livro da Décima Mestre da Vila e termo, Auto do Lançamento do novo subsídio militar da Decima, 1765 (fl. 17-17v).



Na segunda metade do século XVIII temos, deste modo, a quinta na posse do 10º senhor do Morgado de Santo António<sup>250</sup>, e, inequivocamente, constituída com suas terras e casas, cuja área parece encontrar-se ampliada com “ (...) *outra terra por si-/ma que foi de Andre Lopes, hum / Tapado ao Val da Pia*”, o que, como à frente iremos verificar, pode ser relativo às propriedades que são referidas, em cronologias mais recentes, com a denominação de *Laranjeirinha*.

A pertença da quinta ao morgado de Santo António (de Torre de Moncorvo), cuja formação remontará a 1491, sendo o seu 1º administrador Afonso Domingues de Madureira<sup>251</sup>, no ano de 1765, leva-nos a colocar a hipótese de, eventualmente, na 2ª metade do século XVII, esta poder estar já nas mãos do morgadio. Efetuando-se a circunstância, seria seu administrador e proprietário António de Carvalho Gamboa (6º senhor do Morgado de Santo António ou seu sucessor 7º senhor do mesmo morgado igualmente de nome António de Carvalho Gamboa.)<sup>252</sup>

António Francisco de Carvalho e a sua quinta da Laranjeira voltam a surgir-nos em documento existente no AHMTM do ano de 1796<sup>253</sup> com uma queixa por este apresentada, de constantes invasões na sua quinta da Laranjeira por rebanhos alheios à mesma *que muito prejuízo lhe fazem nas culturas*.<sup>254</sup>

Este documento acrescenta três interessantes pontos àquilo que seria a quinta no final do século XVIII: tinha, para além do olival e terra para cereal, apetência para pasto, e era um terreno aberto, não murado, pois, só assim se explica que na propriedade entrassem rebanhos alheios; e havia, junto da mesma, uma outra propriedade denominada de *Laranjeira de Baixo* (eventualmente a *Quinta da Ponte?*).

A 8 de Junho 1807 é feita a *Escritura de bens para a fábrica da capela de Santo António instituída por António Luís de Carvalho Camelo e Castro e sua mulher D. Joana Bernarda de Aragão Cabral* que “*Elles tinham Instituído e mandado fundar na sua Quinta da Laranjeira (...)*”<sup>255</sup>. Dotando a quinta de uma capela [QL-L-05], ou, o mais provável, munindo a já existente de meios, para que, após a sua morte, “ (...) *presistise em todo o tempo com o devido culto e veneração para cujo fim lhe doava e davam como património perpetuo e irrevogavel* (...)”<sup>256</sup>

Voltamos a encontrar a propriedade, no ano de 1905 no inventário orfanológico de Ana Benedita Amaral Margarido<sup>257</sup>, viúva, de Luís José Ferreira Margarido, seu 1º marido, e de António Joaquim Ferreira Margarido, seu 2º marido, de Torre de Moncorvo. É

<sup>250</sup> ALVES 2000, tomo VI: 301

<sup>251</sup> Idem: 299

<sup>252</sup> Ibidem: 300

<sup>253</sup> AHMTM, Câmara Municipal, Órgãos do Município, Acórdãos, Assentos, Autos e Vereações, *Livro de Acórdãos 1794-1798*, Liv.99, Cx. 49;

<sup>254</sup> AHMTM, Câmara Municipal, Órgãos do Município, Acórdãos, Assentos, Autos e Vereações, *Livro de Acórdãos 1794-1798, Auto de Câmara de 31 de Julho de 1796*, Liv. 99, Cx. 49 Liv.99, Cx. 49 (fl.121 a 123);

<sup>255</sup> OLIVEIRA 2018: 201

<sup>256</sup> Idem: 201

<sup>257</sup> AHMTM, Tribunal, Processos Orfanológicos, maço 54, E1/P3, proc.nº 44, *Inventario orfanologico por fallecimento de D. Anna Benedicta do Amaral Margarido - 00/00/1905*

proprietária de metade da *Quinta da Laranjeira* sendo a outra metade de seu filho (do 1º casamento) Dr. António Joaquim Ferreira Margarido<sup>258</sup>, encontrando-se na mesma situação a *Quinta do Travelo* e as terras ao topónimo *Santa Marinha*.

A quinta da Laranjeira é, no documento supracitado, descrita nestes termos: “*Metade da quinta denominada a Laranjeira que parte do nascente com D. Maria Botello a condessa da Azambuja, poente com Alexandre Augusto Carvalho, norte rio Sabor e sul com o olival de Santa Marinha*”<sup>259</sup>

As três propriedades supramencionadas, aquando do momento da licitação dos bens da falecida por parte dos herdeiros em Janeiro de 1906, virão a ficar na posse, plena, de António Joaquim Margarido<sup>260</sup>, seu filho.

No hiato temporal entre os anos de 1796 e 1905<sup>261</sup> a quinta da Laranjeira sai da posse dos herdeiros, diretos, do morgado de Santo António<sup>262</sup>.

Na matriz predial rústica de Torre de Moncorvo de 1938, sob o número de artigo 447, surge a *Quinta da Laranjeira*<sup>263</sup>: “*Um prédio denominado a "Quinta da Laranjeira" que se compõe de terra que num ano se cultiva de batatas e outro de trigo, terra que se cultiva cada 2 anos de trigo, terra que se cultiva cada 8 anos de centeio e terra inculta para pastos, olivais que têm 380 oliveiras, tem 7 figueiras, casa com altos e baixos para habitação do caseiro, palheiros e cabanal para mister agrícola e uma capela, o prédio é atravessado pela estrada, confronta pelo W e S antecedente, N rio sabor e E ribeiro*”, como pertencente a Luiz Augusto Ferreira de Carvalho<sup>264</sup>.

No mesmo documento as terras e olival sob os topónimos *Santa Marinha* e *Laranjeirinha*<sup>265</sup> encontram-se, de igual modo, na posse de Luiz A. F. Carvalho.

De forma inequívoca, podemos afirmar que, desde a segunda metade de década de 1930, a Quinta da Laranjeira e algumas propriedades e edifícios adjacentes (que há época deviam ser assumidas como parte integrante da unidade produtiva da Laranjeira), como o prédio de Santa Marinha e “*uma casa de construção antiga para habitação com dois andares, tendo no primeiro duas divisões destinadas a alojamento de animais e no*

<sup>258</sup> Idem (fl.5v a 6, 8 a 8v; fl25; fl. 26v)

<sup>259</sup> Ibidem, sob o número de inventário 1 (fl.27-27v e 37-37v)

<sup>260</sup> Ibidem (fl.58v, 59 e 63v)

<sup>261</sup> Possivelmente bem anterior, pois já a quinta da Laranjeira havia sido repartida em herança, por morte de José Luís Ferreira Margarido, entre a sua esposa e único filho do casal;

<sup>262</sup> AHMTM, Tribunal, Processos Orfanológicos, maço 54, E1/P4, *Inventario orphanologico por fallecimento de António de Carvalho e Castro Freire Cortez* [Vol. 1, 2, 3 e 4; Processo do Tribunal da Relação do Porto - Agravo Cível de 1904]: neste processo, relativo ao falecimento, em 1902, do 12º Senhor do Morgado de Santo António, em Torre de Moncorvo, Último administrador do Morgado do Marmeleiro e 1º e único Visconde de Marmeleiro, por decreto de 28 de Abril de 1880, já não consta a quinta da Laranjeira como pertencente ao morgado.

<sup>263</sup> Repartição de finanças de Torre de Moncorvo: *Matriz predial rústica da freguesia de Torre de Moncorvo*, artigo nº447, ano de abertura de 1938.

<sup>264</sup> In: Repartição de finanças de Torre de Moncorvo: *Matriz predial urbana da freguesia de Torre de Moncorvo*, artigo nº128, ano de abertura de 1937: “*Uma casa de construção antiga destinada a habitação ocupando área de quarenta e cinco metros quadrados, dois andares com duas divisões para habitação e uma para arrumações que confronta do nascente / norte e sul com bens do casal*” situada na Quinta da Laranjeira.

<sup>265</sup> Repartição de finanças de Torre de Moncorvo: *Matriz predial rústica da freguesia de Torre de Moncorvo*, artigos nº446 e 451, ano de abertura de 1938

*segundo duas para habitação. Confronta do nascente e norte com a estrada, do poente e sul com Luiz Augusto Ferreira de Carvalho*<sup>266</sup>, situadas em terras à Ponte do Sabor/Laranjeira eram de Luiz Carvalho.

Acerca de Luiz Carvalho sabemos que viveu, de modo mais ou menos permanente, na quinta, pelo que não é de excluir que boa parte dos últimos melhoramentos e adições ao edificado tenham sido efetuadas durante a sua permanência de forma a tornar o espaço mais confortável para o proprietário.

Esta será a realidade desta propriedade até à morte de Luiz Carvalho (1971)<sup>267</sup>. Passa, de seguida, para as mãos dos seus herdeiros, com particular destaque para o filho Danilo, aquele que a memória local recorda como tendo sucedido a seu pai na gestão das terras, mas que, ao contrário deste, não viveu na Quinta da Laranjeira.

No decorrer da década de 1980 grande parte das parcelas que compõem a quinta (as do núcleo central e casas<sup>268</sup>) são vendidas à produtora e comercializadora de vinhos do Porto Sandman<sup>269</sup> e a outros proprietários particulares, perdendo a sua unidade.

Durante a década de 1990 a Laranjeira é adquirida por um investidor local, oriundo de Macedo de Cavaleiros, que compra propriedades por todo o vale do baixo Sabor, na posse de quem se manteria até à data da expropriação para o AHBS.

---

<sup>266</sup> Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo: *Matriz predial urbana da freguesia de Torre de Moncorvo*, artigo nº155, ano de abertura de 1937

<sup>267</sup> AHMTM, Certidão de Óbito de Luiz Carvalho, 04/04/1971

<sup>268</sup> Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo, Matriz Predial Urbana de Torre de Moncorvo, artigo nº 128 (ano 1938 e1971): *Uma casa de construção antiga destinada a habitação ocupando área de quarenta e cinco metros quadrados, dois andares com duas divisões para habitação e uma para arrumações que confronta do nascente / norte e sul com bens do casal. Sucessão de proprietários: Luiz Augusto Ferreira de Carvalho (Moncorvo) - 1980 Sandeman e C. lda. (V.N. Gaia) – 1992 Sandeman e C.A.S.A - 1998 José Matos Esteves*

<sup>269</sup> Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo, Matriz Predial Rústica de Torre de Moncorvo, artigo nº 281 (ano 1950): *Área total: 1040050m<sup>2</sup>. Terra para batata, trigo e centeio, pastagem, vinha com 10000 videiras, 533 oliveiras, 1500 amendoeiras, 27 árvores de fruto, 11 laranjeiras, é cortada pela Estrada Nacional; Norte: Rio Sabor, Leste: termo do Larinho: Sul e Oeste: José dos Santos Paiva e outros. Sucessão de proprietários: Luiz Augusto Ferreira de Carvalho (Moncorvo) - 1980 Sandeman e C. lda. (V.N. Gaia) – 1992 Sandeman e C.A.S.A - 1998 José Matos Esteves*

### IV.3.1. Laranjeira (L)

Era no edifício da *casa* e das restantes dependências, as *construções anexas*, com esta relacionadas, que as vivências, o estatuto e o reconhecimento destas propriedades, tipo quinta, e seus proprietários se fazia notar.

No caso da Quinta da Laranjeira o núcleo central construído compunha-se de construções de carácter rústico [RODRIGUES 2013:16], com algumas tentativas de mimetização das características das casas (senhoriais) da vila, mas, sobretudo, ligadas à exploração da terra, como locais de administração agrícola em contextos (até à 1º do século XX) onde a agricultura era encarada como uma atividade económica rentável e prestigiante.

A Laranjeira, e seu aglomerado construído, pouco ou nada diferem deste modelo. Teve, como já vimos, a particularidade de, num momento da sua história, durante o século XX, ter a presença mais assídua do proprietário, que tinha, também, casa na vila, o que não acontecia regularmente nestas quintas das margens do rio Sabor, quer pela sua localização, que como já vimos, ficavam um pouco marginais em relação aos aglomerados populacionais modernos, quer pela sua vocação agrícola.

As construções do núcleo central da Laranjeira, mais concentradas, encontravam-se localizadas em posição estratégica, ligeiramente sobrelevada, para a gestão da produção e da própria casa. Pela centralidade que ocupavam, para à qual convergiam todos os caminhos da propriedade e pela proximidade a fontes de abastecimento de água e aos terrenos que eram mais propícios ao cultivo de bens para a casa, ou seja, as *hortas*.



Foto 03: vista geral sobre a Laranjeira desde a estrada municipal

Em termos de organização espacial, entre os diferentes edifícios do núcleo central da Laranjeira, a representação final que temos é a de um aglomerado construtivo que se desenvolvia em torno de um *pátio* de planta tendencialmente trapezoidal.

Este pátio, que era lajeado com recurso a grandes placas de xisto, cuja colocação terá ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960, pois prevalecia a memória deste espaço ainda

## Anexo IV

em fraga e terra batida<sup>270</sup> [AFP0719, 20:26m]. Tinha, no seu lado sul, um canteiro em alvenaria de xisto com vestígios de revestimento e reboco.

As diferentes dependências e casa da quinta desenvolveram-se de forma, aparentemente, *orgânica*, sem qualquer plano construtivo, e em vários *momentos*, *à medida das necessidades* ou capacidade de investimento, o que atribuiu ao conjunto um aspeto de grande heterogeneidade espacial e na qualidade construtiva dos próprios edifícios.

A isto não será, também, certamente alheia a longa prevalência da Laranjeira enquanto quinta, onde elementos como um relógio solar, utilizado como parte integrante duma parede voltada a sul ou uma data gravada no lajeado do patamar de acesso à casa principal - 7-3-1897(?) - podem, eventualmente, corresponder a momentos de grandes campanhas de alterações e obras.



**Foto 04 e 05:** relógio solar, muito desgastado, em alçado e data gravada em laje de xisto

---

<sup>270</sup> Por informação recolhida junto da equipa que realizou uma sondagem arqueológica, no centro deste pátio, no âmbito dos trabalhos de escavação do Terraço fluvial das Laranjeiras, sabemos que a rocha se encontra a poucos centímetros de profundidade assentando o lajeado praticamente sobre esta. Esta informação ajuda a interpretar a forma e porque estão organizados de modo, aparentemente, caótico as construções do núcleo central da Quinta da Laranjeira e as enormes diferenças de cota dos pisos de circulação, pois, deve encontrar-se em torno de um afloramento rochoso.



**Figura 05:** organização do edificado em torno de um *pátio* central (levantamento topográfico). Adaptado de *AHSB.MDPSP.233.00 Quinta da Laranjeira (Torre de Moncorvo)*, 2014: ANEXO II]



**Foto 06:** *pátio* central visto desde o seu limite sudoeste.

Outra característica construtiva que chama a atenção, neste aglomerado central, é a constante necessidade de muros (em alvenaria insossa de xisto), de orientação tendencialmente perpendicular e paralela à da natural pendente do terreno, para o segurar de modo a conter e/ou minimizar o aterro das casas e outras dependências, ao mesmo tempo que delimitavam espaços e diferentes patamares de construção e acessos. Cumpriam, desta forma, uma dupla função: a funcional (que já descrevemos) e a *alegórica* ao criarem diferentes *níveis de acesso* a diferentes dependências.



Foto 07: vista geral sobre o edificado central da Laranjeira

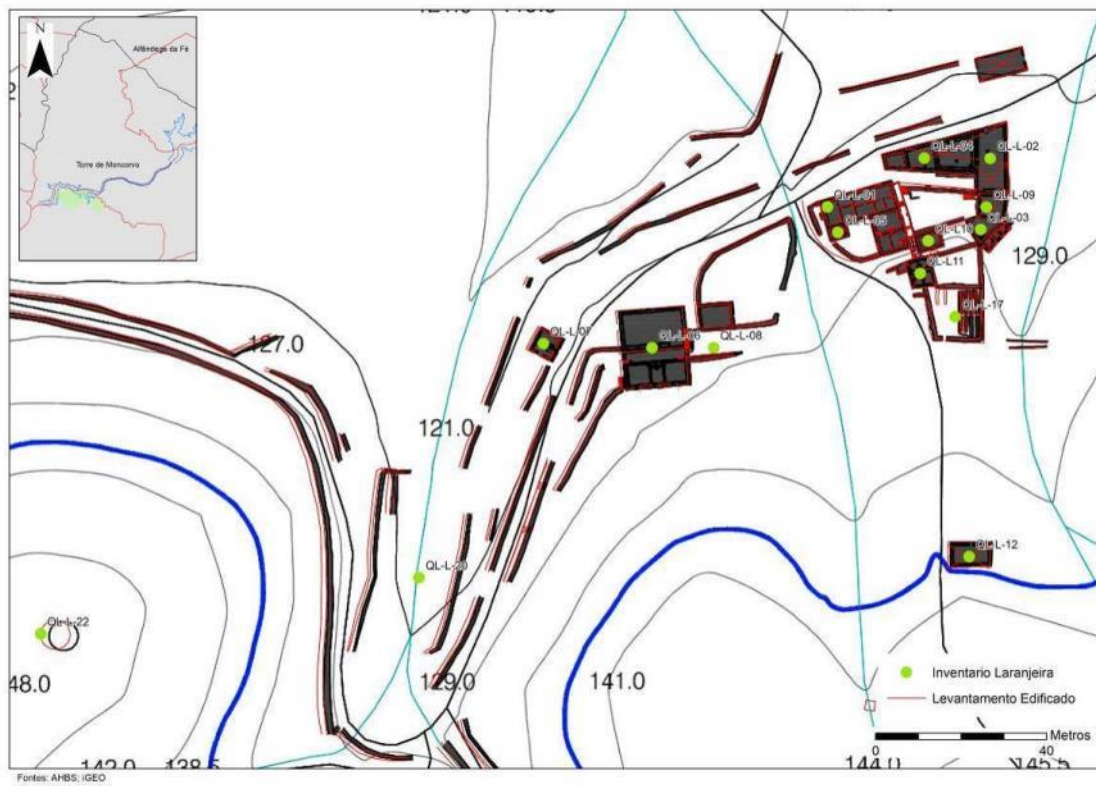


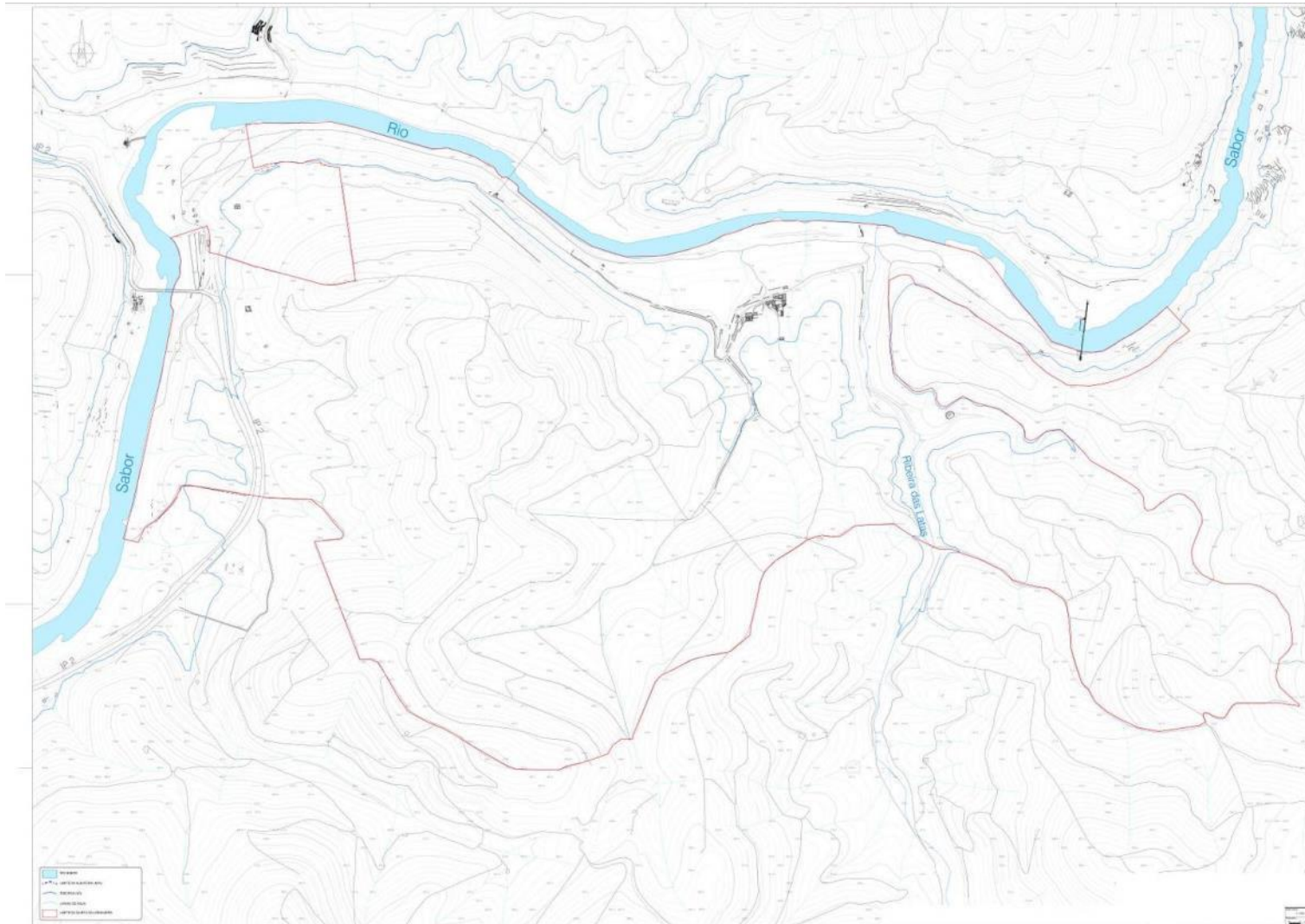
Figura 06: Laranjeira (L) – levantamento arquitetônico do Edificado central com a respectiva marcação de Código de Inventário.

À medida que nos vamos afastando, radialmente, do núcleo central edificado, onde para além das dependências para habitar se concentram aquelas ligadas á transformação e armazenamento de bens e produtos, como o lagar, a adega, a tulha e o forno, entre outros, a quantidade e a qualidade de construções diminui significativamente, consistindo, sobretudo, em muros para armação de terreno, alguns casebres e abrigos dispersos pela área da quinta, uma eira, um muro apiário, uma pesqueira e um pombal, ou seja, elementos relacionados com a vocação produtiva da propriedade.

Esta vocação produtiva e a procura do aproveitamento ao máximo do território, estão expressas não só naquilo que é o seu tecido edificado, mas, também nas opções de edificação: a pedra proveniente da limpeza dos terrenos é usada na construção de socalcos e as construções implantam-se, na grande maioria dos casos, em terrenos de pouco apetência agrícola ou mesmo diretamente sobre afloramento rochoso.

Notória é, também, a procura de economia de meios, de que os argumentos elencados no parágrafo anterior são fatores exemplificativos aos quais se pode juntar a preferência, quase exclusiva, da pedra existente no local da construção, mesmo a extraída de pedreira e a adaptação, quase moldagem, da volumetria das construções ao natural relevo do local da sua implantação.





**Figura 07:** Laranjeira (L) – levantamento arquitetónico geral do património edificado. Adaptado de *AHSB.MDPSP.233.00*, 2014. Desenho de José Rodrigues

## IV.3.1.1. (Núcleo da) Laranjeira: fichas de inventário

## Listagem do património edificado inventariado

<b>Código de Inventário</b>	<b>Nº Localização Geográfica</b>	<b>Tipo de Ocorrência</b>	<b>M (datum73)</b>	<b>P (datum73)</b>
QL-L-01	1	Habitação	89368,8	171652,4
QL-L-02	2	Habitação	89406,92	171663,8
QL-L-03	3	Habitação	89404,64	171647,1
QL-L-04	4	Habitação	89391,53	171663,9
QL-L-05	5	Capela	89371,25	171646,4
QL-L-06	6	Oficina Vinária	89327,81	171619,4
QL-L-07	7	Destilaria	89302,4	171620,3
QL-L-08	8	Casebre	89342,22	171619,4
QL-L-09	9	Curriça	89406,02	171652,4
QL-L10	10	Curral	89392,42	171644,4
QL-L11	11	Curral	89390,52	171636,8
QL-L-12	12	Casebre	89402	171570,3
QL-L-13	13	Casebre	90183,66	171557,8
QL-L-14	14	Abrigo	89760,26	171728,1

QL-L-15	15	Abrigo	89822,57	171540,2
QL-L-16	16	Eira	88197,88	171636,6
QL-L-17	17	Apiário	89398,74	171626,6
QL-L-18	18	Colmeal	89780,4	171398,7
QL-L-19	19	Pesqueira	89580,78	171731,5
QL-L-20	20	Socalcos	90183,66	171557,8
QL-L-20	20	Socalcos	89616,28	171731,5
QL-L-20	20	Muros	89273,3	171565,4
QL-L-20	20	Socalco	87980,97	171635,7
QL-L-20	20	Socalco	88007,47	171193,1
QL-L-20	20	Socalcos	88187,17	171492,1
QL-L-21	21	Tanque	88997,18	171737,7
QL-L-22	80	Pombal	89112,24	171436,2
QL-L-23	81	Casebre	890030,7	171219,1

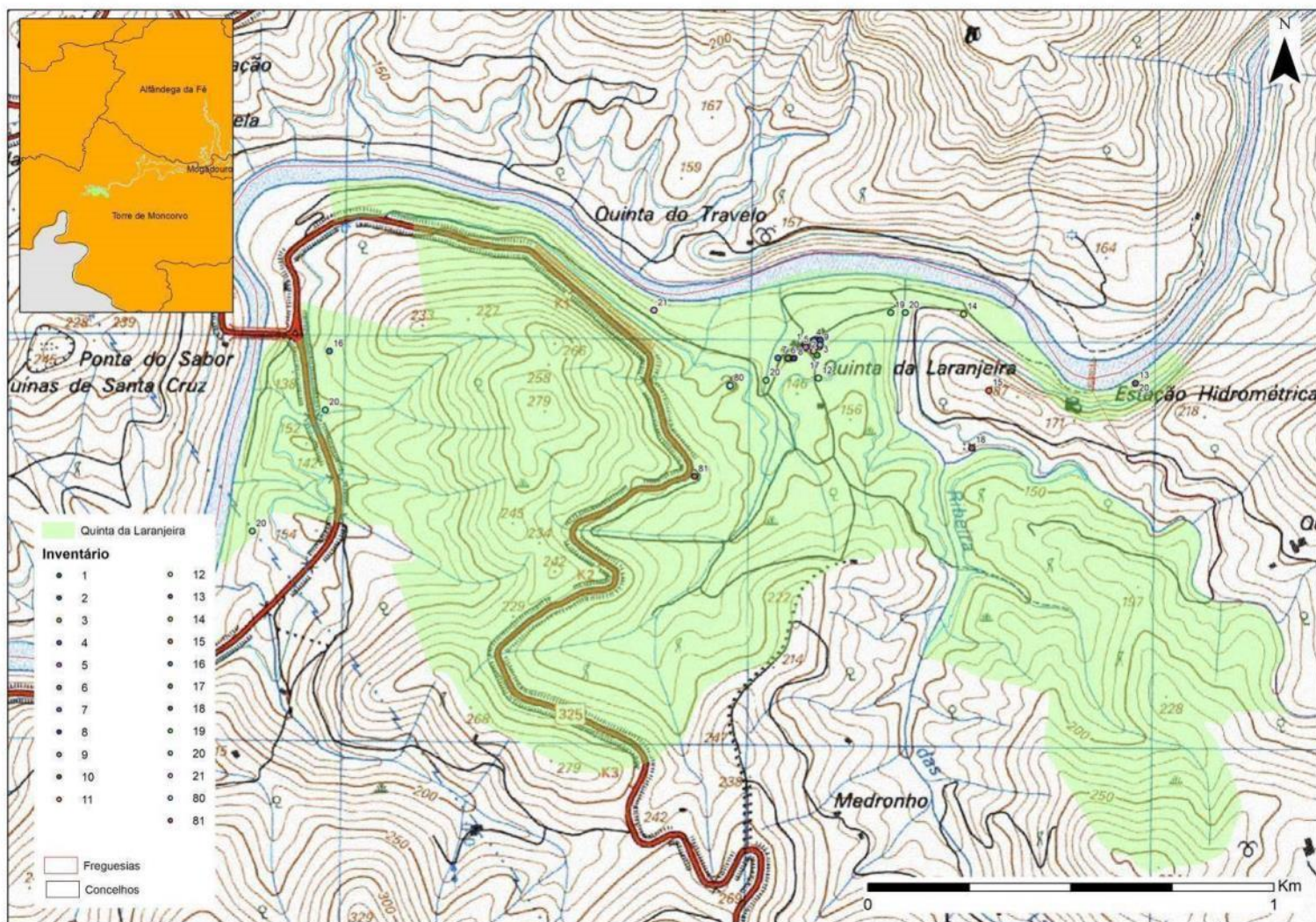


Figura 08: Laranjeira (L) –

localização, através do Numero de Localização Geográfica, do património edificado inventariado.

Número de Localização Geográfica	1
Código de Inventário	QL-L-01

Designação	Casa 1 da Laranjeira
Tipologia	Habitação

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, granito, madeiras, cal e argilas, tijolo e cimento tipo Portland	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária; tabiques
Utilização Inicial	Habitação e armazenamento	Última Utilização	Guarda de animais e abandonado

#### Descrição Sumária

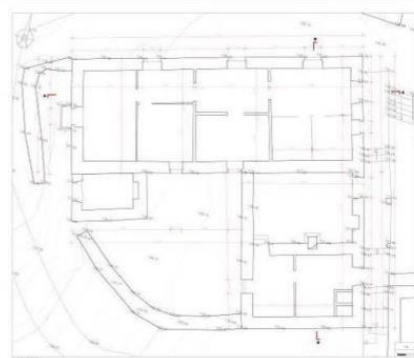
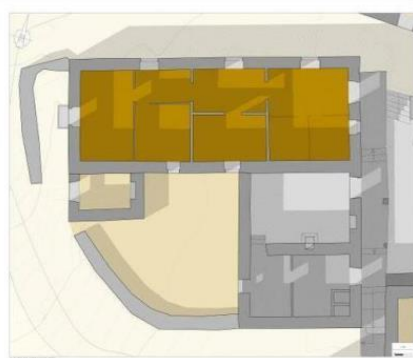
Casa de planta em "L" com rés-do-chão (parcial) e 1º andar no corpo orientado, genericamente, de Este para Oeste e implantada diretamente sobre o substrato geológico, adaptando-se à topografia irregular do mesmo. Em alvenaria ordinária de xisto, de paredes com espessura variando entre os 70 e os 75cm, com os cunhais e as molduras dos vãos em silharia de granito. As paredes de divisão interna erguiam-se com recurso a madeira, tabiques fasquiados ou alvenarias de tijolo e cimento (nas alterações mais recentes). Encontrava-se rebocada no exterior com argamassa à base de cal e argilas e pintada de branco. A cobertura, com estrutura em madeira, era de duas águas e telha meia cana. Vencia a inflexão do "L" da planta através de rincão e laró, criando uma 3ª água parcial. No interior era provida de guarda pó em madeira entre as vigas e as telhas. Ao nível do rés-do-chão apresentava duas divisões - lojas - distintamente compartimentadas, com as entradas voltadas a norte: uma delas (a poente) com estrutura pétreia para manjedoura e piso em terra batida, a outra tinha uma janela, piso cimentado e vestígios de reboco e isolamento das paredes.

O 1º andar compunha-se por dois corpos distintos: aquele destinado à habitação - localizado sobre o rés-do-chão - tinha a sua entrada voltada a nascente e acessível através de um alpendre em madeira. No interior apresentava piso sobradado e oito divisões - nenhuma para cozinha ou wc - sete das quais com entrada de luz natural através de janelas, três voltadas a norte, duas a sul, uma a nascente e uma poente, uma sacada de bandeira triangular, de acesso a uma pequena varanda com piso em granito e guarda-corpos em ferro forjado. As paredes interiores eram, como já se referiu, em alvenarias ligeiras; aquele destinado a comportar a cozinha, despensa e quarto dos serviçais, com o seu eixo orientado a norte-sul, era composto por três divisões: uma cozinha de piso lajeado em xisto, chaminé e trasfogueiro em metal e zona de fogo (lar) delimitada por silhares de granito, as suas paredes estavam, parcialmente, revestidas a azulejo de cor branca e com reboco à base de cal e argilas pintado de branco, com pilheira (armário de parede) na parede nascente. A sul da cozinha, acessível através desta, encontravam-se outras duas divisões, uma destinada, segundo a memória oral, ao quarto de criadas, com piso em xisto, separado da cozinha por parede em alvenaria de xisto, e com uma pequena janela voltada a poente. A nascente da divisão, acessível através da mesma - da qual se separava através de parede em tabique fasquiado - ou por porta autónoma voltada ao pátio exterior (a nascente), encontrava-se a despensa. O piso desta era, também, em lajeado de xisto e nela encontravam-se construídos dois pequenos tanques em madeira.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	2
Código de Inventário	QL-L-02

Designação	Casa 2 da Laranjeira
Tipologia	Habitação

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, granito, madeira, argila e cal	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa e tabique
Utilização Inicial	Habitação e armazenamento	Última Utilização	Guarda de animais (baixos); abandonado

#### Descrição Sumária

Casa de dois andares, de planta tendencialmente quadrangular, com uma área a rondar os 26m<sup>2</sup>, não comunicantes internamente, cumprindo com a tipologia e dimensões típicas de habitações das aldeias do nordeste transmontano<sup>271</sup>. Construída em alvenaria de pedra seca irregular de xisto, com a presença de elementos de granito na estrutura dos vãos, com 70cm, em média, de espessura para as paredes. O alçado principal encontrava-se revestido/rebocado com argamassa de cal e argila, acontecendo o mesmo, de modo parcial, no alçado lateral direito.

A entrada, para ambos os pisos, fazia-se pelo pátio da quinta, através das portas existentes no alçado poente (principal). O vão de acesso ao piso inferior, originalmente um palheiro, apresentava a padeira em madeira, ombreiras de xisto em continuidade com o aparelho do paramento e uma soleira sobrelevada em relação ao pátio e ao interior igualmente em xisto. A porta de madeira, de carácter rudimentar, era constituída por um painel de tábuas verticais, eixo vertical e travessas interiores de apenas uma folha. O caixilho era, também, de madeira. O interior consistia numa única divisão com as paredes revestidas/rebocadas. Aqui podia-se notar a estrutura do sobrado, bastante degradada, e no quadrante SO, sobre a estrutura do sobrado, podia ver-se uma mó reaproveitada como *pedra de lar*. O acesso ao piso superior era efetuado através de um lanço de escadas com degraus de xisto existente na extremidade NE do *pátio*. Sobre o patamar superior deste lanço de escadas arrancaria uma varanda em madeira, da qual apenas restavam os negativos na parede poente da casa e sobre a entrada do piso inferior de QL-L-03. A este nível apresentava cinco vãos, um de porta e quatro de janela, duas no alçado principal e duas no posterior. Estava compartimentado em três divisões, obtidas através de paredes de tabique fasquiado, com o roda pés e as molduras das portas em madeira. Tinha, também em tabique fasquiado, teto falso.

A sua cobertura era de quatro águas e telhado em telha tipo meia cana.

<sup>271</sup> REDENTOR, 2000: 13 a 16

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**





## Laranjeira: Inventário [Anexo IV]

Número de Localização Geográfica	3
Código de Inventário	QL-L-03

Designação	Casa 3 da Laranjeira
Tipologia	Habitação

## Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira, granito, argilas, cal e tijolo	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa e tabique
Utilização Inicial	Habitação e forno da quinta	Última Utilização	Abandonado

## Descrição Sumária

Parte integrante da casa QL-L-02, embora de construção posterior, seria o piso superior desta construção ao qual era possível aceder, apenas, através da varanda em madeira que dava, igualmente, acesso ao 1º andar da supramencionada. Este andar superior consistia no aproveitamento de um espaço entre construções, conseguido através de um piso sobradado, cujos barrotes assentavam sobre a repisa, neste caso composta por algumas lajes saliente do paramento, existente na parede sul da casa do *feitor* [Figura 19] e orifícios no alçado interior sudoeste. Por cima do sobrado assentava uma parede exterior de tabique fasquiado, cujo negativo se encontrava definido pela área rebocada da face interior das paredes. Esta parede em tabique, que encontramos já caída, tinha uma janela de madeira de duas folhas e portadas também duplas. O telhado da divisão criada por esta parede em tabique seria, possivelmente, de duas águas, como indicava a cumeeira da parede em tabique.

De planta, tendencialmente, triangular, fruto do já mencionado aproveitamento de espaço entre construções, no rés-do-chão, de entrada voltada a norte, consistindo o seu alçado principal, grosso modo, no vão de entrada e porta. No interior, amplo, e de piso cimentado, as paredes apresentavam-se sem qualquer revestimento, com exceção junto da entrada do forno que se encontrava rebocada a cimento, existindo um vão de janela gradeado na parede SO para a entrada de luz. Na face interna da parede SO é possível observar que esta assentava diretamente sobre o substrato rochoso, que se encontrava regularizado (cortado). Era através desta divisão que se tinha acesso ao forno da quinta. Sobre a entrada (boca) desde encontrava-se uma chaminé em tijolo, como o topo partido e caído sobre o piso interior, possivelmente consequência da derrocada do telhado. Pelo que nos foi dado a observar, de forma mais clara, após os trabalhos de descaracterização da quinta, a abobada do forno era em tijolo furado e a sua base e arranque em granito. A estrutura do vão da boca de entrada do forno era em blocos de granito e seria celada através de porta, amovível, em ferro, da qual restavam apenas os encaixes do eixo, características – industriais - que indiciam ter sido construído, já no decorrer do século XX, por profissionais.

Ao centro da parede SE, junto do forno, encontrava-se um vão, de formato quadrangular, selado através de portada em madeira. Esta abertura dá para uma espécie de depósito exterior aberto (mas que seria coberto pelo telhado), pelo que apontamos que poderia tratar-se de local para depositar a cinza, que posteriormente seria, cremos, utilizada como componente de fertilizante.

À direita da abertura acima descrita encontra-se um vão de porta, que permite o acesso àquilo que no último momento de transformação e utilização do espaço foi um wc (com as paredes revestidas a azulejo branco e algum mobiliário de casa de banho), com uma pequena fresta no alçado SE, junto do qual, no exterior existia, inclusivamente, uma fossa.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	4
Código de Inventário	QL-L-04

Designação	Casa 4 da Laranjeira
Tipologia	Habitação; curral

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira, argilas e cal	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Habitação/ guardar animais	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Tratava-se de uma construção de planta trapezoidal, composta por três compartimentos, em alvenaria de pedra seca irregular de xisto, revestida e rebocada, parcialmente, nos paramentos exteriores com argamassa de cal e argila. Tinha apenas divisões térreas e as paredes de divisão internas eram, também, em alvenaria seca de xisto. Os paramentos desta construção tinham em média 80 cm de espessura. No alçado principal e no alçado poente havia, embutidas nos mesmos, lajes de xisto perfuradas que serviam para prisão de gado. O alçado principal, orientado a sul, ou seja, para o pátio que estruturava a quinta, tinha três vãos, um para entrada em cada dos compartimentos. Estes vãos apresentavam-se em continuidade construtiva com o restante alçado com soleiras e padieiras igualmente em xisto. Este alçado tinha a particularidade de ter uma elevada diferença de cota (altura) entre a extremidade nascente do edifício, que comportava o compartimento poente e parte do compartimento do meio, cuja estrutura de cobertura é de duas águas, com madeiramento simples, e o restante corpo onde a cobertura é de uma água com pendente Sul-Norte, ambas cobertas com telha meia cana. Esta diferença de altura no alçado, que aumenta de poente para nascente, naquilo que corresponde às partes do edifício cuja cobertura é de uma água, explica-se através da cobertura, pois apenas assim se pode obter uma pendente regular numa construção de planta trapezoidal.

O compartimento mais a poente, já sem telhado, tinha o piso de circulação lajeado a xisto e marcas de combustão na esquina NO. Na fiada de topo, a Este da sua entrada, encontrava-se um relógio de sol já muito gasto. Nos seus paramentos apresentava 5 pilheiras: 3 na parede poente, uma na parede norte e outra na parede nascente. O compartimento central tinha piso de circulação em soalho e as paredes interiores rebocadas. Uma janela, no alçado posterior, virada para o rio cuja portada era em madeira. Junto desta observou-se uma rudimentar estrutura de secagem ou fumeiro, que consiste em dois aros em arame pendente da estrutura de cobertura com um pau entre as suas extremidades. Era no seu interior deste que se podia atentar a zona de transição entre o telhado de duas águas para o de uma, estando colmatado o espaço entre os dois telhados através de uma parede, de formato triangular, em tabique de fasquio com revestimento em cimento.

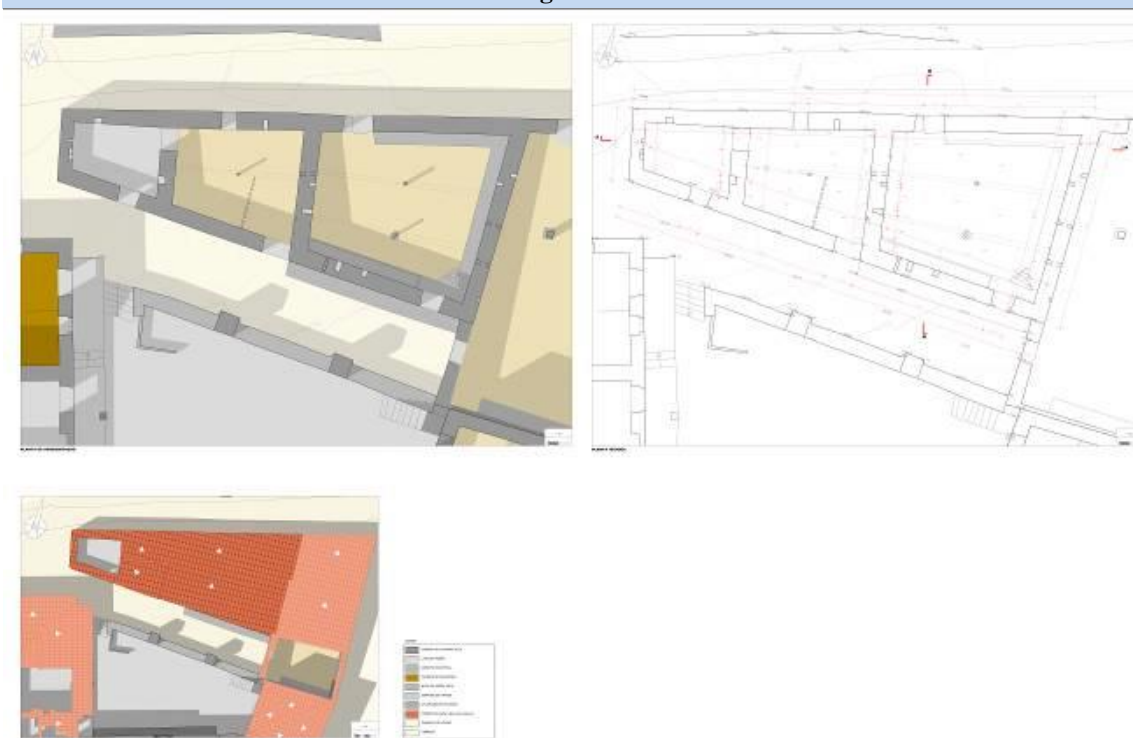
No que diz respeito ao compartimento nascente, a este era possível aceder, para além da entrada sobrelevada existente no alçado principal, por uma outra entrada, desde o exterior, existente no alçado posterior, com padieira em madeira e soleira em xisto, que seria o seu principal acesso. Para suprir a grande diferença de cota entre a entrada e o piso do interior do compartimento, junto da esquina SE existiam quatro degraus em xisto. Quando da edificação desta construção, entre os compartimentos do meio e o nascente, existiu uma ligação interna, posteriormente emparedada, junto do alçado posterior. O interior do compartimento nascente correspondia a um espaço amplo, com alicerces para colocar manjedouras, em alvenaria de pedra seca de xisto, encostados a todo o correr dos alçados nascente, norte e sul.

Os compartimentos, poente e central, correspondiam, na sua génese, a áreas de habitação enquanto aquele mais a nascente corresponderia a um curral.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	5
Código de Inventário	QL-L-05

Designação	Capela da Laranjeira
Tipologia	Edifício Religioso

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira, argilas e cal	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Capela	Última Utilização	Abandonada

#### Descrição Sumária

Encostada ao limite poente da parede sul da casa principal encontrava-se uma pequena construção, de aproximadamente 6,5m<sup>2</sup> de área, em alvenaria ordinária de xisto (70cm de espessura média) revestida no exterior, com recurso a reboco de cal e argilas, apenas na parede poente. A cobertura era de duas águas, estruturada em madeiramento simples, e a telha utilizada a meia cana.

Esta construção, pelas características que apresentava, que mais à frente iremos descrever, corresponde à capela referida no artigo nº447 da matriz predial rústica de Torre de Moncorvo de 1938 (Repartição de Finanças de Torre de Moncorvo, Matriz predial rústica de Torre de Moncorvo, ano 1938, nº 447, fl. 89v) que foi instituída na quinta em 1807 por *António Luís de Carvalho Camelo e Castro e sua mulher D. Joana Bernarda de Aragão Cabral*. (OLIVEIRA 2018: 197-202)

A entrada no edifício fazia-se através de um vão, já sem porta, no alçado poente. Umbreiras, padieira e soleira eram, tal como as paredes, em xisto, sendo a parte interna da padieira em madeira.

Da porta restavam, em ambos os lados da soleira e padieira, os orifícios para os *couços* e os batentes indicando que, possivelmente, esta seria de duas folhas.

No interior o piso de circulação seria concebido através de grandes lajes de xisto, aquando do registo, reduzido às áreas junto dos cunhais e ombreiras.

Era no interior que se encontravam os mais notórios indícios de que este edifício, efetivamente, se tratava das *ruínas* de uma capela, há muito em desuso, pois, desta sua natureza, não havia memória entre os nossos inquiridos.

Mal se entrava, deparávamo-nos, na parede nascente (cabecera) com os vestígios e negativos deixados pelo altar e respetiva mesa. Em todas as paredes, com exceção para a parede norte (que pertencia à casa), eram visíveis os vestígios do revestimento e reboco (à base de argila e cal), com almofadados falsos pintados em tons de azul ao nível do lambril, bem como o negativo de uma abóbada de berço, desenhado pelo limite do reboco, da qual eram ainda visíveis os orifícios para encaixe da sua estrutura na parede sul. Ainda na parede sul, era possível observar três pequenos nichos, um dos quais de forma triangular.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	6
Código de Inventário	QL-L-06

Designação	Oficina Vinária da Laranjeira
Tipologia	Oficina Vinária

### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, granito, madeira, argilas, cal e tijolo	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Lagar vinário e adega	Última Utilização	Guarda de alfaías agrícolas e animais

### Descrição Sumária

A oficina vinária da Quinta da Laranjeira constituía um corpo individual localizado na zona Sudoeste do núcleo central da quinta, em terreno declivoso, com pendente, tendencialmente, norte-sul. Tratava-se de um edifício de planta retangular, que adaptava a sua implantação à encosta e patamares do terreno, com as fundações assentes diretamente sobre o substrato rochoso. Construído em alvenaria ordinária de xisto, as suas paredes apresentavam uma espessura média de 71cm, e eram rebocadas com argamassa à base de cal e argila. Compunha-se por duas áreas funcionais, correspondentes ao lagar e à adega, implantadas em zonas topograficamente distintas. Os elementos estruturais da construção como cunhais e vãos (umbreiras e padieiras) eram em silharia de granito, com claro corte e afeição profissional (de pedreiro), o que conferia à construção um cuidado especial através da utilização de materiais e cortes de melhor qualidade nas zonas estruturais.

O lagar encontrava-se situado na zona mais alta e era neste que se procederia a fase inicial do fabrico do vinho. Este corpo tinha duas entradas laterais, uma a nascente e outra a poente, semelhantes. As portas, de dupla folha, em madeira, apresentavam a tipologia de portas de painel tipo camisa e saia – engradadas. A porta nascente tinha gateira numa das folhas. Ambas as portas, ao fundo, apresentavam um reforço com chapa metálica do lado exterior. A estas entradas acedia-se através de patamares de circulação no exterior, obtidos com recurso a muros de socalco que seguravam as terras de modo a impedir que estas obstruíssem a passagem e as entradas. No alçado norte, em que na parede interior se encontravam encastrados os tanques em granito, existiam três vãos de porta. Estas eram semelhantes àquela anteriormente descrita para o alçado nascente, sem a gateira. O vão de porta a poente tinha na soleira escavada uma caleira para escoamento de fluidos. Estes vãos (portas) relacionavam-se diretamente com a atividade da pisa, servindo para o despejo da uva e como respiradouro, aliviando o espaço dos nocivos vapores libertados pela fermentação.

A cobertura, em telha de canudo, assentava sobre estrutura em madeira com quatro águas composta por quatro asnas, reforçadas com ligação entre o pendural e a linha através de ferragens ou cintas em ferro (estribos).

No interior, situam-se os tanques (pios), ou os lagares propriamente ditos. Eram de morfologia retangular, construídos com recurso a grandes lajes granito e assentes sobre um plinto, feito de blocos e lajes mais pequenas, em xisto. Estes tanques, em número de três, cada um correspondendo a um dos vãos do alçado norte, sendo o do centro de menor dimensão. Na zona de divisão entre os tanques laterais e o central, rasgados no alçado norte, existiam dois orifícios para mictório. À frente do tanque central e lateralmente aos tanques laterais, encontrava-se um outro, mais pequeno e mais baixo, o pio ou dornacho, para onde escorreria o vinho através dos orifícios de formato retangular que existiam em cada um dos maiores. O vinho seguia, depois, por força da gravidade, para a adega situada na parte mais baixa do edifício através de um sistema, que teria de ser necessariamente amovível, que ligaria os tubos que se encontram encastrados no dornacho a dois rasgos, ao nível do piso de circulação, que existiam no paramento que divide o lagar da adega.

A parede divisória entre o lagar e a adega erguia-se, tal como as exteriores, em alvenaria de pedra ordinária de xisto. Tinha um vão de porta ao centro, estruturado em granito, que servia de passagem para a adega. A porta é semelhante àquelas que até foram descritas para o lagar. Nesta parede, como nas restantes do lagar, são visíveis vestígios de reboco, que aqui ia apenas até aos rasgos a nível do piso de circulação.

A adega, destinada ao armazenamento do vinho e outros produtos da quinta, situava-se na parte baixa em contiguidade com o lagar. Encastrada na parede interior entre a adega e o lagar, são visíveis os vestígios daquilo que outrora havia sido uma plataforma, tipo varanda com escadas de acesso, em madeira que permitia a ligação e a comunicação interna entre a adega e o lagar através da porta já referida. Desde o exterior a adega apresentava três entradas. A principal, no alçado sul, tinha porta de duas folhas em madeira, semelhante às do lagar, com o fundo reforçado com chapas. Era encimada por uma bandeira fixa, para ventilação do espaço, em ferro forjado com padrão de losangos e circunferências. Na interior a bandeira é fechado por portada em madeira de duas folhas para, quando necessário, impedir a entrada de luz e vento. A ladear esta entrada existiam duas frestas altas, com gradeamento em ferro, que se fechavam através de portada de madeira pelo interior, que permitiam manter e controlar as condições de luz propícia ao armazenamento do vinho. As duas outras entradas encontravam-se nos alçados nascente e poente. Eram em tudo semelhantes à entrada sul apenas com o vão mais estreito e sem o reforço com chapas metálicas. Todas as portas, janelas e portadas da oficina vinária encontravam-se pintadas com tinta de cor castanha, com exceção para a porta nascente da adega/armazém que se encontrava pintada de azul. Para manter o arejamento necessário ao armazenamento e acondicionamento do vinho o interior tinha um pé-direito alto: cerca de 8,2m na parte mais alta e 4,6m na mais baixa. Aqui, ou seja, no interior, não existiam já vestígios de tonéis ou qualquer outro elemento ou objeto ligado ao

armazenamento do vinho.

A cobertura era de uma água, naturalmente com a mesma pendente que o terreno, e nos mesmos materiais que a do lagar. Em resultado do enorme pé-direito, necessidade de um espaço amplo e sem impedimentos à circulação e excessiva largura do vão (entre paredes) da adega o madeiramento de sustentação da estrutura de cobertura apresentava a particularidade da aplicação de asnas numa cobertura de uma água.

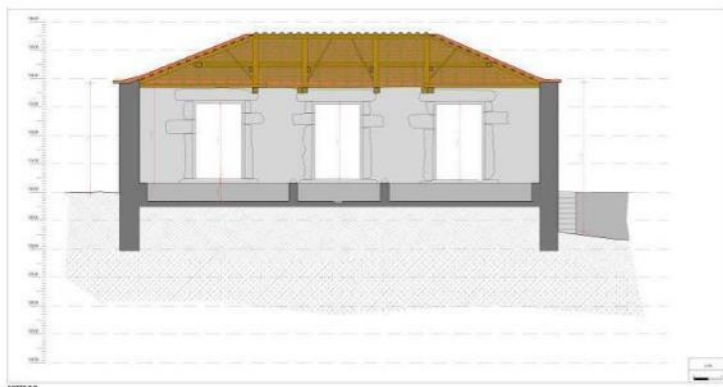
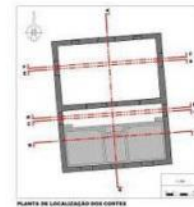
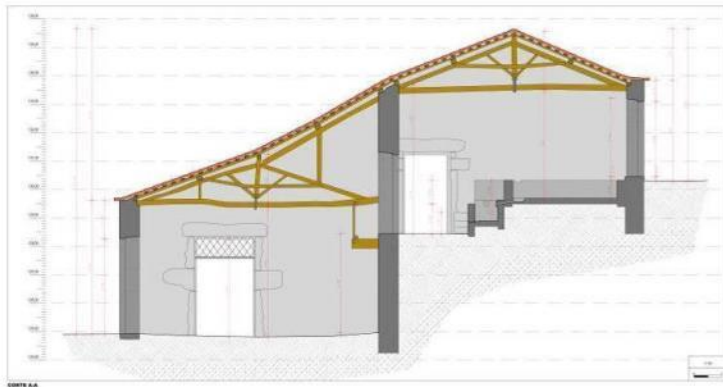
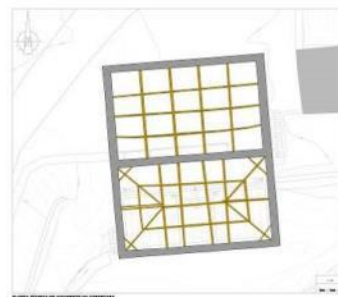
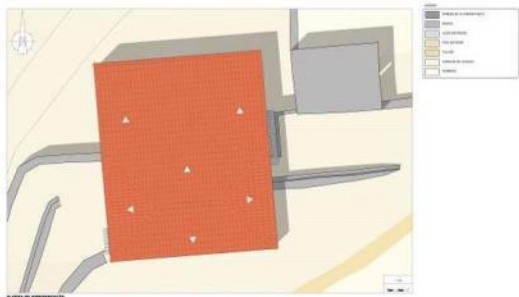
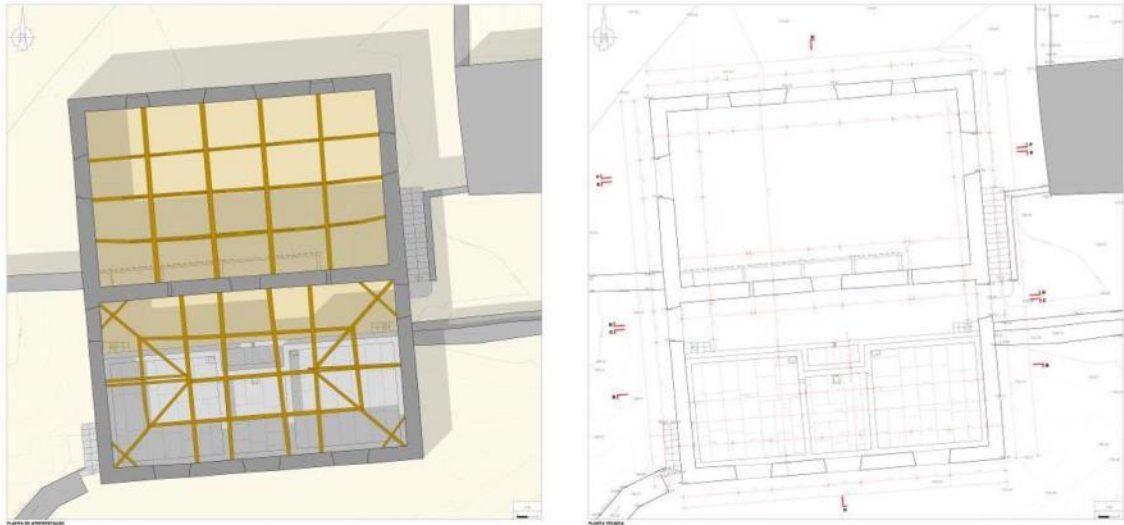
A sua configuração é de tipologia semelhante à das oficinas vinárias das quintas do Douro, que começou a difundir-se na região a partir de finais do século XVIII, tornando-se num modelo clássico e amplamente reproduzido ao longo do século seguinte. [FERREIRA, 1999: 51 a 58]

**Registo Fotográfico**





Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	7
Código de Inventário	QL-L-07

Designação	Destilaria da Laranjeira
Tipologia	Destilaria

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, granito, madeira, argilas, cal e tijolo	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa de xisto
Utilização Inicial	Destilaria de bagaço e aguardente; forja	Última Utilização	Abandonada

#### Descrição Sumária

A destilaria da Quinta da Laranjeira tratava-se de um edifício de planta, tendencialmente, quadrangular que se localizava a poente da oficina vinária (QL-L-06) junto do caminho que dava acesso ao núcleo central. Isolada e destelhada esta construção, onde outrora teriam funcionado a destilaria e a forja da quinta da Laranjeira [JALVES1370, 1h05:19m], tinha uma área de cerca de 6 m<sup>2</sup>, e era construída em alvenaria insossa de pedra irregular de xisto, com as paredes a apresentarem-se, em média, com 55cm de espessura. Os vãos e as bases dos cunhais eram em granito. Implantava-se num terreno de encosta, diretamente sobre o substrato rochoso. Uma localização, certamente, não acidental pois tal implantação facilitaria a distribuição e funcionamento interno dos elementos necessários à destilação de subprodutos do vinho.

A sua cobertura, inexistente aquando dos registos, seria de uma água e acompanhava a vertente natural do terreno, ou seja, de SE para NO. Tinha no exterior um tanque em granito encostado ao seu alçado SE.

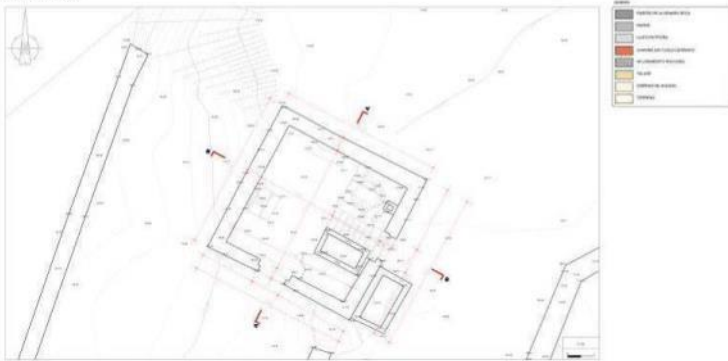
Apresentava duas entradas, uma junto do caminho, ou seja, no alçado SE, através da qual para se aceder ao interior era necessário descer um lanço de escadas em granito e a outra a SW. O interior apresentava-se com o piso de circulação entre a terra batida e o substrato rochoso. Mais de um terço da sua área, ao SO, encontrava-se preenchido com aquilo que resta do alambique, ou seja, as estruturas fixas do forno e o tanque de arrefecimento. O forno, no canto nascente, parcialmente destruído, era construído em silharia de granito, sendo ainda perceptível a sua fornalha, cuja entrada se encontrava parcialmente arruinada encontrando-se a laje de fecho superior caída junto do alçado NE e sob esta a área de acumulação das cinzas, com um pequeno vão para as retirar. Apresentava uma planta circular no interior, com blocos salientes das paredes para colocação da grelha em ferro. Para a saída do fumo tinha, encostada à parede SE, uma chaminé construída com recurso a tijolo furado. No topo da parede SO do forno, encontram-se cravadas algumas peças em ferro que ajudariam à colocação e fixação da caldeira do alambique, em cobre, sobre o fogo.

A SE do forno, apenas separado destes pelos degraus, em granito, de acesso ao interior por SE, encontrava-se um tanque, também em granito, no interior do qual eram ainda visíveis orifícios e tubagem do sistema de refrigeração do vapor que viria a dar origem ao bagaço.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



## Laranjeira: Inventário [Anexo IV]

Número de Localização Geográfica	8
Código de Inventário	QL-L-08

Designação	Casebre 1 da Laranjeira
Tipologia	Casebre

## Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, granito, madeira, argilas e cal	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa de xisto
Utilização Inicial	Apoio a atividades agro-pastoris da quinta	Última Utilização	Abandonado

## Descrição Sumária

Casebre localizado a nascente da oficina vinária (QL-L-06), no mesmo alinhamento e apenas separado desta por umas escadas e uma pequena plataforma sustentada por muro de alvenaria insossa de xisto. De planta retangular, como a grande maioria dos edifícios da quinta da Laranjeira, era construído em alvenaria de pedra seca da despedrega de xisto, com a particularidade de apresentar alguns blocos de granito (parcos) dispersos pelos seus cunhais e vãos. Nos seus paramentos sul e poente foi possível observar, ainda, vestígios de revestimento das paredes.

O interior, em cujas paredes permaneceram vestígios de revestimento à base de argilas, apresentava-se sem qualquer divisão ou pormenor arquitetónico de relevo para além do vão, de formato quadrangular, a uma cota superior à da altura de uma pessoa existente no alçado sul. O seu piso encontrava-se completamente preenchido pelo derrube do telhado e terra.

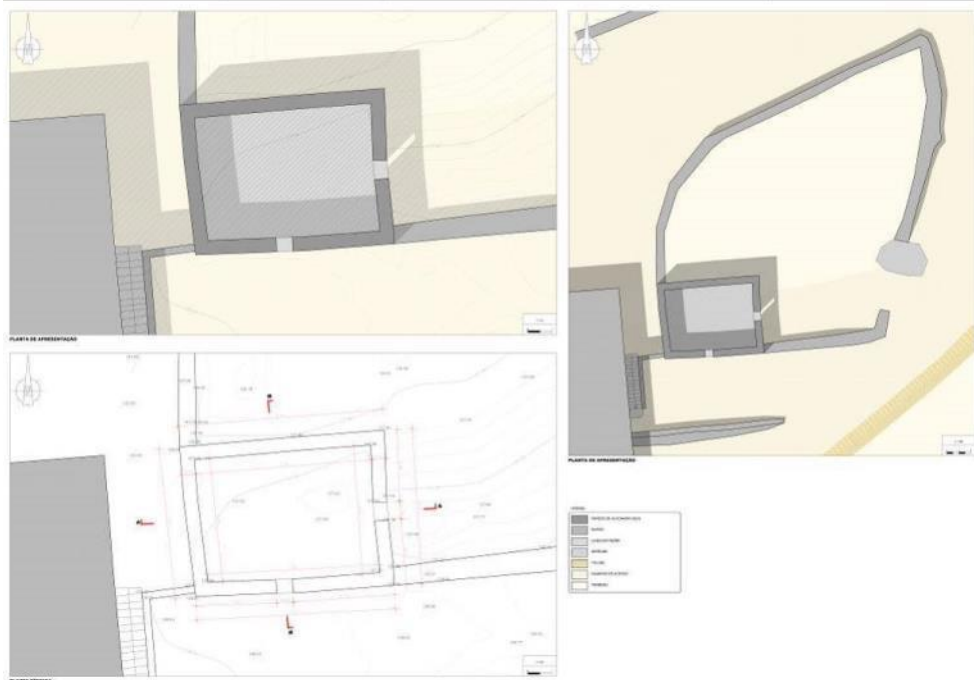
No lado exterior o vão do alçado sul encontrava-se sensivelmente a um metro da altura do solo e estruturava-se através de ombreiras e padieira em granito. Estas características, semelhantes a outros casos, como por exemplo os baixos da Casa 2 da Laranjeira (Q1-L-02) levam-nos a apontar que esta construção seria um palheiro.

O casebre não conservava qualquer vestígio da estrutura de cobertura, mas, através da pendente do topo das paredes, foi fácil perceber que seria de uma água, com pendente para norte e telhado de telha meia cana (havia fragmentos destas derrubados no interior).

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



## Laranjeira: Inventário [Anexo IV]

Número de Localização Geográfica	9
Código de Inventário	QL-L-09

Designação	Curriça 1 da Laranjeira
Tipologia	Curriça

## Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, quartzitos, madeira, argilas, cal, tijolo e cimento tipo Portland	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Curriça/ curral	Última Utilização	Guarda de animais

## Descrição Sumária

Localizava-se a nascente de QL-L-04 e os seus paramentos encostam aos do anterior, aproveitando a parede nascente do mesmo como parte, parcial, integrante do seu alçado poente.

Erguia-se em alvenaria de pedra seca irregular de xisto (e alguns blocos de quartzito), com vestígios de revestimos de argamassa de argila exterior na parede norte. A cobertura, em madeiramento simples, era de duas águas desiguais, das quais a mais pequena, com pendente para sul se encontrava, aquando do nosso registo, derrubada, e telha meia cana.

Para se aceder ao interior desta construção havia duas entradas. Pelo lado poente através de uma porta de painel, em madeira, de uma folha pintada em tonalidade de encarnado. A estrutura de vão desta passagem em nada diverge do restante paramento da construção e para lhe chegar era necessário atravessar o espaço criado entre a Casa 4 da Laranjeira e o pátio em torno do qual se desenvolve o núcleo construído da quinta.

O outro acesso ao interior, que seria provavelmente o mais utilizado, era efetuado pelo alçado norte. Aqui, novamente a estrutura do vão em nada difere da dos paramentos, com exceção para a padieira que é composta inteiramente de elementos em madeira, e a sua soleira consistia numa grande laje de xisto. A porta, de duas folhas, era em madeira com almofadado e travessas exteriores.

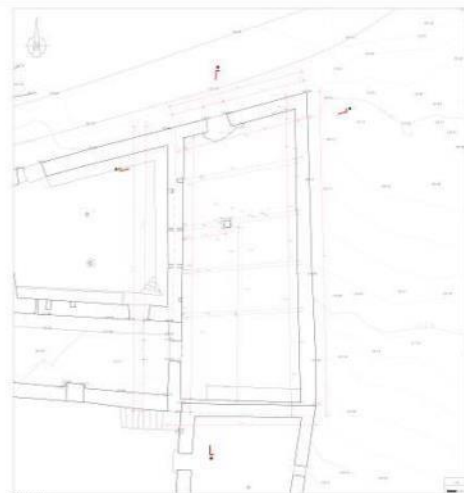
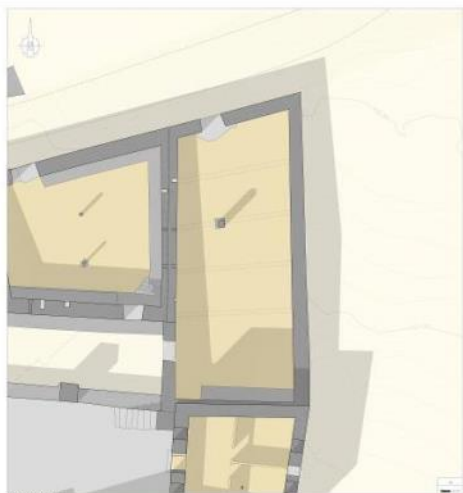
O interior da construção apresentava-se amplo e o piso de circulação era o substrato natural. Aqui existia uma base, em alvenaria seca de xisto, para manjedoura no alçado sul. Junto da entrada norte foi possível observar nas paredes vestígios de revestimento/reboco, um possível indício de que a dada altura aqui pudesse ter existido uma divisão. Junto destes vestígios, ao centro, encontrava-se um pilar, em tijolo e cimento, para reforço da estrutura de cobertura, servindo de espeque.

No que diz respeito à utilização deste espaço, o mesmo apresentava as características de uma área multifuncional ligada às atividades agro-pastoris, onde animais, alfaías e produtos poderiam ser guardados. No que respeita ao armazenamento, colocamos a hipótese de a estrutura de madeira composta por dois barrotes, junto do limite do reboco, encaixados nos alçados nascente e poente e dois paus verticais a liga-los, possa corresponder a um sistema para armazenamento de palha e forragem para animais que aqui poderá ter existido.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	10
Código de Inventário	QL-L-10

Designação	Curral 1 da Laranjeira
Tipologia	Curral

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira e argilas	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Curral	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Curral com cercado localizado a sul do pátio em torno do qual se desenvolve o núcleo central construído da quinta, mas, implantados a uma cota superior à deste, sem qualquer vão ou passagem a liga-los diretamente. A construção parece erguer-se desde um muro, de sustentação de terras, preexistente, aquele que delimita o pátio do lado sul, sobre o qual se podia observar o cunhal do curral, e sobre a laje do primeiro degrau do acesso sul à Casa 1 da Laranjeira.

Tratava-se de um edifício construído em alvenaria de pedra seca da despedrega em xisto. De planta retangular, sem divisão interna, com orientação semelhante à da casa principal. Os cunhais e as ombreiras eram em continuidade com o restante pano murário, embora apresentassem algumas pedras de maior dimensão, provavelmente extraídas de afloramento rochoso, que serviriam para travar e estabilizar a estrutura.

Em partes do seu alçado norte foi ainda possível observar os orifícios para a montagem das pranchas dos andaimes utilizados aquando da sua construção - os bueiros. A entrada, já sem porta, encontrava-se orientada a nascente, e a sua padeira era em madeira. A cobertura, igualmente inexistente, era de uma água, com pendente para norte, com telha meia cana da qual permaneciam alguns exemplares no topo dos paramentos. Junto desta, encostado e desenvolvendo-se sobre o muro, existia uma construção em pedra seca coroada com uma placa de cimento, sem qualquer entrava, cuja funcionalidade nos é completamente desconhecida.

No interior não apresentava qualquer elemento construtivo de particular interesse ou relevância ou vestígios de reboco. No alçado sul apresentava, encaixada, uma pia escavada num bloco de xisto, cuja inclinação era do exterior para interior. Serviria, tudo indica, como já observamos em casos semelhantes, para através desta se deitar água ou restos de comida, que cairiam noutra pia existente no interior, para alimentar os animais.

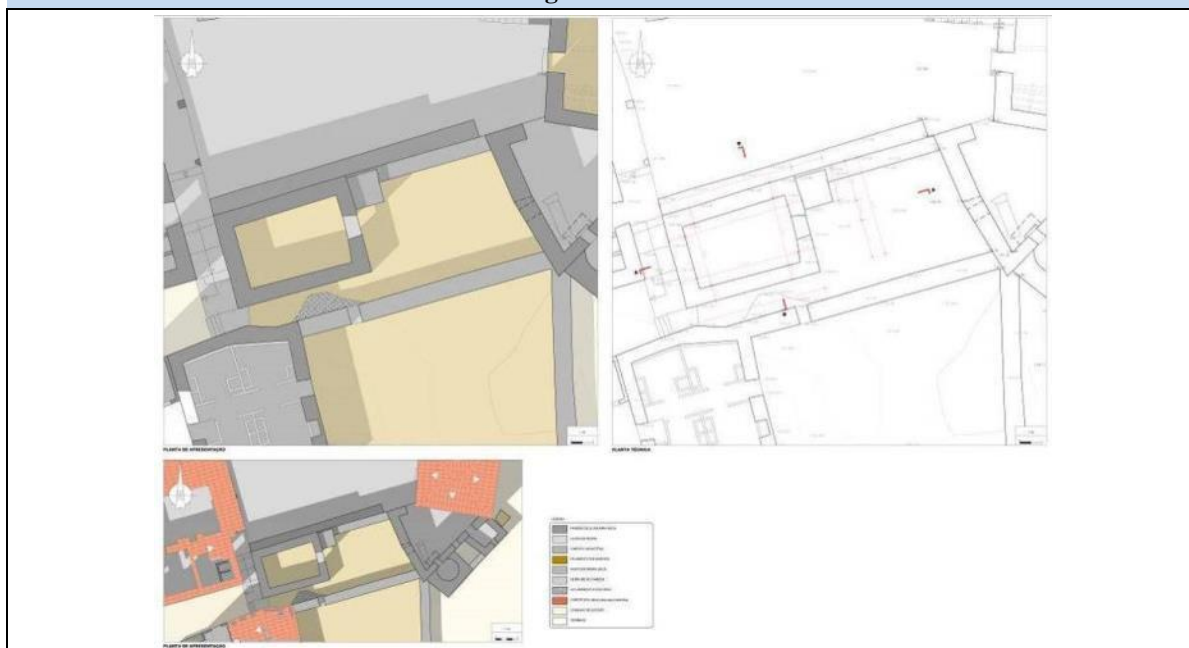
Entre o curral e o restante edificado do núcleo central da quinta desenvolvia-se um muro de cercado cujo acesso seria controlado através de uma porta, da qual restavam apenas poucos vestígios.



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	11
Código de Inventário	QL-L-11

Designação	Curral 2 da Laranjeira
Tipologia	Curral

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira, granito, argilas, cimento e tijolo industrial	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa e alvenaria de tijolo
Utilização Inicial	Guarda de animais	Última Utilização	Pocilga

#### Descrição Sumária

Construção em alvenaria de pedra seca em xisto da despedrega por vez reforçada, nos cunhais e ombreiras dos vãos, com blocos de granito, de apenas um piso. Apresentava bastantes alterações e adições, posteriores à sua edificação, feitas em tijolo industrial e rebocadas a cimento. A sua planta era tendencialmente retangular, e a entrada efetuava-se através de um vão no alçado poente, no qual não restam quaisquer indícios da porta e em que a padieira era em madeira. Outras duas portas, existentes no alçado posterior, permitiam o acesso ao cercado. Destas restavam apenas os vãos, um deles emparedado com tijolo industrial e cimento. Na face exterior do alçado posterior foi possível observar, entre o cunhal e o vão emparedado, um nicho tipo pilheira.

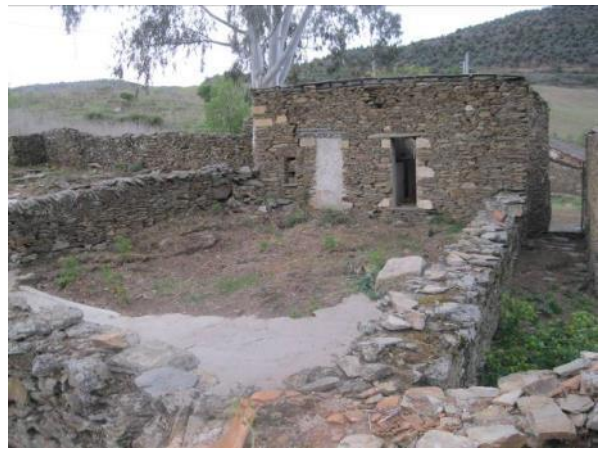
A cobertura, em avançado estado de ruína, era de uma água, estruturava-se em madeiramento simples, com pendente para poente, e telha meia cana.

O interior encontrava-se subdividido, através de paredes de tijolo e cimento com aproximadamente de 1,10 m de altura, configurando quatro compartimentos pequenos (com pias igualmente em tijolo e cimento) com um corredor de circulação entre elas. Os paramentos, em alvenaria, na face interior encontravam-se rebocados, igualmente, a cimento.

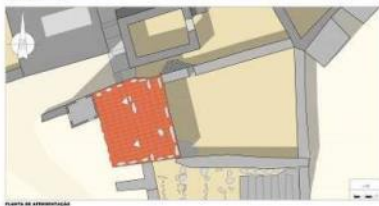
Pelas características que apresentava, quer na configuração interna, quer por ter associado a si um cercado, assume-se com as características de uma pocilga. O próprio cercado exibia um ligeiro pendente, no terreno, para nascente, e encontrava-se cimentado nessa extremidade, com canal para escoamento das águas aberto no muro, tudo de modo a facilitar os trabalhos de limpeza destes espaços. Originalmente, ou seja, antes das alterações com tijolo e cimento, não sabemos qual a funcionalidade desta construção, mas apontamos para que fosse para guardar animais de pasto.

O seu cercado erguia-se em muros de alvenaria de pedra seca de xisto da despedrega, com um deles coroadado em espinha.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	12
Código de Inventário	QL-L-12

Designação	Casebre 2 da Laranjeira
Tipologia	Casebre

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira, argilas e cal	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Apoio agrícola, dormitório	Última Utilização	Guardar rebanho

#### Descrição Sumária

A sul do núcleo central da quinta encontrava-se um casebre, de planta rectangular, em alvenaria de pedra seca da despedrega de xisto, onde os elementos estruturais, como os cunhais e as ombreiras, não se distinguíam dos restantes panos murários. A cobertura, com telha meia cana e pendente sul norte, apresentava-se em *madeiramento simples de uma água*, corresponde a uma estrutura de madeira composta, apenas, de varas e ripas.

Tinha um único vão, para a porta, no alçado norte, com a soleira e padieira a comporem-se de uma laje de xisto cada que cobriam toda a largura do vão e a espessura das paredes (em média 60 cm). A porta de madeira, rudimentar, tipo pivotante em tabuado e travessas interiores.

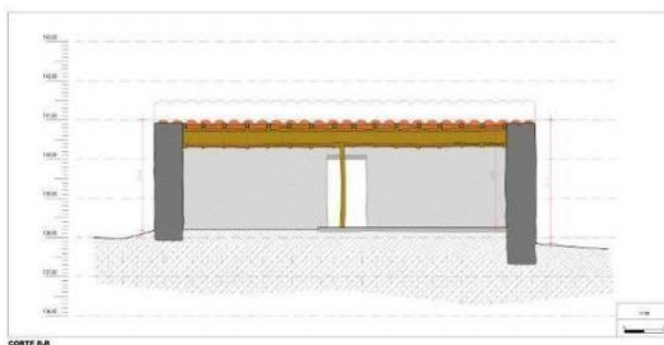
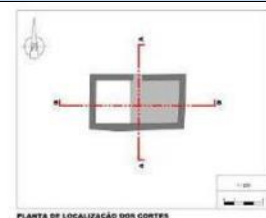
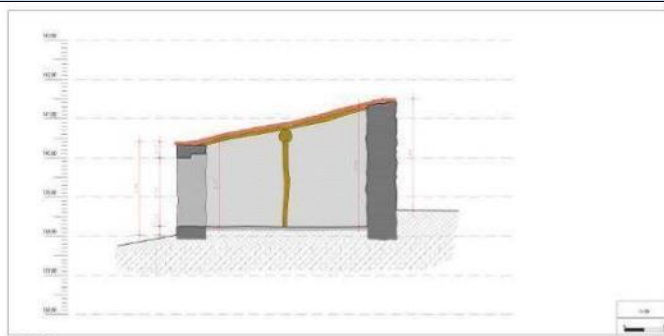
No interior tinha as paredes rebocadas com argamassa de cal e argila e não apresentava quaisquer divisões. O piso de circulação era em terra batido.

Este casebre, ou *cardanho* como localmente designam este tipo de construção, onde ainda vimos recolher um rebanho, era, a par de outras construções semelhantes, onde ficavam alojados os jornaleiros que para a Laranjeira vinham trabalhar [JALVES1370, 1h22:19m].

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	13
Código de Inventário	QL-L-13

Designação	Casebre com cercado
Tipologia	Casebre

#### Caracterização

Materiais de Construção	Granito	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Abrigo de pessoas e animais	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

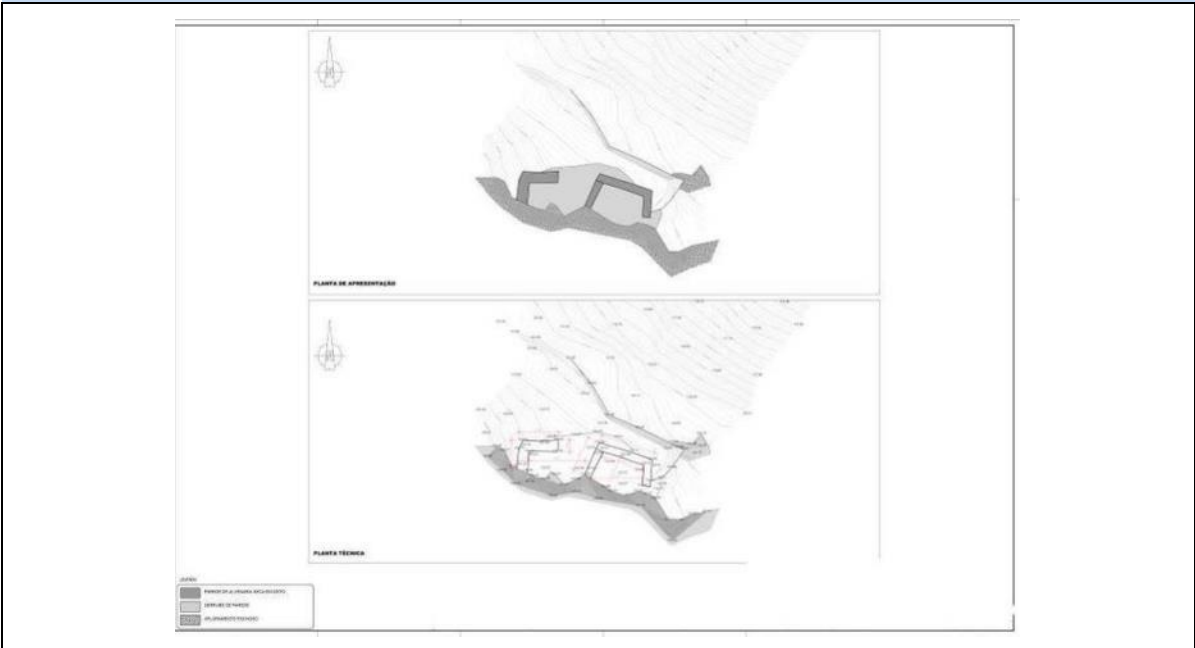
A construção consistia nas ruínas de um provável casebre, com uma espécie de cercado na frente, com uma localização sobranceira ao paredão da estação hidrométrica, encostado a uma arriba de granito. O acesso era muito difícil e acidentado vindo de uma cota superior ou inferior à da construção.

De planta retangular, com o eixo maior orientado a Este-Oeste, apresentava paredes em alvenaria seca de granito de surriba, assentes diretamente sobre o substrato rochoso, encostando os lados Este e Oeste à arriba (granítica) que servia, desta forma, como parede Sul. A entrada encontrava-se virada a Oeste sem que restassem vestígios da porta e da padieira, onde, cremos, que a soleira se encontrava coberta pelo grande derrube das paredes. No interior apresentava o arranque de uma parede que dividia a área útil em dois espaços internos. Junto da parede Norte existia um muro, também em alvenaria de pedra seca de granito, e base assente directamente sobre o afloramento rochoso, que criava uma plataforma à frente do edifício, formando uma espécie de cercado, com o seu eixo maior orientado globalmente para NO-SE.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	14
Código de Inventário	QL-L-14

Designação	Abrigo 1 da Laranjeira
Tipologia	Abrigo

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Abrigo de pessoas e animais	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Ruínas de um abrigo estruturado. De planta retangular este abrigo apresentaria nos alçados nordeste e sudeste paredes em alvenaria seca de xisto surribada, assentes diretamente sobre o substrato rochoso, que encostam, por vezes com o colmatar dos espaços também com alvenaria de pedra seca de xisto, a um afloramento rochoso que servia, assim, de alçados noroeste e sudoeste. É entre o alçado nordeste e o afloramento que delimita a construção a norte que se encontra a entrada, sem que subsistissem vestígios da porta ou da soleira, que podem nunca ter existido.

No interior da ocorrência verificava-se uma grande quantidade de lajes e blocos derrubados dos paramentos sem que no entanto se vislumbrassem vestígios da cobertura, pelo que não é possível aferir a sua tipologia ou materiais de construção, ou mesmo se terá alguma vez existido. Nas partes não preenchidas com derrube foi possível verificar que o piso de circulação seria o próprio substrato rochoso.

Ainda no interior, e sob o afloramento rochoso que compõe, parcialmente, o alçado sudoeste, pode observar-se uma pequena cavidade, com um máximo de 50 cm de altura, que associada a um pequeno aglomerado de lajes de xisto junto ao canto interior oeste da construção, regulariza o terreno criando um piso que, pelos indícios de fuligem ali presentes, aparenta ter sido uma área *de lareira* e combustão.



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	15
Código de Inventário	QL-L-15

Designação	Abrigo 2 da Laranjeira
Tipologia	Abrigo

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Abrigo de pessoas e animais	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Implantada a meia encosta esta construção consistia num abrigo de planta ovalada com paredes em alvenaria seca de xisto surribado, com recurso a lajes e blocos de dimensão e formatos variados, sem quaisquer afeiçoamentos, colocados por justaposição e encaixe pelas morfologias naturais dos mesmos.

A entrada no abrigo fazia-se pela face virada a nascente sendo a ombreira do lado direito o remate de um dos paramentos e a esquerda uma grande laje de xisto colocada na vertical. Não havia qualquer vestígio de ter possuído porta, pelo que, cremos, seria encerrado com recurso a um qualquer elemento móvel de pedra ou madeira.

Um afloramento rochoso do lado sul, que forma sob si um abrigo tipo pala, tornou-se assim parte integrante da estrutura e delimitador da área interna. O aproveitar da morfologia do afloramento foi usufruído ao máximo pois são visíveis marcas da sua regularização.

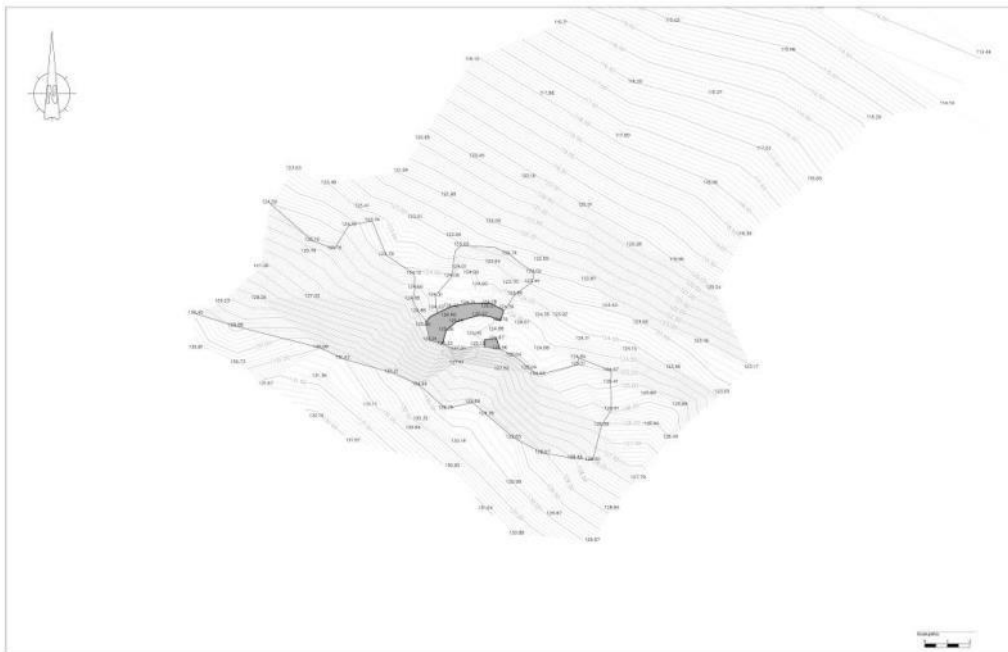
Ainda no que diz respeito aos paramentos era notória a opção por lajes de maior porte na base, bem como uma maior espessura, visando atribuir-lhes maior estabilidade.

A construção não apresentava, também, bem como os derrubes da mesma, quaisquer vestígios de ter sido uma coberta, o que vem reforçar a hipótese de se tratar, apenas, de um espaço para abrigo temporário para seres humanos, por exemplos pastores, ou, e é esta a hipótese para que mais nos inclinamos, ter sido um cortelho, ou seja, um local onde os pastores poderiam deixar cria e progenitora acabada de nascer e incapazes de acompanhar o rebanho, durante algum período de tempo, protegidas, assim, quer do rigor do clima quer de potenciais predadores ou simplesmente impedir que se perdessem quando deixadas sozinhas, algo era usual segundo os relatos de pastores da região.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	16
Código de Inventário	QL-L-16

Designação	Eira da Ponte
Tipologia	Eira

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Eira: malhar e secar cereais	Última Utilização	Abandonada

#### Descrição Sumária

Eira erguida, numa encosta ventosa voltada a poente, aproveitava o substrato rochoso, sobre o qual assenta, de xisto, em três fases construtivas.

Na primeira fase, tanto a poente, como a norte e sul, foram levantados muros em alvenaria insossa de xisto diretamente sobre o afloramento rochoso. Tratava-se de uma construção com pedra irregular, extraída dos afloramentos rochosos mais próximos, em que a técnica de sobreposição das lajes é por encaixe, sendo cada uma colocada à vez de modo a ocupar o espaço existente (entre/sobre as anteriores), as lajes de maiores dimensões, colocadas “à lieira”, ou seja, ao longo do pano murário, acabam por funcionar, também, como estabilizadores horizontais e verticais da estrutura. O modo de acamar e/ou sobrepor as lajes vai no sentido de algumas ficarem com o seu comprimento maior colocado perpendicularmente à face do muro, “ao tição”, ou seja, ao perpianho. Os espaços entre lajes - os interstícios - são preenchidos com terra e pedra miúda, os escassilhos.

Na segunda fase, a área cercada recebeu um depósito de terras, de forma a alcançar uma plataforma de laboração que contrariasse o declive do terreno, devidamente nivelado.

Numa terceira fase, a estrutura inicial acabaria coberta por lajes de média a grande dimensão afeiçoadas, com interstícios preenchidos com terra ou pedras de pequenas dimensões. Observa-se algum cuidado na colocação das lajes, que se destacam dos muros, sobretudo nos seus limites, a partir dos quais se estrutura a cobertura da plataforma.

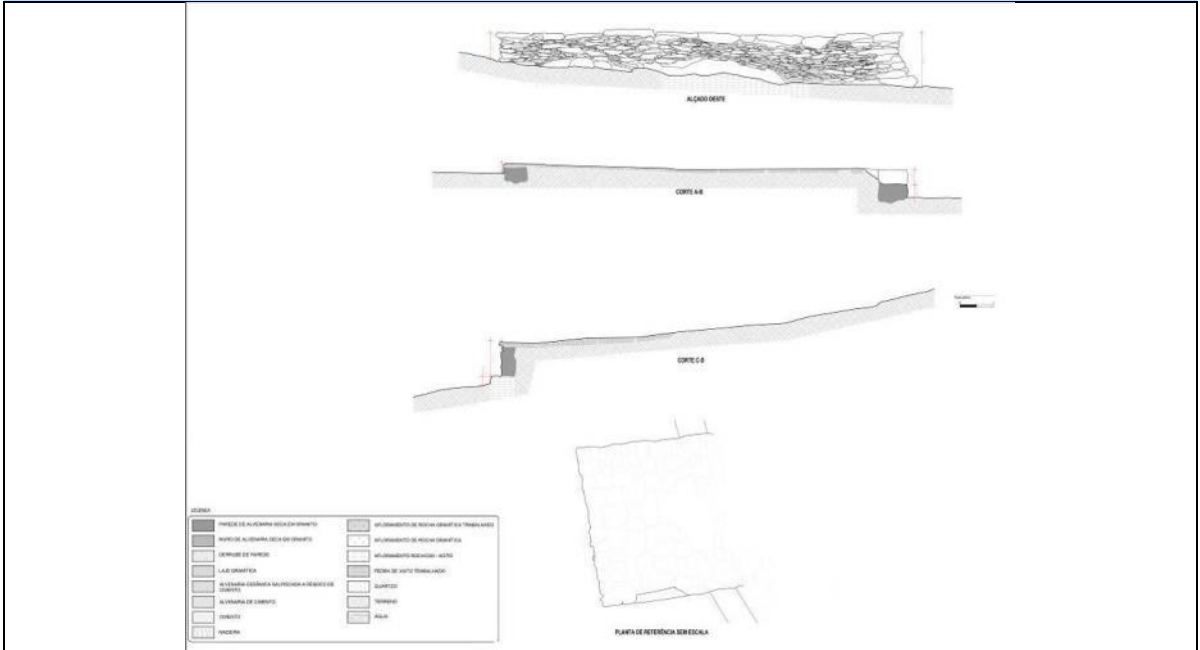
Eram visíveis, em várias lajes, alguns orifícios circulares de funcionalidade, para nós, desconhecida. Em algumas das lajes o rebordo externo achava-se recurvado, possivelmente para evitar que o cereal saísse da plataforma.

Sob o muro poente podemos reconhecer dois degraus escavados no afloramento geológico, provavelmente para facilitar o acesso à plataforma.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	17
Código de Inventário	QL-L-17

Designação	Colmeal da Laranjeira
Tipologia	Apiário

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, tijolo e cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa; alvenaria de tijolo e cimento
Utilização Inicial	Colmeal/ apiário	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

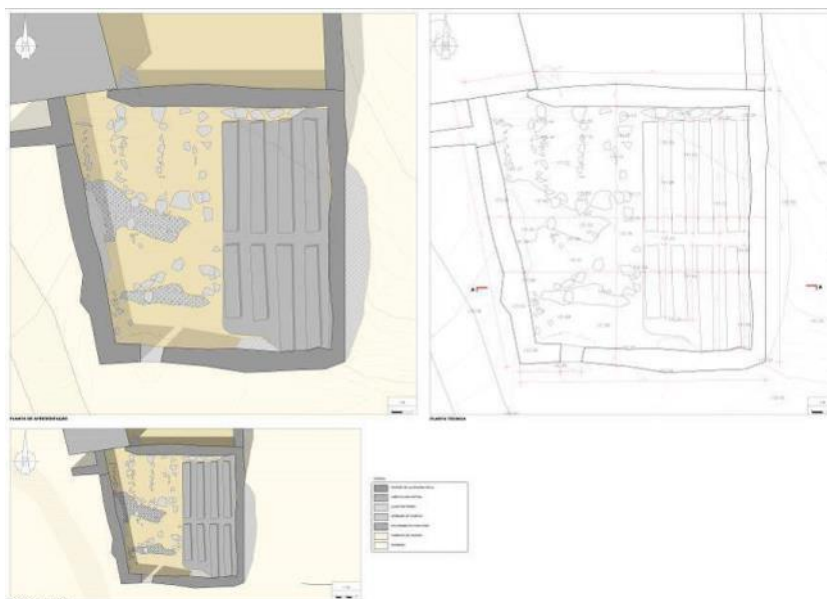
Localizado no extremo sul daquilo a que se convencionou chamar o núcleo central construído/ habitacional da Quinta da Laranjeira. A construção consistia num cercado murado em alvenaria seca de xisto da despedrega com capeamento em espinha e entrada pelo lado sul, em que o pano de muro a nascente se encontra bastante destruído. No interior existiam patamares, alguns em xisto (aqueles mais a poente) e os restantes em cimento, para a colocação de colmeias, era, portanto, um colmeal ou muro apiário.

Tratava-se de uma estrutura, e respetiva funcionalidade, cuja memória do uso se encontrava bem presente, desde, pelo menos, o início da década de 1950, pois contam-nos que ali *era o local para ter colmeias, no entanto a parte de cimento não existia, era tudo em pedra, e os cortiços eram dos redondos e mesmo em cortiça.* [JALVES1370, 1h53:30m]

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	18
Código de Inventário	QL-L-18

Designação	Muro Apiário da Laranjeira
Tipologia	Apiário

### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, argilas e madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Colmeal/ apiário	Última Utilização	Abandonado

### Descrição Sumária

Situava-se na margem direita de uma linha de água subsidiária da margem direita da ribeira das Latas, a cerca de 130 metros de altitude. Num vale, que se apresentava moderadamente encaixado, razoavelmente protegido dos ventos e com boa exposição solar. O acesso à construção apenas era possível através de um pequeno trilho de pé-posto. Os terrenos apresentavam-se pouco profundo e com muito afloramento, de xisto e quartzitos, à superfície, onde a agricultura, tradicionalmente, seria incipiente (centeio) e predominaria a flora espontânea, algumas árvores e pastos.

A construção, em alvenaria de pedra seca ou irregular, em xisto, apresentava planta de forma ovalada cujo eixo maior se orientava de NE para SO, paralelamente à linha de água, e tinha de comprimento máximo 17,35 metros. Implantada na vertente, muito próxima do leito do ribeiro, encontrava-se orientada a SE (E-S-O).

Pelas características construtivas que apresenta tratar-se-ia de uma das construções mais antigas da área da Quinta da Laranjeira, e, até possivelmente, anterior à propriedade enquanto quinta.

Tratava-se de uma construção tipo *silha*, ou seja, um muro apiário, com características que o distinguiam dos demais, como, por exemplo, a altura dos paramentos e a sua espessura, em média 124 cm, uma única, estreita e baixa entrada, de modo a proteger os cortiços não só das condições climáticas, permitindo as condições necessária para que os enxames se desenvolvessem mais cedo e rapidamente, e defender as colmeias de predadores melíferos, mas, também, protegê-las de predadores de maior porte que outrora existiriam na Península Ibérica, os ursos<sup>272</sup>, mas cuja funcionalidade há muito se terá perdido na memória local.

*“A função destas estruturas como estando associada ao urso encontra-se actualmente perdida na memória colectiva da maioria das comunidades locais. Porém, foram recolhidas várias referências documentais do século XVIII que atestam a construção de silhas pelos habitantes do Norte de Portugal, no intuito de proteger as suas colmeias face à frequente destruição provocada por estes animais”*<sup>273</sup>

De certa forma, podemos afirmar que o caso que aqui analisado tem uma situação semelhante: não havia memória, por parte dos inquiridos (antropologicamente) no âmbito do AHBS, desta construção como apiário/ colmeal, ou seja, como local de criação e proteção de abelhas, mas apenas, e genericamente, como algo em ruínas. O que não é de todo surpreendente, pois, na CMP nº118 de 1946 é desta forma que o nosso apiário vem já assinalado. Na restante documentação consultada, seja escrita ou cartográfica, não detetámos qualquer referência à estrutura aqui em estudo.

A única memória de utilização que obtivemos desta construção foi: *“Era um casarão onde recolhiam as ovelhas, mas aquilo ainda tinha telhado na altura em que eu passava por aqui. Uma coisa redondo, ali, onde metiam as ovelhas. Aquilo já tem muitos anos(...) A telha, não era telha, era colmo, e metiam lá as ovelhas. Aquele casarão que ali está é muito velho.”* [AFP0719, 13:20 a 14:30m]. É portanto, a memória da (re)utilização de uma construção para uma função

<sup>272</sup> A extinção destes animais (ursos) no território nacional não está bem delimitada, crê-se que durante o século XVIII ou XIX fosse já muito escasso o seu número e concentrado nas áreas fronteiriças do norte. No entanto a sua extinção definitiva apenas terá ocorrido em meados do século XX [ALVARES e DOMINGUES, 2010 (pp. 14), em Açafa Online, nº3] Encontra-se, no entanto, bem documentado desde, pelo menos, a Idade Média

<sup>273</sup> ALVARES e DOMINGUES, 2010 (pp. 7), em AÇAFA Online, nº3



que não aquela para a qual inicialmente terá sido construída.

Encontrava-se, como já vimos, em local, implantada e orientada segundo os modelos típicos que se têm vindo estudando e documentado para edificações com características e funcionalidade semelhante<sup>274</sup>.

Embora parcialmente arruinada, com a face SE completamente caída, sem capeamento em qualquer tramo do seu pano murário e a sua face NO se encontrar parcialmente aterrada pelos detritos acumulados fruto dos escorrimentos e surriba da encosta, apresentava, ainda, partes com uma altura externa assinalável, de cerca de 250 cm.

A face externa do muro não tinha, praticamente, saliências e reentrâncias entre as lajes que o compunham, o que atribuiu à construção, e às suas fiadas de pedras, um aspeto regular, onde as faces lisas da pedra se encontravam igualmente voltadas para o exterior. Tal cuidado na construção é mais um indício da intencionalidade de impedir que os predadores conseguissem trepar pelo paramento de modo a aceder ao interior. A ausência de capeamento não nos permite adiantar se este, como se espera, fosse composto de lajes colocadas de modo a que excedessem a espessura, para o exterior, do muro, funcionando, desse modo, como mais uma característica impeditiva para os predadores trepadores.

A única entrada (vão) do muro apiário encontrava-se na face SSO. Tinha as características típicas destas construções: estreita, nunca ultrapassando os 70 cm de largura, estreitando do fundo para o topo, e 130 cm de altura. As ombreiras não se distinguíam do resto do aparelho construtivo encontrando-se em continuidade com o mesmo, enquanto a soleira era composta por duas lajes de xisto e a padieira por um bloco de xisto e um barrote de madeira, este último na face interior. Ambos apresentavam orifício para o *couço* de porta. Da porta não havia quaisquer vestígios.

No interior existiam vestígios de pequenos muros de socalco, em alvenaria insossa de pedra da despedrega, que aproveitavam em muito os afloramentos rochosos pré-existentes como parte da sua estrutura, destinados a servirem de base para os cortiços, de modo a que estes não estivessem em contacto directo com o solo. Estes socalcos, estreitos, encontram-se concentrados no lado NO da construção, enquanto a SE, mais próximo da linha de água, apresentava um patamar mais largo, ocupando cerca de um terço da área interior. Este patamar criava uma plataforma que pode interpretar-se, com paralelos em estudos que se debruçam sobre a análise de muros apiários, como a área para terraço ou *jardim*<sup>275</sup> onde se plantariam espécies apreciadas pelas abelhas de modo a, por exemplo, atraí-las para os cortiços e onde estas pudessem colher pólen.

A face interior do paramento, ao contrário do que sucedo com o exterior, era irregular, e tinha cerca de 2 metros de altura máxima - verificada na face noroeste.

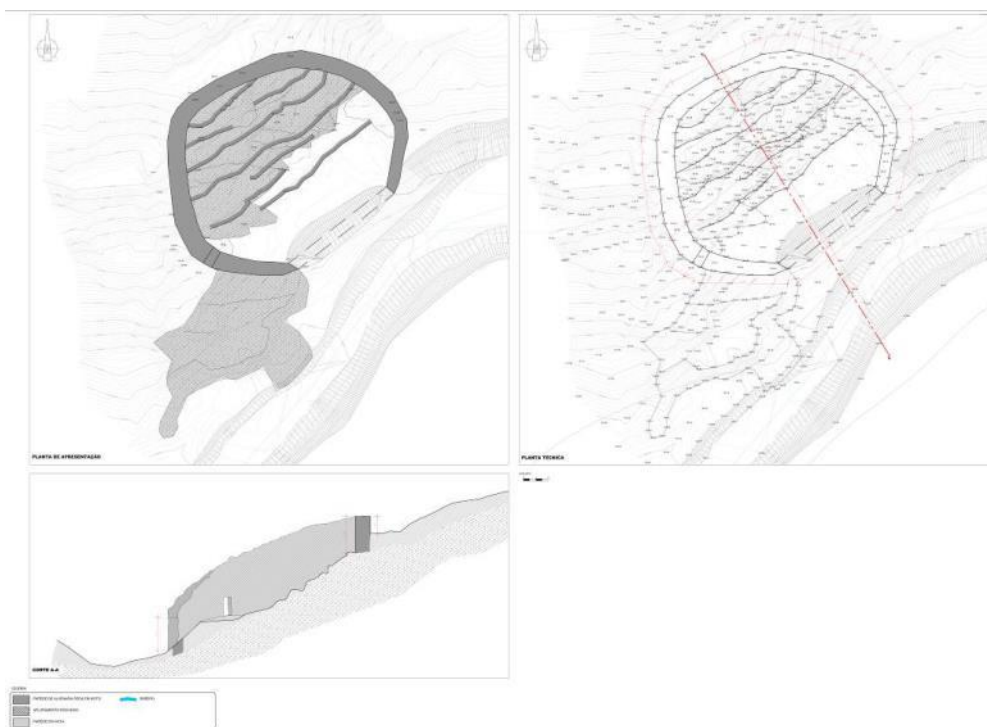
<sup>274</sup> AA.VV. (2010): AÇAFA on line, nº3

<sup>275</sup> DIAZ, 2010 (pp.9); MASETTI, 2010 (PP.24), em AÇAFA Online, nº3

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	19
Código de Inventário	QL-L-19

Designação	Pesqueira da Laranjeira
Tipologia	Pesqueira

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, granito, quartzitos e quartzos	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Pesqueira; travessia a vau	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Pesqueira de *tipo monumental*, referida em apenso documental de 1834/35 [ADBGC, Fundo JUD/JOJTC Juízo Ordinário do Julgado de Torre de Moncorvo 1780/1882 Série 001 Inventário de menores 1811/1882 - PT/ADBGC/JUD/JOJTC/001/14213 - 1845 - "Inventariado: António Manuel de Carvalho e Castro; -Inventariante: António de Carvalho; -Local: Torre de Moncorvo" - cx545, processo nº213, fl.24], construída em alvenaria de granito e xisto formando vários corpos, que se estendiam em sentido perpendicular à corrente do rio, atravessando-o por completo, e servindo, simultaneamente, como pontão. A base dos canais apresentava-se regularizada através de um piso em seixos rolados. Erguida com recurso a grandes blocos paralelepípedicos de granito, com os cantos arredondados/desgastos, formando corpos – ou piais – que se encontravam alinhados longitudinalmente em sentido oblíquo ao rio.

Os sete corpos, dos quais ainda restavam vestígios, eram compostos por fiadas horizontais de blocos que se encontravam dispostos de forma a funcionar como sistema de travamento. Deste modo, os blocos dispostos na horizontal e sobrepostos com alternância entre o lado maior e o menor, para dar mais coesão e estabilidade à estrutura, tinham os interstícios preenchidos com pequenas pedras (seixos rolados) e os blocos unidos por grampos ou gatos, por vezes colmatados com cimento. Os corpos da estrutura encontravam-se rematados, de ambos os lados, por contrafortes rampeados que reforçavam a estrutura e permitiam que as fortes correntes ultrapassassem o muro sem o destruir. Estes eram constituídos por blocos de pedra rodada, destacando-se o granito, o arenito e o quartzo. Identificámos, ainda, algumas lajes de xisto, sendo que a jusante de dois dos corpos encontramos duas grandes lajes encostadas, com o seu lado maior, ao corpo principal permitindo maior estabilidade do mesmo. Os contrafortes eram delimitados por blocos de média/grande dimensão, fincados no leito do rio e dispostos lado a lado, preenchendo-o em todo o seu comprimento e altura.

No que diz respeito aos canais, que tinham 60 a 75cm de largura, encontravam-se lajeados com seixos rolados de pequena e média dimensão, exceto entre os piais, onde o lajeado era conseguido através de blocos de granito semelhantes aos da restante construção.

De facto é frequente as pesqueiras possuírem canais totalmente regularizados e sem qualquer abertura por forma a conduzir o peixe à armadilha: *as paredes laterais deviam ser elaboradas com cuidado de não deixar interstícios que possibilitassem a fuga das lampreias* (SOEIRO 1998: 237).

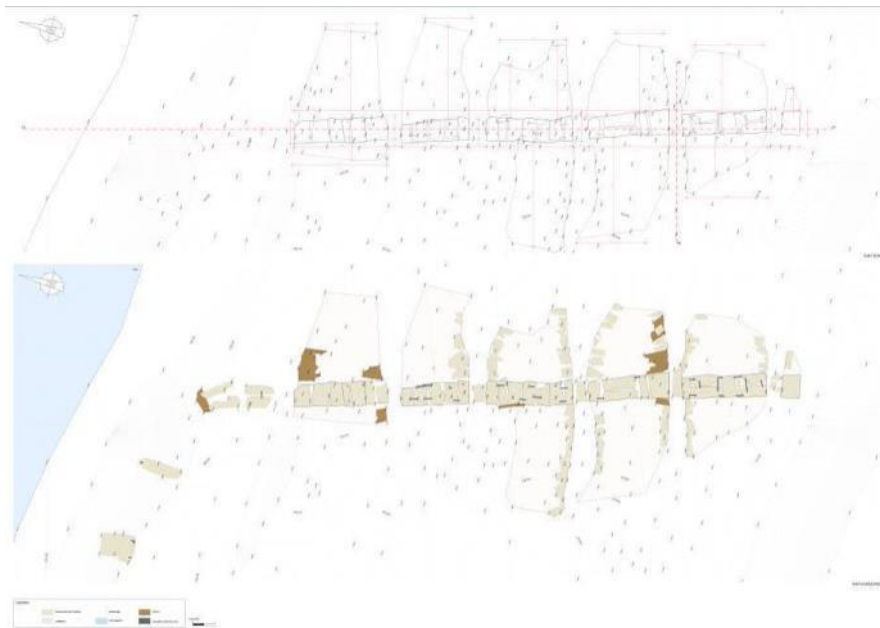
É de realçar que este lajeado apresentava um pequeno desnível, ou seja, uma ligeira descida de montante para jusante.

Eram ainda visíveis, a jusante de todos os canais, dois orifícios dispostos paralelamente, um em cada lateral do canal, que poderão ter sido usados para encaixar/armar artes de pesca, uma vez que as nassas para capturar *as espécies que sobem a corrente colocavam-se com a boca a jusante, nos boqueiros, apoiadas em tábuas e ferros próprios que aí permanecem...* (SOEIRO 1998).

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	20
Código de Inventário	QL-L-20

Designação	Muros e Socalcos da Laranjeira
Tipologia	Muro; socalco

### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, granito e quartzitos	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	-	Última Utilização	-

### Descrição Sumária

Estas ocorrências consistem numa série de muros e muros de socalco existentes dentro da propriedade da Quinta da Laranjeira, dispostos ao longo das encostas do rio Sabor e das linhas de água subsidiárias do mesmo, para armação do terreno, delimitação de espaços e direcionamento das linhas de água.

São os socalcos aqueles em maior quantidade, construídos com recurso à pedra da despedrega (xisto e quartzitos), existindo, no entanto, alguns destes, aqueles de menor altura, que recorrem a um tipo de construção ainda mais básica dentro das alvenarias secas: a “...alvenaria surribada<sup>276</sup>, não aparelhada, é a que pior resistência tem. Esta é utilizada, sobretudo, para construção de muros de divisão de propriedade em que a escolha da pedra e o seu assentamento, apenas por sobreposição, é menos cuidado e resulta do aproveitamento das pedras provenientes da despedrega dos terrenos a cultivar.”<sup>277</sup>

Um marco construtor da paisagem como poucos, os muros e socalcos, sobretudo aqueles que mais intimamente – pela proximidade – se ligam ao edificado da quinta, que delimitavam cercados e caminhos, que criavam os patamares entre construção e onde se cultivam as hortas, em suma, aqueles que configuravam a planta e a topografia da quinta enquanto espaço construído, atribuindo-lhe a sua originalidade. Eram construídos, maioritariamente, em alvenaria de pedra da despedrega, em xisto, por vezes com algumas intrusões de blocos de quartzito, e encontravam-se em bom estado geral de conservação. Estes socalcos, alguns com altura superior a 2 metros, e muros cumpriam, como já afirmamos, as mais variadas funções e apresentavam, na globalidade, um particular cuidado construtivo se comparados aos restantes muros existentes na área da quinta.

Os socalcos deste conjunto, para além da sua natural função de armar e segurar terrenos, em patamares para o cultivo, ou impedir o aterro de caminhos e construções, definiam, como já vimos, troços dos caminhos, orientavam a linha de água, através de manilhas, a poente do núcleo construído da quinta, para criar espaços de pomar e horta e, ao mesmo tempo, aproveitando-a para a rega, com a recolção de parte das suas águas para um tanque junto do caminho e limitavam, a norte, área de *habitar* e das olgas<sup>278</sup> próximas do rio Sabor.

Os muros do conjunto, que não de socalco, definiam o cercado para galinheiro a nascente do lagar, a área de quintal que parece ter existido entre a capela e o corpo edificado das dependências de cozinha, despensa e ala das criadas da casa, ou seja, funcionavam como elementos estruturadores, delimitadores e de ligação entre as diferentes dependências da quinta da Laranjeira.

No muro de socalco que delimitava o caminho, do lado nascente, de acesso ao núcleo central, já entre construções do mesmo (destilaria e lagar) encontravam-se dois nichos, de cuidada construção, de funcionalidade, para nós, desconhecida, que, pelas suas características, apontamos como hipótese poderem ter-se tratado de elementos ligados à fruição e actividades de lazer na propriedade, uma espécie de *bancos* em pedra, o que vem demonstrar, como afirmamos no início deste ponto, a importância destas construções na identidade e construção da paisagem daquilo que foi a Quinta da Laranjeira.

<sup>276</sup> “Alvenaria surribada” é o nome dado na região algarvia à alvenaria de pedra não aparelhada.

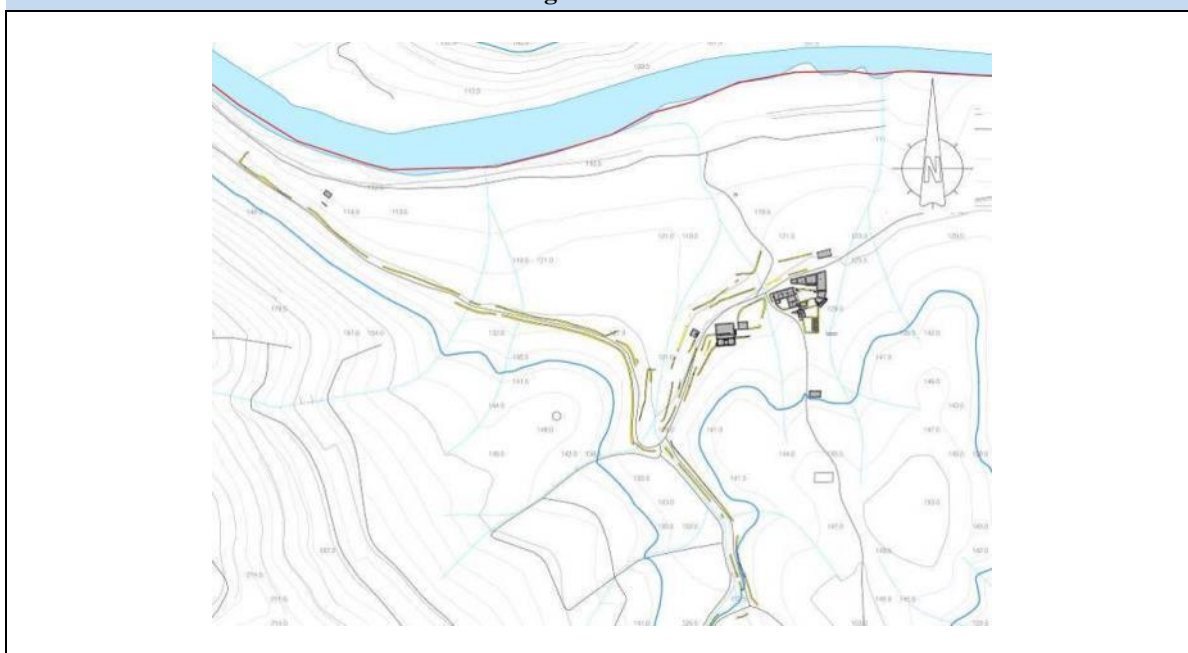
<sup>277</sup> Costa 2008: 68.

<sup>278</sup> Terminologia regional para terrenos cultivados em áreas inundáveis pelos rios e ribeiros.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	21
Código de Inventário	QL-L-21

Designação	Tanque da Laranjeira
Tipologia	Tanque

Caracterização			
Materiais de Construção	Xisto, cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Retenção de águas para rega	Última Utilização	Abandonado

Descrição Sumária
<p>Em local ondem existiu um pequeno pomar, encontrava-se um tanque de planta retangular construído em alvenaria de xisto, encaixado na encosta, cujo revestimento interno era em cimento. Esta construção encontrava-se em estreita relação com um conjunto de socalcos, servindo para retenção de águas para a rega.</p>

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**





Número de Localização Geográfica	80
Código de Inventário	QL-L-22

Designação	Pombal da Laranjeira
Tipologia	Pombal

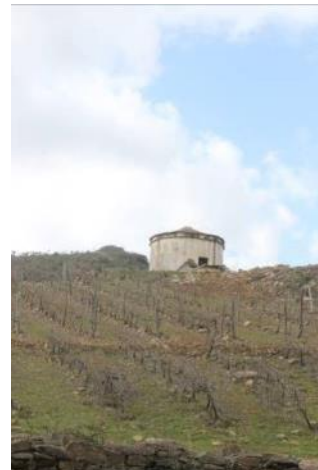
#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, argila, madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Pombal	Última Utilização	Desconhecida

#### Descrição Sumária

Pombal localizado numa pequena elevação a SW do núcleo central da Laranjeira, sobranceiro a um ribeiro. De planta redonda, apresenta as suas paredes rebocadas no exterior, com patim a circundar o topo das mesmas e abertura voltada a nascente e telhado cónico de telha marselha.

#### Registo Fotográfico



#### Registo Gráfico

Não se aplica

Número de Localização Geográfica	81
Código de Inventário	QL-L-23

Designação	Casa da Pastora
Tipologia	Casebre

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, tijolo, argamassa, madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa e alvenaria de tijolo
Utilização Inicial	Guardar alfaias e animais; abrigar pessoas	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Casebre em ruínas localizado a SSW do núcleo central edificado da Laranjeira, junto da N325, fora da cota de enchimento da albufeira do AHBS. Construído num misto de alvenaria de seca de xisto e tijolo industrial, as suas paredes assentam diretamente sobre o maciço rochoso. O seu telhado era de duas águas e possui um pequeno cercado murado a norte.

Quando em utilização esta construção, que marca uma das entradas na quinta deste a estrada nacional, seria onde se guardava um dos rebanhos da propriedade e junto do qual ficava também o seu responsável – pastor(a).

#### Registo Fotográfico



#### Registo Gráfico

Não se aplica

#### IV.4. Quinta de Crestelos (QC)

A Quinta de Crestelos (QC) tratava-se de uma área de vale e vertentes ribeirinhas, situado numa posição limítrofe e marginal relativamente aos, ainda, núcleos habitacionais da freguesia onde se encontrava, ou seja, as aldeias de Meirinhos e o lugar de S. Pedro. Na sua envolvente predominam pequenas propriedades – casais ou quinteiros – sobretudo a sul, ou seja, em cota superior, já longe do rio e mais próximas das povoações do Souto da Velha, por exemplo, ou de antigos lugares, abandonados ao longo dos séculos XIX e XX, como o do Medal.

A totalidade da área do conjunto Quinta de Crestelos (QC), composto pelos núcleos – Barrais (B) e Crestelos (C) - apresentava-se muito heterogénea quanto às características geomorfológicas, combinando áreas ribeirinhas mais planas, alguns *planaltos*, vales, vertentes de elevações e seus cumes, o que se refletia na sua «microtoponímia interna, em que vocábulos como *Olga*, *Cova*, *Cabeço*, *Monte* ou *Fraga* surgem como primeiro denominador». [DORDIO GOMES, CORREIA, PINHO e TRINDADE 2013: 15]



**Foto 08:** panorâmica sobre a Quinta de Crestelos desde o Cabeço do Aguilhão (margem oposta).

A área submersa apresentava-se, maioritariamente, com uma morfologia de terreno em vales pouco encaixados, com exceção para a quase totalidade das vertentes imediatamente sobranceiras ao rio Sabor que se apresentavam mais íngremes, e bem irrigadas - pese a maioria das subsidiárias do Sabor secarem durante o estio – fruto da grande quantidade de linhas de água existentes e da proximidade ao rio Sabor. Alguns troços de vale apresentavam-se mesmo abertos, como era o caso do da foz da ribeira do Medal, em Crestelos (C), e do ribeiro do Salgueirinho e, por consequência, muito propícios a práticas agrícolas de culturas anuais e *de renovo*.

Os núcleos centrais construídos desta propriedade, Barrais e Crestelos, encontravam-se implantados em plataformas (*planaltos*) sobranceiras ao rio Sabor, que correspondem a terraços fluviais.

O substrato geológico consiste, quase totalmente, em terrenos e afloramentos de xisto, onde as argilas/barreiros são, também, muito frequentes.

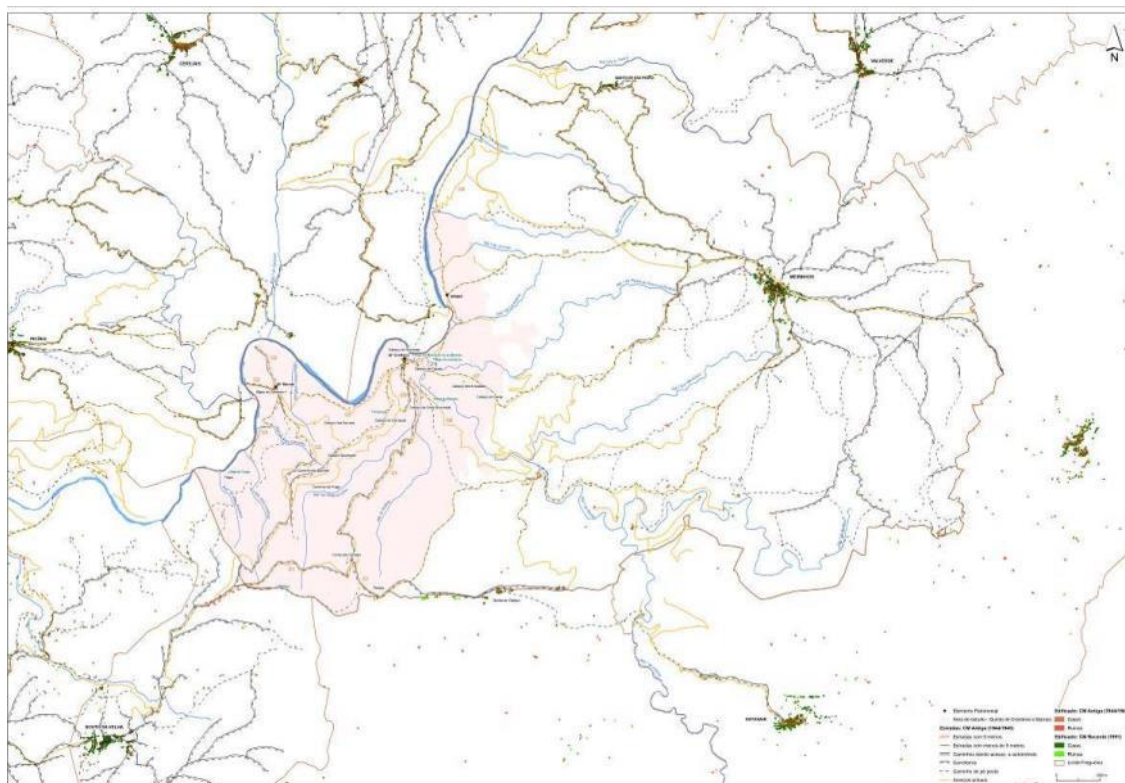
Uma propriedade com um vasto território como a Quinta de Crestelos, tinha, necessariamente, que possuir uma rede de caminhos e vias de comunicação (barcas e vaus de atravessamento de linhas de água), quer internamente, quer de ligação ao exterior.

## Anexo IV

No conjunto de caminhos da quinta, desde que dela se possui uma imagem cartográfica, é possível observar que a rede de vias de comunicação no interior da quinta partiam e convergiam para o núcleo de Crestelos, aquele que tinha preeminência – uma espécie de *cabeça de propriedade* – no conjunto, com as principais vias a ligaram ao rio, a Barraís, e aos núcleos populacionais do Souto da Velha, do Felgar e de Meirinhos.

Desta rede de caminhos há dois que se destacam pela sua preponderância, relação com os territórios exteriores à quinta e locais de passagem [Figura 09]

C1 é o caminho que, parece estruturar as principais relações da quinta com o território exterior. Partido desde o núcleo central de Crestelos, com uma orientação norte-sul, e passando junto de algumas das suas mais marcantes estruturas edificadas, como a oficina vinária e a eira, segue até ao Curral dos Cerejais (pequena área com construções, hoje ruínas, de apoio agrícola no limite sul do conjunto) e de um interessante topónimo *Portela*. Aqui bifurca na direção nascente para a Quinta do Cabeço e Quinta do Maior, já na freguesia de Carviçais, e para poente na direção das freguesias de Souto da Velha e Felgar. Outro troço, deste mesmo caminho, é aquele que se estende em direção ao rio Sabor, para o local designado de *Poço do Motor*, onde se encontraria um barco, para atravessamento do rio, de exploração privada, dos donos da quinta, e para serventia apenas e só da mesma, ligando deste modo ao rio e à outra margem.



**Figura 09:** Localização da Quinta de Crestelos relativamente às povoações de Souto da Velha, Meirinhos e Carviçais, com a marcação dos principais acessos e linhas de água. [retirado de *AHBS.MDPSP.205.0a Quintas de Crestelos e Barraís*, 2013].

C2 ou *Caminho dos Barraís*, partia, desde o núcleo central construído dos Barraís, em três direções: para sul, subindo em direção ao Souto da Velha, onde, já dentro desta freguesia se junta a C1; para poente, em direção à *Olga do Carrasco*, onde,

possivelmente atracaria um dos barcos que serviam a quinta; em direção a norte, também para o rio Sabor, em local de atravessamento deste a vau (*Vau da Pedra*), até junto da foz da ribeira de Zacarias, na margem oposta do Sabor.

A mais antiga referência documental, por nós conhecida, relativa à Quinta de Crestelos é de 1507 e surge no *Tombos da Ordem de Cristo: Comendas de Trás-os-Montes e Alto Douro*<sup>279</sup> e depois no *Numeramento de 1527-32*<sup>280</sup>, onde contabiliza 5 moradores, o que poderá corresponder a 5 cabeças de casal e respetivos agregados familiares. As mesmas fontes situam este núcleo populacional como estando no termo de Mogadouro que “*tem hũ castello onde vyve Luis Alvarez de Tavora, senhor da dita villa, com direitos e rēdas*”.

Pensa-se que a Quinta de Crestelos se trataria de um pequeno núcleo populacional, do tipo aldeia ou lugar, com suas terras comunitárias, situado no termo de Meirinhos, e que após mercê do senhorio aos Távora, foi sendo apropriado por esta família, conforme documento mais à frente referido indica.

Pouco tempo depois da realização daquele *Numeramento*, no documento de instituição do morgado de Távora, de 2 de Junho de 1536, com aprovação de D. João III de 27 de Novembro de 1538<sup>281</sup>, o mesmo Luís Alvares de Távora e Dona Filipa de Vilhena determinam como bens vinculados a “Quinta de Crastellos” e a “Quinta da Olga da Trapa”, que pensamos tratar-se do núcleo dos Barrais, à época no termo do Souto da Velha no concelho de Torre de Moncorvo, entre muitos outros que poderão também ter sido apropriados pela família em prejuízo das comunidades de camponeses, legitimando tal acção por mercê do senhorio daquelas terras.

A revolta do povo de Meirinhos, que teve lugar cerca de 1585, é o acontecimento que indicia uma apropriação despótica das terras comunitárias de Crestelos por parte dos Távora. Motivados por um misto de sentimento de usurpação e necessidade de maiores recursos alimentares, decorrentes do generalizado fenómeno de surto demográfico que marcou o século XVI, a comunidade de camponeses insurgiu-se para recuperar terras baldias, outrora eventualmente destinadas a pastagem, forragens e lenha e, começou a desmatá-las e a lavra-las, transformando-as em área agricultada, provavelmente destinadas à mais premente carência, a do cereal. Estas terras deveriam situar-se em zona limítrofe da Quinta de Crestelos, não correspondendo ao seu núcleo central que, pelas condições geomorfológicas, há muito que seria agricultado. D. Leonor Távora, na tentativa de travar a invasão das suas terras denuncia o caso à justiça e dele pede devassa. Em 7 de Junho 1591, o filho, Luís Alvares de Távora, concede o perdão ao povo de Meirinhos, alegando a sua pobreza.<sup>282</sup>

Apesar do perdão concedido, os Távora insistiram em recuperar o pleno domínio sobre a Quinta de Crestelos, num processo que terá sido longo, ao ponto de em 1677 mandarem construir a ponte de Meirinhos, como compensação ao povo, segundo relato

---

<sup>279</sup> 2014, p.144 e 159

<sup>280</sup> FREIRE (1909), p. 262

<sup>281</sup> Publicado em GUERRA (1954), p. 140-149

<sup>282</sup> FONSECA, 1995, p. 105-108

da memória popular recolhido por António Rodrigues Mourinho Júnior<sup>283</sup>. Terá sido a quinta ocupada pelo povo durante quase 100 anos?<sup>284</sup>

As Memórias Paroquiais, de 1758, voltam a referir a Quinta de Crestelos, anexa ao lugar de Meirinhos, mas agora já na plena posse dos Távora, que a exploravam indiretamente através de dois rendeiros.<sup>285</sup>

Entre o conjunto da documentação consultada, este é o último testemunho dessa plena posse, pois, no mesmo ano, no âmbito do conhecido processo instaurado contra a família, todos os seus bens são sequestrados e passam a ser administrados pela Coroa, dando origem a inventários que descrevem sumariamente o espaço e indicam por quem por quanto era arrendada a quinta.

Na *Relação dos bens que possuíam os Marquesses que foram de Távora* datada de 1758 ou de ano posterior e no *Auto do sequestro de 10 de Janeiro de 1759*, documento que resultou da tomada de posse da quinta pela Coroa, nas referências aos bens no Mogadouro, surgem referências à Quinta de Crestelos, como constando de muita terra, um grande olival e várias oliveiras dispersas, terras de cereal e matos. Tinha uma casa para o caseiro, casas para animais e de apoio agrícola, e ainda, um lagar de azeite e mais três casas de fora. O caseiro era quem explorava directamente a quinta, mediante pagamento anual. No mesmo ponto dos bens de Mogadouro, surge uma alusão a uma “Quinta do Souto”, que é referida como estando no termo do concelho de Torre de Moncorvo, que, pela sua localização ambígua, e contiguidade, no texto, com o item de Crestelos, supõe-se que se trate da Quinta da Olga da Trapa, hoje designada como “dos Barrais”.

Com o reinado de D. Maria I, que fora sempre contra o processo dos Távora, várias das suas propriedades são restituídas aos descendentes. A Quinta de Crestelos e Olga da Trapa foi retomada pelos Condes de São Vicente, casa, que até 1882, recebeu o foro anual sobre estas propriedades.<sup>286</sup>

Segundo escritura de empraçamento da Quinta de Crestelos e Olga da Trapa, datada de 23 de Junho de 1805, estes bens estavam vinculados ao Morgado de Mirandela, de que era administrador, à época, o Conde de São Vicente Carlos da Cunha Silveira de Lorena. Por aquela mesma escritura ficaram enfiteutas, por três vidas, Manuel António da Cruz Borges, monteiro mor da Vila de Torre de Moncorvo, e sua mulher Maria Isabel Borges Maciel, irmã do Arcebispo de Braga. Sobre estas propriedades, nada mais se diz que constavam de “montes e terras” e que se situavam “no limite do lugar de Meirinhos, e partem do Nascente e Poente com terras bravias dos moradores do dito lugar, e do lugar do Souto da Velha, do Norte com o dito Rio Sabor e do Sul com caminho do Concelho”. Até ao empraçamento pelo casal, o complexo Crestelos-Trapa (Barrais), estaria um pouco votado ao abandono e teria “*padecido grandes ruínas com as enchentes das águas, e tempestades dos rigorosos invernos*”.

---

<sup>283</sup> MOURINHO, 1985, p. 668

<sup>284</sup> FONSECA, 1995, p. 107

<sup>285</sup> CAPELA (2007), p. 547

<sup>286</sup> SEIXAS (2003), p. 8

Em 1819, a Quinta de Crestelos surge como estando a ser explorada por D. Maria Isabel Soares Borges Maciel, numa petição dirigida a D. João VI por causa de uma contenda com um barqueiro, ou mero utilizador, da barca de Santo Antão da Barca, que servir-se-ia, sem sua autorização de uma travessia do Rio Sabor. A propriedade terá sido explorada por esta família de Moncorvo até 1860, nas mãos de Miguel António Soares, solteiro, altura em que passa para António Joaquim Ferreira Pontes.<sup>287</sup>

A propriedade viria a ser arrematada, em 21/08/ 1874, por 4 contos de réis, por Francisco José da Silva Torres, esposo da “Ferreirinha”, D. Antónia Adelaide Ferreira, que assim sucedeu na posse da Quinta de Crestelos. A aquisição, em conjunto com a Quinta de Vale da Pia e Monte Meão, constitui parte do investimento que esta poderosa casa, que dominava a produção do Vinho do Porto, fez na região do Alto Douro e Baixo Sabor, na segunda metade do século XIX. D. Antónia Adelaide Ferreira viria a comprar a plena posse do foro ao Conde de São vicente em 27/02/1882 por um conto e quinhentos e trinta mil réis.

Enquanto isso, António José Ferreira Pontes continuou a residir e a administrar a Quinta de Crestelos. Por este não pagar o foro à nova proprietária e por D. Antónia não achar vantajoso o investimento em propriedade tão distante dos seus principais domínios, aquela acaba por vender a quinta a João José Dias Galas, em 18/03/1882, por 6 contos e oitocentos e setenta e quatro mil e duzentos e cinquenta réis.

Já no século XX, passa para posse da Família Santiago, abastados do Felgar.

No ano de 1984, a Quinta de Crestelos é comprada pela família Salgado Ruano, do Felgar, estavam assim reunidas as condições para que a quinta voltasse ao auge que atingiu em meados do século XX, mas desta vez com um carácter completamente distinto. Ao contrário do tempo do último Santiago-Miranda, a conjuntura histórica estava agora a favor dos proprietários, com a adesão de Portugal à CEE dois anos depois da compra da Quinta, quando começaram a entrar no país fundos comunitários para os mais diversos fins. Esta foi a origem dos investimentos realizados na Quinta por esta família. Nos edifícios foram feitas algumas obras para alojar os clientes, e a família quando visitava a Quinta, nomeadamente o pavilhão de caça, plantaram-se alguns pés de oliveira, fez-se uma charca nos Barrais para rega das oliveiras e regularizam-se alguns do caminhos dentro da Quinta e desta para a freguesia próxima do Souto da Velha. A plantação de floresta de pinheiros e castanheiros iniciada na década de 1980/1990 e a criação de uma reserva cinegética aproveitando a nova grande mancha verde mudaram o cariz da Quinta, passado a aptidão turística e cinegética a prevalecer sobre a agrícola.

É deste vasta e heterogénea propriedade, com os seus dois núcleos edificadas: Barrais e Crestelos, que a parte que segue do inventário se reporta.

---

<sup>287</sup> SEIXAS (2003), p. 9

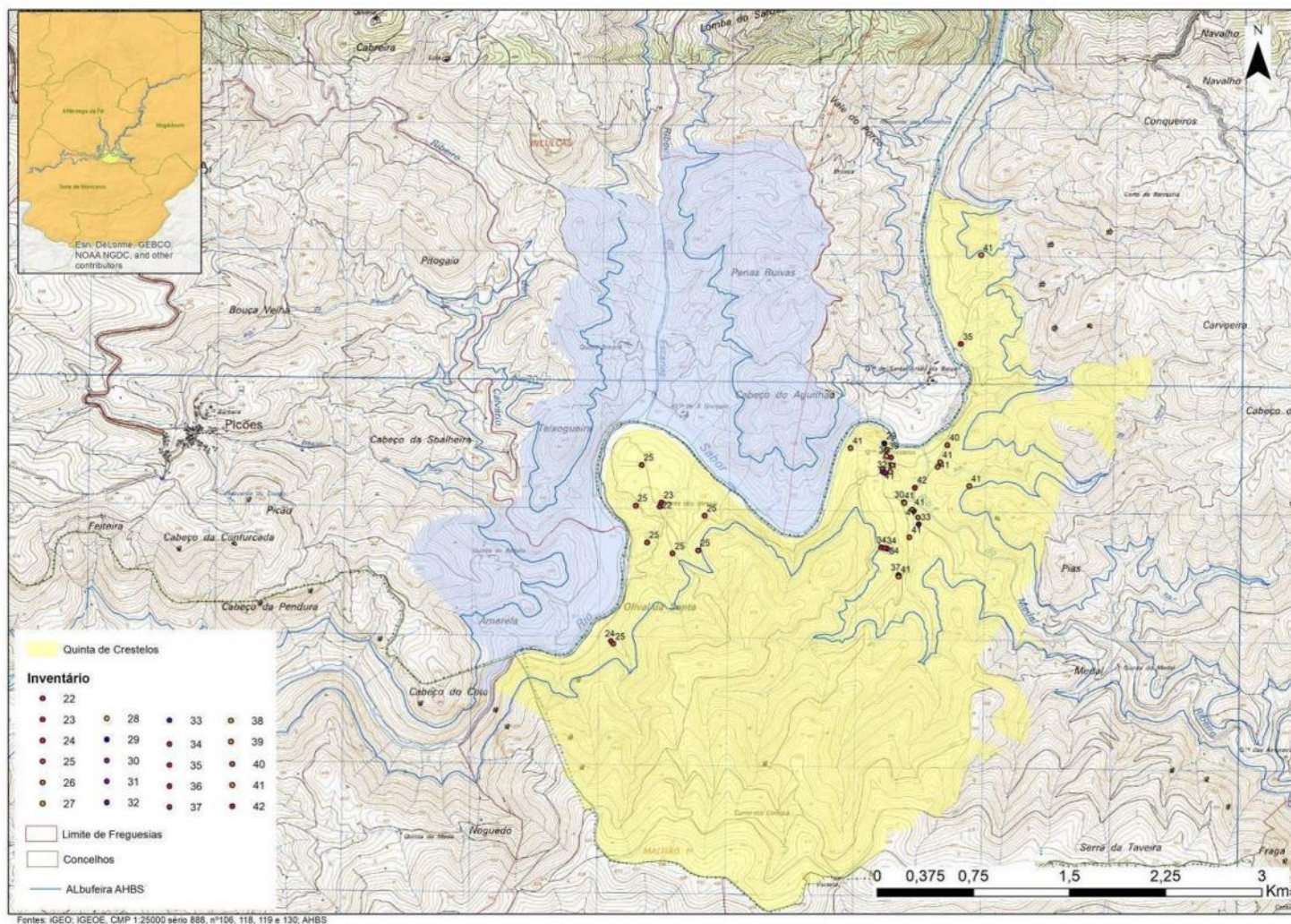


Figura 10: Quinta de Crestelos (QC) – localização, através do Numero de Localização Geográfica, do património edificado inventariado correspondentes a este conjunto





#### IV.4.1. Barraís (B)

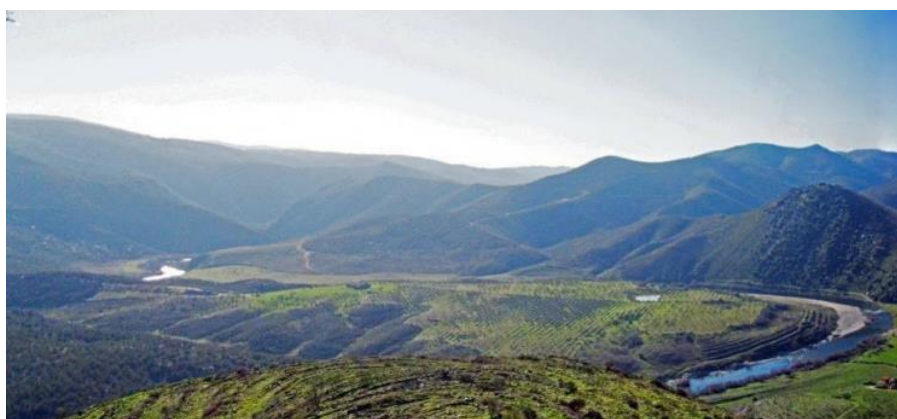
O núcleo dos Barraís (B) correspondia à área mais a poente da Quinta de Crestelos, em que o território se apresentava aproveitado para as culturas do cereal, pontuado por algumas árvores, e terras incultas ou de pasto, em encostas íngremes sobranceiras ao rio Sabor.



**Foto 09:** Barraís visto desde o caminho de acesso a sul.

Aliado ao que acima se escreveu, importa referir, que se tratava, igualmente, da parte do conjunto que, por um lado era o mais afastado dos núcleos populacionais, e aquele secundário dentro da propriedade, e por outro aquele onde mais se fizeram sentir os trabalhos de surribas mecânicas contemporâneas – sobretudo ao nível dos seus terraços, o que proporcionou que a quantidade de património construído seja muito reduzida face à área disponível em comparação com o núcleo Crestelos, afirmação válida para o edificado central e para as construções de apoio e armação de terrenos das periferias.

O edificado central de Barraís [RODRIGUES 2013:30] desempenhando funções hierarquicamente inferiores às do núcleo edificado central de Crestelos, como área anexa que era dentro da quinta, estava destinado a um caseiro e sua família, e compunha-se, apenas, de dois edifícios: um para habitação e guarda de animais, e o outro para forno.



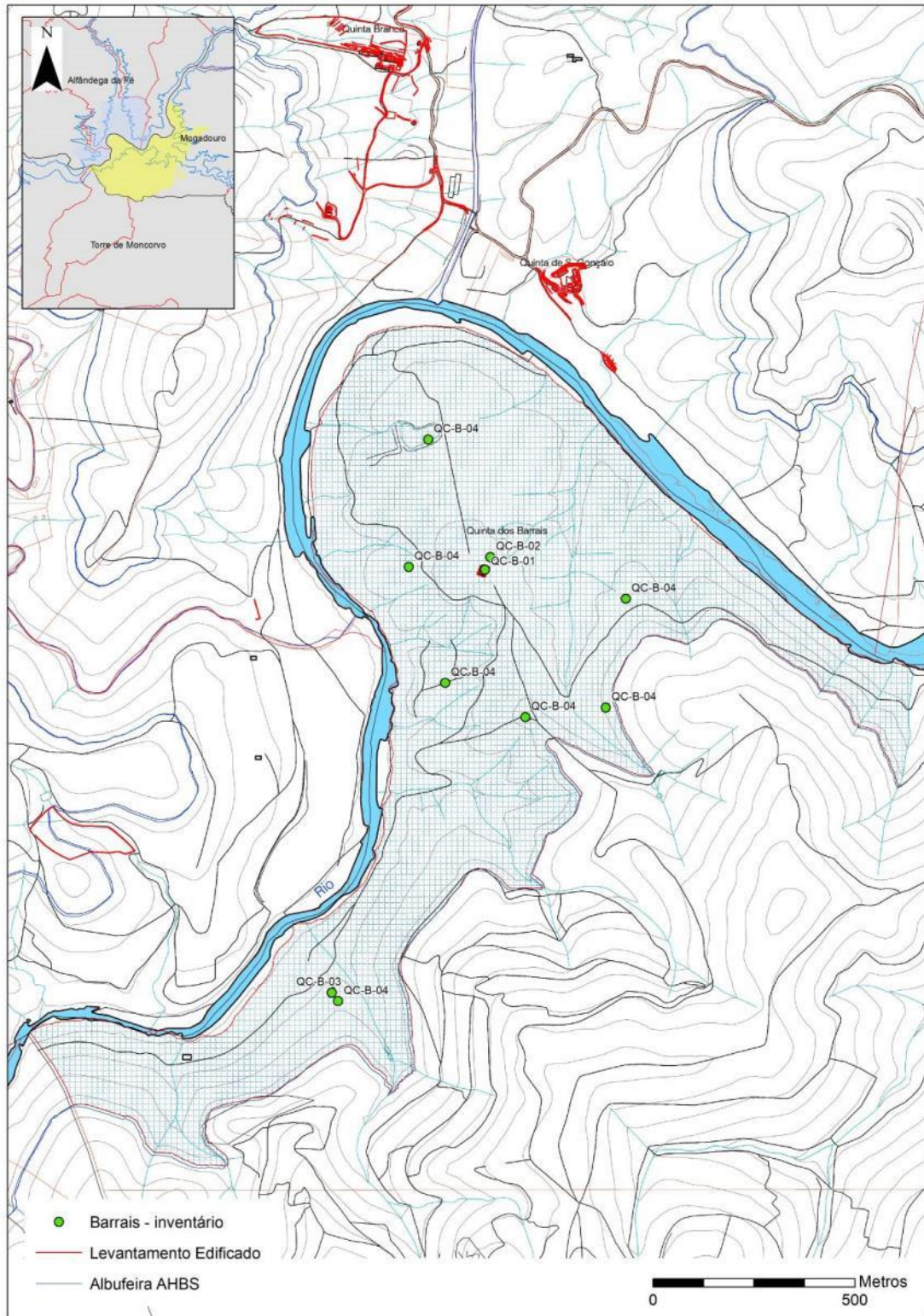
**Foto 10:** Barraís vistos

desde o Cabeço do Aguilhão

**IV.4.1.1. (Núcleo dos) Barris: fichas de inventário**

Listagem do patrimônio edificado inventariado

<b>Código de Inventário</b>	<b>Nº Localização Geográfica</b>	<b>Tipo de Ocorrência</b>	<b>M (datum73)</b>	<b>P (datum73)</b>
QC-B-01	22	Habitação	102752,3	176546,4
QC-B-02	23	Forno	102765,6	176577,3
QC-B-03	24	Casebre	102372,7	175497
QC-B-04	25	Colmeal	102653,4	176265,3
QC-B-04	25	Tanque	103051,9	176204,3
QC-B-04	25	Charca	102611,5	176868,9
QC-B-04	25	Socalco	103101,6	176473,9
QC-B-04	25	Colmeal	102563,3	176553,3
QC-B-04	25	Tanque	102852,7	176180,3
QC-B-04	25	Socalco	102388	175475,5



**Figura 12:** Barrais (B) – levantamento arquitetónico com a respetiva marcação de Código de Inventário.

## Barrais: Inventário [Anexo IV]

Número de Localização Geográfica	22
Código de Inventário	QC-B-01

Designação	Casa dos Barrais
Tipologia	Habitação

## Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, grauvaques, granito, madeira, argilas, cal e tijolo e cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Habitação; guardar animais e alfaias	Última Utilização	Guardar animais

## Descrição Sumária

Erguido em alvenaria de pedra seca de xisto da despedrega aliadas a alguns blocos de quartzito, o complexo construído compunha-se de uma habitação e 3 compartimentos anexos para guarda de animais e alfaias.

A área de habitar consistia no compartimento NE do complexo construtivo. A entrada, a NO, fazia-se através de uma porta, em ripado de madeira, de uma única folha e eixo vertical. A sua moldura, soleira, ombreiras e padieira, era em blocos de granito toscamente trabalhados.

No interior encontrava-se dividida, através de paredes em tabique (apenas madeira), em 4 divisões. A divisão de entrada era aquela que tinha mais área e servia de cozinha, sala de estar, sala de trabalhos múltiplos e espaço de dormir. Junto da entrada, à direita, estava a área de cozinha, preservando ainda o escano. Na parede NO, cujos interstícios entre as pedras estavam colmatados com argamassa de argila, e onde eram notórias as marcas do fogo, havia duas pilheiras, e, entre as duas tinha cravado um pau onde se sustentaria a panela sobre o lume, sendo uma área de cozinha sem tresfogueiro ou escano, a saída dos fumos estava assegurada através de telhas levantadas do telhado e colocadas em pirâmide.

As restantes divisões, às quais se acedia por uma única porta, e seguidamente de umas para as outras, tratava-se de pequenos espaços destinados a quartos, divididas entre si através de paredes em madeira, e apenas o quarto NO tinha uma janela para a entrada de luz natural. O piso de circulação da área comum (cozinha) era cimentado e o dos quartos, sobre o cimento, em soalho.

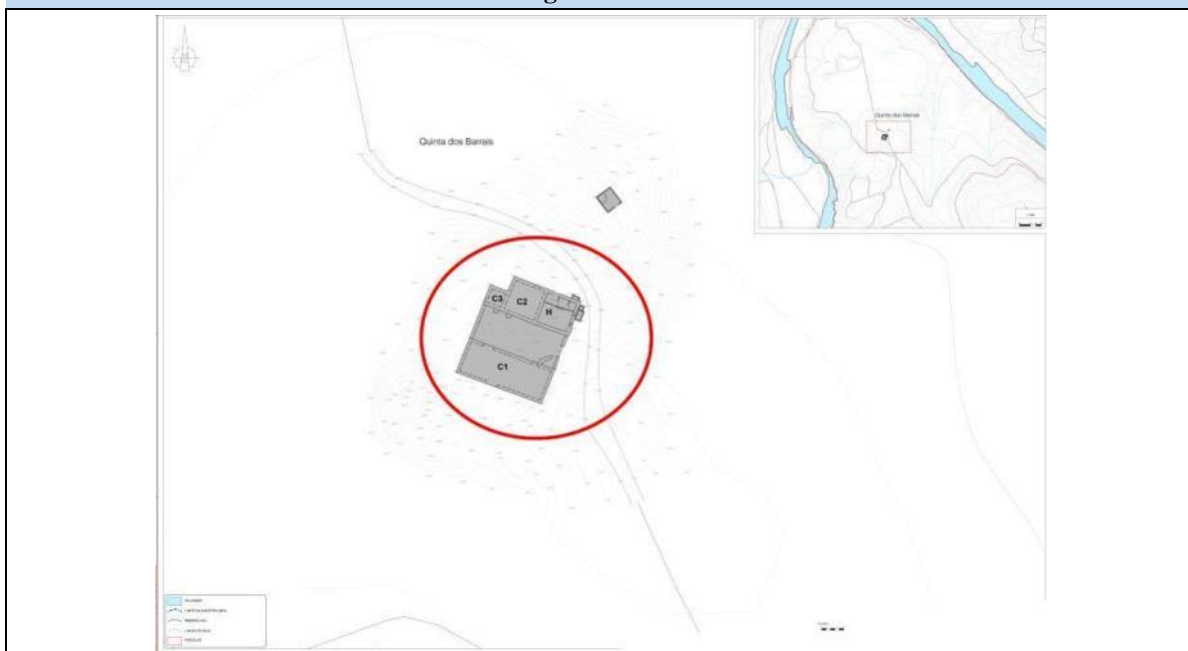
A área para animais, como já se referiu, compunha-se de 3 compartimentos distintos: o de maior dimensão ocupava todo o alçado SO da construção. Ao seu interior, amplo e de apenas uma divisão, podia aceder-se pela grande abertura no alçado SO onde não existia porta mas apenas uma grade, ou, através do cercado, por uma das duas aberturas no alçado NE ambas toscamente encerradas com madeira. A cobertura estruturada em madeira e telha tipo marselha, ao contrário dos restantes corpos do edifício cuja telha era meia cana.

O 2º compartimento situado na ala NE do edifício, tinha a sua única entrada virada a NE, com uma tosca porta de madeira de uma única folha e apresentava uma planta quadrangular composta por uma única divisão. O compartimento 3, a NO do anterior, era o mais pequeno dos três destinados aos animais, e era reservado a pocilga. Tinha a sua entrada virada a NO, já sem porta. No inteiro existia uma pia escavada na rocha.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



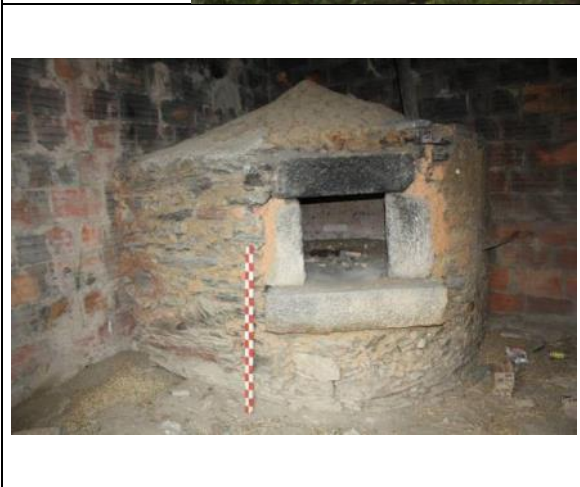
Número de Localização Geográfica	23
Código de Inventário	QC-B-02

Designação	Forno dos Barrais
Tipologia	Forno

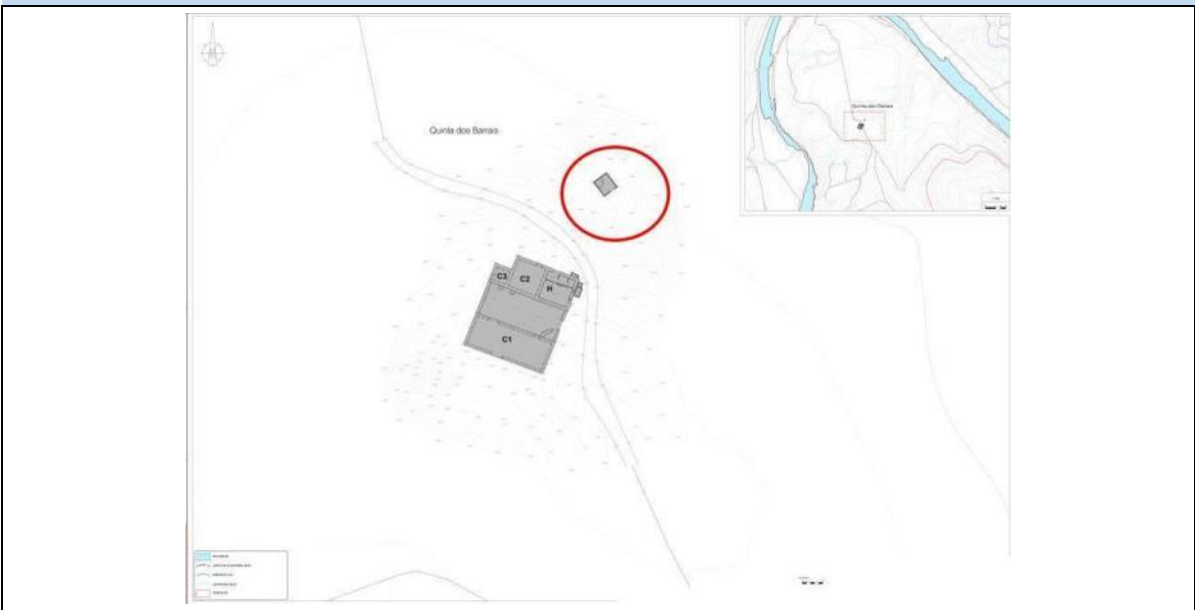
Caracterização			
Materiais de Construção	Tijolo, xisto, granito, cal, argilas e cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária e de tijolo
Utilização Inicial	Preparação de alimentos	Última Utilização	Abandonado

Descrição Sumária
<p>Situava-se a nas proximidades do núcleo habitacional central dos Barrais a nordeste do mesmo.</p> <p>O edifício onde estava instalado o forno tratava-se, de facto, de uma construção moderna, de planta retangular, em alvenaria de tijolo industrial e cimento sem revestimento, com telhado, em telha marselha, de uma água, com a entrada orientada a Sudeste. O piso era em terra-batida. O forno propriamente dito apresentava planta arredondada, truncada pelas paredes retilíneas dos alçados Noroeste e Sudeste em cujo canto se insere, cúpula em meia esfera e construído com recurso a alvenaria ordinária de xisto e tijolo e a entrada definida por silhares graníticos.</p>

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**





Número de Localização Geográfica	24
Código de Inventário	QC-B-03

Designação	Casebre dos Barrais
Tipologia	Casebre

**Caracterização**

Materiais de Construção	Xisto, madeira, argilas, cal e tijolo	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Apoio a actividades agro-pastoris; abrigo de pessoas e animais	Última Utilização	Abandonado

**Descrição Sumária**

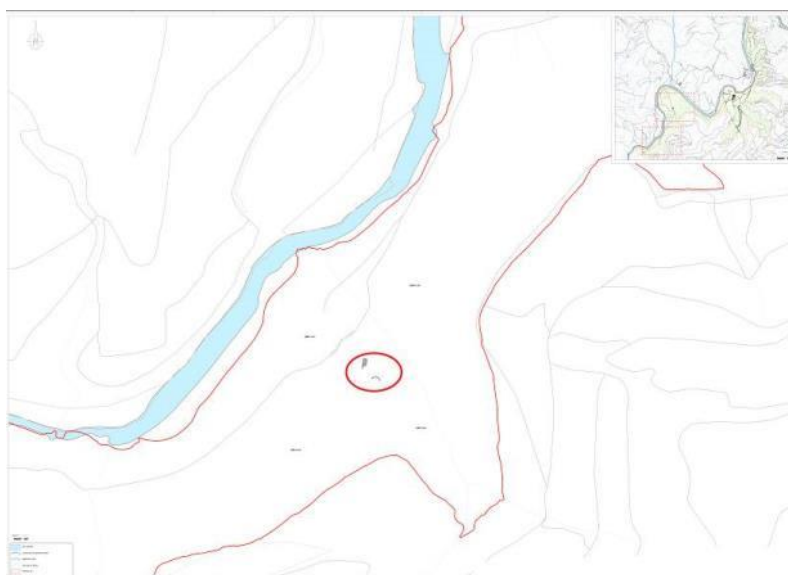
O *Casebre da Trapa* situava-se na encosta sobranceira à margem direita do ribeiro dos Lodões, já relativamente próximo da sua confluência com o Rio Sabor, bastante afastado dos núcleos centrais construídos da quinta de Crestelos e Barrais. Consistia nas ruínas de uma construção, já destelhada, em alvenaria seca de xisto da despedrega. De planta retangular, assentes as bases dos seus paramentos diretamente sobre os afloramentos rochosos, aproveitando-os, em parte, como integrantes dos mesmos. Tinha a sua única entrada orientada a sul. No interior apresentava uma única divisão ampla e na parede poente, aquela voltada para o vale do Sabor, eram visíveis vestígios da moldura de um vão de janela.

Pese embora não existir memória de sua utilização, este casebre implantava-se em posição privilegia para controlo desta zona do vale do Sabor, e encontra-se desenhado no Cadastro da freguesia de Meirinhos (secção L4), numa área densa e ricamente agricultada à época com hortas, vinha e olival em cota imediatamente inferior à do casebre, estendendo-se entre ambos os ribeiros e em ambas as margens do ribeiro dos Lodões, amendoal e cereal na restante área, o que nos leva a colocar a hipótese de, pelo menos até à década de 1940, este ter servido de apoio e armazém à intensa atividade produtiva que ali existiria e, possivelmente, de habitação mais ou menos permanente.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	25
Código de Inventário	QC-B-04

Designação	Socalcos dos Barrais
Tipologia	Socalco

**Caracterização**

Materiais de Construção	Xisto, terra; tijolo, cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa; surriba
Utilização Inicial	Agricultura	Última Utilização	Agricultura e floresta

**Descrição Sumária**

Ao longo da extensão de território que aqui designamos como (quinta) dos Barrais eram ainda visíveis, algumas construções e adaptações ligadas à exploração agropecuária do mesmo. Tratava-se de alguns socalcos, em alvenaria de pedra seca surribada, socalcos em talude de terra, tanques e charcas para retenção de águas e rega e estruturas, em tijolo e cimento, para a colocação de colmeias.

Embora se tratassem, à data dos levantamentos de campo, de vestígios muito pontuais, ou de alterações e edificações feitas nas duas últimas décadas, não deixam de ser uma marca do passado e do modo com este território se explorava.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**

Não se aplica

#### IV.4.2. Crestelos (C)

É no edifício da *casa* e das restantes dependências, *construções anexas*, com esta relacionadas, que as vivências, o estatuto e o reconhecimento destas propriedades, tipo quinta, e seus proprietários se faria notar.

No caso de Crestelos (C) o núcleo central construído compunha-se de construções de carácter rústico, com algumas tentativas de mimetização das características das casas (senhoriais) da vila, mas, sobretudo, ligadas à exploração da terra, como locais de administração agrícola em contextos (até à 1º do século XX) onde a agricultura era encarada como uma atividade económica rentável e prestigiante.

Era no núcleo central construído da *Quinta de Crestelos* e área contígua que encontrávamos a maior concentração de elementos construtivos [RODRIGUES 2013:32]. Situado num planalto sobranceiro ao Rio Sabor, entalado entre três pequena elevações – *Cabeço do Remanso* a norte, *Cabeço da Capela* a SE e outro mais a SW para o qual não obtivemos toponímia específica - desde há muito que este espaço atraiu o povoamento humano, como comprovam as intervenções arqueológicas, e seus resultados, ali levadas a cabo.



Foto 11: Panorâmica sobre Crestelos, e sua envolvente, vista desde o Cabeço do Remanso

Os edifícios centrais distribuía-se por duas alas de construções contíguas, formando um pequeno arruamento [Figura 13] orientado no sentido Norte-Sul. Tratavam-se de construções datadas de diferentes momentos, e, pelas relações entre os edifícios que foram possíveis observar, não existe um único sentido do crescimento deste núcleo, podendo interpretar-se uma primeira expansão na direção Norte e uma segunda na direção Sul. Aqui e nas suas imediações encontravam-se os edifícios destinados à habitação dos proprietários, caseiro, trabalhadores e visitantes, mas, também, as principais estruturas de transformação e armazenamento de produtos, como os lagares, a eira, as tulhas e forno de cozer o pão e, ainda, curriças para animais, como veremos no inventário.



**Foto 12:** Olival centenário (*dos Távora*).

Era o coração da quinta, da propriedade, por excelência, o polo aglutinador e concentrador. Onde o prestígio e a antiguidade da casa eram mostrados através das suas construções e do magnífico olival centenário – *dos Távora* – que existia a poente e SW do núcleo central construído.

Desde o núcleo construído mais centralizador, e à semelhança de propriedades com características idênticas, em direção às suas periferias começa a diminuir a quantidade e a qualidade das construções, pautando-se agora por unidades de pequena dimensão destinadas ao apoio das atividades agrárias e de pastoreio da quinta, à armação de terreno, captação e encaminhamento de águas e a alguma ação transformadora, de que é exemplo um forno de cozer telha.



**Foto 13:** perspectiva geral sobre Crestelos desde a margem direita do rio Sabor (após incêndio de 2013).



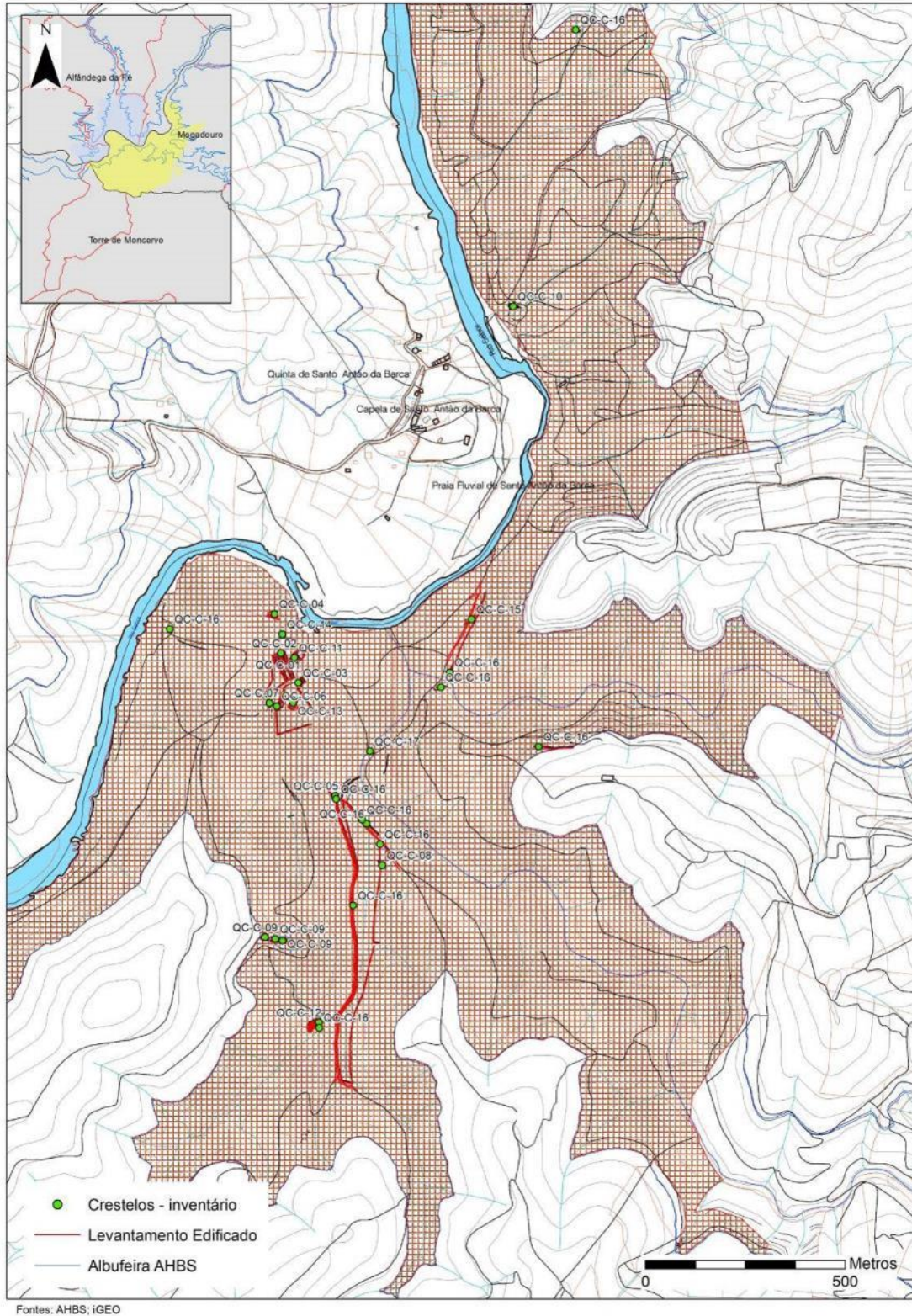
**Figura 13:** fotomontagem ilustrativa do arruamento de Crestelos - corte longitudinal - através de vista panorâmica sobre as fachadas principais do seu edificado [retirado e adaptado de *AHBS.MDPSP.205.01 Quintas de Crestelos e Barrais*, 2013 - DO-ARQ-03-MM-6879. Foto montagem e ortoretificação de José Rodrigues]

## IV.4.2.1. (Núcleo de) Crestelos: fichas de inventário

## Listagem do património edificado inventariado

<b>Código de Inventário</b>	<b>Nº Localização Geográfica</b>	<b>Tipo de Ocorrência</b>	<b>M (datum73)</b>	<b>P (datum73)</b>
QC-C-01	26	Quinta	104519,71	176939,86
QC-C-02	27	Quinta	104519,71	176939,86
QC-C-03	28	Oficina Vinária	104562,83	176865,35
QC-C-04	29	Pombal	104503,59	177038,49
QC-C-05	30	Forno telheiro	104655,39	176581,1
QC-C-06	31	Curriça	104509,7	176806,75
QC-C-07	32	Curriça	104490,31	176815,06
QC-C-08	33	Casebre	104773	176406,76
QC-C-09	34	Curriça	104523,84	176217,3
QC-C-09	34	Curriça	104479,43	176226,05
QC-C-09	34	Curral	104505,39	176221,79
QC-C-10	35	Curriça	105100,77	177811,51
QC-C-11	36	Apiário	104553,46	176928,46
QC-C-12	37	Apiário	104614,31	176011,66
QC-C-13	38	Eira	104550,33	176815,46
QC-C-14	39	Tanque	104523,14	176987,35
QC-C-15	40	Casebre	104997,6	177025,4
QC-C-16	41	Muro/ Socalco	104241,12	177000,59
QC-C-16	41	Muro/ Socalco	105258,38	178506,73
QC-C-16	41	Muro/ Socalco	104920	176854,3
QC-C-16	41	Caminho	104942,2	176891,67
QC-C-16	41	Caminho	105165,6	176705,4
QC-C-16	41	Fonte	104733,76	176511,19
QC-C-16	41	Cercados	104487,87	176837,99
QC-C-16	41	Muro/ Socalco	104767,3	176459,69
QC-C-16	41	Pontão	104615,1	175998,5
QC-C-16	41	Levada	104700,27	176305,86
QC-C-16	41	Caminho	104657,78	176573,44
QC-C-16	41	Muro/ Socalco	104722,82	176521,45
QC-C-17	42	Ponte	104742,29	176693,54





**Figura 14:** Crestelos (C) – levantamento arquitetónico com a respetiva marcação de Código de Inventário

Número de Localização Geográfica	26
Código de Inventário	QC-C-01

Designação	Quinta de Crestelos (ED07 a ED10)
Tipologia	Quinta

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, granito, tijolo, cimento, cal, argilas e madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária; tabique; Alvenaria de tijolo
Utilização Inicial	Quinta	Última Utilização	Quinta

#### Descrição Sumária

A quinta de Crestelos tem o seu núcleo central construído edificado segundo um arruamento<sup>288</sup> – com uma orientação genérica de sul para norte – fechado nos topos com recurso a muros e portões e nas traseiras dos corpos edificados por um cercado em alvenaria de xisto e bloco, isto para o lado poente, e pela natural topografia no terreno e afloramento à superfície do lado nascente.

Aqui foi-nos possível identificar oito espaços cujo fim, seja último ou desde a sua fundação, foi a habitação. Referimo-nos aos ED1, 2, 5, 7, 8 e 9. Não obstante, e pese embora os vestígios materiais não o indicarem, não é de excluir que em períodos de laboração intensa da quinta, como, por exemplo, as campanhas de segada e malhada do cereal, outros casebres, curriças e abrigos fossem usados com local de habitação temporária pelos jornaleiros.

Edificações a nascente (ED07 a ED10)

De todos os edifícios habitacionais do núcleo central da Quinta de Crestelos um, ou melhor um conjunto composto pelos pisos superiores dos ED7 e 8<sup>289</sup>, destaca-se pela sua monumentalidade e cuidado construtivo em relação aos restantes, tratava-se da residência, permanente ou temporária, dos donos (patrões) durante os períodos referentes aos picos produtivos e até onde a memória consegue recuar. Cremos, igualmente, tratarem-se dos corpos construídos mais antigos da ala nascente, tendo sido alvo de sucessivos arranjos e modificações desde a sua construção (em data desconhecida) até ao seu abandono.

Os ED7 e 8, construídos em alvenaria ordinária de xisto e argamassa de argila, rebocados no exterior com argamassa de cal e argila<sup>290</sup> pintada a branco, estando os pisos inferiores destinados a armazém e celeiro – as Tulhas. A cantaria das molduras das portas e janelas, orientadas para nascente e poente, salvo para aquelas que sofreram alterações ou reconstruções, como aparenta ser o caso de todas as portas e janelas do ED8, onde, fruto do seu revestimento pelo reboco não se consegue aferir, de modo inequívoco, se elas mantêm as molduras em granito bem talhado existente nas restantes ou se foi processada a substituição por tijolo.

As janelas de ED7, no alçado poente, eram em madeira de duas folhas com estrutura giratória de eixos verticais, cada uma das folhas com 3 vidros de forma retangular, sobre esta encontra-se uma bandeira fixa também ela com 2 vidros retangulares. No interior de cada uma das janelas havia portadas de folha dupla em madeira e eixos verticais.

O acesso ao piso de habitação era efetuado através de uma escada, a sul, composta de 5 degraus em granito e base em alvenaria seca de xisto, e um alpendre, que se estendia sobre um maciço de pedra em xisto (M), composto por lajes de granito, junto dos degraus, e uma placa, nova, de tijolo industrial e cimento.

Ao fundo do alpendre encontrava-se a entrada para o ED7, cuja porta, em madeira, se compunha de duas folhas, cada uma com 3 vidraças de formato quadrangular. Para entrar no ED8 existiam 3 portas de madeira.

<sup>288</sup> Por uma questão de organização os diferentes corpos construídos foram divididos e atribuída uma numeração de ED01 a ED10, 01 a 06 para a poente e 07 a 10 para a nascente.

<sup>289</sup> O corpo que deu lugar ao ED9, poderia, eventualmente fazer parte desta mesma habitação, ou, ser uma outra autónoma.

<sup>290</sup> Em alguns pontos encontrava-se aplicado reboco de cimento.

Todas de apenas uma folha, duas com almofado composto por 8 elementos retangulares e a outra lisa com portada interior para permitir ou não a entrada de luz a ar e entrada para o gato.

No interior as divisões são conseguidas com recurso a paredes em tabique de fasquio, caiadas a branco. O piso de circulação era sobrado, ou soalho simples, de estrutura em vigas e barrotes, no ED7 e nas duas divisões norte do ED8. No restante era na continuidade da placa de cimento e tijolo já referida no alpendre. Os tetos-falsos eram em madeira assentes sobre sancas (roda-tetos) do mesmo material e tipo de acabamento, pintados com tinta de esmalte de tonalidade verde-claro.

O interior do ED7 tinha 4 divisões amplas sem qualquer mobiliário. A da entrada, uma espécie de vestíbulo tinha um alçapão que permite o acesso às tulhas existentes no piso inferior. As duas divisões orientadas a poente eram providas de janelas, para ventilação e entrada de luz, enquanto as orientadas a nascente tinham apenas uma porta que permitia o acesso ao alpendre (M) nascente. Alpendre nascente ao qual se acedia via escadas, e permitia a comunicação com o ED9. Tinha um guarda-corpos metálico em frente ao ED8 e em cantaria de granito em frente ao ED7.

No que respeita ao interior do ED8 este apresentava 7 divisões sendo aquela mais a sul uma cozinha, cuja parede interior que a divide das restantes era em tijolo. Com duas portas de acesso ao alpendre nascente e duas janelas viradas para o mesmo. As primeiras em madeira e as segundas em metal.

Os ED7 e 8, comunicantes entre si, no que diz respeito ao piso habitacional, funcionando, desse modo, como uma unidade habitacional. No entanto, por aquilo que nos foi possível observar, e daí a atribuição de nomenclaturas diferentes, esta realidade aparenta ser fruto de inúmeras alterações, reconstruções e restauros que estes terão sofrido ao longo da sua existência, sendo o ED7 mais antigo, no que concerne àquilo que chegou até nós, que o ED8 ao nível do 1º andar. No que diz respeito ao rés-do-chão eram contemporâneos.

Os telhados, dos três corpos – ED8, 9 e telheiro do alpendre poente – eram de duas águas, estruturados em madeira e telha tipo meia cana, com exceção para o beirado do telheiro que era rematado com recurso a telha marselha.

Nos pisos inferiores encontramos dois maciços pétreos de xisto adossados aos dois edifícios pelos lados nascente e poente. A sua relação com todos os corpos edificados nunca foi clarificada e a sua função também não, adiantando-se a hipótese de se tratar de estruturas para reforço (tipo contraforte), acesso aos pisos superiores, ou até para manter as condições de luz e temperatura propícias à conservação de produtos alimentares no interior das tulhas.

As tulhas serviam para o armazenamento de produtos agrícolas secos, passíveis de conservação duradoura, tais como os grãos de cereal obtidos depois da malhada, leguminosas, como o grão ou o feijão, ou até mesmo batatas. A sua localização na zona mais nobre da quinta, conotada com os aposentos pessoais do proprietário e do reideiro tinha uma função prática de segurança e controlo, bem como simbólica, evidenciando-se a sua pertença.

O piso inferior do ED7 apresentava três compartimentos. O compartimento de carácter vestibular que ocupa metade da área do piso, é acessível pela porta de entrada, vão emoldurado por cantaria de granito, com portada de madeira, de folha dupla. O seu piso foi revestido por cimento e apresentava, junto ao alçado Norte, um pequeno alçapão para armazenamento, onde se identificam os encaixes para tampa. Os outros dois compartimentos, que constituem as tulhas, dividem-se deste por uma parede em tabique, e entre si, por uma parede construída em tabuado de madeira, sendo acessíveis através de portas individuais. O compartimento Norte possui cerca do dobro da área do compartimento Sul. O piso das tulhas é sobrelevado em relação ao da entrada, por uma questão de conservação do seu conteúdo, e foi construído em tabuado de madeira. Todas as paredes deste piso, são rebocadas interiormente com argamassa de cal e areia, e caídas de branco. O teto corresponde ao soalho de madeira do andar superior, e neste existe um alçapão com tampa, localizado no compartimento vestibular, a que se acede por uma escada, de madeira, amovível.

As tulhas localizadas no ED 8 configuram a planta do seu piso inferior em algo um pouco mais complexo que

as anteriormente descritas. Apresentavam duas áreas independentes, não comunicantes, divididas por parede interior em alvenaria de pedra ordinária, com entradas separadas, no alçado Oeste, através do maciço a este adossado. Isto leva a colocar a hipótese de corresponderem estas duas áreas a dois edifícios primitivos separados, tendo um sido adossado ao outro.

A área acessível através da porta a Norte estava dividida, sensivelmente, em duas metades por parede em alvenaria de pedra ordinária, definindo dois grandes compartimentos. A dependência a Norte, junto à entrada, encontrava-se subdividido em compartimentos mais pequenos, que correspondem às tulas propriamente ditas. A divisória consistia, tal como no ED7, em paredes com tabuado de madeira, resultando num corredor de distribuição e em quatro espaços de tulas, acessíveis por portas, um ao fundo junto ao alçado Este, a toda a largura do compartimento, e dois, mais pequenos, junto ao alçado Norte e um outro em frente. Uma vez mais, o piso destes compartimentos é sobrelevado por um estrado de madeira, assente em calços formados por pequenos blocos de xisto. O piso do corredor encontrava-se cimentado. O teto em tabuado de madeira, correspondia ao soalho do piso superior, com o qual se comunicava através de um alçapão pequeno. O compartimento a Sul, acessível por porta na parede divisória, era amplo e sem divisórias de madeira, apresentando apenas três pilares em cimento, um central e os outros dois adossados às paredes dos alçados Este e Oeste. O piso encontrava-se, também, revestido por cimento. Aqui o teto correspondia à placa de cimento do piso superior, que se estende até à outra área acessível pela porta a Sul. A colocação desta placa corresponde ao contacto entre dois paramentos diferentes no piso superior, entre a primeira e a segunda porta, no alçado oeste, contado de Norte para Sul.

A outra área, acessível através da porta Sul era de estrutura mais simples, possuindo um compartimento vestibular à entrada, e dois compartimentos mais pequenos, ao fundo, no alçado Oeste. O piso era revestido por cimento e o teto pela placa de cimento.

Encostado à parede sul do ED8 encontra-se o ED9 – Pavilhão da Caça. Erguido em blocos de cimento, feitos no local, isto no que respeita ao rés-do-chão e em tijolo industrial no piso superior. O piso inferior, para arrumos, tinha, no alçado poente, uma porta e um postigo em metal e no alçado nascente 4 janelas do mesmo material.

No piso superior, cujo acesso se realizava através de uma escada em bloco e cimento localizada no alçado sul, tinha um amplo pátio externo e no interior uma sala de refeições e uma cozinha. Apresentava uma porta a sul, duas janelas a poente e duas janelas e uma porte a nascente, todas em metal. O piso de circulação - placa de cimento - e os tetos-falsos eram em madeira pintada a esmalte. A cobertura e de uma água, com pendente de nascente para poente, em telha marselha.

ED10 tratava-se de uma construção em alvenaria seca de xisto da despedrega localizada no limite sul desta ala. Sem qualquer divisão interna, provavelmente por se encontrar já em avançado estado de ruína, tinha uma entrada a oeste, e duas outras, emparedadas, uma a oeste e outra a sul voltada para o exterior.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	27
Código de Inventário	QC-C-02

Designação	Quinta de Crestelos (ED01 a ED06)
Tipologia	Quinta

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, granito, tijolo, cimento, cal, argilas e madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária; tabique; Alvenaria de tijolo
Utilização Inicial	Quinta	Última Utilização	Quinta

#### Descrição Sumária

Ala poente do núcleo central edificado de Crestelos ED01 a ED06.

ED01: aquilo que outrora havia sido o lagar de azeite da quinta, encontrava-se desativado dessa funcionalidade e transformado em área habitacional para o último dos pastores permanentes da quinta que ali terá permanecido até ao virar do século XXI.

Tratava-se de uma construção que se destacava das demais desta ala pela sua altura, área e qualidade construtiva. De planta retangular com dois pisos, construído em alvenaria de pedra ordinária de xisto, argamassa à base de argila, e revestido com argamassa de cimento e pintura de cor branca. A cobertura era de duas águas em telha marselha assente sobre travejamento de madeira. No alçado principal, orientado a Este, encontravam-se quatro vãos em cantaria de granito correspondentes a uma porta de duas folhas, a duas janelas ao nível do piso térreo e outras duas no piso superior. No alçado oposto, tinha uma porta emparedada, certamente aquando da construção do ED6, bem como uma janela que ainda estava ativa. O edifício apresentava um total de quatro divisões, sendo uma térrea e três no piso superior (uma espécie de *mezzanine*).

No piso térreo, a única estrutura relacionada com a original função de lagar de azeite que ainda se conservava era a fornalha, com porta em ferro, junto ao alçado Sul, integrada numa plataforma sobrelevada, onde se encontraria a caldeira e demais mecanismos. Sob esta foi identificado, em sondagem arqueológica, parte do canal de escoamentos das águas russas (SASTRE BLANCO et al 2015: 536). Desta estrutura apenas se consegue observar uma pequena parte, uma vez que se encontrava dissimulada por um corpo adossado. No alçado Oeste, surge um vão emparedado, que se supõe tratar-se da zona de colocação de uma vara de prensagem, se é que foi esta a tecnologia usada neste lagar, que assim, estaria localizada em posição lateral em relação à fornalha.

Aquele corpo adossado foi construído em tijolo e cimento, acessível por escada, com a função de alargamento da daquela plataforma para adaptação a cozinha. Dentro das limitações do espaço, esta adaptação tentou replicar a tradicional cozinha do Nordeste transmontano com uma zona de fogo, uma chaminé em chapa metálica, trasfogueiro e vara de fumeiro, junto ao alçado Sul, ladeada pelo escano em madeira. Em frente à chaminé, encontrava-se a moderna alternativa constituída por um fogão a gás, junto à guarda em madeira da escada. No alçado Oeste, encontrava-se a zona de preparação de alimentos com uma bancada em cimento e um móvel em fórmica para armazenamento de utensílios e alimentos. O chão era revestido a cimento.

O piso superior, acessível por escada a partir desta plataforma, foi construído sobre estrutura de madeira constituída por pilares de sustentação e tabuado encastrado nos alçados Este e Oeste. A parede exterior deste piso era em tabique de fasquio pintado de branco e possui duas janelas. As paredes interiores que dividem um espaço comum de duas alcovas, eram fabricadas em tabuado de madeira pintado de branco.

O ED2, construído em alvenaria ordinária de xisto com argamassa de argila e caiado de branco, dividia-se em dois compartimentos não comunicantes, fruto do emparedamento de um vão de comunicação interna. Do lado norte, uma única divisão, a servir de arrumos, onde destacamos a existência da estrutura, em madeira, de dois

toscos beliches, que apontamos, como hipótese, serem para dormida de jornaleiros e outros trabalhadores da quinta. As paredes deste compartimento estavam caiadas a branco, diretamente sobre a alvenaria, até cerca de meia altura e o telhado não apresenta qualquer forro. O acesso ao seu interior fazia-se através da porta, existente na parede nascente, em madeira, de eixo vertical e apenas uma folha. A cantaria do seu vão era xisto trabalhado. Na parede oposta, existia um outro vão para entrada, hoje condenado com recurso a blocos de cimento. A cobertura deste compartimento era telha marselha.

O outro compartimento do ED2, uma casa, tinha a entrada, igualmente, na parede nascente, com as ombreiras em xisto e porta em madeira de duas folhas e eixo vertical com almofado e vidros no topo. A esta acedia-se por degraus no exterior. Na mesma parede havia uma janela de moldura semelhante à porta com portada de duas folhas em madeira. A sua cobertura de duas águas era revestida de telha meia-cana.

O interior, ao qual se acedia descendo através de degraus, pois o piso de circulação, cimentado, encontra-se bem abaixo da cota da soleira, tinha três divisões. A mais ampla, para a qual se entrava corresponde à área comum de cozinha e sala de visitas. Aqui existia, no canto NO, uma pedra de lar, ligeiramente elevada relativamente ao piso, com a respetiva chaminé, em tijolo revestido a cimento, junto destes, pendendo da cobertura, elementos para o fumeiro. Todas as paredes interiores de alvenaria encontram-se rebocadas e pintadas de branco. A divisória para os restantes compartimentos era conseguida através de uma parede em tabique fasquiado.

As duas restantes divisões tratavam-se dois quartos. Ao primeiro acedia-se através da cozinha e contava com a referida janela do alçado nascente cujo peitoril é recuado relativamente à espessura da parede. Ao segundo, separado deste por uma parede divisória em tijolo pintada de branco, com uma pequena janela para permitir a passagem de luz, acedia-se única e exclusivamente através do 1º. Nenhum dos quartos apresentava qualquer pormenor arquitetónico digno de relevo.

Em todas estas divisões existia, em mau estado de conservação um teto-falso em HDF (placas de madeira prensada).

ED3 apresentava-se erguido em alvenaria de pedra seca de xisto, e a sua área consistia no aproveitamento do espaço existente entre ED2 e ED3. Já sem telhado (cuja telha era de meia cana), tinha a sua entrada voltada a nascente, e no interior – sem divisões – apresentava base pétreia para manjedoura e uma pilheira no alçado norte.

ED4, erguido em alvenaria ordinária de xisto, mas cuja parede oeste fora parcialmente reconstruída com recurso a bloco de cimento, apresentava-se em dois compartimentos distintos. Aquele mais a norte (ED4a), muito alterado no interior e ainda utilizado como pocilga e um outro onde se encontrava localizado o forno de cozer pão da quinta.

Não sabemos quando se terá construído a Casa do Forno da quinta, no entanto, sabemos que o edifício já estaria construído na década de 1920, através da configuração da planta do núcleo central representada no levantamento cadastral da freguesia de Meirinhos. A estrutura do forno propriamente dita não tem datação definida, mas seguramente é anterior à segunda metade do século XX, tendo em conta os relatos relativos à sua utilização recolhidos junto do filho do caseiro da Quinta de Barraís, Claudino Dias, que terá entrado em funções no início da década de 1920. ASD, o inquirido, nascido em 1941, refere que, durante o momento em que habitou na Quinta dos Barraís, até à década 1960, não existia outro forno senão o da Quinta de Crestelos, pelo que numa primeira fase, os habitantes de Barraís tinham de utilizar esse para cozer o seu pão, cabendo mais tarde essa função ao moleiro que ia à quinta recolher o grão.

A casa do forno constituía a ala Sul do ED4, era de planta retangular e construído em alvenaria de pedra ordinária de xisto revestida interiormente com argamassa de argila, com a já referida moderna colmatação, possuindo cobertura de duas águas, com telha de canudo sobre estrutura de madeira. A entrada fazia-se por porta no alçado Este, com padieira em xisto e tinha uma janela no alçado Oeste, com vão estruturado no paramento em tijolo de cimento. O piso era lajeado de xisto.

O forno, propriamente dito, localizava-se no canto entre os alçados Norte e Oeste, sendo uma construção de



planta de tendência losangular com falsa cúpula, em alvenaria de pedra ordinária de xisto, revestida interna e externamente por uma espessa camada de argila. A boca do forno era emoldurada por cantaria em granito e encimada por padieira em xisto. Em contiguidade com o forno, nos alçados Norte e Este havia uma bancada baixa, em alvenaria semelhante à já descrita, destinada ao arrumo de lenha e / ou para colocação da massa e do pão já cozido. No canto entre os alçados Sul e Oeste surge uma plataforma com base no mesmo tipo de alvenaria, com guardas feitas em lajes de granito, que servia para a acumulação da cinza proveniente do forno.

ED5 a que apenas tivemos acesso livre após ter sido consumido pelo incêndio de 2013, pois encontrava-se fechado e com os interiores preenchidos dos mais diversos objetos, apresentaria uma organização espacial semelhante à casa do ED2.

Tratava-se, tudo indica, do corpo edificado mais antigo desta ala a par do ED4 com o qual partilha o alçado nascente, e possivelmente com o ED2 já que a ambos estes corpos encostavam ao ED3.

Localizado na extremidade sul da ala poente da quinta, tinha a entrada, última em uso, orientada a sul e mais dois vãos (para portas) emparedados na sua parede nascente. O que pode ser indicador de uma funcionalidade diferente na origem da sua construção. O telhado era de duas água e telha meia cana.

De planta trapezoidal, tinha no interior três divisões obtidas através de paredes em HDF. A divisão mais ampla, logo à entrada como na casa do ED2, correspondia à cozinha e desta restava, ainda, a chaminé em tijolo industrial, no canto poente. As duas restantes corresponderiam a dois quartos, sem qualquer janela. No interior as paredes seriam rebocadas.

ED6, correspondia a uma construção posterior ao ED1 tendo sido adossada aos alçados Oeste e Norte deste, formando três compartimentos construídos na mesma alvenaria ordinária de xisto. Interpreta-se como sendo um complexo de arrumos de alfaias e outros elementos de apoio à produção agrícola. O compartimento a Oeste do lagar tem por única abertura uma porta com orientação a Sul, comunicando com o cercado que delimita a área do núcleo central de Crestelos, podendo, por essa razão, ter, também, valência no apoio à atividade pecuária. No alçado Norte do lagar, encostava-se um telheiro, integrado no mesmo ED6, com função de abrigo de veículos de apoio à atividade agrícola e não só, pelo qual se acede ao outro compartimento a Oeste do lagar, que não comunica com o anteriormente descrito. Este trata-se de uma espécie de pátio interior, sem cobertura.

Registo Fotográfico



Registro Gráfico



Número de Localização Geográfica	28
Código de Inventário	QC-C-03

Designação	Oficina Vinária de Crestelos
Tipologia	Oficina Vinária

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, granito, cal, argilas, tijolo, cimento e madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Lagar e adega vinária	Última Utilização	Adega vinária

#### Descrição Sumária

A estrutura de oficina vinária de Crestelos encontra paralelo direto com a da Quinta da Laranjeira (CL-L-06). A sua configuração, que a seguir se descreve, é de tipologia semelhante à das oficinas vinárias das quintas do Douro, que começa a difundir-se na região a partir de finais do século XVIII, tornando-se num modelo clássico amplamente reproduzido ao longo do século seguinte. Este paralelo formal é outro dos elementos de análise que permite o avançar da hipótese de ter sido a edificação desta estrutura uma iniciativa da casa Ferreira, na ausência de documentação que o comprove ou desminta, no presente momento do curso da nossa investigação.

A oficina vinária constitui um corpo individual localizado na zona Sudeste, no Remanso, do núcleo central da Quinta de Crestelos, no sopé do Cabeço da Capela, em terreno declivoso, com pendente Sudoeste-Nordeste. Tratava-se de um edifício de planta retangular construído em alvenaria ordinária de xisto, e composto por duas áreas funcionais correspondentes ao lagar e à adega, implantadas em zonas topograficamente distintas.

O lagar encontrava-se situado na zona mais alta e era neste que se dava a fase inicial do fabrico do vinho. Este corpo possui entrada lateral orientada a Nordeste com cantaria em granito e portada de duas folhas, ladeado por uma fresta horizontal com cantaria semelhante, bem como uma barra de ferro a meia altura, encontrando-se no alçado oposto um vão semelhante a este. No alçado Sudoeste, onde estavam encastrados os tanques, existiam dois vãos baixos emoldurados por cantaria de granito, com janelas de portada dupla, que se relacionam diretamente com a atividade da pisa, servindo para o despejo da uva e como respiradouro, aliviando o espaço dos nocivos vapores libertados pela fermentação. A cobertura, em telha de canudo sobre estrutura em madeira, era de quatro águas. No interior, situavam-se os tanques, ou os lagares, propriamente ditos. De morfologia retangular, construídos em grandes lajes granito e assentes sobre um plinto feito de blocos mais pequenos, do mesmo material. À frente dos tanques, encontrava-se um tanque mais pequeno e mais baixo, o pio ou dornacho, para onde escorria o vinho. Para espremer o *pé* que restava após a pisa, usava-se uma prensa em parafuso, de que restava uma parte. O vinho seguia, depois, por força da gravidade para a adega situada na parte mais baixa do edifício através de um sistema de alçapões e caleira também em granito.

A adega, destinada ao armazenamento do vinho, situava-se na parte baixa em contiguidade com o lagar. Possuía entrada com portada de chapa metálica de duas folhas, ladeada por duas frechas altas semelhantes à do lagar no alçado Nordeste, não existindo mais vãos de comunicação com exterior, de modo a manter as condições de luz propícia ao armazenamento do vinho. Para manter o arejamento necessário ao armazenamento do vinho, as pequenas aberturas são compensadas com um pé-direito alto. A cobertura é de uma água, naturalmente com a mesma pendente que o terreno e no mesmo material que a do lagar, tendo apenas uma colmatação de falha em telha marselha. A comunicação interior com o lagar fazia-se através de uma porta situada no alçado oposto ao da entrada que dava acesso a uma plataforma de cimento e tijolo com escada no mesmo material, que deverá ter substituído uma original estruturada em madeira. No mesmo alçado encontrava-se a caleira de granito que comunicava com os tonéis.

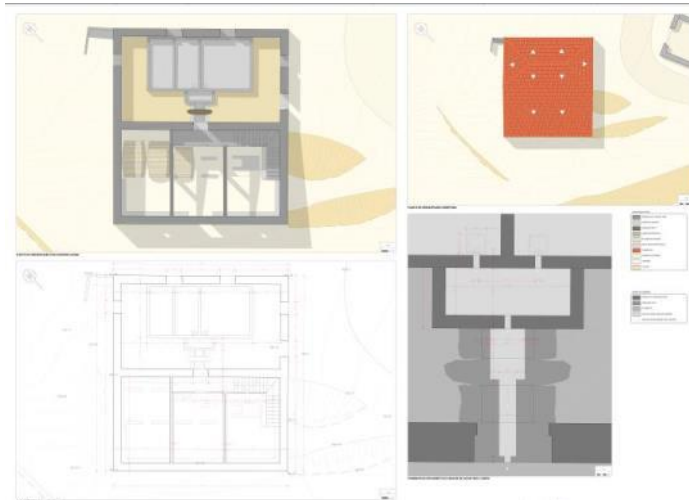
Dos cinco recipientes originais conservavam-se três tonéis *in situ*, e um outro recipiente, que, pela sua inferior dimensão entrará na categoria de pipa, colocado num canto junto à escada. O número original de tonéis intui-se pelo de canteiros em granito, que lhes serviriam de assento. Os tonéis e pipa são fabricados em madeira com arcos em ferro. Dois dos tonéis *in situ* ostentam inscrições nos tampos. O tonel junto ao alçado Sudoeste possuía a data de 1900. No tampo do último tonel à direita, encontram-se marcações que poderão corresponder a uma contagem. No alçado oposto ao dos toneis, a ladear a entrada, encontravam-se duas garrafeiras em cimento que ainda tinham dentro algumas das garrafas de vinho fabricado nos últimos anos de laboração do lagar.

Ao contrário do lagar de azeite, esta estrutura não sofreu grandes transformações e manteve a sua função até há cerca de 20 anos. As alterações feitas correspondem a reparações e a substituição de elementos originais, por outros com a mesma função, de material mais moderno, como o estrado e escada em madeira que deu lugar a congéneres em tijolo e cimento, da telha marselha em substituição da tradicional de canudo, as portadas em chapa metálica na vez das de madeira, e, ainda, no exterior, adossado ao alçado sudoeste, um pequeno muro em tijolo de cimento, com função de anexo para guardar um gerador, antes da introdução da eletricidade na quinta.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	29
Código de Inventário	QC-C-04

Designação	Pombal de Crestelos
Tipologia	Pombal

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, argila, cal e madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Pombal	Última Utilização	Armazenamento de alfaías

#### Descrição Sumária

O Pombal da Quinta de Crestelos, encontrava-se a norte do núcleo principal de edifícios da quinta implantado a meia-encosta sobre uma elevação rochosa – o *Cabeço do Remanso* - de xisto, um morro, que define neste local a margem esquerda do rio Sabor.

Esta implantação do pombal, estratégica, permite que este fique mais protegido dos elementos climatéricos, em particular dos ventos frios de inverno. Os pombais são elementos comuns da paisagem e da arquitetura vernacular transmontana. Em bom estado de conservação apresentava planta semicircular, ou em ferradura, com o alçado principal – plano - orientado a sul com a sua porta de pequena dimensão (cerca de 120 cm de altura), em madeira, giratória e de eixo vertical, com a soleira elevada relativamente ao chão e cinco saídas de voo localizadas sob o beiral do telhado, cumprindo com uma das tipologias mais comuns e tradicionais para pombais no nordeste transmontano.

As suas paredes, assentes diretamente sobre a rocha de base, apresentam uma espessura média de 80 cm e eram erguidas em alvenaria ordinária de xisto com reboco a argamassa de cal e argila (parcialmente caído sobretudo no alçado sul) e caiadas a branco. Quase no limite superior das paredes possuiu uma espécie de capeamento obtido através de lajes de xisto salientes que criam um anel circundante ao pombal, cuja funcionalidade seria a de *patim de poiso* para os pombos e, ao mesmo tempo, auxiliaria no impedir que animais trepassem as paredes do pombal e entrassem pelas saídas de voo.

O telhado, de apenas uma água com pendente norte-sul, assenta diretamente sobre as paredes e constitui-se exclusivamente com telha de meia cana ou mourisca com pedras colocadas sobre o telhado de modo evitar que estas levantassem com os ventos.

A estrutura de sustentação do telhado, em madeira – com madre, ou trave mestra, ao centro, imbrincada e assente na estrutura das paredes, caibros e ripas, com um espeque – pilar vertical de madeira, ao centro para reforço da estrutura. Entre as telhas e estrutura de madeira do telhado, foi possível observar um rudimentar guarda-pó em ripas, igualmente, de madeira.

No interior, deparamo-nos com os tradicionais nichos, caiados a branco, apenas ausentes da parede sul, onde os pombos fariam ninho e nidificariam, a mesa de alimentação, em madeira, sustentada nas paredes aproximadamente à altura da cintura. Encontrava-se em falta a tradicional pia ou bebedouro. O piso de circulação consistia no afloramento rochoso.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	30
Código de Inventário	QC-C-05

Designação	Forno Telheiro de Crestelos
Tipologia	Forno telheiro

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto; tijolo refratário; argila	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Cozer telha	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Localizado junto ao sopé do Cabeço da Capela, na vertente Sul, na confluência de dois caminhos, de acesso à quinta, vindos desde norte.

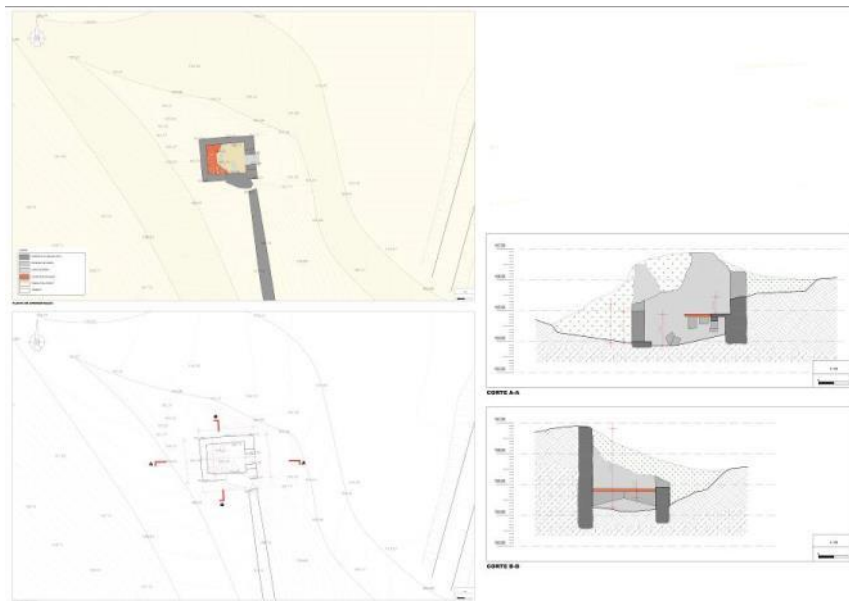
Tratava-se das ruínas de um forno telheiro erguido com recurso à pedra ordinária de xisto, de planta retangular, provido de fornalha com boca no alçado Este, emoldurada por cantaria em granito e grelha em argila, com furos, sustida por um arco de granito onde se procedia à cozedura das telhas já moldadas e empilhadas.



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	31
Código de Inventário	QC-C-06

Designação	Conjunto de curriças 1 de Crestelos
Tipologia	Curriça

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira, argilas e bloco de cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Guarda de animais	Última Utilização	Guarda de animais

#### Descrição Sumária

Conjunto de 4 curriças em alvenaria de xisto da despedrega às quais, num ultimo momento de intervenção e manutenção da estrutura, se adossaram dois corpos construídos em blocos de cimento, um a NE, que aparenta aproveitar uma construção pré-existente, como indiciava o seu embasamento em alvenaria de pedra saca de xisto.

Todo o conjunto apresentava telhado, embora caído em algumas divisões, com estrutura de sustentação do mesmo em madeira, de apenas uma água com pendente para NO, em telha meia-cana com lajes de xisto sobre estas nos beirais.

O corpo a SO (C1), o mais antigo do conjunto, consistia numa construção de planta retangular com duas divisões não comunicantes entre si. A divisão SO tinha apenas um vão de porta voltada, também, a SO. A segunda divisão tinha a entrada<sup>291</sup> virada a NE, já sem porta, e as ombreiras tinham a particularidade de ser em madeira. No alçado NO existia uma janela de pequenas dimensões, cuja moldura foi alvo de reforço através da colocação de blocos de cimento na sua estrutura. Os interiores eram amplos e sem qualquer característica construtiva de destaque.

O C2 encostava ao alçado NE do C1. De planta retangular, erguia-se com recurso a lajes de uma coloração mais ocre que a do anterior. Com duas entradas, uma no alçado NO e outra no alçado SE esta ultima preserva ainda a porta em madeira. O interior tratava-se de um espaço amplo sem qualquer elemento construtivo de relevo e comunicava com a divisão 2 de C1. No alçado SE dos C1 e 2 encostava um pequeno cercado retangular erguido com recurso a blocos de cimento com entrada orientada a NE.

C3 encostava no alçado NE do anterior e encontrava-se em pior estado de conservação, com o telhado já caído. A técnica e materiais de construção são semelhantes às dos edifícios anteriores, com alguns, posteriores, restauros em bloco de cimento na estrutura e interior, que estarão relacionados com a criação de porcos. Este edifício, com duas divisões apresentava duas entradas no alçado SE, uma das quais com as obreiras em bloco de cimento e tinha um pé-direito de altura inferior aos anteriores corpos edificados.

O C4 tratava-se do corpo em bloco de cimento no topo NE do conjunto construtivo destinado a pocilga.

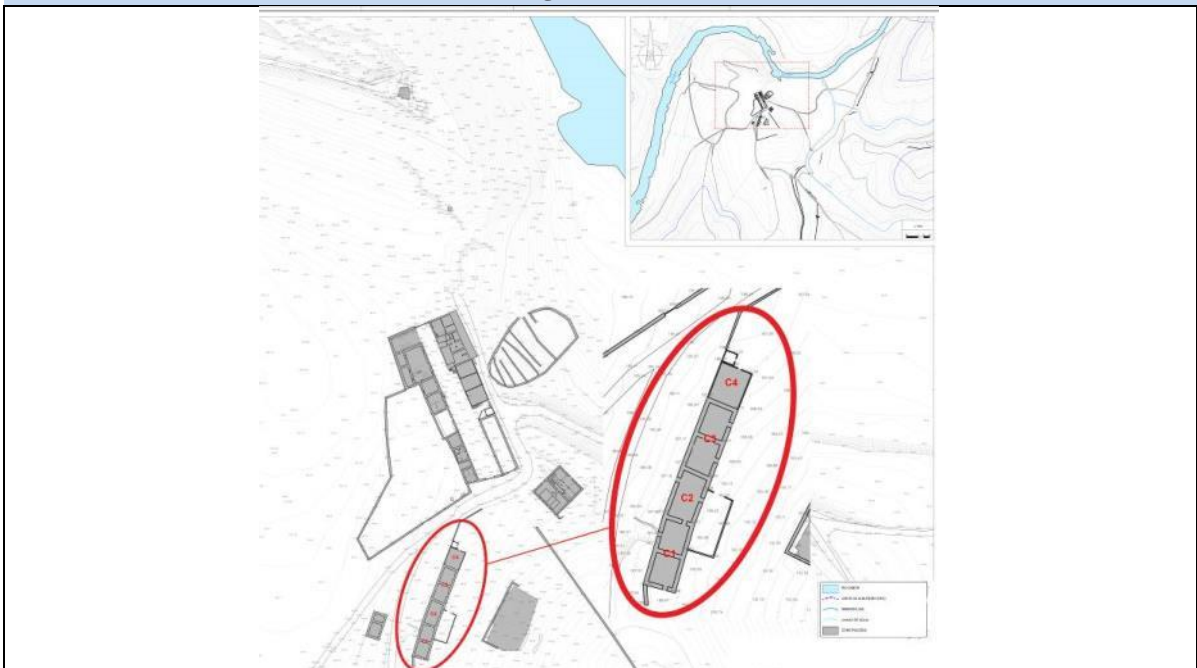
Se no seu último momento de utilização a funcionalidade destes edifícios foi a de recolha para animais e, possivelmente, de alfaias pelas suas características específicas, mais concretamente pela presença de uma janela, caso único neste corpo, somos levados a apontar, que na sua génese, a divisão 2 do C1 podia tratar-se de um espaço para habitação. Quanto aos restantes, o seu carácter de apoio às atividades agro-pastoris aparenta ser inquestionável.

<sup>291</sup> Aquando do registo passagem interna, fruto do encosto do edifício 2.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	32
Código de Inventário	QC-C-07

Designação	Curriça 1 de Crestelos
Tipologia	Curriça

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, argila, madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Guarda de animais	Última Utilização	Guarda de animais

#### Descrição Sumária

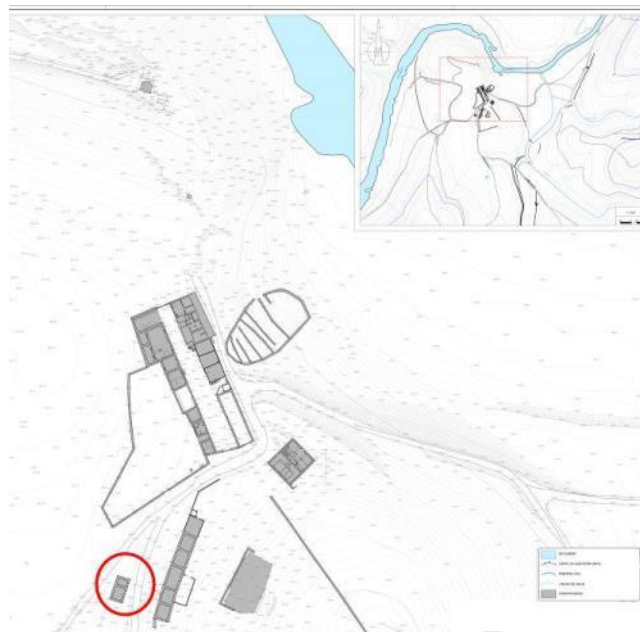
Localizada a NO de QC-C-06, apenas separado pelo caminho, tratava-se de uma construção de em alvenaria de pedra seca de xisto, com telhado de apenas uma água com pendente SE-NO, com a estrutura em madeira e telha meia cana.

No alçado SE tinha 3 vãos de entradas, todos com porta de madeira de uma única folha, que davam acesso às duas divisões do edifício, que não comunicam entre si. O interior das divisões não apresentava qualquer pormenor arquitetónico de relevo, salvo a pia em granito e uma calha em madeira que serviriam para colocar o alimento para os animais.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	33
Código de Inventário	QC-C-08

Designação	Casebre 1 de Crestelos
Tipologia	Casebre

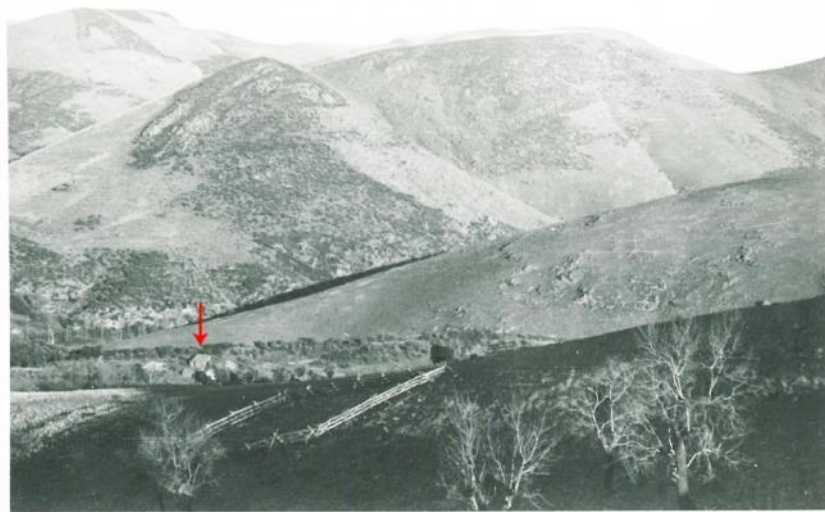
#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Apoio a atividades agropecuárias	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Sobranceiras ao vale do ribeiro do Azibrio encontravam-se as ruínas de um casebre de apoio agrícola, em alvenaria de pedra seca de xisto da despedrega, com as paredes assentes diretamente sobre o afloramento rochoso, cuja entrada se encontrava orientada para o vale, ou seja, para poente. O telhado, de que apenas restavam algumas traves da estrutura, era de apenas uma água com pendente nascente-poente. Junto deste casebre, havia uma pequena plataforma, também em alvenaria de xisto da despedrega, para nivelamento do terreno e sustentação do casebre e das terras de escorrência.

Esta área da quinta de Crestelos encontra-se fotografada (1940-50) pelo Dr. Santos Júnior e numa das fotos, abaixo reproduzida, é possível observar este casebre. [Centro de Memória de Torre de Moncorvo, fundo Santos Júnior]



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	34
Código de Inventário	QC-C-09

Designação	Conjunto de Curriças 2 de Crestelos
Tipologia	Curriça

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, argilas, madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Guarda de animais	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Conjunto de duas curriças com seu cercado. Embora em avançado estado de ruína, erguiam-se em alvenaria de pedra seca da despedrega de xisto e consistiam, basicamente, em dois amplos edifícios de planta retangular ligados entre si através de um muro de cercado também ele em alvenaria seca de xisto.

A construção a nascente, apresentava a sua entrada, sem porta, voltada a oeste com um vão – de janela - no alçado norte que permitia um bom domínio visual sobre parte da área da quinta e do vale do rio Sabor. No interior não mostrava indícios de qualquer divisão ou área distinta, tendo apenas um pequeno nicho na parede poente à direita da entrada. Do telhado, do qual apenas restavam caídos alguns dos elementos da estrutura de madeira, podemos afirmar que seria de duas águas, pelo remate do alçado nascente.

A construção a poente encontrava-se no mesmo alinhamento construtivo do anterior. Erguida segundo a mesma técnica e utilizando os mesmos materiais. Tinha a sua única entrada orientada a nascente, de frente para a do anterior, já sem vestígios da porta. No interior, amplo, de uma única divisão, existiam dois pilares de formato paralelepípedo, que serviriam de apoio à estrutura do telhado, de duas águas, do qual não restavam vestígios. Ainda no interior, na parede norte, podia observar-se a colmatação, com lajes de xisto, de um nicho que ali existiria.

O cercado, através do qual se entrava neste complexo construtivo e que delimitava a sua área tinha a abertura do lado sul como atestavam as obreiras que ainda subsistiam. Apresentava uma planta de formato ovalado, com uma altura máxima identificada de 150cm e capeamento em espinha, com a particularidade construtiva de, na fiada anterior á do capeamento, esta consistir na colocação de lajes de xisto transversais à espessura dos muros ultrapassando-a para o lado exterior. Tinha, também, uma entrada a norte, junto do corpo construído mais a poente, como pode observar-se numa fotografia do Dr. Santos Júnior [Centro de Memória de Torre de Moncorvo, fundo Santos Júnior. Foto possivelmente datada da década de 1940, pois encontra-se no mesmo maço que outras com esta data] – foto 4 - onde se observa, também, que esta construção poente se encontra já, destelhado e todo o conjunto aparenta algum abandono encontram-se rodeado de vegetação arbustiva.



**Registro Fotográfico**



**Registro Gráfico**



Número de Localização Geográfica	35
Código de Inventário	QC-C-10

Designação	Curriça 2 de Crestelos
Tipologia	Curriça

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Guarda de animais, pessoas e alfaias	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Tratava-se de um edifício em ruínas (a *Casinha*), muito próximo da margem esquerda do rio Sabor, em que o curso deste se torna ligeiramente menos encaixado, e do local onde atracaria a barca de Passagem de Santo Antão (da Barca) e Miragaia que ali fazia a travessia do Sabor entre o Santuário de Stº Antão da Barca e a Quinta de Crestelos e, conseqüentemente, às povoações desta margem do rio antes da existência de pontes ou quando não era possível atravessar a vau. Nas CMP das décadas de 1940 e 1990 pode observar-se um carreiro que vem desde o lado poente da aldeia de Meirinhos até esta construção e que daqui segue para o núcleo central da quinta e para norte em direção à Quinta de São Pedro, caminhos ainda existentes aquando do nosso registo, e possíveis de fazer em veículo motorizado.

Em alvenaria de pedra seca, xisto, da despedrega, a construção era constituída por três compartimentos. O mais a poente era o mais amplo e a este encostava um outro de largura semelhante com a entrada, que servia a ambos, orientada, genericamente, a nascente. Entre estes dois corpos edificados, pesa-se embora o avançado estado de ruína, foi possível observar vestígios de uma, possível, parede divisória. Na esquina sul do segundo compartimento, embora estando sob um derrube, destaca-se uma pequena área regular que poderá corresponder a local onde se fazia fogo (pedra de lar).

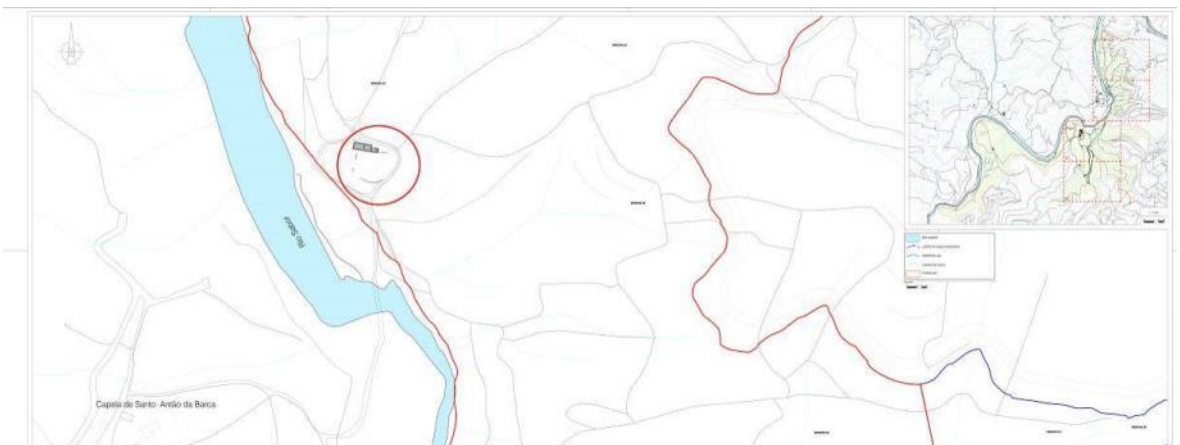
Encostado ao segundo compartimento encontra-se um 3º, muito derrubado, cuja largura era inferior à dos anteriores e no qual entrada aparentava fazer-se pelo lado norte.

Completa este complexo, do qual não se preservava qualquer memória oral de utilização, e que nos surge, já, como uma ruína na CMP da década de 1940, que nós interpretamos como as ruínas de uma casa com curriça, os vestígios de um muro de cercado, erguido segundo a mesma técnica construtiva e no mesmo material, adossado ao seu alçado sul.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	36
Código de Inventário	QC-C-11

Designação	Muro Apiário de Crestelos
Tipologia	Apiário

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto; quartzitos	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Apiário	Última Utilização	Horta

#### Descrição Sumária

A NE do núcleo construído principal, muito próximo deste, encontravam-se uma série patamares em soalco, obtidos através de muros em alvenaria de pedra seca de xisto da despedrega, que apresentavam ter tido como última utilização o cultivo de horta e pomar. No entanto as suas características construtivas apontam, como veremos, para na origem se haver tratado de um muro apiário.

Encontrava-se orientado sensivelmente a NE, junto de uma pequena linha de água sazonal subsidiária do Sabor, em encosta sobranceira ao mesmo, já muito próximo deste e da confluência da ribeira do Medal com o rio. De planta ovalada, com o seu eixo maior orientado perpendicularmente à linha e água, as suas paredes, muito danificadas pelos caminhos que passavam junto da estrutura a sul e poente da mesma, na face melhor preservada, aquela virada a NE, tinha cerca de 200 cm de altura e capeamento em espinha, impedindo deste modo o acesso ao interior por este lado, as restantes apresentam-se praticamente ao nível do solo. Onde foi possível medir a sua espessura, apresentava em média 70 cm. No interior encontram-se sete patamares, largos, obtidos através de soalcos em pedra, com a particularidade de o que se encontrava a cota mais baixa, mais próximo da linha de água, ser mais largo e amplo que os restantes criando uma plataforma que pode interpretar-se como a área para terraço ou jardim<sup>292</sup> onde se plantariam espécies apreciadas pelas abelhas de modo a, por exemplo, atrai-las para os cortiços. Da entrada para estrutura não foram observados quaisquer vestígios irrefutáveis, no entanto, uma laje fincada na vertical do lado NO, muito próxima do patamar inferior, pode indicar, ali, a sua presença.

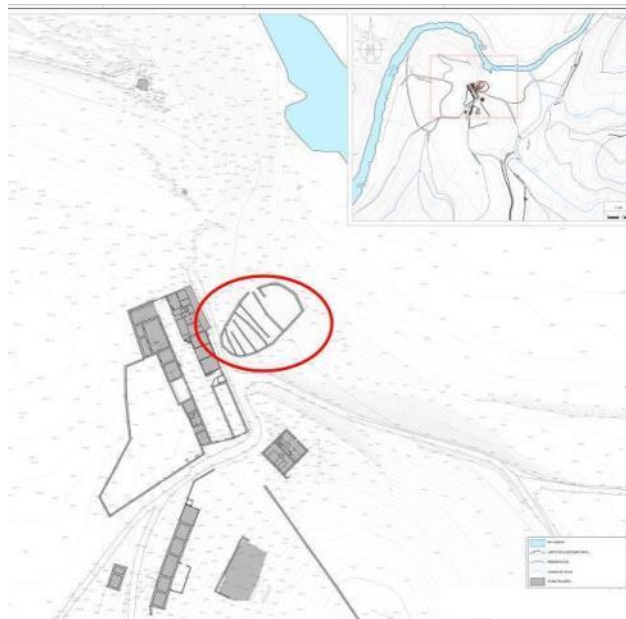
No lado NE o alçado do muro sofreu um alteamento em relação ao que originalmente existia: até cerca de um metro de altura era visível uma construção em pedra miúda com capeamento em espinha e sobre este um acrescento, com recurso a lajes de xisto de maior dimensão e também capeado espinha que configura a estrutura atualmente visível.

<sup>292</sup> DIAZ (2010), pp.9; MASETTI (2010), pp.24

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	37
Código de Inventário	QC-C-12

Designação	Muro Apiário da Ribeira do Medal
Tipologia	Apiário

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Apiário	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

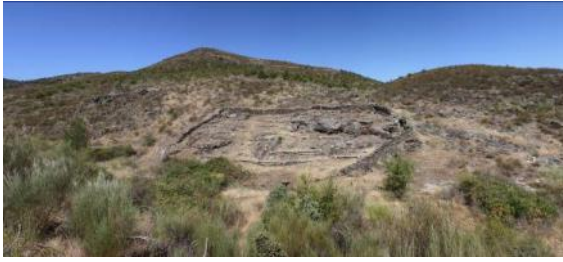
Situado no sopé norte do Cabeço da Corte da Queimada, no fundo de um vale no ponto de confluência de duas linhas de água sazonais afluentes da margem esquerda do ribeiro do Azíbrio. Numa área muito pedregosa da quinta, onde os afloramentos rochosos são dominantes e a potência de solo muito reduzida. A construção, em alvenaria de pedra seca de xisto da despedrega, de aspeto irregular, apresentava uma planta semicircular com o seu eixo maior, aquele perpendicular à pendente da encosta, orientado NE-SO e uma área de cerca de 40 por 15,5 metros. As suas paredes, que muito aproveitavam o afloramento rochoso como parte constituinte das mesmas, tinham uma altura máxima de aproximadamente 150cm e em média 70 cm de espessura, capeamento em espinha, e encontravam-se, do lado SO, aquele virado a uma das linhas de água sazonais, apenas ao nível do solo de circulação atual, funcionando o leito da linha de água como o seu limite.

A entrada para o muro-apiário, onde não se identificaram quaisquer vestígios de porta, situava-se na face NO, orientada a Norte e era definida por uma umbreira construída seguindo a mesma técnica do restante muro e uma outra definida pelo próprio afloramento. Esta entrada apresentava a particularidade de não dar acesso directo imediato ao local onde se colocariam os cortiços e/ou colmeias, mas sim, para uma espécie de pequeno *átrio* ou antecâmara, que poderia funcionar como local para deixar alfaias. Era através deste *átrio*, de novo por uma passagem, ainda mais estreita, semelhante à entrada orientada a NE que se acedia em definitivo ao interior do cercado.

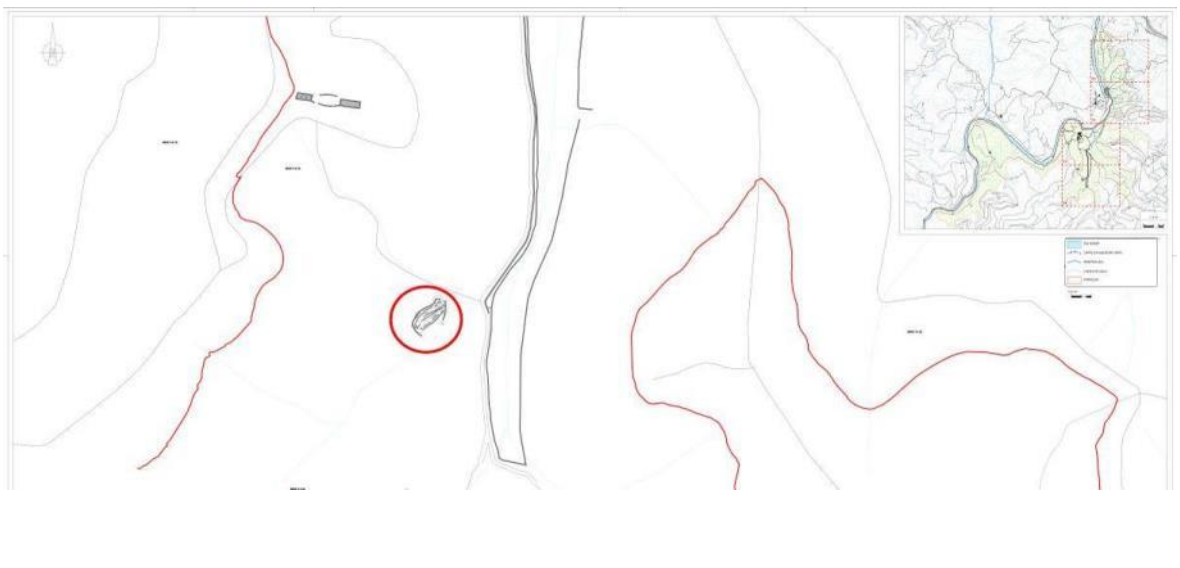
No interior, eram visíveis vários socalcos baixos, obtidos através do aproveitamento dos afloramentos rochosos à superfície e da justaposição de lajes de xisto, sem recurso a argamassa, destinados a servirem de base para os cortiços, de modo a que estes não estivessem em contacto direto com o solo. Estas plataformas para a colocação dos cortiços, que originalmente seriam tal como descrevemos, no último momento de utilização deste muro apiário enquanto tal, foram alvo de arranjos e restauros com recurso a vigas e blocos de cimento para sobre estes assentar as colmeias.

Neste mesmo momento, pelas semelhanças dos materiais utilizados, em particular das vigas em cimento, ter-se-á construído um segundo acesso ao interior do muro, um pequeno pontão sobre a linha de água a SE, que consiste em duas vigas de cimento, separadas entre si cerca de 50 cm, sobre as quais se colocaram, transversalmente, grandes lajes de xisto. Ao mesmo tempo, cremos, pode ter sido condenada, a entrada desde o interior do *átrio*.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	38
Código de Inventário	QC-C-13

Designação	Eira de Crestelos
Tipologia	Eira

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto; terra	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Malhar e secar cereal	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Da época da construção da eira nada se sabe. Sabemos, no entanto, que na década de 1920, época dos trabalhos de campo do levantamento cadastral da freguesia de Meirinhos ela surge representada. É possível que se trate de uma estrutura centenária, dada a antiguidade do cultivo do cereal na Quinta de Crestelos.

Implantada a meia encosta no Cabeço da Capela, na proximidade do núcleo central, estando, assim, exposta aos ventos, de forma a estes limparem a palha solta do grão durante a malhada. Tratava-se de uma estrutura de planta retangular com piso em lajes de xisto aliadas ao reaproveitamento de algumas lajes em granito, eventualmente proveniente de algum edifício da quinta, entretanto demolido. A base, muro de sustentação, era constituída por blocos de xisto, em alvenaria de pedra seca da despedrega, que servia para compensar o desnível, de forma a criar uma superfície plana e o interior preenchido com terra.

Da época do auge da produção cerealífera, retratando, muito provavelmente, o período máximo da utilização desta estrutura, conhece-se uma fotografia de uma malhada em 1942, publicada no artigo “Quintas com História – A Quinta de Crestelos”<sup>293</sup>. Nela podemos observar a azáfama dos malhadores, auxiliados por uma malhadeira acionada por motor, dando testemunho da introdução da mecanização.

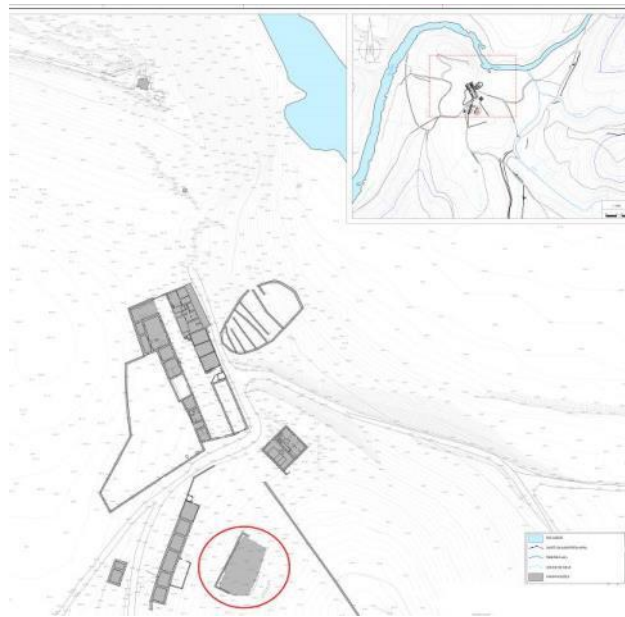
<sup>293</sup> SEIXAS, 2003, p. 9



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	39
Código de Inventário	QC-C-14

Designação	Tanque de Crestelos
Tipologia	Tanque

#### Caracterização

Materiais de Construção	Granito e xisto	Técnica(s) Construtivas	Silharia
Utilização Inicial	Armazenar água	Última Utilização	Abandonado

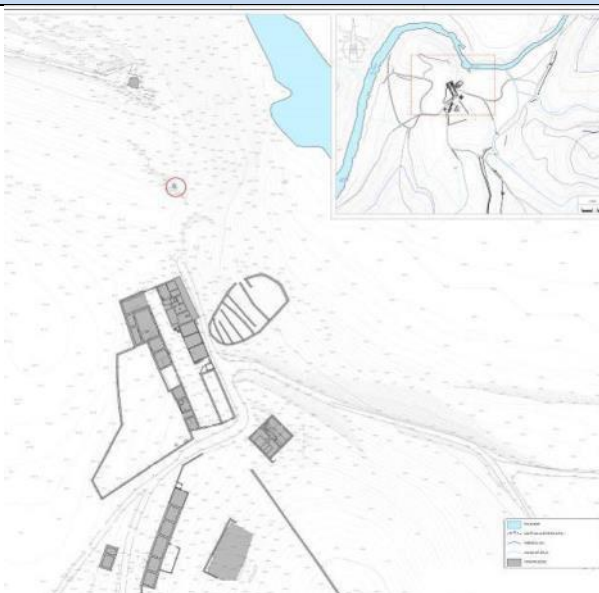
#### Descrição Sumária

Tanque em granito, com base em xisto que se situava na encosta sul do Cabeço do Remanso, sobranceiro a um amendoal. Os blocos de granito que o compunham estavam ligados entre si por grampos de ferros e argamassa e possui uma saída de água, um tubo metálico, no topo virada a sul.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	40
Código de Inventário	QC-C-15

Designação	Casebre 2 de Crestelos
Tipologia	Casebre

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto; madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Apoio às atividades agro-pastoris	Última Utilização	Abandonado

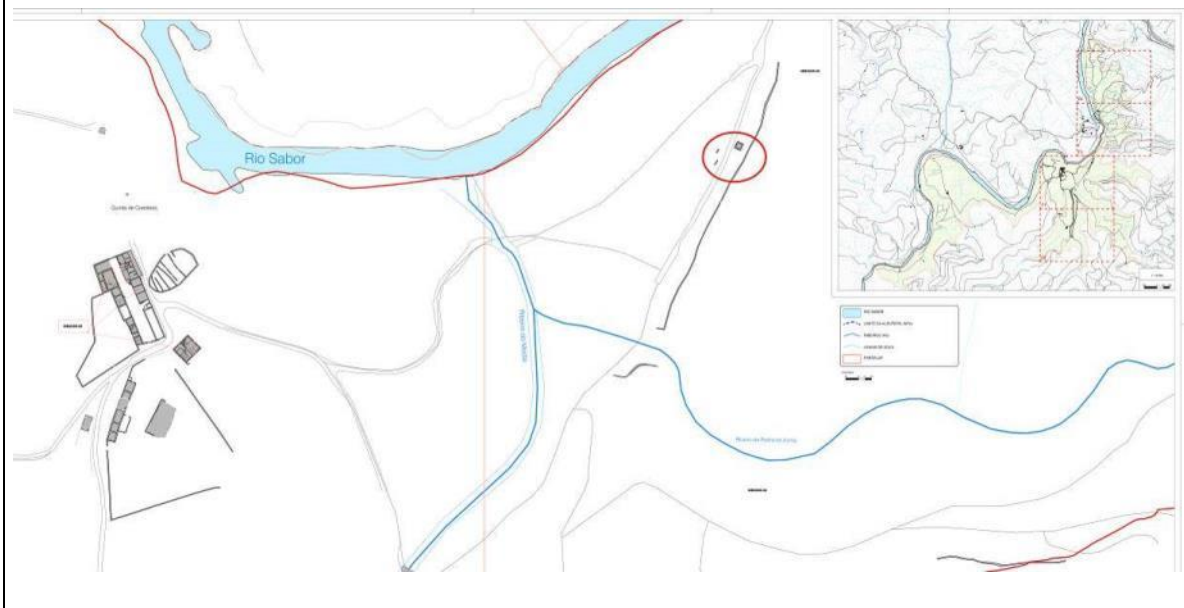
#### Descrição Sumária

Tratava-se de um pequeno casebre, em alvenaria seca de xisto da despedrega, já em avançado estado de ruína, destelhado, mas cuja cobertura seria de uma água com pendente SE-NO. A entrada, já sem porta, orientada a SO e um pequeno vão de janela aberta no alçado NO que permitiria o controlo sobre olga a que era sobranceiro, o que nos leva a crer que este serviria de casa de apoio agrícola e de vigia à horta e pomar da Olga da Laranjeira. As suas paredes assentaavam diretamente sobre o afloramento rochoso, que aproveita e integra nos seus paramentos, e tinha no interior, bastante preenchido por derrube, na parede NE dois nichos.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	41
Código de Inventário	QC-C-16

Designação	Muros e Socalcos de Crestelos
Tipologia	Muros e socalcos

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto; bloco de cimento; Tijolo	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa; Alvenaria de bloco
Utilização Inicial	Delimitação e sustentação de terras e caminhos; encanamento de linhas de água	Última Utilização	Abandono

#### Descrição Sumária

Como unidade de produção agrícola que foi a Quinta de Crestelos encontrava-se dotada de um rede de caminhos, áreas de cultivo e de abastecimento, contenção e retenção de água para rega complexos. Esta rede deixou-nos com principais testemunhos materiais construídos os muros e socalcos em alvenaria de pedra seca que pautavam a paisagem, definindo e criando áreas e leiras de cultivo ou para recolher animais, delimitando espaços, suportando os caminhos, encanando, desviando e orientando as linhas e pontos de captação de recursos hídricos.

Eram estas as benfeitorias, e a sua construção, manutenção e abandono ou destruição, um dos reflexos mais evidentes das dinâmicas produtivas na propriedade.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	42
Código de Inventário	QC-C-17

Designação	Pontão de Crestelos
Tipologia	Ponte

#### Caracterização

Materiais de Construção	Cimento armado	Técnica(s) Construtivas	-
Utilização Inicial	Travessia	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

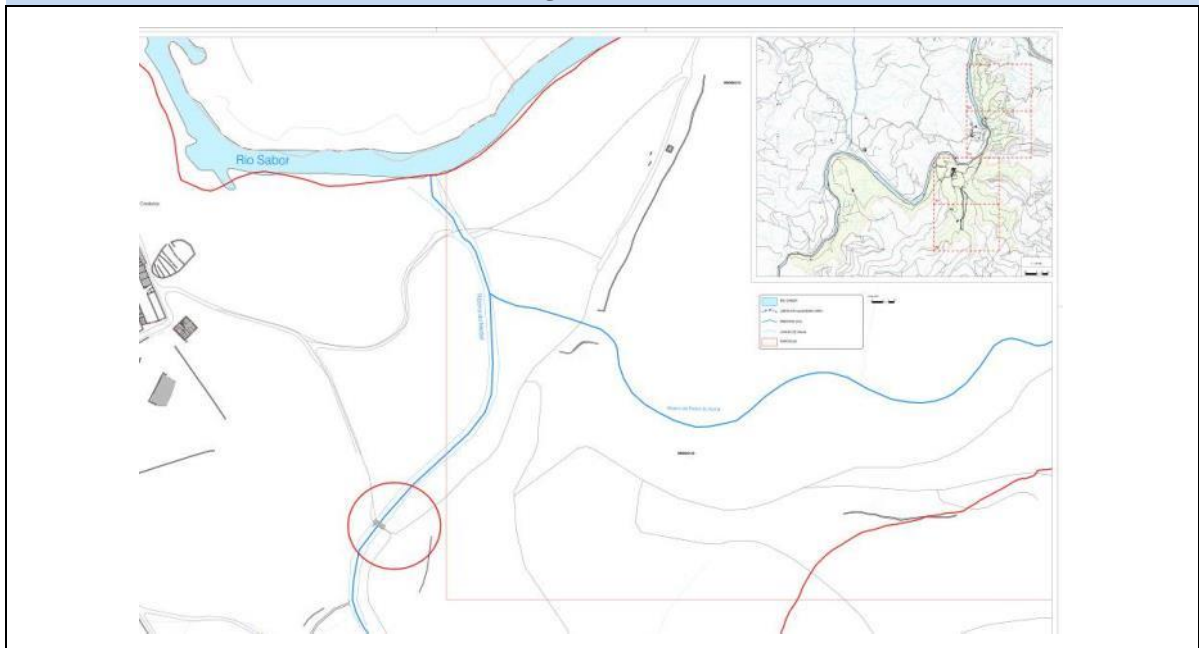
Travessia em betão sobre a Ribeira do Medal, com a parte do tabuleiro na margem direita já derrocado, que ligava a zona da Olga do Remanso à margem oposta. Dela subsistia o arranque da margem esquerda, dois pilares, com talha-mares em forma de prisma triangular e o tabuleiro sobre os dois pilares.



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



#### IV.5. Quinta Branca (QB)

A Quinta Branca (QB) é dos três conjuntos aquele que apresenta maior complexidade, quer no que respeita à sua formação enquanto grande propriedade (finais do século XIX, possivelmente), quer no que respeita aos seus núcleos, três no total - e edificado, onde há duas centralidades edificadas – Branca (B) e São Gonçalo (SG) – complexas, o que pode ser o resultado da união de propriedades (quintas) distintas numa única e na aposta no núcleo de construção mais recente, o da (quinta) Branca em detrimento daquele de maior tradição – São Gonçalo, talvez pela sua localização escondida, e em leito de cheias do rio Sabor e Ribeira de Zacarias.

A Quinta Branca distribuiu o seu território ao longo de duas freguesias do concelho de Afândega da Fé: Cerejais e Ferradosa, respetivamente os núcleos Branca e São Gonçalo e o núcleo de Santa Eufémia (conhecido como *do Badalo*). Durante o período histórico entre os finais do século XIX e durante todo o século XX, aquele de que se possui maior conhecimento, foram os três núcleos pertença da mesma família e funcionavam como uma unidade produtiva. No entanto, cada um deles tem os seus limites de propriedades (cadastrais) próprios, que descreveremos na entrada respetiva.

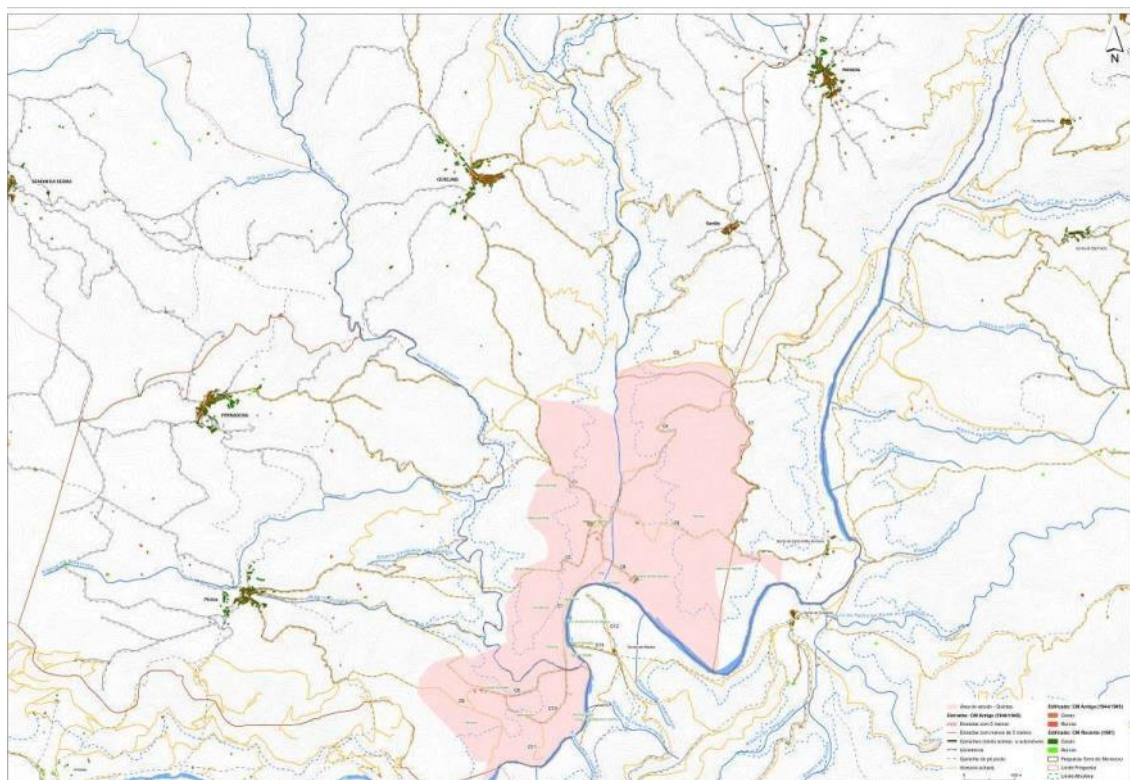
A área de implantação da propriedade integrava um dos vales, o da foz de Zacarias, mais abertos e férteis, solos de aluvião, do curso baixo do rio Sabor, sendo sintomática a presença de grandes propriedades, não só na margem direita do Sabor, caso das que se encontram em estudo, mas também na margem esquerda, como a Quinta de Crestelos. Este vale, onde as cheias se faziam sentir com frequência estendia-se por ambas as margens da ribeira de Zacarias prolongando-se, através da margem do rio Sabor, para montante até ao sopé do Cabeço do Aguilhão e para jusante até à foz da ribeira do Calvário onde voltava a tornar-se mais ampla na área designada por Olival da Santa, já na freguesia de Ferradosa.



Foto 14: foz da ribeira de Zacarias vista desde montante (margem direita).

Para além desta vasta área de boa apetência agrícola a propriedade apresentava-se pontuada por outras igualmente interessantes para esta atividade, de que é exemplo o vale e terraço onde se implanta o núcleo central construído da Branca. O resto do território era composto por encostas, por vezes de declives muito acentuados, com solos pouco profundos e onde muitas vezes o substrato rochoso de xisto aflorava à superfície.

Encontrava-se na confluência de vários caminhos que a ligavam às povoações de Cerejais, Ferradosa, Picões, Parada, Souto da Velha, Meirinhos, bem como às Quintas de Barrais e Crestelos, situadas nesta última freguesia, numa lógica de rede de vias de comunicação imprescindíveis para minimizar o seus afastamento e isolamento relativamente aos núcleos populacionais da região. É o núcleo Branca, que terá funcionado como sede do conjunto de propriedades quando estas se encontravam na mão da família Rodrigues, o que se encontra melhor servido de caminhos, uma vez que é junto deste núcleo que se dá a confluência da maior parte dos acessos.



**Figura 15:** Localização da Quinta Branca relativamente às povoações de Picões, Ferradosa, Cerejais e Parada, com a marcação dos principais acessos e linhas de água. [retirado de AHBS.MDPSP.230.01 *Quinta Branca*, 2014].



**Foto 15:** Quinta Branca vista desde o Cabeço do Aguilhão.

*Em 1332, D. Afonso IV confirma e aprova uma carta de foro que o procurador e o escrivão na Terra de Bragança fizeram aos moradores do Rio de Cabras na aldeia de Picões. Esses colonos seriam talvez procedentes da Terra de Bragança, ou arregimentados pela região, por iniciativa do oficial régio, e vieram-se instalar naquele sítio, entre Silhade (Silhades, Felgar, Torre de Moncorvo), junto ao Sabor e a foz do Rio*

de Cabras<sup>294</sup>. Ficando sob o foro de Alfândega da Fé e a pertencer à igreja de S. Pedro da mesma<sup>295</sup>, pedindo os moradores desse local para *pagar 30 foros de 10 soldos cada ao rei, pagos pelo S. Martinho (11 de Novembro) tal qual o foro da vila de Alfândega. O rei aceita o foro e concede-lhes proteção. A carta de aprovação foi feita em Lisboa, a 5 de julho daquele ano*<sup>296</sup>.

Esta pequena povoação de Rio de Cabras (ou *Ride cabras*<sup>297</sup>), há muito desaparecida<sup>298</sup>, situava-se junto da foz de Zacarias, provavelmente ocupando, inicialmente, território na margem direita, já que durante o século XIII até 1381, com a integração de Castro Vicente no concelho de Alfândega da Fé<sup>299</sup>, era a ribeira o limite entre o concelho de Castro Vicente (Póvoa de Castro Vicente) e de Alfândega da fé<sup>300</sup>, e, posteriormente, ocupando ambas as margens, expandindo-se para a margem esquerda para as *terras de S. Gonçalo*.

No *Numeramento de 1527-31*, ao título da *Villa dAlfãdega*, Rio de Cabras surge no seu terno com 4 moradores<sup>301</sup>. Neste mesmo documento constam, também, as povoações de Cerejais, Picões e Ferradosa<sup>302</sup>, ainda hoje existentes e que enquadram, administrativamente, a Quinta Branca, e suas subsidiárias, até à sua submersão pela albufeira do AHBS.

Em 1536, com a instituição do Morgado dos Távora, viria a ser um dos bens reservados (...) em Alfândega da Fé “a quintam de Rio de Cabras” (...) <sup>303</sup> e a este ficaria vinculada até ao confisco dos bens em 1758. Alfândega da Fé, tal como Mogadouro, Mirandela e Penas Roias faziam parte do senhorio dos Távora desde 1433, quando D. Duarte fez de Álvaro Pires de Távora o seu donatário.<sup>304</sup>

Chegados à segunda metade do século XVIII, e no âmbito das *Memórias Paroquiais*, subtende-se que o lugar de Rio de Cabras se encontraria, de certa forma, despovoado e a *perder a sua identidade* como tal, assumindo, muito provavelmente, uma vocação de território de cultivo ou de grande propriedade rural/agrícola. Passemos a desenvolver. *O cura de São Paulo dos Cerejais (Sersizaes) diz que a ribeira de Zacarias é identificada por outro nome Rio das Cabras e desagua no rio Sabor, na Quinta de S. Gonçalo*<sup>305</sup> que é do Marquês de Távora, informação corroborada pelos abades de Alfândega da Fé, S. Miguel de Agrobom, Castro Vicente, Parada e Sambade<sup>306</sup>. Esta *Quinta de S. Gonçalo* corresponderia, até pela manutenção do topónimo até hoje, àquela sita na margem

---

<sup>294</sup> COSTA 2015: 107

<sup>295</sup> Idem: 328

<sup>296</sup> Ibidem: 107

<sup>297</sup> No tomo I da *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal...*, editada em 1706, do Padre António Carvalho da Costa, é mencionado, na página 459, um lugar de *Ride Cabras*, com “*quatro vizinhos, huma hermidia e duas fontes*”, pertencente à paróquia de Sambade. Não temos, no entanto, a certeza absoluta que se trata da povoação estudada na nossa dissertação, pelo que fica apenas a nota e a respectiva referência bibliográfica.

<sup>298</sup> VILARES 1926: 282-283

<sup>299</sup> COSTA 2015: 328

<sup>300</sup> Idem: 94-95

<sup>301</sup> FREIRE 1909: 260

<sup>302</sup> Idem: 260

<sup>303</sup> COSTA 2015: 141; GUERRA 1954: 140-149

<sup>304</sup> AN-TT, *Chancelaria de D. Duarte*, Carta de mercê dos direitos reais a Álvaro Pires de Távora Liv. 1, fl.3

<sup>305</sup> COSTA 2015: 35

<sup>306</sup> Idem: 36 e 293; CAPELA e outros 2007a: 222, 225, 227 e 236

esquerda da foz de Zacarias. Desta forma, em 1758, entre os *bens fundiários pertencentes à Casa de Távora (...) situavam-se (...) em Parada a Quinta de S. Gonçalo, na Foz do Rio de Cabras. (...) A Quinta de S. Gonçalo era contínua territorialmente a outra homónima que vinha de Cerejais.*<sup>307</sup>

O abade de Sambade é um pouco menos lacónico na sua descrição e deixa, também, relato daquilo que existia na margem direita: “(...) se vai meter no rio Sabor entre a Quinta de [...] e a de Val das [...] terá de comprimento (...)”<sup>308</sup>. Como se pode verificar o autor supracitado não foi capaz de transcrever os nomes das quintas que ladeiam a foz da ribeira de Zacarias. Consultando o documento original<sup>309</sup>, ensaiámos a tentativa de uma transcrição, parcial, do mesmo: “(...) se vai meter no rio Sabor entre a Quinta de Sam Gonçallo e a de Val das Chossas (?)”.Correspondendo a nossa transcrição ao escrito, a designação das quintas aproxima-se daquela presente nas matrizes prediais rústicas de Cerejais de 1893 onde os artigos referentes a estas as designam por *Quinta de São Gonçalo e Quinta das Chossas*<sup>310</sup> (derivação de *Chossas*?)

Ainda nas memórias paroquiais de 1758, na descrição da freguesia de Cerejais, que não possuiria lugares anexos, pode ler-se uma alusão a uma ermida, a *Capela de Sam Gonçallo, distante huma legoa na Quinta de Rio de Cabras, junto o rio Sabor*<sup>311</sup>. Esta referência apresenta-se-nos como interessante por dois motivos: é o único que refere, ainda, a quinta de *Rio de Cabras*, talvez por melhor conhecer a freguesia e a sua toponímia, mas não como um lugar, e coloca-lhe uma *Capela de Sam Gonçallo*, que poderá corresponder a uma capela, presente na memória oral de alguns dos nossos inquiridos, que afirmam ter ouvido dizer que terá existido, em local incerto, no território correspondente às quintas Branca e de São Gonçalo.

No que diz respeito ao núcleo de Santa Eufémia (ou do Badalo), da Ferradosa<sup>312</sup>, não há nas descrições das freguesias consultadas, Ferradosa inclusive, qualquer referência direta ou indireta à mesma.

No tomo X das *Memórias Arqueológico-histórias do distrito de Bragança* do Abade de Baçal, a transcrição de um documento, datado de 1863, mas cujo conteúdo recua, segundo o autor, até 1627, chegado ao museu de Bragança em 1936 remetido pela autoridade judicial do Mogadouro. Trata-se de um processo movido em 1863 entre José Maria de Morais Sarmiento, natural de Vilar Douro, concelho de Mirandela, residente em Alfândega da Fé, e seu filho José Abílio de Morais Sarmiento, como autores, contra António José de Morais Pimentel, desembargador, como réu, que passou procuração a seu filho António Augusto de Morais Pimentel, com poder de substabelecer, onde pode ler-se a seguinte transcrição: “(...) *Diversas propriedades suas nos Cerejais e Sendim da Serra, entre as quais a quinta de Vale dos Chanos, que «fica ao pé do rio Sabor e foz*

<sup>307</sup> COSTA 2015: 293

<sup>308</sup> Idem: 236

<sup>309</sup> PT-TT-MPRQ-33-36\_m0140.tiff, fl. 257, linhas 08 e 09, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4241578> (consultado a 27/11/2018)

<sup>310</sup> Designação alterada, posteriormente, para Quinta Branca

<sup>311</sup> CAPELA e outros 2007a: 227

<sup>312</sup> É donatário da freguesia de Ferradosa, bem como de Cerejais, o Marquês de Távora. Tem anexo o lugar de Picões. [CAPELA 2007: 228 e 229; 226]

*da ribeira de Zacarias», composta de oliveiras e Pomar (...) Como não havia descendentes directos do último morgado falecido em 1827, segundo fica dito, recorreu-se à linha colateral, e o réu desembargador António José de Morais Pimentel, cujos ascendentes estavam de posse do morgadio desde 1827.*”<sup>313</sup>

Pela localização entendemos que a mencionada *Quinta de Vale dos Chanos*, se trata da Quinta do Vale das Chousas, nome inicial da Quinta Branca, e que a designação seja, muito possivelmente derivada de um erro de transcrição do documento, conseqüente da confusão que poderá criar a grafia entre *chanos* e *chousa(o)s*, aliada ao um provável desconhecimento da microtoponímia da freguesia de Cerejais. Desta forma, para o início da segunda metade do século XIX, em 1863, a quinta, ou parte dela, era pertença da família Morais Pimentel, do “*morgado dos Sousas, de Alfândega da Fé, cujo último administrador, Francisco António de Sousa Pinto Tovar Sarmiento, faleceu em 1827 sem descendentes*”<sup>314</sup>.

À luz destas informações podemos supor, que no final do século XVIII e após o sequestro dos bens do Távora, a propriedade designada de *Quinta Vale de Chanos* (Vale das Chousas) faria já parte das posses deste morgado, proveniente, muito provavelmente, de uma herança ou de bens de vínculos anteriores integrados neste dos Sousa: “*Para primeiro administrador do morgado foi nomeado o referido capitão-mor, que vinculou vários bens, e entre eles os legados em testamento por seu tio António Luís de Sousa Sarmiento, abade de Távora, feito a 31 de Julho de 1781. Mais uniram a este vínculo os bens de outro, instituído por Francisco Xavier de Sousa, pai do abade, em 3 de Novembro de 1737; os da capela vinculada, fundada por António Machado Barbosa e sua mulher, que compreendia a Tapada dos Pinheiros, murada sobre si; os de outra instituída pelo abade Francisco de Araújo, que abrangia a propriedade do Acipreste, tapada sobre si, «que vale um conto de réis», e a cortinha dos Mouriscais, outra fundada por Gabriel Rodrigues e ainda outra. Ao todo quatro morgadios, ou, melhor, seis, com o da fundação. Na verdade, são muitos os bens doados, avultando grande número de oliveiras, móveis com as armas da casa, pratas e salvas armoriadas. Entre os imóveis mencionam-se, além de outros (...) Diversas propriedades suas nos Cerejais e Sendim da Serra, entre as quais a quinta de Vale dos Chanos, que «fica ao pé do rio Sabor e foz da ribeira de Zacarias», composta de oliveiras e pomar;*”<sup>315</sup> e que a sua existência sob a designação de *quinta*, tal como já o indicavam as memórias paroquiais de 1758, remontará no mínimo ao século XVIII.

Para além do documento que foi sendo referido nos parágrafos anteriores, até ao ano de 1893, não detetamos quaisquer outros onde nos surgissem direta ou indiretamente alusões às propriedades alvo do nosso estudo.

Deste modo temos um hiato de mais de 100 anos (1762-1893) sem qualquer fonte para as quintas, núcleos, de São Gonçalo e Santa Eufémia e um de 30 anos (1863-1893) para a Quinta (do vale) das Chousas (Branca).

---

<sup>313</sup> ALVES 2000 (tomo X): 590-592

<sup>314</sup> Idem: 590

<sup>315</sup> Ibidem: 591

Estes hiatos de informação correspondem, muito possivelmente, aos momentos de afirmação destas três propriedades como grandes unidades produtoras pertencentes a elites locais e regionais e ao processo de emparcelamento que terão sofrido, ou seja, como quintas no sentido de grandes propriedades com suas terras e edificado, tal como nos surgem descritas nas matrizes prediais rústicas de 1893 e 1894.

No ano de 1893 as quintas da Chousa e S. Gonçalo encontram-se na posse da família Rodrigues da Ferradosa, onde se irão manter até à segunda metade do século XX. São propriedade de António Manuel Rodrigues e a de Santa Eufémia passa a propriedade do mesmo em 1897 vinda, não sabemos se por compra ou herança, de D. Maria Pombo e irmãos (Afândega da Fé). Apresentam as seguintes descrições:

Quinta Branca (B): *"Um prédio misto denominado a quinta das Chouzas composto de: cazas com altos e baixos, curral e palheiros (...), culturas e confrontações. (318 geiras);*

Quinta de São Gonçalo (SG): *Um prédio misto denominado a quinta de S. Gonçallo composto de cazas com altos e baixos e palheiros (...), culturas e confrontações. (345 geiras);*

Quinta Santa Eufémia (SE): *Prédio denominado (quinta das Nogueiras) Quinta de Santa Eufémia composto de casa. Terra que produz cada 2 anos. Dita cada 4 com 104 oliveiras e terras incultas. Confronta de poente com o prédio anterior de nascente com o rio Sabor (420 geiras).*

É certamente no período de vigência e posse destas propriedades por parte de António Manuel Rodrigues e posteriormente de sua esposa Ana Maria Rodrigues, ou seja, antes de se iniciarem as partilhas deste conjunto, que o núcleo da Branca (Quinta *das Chousas* - designação nas finanças ainda nas matrizes prediais rústicas de 1940) começa a adquirir primazia sobre as restantes, com um corpo edificado mais complexo, passando a gestão, armazenamento e transformação do produzido pela unidade agrícola, a concentrar-se nesta, num modelo semelhante ao que acontecia na margem oposta do rio Sabor com a Quinta de Crestelos.

Creemos que foi durante os primeiros anos do século XX que a designação *Quinta Branca* se veio a estabelecer, primeiro na designação *popular* e posteriormente oficializar. Tal, acreditamos, pode dever-se à imponência e tonalidade alva, fruto da caiação, que o seu edificado principal exhibe desde que deste há memória.

Do ano de 1893 para a frente as três quintas irão manter-se, sem bem que não na totalidade como adiante veremos, sempre na posse de membros da família Rodrigues ou seus cônjuges, como um dos “prédios” da casa, a par das propriedades de menor dimensão dispersas pela freguesia da Ferradosa.

Pela informação constante nas matrizes prediais, por volta da década de 1940, António Manuel Rodrigues seria falecido, uma vez que é a esposa Ana Maria Rodrigues que figura como primeira proprietária dos bens em estudo, tendo existido já partilhas com alguns descendentes. Não sobreviveria muito mais tempo, e com as partilhas pelos

herdeiros a quinta passa, igualmente, a ser de gestão partilha – mas com predominância das opções do Dr. Roque - e a compor-se por vários artigos matriciais.

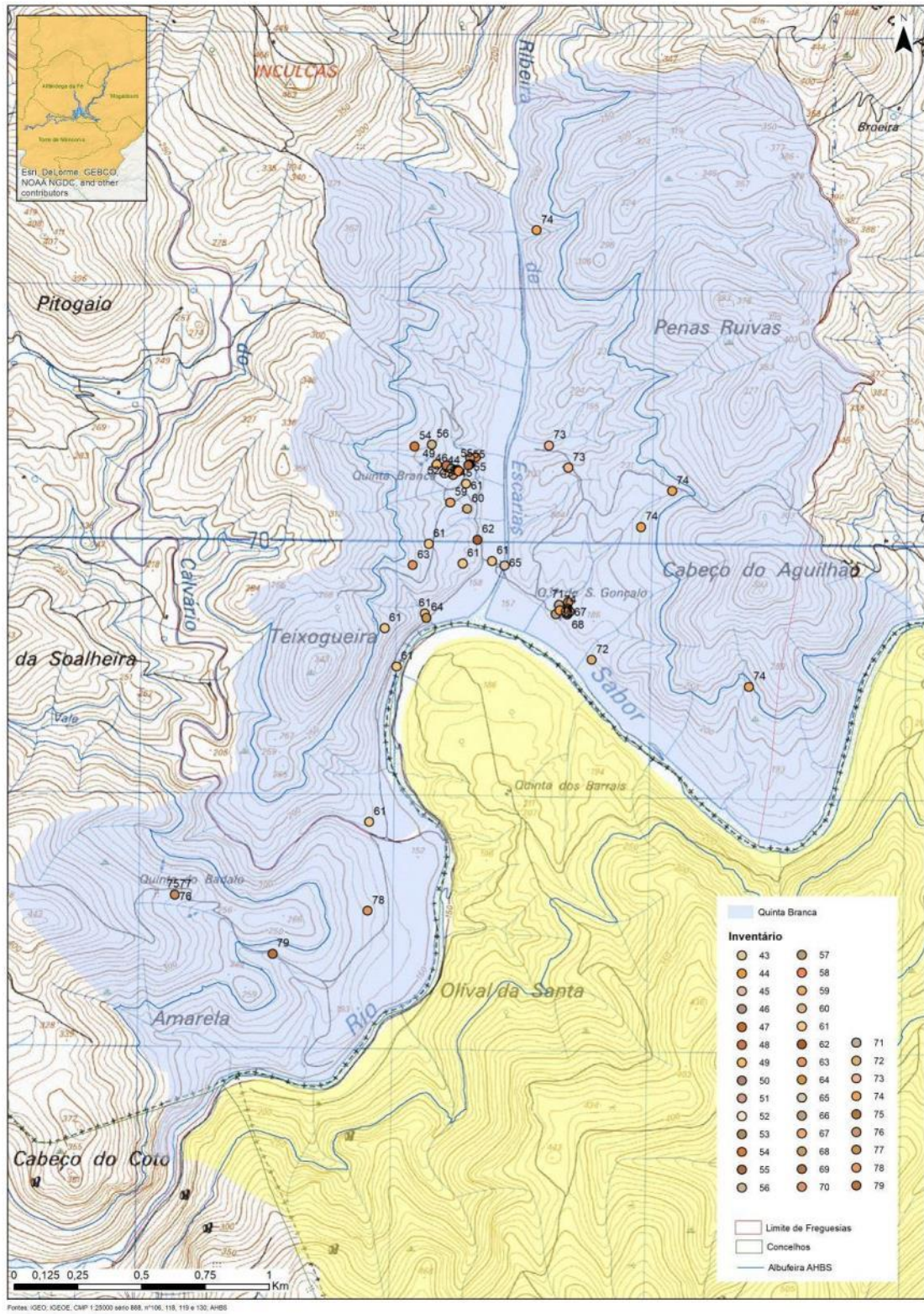
Durante este período é construída uma moagem mecânica, em 1951, e adquirido equipamento agrícola moderno, tal como malhadeira mecânica, tarara, forja de ferreiro, ou o jipe, o que é acompanhado de uma forte aposta no cereal, muito especialmente no trigo. Ao mesmo tempo, há investimentos nas vias de comunicação, procedendo-se ao alargamento de caminhos.

Depois da morte do Dr. Roque, em 1962, as herdeiras, já idosas, aproveitam a experiência que o sobrinho Porberto Silva adquiriu na escola de regentes agrícolas de Tchivinguiro em Angola, para onde tinha ido alguns anos antes. Convencem-no a regressar e a tomar conta da organização e gestão das *quintas*. A moagem ainda funcionou alguns anos, mas, a grande aposta de Porberto Silva foi na produção em grande escala de fruta e produtos hortícolas (pimento, melão e tomate) para o então recém-criado Complexo Agroindustrial do Cachão. Os restantes proprietários apostam no olival, amendoal e na criação de gado.

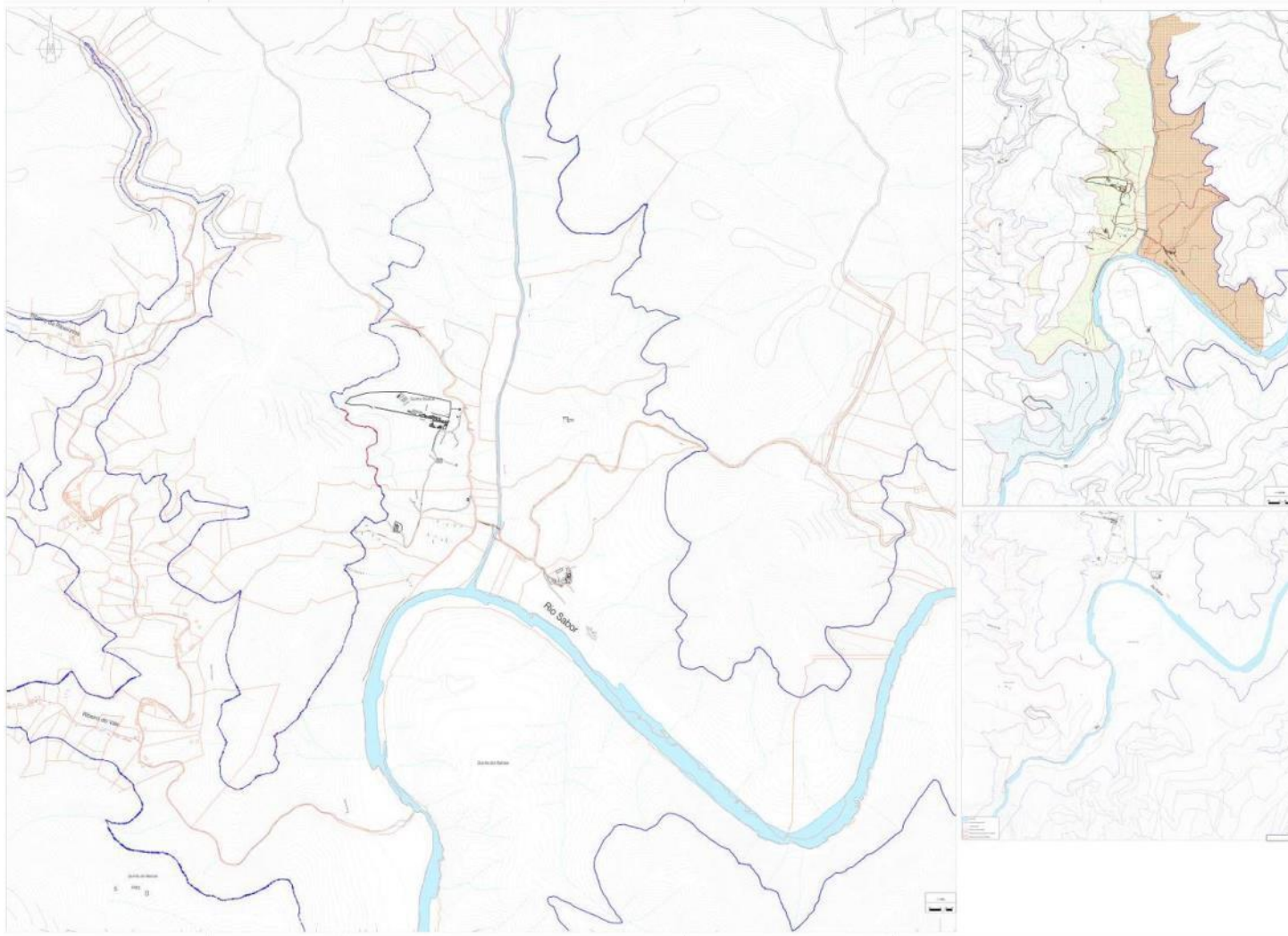
Algumas das parcelas das quintas são vendidas logo no decorrer da década de 1960, como por exemplo aquelas que a partir do ano 1965 passam a pertencer a Jaime Feijó (núcleo de São Gonçalo) As restantes vão sendo vendidas no decorrer das décadas de 1980 e 1990 e algumas já no decorrer do século XXI

É deste vasta e heterogénea propriedade, com os seus três núcleos distintos – Branca (B), São Gonçalo (SG) e Santa Eufémia (SE) - quer no que respeita aos seus territórios quer ao seu edificado que a parte seguinte do inventário se reporta.





**Figura 16:** Quinta Branca (QB) – localização, através do Numero de Localização Geográfica, do património edificado inventariado.



**Figura 17:** Quinta Branca (QB) – levantamento arquitetónico geral do património edificado

#### **IV.5.1. Branca (B)**

Núcleo delimitado a nascente pela margem direita da ribeira de Zacarias a norte pelas as propriedades rústicas de Porrinhos e uma pequena linha de água sazonal afluyente da ribeira de Zacarias. A poente tem as suas confrontações no cabeço da Teixogueira, com as propriedades de Penas Rubias (freguesia de Ferradosa). A sul confronta com o rio Sabor, e com a margem esquerda ribeira do Calvário ou de Malimão, ou seja, com termo entre as freguesias de Cerejais e Ferradosa. É o segundo maior núcleo do conjunto, com um total de 184,871ha.

Com os seus limites entre a cumeada das elevações sobranceiras à Ribeira de Zacarias a poente, e este mesmo curso de água, a nascente, este núcleo abrangia terrenos de características heterogéneas entre c. de 355 e c.155m de altitude. No seu limite Norte, a morfologia do terreno aproximava-se mais da realidade comum à frente ribeirinha dos Cerejais, com encostas de declive acentuado e estreita área de olga, plana e alagadiça. A zona central, onde se instalou o núcleo central construído, situado muito próximo da foz da Ribeira de Zacarias e inserido num vale aberto que caracteriza essa área, onde as encostas eram menos declivosas, a área de olga é a mais extensa, culminar de uma tendência crescente desde Norte, e surge um pequeno vale/ terraço fluvial, entre pequenas elevações.



**Foto 16:** Edificado central do núcleo visto desde a eira.

Era no núcleo central construído que se concentrava a maior quantidade e variedade tipológica dos elementos edificados de todo o complexo da Quinta Branca (QB), não fosse este o centro habitacional e produtivo da quinta, que sob a alçada dos Rodrigues, funcionou como sede de administração dos três núcleos que a compõem, onde a própria família proprietária chegou a residir em permanência.

As construções distribuam-se por duas alas de construções contíguas, de comprimentos muito desiguais [RODRIGUES 2013:32], formando um eixo, tipo arruamento, [Figura 18] orientado, sensivelmente no sentido Poente-Nascente, com as de maior qualidade do lado norte com as suas entradas voltadas a sul e infletindo em “L” no extremo nascente. A rematar todo o complexo construtivo existia um muro, que o cercava por norte e poente e parcialmente pelo sul, que definia a área senhorial da propriedade e atribui unidade ao espaço ao mesmo tempo que delimita um dos seus territórios agrícolas por excelência, uma horta.

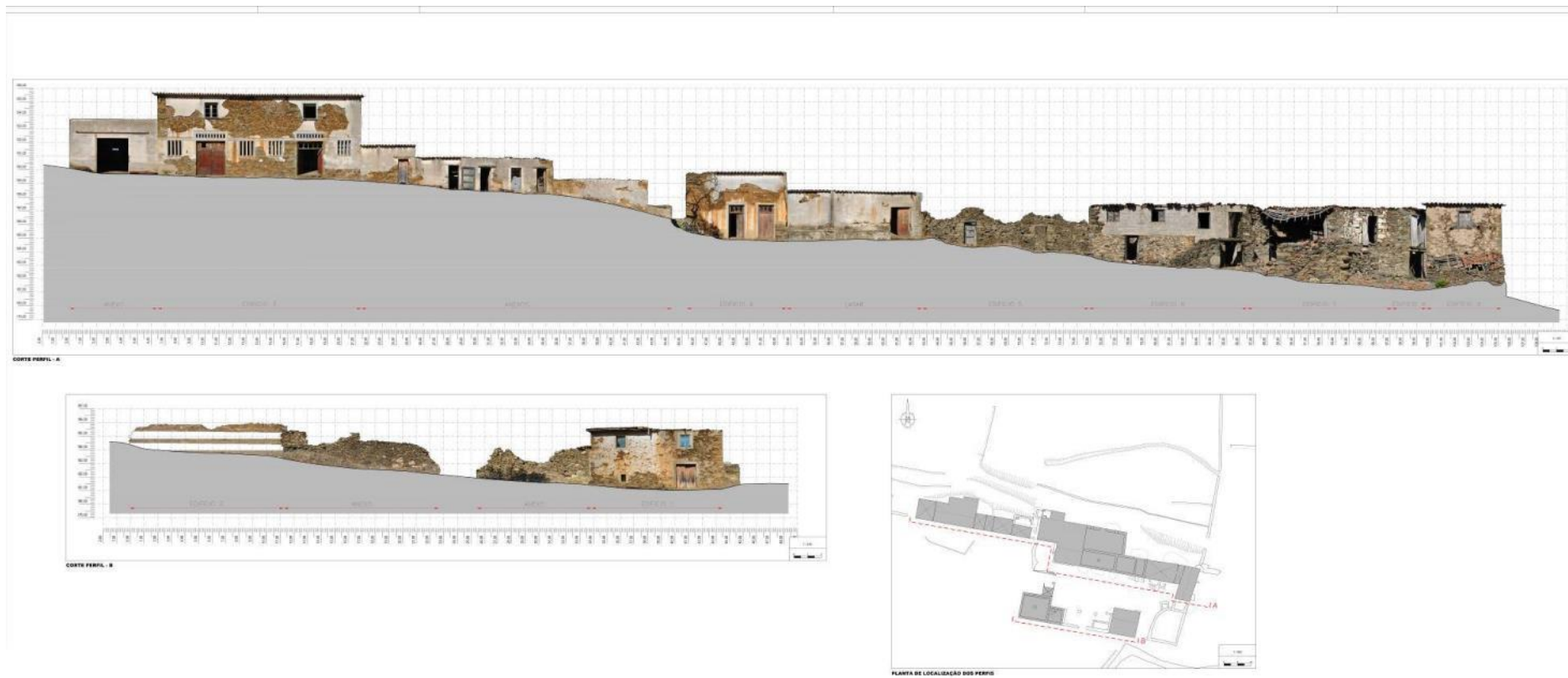
Na realidade tratava-se de construções datadas de diferentes períodos e efetuadas com diferentes motivações o que dá ao conjunto um aspeto de crescimento orgânico e pouco ordenado que acontece de nascente para poente, e sobretudo na ala norte, numa clara simbiose entre a adaptação à morfologia natural do terreno, na ocupação de um espaço onde o xisto aflora à superfície, permitindo fácil acesso a matéria-prima, ao mesmo tempo que não se ocupam terras de cultivo, e na visibilidade que essa mesma topografia, sobrelevada, lhe facultava. Aqui, e à sua volta, encontramva-se os edifícios destinados à habitação dos proprietários, caseiro, trabalhadores e visitantes, mas, também, as principais estruturas de transformação e armazenamento de produtos, como o lagar e a adega, as tulhas nos baixos das casas, forno de pão e ainda curriças para animais e uma moagem mecanizada, como veremos no inventário.



**Foto 17:** Tardoz, parcial, da ala norte onde se pode observar a adaptação do tecido construído à morfologia natural do terreno.

Era o coração da quinta, da propriedade, por excelência, o polo aglutinador e concentrador para onde se congregava o que ali se produzia. Onde o prestígio e a *antiguidade* da casa eram mostrados através das suas construções e procura de uniformização das mesmas pelo alvo dos seus rebocos.

Desde o núcleo construído mais centralizador, e à semelhança de propriedades com características idênticas, em direção às suas periferias começa a diminuir a quantidade e a qualidade das construções, pautando-se agora por unidades de pequena dimensão destinadas ao apoio das atividades agrárias e de pastoreio da quinta, à armação de terreno, captação e encaminhamento de águas, a um forno de cal e à eira.

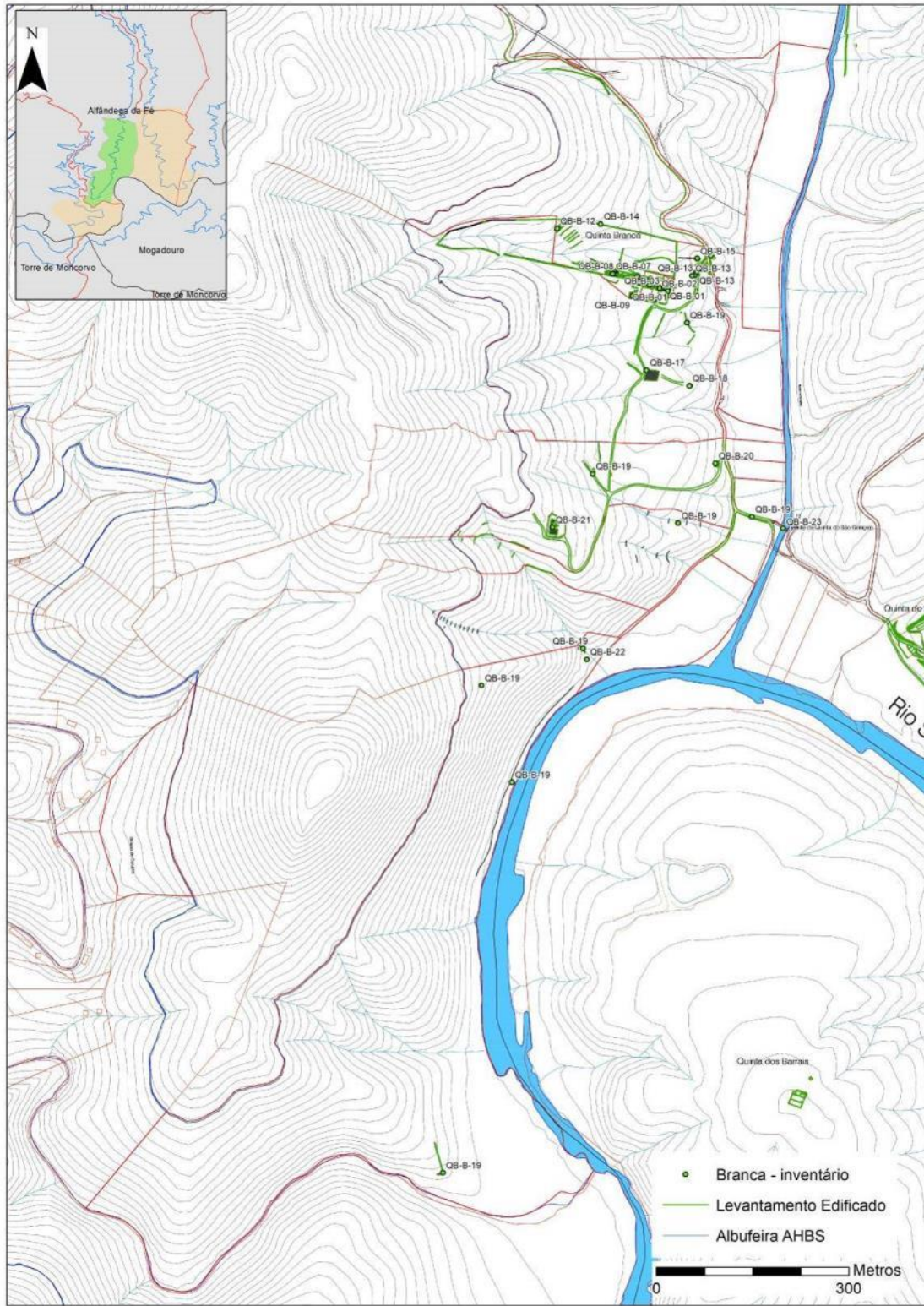


**Figura 18:** fotomontagem ilustrativa da adaptação do edificado centra da Branca à natural morfologia do terreno- cortes longitudinais - através de vista panorâmica sobre as fachadas principais do seu edificado [retirado e adaptado de *AHBS.MDPSP.230.01 Quinta Branca*, 2014 - DO-ARQ-03-MM-7798. Foto montagem e ortoretificação de José Rodrigues]

## IV.5.1.1. (Núcleo da) Branca: fichas de inventário

## Listagem do património edificado inventariado

<b>Código de Inventário</b>	<b>Nº Localização Geográfica</b>	<b>Tipo de Ocorrência</b>	<b>M (datum73)</b>	<b>P (datum73)</b>
QB-B-01	43	Habitação	102539	177810,8
QB-B-01	43	Habitação	102542,3	177808,7
QB-B-02	44	Casa	102544,34	177805,56
QB-B-03	45	Habitação	102531,8	177809,9
QB-B-04	46	Curriça	102515,64	177814,87
QB-B-05	47	Oficina Vinária	102500,47	177819,49
QB-B-06	48	Habitação	102496,18	177827,55
QB-B-07	49	Moagem	102458,46	177832,51
QB-B-08	50	Habitação	102458,46	177832,51
QB-B-09	51	Habitação	102522,37	177791,99
QB-B-10	52	Casebre	102489,33	177798,15
QB-B-11	53	Casebre		
QB-B-12	54	Tanque + socialco	102371,7	177903,4
QB-B-13	55	Levada	102588,3	177833,3
QB-B-13	55	Mina água + socialco	102585,86	177829,66
QB-B-13	55	Mina água + socialco	102582,26	177829,33
QB-B-14	56	Muro	102439,64	177910,45
QB-B-15	57	Pombal	102590,06	177856,43
QB-B-16	58	Alminha	102611,72	177860,28
QB-B-17	59	Eira	102511,2	177681,8
QB-B-18	60	Pombal	102577,77	177657,26
QB-B-19	61	Muro/ Socialco	102574,03	177755,94
QB-B-19	61	Muro/ Socialco	102675,47	177452,29
QB-B-19	61	Muro/ Socialco	102193,5	176426,1
QB-B-19	61	Arte Rupestre	102253,88	177188,38
QB-B-19	61	Caminho	102301,01	177037,16
QB-BR-19	61	Muro/ Socialco	102412,02	177246,15
QB-B-19	61	Muro/ Socialco	102427,17	177519,57
QB-B-19	61	Muro/ Socialco	102560,32	177442,44
QB-B-20	62	Tanque	102618,66	177535,95
QB-B-21	63	Casa	102364,45	177436,05
QB-B-22	64	Estrutura de combustão	102418,25	177229,13
QB-B-23	65	Ponte	102724,19	177434,23



**Figura 19:** Branca (B) – levantamento arquitetónico com a respetiva marcação de Código de Inventário

Número de Localização Geográfica	43
Código de Inventário	QB-B-01

Designação	Quinta Branca (Ed.1)
Tipologia	Habitação

### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto; granito, madeira; argilas; cal e cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Habitação; guarda de bens e animais	Última Utilização	Abandonado

### Descrição Sumária

Edifício de planta retangular de dois pisos construído em alvenaria de pedra ordinária de xisto com a fachada principal orientada a Sul. Com exceção para a ala Este, o edifício não se encontrava rebocado nos paramentos exteriores. A ala Este apresentava uma ténue pintura a cal em torno da porta de entrada, no alçado Sul, e um reboco e pintura consistentes nos alçados Este e Norte, fruto de uma remodelação posterior que descreveremos aquando do Ed.2 (QB-B-02)

Além desta, o edifício, possuía alterações estruturais enquadráveis em fase posterior à sua construção. A mais significativa é a reconstrução do alçado Norte, já no século XX, eventualmente, entre a década de 40 e 70. Este alçado terá ruído parcialmente, entre os compartimentos central e Oeste e foi reconstruído em alvenaria de xisto, seguindo a mesma tecnologia construtiva, no entanto a parede é de menor espessura, e foi rematada no topo por uma trave em betão. Os vãos, do piso superior e inferior eram, também, reconstruções.

O piso térreo é composto por três compartimentos aos quais se acedia através das respetivas entradas orientadas a Sul. Estes vãos de entrada tinham ombreiras em pedra ordinária de xisto – aparelhada - e eram providos de porta em madeira, pintada, com carabelhos e padieiras no mesmo material. Nos compartimentos nas extremidades Este e Oeste não foi possível entrar devido ao desabamento do soalho e paredes. Após o incêndio de Julho de 2013, foi possível observar, parcialmente, o compartimento Oeste. Ambos tinham frestas, a do compartimento Oeste, no alçado Norte, tal como o seu paramento é de uma fase posterior, como acima se explica. Este compartimento terá funcionado como loja para animais, conforme se depreende através da presença da manjedoura encostada ao alçado Norte. Possuía um vão de porta no alçado Oeste, que, provavelmente aquando da construção do Ed. 3, foi emparedada. O compartimento central serviu para armazenamento de cereal, pelo que foi dotado de uma estrutura tipo tulha, que consiste numa parede encostada transversalmente ao alçado Norte, que se estendia até cerca de dois terços do comprimento. Esta estrutura estava dividida em dois pequenos compartimentos providos de entrada para o cereal. O compartimento a Norte encontra-se fechado pelas paredes da estrutura da tulha, encostadas às da casa, ou, encostada, pelo alçado Norte, reconstruído, e o compartimento Sul encontrava-se aberto. A tulha foi erguida em alvenaria ordinária de xisto e revestida por argamassa de argila e palha e caiada para a isolar e impermeabilizar. Este revestimento cobre todos os paramentos do interior deste compartimento.

Ao piso superior acedia-se através de uma escadaria exterior construída nos mesmos materiais e sistema que a restante alvenaria das paredes do edifício. Esta ligava-se a um alpendre construído em barrotes e tabuado de madeira, que permitia, não só o acesso ao interior do piso superior deste edifício, como ao do Ed. 2. Sob vãos da escadaria e alpendre, ao nível do piso térreo, identificaram-se dois compartimentos exteriores, muito exíguos, para arrumos ou criação de pequenos animais de capoeira.

O piso superior, sobradado, que poderá ter sido remodelado aquando da reedificação do alçado Norte, encontrava-se quase completamente desabado.

A cobertura possuía três águas, sendo as águas mestras assentes nas paredes Norte e Sul, e a empena a Oeste e a tacaniça, ruída, a Este. No que restava desta, sobre os compartimentos Oeste e central, observou-se o madeiramento com pau de fileira assente no topo dos alçados Este e parede divisória interna entre o compartimento central e Este, com caibros e ripas, onde assentavam fiadas de telha de meia cana. Tal como o soalho, esta cobertura terá sido reconstruída aquando do alçado Norte.

O piso superior era constituído por três compartimentos, tendo sido apenas observados dois, devido às muito deficientes condições de conservação do edifício.

Do compartimento Este, tal como aquele que se situava imediatamente abaixo, apenas se conseguiu observar o exterior. Era acedido através de vão, com obreiras em xisto aparelhado, com uma porta de folha dupla com moldura e padieira em madeira. Tinha três janelas com molduras, padieiras, caixilhos de guilhotina e portada de folha dupla, todos em madeira, estando uma no alçado Norte e as restantes no alçado Este. Este compartimento comunica internamente com o Ed.2, pois



seria através dele, que se faria o único acesso ao piso superior. Desconhece-se se teria passagem para o compartimento central.

Da configuração original do compartimento central, aparenta restar o alçado Sul e porta semelhante à do compartimento já descrito, mas com uma portada de uma folha, bem como as paredes interiores, que o dividiam dos restantes, na mesma alvenaria descrita. O alçado Norte, alterado por via do seu aluimento e reconstrução em fase posterior, tendo entretanto ruído. Entre os escombros dessa parede, reconheceu-se uma portada da janela que iluminava este compartimento, tratando-se de uma reprodução de uma janela anterior. A outra alteração que teve este compartimento, terá sido a sua subdivisão com parede de tabique não fasquiado, pintado de verde, no sentido de criar um quarto, a que se acedia através de vão, com porta no mesmo material e técnica construtiva. O teto deste pequeno quarto era também forrado neste material e a parede de alvenaria encontra-se caiada. O compartimento terá tido funções habitacionais, quarto e sala para serviços, pelo que comunicava diretamente com a cozinha através de porta interna no canto Sudoeste. A cozinha ocupa o compartimento Oeste e possui entrada exterior semelhante à do compartimento anterior. O alçado Sul encontrava-se arruinado na quase totalidade e o alçado Norte era provido de janela com pano de peito de espessura inferior à da parede, com portadas de folha dupla e peitoril revestido de cimento. No canto Nordeste do compartimento estava instalada a zona de fogo, com a pedra do lar constituída por três lajes em granito, escano e trasfogueiro. Três paus de fumeiro distribuíam-se ao longo do compartimento e as muitas marcas de fogo no madeiramento da cobertura atestam a ausência de chaminé.

### Registo Fotográfico





### Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	44
Código de Inventário	QB-B-02

Designação	Quinta Branca (Ed.2)
Tipologia	Habitação

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira; argilas; cal	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Habitação, guarda de bens e animais	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

O Ed. 2 consistia no corpo construído adossado ao alçado Sul do Ed.1. A justaposição deste edifício de dois pisos, de planta quadrangular, ao anterior, confere à planta uma configuração geral em “L”. Tal é comprovável pelo encosto de paredes do Ed.2 ao cunhal do Ed.1, particularmente visível no alçado Este, e pela independência estrutural das coberturas, sendo a do Ed.1 em três águas, como descrito na ficha de inventário 43, e a do Ed.2 em quatro águas. A técnica construtiva é a alvenaria ordinária de xisto, com os paramentos assentes diretamente sobre o substrato rochoso. Observa-se uma uniformização do aspeto exterior deste com a da ala Este do Ed.1., quanto ao revestimento exterior e vãos superiores, diferenciando-se do restante corpo. Interpreta-se esta diferenciação pela utilização deste conjunto de compartimentos reservada aos senhores e aos caseiros da quinta, a criação de uma fachada principal visível do exterior da quinta à distância, do lado do vale, que poderá estar relacionada com a designação da propriedade como “Quinta Branca”.

Este revestimento exterior era composto de reboco de argamassa de cal e areia e pintura em cal, com frisos decorativos pintados nas mudanças de planos, tais como os cunhais e remate das paredes inferior e superior. A pintura dos cunhais e embasamento de paredes era de cor cinzenta e a do remate superior consistiu numa versão rudimentar de *trompe l'oeil*, que mimetizava peças de cantaria trabalhada da cornija e remates de cunhais. A ausência de cantarias é uma característica a salientar em todo o conjunto edificado da Quinta Branca. Note-se que os vãos primitivos são emoldurados em madeira, material que compõe, igualmente, as padieiras.

O piso inferior deste edifício, a loja, tinha função de armazenamento de produtos agrícolas e/ou alfaias e/ou abrigo de animais. Acessível através de uma porta rasgada no alçado Oeste. Esta não seria a única porta deste piso, sendo observáveis dois outros vãos deste tipo, emparedados. Um deles constituía a outra porta de acesso, pelo exterior, no alçado Sul e o seu emparedamento poderá estar relacionado com a construção do Ed.12, anexado a esta em fase posterior. Ao emparedar-se este vão, foi deixado um mais pequeno com função de fresta, sendo esta a única abertura de iluminação do piso, que posteriormente acabaria por ser, também, desativada. O outro vão emparedado localizava-se no alçado Norte e estabeleceria a ligação interna ao Ed.1. Não existia comunicação interna para o piso superior, tendo esta de ser feita pela escadaria exterior e alpendre já descritos na ficha de inventário 43, que, tal como referido sofreu remodelações aquando da construção do corpo edificado aqui descrito. O barrote de sustentação dessa estrutura foi encastrado, enquanto se ergueram as suas paredes, mas a padieira da porta, previamente colocada, teve de ser adaptada à recepção dessa peça, como se pode observar no negativo visível. Por cima do barrote, foi colocada um bloco de xisto aparelhado com função semelhante à de uma padieira, para descarga de forças. Na ausência de porta exterior, no piso superior, a entrada, fazia-se, necessariamente, internamente, através do compartimento Este do Ed.1, a que a escada e alpendre dão acesso através do exterior. Como não foi possível entrar no compartimento Este do piso inferior do Ed.1, desconhece-se se terá existido alguma escada interna de acesso ao piso superior e se a existência do vão condenado no alçado Norte do piso inferior do Ed.2 terá estado relacionada com essa eventual comunicação.

O piso de circulação superior em soalho, terá funcionado como quarto ou sala, dispondo de três janelas, cada uma em sua parede.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Branca: Inventário [Anexo IV]

Número de Localização Geográfica	45
Código de Inventário	QB-B-03

Designação	Quinta Branca (Ed.3)
Tipologia	Habitação

**Caracterização**

Materiais de Construção	Xisto, madeira; argilas; cal e cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Habitação	Última Utilização	Abandonado

**Descrição Sumária**

O Ed.3 encontrava-se muito alterado em relação àquilo que terá sido o seu aspecto original, fruto da sua destruição e remodelação, na década de 1970, quando transformado para funcionar como escola para os filhos dos trabalhadores da quinta. De planta retangular, foi construído em alvenaria ordinária de xisto. Esta alvenaria ainda se conservava ao nível do piso inferior, alçado Oeste, parte do alçado Norte, bem como na parede interna. O alçado Norte assentava diretamente sobre afloramento rochoso.

No piso inferior distinguem-se dois compartimentos, sem que se tenha tido acesso aos mesmos, devido ao desabamento do soalho. Após o incêndio de Julho de 2013, foi possível observar parte do seu interior, distinguindo-se uma manjedoura, denotando a sua função como loja para animais. Ao interior de cada um dos espaços acedia-se pelas portas localizadas no alçado Sul. Verifica-se, através da altura das mesmas, fruto da inclinação do terreno, que o nível do tecto situava-se a cotas diferentes em cada um dos compartimentos, sendo a do compartimento a Oeste, mais alta. Devido ao desabamento de parte do alçado Norte, desconhece-se se existiria algum tipo de janela ou fresta, sendo provável que o compartimento Oeste não tivesse qualquer tipo de abertura deste tipo. Estes baixos tinham função de armazém de produtos e alfaias agrícolas ou eventualmente abrigo de animais, a terem existido aberturas seriam para iluminação e respiração. O paramento, no alçado Sul, tinha vestígios de reboco de argamassa de cal e areia, podendo tratar-se de uma alteração posterior.

O acesso exterior ao piso superior efetuava-se através de escada externa, construída em pedra. É possível que tivesse ligação ao alpendre deste edifício, constituindo um único corredor de circulação superior.

Por via do desabamento do alçado Sul e reconstrução com recurso a blocos de betão simples, este piso era o que se encontra mais alterado. Por sua vez, o desabamento do soalho, comprometeu a leitura do espaço. Distinguiram-se dois compartimentos que terão tido como função primitiva a habitação. O compartimento Este possuía a única porta de entrada para o piso e janela no alçado Sul. A entrada para o compartimento a Oeste, fazia-se através de porta situada na parede divisória interna. Este compartimento era provido de três janelas. A única original é a que se situava no alçado Norte, em torno da qual o paramento exterior se encontra rebocado e pintado, possuindo um pano de peito de espessura inferior à da parede. As janelas do alçado Sul são reconstruções decorrentes da própria parede. Este compartimento aparenta ter sido subdividido em espaços mais pequenos através da parede de tabique fasquiado que surge entre os destroços. Observou-se, ainda, no alçado Norte, junto à janela, uma pilheira. O soalho destes compartimentos era desnivelado, conforme se explicou, e constituído por barrotes, caibros e tabuado de madeira.

Da cobertura, em total ruína, pode dizer-se que constava de um telhado de duas águas, com telha de meia cana nos beirais.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



## Branca: Inventário [Anexo IV]

Número de Localização Geográfica	QB-B-04
Código de Inventário	46

Designação	Quinta Branca (Ed.4)
Tipologia	Curriça

## Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira, argila	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Recolha de animais	Última Utilização	Abandonado

## Descrição Sumária

O Ed. 4 foi adossado ao alçado Oeste do Ed. 3 (QB-B-03), conforme se observa pelo encosto dos seus alçados Sul e Norte. Este alçado foi construído sobre e entre o afloramento rochoso, que apresentava marcas de corte.

Tratava-se de um edifício construído de raiz para curriça de animais. De planta retangular, em alvenaria ordinária de xisto, sem revestimentos, sendo o espaço interior amplo, ou seja, sem divisões, e de um só piso. Tinha, como vãos exteriores, apenas duas portas com padieiras e portadas em madeira. Sensivelmente ao centro, ergueu-se uma coluna central, de secção retangular, destinada ao suporte da cobertura, de duas águas, já arruinada. O pau de fileira, sobrevivente, estava integrado na cobertura original do edifício, que foi substituída a aquando da construção da oficina vinária (QB-B-05). Este novo edifício, não só aproveitou e integrou o alçado Norte de ED.4, como incluiu, também, o alçado Oeste no seu alçado Este. A cobertura desta curriça e da adega passou a ser única, e, devido às dimensões dos edifícios e inclinação do terreno, estando a adega na parte mais baixa, a sua cumeeira foi deslocada para Norte, colocando-se um novo pau de fileira. A vertente Norte, que abrangia a área da adega, é mais longa e contava com o suporte para as madres. Os vestígios dessa cobertura observaram-se nas zonas de inserção do pau de fileira e madres, bem como no seu negativo deixado no reboco do paramento exterior do lagar.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**





Branca: Inventário [Anexo IV]

Número de Localização Geográfica	47
Código de Inventário	QB-B-05

Designação	Lagar e adega da Quinta Branca
Tipologia	Oficina vinária

**Caracterização**

Materiais de Construção	Xisto; granito; madeira; argilas; cal; tijolo e cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Lagar e adega vinária	Última Utilização	Armazém

**Descrição Sumária**

A oficina vinária, composta por lagar e adega, partilha momento construtivo com o Ed. 6 (QB-B-06), construiu-se na continuidade da ala Norte do núcleo central, integrando, como já descrito, os alçados Norte e Oeste do Ed.4. Como oficina vinária constitui um caso atípico em relação às congéneres das Quintas de Crestelos (QC-C-03) e Laranjeira (QL-L-06). A atipicidade reside na anexação da casa (QB-B-06) a si, arcaísmo reminescente dos modelos durienses anteriores ao século XVIII<sup>316</sup>, e no posicionamento desencontrado da adega, o que surge, neste caso, mais uma adaptação às condições geomorfológicas do terreno, face à opção de posicionamento desta estrutura. Em vez de o lagar e a adega formarem um único bloco coeso, é a casa que ocupa esse lugar, a Norte, reduzindo-se o ponto de contacto entre o lagar e a adega ao canto Nordeste do lagar – canto Sudoeste da adega - através de porta, emparedada em fase posterior de desativação da oficina. Esta opção deve-se à presença de um afloramento rochoso que constituía um obstáculo ao posicionamento de uma estrutura com as dimensões da adega, pelo que se optou, cremos, pela construção dos aposentos habitacionais, de distribuição mais flexível e adaptável à existência de tal constrangimento geológico e geomorfológico.

O edifício foi construído em alvenaria ordinária de xisto da despedrega que apenas se encontrava revestido externamente ao nível do lagar. Este revestimento era constituído por reboco de argamassa de cal e areia e pintura de cal, com faixa decorativa em cinzento.

O lagar apresentava uma planta retangular, e, tal como referido, incorporou o alçado Oeste do Ed. 4, cuja diferença de paramentos, no que respeita ao aparelho, é bastante notória. O paramento interior encontrava-se rebocado apenas na zona do tanque, aparentando ser uma alteração mais recente. No exterior, no alçado Oeste, existia uma escadaria com um pequeno alpendre, construída na mesma alvenaria, que permitia o acesso à janela de admissão da uva. No mesmo alçado e no alçado Sul, junto à base, e também no mesmo tipo de alvenaria tinha uma estrutura – tipo banco corrido - cuja função seria de assento ou de apoio à produção, pousar alfaías agrícolas, entre outras.

Com um pé direito superior ao dos edifícios com os quais se alinhou, o lagar destacava-se pela sua altura. Possuía uma cobertura de duas águas, com madeiramento constituído por pau de fileira, caibros, ripas e asna ao centro, assente sobre coluna de secção quadrangular.

A entrada, situada no alçado Sul, abaixo dos tanques, seguia o modelo duriense, tratando-se de uma porta sem cantarias, que aproveita o cunhal do Ed.4 como ombreira, com padieira em madeira e portada simples de duas folhas pintada de vermelho escuro. No alçado oposto, situava-se outra porta, semelhante, que permitia a ligação interior do lagar à casa (Ed.6), residindo a diferença na cor verde, e no almofadado das portas, em conformidade com as opções estéticas para as madeiras do interior do Ed.6, como veremos na ficha respetiva. Esta porta tinha o fecho (tanca) do lado da casa, permitindo a privacidade desse espaço. Associada a esta porta havia uma escada de madeira, que permitia o acesso direto ao piso inferior da casa, que tinha a função de armazém e administrativa. No alçado Oeste, onde se encontravam encastrados os tanques, existe uma grande janela central, de portada dupla pintada de vermelho, que se relaciona diretamente com a atividade da pisa, servindo para o despejo da uva e como respiradouro, aliviando o espaço dos nocivos vapores libertados

<sup>316</sup> FAUVRELLÉ, 2001, p.91-92

pela fermentação, sendo o seu acesso exterior efetuado através de uma pequena escadaria e alpendre. Por cima da janela, do lado exterior, a todo o comprimento do alpendre, existe uma pala de madeira, arruinada.

No interior, situavam-se os tanques, ou os lagares, propriamente ditos, que eram de morfologia retangular, construídos em lajes, bem esquadriadas, de xisto e assentes sobre um plinto feito de blocos mais pequenos, do mesmo material, aparelhados em alvenaria ordinária. Originalmente, apenas existiam dois tanques, com a divisória central em lajes de xisto, alinhada com o centro da janela de admissão da uva, mas em fase posterior, em paralelo com o alçado Sul, foi construída uma nova divisória em tijolo e cimento, criando um terceiro tanque sem relação direta com a janela. À frente dos tanques, encontravam-se estruturas de apoio, com função de bancada e de degrau para a entrada naqueles. Ao centro, existia um tanque mais pequeno e mais baixo, o pio ou dornacho, para onde escorre o vinho, cujo fluxo se controlava através de torneira em cobre. O vinho seguia, depois, por força da gravidade, para a adega, provavelmente através de tubagem, ilação que se extrai da ausência de estruturas como, por exemplo, caleiras. Essa tubagem passaria pela porta que fazia a ligação do lagar com a adega. Esta porta tinha como ombreira o cunhal Noroeste do Ed. 4 e estava associada a uma varanda interior e escada em madeira. O vão de porta, ditou a desativação da ligação do lagar à adega e na conseqüente desvirtuação destas estruturas das suas funções originais.

O piso deste lagar, que pavimenta o corredor de circulação entre os tanques e o alçado Este, consistia em lajes e blocos de xisto e seixos de pequena dimensão.

A adega, destinada ao armazenamento do vinho, situava-se a Nordeste do lagar. Trata-se de um edifício de planta retangular, que, tal como já referido incorporou o alçado Norte dos Ed.4 e, parcialmente, do Ed.3 como alçado Sul, ao qual se encostaram os alçados Este e Oeste, comuns ao lagar e casa. O afloramento rochoso integrado neste alçado foi cortado de modo a permitir a construção dos edifícios anteriores e desta adega, conforme se observa pelas marcas, ao mesmo tempo, certamente, servido como pedreira.

Os únicos vãos de comunicação com o exterior situavam-se no alçado Norte e consistiam numa porta central e duas janelas. A porta possui ombreiras em blocos de xisto e padieira em madeira, construída com recurso a barrotes de madeira, com portada dupla, também de madeira, revestida de chapas de ferro. As janelas, de morfologia retangular ladeiam aquela porta, seguindo o modelo deste tipo de estrutura, embora um pouco mais largas que as habituais, estreitas, frechas horizontais colocadas a meia altura, em vez de no topo do alçado. Tinham as molduras constituídas por quatro blocos de xisto, cada uma, correspondentes a ombreiras, padieiras e peitoris, e encontravam-se protegidas por gradeamento em ferro forjado contemporâneo da construção do edifício.

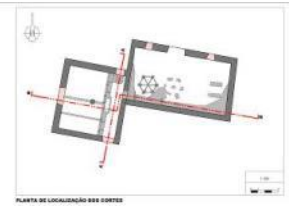
A cobertura, completamente arruinada, era de uma água, e, conforme já explicado, partilhada com o Ed. 4 e encostada ao alçado partilhado com o lagar, conforme se observou através do negativo por esta deixado.

No interior, junto ao alçado Sul, dispunha de três canteiros, em xisto, para três tonéis. Os dois canteiros localizados no canto Sudoeste eram de morfologia hexagonal, formados por sete blocos de xisto e destinavam-se a toneis colocados na posição vertical e sobre um destes encontrava-se os arcos em ferro de um tonel desaparecido. Estes toneis, que seriam os de maior dimensão, recebiam o vinho diretamente vindo do lagar através de dum sistema de tubagem, suportado pela varanda de madeira, também, desaparecida. No canto Sudeste, encontrava-se um canteiro simples, em alvenaria ordinária e de xisto, rebocado, destinado ao suporte de um tonel de menor dimensão, na posição horizontal, conforme o exemplar preservado *in situ*

**Registo Fotográfico**



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	48
Código de Inventário	QB-B-06

Designação	Quinta Branca (Ed.6 e 7)
Tipologia	Habitação

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto; granito; madeira; argilas; cal; tijolo e cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária; Alvenaria de tijolo
Utilização Inicial	Habitação	Última Utilização	Abandono

#### Descrição Sumária

A casa, Ed.6, consistia no aproveitamento orgânico do espaço entre o lagar, a adega e o afloramento rochoso. Existia, ainda, um corpo anexo com varanda e sala, adicionado em fase posterior, que se identifica como Ed.7. Trata-se de um edifício de dois pisos, com funções habitacionais no piso superior e de armazém e administrativas no piso térreo. Atipicamente, para o caso de uma estrutura habitacional destinada à permanência dos proprietários, possui uma cobertura de apenas uma água, que foi construída de forma independente da do lagar, apesar de contígua. O edifício, na sua configuração original, dividia-se em duas partes.

A parte assente diretamente sobre o afloramento rochoso era de apenas um piso, na zona alta do edifício, ao nível do lagar e correspondia aos compartimentos, cuja última função foi a de cozinha, vestíbulo e antecâmara. No alçado Sul, tinha duas entradas de acesso direto, uma para a cozinha, a Oeste e a outra para o vestíbulo a Este. Ambas de folha dupla, em madeira pintada de vermelho, com bandeiras envidraçadas e gradeamento em ferro forjado. A cozinha possui um outro vão, de função semelhante, no alçado oposto, cuja porta já não era a original, e que comunica com a varanda criada na mesma altura. Este compartimento dividia-se dos restantes por uma parede de alvenaria estrutural, com empena, em que assenta o telhado. O compartimento ao lado da cozinha encontrava-se subdividido em vestíbulo e antecâmara, através de parede de tabique, sendo esta divisão uma alteração decorrente da construção do Ed.7. Estes compartimentos separavam a parte social da parte privada deste piso da casa, pelo que possuem uma entrada própria, no alçado Sul.

A outra parte deste edifício tem dois pisos, um ao nível do lagar e o outro ao nível da adega. O piso superior, com soalho de madeira, corresponde à parte privada da casa, ocupada com quartos, segundo a configuração atual, tendo sido objeto de remodelações profundas. Com três janelas, duas no alçado Norte, com pano de peito de espessura menor que a parede, padieira e caixilharias em madeira, de portada dupla e bandeira e, ainda, outra no alçado Este, voltada para o telhado da adega com gradeamento em ferro forjado semelhante aos das bandeiras das portas do alçado Sul. Era possível aceder ao lagar através do interior da casa, existindo uma escada de madeira que fazia a ligação ao piso inferior. Este era, até à atualidade, constituído por dois compartimentos. O espaço do compartimento a Oeste encontra-se estrangido pela existência do afloramento rochoso no alçado Sul, cuja face foi aplanada, mantendo-se a sua inclinação. Nesse mesmo compartimento situava-se a única janela do piso, de morfologia semelhante à da janela do alçado Este, possuindo, ainda, um pequeno telheiro a encima-la.

A casa anexa ao lagar (Ed.6) foi remodelada a fim de se constituir como residência de Carlos de Deus Roque e as cunhadas (anos 1940/50). Um pouco mais tarde, foi construído o corpo avançado que constitui o Ed.7. Além das intervenções no exterior, ao nível de revestimento para uniformização do conjunto formado pelo Ed.6 e Ed.7, e do telhado, o interior foi profundamente alterado. O elemento mais marcante deste período são as estruturas de madeira correspondentes a portas, paredes de tabique, tetos e mobiliário, cuja opção pela cor verde clara lhe confere um aspeto uniformizado.

A parte do andar superior assente sobre o afloramento rochoso correspondente à cozinha e vestíbulo, apresenta o piso de circulação, bem como a soleiras das portas, revestidas por argamassa. Na cozinha, as paredes encontravam-se pintadas de tom creme amarelado, e na base das mesmas construíram-se bancadas de apoio, em tijolo e cimento. Para arrumação de utensílios de cozinha, foram instalados suportes de suspensão, em madeira pintada de verde, nos alçados Oeste e Este, semelhantes aos que encontraremos no vestíbulo. No mesmo alçado, no canto Sudoeste, foi instalada a zona de fogo, com uma típica chaminé em chapa metálica. Esta zona encontrava-se delimitada por uma estrutura de madeira que conjugava as funções de divisória, escano e parede de suporte para prateleira. Era constituída por tabuado de madeira, semelhante à da parede divisória do vestíbulo e antecâmara, de que falaremos, e tetos, encontrando-se as portas pintadas de verde-claro. Encostada ao alçado Este, existia uma escada de madeira de acesso a um pequeno sótão localizado por cima do vestíbulo. No mesmo alçado, encontrava-se a porta, de folha dupla, com bandeira, pintada no mesmo tom verde-claro dos restantes elementos de madeira da cozinha. A cozinha era a única e, naturalmente, o sótão, divisão da casa cujo teto não

se encontra forrado, sendo visível a estrutura do telhado, que se encontrava em estado de ruína aquando dos registos.

O vestíbulo e antecâmara do corpo avançado (Ed.7), eram, originalmente um único compartimento, pensando-se que essa subdivisão possa estar relacionada com a construção desse novo corpo. O teto desta parte da casa, era forrado com tabuado de madeira, pintado de verde, sendo desnivelado, como que acompanhando a inclinação do telhado. Era neste espaço, que, na segunda metade do século XX, em tempo das irmãs Rodrigues e Carlos Roque, se realizavam as refeições onde se reuniam patrões e empregados, existindo, para tal, uma mesa em pedra, hoje desaparecida [AMAJOI013, 57:40m; JCG0922]. O novo compartimento de antecâmara do Ed.7 estava delimitado do vestíbulo por uma parede de tabique não fasquiado, pintada de branco, com porta verde, rudimentarmente encostada às paredes, sem remate no topo. O piso deste compartimento era um pouco mais alto, em resultado da colocação de um soalho em madeira, na continuidade do avançado (Ed.7). No canto Sudoeste existia um conjunto de quatro prateleiras triangulares.

A parte privada da casa, dividia-se da restante e nos seus compartimentos através de paredes de tabique fasquiado, pintado de branco. O que se observou foi um corredor e um quarto, sabendo-se que existiriam mais duas divisões destas, através dos vestígios derrubados das mesmas, que não foram analisados em pormenor, uma vez que o avançado estado de degradação e o entulho interditavam a passagem. Aqui, a opção pelos elementos em madeira pintados de verde é uma constante, ao nível das portas, rodapés, tetos e mobiliário. As portas são caracterizadas pela presença de bandeiras e os tetos são forrados com tábuas de madeira.

O quarto conservado, é o paradigma desta opção estética, podendo ter funcionado como uma das divisões nobres da casa, a par da sala de estar com possíveis funções de escritório criada no corpo avançado que constitui o Ed. 7. É possível que em fase anterior à construção do Ed. 7, tenha sido a primitiva sala, conforme apontam alguns elementos. A porta deste compartimento destaca-se das restantes por ser de folha dupla, mas é o teto – em masseira - trabalhado o elemento que confere o maior relevo da divisão. Este foi forrado no mesmo tipo de tábua que o do corredor, sendo esta cortada em secções mais pequenas e disposta de forma a criar um padrão geométrico losangular. O centro é rematado por dois medalhões concêntricos delimitados por frisos. O roda-teto ou sanca foi, também, forrado com o mesmo tipo de tábua, criando um efeito decorativo simétrico de linhas oblíquas concorrentes. O armário de madeira que se conservava, com função de guarda-roupa, possuía as portas com almofadado no mesmo tipo de tábua, sendo pintado no mesmo tom de verde.

Os outros dois compartimentos situavam-se ao fundo deste corredor, tratando-se de divisões exíguas. Entre estas, a porta que dava acesso ao lagar e a escada que dava acesso ao piso inferior existia um pequeno corredor.

No piso inferior, foi construída uma parede de tabique, semelhante às já descritas, dividindo-o em dois compartimentos. Aqui os elementos em madeira tais como a porta interna, rodapés e cabides são pintados em tom de azul acinzentado claro. O chão é revestido por soalho. No compartimento de entrada, a Este, distinguia-se uma arca de armazenamento de grão ou cereal, uma tulha.

O Ed. 7, como já se referiu, constitui um corpo avançado desta casa, construído pouco depois da remodelação dos interiores, no sentido de dotar a casa de uma nova sala, que poderá ter funcionado como escritório, e varanda anexa à cozinha. Este avançado, de planta retangular, tinha um único andar, ao nível do piso superior, uma vez que se construiu sobre o afloramento rochoso. Este afloramento foi envolto por paramento de alvenaria ordinária no sentido de criar uma base para este corpo.

O compartimento aberto corresponde a uma varanda que comunica com a cozinha do Ed.6 e a nova sala. Aqui, o paramento interior encontrava-se rebocado com cimento. Funcionado em continuidade com a primeira, é dotada de um tanque e de um lavatório construídos em cimento, localizados, respetivamente, nos cantos Noroeste e Sudoeste da varanda. Estas estruturas possuem caleiras de despejo de líquidos para um sistema de tanques exteriores que se encontravam, aquando do registo, um pouco descaracterizados.

Para a construção do compartimento coberto, ergueram-se, sobre essa base de alvenaria, paredes em tijolo industrial. A mesma cobertura, em telha *Marselha*, é independente das restantes, possuindo quatro águas. Sob o beiral a Oeste foi colocada uma caleira de zinco que descarrega as águas pluviais para a que se encontrava situada em nível inferior, no beiral do telhado da cozinha.

O exterior deste edifício foi rebocado com argamassa, material que simula a existência de cantarias nos vãos, o que se repete no preexistente Ed.6, no sentido da uniformização estética dos corpos construídos. Contabilizaram-se quatro vãos, correspondentes a três janelas, uma em cada alçado e uma porta no alçado Oeste. As portadas exteriores das janelas tinham caixilhos de madeira pintados de vermelho, tal como a porta, ao passo que as interiores são pintadas de verde-claro.

No interior, em consonância com a opção estética do Ed. 6, o mesmo verde predomina como cor dos restantes elementos

em madeira, nomeadamente o rodapé, o teto e o mobiliário. Estes têm, também, como elementos em comum, o tipo de tábuas, que por sua vez, é semelhante ao utilizado no restante edifício. No topo das paredes dos alçados Norte e Este, existiam prateleiras, a todo o comprimento, para arrumos. O piso era revestido por soalho de madeira, que se encontrava já muito degradado.

**Registo Fotográfico**





### Registo Gráfico





Branca: Inventário [Anexo IV]

Número de Localização Geográfica	49
Código de Inventário	QB-B-07

Designação	Moagem da Quinta Branca (Ed.8)
Tipologia	Moagem

**Caracterização**

Materiais de Construção	Xisto; granito; madeira; argilas; cal; tijolo e cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Transformação de cereal	Última Utilização	Armazém

**Descrição Sumária**

Edifício de rés-do-chão e 1º andar, erigido no ano de 1951, com recurso à alvenaria de pedra ordinária em xisto, diretamente sobre o substrato rochoso adaptando-se à natural morfologia do terreno, com o propósito de ali se instalar uma moagem mecanizada de cereal. Era rebocado nos paramentos exteriores com recurso a um emboço à base de argila e cal posteriormente pintado/caiado com mistura de cal e tinta branca, com friso, em tons de azul obtido com recurso a cimento pintado, que corre todo o alçado principal (alçado sul) e serve de contorno a todos os vãos da construção (portas e janelas) encimando-os, no alçado principal, com uma espécie de gradeamento em cimento que permitia a melhor circulação do ar.

Apresentava cobertura de duas águas, estruturada em madeira num sistema de madre, pau de fileira, linha, pendural e diagonais, com guarda pó entre esta e as telhas, de canudo ou meia cana.

A nível do rés-do-chão apresentava-se dividido em 3 compartimentos distintos (A, B, C), aos quais se acedia através das portas, de eixo vertical e duas folhas em madeira rematadas no topo por bandeira envidraçada. O piso de circulação destes compartimentos era de cimento.

O compartimento A corresponde ao local da instalação do engenho de moagem, que disponha de um casal de mós, oriundo de França, consistindo num conjunto de pedras calcárias de elevada qualidade, produzidas na comuna de *La-Ferté-Sous-Jouarre*, que se encontrava localizada do lado Nascente sobre um plinto em madeira, enquanto do lado oposto deparamo-nos com seis degraus que conduziam a uma plataforma em cimento. No topo desta encontramos um grande contentor em madeira, com duas aberturas, onde certamente se depositaria o cereal (trigo e centeio) antes de ser submetido à farinação.

As paredes encontravam-se rebocadas e pintadas a branco.

O compartimento B, a que era apenas possível aceder através do anterior transpondo um porta em madeira com vidraças, de exíguo espaço e provido de duas janelas, era aquele onde se encontrava o motor, de combustão, que fazia trabalhar o engenho.

O compartimento C apenas tem acesso desde o exterior ou através das escadas de acesso ao 1º piso – cujos degraus são em cimento e em *caracol* – e que partilha, parcialmente com o compartimento A. Tratava-se de uma divisão ampla, em que a estrutura de vigas, em cimento, de sustentação do piso do 1º andar teve de ser reforçada com recurso a uma viga/pilar em ferro. Aqui era descarregado e armazenado o cereal.

No 1º andar encontra-mos duas divisões – D e E – idênticas. Tratava-se de espaços sobradados, com roda pé também em madeira, amplo provido cada qual com 3 janelas, paredes rebocadas com cal e argila e pintadas de cor branca. Serviriam como área administrativa da moagem e de armazenamento da farinha depois de moída.

Anexo ao edifício acima descrito, pelo lado nascente, encontrava-se um outro compartimento – G – também em alvenaria ordinária de xisto, mas de construção menos cuidada e telhado de apenas uma água, onde terá funcionado a forja da quinta que dava, sobretudo mas não exclusivamente, apoio nas reparações e manutenções necessárias ao bom funcionamento da moagem.

A poente, ficava o compartimento F, um telheiro/coberto erguido com recurso a bloco a cimento e cobertura em placa de fibrocimento, que poderá ter servido de espaço de apoio à moagem e outras atividades da quinta, ou até mesmo de *garagem*.

Registo Fotográfico



Registro Gráfico



Número de Localização Geográfica	50
Código de Inventário	QB-B-08

Designação	Quinta Branca (Ed. 9 e 10)
Tipologia	Casebre

### Caracterização

Material de Construção	Xisto, argilas, madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Apoio a atividades agro-pastoris	Última Utilização	Abandonado

### Descrição Sumária

O Ed.9 era o edifício imediatamente a Este da Moagem. De planta retangular e dividido em quatro compartimentos independentes, sendo construído em alvenaria ordinária de xisto e revestido por argamassa de cimento. As entradas, cinco no total, estavam viradas a Sul e as duas janelas situavam-se no alçado oposto, sendo as cantarias em xisto. O compartimento mais a Este, já referido na ficha de inventário nº49, tinha, não só a linha de cumeeira em ponto mais alto, em relação aos restantes edifícios do conjunto, em resultado da adaptação das diferenças de cota do terreno, como também um pé direito mais elevado em relação aos restantes, pelo que, necessariamente, a cobertura era independente. As coberturas dos outros compartimentos são também independentes devido às suas distintas funções.

Esse primeiro compartimento, tinha a entrada no canto Sudeste, porta de uma folha pintada de vermelho, e janela central, a Norte, com gradeamento metálico. A cobertura, de uma água, em telha *Marselha*, encontrava-se muito derrubada, pelo que o entulho misturava-se com os detritos que lá se encontravam. A função atribuída a este compartimento era de casa da forja, de apoio às atividades agrícolas, nomeadamente, a manutenção da moagem e outras alfaías.

O segundo compartimento possuía uma porta semelhante à do anterior e esta era a única abertura. A cobertura de uma água, com um pequeno beiral no alçado Sul, um cuidado que se deverá à sua utilização como habitação de pessoal servicial. No interior, o chão encontrava-se revestido por cimento e as paredes rebocadas e caiadas, singularidades que se devem, também, a esta função. O mobiliário que ainda restava denotava a suas funções habitacionais, nomeadamente um escano que delimitava a zona de refeição.

Os compartimentos seguintes têm a função de abrigo para animais, pelo que denotam uma utilização até uma época recente a avaliar pela cobertura única, de uma água, composta por placas de fibrocimento apoiadas sobre barrotes de madeira. O terceiro compartimento distingue-se internamente dos restantes pela presença de uma manjedoura, no alçado Sul e cinco nichos rebocados internamente com argamassa, para disposição de alimento para animais, uma vez que este funcionou como curriça. No piso, em terra batida, era visível o afloramento rochoso, muito irregular, à superfície. O quarto e o quinto compartimento possuem portas gradeadas com revestimento em chapa de zinco, outra provável introdução recente. No quinto compartimento existia a segunda janela deste copo edificado, e, tal como as portas era dotada gradeamento e chapa de zinco.

O Ed.10 era destinado a animais de criação como porcos ou galinhas. Tratava-se de um edifício de planta retangular, constituído por casa e cercado anexo, construído em alvenaria ordinária de xisto, com vestígios de reboco de argamassa e cal. Apesar de alinhado com os restantes edifícios a poente, a sua fachada e cercado encontravam-se orientados no sentido contrário, a Norte, muito provavelmente por questões de higiene e espaço, tendo em conta a função, bem como da morfologia do terreno.

A parte coberta tinha, deste modo, as traseiras apenas com parte do pé direito visível a Sul, sem qualquer vão. O acesso ao seu interior efetuava-se através de uma escada de alvenaria encostada ao canto Sudoeste do Ed.6, que, por sua vez, dá acesso a uma entrada, protegida por muro, de que restavam os vestígios de uma cancela de madeira pintada de vermelho no canto Sudeste do cercado. No alçado Norte, abrem-se as duas portas do edifício, correspondentes a compartimentos divididos por parede de alvenaria de xisto. Cada uma era provida de degrau, fabricado em cimento, que acede a uma soleira de xisto. As padieiras eram em madeira, tais como as portadas. No interior o piso era em terra batida. A cobertura de uma água, com telha de canudo, uma raridade nas construções mais recentes, reservada aos beirais e a coberturas estreitas, como é o caso do compartimento do motor da moagem. O cercado, em alvenaria de pedra seca, correspondia a cerca do dobro da área da parte coberta, desenvolvendo-se a todo o comprimento. Nos cantos Nordeste e Noroeste localizavam-se dois bebedouros em pedra.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	51
Código de Inventário	QB-B-09

Designação	Quinta Branca (Ed.11)
Tipologia	Habitação

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira, cal, argilas	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Habitação	Última Utilização	Armazém

#### Descrição Sumária

O Ed.11 foi construído em contiguidade com o Ed.5 (QB-B-10), encostando-se ao seu alçado Este. Apresentava o ano de construção, 1949, ostentado sobre a porta Este na sua padieira, no alçado Norte. De planta quadrangular compunha-se de dois pisos que não comunicavam internamente entre si, sendo sempre acessíveis ao nível térreo, devido à topografia do terreno, com inclinação pendente para Sul, cujo alçado, apresenta, no exterior, um pé direito superior ao do alçado Norte. As paredes foram construídas em alvenaria ordinária de xisto, com reboco de argamassa de cal e areia e pintura a branco. O piso superior tinha a base em placa de betão. A cobertura era de duas águas, assimétrica e revestida por telha *Marselha*. O beiral do alçado Norte era sustentado e prolongado com recurso a tábuas de madeira apoiadas sobre a parede de alvenaria.

O acesso ao interior do piso superior fazia-se pelo alçado Norte, onde se encontram duas portas com moldura de cantaria simulada por argamassa e portadas de madeira pintadas de vermelho, características comuns aos outros vãos. Cada uma corresponde a uma parte, sem comunicação interna mútua. Na parte acedida pela porta com a data de 1949, não foi possível entrar, uma vez que aquela se encontrou sempre fechada, ao contrário da parte ao lado, onde se procedeu ao registo do interior. Deste piso apenas se conhece a janela. A parte ao lado é dividida por dois compartimentos. À entrada existia uma antecâmara com função de armazém, contando para isso, com uma estrutura de madeira constituída por tábuas situadas a meia altura, e todo o comprimento das paredes, suportadas por barrotes embutidos nas paredes e pilares. O outro compartimento, com função de quarto, era iluminado por janela, no alçado Sul, de cuja caixilharia apenas restavam as portadas interiores.

Ao piso inferior acedia-se através de vão localizado no alçado Sul, provido de portada dupla de madeira pintada de vermelho. Este piso era dividido em dois compartimentos, ambos vocacionados para armazém, a que se deve a existência das estruturas de madeira, semelhantes à que se encontravam no piso superior.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	52
Código de Inventário	QB-B-10

Designação	Quinta Branca (Ed.5)
Tipologia	Casebre

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, madeira, tijolo	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Recolha de animais; Apoio a atividades agrícolas; Forno	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Este edifício consistia num complexo multifuncional agropecuário e produtivo, constituído por vários corpos independentes mas que integram a mesma unidade construtiva. O sistema e materiais construtivos das paredes são a alvenaria de pedra seca da despedrega em xisto.

A ala Este era dominada por um amplo telheiro, muito arruinado, destinado ao abrigo temporário de animais de lavoura e carga, armazenamento temporário de produtos agrícolas, guarda de alfaias agrícolas, de viaturas, lenha, entre outras possíveis utilizações. A presença de uma manjedoura no alçado Oeste é evidência da função de abrigo para animais. O telheiro apresentava planta retangular com duas colunas centrais, de secção circular para suporte da cobertura de uma água. Esta encontrava-se em quase total ruína e era comum à do pequeno curral localizado no canto Sudeste, onde se encontrava melhor conservada. Desta estrutura restavam algumas madres, caibros, ripas e telhas de meia cana.

O curral tratava-se de um compartimento de planta retangular, de pé direito baixo, destinado à criação de pequenos animais, como, por exemplo, porcos. Era provido de duas portas no alçado Norte, uma para cada uma das pequenas divisões que tinha. As portas possuíam padieiras e molduras em madeira, providas de trancas no mesmo material e fechadura metálica. No interior foi possível reconhecer duas pequenas divisões separadas pelo que resta de uma parede em pedra.

Imediatamente a Oeste do telheiro, situava-se a casa do forno. Tratava-se de um pequeno corpo de planta quadrangular, com telhado independente de uma água, de que restavam algumas fiadas de telha de meia cana no topo das paredes, uma vez que o seu madeiramento ruiu. A entrada fazia-se através de vão no alçado Norte, com padieira e molduras em madeira. No interior, no canto Noroeste, situava-se a estrutura do forno já em ruína.

No extremo Oeste do edifício, estava a outra curriça da Quinta Branca, destinada ao abrigo de rebanhos. De planta retangular e cobertura de uma só água, cujos vestígios correspondem às telhas de meia cana sobre as paredes e vara assente sobre coluna de secção circular, semelhante às já descritas. Tinha a entrada no alçado Este, provida de padieira e portada com caravelho, todos em madeira. No alçado Sul localizavam-se duas janelas, para iluminação e respiração, emolduradas, cada uma, por quatro robustos blocos de xisto aparelhados, correspondentes a ombreiras, padieira e peitoril (solução única neste contexto), dotadas de portadas em madeira. O vão situado no alçado Norte tinha como função de admissão de alimentos para os animais.



Registo Fotográfico



Registo Gráfico



## Branca: Inventário [Anexo IV]

Número de Localização Geográfica	53
Código de Inventário	QB-B-11

Designação	Quinta Branca (Ed.12)
Tipologia	Casebre

Caracterização			
----------------	--	--	--

Materiais de Construção	Xisto, madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Apoio às atividades agropecuárias; abrigo de animais e pessoas	Última Utilização	Abandonado

Descrição Sumária
-------------------

Adossado ao alçado do Ed.2 (QB-B-02) o Ed.12 tratava-se de uma pequena construção, em avançado estado de ruína, com função variada, dotado de um pequeno cercado anexo. A construção, em alvenaria de pedra seca da despedrega, de xisto, era de planta retangular, com uma entrada no alçado Oeste, e cobertura de uma água, que se encontrava muito arruinada, da qual restava, apenas, parte do madeiramento e das telhas de meia cana.

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	54
Código de Inventário	QB-B-12

Designação	Tanque da Quinta Branca
Tipologia	Tanque + socalco

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto; argamassa	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Retenção de água; armação do terreno	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

O tanque encontrava-se implantado a noroeste da área central construída da quinta, integrado numa encosta, definida por patamares agrícolas obtidos com o recurso a sete muros de socalco em xisto da despedrega, onde corria, durante a época das chuvas, uma linha de água sazonal, e sobranceiro a um dos vales mais férteis da quinta (QB-B-14)

Apresentava-se com planta retangular, construído em alvenaria ordinária de xisto e rebocado no interior e exterior com argamassa de argilas e cal.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	55
Código de Inventário	QB-B-13

Designação	Socalcos e Minas da Quinta Branca
Tipologia	Mina água + socalco

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, argamassa, terra, tijolo e cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Retenção e abastecimento de água; armação do terreno	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

A área, um pequeno vale (QB-B-14), imediatamente a norte do casario central da quinta Branca pautava-se por ser um dos territórios com mais apetência agrícola da quinta, e mais fértil em linhas e lençóis de água subterrâneos da mesma.

Para além do tanque e socalcos já descritos (QB-B-12), neste vale, sobretudo na sua encosta voltada a norte, ou seja, aquela imediatamente por detrás do edificado, havia mais um conjunto de 6 socalcos – em alvenaria de pedra seca de xisto – com 50cm a 120cm de altura, orientados, com exceção para um, de nascente para poente.

Associadas a estes socalcos, aproveitando a modelação de terreno dos mesmos, foram identificadas duas minas para abastecimento de água.

Uma (fonte) a poente do edificado da quinta (no alinhamento da ala norte deste), consolidada através de paredes em alvenaria de xisto e à qual se associavam dois pequenos tanques em tijolo e uma charca localizada sob um dos socalcos.

A outra mina encontrava-se a nascente do núcleo construído (já fora do cercado – QB-B-14), e, também, era constituída em alvenaria de xisto. A água que a abastecia chegava através do encanamento de água da 1ª localizada a poente e da linha de água que definia o vale cercado, num complexo sistema que se compunha de tubos, regueiros revestidos a alvenaria, e caneiros de passagem pluvial, igualmente em alvenaria de xisto, sob os caminhos e muros delimitadores da propriedade que conduziam a água para os tanques e minas, e, quando esta era em demasia, até às olgas sobranceiras à ribeira de Zacarias de forma a impedir, ou minimizar, o alagamento dos terrenos e benfeitorias das proximidades do núcleo central. Associado a esta segunda mina havia um outro tanque – a cota inferior – em alvenaria de tijolo e cimento.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	56
Código de Inventário	QB-B-14

Designação	Cercado da Quinta Branca
Tipologia	Muro

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Delimitação	Última Utilização	Delimitação

#### Descrição Sumária

Muro, tipo cercado, que marcava e definia aquilo que foi núcleo central edificado da quinta Branca, ao mesmo tempo que delimitava/cercava o pequeno vale a norte desta, onde se encontrava, quando cultivado, um dos principais pomares e a horta da propriedade.

Bem visível na CMP nº 118 e 130 de 1944/45, com um traçado muito semelhante àquele por nós levantado, com as pontuais alterações e restauros inevitáveis ao longo de seis décadas, tratava-se de um muro autoportante, erguido com recurso a alvenaria de pedra seca de xisto da despedrega. O seu estado de conservação era desigual, encontrando-se muito bem consolidado junto aos edifícios e em ruína na extremidade Noroeste. As áreas em que se encontrava em melhor estado de conservação correspondem a extensões ou demolições enquadráveis na expansão do núcleo edificado que não figuram na referida Carta Militar, tratando-se de zonas de entrada. As entradas a Nordeste e a Sudoeste do cercado consistiam em alargamentos do muro do mesmo, a primeira tendo surgido pela necessidade de fechar a zona de horta e a segunda acumulava a função de muro de cercado com a de delimitação de um pequeno curral construído aquando do Ed.12. A entrada junto à moagem, aparentava resultar, da demolição de um troço do muro aquando da construção desse edifício.



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	57
Código de Inventário	QB-B-15

Designação	Pombal 1 da Quinta Branca
Tipologia	Pombal

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, argila e cal	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Guarda e recolha de animais	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Pombal localizado em zona muito próxima do núcleo central, a nordeste da mesma a uma cota mais baixa. Aquando do seu levantamento, encontrava-se em estado de avançada ruína. Tratava-se de uma estrutura de planta circular, construída em alvenaria de pedra ordinária de xisto, com reboco de argamassa de cal de areia e pintura de cal, ainda parcialmente visível nos seus paramentos. Tinha a entrada voltada a Noroeste e na face interior dos paramentos desenvolviam-se os vários nichos.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	58
Código de Inventário	QB-B-16

Designação	Alminha da Quinta Branca
Tipologia	Alminha

**Caracterização**

Materiais de Construção	Tijolo, cimento, ferro	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria de tijolo
Utilização Inicial	Simbólico religioso	Última Utilização	Simbólico religioso

**Descrição Sumária**

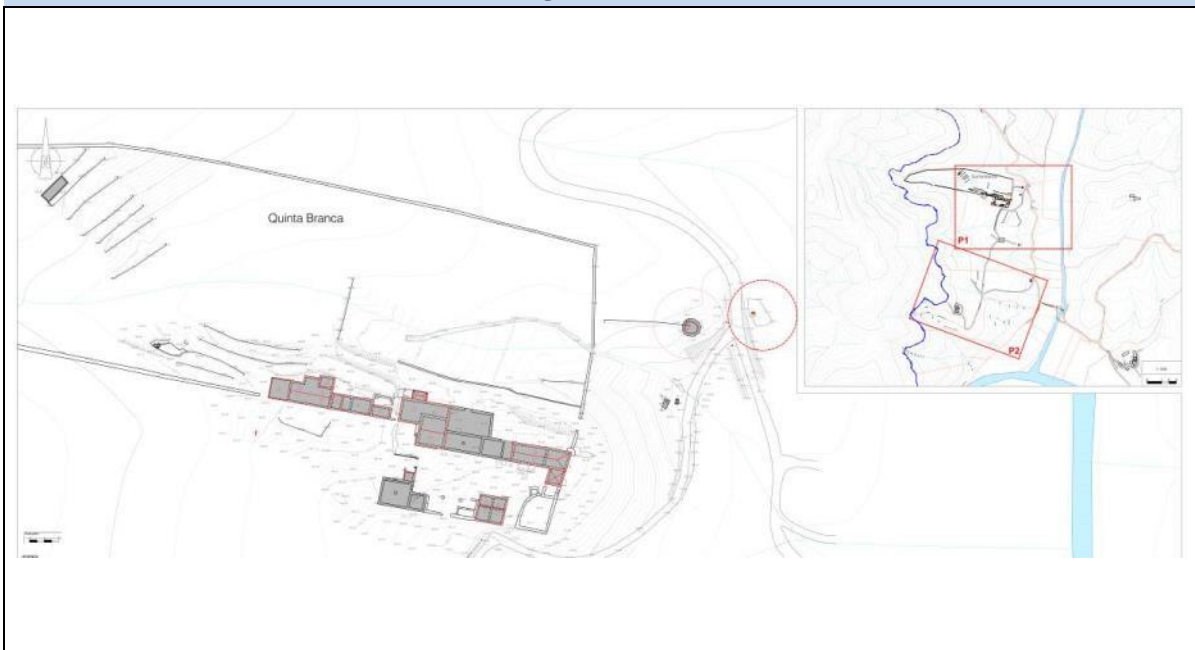
Localizada junto do caminho de acesso, para quem vinha dos Cerejais, a assinalar a entrada principal da quinta encontrava-se uma alminha. De morfologia aproximada à de um prisma triangular e provida de nicho, esta estrutura foi construída em alvenaria de tijolo e cimento, rebocada com o mesmo tipo de argamassa e pintada de branco. Por cima do nicho, foi inscrito a data, 1958, através de incisão no reboco enquanto ainda estava fresco. O nicho ostentava um pequeno painel de seis azulejos policromos pintados, representando uma cena do purgatório. A estrutura era encimada por uma cruz em ferro lanceolada, pintada, a esmalte, de cor cinzenta.

A existência deste símbolo religioso que marca o caminho e uma das entradas da quinta será, segundo a informação oral, anterior a 1958, quando terá sido mandada arranjar: Primeiro era de pedra sem reboco e depois, mais recentemente, rebocado com cimento. *“O Dr. Roque é que a mandou arranjar. O Dr. Roque é que mandou arranjar tudo. (...) Os azulejos, quando andei por aqui ainda não havia azulejos. (...) Ela toda a vida aqui esteve.”* [FAC0965, 46:30m]

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	59
Código de Inventário	QB-B-17

Designação	Eira da Quinta Branca
Tipologia	Eira

**Caracterização**

Materiais de Construção	Xisto
Utilização Inicial	Malhar e secar cereal

Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Última Utilização	Abandonada

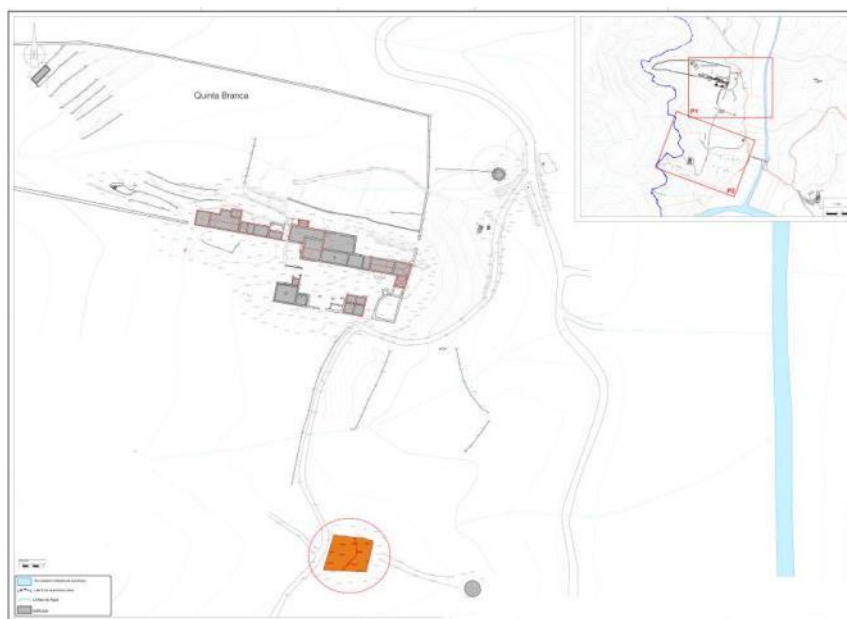
**Descrição Sumária**

Já em avançado estado de ruína e abandono a eira foi construída no topo de uma elevação a Su-sudeste do núcleo central, beneficiando das condições topográficas que a expunham aos ventos que facilitam, naturalmente, o trabalho da separação do grão de cereal das cascas. Tratava-se de um lajeado de xisto simples assente sobre base, em alvenaria de pedra seca, no mesmo material e sobre o afloramento rochoso.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	60
Código de Inventário	QB-B-18

Designação	Pombal 2 da Quinta Branca
Tipologia	Pombal

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, tijolo industrial e cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária e alvenaria de tijolo
Utilização Inicial	Guarda e recolha de animais	Última Utilização	Guarda e recolha de animais

#### Descrição Sumária

Pombal que pelo, facto de figurar na Carta Militar de 1944/45 assinalado como ruína, supõe-se que este seja de construção anterior ao Pombal 1 da Quinta Branca (QB-B-15) ao contrário do que aparenta, devido ao restauro recente do primeiro e ao atual estado de ruína do segundo. Situava-se fora do núcleo central, mas em zona próxima, visualmente controlável a partir do mesmo, com entrada e saídas de voo orientadas a Sul, seguindo o modelo tradicional para este tipo de construções no território em estudo. Este edifício foi, originalmente, construído em alvenaria de pedra ordinária de xisto, tendo sofrido, um pouco antes do ano de 2005 e do seu registo como o artigo nº 415 da Matriz Predial Urbana de Cerejais, em 2006, uma intervenção de restaurado que o converteu em espaço destinado a arrumos, conforme a descrição matricial. O revestimento exterior em cimento e tinta plástica, a porta metálica e a cobertura em placa de tijolo e betão constituem as modernas alterações que lhe facultaram o aspeto que tinha aquando do registo.



Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	61
Código de Inventário	QB-B-19

Designação	Socalcos da Quinta Branca
Tipologia	Socalco

#### Caracterização

Materiais de Construção	XIsto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Delimitação e sustentação de terreno Agrícola	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Como unidade de produção agrícola que foi o complexo Quinta Branca encontrava-se dotada de um rede de caminhos, áreas de cultivo e de abastecimento, contenção e retenção de água para rega complexos, para além daqueles já descritos em fichas de inventário, anteriores, relativas ao núcleo central edificado da Quinta Branca. Esta rede deixou-nos como principais testemunhos materiais construídos os muros e, sobretudo, socalcos em alvenaria de pedra seca que pautavam a paisagem definindo e criando áreas e leiras de cultivo, suportando os caminhos, fossem eles de acesso aos campos de cultivo ou de ligação entre os diferentes núcleos edificados, encanando, desviando e orientando as linhas e pontos de captação de recursos hídricos. Estes socalcos distribuíam-se no terreno da seguinte forma: 5 socalcos a sudeste do núcleo central construído da quinta; 2 muros junto da Ribeira de Zacarias, à Olga, cuja função era mista: delimitar o caminho, segurar as terras e dificultar o açoreamento ou lixiviamento dos terrenos em momento de cheias da ribeira e do Rio Sabor; 21 socalcos em área alargada em torno da eira; 1 muro que definia o caminho próximo da margem do Sabor que levava até ao Olival da Santa e Quinta do Badalo (St<sup>a</sup> Eufémia).

Eram estas as benfeitorias, e a sua construção, manutenção e abandono ou destruição, um dos reflexos mais evidentes das dinâmicas produtivas na propriedade.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	62
Código de Inventário	QB-B-20

Designação	Tanque 2 da Quinta Branca
Tipologia	Tanque

**Caracterização**

Materiais de Construção	Cimento	Técnica(s) Construtivas	-
Utilização Inicial	Retenção de águas	Última Utilização	Retenção de águas

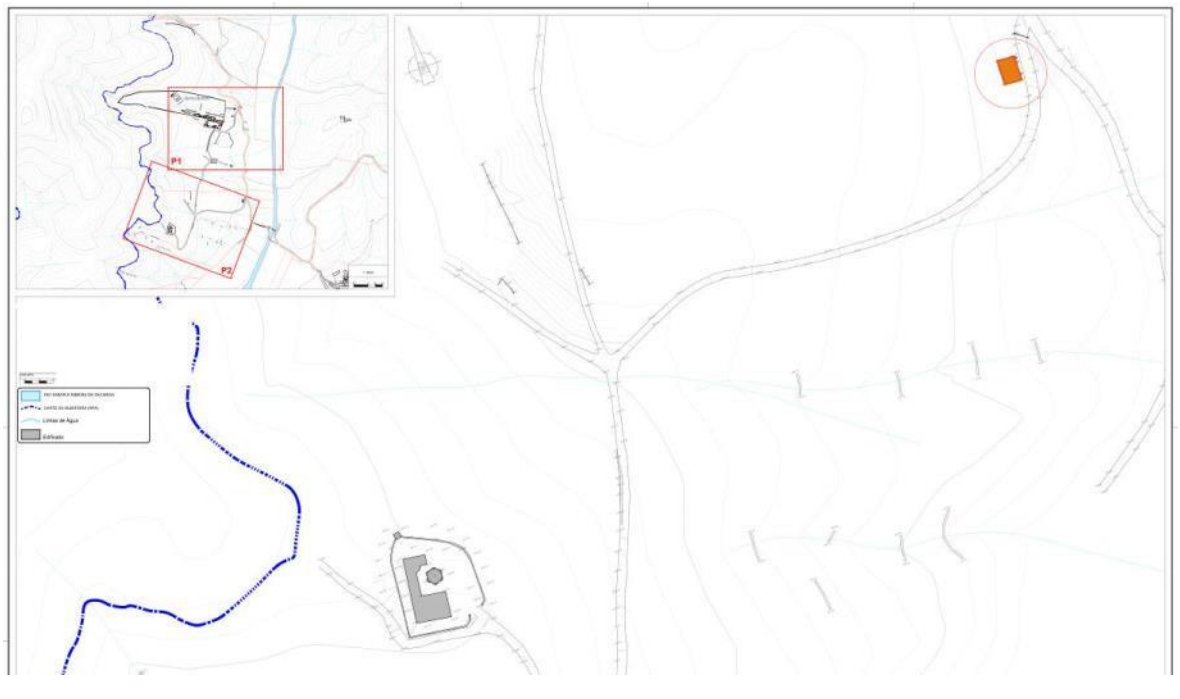
**Descrição Sumária**

Tanque em cimento, um dos últimos marcos do investimento agrícola na quinta, nomeadamente no amendoal e hortas que se cultivaram nas suas imediações.

**Registro Fotográfico**



**Registro Gráfico**



Número de Localização Geográfica	63
Código de Inventário	QB-B-21

Designação	Casa da Teixogueira
Tipologia	Habitação

#### Caracterização

Materiais de Construção	Tijolo, cimento, xisto e madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria de tijolo
Utilização Inicial	-	Última Utilização	-

#### Descrição Sumária

A última grande construção a ter lugar no espaço da Quinta Branca foi uma casa erguida nos primeiros anos do século XXI, imediatamente antes do início do empreendimento do Aproveitamento hidrelétrico do Baixo Sabor. Tratava-se de um conjunto edificado constituído por cercado, casa de habitação, anexo com função de garagem e de apoio às atividades agrícolas e zona de merendas coberta.

O cercado que delimitava a área construída consistia numa construção de planta poligonal, com embasamento em alvenaria ordinária de xisto, sobre o qual se ergueu um pano murário em blocos de betão.

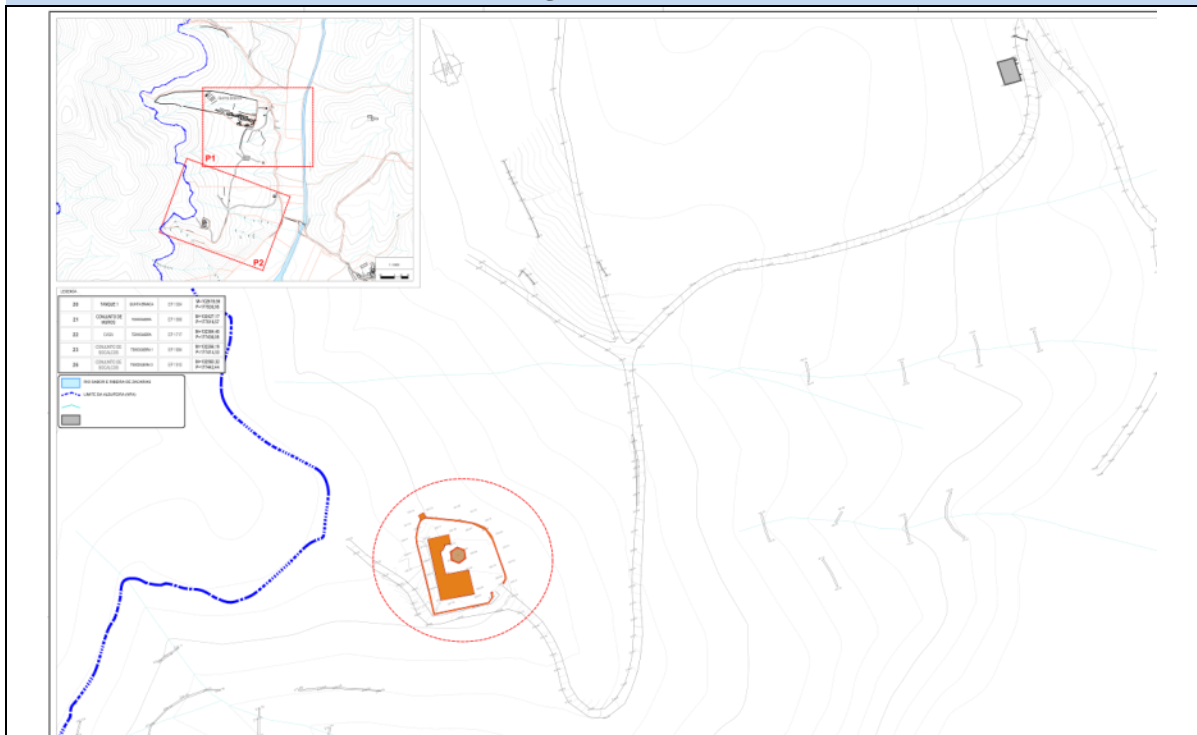
A casa de habitação e anexo constituíam um conjunto contíguo, de planta poligonal, construído em alvenaria de tijolo e cimento. O anexo e os alçados Oeste e Norte da casa, eram rebocados com argamassa de cimento e pintados com tinta plástica de cor bege amarelada. Os restantes alçados da casa, voltados ao vale, estavam revestidos por placas de xisto, simulando pano murário rústico. O anexo tinha como entrada um grande portão de zinco, de correr, pintado de verde, localizado no alçado Este, e, como janelas, quatro vãos retangulares, horizontais providos de caixilharia envidraçada, situados dois a dois, no topo dos alçados Norte e Sul, como que uma reminiscência das frestas tradicionais. O telhado, de quatro águas, revestido por *telha portuguesa*. A parte habitacional possuía entrada ao centro do alçado Este, constituída por porta em madeira protegida por telheiro sustentado por duas colunas. Esta entrada era ladeada por duas janelas com portada dupla em alumínio verde. Duas janelas semelhantes encontram-se no alçado Norte. A cobertura desta estrutura, era, também, em telha portuguesa e era desnivelada, em função dos corpos que a constituem. A zona da entrada, mais alta, possuía uma cobertura de duas águas, as partes laterais tinham coberturas de duas águas, independentes, e, necessariamente, a um nível mais baixo. O corpo a Norte tinha cobertura de uma água. No canto formado por este corpo e o precedente, existia um corpo arredondado, com telhado independente em formato de cone truncado.

A zona de merendas localizada imediatamente em frente à fachada principal da casa, a Este, correspondia a um telheiro de planta hexagonal, sobrelevado e construído na mesma tecnologia que o edifício anteriormente descrito, com o mesmo revestimento exterior recorrendo a placas de xisto. Em cada um dos lados do hexágono existia uma coluna de betão que suportava o telheiro, com a mesma forma geométrica e o mesmo tipo de telha que o restante conjunto edificado. Junto a esta estrutura, havia uma pia, em granito, circular trazida de outro local, provavelmente do núcleo central da Quinta Branca

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	64
Código de Inventário	QB-B-22

Designação	Estrutura de combustão da Quinta Branca
Tipologia	Estrutura de combustão

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Queimar cal (?)	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Ruínas daquilo que, aparentava, ser um antigo forno de cal localizado à *Olga da Mata*. Tratava-se de uma estrutura construída em alvenaria ordinária de xisto, de morfologia tendencialmente cilíndrica da qual restava a câmara de calcinação, com respetiva boca provida de cantaria. No interior ainda se encontravam vestígios de cal. A existência de uma estrutura deste tipo no contexto da Quinta Branca, poderá dever-se ao uso da cal, quer para a pintura da cor que a nomeia, quer para fins agrícolas, nomeadamente para o tratamento de vinhas, árvores de fruto e batateiras como componente da calda bordalesa.<sup>317</sup> Terá sido destruído pelas obras de extensão, para passagem de viaturas motorizadas, do caminho ribeirinho que passa junto da ruína. O inquirido FAC ainda tinha a memória da sua existência e estado antes da destruição [FAC0965, 22:10m]

<sup>317</sup> REDENTOR (2003), 39-40



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	65
Código de Inventário	QB-B-23

Designação	Ponte da Foz de Zacarias
Tipologia	Ponte

**Caracterização**

Materiais de Construção	Xisto. Betão, madeira, argamassa	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Travessia de ribeira	Última Utilização	Travessia de ribeira

**Descrição Sumária**

Quando não era possível atravessar a Ribeira de Zacarias, junto à sua foz, a vau, de modo a deslocar-se entre os núcleos da Quinta Branca e de São Gonçalo (na margem esquerda da ribeira) a travessia utilizada era uma ponte construída sobre a ribeira no decorrer da segunda metade da década de 40 do século XX.

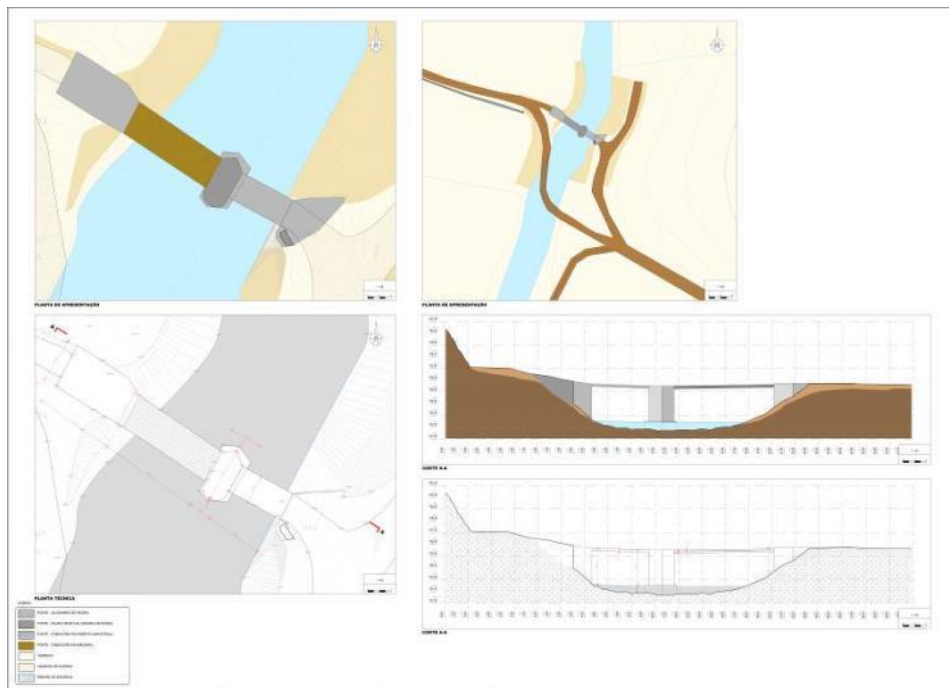
De tabuleiro plano apresentava um encontro em alvenaria ordinária de xisto, reforçados com cimento, sobretudo nos topos e bases, em cada uma das margens. Ao centro, no leito da ribeira, assente diretamente sobre o afloramento rochoso tinha um pilar, também em alvenaria ordinária de xisto, de planta hexagonal e com a sapata totalmente revestida a cimento, com um talha-mar triangular, topo encimado, e um talhante de planta semicircular ambos revestidos a cimento.

O tabuleiro, plano, era, na margem direita, em tabuado, barrotes e vigamento em zimbros reforçado por vigas e grampos em ferro e na margem esquerda em cimento.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



#### IV.5.2. São Gonçalo (SG)

O núcleo de São Gonçalo (SG) é dos três que compõem o conjunto Quinta Branca aquele com mais área e o que mais usufrui da condição de vale aberto, possuindo grandes áreas de olga, planalto e de encostas de declive pouco acentuado, morfologia concentrada em torno da foz da Ribeira de Zacarias, na sua margem esquerda. A área da olga de São Gonçalo rarefaz-se à medida que se avançava para norte, dando lugar a encostas progressivamente mais inclinadas, contrastando um pouco com a margem oposta, que, embora se desvanecendo a sua área de olga, nesta mesma direção, continua a ser um pouco mais larga. Na extremidade Norte da propriedade, a zona de olga torna-se praticamente inexistente, ao passo que a extremidade Sudeste, na margem do Rio Sabor, este tipo de terreno ocupa uma significativa parte. O limite Este da propriedade era dominado pelas elevações de Penas Ruivas e Cabeço do Aguilhão, chegando aos 400m de altitude, tornando-se as suas encostas bastante declivosas.



**Foto 18:** núcleo de São Gonçalo visto desde a margem esquerda do rio Sabor.

Localizado na margem esquerda da ribeira de Zacarias, tem o seu limite nascente no topo do Cabeço do Aguilhão e no *Caminho do Santo*, que segue para o santuário de Santo Antão da Barca, ou seja, é coincidente com o termo da freguesia de Cerejais. O limite Norte faz-se pelas encostas do ribeiro da Cachoêda, entrando, deste modo, dentro dos limites da freguesia de Sendim da Ribeira. A sul o limite era o rio Sabor e a ponte a ribeira de Zacarias e, conseqüentemente, o núcleo da Branca. É, como já vimos, a mais extensa propriedade do conjunto, possuindo o somatório das suas parcelas um total de 302,824ha.

O seu edificado central, muito alterado (pouco criteriosamente) e, possivelmente, ampliado em época contemporânea, expõe uma configuração desordena e caótica, onde as construções não se apresentam alinhadas entre si ou organizadas em torno de um

ponto central [RODRIGUES 2013:32], mas dispendo-se numa lógica de ocupação de espaço disponível e de proximidade, sem grande qualidade de construtiva. Tais características podem ser sintomáticas de aqui não haver memória, relatos ou documentação que aponte para que alguma vez tenha sido habitado pelos senhores da propriedade.



**Foto 19:** núcleo de São Gonçalo visto desde o Cabeço do Aguilhão.

Implantada em zona plana, muito próximo das margens do rio e da ribeira, onde a chegada das cheias era frequente, compunha-se de estruturas habitacionais, de um forno e, sobretudo, de locais e construções ligadas à criação de animais.

Para além do aglomerado construído acima referido, poucas mais construções existiam na área deste núcleo: uns poucos socalcos e as ruínas de um forno telheiro.

**IV.5.2.1. (Núcleo de) São Gonçalo: fichas de inventário**

## Listagem do património edificado inventariado

<b>Código de Inventário</b>	<b>Nº Localização Geográfica</b>	<b>Tipo de Ocorrência</b>	<b>M (datum73)</b>	<b>P (datum73)</b>
QB-SG-01	66	Habitação	102925,37	177244,12
QB-SG-02	67	Habitação	102979	177252,66
QB-SG-03	68	Curriça	102969,85	177242,1
QB-SG-03	68	Casebre	102971,03	177248,67
QB-SG-03	68	Habitação	102963,28	177251,96
QB-SG-04	69	Curriça + casebre	102971,96	177264,39
QB-SG-04	69	Curriça + casebre	102973,48	177258,89
QB-SG-05	70	Curriça	102973,55	177290,1
QB-SG-06	71	Armazém	102937,57	177279,78
QB-SG-07	72	Forno telheiro	103066,48	177063,15
QB-SG-08	73	Curriça	102973,71	177819,02
QB-SG-08	73	Charca	102898,89	177906,2
QB-SG-09	74	Muro e Socalco	103259,65	177585,49
QB-SG-09	74	Muro e Socalco	103381,44	177726,99
QB-SG-09	74	Muro e Socalco	102849,83	178752,71
QB-SG-09	74	Muro e Socalco	103681,88	176957,14
QB-SG-09	74	Muro e Socalco	102940,65	177258,21

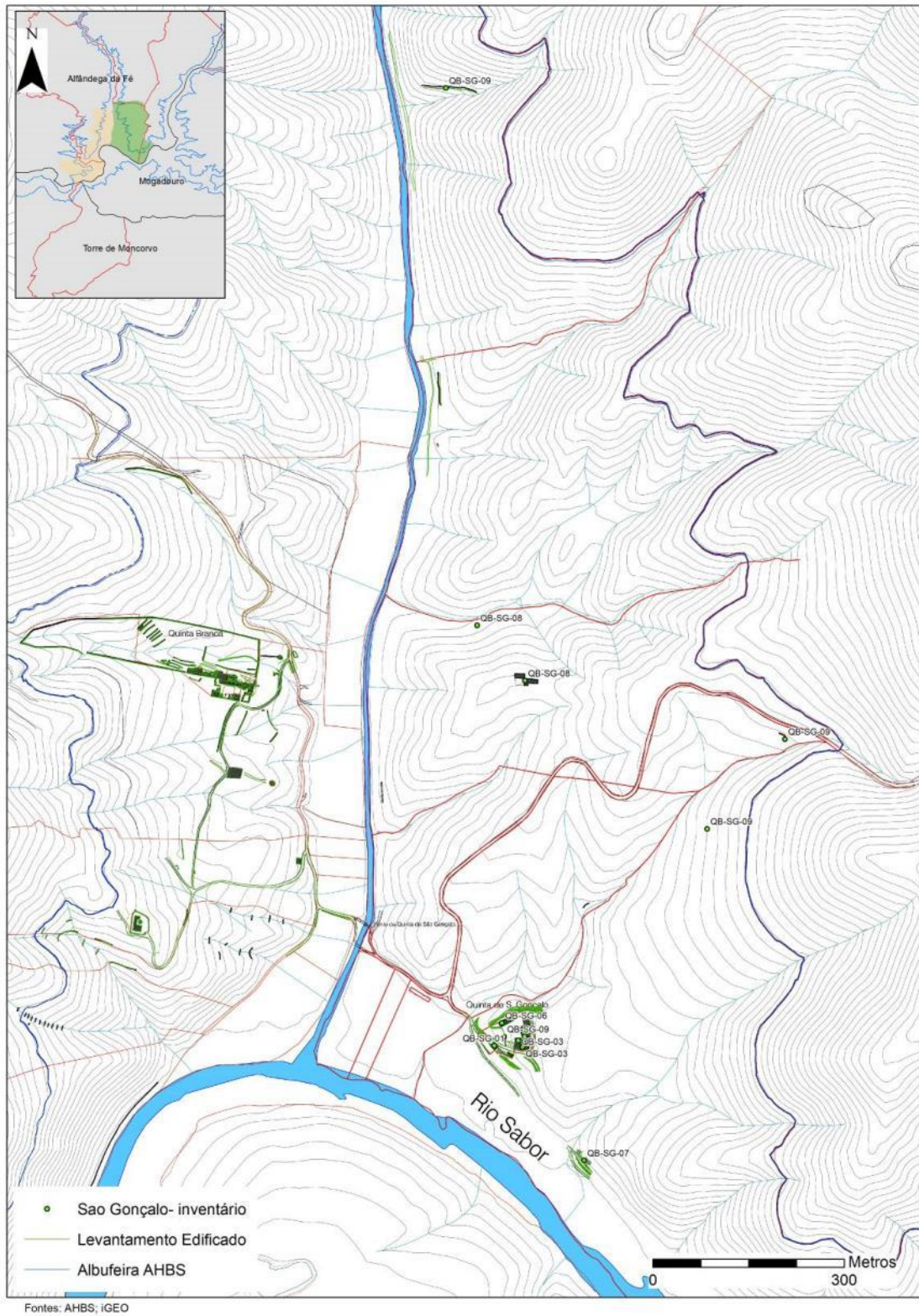


Figura 20: São Gonçalo (SG) – levantamento arquitetónico com a respetiva marcação de Código de Inventário.

Número de Localização Geográfica	66
Código de Inventário	QB-SG-01

Designação	Casa 1 de São Gonçalo
Tipologia	Habitação

Caracterização			
Materiais de Construção	Xisto, quartzito, madeira, tijolo, cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Habitação	Última Utilização	Abandonado

Descrição Sumária
<p>Edifício mais a sudoeste do núcleo central construído de São Gonçalo, não se encontrando fisicamente ligado a qualquer outro. Tratava-se de uma casa, com rés-do-chão e 1º andar, o superior para habitação e o inferior para animais.</p> <p>Alvo recente de obras de restauro através da utilização de materiais e técnicas industriais: placa em vigamento de cimento e tijolo, reboco das paredes interior com cimento, chaminé e chupão em tijolo e cimento e telhado totalmente reconstruído com estrutura em madeira e telha marselha.</p> <p>A casa, como a podemos observar, foi erguida com recurso a alvenaria de pedra seca de xisto e alguns blocos de quartzito, sem que os elementos estruturais como cunhais e ombreiras se destaquem do restante aparelho.</p> <p>Tinha a entrada, à qual se acedia através de um pátio cimentado, junto do qual se encontram <i>pias</i> escavadas no afloramento, para o piso superior orientada a sudeste, com porta de chapa metálica, de uma folha, soleira em cimento e padieira em madeira. O interior deste piso apresentava-se de uma única divisão com sua lareira na parede sudeste. Com três janelas: duas na parede noroeste, cada uma das quais ladeadas no exterior por duas plataformas, poiais, em xisto, e uma na parede sudoeste (aquela virada ao rio Sabor) todas com moldura e estrutura metálica e vidro e duas folhas.</p> <p>O acesso ao piso inferior fazia-se através de duas portas, uma metálica no alçado nordeste e uma em madeira no alçado noroeste. O interior era composto de uma divisão, de pé direito muito baixo, parcialmente escavada na rocha e utilizada como arrecadação.</p>



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	67
Código de Inventário	QB-SG-02

Designação	Casa 2 de São Gonçalo
Tipologia	Habitação

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, tijolo, cimento, madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Habitação	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Construção em alvenaria ordinária de xisto, com rés-do-chão e 1º andar, respetivamente, loja e habitação. Com cobertura, em telha de canudo, de duas águas.

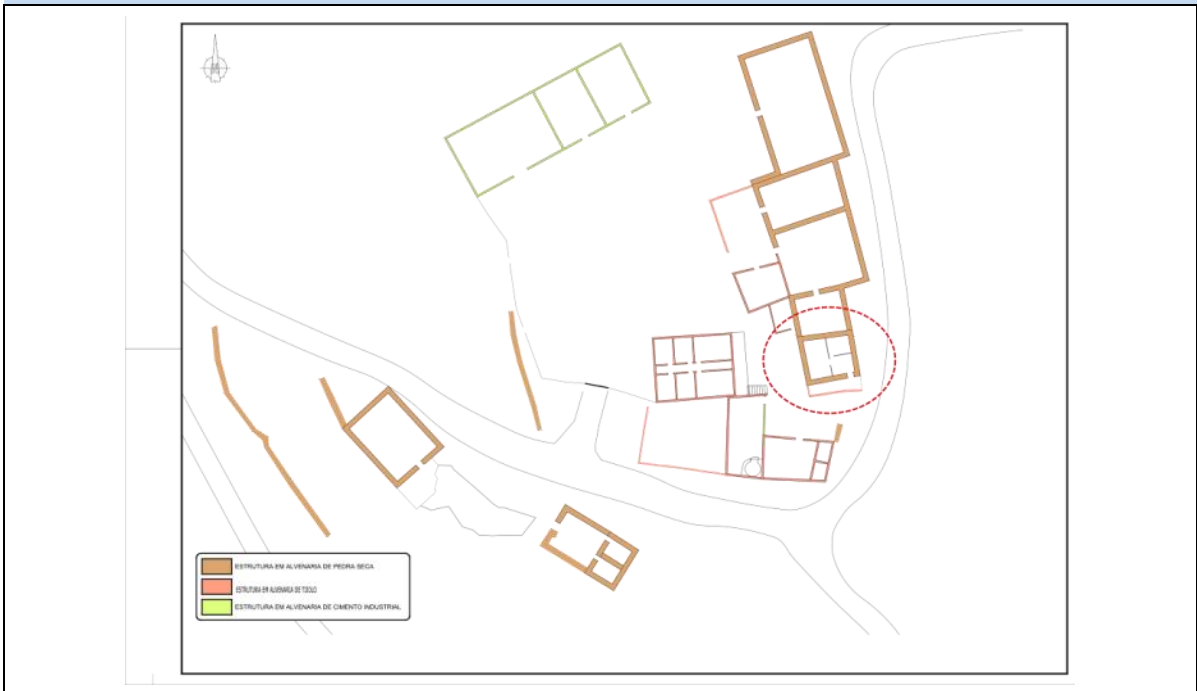
A entrada, rasgada no alçado Sul, fazia-se através de uma varanda, erguida em tijolo industrial e cimento já no decorrer da década de 1960, pois, até aí o acesso à casa era feito através de uma escada em madeira como se encontrava ainda presente na memória oral de um antigo habitante. A porta, de uma folha, era em madeira. No interior apresentava três divisões obtidas através de paredes em tabique simples: um vestíbulo, a cozinha no canto NE onde se podia observar a área de lareira/fogo (lar) já com o chupão e a chaminé construídos em tijolo, um escano e fumeiro e, por fim, uma divisão mais ampla que ocupava toda a parede poente da casa. O piso era sobrado. Para além da entrada tinha, apenas, mais um vão, uma janela, também na parede Sul, resgada muito provavelmente aquando da construção da varanda pois o seu parapeito e parede sob este é em tijolo e não em alvenaria de xisto como a restante construção, que permite a entrada de luz na divisão mais ampla (provavelmente utilizada com o quarto).

O acesso à loja fazia-se através de uma entrada na parede poente, sem soleira e com padieira em laje de xisto e madeira. A porta, em madeira, de uma única folha tinha o seu gonzo encaixado na base através de uma laje saliente da parede com orifício e no topo em orifício aberto na madeira da padieira e, pelo modo como estava encaixada, teve de ser colocada aquando da construção da casa ou substituição do madeiramento da padieira. No interior tinha apenas uma divisão com uma manjedoura em tijolo encostada e preenchendo toda a parede nascente.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



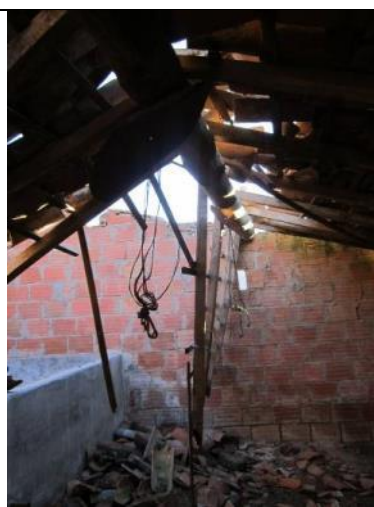
Número de Localização Geográfica	68
Código de Inventário	QB-SG-03

Designação	Casa 3 de São Gonçalo
Tipologia	Habitação

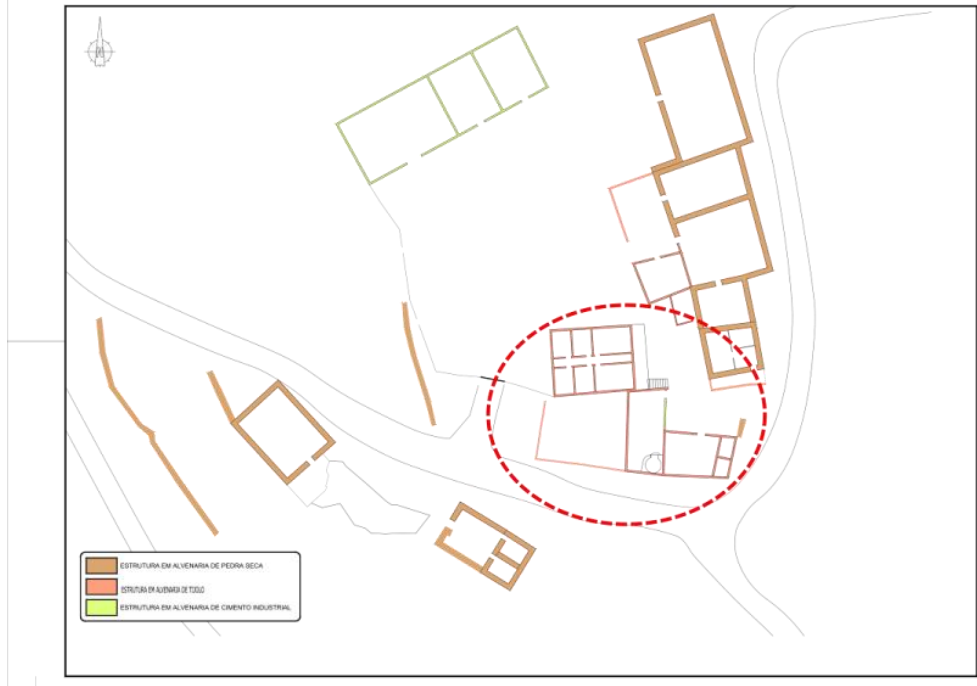
Caracterização			
Materiais de Construção	Tijolo, betão, bloco de cimento, xisto e madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria de tijolo
Utilização Inicial	Habitação	Última Utilização	Abandonado

Descrição Sumária
<p>Um dos exemplos de edifícios da última fase de investimento construtivo, na segunda metade da década de 1960.</p> <p>Construção de rés-do-chão e 1º andar, habitação e loja/armazém respetivamente, em tijolo industrial e bloco de cimento sem qualquer reboco nos paramentos exteriores, com três anexos: casa de forno, pocilga e adega, encostados à habitação pelo lado sul, e um pequeno cercado para cultivo de hortícolas.</p> <p>O acesso ao piso superior, pelo lado nascente, fazia-se através de escadas em cimento e de um pequeno alpendre sob o qual se guardava lenha. Tinha seis divisões: uma sala, 4 quarto e uma cozinha. Na cozinha há que destacar a área de fogo, com o respetivo chupão e chaminé, e os paus para o fumeiro no teto junto da mesma. O piso inferior, com as entradas a norte, consistia em duas divisões: uma para armazém e garagem e outra para os animais. A cobertura era uma placa de cimento revestida com telhado de duas águas e telha marselha.</p> <p>Junto do alçado sul existia um pequeno cercado, delimitado por um muro de tijolo e vinha, no interior do qual era cultivada a horta da casa.</p> <p>Encostado, pelo sul, à casa que temos vindo a descrever existiam três construções, em tijolo e bloco de cimento, contemporânea da mesma: um forno, cujo edifício é em bloco e tijolo com telhado, em fibrocimento, de uma água com pendente para poente, enquadra-se no tipo de forno, utilitário, a lenha da região, ou seja, de planta tendencialmente circular construído com recurso a alvenaria ordinária, no caso de xisto e as lajes da boca em granito e a cobertura, em falsa cúpula, obtida com recurso a telha, lascas de xisto e argamassa de cal. No interior a sua base era em tijolo burro e as paredes revestidas com argila. Foi construído, tal como a casa, por um pedreiro de Cerejais de nome Apolinário contratado por Abreu Feijó e ali tudo se cozia: bolos, folares, carne, batatas, mas o que mais ali se preparava era pão, levava 18 pães, que coziavam várias vezes por semana para alimentar a casa, os pastores, os jornaleiros e animais [inquérito oral: MGBFM1368, 10:12m; 20:43m]. Antes de construído o forno “ (...) <i>íamos a cozer o pão à quinta de lá, à Quinta Branca</i>”.</p> <p>Encostado ao forno, a sul, a construção em tijolo, já com o telhado derrubado que ali se podia observar, tratava-se de uma pocilga. A nascente deste, igualmente em tijolo, com telhado de uma água parcialmente derrubado, encontrava-se outro corpo edificado, designada pela inquirida que temos vindo a citar como <i>a adega</i>, onde, nos contou, que as duas pias em cimento existentes no seu interior eram as tulhas para guardar o cereal da casa, maioritariamente trigo, depois de malhado [MGBFM1368, 15:50m]. Era também neste local, numas estruturas rudimentares, pendentes do travejamento do telhado, em arame e latão que se secavam os queijos feitos na quinta: [17:30m] “isto era para secar o queijo. Quando fazíamos o queijo púnhamos umas tábuas aí de arames a arames e depois púnhamos aquela lata que era para eles (ratos) não descerem. 18:20m “Depois o queijo aqui é que secava bem na telha.”</p>

Registo Fotográfico



Registo Gráfico



Número de Localização Geográfica	69
Código de Inventário	QB-SG-04

Designação	Palheiros, curriça e casebre de São Gonçalo
Tipologia	Curriça + casebre

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, tijolo, argila, madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Apoio às atividades agro-pastoris; abrigo de pessoas, animais, bens e alfaías	Última Utilização	Currais

#### Descrição Sumária

Encostado ao alçado norte da Casa 2 (QB-SG-02), desenvolvia-se um complexo construído em alvenaria de pedra seca da despedrega em xisto e alguns blocos de quartzito, com uma média de 40cm de espessura das paredes, parcialmente arruinado, composto por três palheiros e uma curriça (C1a, C1b, C2 e C3).

Os três palheiros encostavam-se, como já se afirmou, à Casa 2 de São Gonçalo, mas as suas características construtivas levam-nos a apontar diferentes momentos de construção. O mais antigo será aquele que encosta à casa (C1b), e era, igualmente, o que se encontrava em pior estado de conservação – sem telhado e cheio de entulho no inteiro. Com vão para a admissão da palha no alçado nascente, tal como os outros dois, e em planta apresenta-se no seguimento e com a mesma orientação da casa. O acesso ao seu interior, com a configuração atual do edificado, e aquela que desde sempre é a conhecida na memória dos nossos inquiridos, é apenas possível através do palheiro maior (C1a), por um vão orientado a norte, o palheiro “*não tinha porta para a rua*” [MGBFM1368, 11:47m]. O telhado seria de uma água com pendente sul-norte.

O palheiro ao centro (C1a) tratava-se de uma construção cujas paredes encostam ao alçado norte do anterior. Com o telhado, de duas águas, parcialmente derrubado, tinha a sua fachada principal em continuidade com a do anterior e da Casa 2 mas os alçados laterais com maior comprimento (profundidade) que os das construções anteriores. O aceso ao seu interior efetuava-se por poente e foi reduzido em largura, em parte com recurso a tijolo. A norte deste, divididos por uma parede em alvenaria de pedra seca parcialmente derrubada, existia um outro compartimento com características semelhantes – C2 - sem que haja comunicação interna entre ambos. A entrada fazia-se, também, por poente e nela havia ainda uma porta em madeira. A cobertura de C1a e C2, conseguida através de um telhado de uma água, com pendente para poente, estava derrubada, praticamente, na sua totalidade. A telha utilizada era a meia-cana.

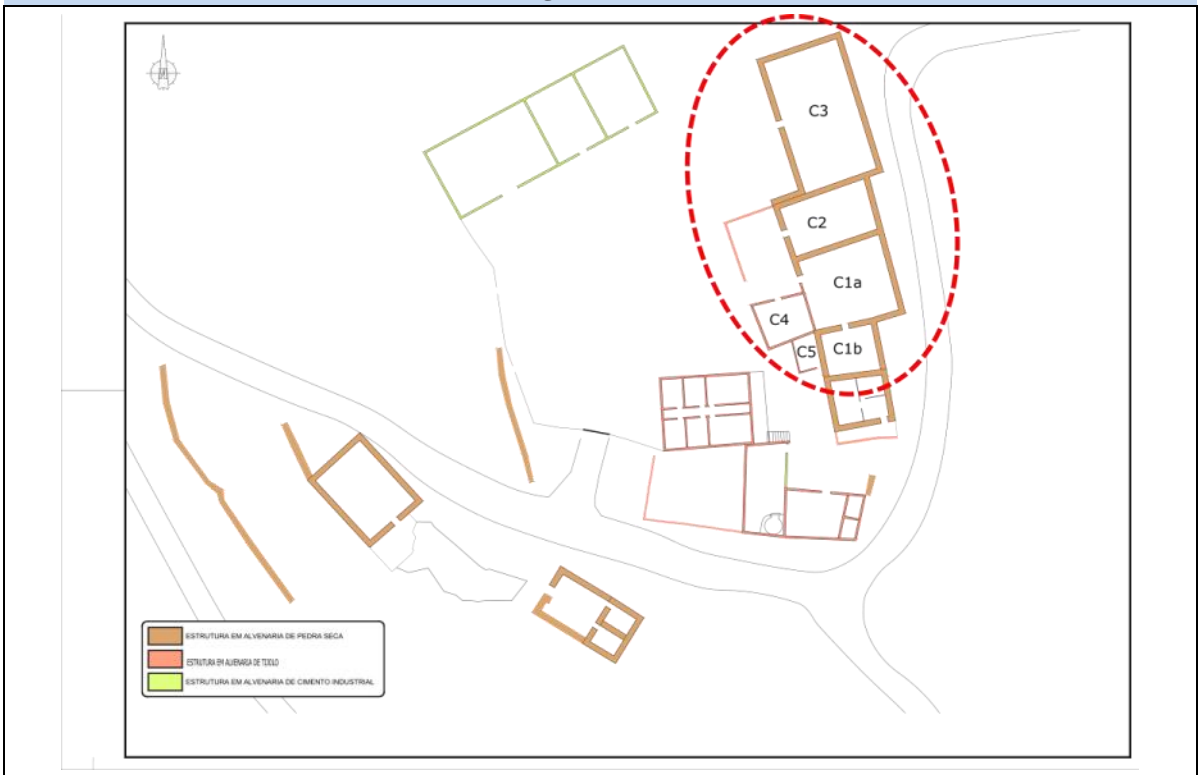
Ao corpo edificado que compunha os dois palheiros descritos encostava, a norte, um outro (C3). Tratava-se de uma curriça para guardar gado (ainda em utilização aquando da realização dos trabalhos de campo), em alvenaria de material e construção semelhante à dos edifícios anteriores, coberta com telhado de duas águas, de telha meia-cana, ainda intacto, uma única entrada no alçado poente estando este, parcialmente, argamassado. O seu interior não apresenta quaisquer divisões. A continuação da sua utilização explica o seu melhor estado de conservação, e há memória da sua utilização, para além da de recolha do gado (ovelhas) e da cabrada, como espaço para lá ficar gente (pastores e jornaleiros) a pernoitar e, em casos de maior carência económica, viver [MGBFM1368, 23:35m].

De construção mais recente, em alvenaria de tijolo industrial, são os dois corpos edificados – C4 e C5 - que ficavam encostados ao alçado poente de C1. Eram, respetivamente, um casebre, onde por vezes ficava gente a dormir ou servia de arrumos, e um galinheiro. São de construção contemporânea à da Casa 3 (QB-SG-03).

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	70
Código de Inventário	QB-SG-05

Designação	Curral de São Gonçalo
Tipologia	Curral

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto, quartzito, madeira, cimento
Utilização Inicial	Abrigo e recolha de animais

Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Última Utilização	Pocilga

#### Descrição Sumária

A sudeste da Casa 1 de São Gonçalo (QB-SG-01), encontra-se uma outra construção, que inicialmente seria apenas em alvenaria de pedra seca de xisto e quartzito, mas que à data do registo, visando a sua manutenção, tinha já algumas intervenções em cimento como o reboco exterior e o ligante do telhado. De planta retangular e área reduzida, tinha, encostado ao seu alçado NO, um muro que fazia um cercado, criando, deste modo, uma construção cuja função mais antiga conhecida era a de pocilga [MGBFM1368, 06:08m].

Com telhado de uma água, com pendente para SO, e apenas um piso, encontrava-se diretamente implantado sobre o afloramento rochoso que não foi, sequer, regularizado no interior do cercado. Vãos e cunhais não são distintos do restante aparelho e a entrada, sem porta, fazia-se por dois vãos no alçado NO. Cada um destes vãos dava acesso a uma divisão, exígua, no interior, cuja separação (não são comunicantes) se obtia através de uma parede em alvenaria de pedra seca em xisto que não se prolongava até à atura da cobertura.

O muro do cercado, em alvenaria de pedra seca da despedrega de xisto, apresentava a particularidade de ter um capeamento em meia cana conseguido colocando lajes de xisto horizontalmente sobre o muro.



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	71
Código de Inventário	QB-SG-06

Designação	Armazém de São Gonçalo
Tipologia	Armazém

#### Caracterização

Materiais de Construção	Bloco de cimento
Utilização Inicial	Armazém

Técnica(s) Construtivas	Alvenaria de bloco
Última Utilização	Armazém

#### Descrição Sumária

Trata-se da construção que delimitava, a norte, o núcleo central construído de São Gonçalo. Consistia num armazém construído em bloco de cimento, cuja edificação ter-se-á dado entre o final da década de 1980 e o início da de 1990, pois, encontra-se já representado na CMP da década de 90 do século XX. Compunha-se por três divisões, todas com entrada individualizada, no seu alçado sul. O telhado era de duas águas com telha marselha e fibrocimento e a utilização, até à sua destruição no decorrer do mês de Novembro de 2013, era a de curral e armazém de alfaiais e maquinarias várias.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	72
Código de Inventário	QB-SG-07

Designação	Forno Telheiro de São Gonçalo
Tipologia	Forno telheiro

Caracterização			
Materiais de Construção	Xisto, tijolo, argila	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria ordinária
Utilização Inicial	Cozer telha	Última Utilização	Abandonado

Descrição Sumária
<p>O forno telheiro, ou mais concretamente as ruínas do mesmo, encontrava-se a sudeste do núcleo central da quinta de São Gonçalo, muito próximo do leito do rio Sabor. A ele se chegava através de um caminho de terra batida cujo alargamento, para aceder à área florestada daquela encosta do Aguilhão em viatura automóvel, terá sido um dos principais contribuidores para o quase total estado de ruína do mesmo.</p> <p>A sua construção é anterior à de qualquer memória dos nossos inquiridos, e até a sua utilização se encontra na memória de muito poucos. Um deles, conta-nos, que antigamente naquele forno se fazia telha de canudo e que o barro era retirado de barreiros próximos ao forno [FAC0958, 39:00 a 40:00m].</p> <p>Em avançado estado de destruição, deste forno telheiro restava somente a parede encostada à encosta e afloramento rochoso, parte da grelha em tijolo refratário furado, sobre o qual se colocavam as telhas já moldadas e empilhadas, e da camara de cozedura, pelo que, as suas reais dimensões e morfologia, foram impossíveis de definir. Com as paredes construídas em alvenaria ordinária de xisto e argamassa de argila como ligante e revestimento interior em argila, a camara de combustão e estrutura de sustentação da grelha eram obtidas através de toscos arcos construídos com lajes de xisto e argila como ligante.</p> <p>Este forno encontra paralelo, quanto à tipologia, cronologia e funcionalidade no Forno telheiro de Crestelos (nº inventário 30), na margem esquerda do Rio Sabor, e, tal como este, cremos, destinar-se-ia a uma produção de telha para autoconsumo da quinta (Branca, São Gonçalo e Santa Eufémia), para responder a necessidades como a construção de novos edifícios, e a reparação de telhados, quer tenha sido em grandes campanhas, no âmbito de uma expansão construtiva da quinta ou reconstruções motivada por catástrofe, ou, em momentos pontuais, de simples manutenção. Terá sido desativado pela preferência da telha industrial de tipo “marselha” que se pode observar em muito edifícios dos núcleos centrais e suas imediações, ou pelo esgotamento dos barreiros.</p>

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



São Gonçalo: inventário [Anexo IV]

Número de Localização Geográfica	73
Código de Inventário	QB-SG-08

Designação	Conjunto de curriças de São Gonçalo
Tipologia	Curriça

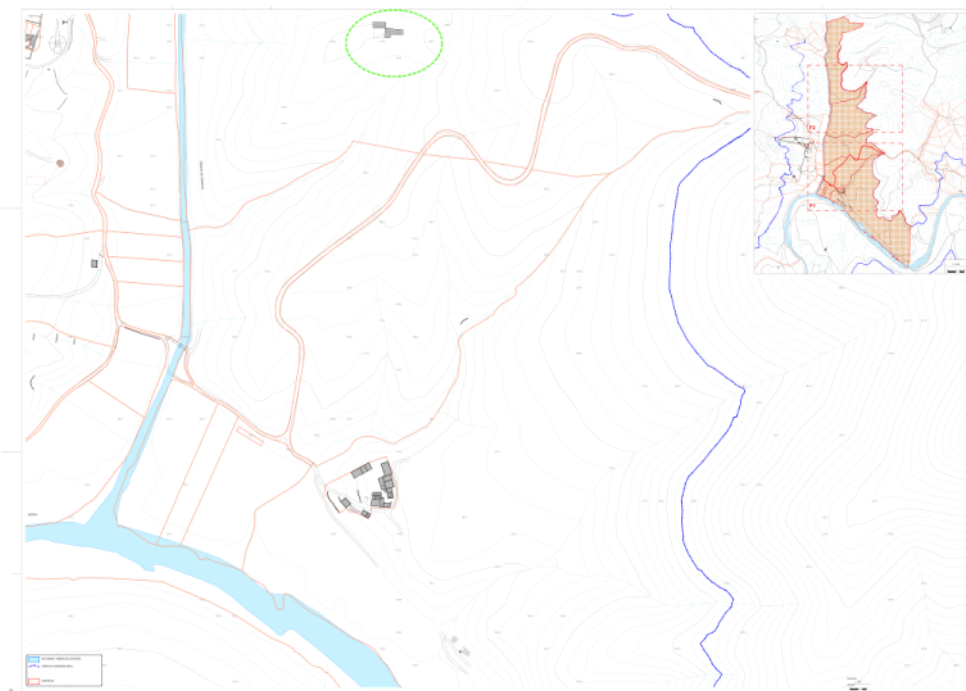
Caracterização				
Materiais de Construção	Tijolo industrial, betão		Técnica(s) Construtivas	Alvenaria de tijolo
Utilização Inicial	Guarda e recolha de animais		Última Utilização	Guarda e recolha de animais

Descrição Sumária
<p>Conjunto de curriças, cercado e armazém erguidos em tijolo e bloco, e uma charca para retenção de água onde os animais poderiam beber, situadas numa pequena elevação de uma área conhecida por <i>Seixagal</i>. Aqui eram guardados parte dos rebanhos ovelhas e cabras que, durante o levantamento, tivemos a oportunidade de observar.</p> <p>Tratava-se de um investimento construtivo contemporâneo daqueles efetuados no mesmo material de construção do núcleo central da quinta (QB-SG-03)</p>

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	74
Código de Inventário	QB-SG-09

Designação	Muros e Socalcos de São Gonçalo
Tipologia	Muro e socalco

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Armação de terreno; delimitação	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Como unidade de produção agrícola que foi o núcleo de São Gonçalo (embora em momento subjugada a um conjunto maior que tinha como *terra tenente* a Quinta Branca) encontrava-se dotada, embora a tenhamos identificado já muito alterada e quase insistente, fruto da surribo mecânica dos seus terrenos e encostas, de um rede de caminhos, áreas de cultivo e de abastecimento, contenção e retenção de água para rega complexos. Esta rede deixou-nos, como principais testemunhos materiais construídos, os muros e socalcos em alvenaria de pedra seca (xistos e quartzitos) que pautavam a paisagem, definindo e criando áreas e leiras de cultivo ou para recolher animais, delimitando espaços, suportando os caminhos, encanando, desviando e orientando as linhas e pontos de captação de recursos hídricos.

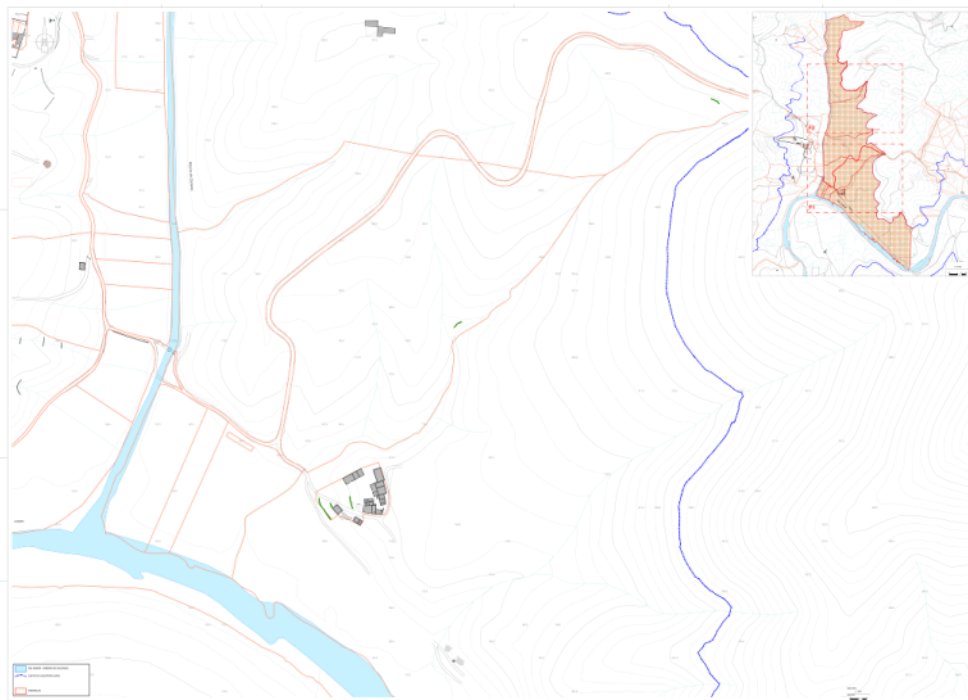
Eram estas as benfeitorias, e a sua construção, manutenção e abandono ou destruição, um dos reflexos mais evidentes das dinâmicas produtivas na propriedade.



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



### IV.5.3. Santa Eufémia (SE)

A frente ribeirinha do núcleo de Santa Eufémia (ou do Badalo) era marcada por uma grande olga que se estende desde a foz da ribeira do Calvário, junto de um meandro do rio Sabor, onde se encontrava instalado o extenso *Olival da Santa* a uma altitude de c. de 150m. A restante morfologia do terreno da Quinta do Badalo distinguia-se pela presença de elevações e pequenos vales que lhe conferiam um aspeto recortado, com zonas de muito difícil acesso, tendo a elevação mais alta, no limite oeste, c. de 440m. No vale formado pela passagem da principal linha de água deste núcleo a desaguar no Rio Sabor, instalou-se o núcleo central construído, a c. de 300m de altitude, e uma horta murada, chamada pelos locais de *Horta do Avô*.



**Foto 20:** vista para o núcleo de Santa Eufémia desde a Trapa (margem esquerda do rio Sabor): destaca-se, à direita, o Olival da Santa.

Ao contrário dos outros dois núcleos, este era provido de poucos cursos de água de caudal, mais ou menos, permanente.

O seu limite, parcial, a norte estava na margem direita da ribeira do Calvário, a sul e nascente no rio Sabor e a poente, e restante limite norte, pelos cabeços sobranceiros que rodeiam o núcleo central habitacional da quinta. Compõe-se de uma única parcela predial que totalizava os 99,9025ha.

O seu edificado central compõe-se apenas de três construções [RODRIGUES 2013:29], dispersas, que não ficaram submersas, e o restante território apresentava-se com o terreno armado em patamares.

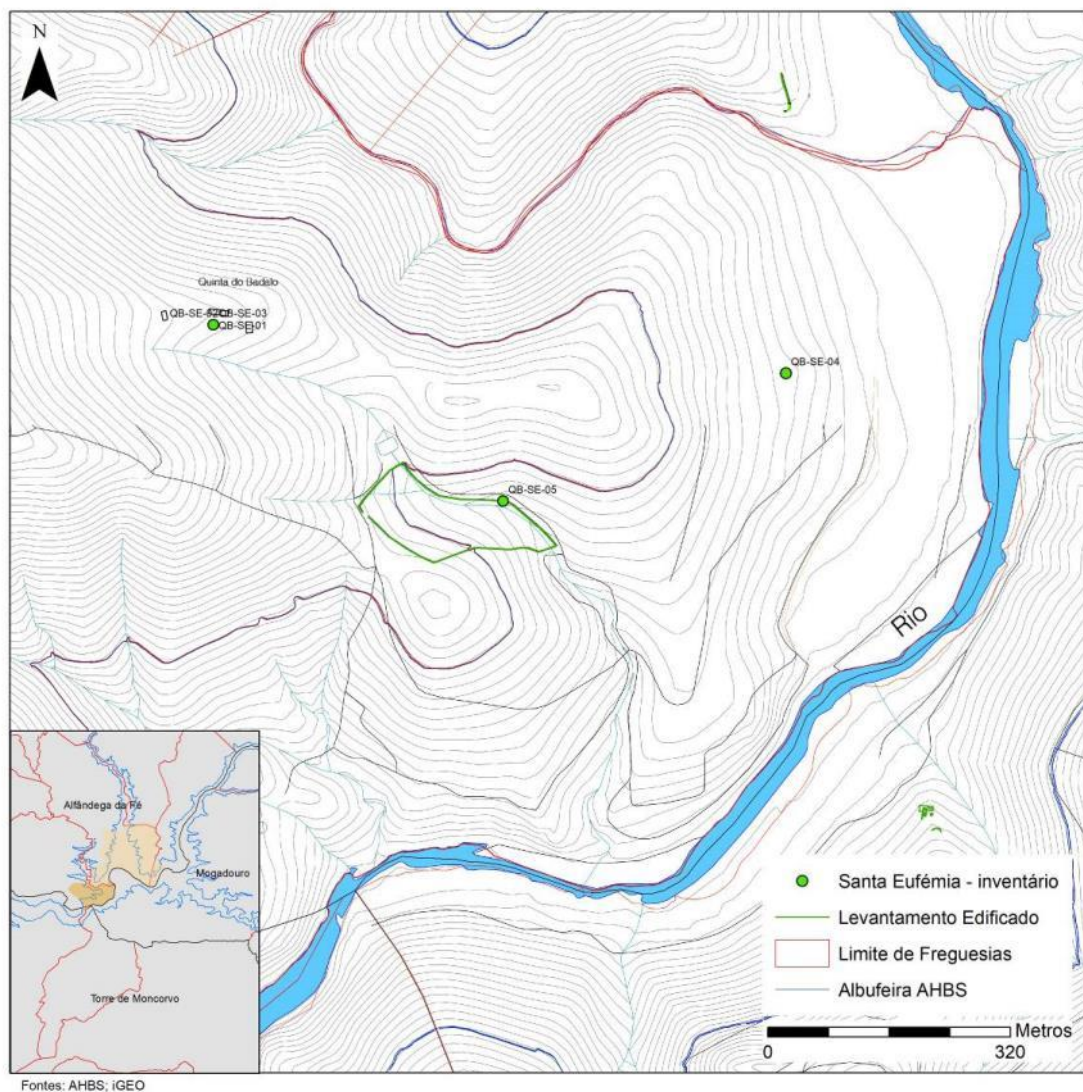


**Foto 20:** edificado central de Santa Eufémia, vista geral

**IV.5.3.1. (Núcleo de) Santa Eufémia: fichas de inventário**

Listagem do património edificado inventariado

<b>Código de Inventário</b>	<b>Nº Localização Geográfica</b>	<b>Tipo de Ocorrência</b>	<b>M (datum73)</b>	<b>P (datum73)</b>
QB-SE-01	75	Habitação	101431,93	176140,48
QB-SE-02	76	Curral	101431,93	176140,48
QB-SE-03	77	Casebre	101431,93	176140,48
QB-SE-04	78	Tanque	102187,35	176076,57
QB-SE-05	79	Muro	101814,32	175907,65



**Figura 21:** Santa Eufémia (SE) – levantamento arquitetónico com a respetiva marcação de Código de Inventário

Número de Localização Geográfica	75
Código de Inventário	QB-SE-01

Designação	Casa de Santa Eufémia
Tipologia	Habitação

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto; madeira; quartzitos; argila	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Habitação; guarda de animais	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Construção central daquelas que compõem o núcleo central construído de Santa Eufémia.

Em alvenaria de pedra seca de xisto, com alguns blocos de quartzito, e vestígios de argamassa (argila) de revestimento na face interior dos paramentos. Consiste numa construção de planta retangular, de apenas um piso, com duas divisões e dois compartimentos anexos: um forno e vestíbulo de acesso ao mesmo.

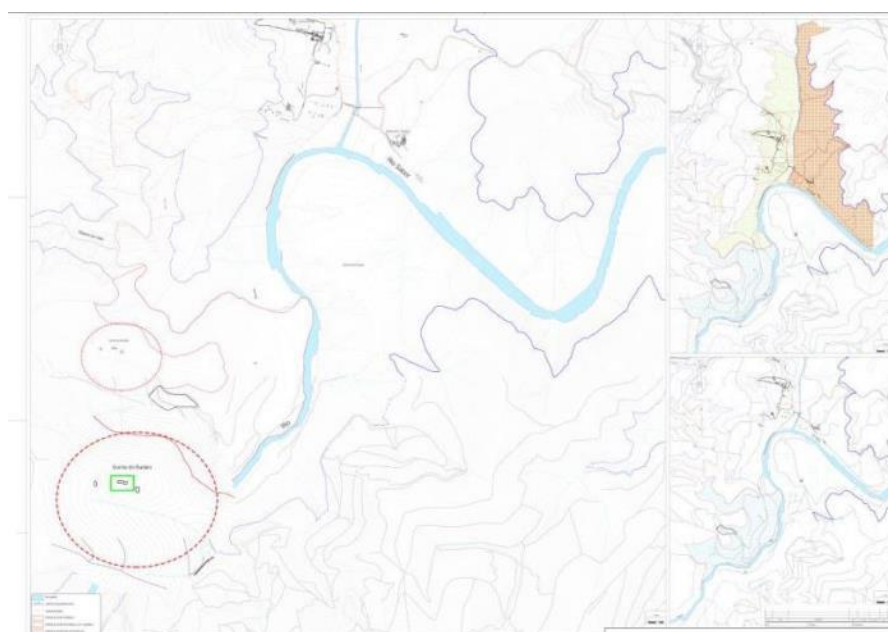
O edifício, de habitação, compunha-se, como acima mencionado, por duas divisões amplas, cuja cobertura seria de duas águas com telha tipo canudo. A mais antiga, e com maior área, com entrada orientada a norte e, pelas características do seu interior onde se podem observar pilheiras e a base em alvenaria para manjedoura, tratava-se de um curral. Encostada a esta, através do alçado nascente, existe uma outra divisão, não comunicante com a 1ª, que se trataria da habitação. Com a entrada, igualmente, orientada a norte e uma janela no mesmo alçado, o seu interior encontra-se coberto pelo derrube do telhado pelo que não foi possível a identificação da área do lar.

Anexado à divisão que terá servido como a habitação, encontra-se um forno, de planta redonda e cobertura em falsa cúpula revestida, internamente, com telha de meia-cana. A boca do forno encontra-se orientada a sul e apenas está acessível através de uma outra construção (vestíbulo/casebre) anexa à casa e ao forno, com a entrada orientada a nascente e telhado de uma água, cuja última utilização foi a de abrigo de pastor como atestam os vestígios materiais ainda ali presentes, tornando-a, ao mesmo tempo, na última construção a ser abandonada do complexo.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	76
Código de Inventário	QB-SE-02

Designação	Curral de Santa Eufémia
Tipologia	Curral

#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto; madeira	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Recolha de animais	Última Utilização	Abandonado

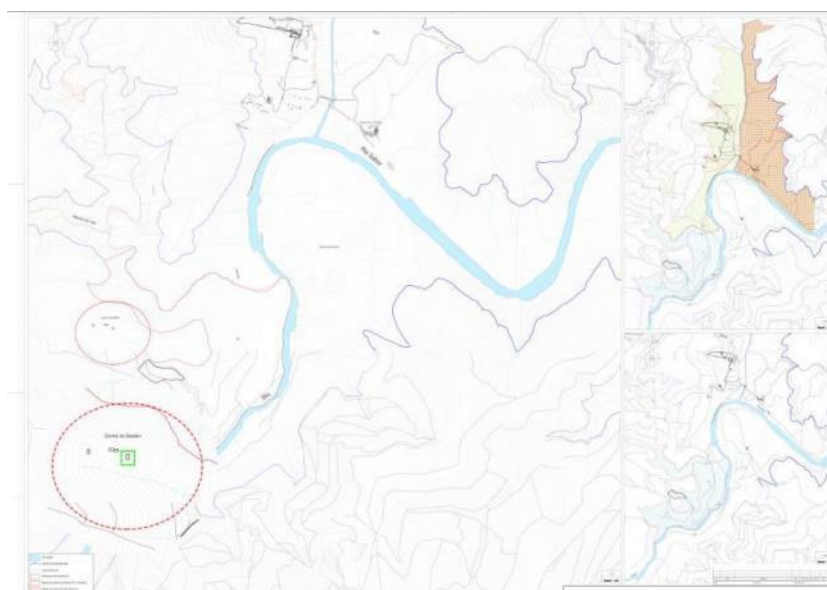
#### Descrição Sumária

A sul, da casa do núcleo, encontravam-se as ruínas de um curral em alvenaria de pedra seca de xisto da despedrega com a intrusão de alguns blocos e fragmentos de quartzito no seu aparelho, cujas paredes assentam diretamente sobre o afloramento rochoso. Tratar-se-ia de uma construção com cobertura de duas águas destinada à recolha de animais (rebanho) [FAC0958, 14:20m], com a entrada, atual, orientada a nascente, cuja padieira é em madeira, e uma outra (emparedada) a norte. O seu interior apresenta-se amplo e sem qualquer elemento construtivo de relevo.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	77
Código de Inventário	QB-SE-03

Designação	Casebre de Santa Eufémia
Tipologia	Casebre

Caracterização			
Materiais de Construção	Xisto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Guarda de animais	Última Utilização	Abandonado

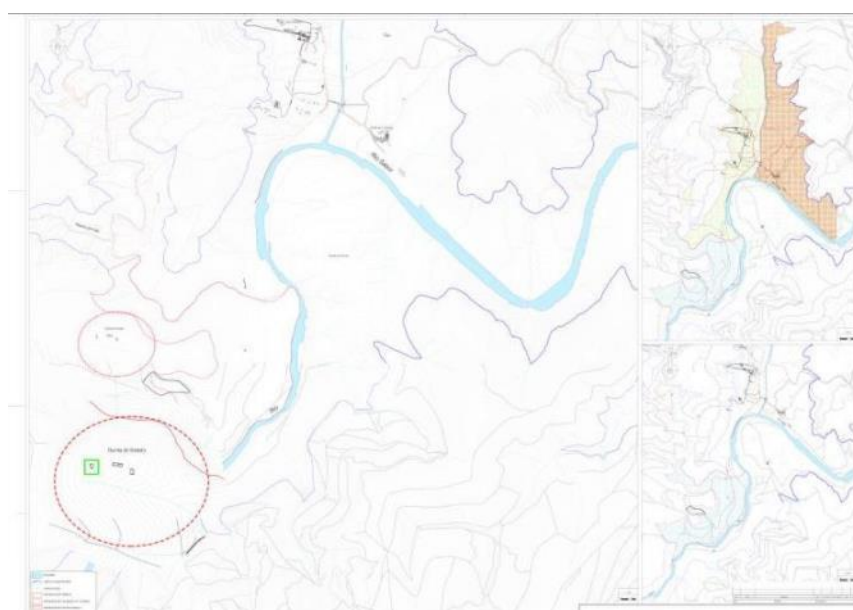
Descrição Sumária
<p>A poente da casa do núcleo encontravam-se as ruínas de uma construção de planta retangular e de menor área que as restantes. Praticamente, apenas com as fiadas de base, em alvenaria de pedra seca, encontrava-se já assinalada na CMP 1:25000 de década de 1940 como ruína, pelo que a sua génese e funcionalidades são muito difíceis de aferir, no entanto, um dos inquiridos afirma que ali guardava (o <i>Badalo</i>) uma junta de boi [FAC0958, 14:20m].</p>



**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	78
Código de Inventário	QB-SE-04

Designação	Tanque de Santa Eufémia
Tipologia	Tanque

**Caracterização**

Materiais de Construção	Bloco de cimento	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria de bloco
Utilização Inicial	Rega; apoio agrícola	Última Utilização	Rega; apoio agrícola

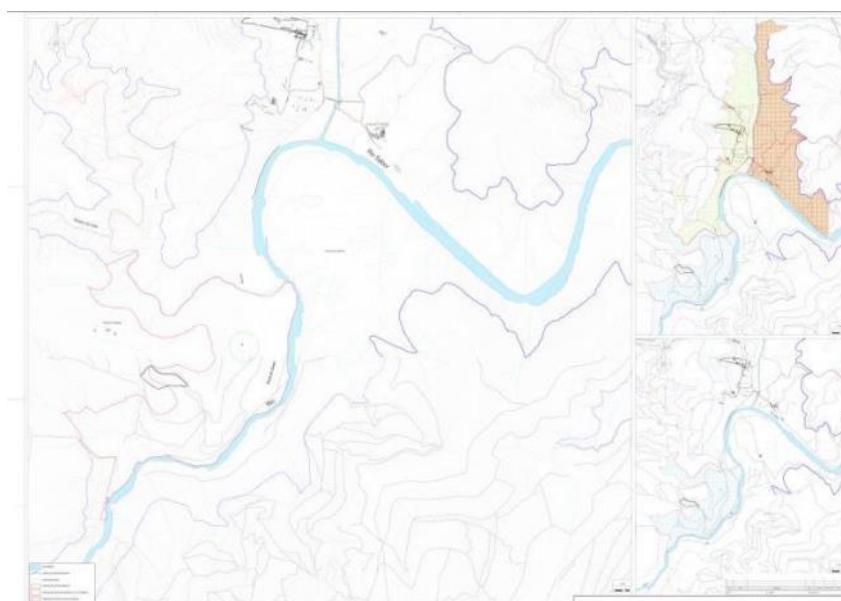
**Descrição Sumária**

Tanque erguido em alvenaria de bloco de cimento com um pequeno casebre, no mesmo material e cobertura de uma água com recurso a placas de fibrocimento, anexo, localizado a meia encosta, sobranceiro ao rio Sabor, no meio de uma, recente, plantação de cedros.  
Ter-se-á construído aquando da expansão do Olival da Santa sendo um dos elementos do sistema de rega, gota-a-gota, de que este chegou a estar dotado.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**



Número de Localização Geográfica	79
Código de Inventário	QB-SE-05

Designação	Cercado de Santa Eufémia
Tipologia	Muro

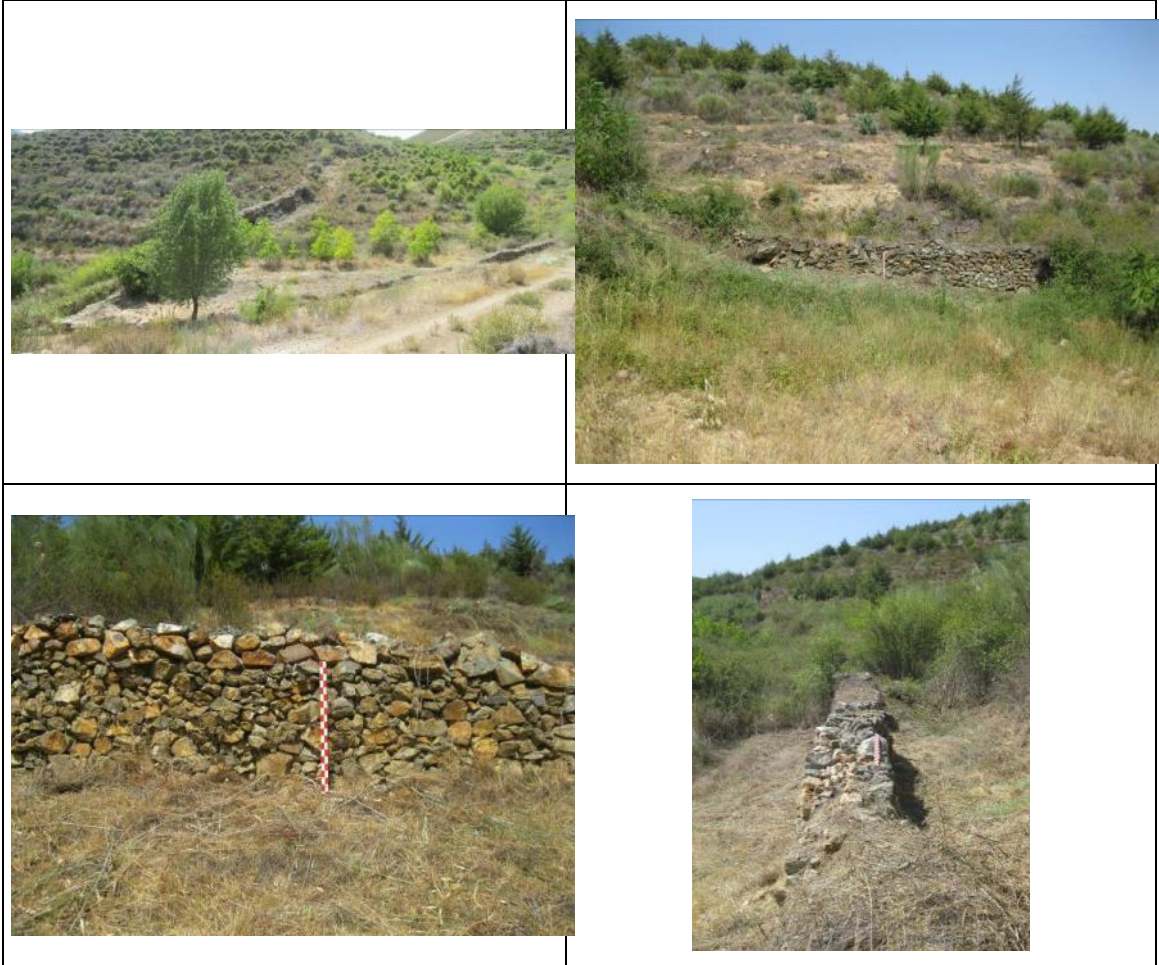
#### Caracterização

Materiais de Construção	Xisto	Técnica(s) Construtivas	Alvenaria insossa
Utilização Inicial	Delimitação de área cultivada (horta); armação de terreno	Última Utilização	Abandonado

#### Descrição Sumária

Num pequeno e encaixado vale, definido por uma linha de água sazonal, localizado a sudeste sob o esporão onde se implanta o casario da quinta de Santa Eufémia, encontrava-se um muro em alvenaria de pedra seca de xisto da despedrega, cuja construção ainda é da memória de inquiridos, que orienta uma linha de água, impedindo que a água transbordasse para o terreno no inverno, ao mesmo tempo que delimita, cercado, uma área de cultivo, para horta e pomar – a *horta do avô* – aquando do registo entre o abandonada e reflorestada, cuja memória oral relaciona de modo estreito a horta, cultura inclusivamente anterior à construção do muro, como conta, um dos indivíduos que a fabricou: “*A horta do Avô e a outra de cima que lhe chamam a horta da Quinta. A debaixo é que era do Avô. Era do Avô sabe porquê? Porque o Ti Badalo, o que estava lá na Quinta, na Quinta do Badalo, ainda tem o nome. Tinha um velho que... tinha um sogro ou o pai ou o carai... e então aquela horta era ele que se ocupava de tudo e então as raparigas e os rapazes – o badalo tinha 10 filhos – e então puseram o nome: a horta do avô lá em baixo, ele como andava lá sempre, ficou a horta do avô.*” [FAC1000, 1h00:25m]. Associado ao pomar que existiu neste local e, sobretudo, aos recentes projectos de reflorestação encontravam-se, também, algumas charcas, para retenção de águas pluviais, escavadas no solo.

**Registo Fotográfico**



**Registo Gráfico**

